

FUNDAMENTOS DO CRISTIANISMO

UM
MANUAL
DA
FÉ
CRISTÃ

ALISTER MCGRATH
J. I. PACKER
ORGANIZADORES



**Dois mil anos depois da crucificação de Jesus,
o cristianismo conta com mais seguidores do que qualquer
outra religião do mundo.**

- Quais são suas crenças essenciais?
- Como surgiram?
- Como as diversas igrejas entendem essas crenças?
- Como elas influenciam a maneira de os cristãos viverem?

Fundamentos do cristianismo, escrito por uma equipe de especialistas em várias áreas do conhecimento teológico, visa aos interesses e às necessidades dos leitores contemporâneos. A obra é abrangente e acessível, oferecendo, com autoridade, um panorama das crenças cristãs que inclui sua origem, desenvolvimento e significado para os dias de hoje.

Depois de uma apresentação histórica geral, o livro se divide em seis seções principais. Abrangendo o espectro completo do ensino e da doutrina cristã, os seguintes tópicos são investigados de forma detalhada:

- | | |
|----------|-----------------------|
| 1. Fé | 4. Salvação |
| 2. Deus | 5. A igreja |
| 3. Jesus | 6. A esperança cristã |

Este livro é um manifesto da fé cristã e permite que o leitor aprofunde seu conhecimento e compreensão sobre o cristianismo.



vidanova.com.br

[/vidanovaedicoes](https://www.facebook.com/vidanovaedicoes)

[@edicoesvidanova](https://twitter.com/edicoesvidanova)

ISBN 978-85-275-0575-8

9 788527 505758

Em ***Fundamentos do cristianismo***,
o leitor encontrará:

- informações acessíveis de especialistas em várias áreas do conhecimento teológico;
- mais de 600 pequenos artigos com informações detalhadas sobre diversos assuntos: desde a Natividade na arte cristã até a pós-modernidade; das origens dos credos à relação do cristianismo com a justiça social; da sexualidade humana ao problema do sofrimento;
- uma antologia de excertos da obra dos principais pensadores cristãos da história.

Alister E. McGrath é presidente do Oxford Centre for Evangelism and Apologetics (Centro de Evangelismo e Apologética em Oxford) e professor de Teologia Histórica na Universidade de Oxford. É autor de muitos livros, entre os quais *Apologética pura e simples*, *Creio* e *A gênese da doutrina*, publicados por Vida Nova, além de *Paixão pela verdade*, *O Deus de Dawkins* e *Teologia sistemática, histórica e filosófica* (Shedd).

J. I. Packer é reconhecido como um dos mais importantes teólogos evangélicos. Doutor em filosofia pela Universidade de Oxford, durante muitos anos foi professor de Teologia na Regent College, em Vancouver, no Canadá. Autor muito apreciado pelo público cristão, escreveu vários livros, entre eles *O Deus que nos guia e guarda*, *Força na fraqueza* e *Caminhando no poder do Espírito*, publicados por Vida Nova.

Consultores: Atsuyoshi Fujiwara, Dr. Rolf Hille, Stephen Noll, Jo Bailey Wells, Carver T. Yu.

Colaboradores: Gerald Bray, John Stackhouse, Graham Tomlin, Peter Walker, Christopher Wright.

FUNDAMENTOS DO
CRISTIANISMO



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Fundamentos do cristianismo : um manual da fé cristã /
organização de Alister E. McGrath e coorganização de James I.
Packer; tradução de A. G. Mendes. - São Paulo: Vida Nova, 2018.
464 p.

ISBN 978-85-275-0575-8
Título original: *Zondervan handbook of Christian beliefs*

1. Teologia dogmática - Obras populares 2. Teologia dogmática.
I. Título II. Mendes, A. G.

14-0928

CDD 230

Índices para catálogo sistemático:

1. Teologia Cristã

FUNDAMENTOS DO CRISTIANISMO

UM
MANUAL
DA
FÉ
CRISTÃ

Mazinho Rodrigues!

ALISTER MCGRATH
J. I. PACKER
ORGANIZADORES

Tradução
A. G. Mendes



©2005, de The Zondervan Corporation

Título do original: *Zondervan handbook of Christian beliefs*,
edição publicada pela ZONDERVAN (Grand Rapids, Michigan, EUA),
em coedição com LION PUBLISHING (Oxford, Inglaterra).

Todos os direitos em língua portuguesa reservados por
SOCIEDADE RELIGIOSA EDIÇÕES VIDA NOVA,
Rua Antônio Carlos Tacconi, 63, São Paulo, SP, 04810-020
www.vidanova.com.br | vidanova@vidanova.com.br

1.^a edição: 2018

Proibida a reprodução por quaisquer meios,
salvo em citações breves, com indicação da fonte.

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Todas as citações bíblicas sem indicação da versão foram extraídas da *Almeida Séc. 21*.

DIREÇÃO EXECUTIVA

Kenneth Lee Davis

GERÊNCIA EDITORIAL

Fabiano Silveira Medeiros

EDIÇÃO DE TEXTO

Lenita Ananias

Fernando Mauro S. Pires

REVISÃO DA TRADUÇÃO

Marcelo Brandão Cipolla

PREPARAÇÃO DE TEXTO

Marcia B. Medeiros

REVISÃO DE PROVAS

Josemar de Souza Pinto

GERÊNCIA DE PRODUÇÃO

Sérgio Siqueira Moura

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

OM Designers Gráficos

ORGANIZADOR

Alister McGrath

Universidade de Oxford, Reino Unido

COORGANIZADOR

J. I. Packer

Regent College, Vancouver, Canadá

CONSULTORES

Atsuyoshi Fujiwara

Universidade Cristã de Tóquio, Japão

Dr. Rolf Hille

Albrecht-Bengel-Haus, Tübingen, Alemanha

Stephen Noll

Universidade Cristã de Uganda, Uganda

Jo Bailey Wells

Ridley Hall, Cambridge, Reino Unido

Carver T. Yu

Faculdade de Teologia da China, Hong Kong

COLABORADORES

Gerald Bray

Beeson Divinity School, Birmingham, Alabama, EUA

John Stackhouse

Regent College, Vancouver, Canadá

Graham Tomlin

St. Paul's Theological Centre, Londres, Reino Unido

Peter Walker

Wycliffe Hall, Oxford, Reino Unido

Christopher Wright

Langham Partnership, Londres, Reino Unido

Sumário

<i>Palavra do editor</i>	13
Uma breve história da fé cristã	17
O Novo Testamento	17
A igreja primitiva	18
A Idade Média	20
O Renascimento.....	21
A Reforma	22
O avivamento	23
O mundo moderno	24
1 Fé	
O que é fé?	27
A origem dos credos	30
Fé e razão	37
Fé e filosofia	38
A fé em palavras: a linguagem religiosa	40
Pode-se provar a existência de Deus?	42
Ciência e religião	44
Fé e verdade	44
Fé e revelação.....	49
O lugar da tradição	50
O lugar da Bíblia	51
A interpretação da Bíblia	52
O que é teologia?	58
A religião na vida humana.....	60
O cristianismo e as outras religiões	61

8 Fundamentos do cristianismo

O homem em busca de Deus	64
Modernidade	66
A importância das cosmovisões	67
Pós-modernidade	68
Islamismo	70

2 Deus

O que queremos dizer com “Deus”?	74
A mente de Deus	79
O Criador e a criação	83
Formas de pensar sobre a criação	84
O lugar da humanidade na criação	85
Como se pode conhecer Deus pela natureza?	86
Os atributos de Deus	88
Criação e evolução	90
A sexualidade humana	92
A imagem de Deus nos seres humanos	94
A humanidade como gestora da criação	98
O que queremos dizer com Deus “todo-poderoso”?	100
Deus é pessoal	102
Imagens bíblicas de Deus	104
A doutrina da Trindade	106
A pessoa do Pai	110
A pessoa do Filho	113
A pessoa do Espírito Santo	116
O movimento carismático	120
Modelos da Trindade	123
Como os muçulmanos veem a Trindade	126

3 Jesus

Os relatos do Novo Testamento sobre Jesus	134
O nascimento de Jesus na arte cristã	136
As parábolas de Jesus	138
As declarações “Eu sou” no Evangelho de João	142
As origens judaicas de Jesus	149

Jesus e os movimentos religiosos do seu tempo	150
As profecias do Antigo Testamento sobre Jesus Cristo	154
A missão e os objetivos de Jesus	161
A busca do Jesus histórico	162
Jesus e os pobres	166
O ministério e os ensinamentos de Jesus	172
Jesus e as mulheres	176
Jesus no Evangelho de João	181
Os títulos de Jesus no Novo Testamento	184
Jerusalém e a crucificação de Jesus	190
A crucificação na arte cristã	196
A ressurreição e a realeza de Jesus	198
A encarnação e a revelação de Jesus	201
Jesus no pensamento dos primeiros cristãos	204
A virgem Maria no pensamento cristão	208
Como os muçulmanos veem Jesus	210
Como os budistas veem Jesus	212
Como os hinduístas veem Jesus	214
A singularidade de Jesus	214

4 Salvação

O que é pecado?	218
A aurora de uma nova era	218
O sofrimento de Cristo e o problema do sofrimento	222
Ligar-se à cruz	224
O significado da cruz: aduncação	224
A salvação e a derrota dos demônios	226
A vitória sobre a morte e Satanás	230
O perdão dos pecados	235
Quais são os “benefícios de Cristo”?	238
Restaurados para Deus	241
Justificação	244
Cristo como o representante da humanidade	246
Cura	251

10 Fundamentos do cristianismo

John Newton e o hino “Preciosa graça de Jesus”	254
O conceito de graça	256
A predestinação e a liberdade humana.....	260

5 A igreja

A origem da igreja.....	265
A igreja no Antigo Testamento	268
A igreja no Novo Testamento	272
Metáforas para a igreja	277
Ética cristã	288
Cristianismo e justiça social	292
Marcas de identidade da igreja	294
Agostinho e a controvérsia donatista	300
A igreja deve batizar crianças?	306
Atos que expressam a identidade da igreja	306
Cristo está presente na ceia do Senhor?	312
O que é ministério cristão?	316
Mulheres no ministério	320
O serviço na igreja	321
O cristão deve ir à guerra?	322
Como surgiram os mosteiros?	326
Billy Graham e a missão cristã	328
Servir ao mundo: a missão da igreja	330

6 A esperança cristã

O nascimento de uma nova esperança	334
A crise de esperança da cultura ocidental moderna	338
A ressurreição de Cristo	340
Jesus realmente ressuscitou dos mortos?	344
A esperança de ressurreição dos crentes	346
A postura cristã em relação ao trabalho	348
A ressurreição e a esperança humana	350
As últimas coisas	353
Qual é a aparência do corpo ressurreto?	355
O cristão diante dos bens materiais	356

A Nova Jerusalém	360
A arquitetura das igrejas e a visão de Deus	364
Onde ficava o jardim do Éden?	366
O que é espiritualidade?	368
A restauração da criação	369
O céu na arte cristã	370
A prelibação do céu na vida cristã	372
A jornada de fé em direção ao céu	376
Charles Wesley e a esperança do céu	378
A segunda vinda de Cristo	381
<i>Antologia concisa do pensamento cristão</i>	385
<i>Glossário</i>	417
<i>Índice remissivo</i>	451

Palavra do editor

Este manual tem por objetivo apresentar as crenças básicas do cristianismo de forma simples e clara. Explica em que creem os cristãos — a maior comunidade religiosa do mundo —, de onde vêm suas crenças, como elas se desenvolveram ao longo dos séculos e o lugar que ocupam na igreja e no mundo de hoje. Foi concebido com o propósito de ajudar os cristãos a aprofundar o conhecimento de sua fé e facultar aos não cristãos o acesso a uma compreensão básica das crenças cristãs, mesmo no que se refere a importantes debates doutrinários. O que este manual deseja, sobretudo, é demonstrar que as crenças cristãs se fundamentam na Bíblia.

Por que, afinal, estudar sobre aquilo em que creem os cristãos? Por que dedicar um livro inteiro à explicação e à investigação dessas crenças? São várias as respostas possíveis. Uma das mais importantes é quanto esse estudo nos leva a conhecer e a valorizar a vida de fé do crente e quanto nos estimula a uma jornada de reflexão e de crescimento pessoal. Para o grande teólogo cristão Agostinho de Hipona (354-430), o embate com Deus trazia em si um deleite intelectual genuíno. Ele alude a um “eros da mente” — uma espécie de anseio de entender mais sobre a natureza e os caminhos divinos — e ao impacto transformador que isso pode ter na vida das pessoas. Outros autores cristãos acentuaram a importância prática da teologia, destacando o papel fundamental que ela desempenha no ministério da igreja. Para muitos, a pregação cristã, a espiritualidade e o cuidado pastoral estão enraizados em crenças cristãs fundamentais. Mesmo quem não compartilha das convicções do cristianismo tem algo a ganhar quando comprehende essa relação entre teoria e prática.

As crenças, portanto, têm fundamental importância. Elas dão forma ao nosso universo mental e nos fornecem um mapa do mundo complexo e não raro desconcertante em que habitamos. As crenças dos cristãos lhes proporcionam uma estrutura basilar para a prática da fé. A convicção na esperança futura do céu, por exemplo, tem um impacto muito grande sobre sua atitude

14 Fundamentos do cristianismo

para com a vida e a morte. Além disso, faz uma diferença colossal na conduta e no modo de pensar deles.

O fato é que os cristãos não creem simplesmente em Deus; eles creem em certas coisas a respeito de Deus que lhes influenciam toda a perspectiva da vida. A fé cristã não é uma mistura caótica de emoções ou de sentimentos. Os cristãos creem que Deus tem certas características essenciais — por exemplo, que ele é santo, misericordioso e digno de confiança. Creem que ele amou tanto o mundo que enviou Cristo à terra para redimir a humanidade. A doutrina cristã da Trindade procura sintetizar a visão imensamente rica e poderosa de Deus expressa nas Escrituras. Não é uma das doutrinas mais fáceis de entender, mas lembra às pessoas a majestade, a glória e o esplendor avassaladores de Deus. Essas convicções fundamentais acerca de Deus influenciam o modo em que os cristãos oram, adoram e falam aos outros sobre esse Deus incomparável.

As crenças cristãs sobre Jesus Cristo também são, sem dúvida, muito importantes. Jesus Cristo é o início, o meio e o fim da mensagem cristã de esperança. Não resta dúvida de que no âmago da fé cristã há uma pessoa, e não uma crença. Todavia, é importante saber que Jesus é a pessoa que dá origem às crenças no momento mesmo em que alguém se vê às voltas com a indagação “Quem é Jesus Cristo?” ou “Qual é a melhor forma de comunicar quanto ele é importante?”. Ninguém pode proclamar, adorar nem imitar a Jesus Cristo sem ao mesmo tempo ter determinadas crenças a seu respeito. Faz toda a diferença acreditar que Jesus é um ser humano magnífico e único a quem somos convidados a imitar, ou é o Filho de Deus, que entrou neste mundo para redimir a humanidade. Para o crente, ter uma compreensão correta da pessoa de Jesus é fundamental para a vida e o testemunho cristãos. As crenças são essenciais, e elas influenciam aquilo que os cristãos pensam, esperam e fazem! É por isso que este livro é tão importante.

Este guia introdutório à fé cristã começa com uma breve análise da história cristã. Em seguida, vem uma análise da natureza da fé, cujo objetivo é ajudar o leitor a compreender as características peculiares de como o cristão entende a fé e suas relações com a razão e a cultura. Depois, cinco grandes seções tratam dos temas centrais da fé cristã — as convicções sobre Deus e a criação, Jesus Cristo, a salvação, a igreja e a esperança cristã. Cada capítulo examina em que creem os cristãos e como essas crenças se fundamentam na Bíblia.

O primeiro capítulo consiste numa investigação muito envolvente da natureza da fé, de autoria de John G. Stackhouse. Com base em sua vasta experiência de ensino nas áreas de teologia filosófica e de apologética na Regent College, de Vancouver, Stackhouse guia seus leitores através de diversos temas relacionados à ideia de fé, entre eles aquelas questões que dizem respeito ao conflito do cristianismo com a visão de mundo pós-moderna e com outras religiões mundiais.

Na sequência, Gerald Bray, professor de teologia da Beeson Divinity School, faz um relato extenso e cuidadosamente estruturado da doutrina cristã de Deus. Exploram-se aí os temas clássicos da visão cristã de Deus — entre eles, uma investigação criteriosa do que significa dizer que Deus é uma “pessoa” ou falar de um “Deus pessoal”. O interesse específico de Bray pela doutrina da Trindade transparece em todo o seu artigo. A exposição cabal que ele faz dos fundamentos dessa doutrina é de importância especial à luz das crescentes críticas do islamismo ao cristianismo nessa questão em particular.

A pessoa de Jesus Cristo é, sem dúvida alguma, de importância fundamental no que se refere a todos os aspectos da fé cristã. Para dar um exemplo particularmente relevante para os crentes: evangelizar é falar de Jesus às pessoas. Mas o que se deve contar? Qual é a melhor maneira de comunicar a identidade e a importância de Jesus? Para que a evangelização cristã seja eficaz, ela tem de ser fiel a quem os cristãos acreditam que Jesus é de fato. Isso requer uma longa e árdua reflexão sobre o testemunho bíblico a seu respeito. Com base em sua experiência de explicar as bases das crenças cristãs sobre Jesus a seus alunos de Oxford, Peter Walker apresenta um relato vigoroso e de fácil leitura do retrato que a Bíblia fornece de Jesus e comenta suas implicações para o pensamento e a vida do cristão. Esse relato claro e fidedigno de como o cristão entende a pessoa e o lugar de Jesus Cristo constitui o fundamento de uma resposta inteligente tanto às críticas racionalistas ao enfoque cristão tradicional da encarnação e ressurreição quanto, sobretudo, às críticas do islã à afirmação da divindade de Cristo, que é a declaração central do cristianismo. Em diversos aspectos, esse artigo é a mola mestra deste livro, porque os temas de que trata transbordam para além dele e se interconectam com outros artigos e temas.

A identidade de Jesus Cristo é intimamente ligada a sua obra. Simplificando: o ser de Jesus determina o seu agir. Graham Tomlin faz uma exposição sucinta dos temas fundamentais da doutrina cristã da salvação. Ele a apresenta como uma ideia rica e complexa, com implicações para o passado, o presente

16 Fundamentos do cristianismo

e o futuro. Demonstra a importância do conceito de salvação para a fé cristã, explora as várias formas em que essa ideia se expressa na Bíblia e comenta a longa tradição cristã de interpretação e aplicação do material bíblico.

Apesar de alguns cristãos ocidentais costumarem pensar na sua fé em termos individualistas, a tendência que predomina na Escritura e na teologia cristã é de âmbito muito mais coletivo. Os crentes são membros do corpo de Cristo — a igreja. Mas o que é a igreja? Para que ela existe? Que papel desempenha na preservação e difusão da fé? De que modo ela conserva sua identidade e missão específicas? Chris Wright, educador experiente no campo da teologia e apaixonado por missões, analisa os vários aspectos da compreensão cristã da igreja e a visão de uma humanidade restaurada que ela proclama e encarna.

Por fim, passamos a refletir sobre a esperança cristã. Conforme ressalta o apóstolo Paulo em sua exposição acerca da ressurreição (1Co 15), se não temos esperança, estamos, sem dúvida, completamente perdidos. O que a fé cristã tem a dizer sobre o futuro e em que isso influencia a vida no presente? Nesse último capítulo, exponho alguns temas básicos da concepção cristã a respeito do futuro e seu impacto transformador sobre a vida e o pensamento.

Este manual é necessariamente apenas uma introdução à fé cristã. Esperamos, porém, que esta exposição dos fundamentos do pensamento cristão possibilite aos leitores se aprofundarem no entendimento acerca dos temas centrais da fé cristã, de seu desenvolvimento histórico e de sua aplicação contemporânea.

Só me resta agradecer a todos os que trabalharam com tanto empenho para que o livro atendesse às necessidades dos cristãos desejosos de investigar as questões vitais da fé, bem como de não cristãos igualmente desejosos de saber mais a respeito dos conceitos elementares dessa fé. Cremos e esperamos que este manual seja uma introdução valiosa e acessível aos elementos essenciais da fé cristã e possibilite aos leitores ampliar suas descobertas sobre as riquezas e os tesouros da mensagem do evangelho.

ALISTER MCGRATH
Oxford

Uma breve história da fé cristã

ALISTER MCGRATH

É impossível estudar a fé cristã sem ter um conhecimento básico da história da igreja. Todas as gerações de cristãos procuraram compreender a Bíblia, estruturar suas ideias em um sistema coerente de pensamento e aplicá-las ao mundo à sua volta. O rico legado atual do pensamento cristão é reflexo desse longo processo de envolvimento com os textos bíblicos e do esforço para compreender seu verdadeiro significado. Não se pode estudar a fé cristã sem levar em conta os debates do passado ou deparar com as ideias de autores cristãos importantes ao longo da história. Portanto, este capítulo se propõe oferecer ao leitor uma visão panorâmica da longa história das reflexões cristãs sobre a melhor maneira de compreender a Bíblia e apresentar seu conteúdo. É importante pelo menos algum conhecimento dessa história para o entendimento adequado daquilo em que os cristãos creem. Esta introdução muito sucinta à história da fé cristã identifica alguns marcos que serão úteis ao leitor.

O Novo Testamento

O ponto de partida da teologia cristã — para usar o termo técnico do estudo da fé cristã — é o Novo Testamento, uma compilação de 27 documentos que datam do primeiro século (comumente referido como “período apostólico”). Os “livros” do Novo Testamento podem ser divididos em diferentes categorias — os Evangelhos e as cartas, por exemplo. Seu tema comum é a identidade e a importância de Jesus. Os primeiros quatro livros do Novo Testamento são chamados coletivamente de “Evangelhos”. Eles podem ser considerados quatro retratos de Jesus, vistos de diferentes ângulos e baseados em diversas fontes. Os três primeiros — Mateus, Marcos e Lucas —, às vezes chamados coletivamente

de Evangelhos “Sinóticos”, têm muitas características em comum. Acredita-se que tenham bebido nas mesmas fontes que então predominavam nos círculos cristãos primitivos. Cada um deles tem seu caráter próprio. O Evangelho de João se destaca pela ênfase nos sinais que indicam a identidade de Jesus e, especialmente, nas suas características declarações “Eu sou”.

Depois dos Evangelhos vem a história da expansão do cristianismo no mundo mediterrâneo — Atos dos Apóstolos —, que muitos atribuem a Lucas, autor do terceiro Evangelho. Juntos, o Evangelho de Lucas e a história da igreja primitiva formam o maior documento do Novo Testamento. Em seu Evangelho, Lucas inteirava certo “Teófilo” (provavelmente um alto funcionário da administração romana que se interessara pelo cristianismo) dos dados básicos da vida, da morte e da ressurreição de Jesus.

Segue-se então uma coletânea significativa de cartas, às vezes chamadas pelo termo mais antigo “epístolas”. A maior parte delas foi escrita por Paulo, um dos primeiros convertidos do judaísmo ao cristianismo, que se dedicou de modo especial à difusão do evangelho entre os gentios (i.e., os não judeus). Uma das preocupações específicas de Paulo é a relação entre cristianismo e judaísmo. Embora as cartas de Paulo em geral se dirijam a igrejas (p. ex., a de Roma e a de Corinto), algumas foram endereçadas a pessoas, como Timóteo e Tito. O Novo Testamento também traz cartas escritas por Tiago, Pedro, João e Judas, bem como a Carta aos Hebreus, cuja autoria é desconhecida até hoje. Essas cartas dão ânimo e orientação aos crentes, além de incursionar de modo minucioso por alguns temas centrais da doutrina cristã. O Novo Testamento termina com o Apocalipse de João, um livro impressionante de visões sobre o fim do mundo, cujo objetivo era instilar coragem nos crentes diante da perseguição movida pelas autoridades romanas.

A igreja primitiva

O período que se segue imediatamente ao dos autores do Novo Testamento é conhecido como “patrístico”, do grego *pater*, que significa “pai” — ou seja, um mestre cristão respeitado, como Atanásio (c. 300-373) ou Agostinho de Hipona (354-430). Costuma-se fixar o início desse período em cerca de 100 d.C. e seu término em 451 d.C., ano em que se realizou o Concílio de Calcedônia. Durante a primeira parte do período, o cristianismo ainda não havia garantido sua condição de religião legalmente tolerada e de tempos em tempos tinha de

enfrentar perseguições. Contudo, com a conversão de Constantino, que veio a ser o primeiro imperador romano cristão, o cristianismo passou inicialmente a ser tolerado e acabou por tornar-se a religião favorecida em todo o império.

O período patrístico foi de crucial importância para a definição dos contornos da fé cristã. As ideias do Novo Testamento eram como uma coleção de fios soltos que precisavam ser unidos para formar um tecido. Foi uma época de reflexão e de síntese, em que os conteúdos do Novo Testamento foram analisados, estudados e perscrutados. Uma série de controvérsias importantes obrigou a igreja a refletir a sério sobre a melhor maneira de apresentar o testemunho bíblico. A controvérsia gnóstica do segundo século produziu um debate intenso sobre a relação entre a Escritura e a tradição. As distorções gnósticas da mensagem bíblica levaram a igreja a estabelecer os princípios básicos que deveriam reger a interpretação da Bíblia. Não é por acaso que esse período testemunhou o surgimento dos credos como declarações públicas e fidedignas da fé. Diferentemente das interpretações dissidentes dos autores gnósticos, os credos proporcionavam sínteses comedidas e confiáveis dos temas essenciais da fé cristã.

Os debates mais significativos desse período se concentraram na identidade de Jesus Cristo. Qual é a melhor maneira de expressar o conceito do Novo Testamento da importância de Jesus? Embora a discussão tenha começado para valer no segundo século, ela ganhou importância especial no quarto século, quando eclodiu a controvérsia ariana. O personagem principal desse debate chamava-se Ário (c. 256-336), para quem Jesus devia ser considerado um ser humano especialmente dotado — acima dos demais —, mas não devia ser considerado divino. Ário foi contraditado por Atanásio, que afirmava que Jesus, interpretado dessa maneira, jamais poderia salvar a humanidade. Somente Deus pode salvar, insistia Atanásio. Portanto, se Jesus não era Deus, não podia dar a salvação. Atanásio salientou também que a adoração prestada a Jesus pelos cristãos remontava à época do próprio Novo Testamento. Se Jesus não fosse Deus, isso seria idolatria — isto é, a adoração a um ser humano, e não a Deus.

Por fim, depois de muito debate e de um estudo cuidadoso dos textos do Novo Testamento, o Concílio de Calcedônia produziu uma declaração definitiva da fé cristã. O concílio declarou que Jesus Cristo é verdadeiramente homem e verdadeiramente Deus. A ideia de Ário de que Jesus havia sido um

ser humano excepcional foi rejeitada em definitivo por ser incorreta. O modelo adotado pelo concílio foi aceito desde então pela maior parte dos cristãos.

Outro campo do pensamento cristão investigado a fundo nessa época foi a doutrina de Deus. Embora a doutrina da Trindade seja de modo geral considerada um dos aspectos mais difíceis do pensamento cristão, os pais da igreja a viam cada vez mais como imprescindível para a compreensão do testemunho do Novo Testamento sobre quem é Deus e o que ele fez. Apesar da dificuldade de entender essa ideia de Deus ser “três em um”, formou-se dentro da igreja um consenso cada vez mais amplo de que essa era a única forma em que o testemunho bíblico sobre Deus poderia ser fielmente preservado. As formas mais simples de representar Deus não eram boas o suficiente para fazer justiça à revelação bíblica de Deus.

A Idade Média

O colapso do Império Romano no quinto século inaugurou um novo período de incertezas para o cristianismo ocidental. A proteção estatal de que desfrutara chegou ao fim. Muitos pagãos romanos atribuíam a queda do império à ascensão do cristianismo. Caso Roma se tivesse mantido fiel à sua religião tradicional, diziam, isso jamais teria acontecido. No Oriente, porém, o cristianismo seguia relativamente tranquilo, embora a rápida ascensão e disseminação do islã no oitavo século tenha resultado em sérias dificuldades no norte da África. A grande cidade de Constantinopla (atual Istambul) ganhava cada vez mais importância política e religiosa na região e servia de base missionária para a evangelização de várias partes do leste europeu.

No Ocidente, a igreja era assolada por ondas constantes de invasões bárbaras. Os mosteiros se tornaram importantes para manter viva a fé cristã durante períodos de instabilidade. Um momento decisivo foi a criação do Sacro Império Romano, no reinado de Carlos Magno (742-814). Contudo, isso não produziu a estabilidade duradoura que muitos esperavam, e a “renascença carolíngia” durou pouco.

Dois séculos mais tarde, porém, a estabilidade tão esperada deu sinal de vida na Europa ocidental. A igreja então passou a ter uma atuação diplomática cada vez mais importante. O papel desempenhado pelos mosteiros na investigação das questões de fé foi contestado com a criação das universidades — como as de Bolonha, Paris e Oxford, surgidas nessa fase da Idade Média. Isso

contribuiu muito para estimular o estudo da teologia cristã e a análise da sua relação com a filosofia. A redescoberta dos escritos do filósofo grego Aristóteles despertou um novo interesse pela forma em que as crenças cristãs podiam ser apresentadas e desenvolvidas de modo sistemático. Isso ficou especialmente evidente nos escritos de Tomás de Aquino (1225-1274), considerado por muitos o maior teólogo cristão do período. Em sua volumosa obra, em geral conhecida pelo nome latino *Summa theologiae* (“a totalidade da teologia”) ou, em português, como *Suma teológica* ou *Suma de teologia*, Aquino se dispôs a investigar a relação entre a teologia e todos os outros aspectos do pensamento humano. Em virtude de sua complexidade e envergadura, é costume defini-la como uma “catedral da mente”.

Esse tipo de “teologia escolástica” se tornou muito influente durante a Idade Média. No entanto, essa abordagem da fé cristã tinha alguns problemas. A maior parte da teologia medieval, por exemplo, usava como referência a *Vulgata* — tradução latina da Bíblia que o tempo ia mostrando ser pouco confiável. Configurou-se uma pressão crescente para que se fizesse uma revisão dessa tradução à luz dos textos originais da Bíblia em hebraico e grego. Receava-se também que a teologia escolástica estivesse distante do texto bíblico e isolada da vida dos cristãos comuns.

O Renascimento

Nesse ínterim, surgia uma alternativa ao enfoque tradicional da teologia. O Renascimento foi um movimento extremamente importante que visava promover a renovação da cultura na Europa ocidental tomando por base o período clássico. Por que não trazer de volta as glórias passadas de Roma e Atenas? A melhor forma de renovar a cultura europeia consistia em retornar às raízes do período clássico — estratégia sintetizada no lema latino *ad fontes* (“de volta às fontes”).

Muitos autores cristãos se sentiram inspirados por essa alternativa. Se era possível renovar a cultura ocidental retornando às suas fontes de origem, por que não fazer o mesmo pela igreja e pela fé cristã? Para Erasmo de Roterdã (1466-1536), talvez o maior autor do período, o cristianismo poderia ser renovado retomando-se diretamente o Novo Testamento e estudando-o no original grego. Isso, cria ele, produziria uma abordagem mais simples e mais autêntica das crenças cristãs, que os leigos poderiam entender e apreciar.

A Reforma

Esse tipo de abordagem da fé cristã acabou deflagrando uma revolução na Europa ocidental. Erasmo defendera o retorno ao Novo Testamento, em sua língua original, como a base das crenças cristãs. Contudo, muitas ideias que floresceram na Idade Média haviam partido da *Vulgata*, e o crescimento do interesse pelo estudo da Bíblia nas línguas originais revelou a existência de erros de tradução. Além disso, os erros não se limitavam à tradução: muitas vezes, formularam-se crenças com base nessas traduções equivocadas. Era preciso, portanto, reavaliar as crenças para identificar quais delas estavam firmemente alicerçadas na Bíblia e quais não estavam.

A primeira fase desse processo de reavaliação foi deflagrada pelo reformador alemão Martinho Lutero (1483-1546). Lutero procurava restabelecer a centralidade da Bíblia no ensino e nas estruturas da igreja. Preocupava-se sobretudo com a venda de indulgências — isto é, pedaços de papel que prometiam a seu portador o perdão dos pecados em troca de pagamentos feitos à igreja. Para Lutero, isso era totalmente inaceitável. Ele acreditava que a igreja de seus dias havia perdido de vista a doutrina paulina da justificação pela fé. Somente se essa doutrina fosse recuperada, a igreja poderia, com legitimidade, ser chamada de “cristã”. O programa de reforma idealizado por Lutero era, portanto, um chamado para que a igreja se reexaminasse e voltasse a se harmonizar com a Bíblia.

O programa luterano foi aprofundado por João Calvino (1509-1564). Calvino se propôs restituir a centralidade da Bíblia na vida e no pensamento da igreja, colocando o livro sagrado no âmago de sua pregação e doutrina. Ele fez isso escrevendo comentários bíblicos, desenvolvendo um estilo expositivo de pregação e criando um método teológico que ressaltava a importância da Bíblia. Este terceiro aspecto da sua missão foi trabalhado em suas *Institutas*, frequentemente considerada o equivalente protestante da *Suma teológica* de Tomás de Aquino.

A Igreja Católica Romana reagiu ao questionamento da Reforma de várias maneiras, não apenas respondendo a muitas das críticas dirigidas contra ela por reformadores como Lutero e Calvino. O movimento conhecido como “Contra-reforma” propusera-se a eliminar muitos dos abusos identificados pelos reformadores. Não obstante, persistiram diferenças significativas de fé entre protestantes e católicos romanos, sobretudo no que diz respeito à autoridade e às instituições da igreja.

As controvérsias religiosas do período evidenciaram a importância da educação cristã e do desenvolvimento de novos meios de aprofundar o conhecimento que as pessoas tinham de suas crenças. Um acontecimento importante desse período foi o surgimento dos “catecismos” (da palavra grega que significa “instrução”). Os catecismos são cartilhas das crenças cristãs, em geral apresentadas na forma de perguntas e respostas. Um bom exemplo é o *Breve catecismo de Westminster*, que começa com a seguinte pergunta:

Pergunta: *Qual é o fim principal do homem?*

Resposta: O fim principal do homem é glorificar a Deus e desfrutá-lo para sempre.

Esses catecismos eram amplamente utilizados para ensinar as crenças fundamentais cristãs e são usados ainda hoje. O catecismo mais usado atualmente é o *Catecismo da Igreja Católica* (1990).

O avivamento

Depois das reformas do século 16, o protestantismo entrou no que muitos consideram um período de estagnação. O movimento conhecido amplamente como “ortodoxia protestante” ressaltava a importância das convicções religiosas corretas, mas parecia a seus críticos destituído de fervor religioso. Já o movimento conhecido como “pietismo” surgiu no século 17, em larga medida como reação a essa ênfase na crença correta. Embora não negasse a importância da teologia, o pietismo privilegiava a “fé viva”. Era importante viver uma vida transformada pelo evangelho, em vez de simplesmente aceitar seus ensinamentos. Era o coração, e não apenas a cabeça, que tinha de ser renovado pela fé. Os sentimentos religiosos eram tão importantes quanto as ideias.

Nos países de língua inglesa, o pietismo é conhecido sobretudo nas versões associadas a John Wesley (1703-1791) e a seu irmão Charles (1707-1788), fundadores do metodismo. Inicialmente, Wesley se convenceu de que lhe “faltava a fé pela qual, e só por meio da qual, somos salvos”. Ele descobriu a necessidade na vida cristã de uma “fé viva” e uma experiência pessoal com Cristo depois de sua célebre experiência de conversão numa reunião na rua Aldersgate, em maio de 1738, em que sentiu o coração “estranhamente aquecido”. A ênfase de Wesley sobre o lado vivido e sentido da fé cristã, que

contrastava agudamente com a aridez da vida religiosa na Inglaterra do seu tempo, produziu um grande avivamento religioso no país. Contudo, esse avivamento fez parte de um movimento de alcance bem mais amplo — um avanço evangélico cujo impacto se estendeu sobre o protestantismo em várias partes do mundo ocidental, incluindo a América do Norte, em princípios do século 18. O “Grande Avivamento”, que irrompeu principalmente em Nova Jérsei e na Pensilvânia, alastrou-se sobre boa parte da Nova Inglaterra em meados daquele século. Pregadores como George Whitefield (1714-1770), colega dos Wesleys, e Jonathan Edwards (1703-1758), exerceram muita influência na deflagração de um novo entusiasmo pela fé.

O mundo moderno

A história do cristianismo no Ocidente nos últimos séculos foi dominada por um movimento conhecido como “Iluminismo” (veja tb. p. 66). Esse movimento da cultura ocidental sublinhava a importância da razão humana e criticava muitas crenças cristãs tradicionais. Afirmava, por exemplo, que a visão cristã tradicional de Jesus Cristo como “totalmente homem e totalmente Deus” era um absurdo ilógico. Em vez de fundamentar suas crenças na Bíblia, os autores racionalistas sustentavam que a única fonte confiável de conhecimento humano é a razão.

Os autores cristãos enfrentaram esse desafio de várias maneiras. Uma das estratégias mais relevantes foi a adotada por C. S. Lewis (1898-1963), que salientava que as convicções cristãs não se opõem à razão; pelo contrário, vão além do que a razão pode alcançar. Lewis assinalou também que o destaque excessivo dado à razão não faz jus às relações entre as crenças e a imaginação, de um lado, e entre as crenças e as emoções, de outro. É preciso, dizia ele, recuperar um entendimento mais equilibrado a respeito do impacto da fé sobre todos os aspectos da existência humana. A fé cristã proporciona uma estrutura mediante a qual todos os aspectos da experiência humana podem ser compreendidos. Como disse Lewis certa vez: “Creio no cristianismo como creio no nascer do sol; não somente porque o vejo, mas porque, graças a ele, vejo tudo o mais”.

Nos últimos anos, porém, a validade das críticas racionalistas à fé cristã tradicional foi contestada. A ascensão do “pós-modernismo” pode ser entendida como uma reação à ideia ocidental de que há uma racionalidade universal que

determina o que é “racional” e o que é “irracional”. Em vez disso, a pós-modernidade postula o reconhecimento de muitas formas diferentes de raciocínio e pensamento. Embora essa evolução tenha causado algumas dificuldades à fé cristã — por exemplo, muitos acreditam que ela favoreça o pluralismo e o relativismo —, ela conseguiu libertá-la da camisa de força da razão pura e simples. Os limites da razão foram enfim reconhecidos pela cultura ocidental.

Todavia, um dos acontecimentos mais importantes da história recente foi a expansão do cristianismo em regiões de cultura diferente da cultura europeia e da americana tradicionais. Hoje, o cristianismo é uma religião mundial cujo centro de gravidade se deslocou da Europa e dos Estados Unidos em direção ao Sul e ao Leste. A América Latina, a África e o Sudeste Asiático são os novos centros da fé cristã.

Esse processo de expansão suscitou questões importantes para a fé cristã. Por exemplo, o principal interlocutor do cristianismo não é mais o secularismo europeu e americano, e sim o islã. Também é cada vez maior o interesse na relação do cristianismo com as várias formas do hinduísmo e do budismo, uma vez que os cristãos da Ásia investigam de que modo sua fé pode ser entendida como o cumprimento dessas antigas sabedorias. Para muitos autores, a força futura do cristianismo está nessas regiões.

Com esta observação concluo meu relato brevíssimo da história da fé cristã, cujo propósito foi ajudar o leitor a situar-se enquanto se prepara para examinar a rica tapeçaria da fé cristã. E que melhor ponto de partida senão a análise do significado da palavra “crença”? O que os cristãos querem dizer quando afirmam que “creem em Deus”? Ou quando falam de “fé”?

1 Fé

JOHN STACKHOUSE

O que é fé? Para responder a essa pergunta, podemos olhar inicialmente para algumas pessoas tidas como notáveis modelos de fé. Que diferença faz a fé na vida de alguém? O que significa dizer que alguém tem fé em Deus? O primeiro herói espiritual de que a Bíblia fala mais detidamente é Noé, um exemplo brilhante de fé. Deus diz a Noé algo difícil de acreditar: o mundo tal como ele o conhece vai ser destruído por uma enchente como jamais ocorrerá. Contudo, Deus promete salvar a ele e à sua família (Gn 6.9-22). Noé recebe então uma incumbência à luz da revelação que lhe fora dada. Deverá construir uma arca e embarcar nela com a família, acompanhados de um número suficiente de animais para repovoar a terra.

Noé crê em Deus. Obedece a Deus. Isso é fé.

Nas páginas do Antigo e do Novo Testamentos, Abraão é sempre o exemplo por excelência de fé. De fato, a terminologia explícita da fé e da fidelidade aparece primeiramente na história de Abraão. Deus lhe ordena que saia de sua casa na antiga Suméria (nas imediações dos rios Tigre e Eufrates, atual Iraque ou Kuwait) e vá para uma terra que ele vai lhe mostrar (Gn 12.1-4). Deus diz também a Abraão que, apesar de sua idade avançada e da idade avançada de sua esposa, eles terão uma descendência que se multiplicará e se tornará uma nação cuja influência será uma bênção para o mundo todo (Gn 15.1-6).

Abraão acredita em Deus. Abraão obedece a Deus. Isso é fé.

Não há palavra mais importante para a religião cristã do que a palavra “fé” — tão essencial, na verdade, que frequentemente chamamos o próprio cristianismo de *fé* cristã. Todavia, trata-se de uma palavra muito mal compreendida em nossos dias — tão mal compreendida, aliás, que muita gente hesita em abraçar o cristianismo com receio de ter de abrir mão do raciocínio e da

inteligência (“fé *versus* razão”), arriscando-se, numa atitude de pouco discernimento e sem fundamento, em algo que ninguém sabe definir muito bem (o tal “salto no escuro”). Mas o que é fé? E por que tanta gente evidentemente séria e equilibrada — desde o próprio Jesus até vários de nossos contemporâneos — recomenda que tenhamos fé?

O que é fé?

“Fé” é uma palavra de conteúdo muito rico na Bíblia. Na verdade, o hebraico antigo, a língua da maior parte do Antigo Testamento, a traduz de diferentes maneiras, bem como o grego coiné (ou “comum”), língua em que foi escrito o Novo Testamento. Essa rede de palavras resulta num elo fascinante: fé e ação.

Os termos hebraicos relacionados à fé têm os seguintes significados, entre outros: “temer a Deus” (em geral, uma expressão que denota não só a reverência religiosa, mas também a obediência moral; Dt 10.12; Jó 28.28; Sl 111.10); “crer”; “ter confiança”; “confiar ou ser digno de confiança”; “ser leal ou confiável”; “ser fiel ou veraz”; “ser firme ou provado”; “ouvir ou prestar atenção”; “obedecer ou seguir”; e “ser justo ou santo”. Os vocábulos gregos relacionados no Novo Testamento equivalem, entre outros significados, a “estar convicto” (o hebraico não tem palavra equivalente a persuadir ou convencer), além da mesma gama de expressões usadas no Antigo Testamento. Essa dupla definição aparece no tão conhecido termo *amém*. Inicialmente um advérbio hebraico, a palavra é empregada como reação ao que diz outra pessoa: “[O que você disse é] verdade”, ou “[Isso que você disse] é digno de confiança”. Diga-se de passagem que Jesus antepunha a seus ensinamentos a expressão “Amém, amém” — traduzida por “Em verdade, em verdade” nas versões mais antigas em português (e na versão King James inglesa) e “Asseguro-lhe”, por exemplo, na Nova Versão Internacional (NVI). Esse uso não tinha precedentes e indicava sua nítida reivindicação de autoridade. Nesse sentido, vale a pena notar que Jesus caracterizava suas palavras como um firme fundamento para a vida, no qual se pode confiar tanto quanto se pode confiar num alicerce de rocha (Mt 7.24).

“Amém” passa a ser uma palavra que indica envolvimento pessoal, sobre tudo em resposta aos mandamentos de Deus. O povo de Israel responde às maldições solenes proferidas pelos levitas dizendo “amém”, comprometendo-se assim a não perpetrar os atos sobre os quais as maldições foram pronunciadas (Dt 27.14-26). Uma geração posterior reage do mesmo modo quando Neemias

denuncia aqueles entre o povo que não haviam isentado seus irmãos judeus das dívidas que tinham; o povo prometia, assim, tanto obedecer às instruções do profeta quanto repudiar os desobedientes (Ne 5.13). Vemos, portanto, que dizer “amém” não significa reconhecer meramente a veracidade ou o caráter adequado do que alguém diz; significa também declarar a intenção de agir em conformidade com o que se diz: *uma vez que* aquilo que foi dito é verdadeiro e confiável, correspondei fielmente ao que se pede de mim. Desse modo, é preciso reconhecer que o sentido com que o cristão moderno comum usa o termo “amém”, isto é, como simples apêndice a uma oração ou a um hino, constitui uma triste atenuação do sentido original da palavra. Quando dizemos ou cantamos “amém”, o que nos deve mover é a intenção de cumprir um voto sagrado.

O inglês, como o português, não tem um verbo que corresponda precisamente ao substantivo “fé”. Temos de recorrer a perifrases (expressões constituídas por mais de uma palavra) do tipo “ter fé”, para lhe dar uma função verbal. “Acreditamos” em alguma coisa ou em alguém. Nas línguas originais da Bíblia, porém, a fé não é mero assentimento intelectual. Não é apenas reconhecimento de que tal ou qual coisa é desta ou daquela forma. A fé costuma ocorrer no âmbito de uma relação pessoal, de tal modo que alguém crê em alguma coisa porque acredita na pessoa que a declarou. Com essa crença, no contexto de uma relação de promessa e ajuda mútuas — o que a Bíblia chama de aliança —, vêm as implicações de ação. A fórmula geral é: uma vez que creio que X é verdade porque você me disse que é, cumprirei a minha parte de nosso acordo e creio que você cumprirá a sua também. Nesse mesmo sentido, usa-se a expressão “ser fiel” a alguém.

De fato, um dos temas comuns a ambos os Testamentos é a imitação de Deus: uma vez que Deus é fiel, também seu povo deve ser fiel; uma vez que Deus é verdadeiro, seu povo também deve ser verdadeiro (ou veraz). Com efeito, um dos célebres títulos que Jesus recebe na descrição que o Apocalipse faz da sua segunda vinda é “[testemunha] Fiel e Verdadeira” (Ap 3.14; 19.11).

Portanto, na fé bíblica, o elemento essencial é a *confiança* — uma combinação de fé e ação. A declaração “confio em você” não teria sentido se não estivesse associada a algum tipo de ação. O salva-vidas nada em minha direção enquanto me debato no mar agitado. Ele grita pedindo que me acalme e me agarre a ele do jeito certo. “Confio em você” não teria sentido se nesse momento, pelo fato de confiar em que ele me salvará, eu não lhe obedecesse.

Essa combinação se aplica não apenas a situações de crise, mas também à vida cotidiana. Quando um casal de noivos faz seus votos conjugais, eles não estão dizendo apenas o que pensam um sobre o outro. “Pensando bem, acredito mesmo que você seja uma excelente pessoa e acho que seria ótimo passar o resto da minha vida com você. Que conceito bem pensado! Bom, agora vou indo. Tchau.” Nada disso, os dois fazem votos que os obrigam a agir de acordo com certos modelos estabelecidos que combinam efetivamente com suas ideias: “*Uma vez que* creio que você é uma excelente pessoa, que o(a) amo, que você me ama e que desejamos construir uma vida juntos — e considerando que não creio apenas nessas coisas a seu respeito, mas creio *em você* —, prometo *então* lhe dar meu amor para sempre e agir com base no que tudo isso implica de acordo com a promessa que faço agora”.

Com efeito, o tema do matrimônio é usado de maneira impactante na Bíblia para representar a relação de Deus com seu povo — desde o profeta Oseias, que de coração partido toma de volta para si sua esposa adúltera, tal como Deus mais uma vez perdoa a infidelidade de Israel, até a esperança cristã gloriosa da igreja de unir-se a Jesus em sua segunda vinda, para celebrar com ele a ceia das núpcias do Cordeiro (Ap 19.9).

No uso cristão do termo, é fato que a palavra “fé” às vezes se refere às crenças. É o que parece acontecer às vezes no Novo Testamento, como no conselho do apóstolo Paulo a Timóteo: “Explicando estas coisas aos irmãos, serás bom servidor de Cristo Jesus, alimentado pelas palavras da fé e do bom ensinamento que tens seguido” (1Tm 4.6, LEB [Bíblia Mensagem de Deus, da Liga de Estudos Bíblicos, Loyola]). Mesmo neste caso, é possível fazer uma interpretação mais ampla de “fé”: o “ensinamento” mencionado no texto pode ser entendido como o simples componente intelectual do modo de vida cristão em sua totalidade, aí referido como “fé”; portanto, “o ensinamento” seria literalmente “as *palavras da fé*”. É muito raro que, no Novo Testamento, a “fé” seja reduzida de modo inequívoco a um simples conjunto de verdades, embora alguns teólogos racionalistas pensem de outra forma (e para isso citam comumente como exemplos Rm 1.5, Gl 1.23 e Jd 3).

"A fé é o primeiro degrau
que se sobe, mesmo que
não se enxergue
a escada toda."

MARTIN LUTHER KING JR.

A origem dos credos

A palavra “credo” vem do latim *credo* (“eu creio”) e designa uma declaração de fé autorizada para uso público. A mais antiga e mais simples confissão de fé cristã parece ter sido “Jesus é o Senhor!”, fórmula encontrada em várias passagens do Novo Testamento. Com o passar do tempo, a necessidade de declarações de fé oficiais e públicas foi se tornando cada vez mais evidente. Pedia-se aos convertidos ao cristianismo que confirmassem sua fé no momento do batismo usando uma breve declaração de fé. Aos poucos, essas declarações foram crescendo até se tornarem o que hoje conhecemos como “credos”. Os credos em geral têm forma inequivocamente trinitária, afirmando a fé no Deus Criador, em Cristo Salvador e no Espírito Santo. Nunca houve a pretensão de que os credos substituíssem a Bíblia. Pelo contrário, eles devem ser vistos como sínteses confiáveis e fidedignas que nos ajudam a entender a Bíblia, salvaguardando a igreja de graves erros de interpretação, como, por exemplo, os que surgiram durante as controvérsias com grupos gnósticos no segundo século.

Os dois credos cristãos mais importantes são o Credo Apostólico e o Credo Niceno. O primeiro se desenvolveu ao longo de muitos anos e sua versão final data do oitavo século. Consiste em doze declarações individuais de fé que, pela tradição, são atribuídas aos apóstolos, individualmente, apesar de não haver justificativa histórica para essa crença. Em seu formato ocidental, o credo se apresenta como se segue:

1. Creio em Deus Pai, todo-poderoso, criador do céu e da terra;
 2. e em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor;
-

Na igreja primitiva, porém, os teólogos referiam-se à “regra de fé”, e com isso tinham em mente uma breve declaração da doutrina cristã que servia de diretriz para avaliar possíveis heresias. Tais declarações de fé, quando autorizadas pelo uso generalizado ou por sanção oficial, passaram a ser conhecidas como “credos” — vocábulo que vem da primeira palavra, em latim, das duas declarações mais famosas, o Credo dos Apóstolos e o Credo Niceno: “Creio...” ou, em latim, *credo*. No cristianismo medieval e na doutrina católica romana desde as controvérsias com os protestantes no século 16, a fé, por vezes, tomou o sentido de “concordância com o ensino da igreja”. Essa definição de fé contrastava especialmente com o que se supunha ser o entendimento básico que os protestantes tinham da fé como mera confiança afetiva na misericórdia

-
3. que foi concebido por obra do Espírito Santo; nasceu da virgem Maria;
 4. padeceu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado;
desceu à mansão dos mortos;
 5. ressuscitou no terceiro dia;
 6. subiu ao céu; está sentado à direita de Deus Pai todo-poderoso,
 7. de onde há de vir a julgar vivos e mortos.
 8. Creio no Espírito Santo;
 9. na santa igreja católica; na comunhão dos santos;
 10. na remissão de pecados;
 11. na ressurreição do corpo; e
 12. na vida eterna.

No século 20, o Credo Apostólico ganhou ampla aceitação na maioria das igrejas como base para discussões ecumênicas que visam a aprofundar o entendimento e estimular a cooperação.

O Credo Niceno preocupa-se sobretudo em salvaguardar a identidade de Jesus Cristo contra equívocos e representações insatisfatórias de sua importância. Esse credo data do quarto século e toma seu nome do Concílio de Niceia (325), que estabeleceu a interpretação ortodoxa da identidade de Jesus Cristo. Ele contém declarações explícitas da divindade de Cristo afirmando que ele deve ser visto como "Deus de Deus, Luz de Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não criado, consubstancial com o Pai".

divina, independentemente da correção doutrinária. (Os protestantes e, de modo especial, Martinho Lutero, podiam até dar a impressão de que isso era verdade — mas a paixão característica dos reformadores protestantes pela correção doutrinária mostra que a fé para eles jamais esteve divorciada de fato das questões intelectuais.)

Contudo, nenhum dos ramos principais do cristianismo jamais reduziu a fé a pura convicção intelectual, ao domínio das ideias apenas, a um mero "creio..." sem nenhuma preocupação sincera ou implicação prática. Na verdade, um dos versículos mais intrigantes da Bíblia declara que os próprios demônios acreditam em certas verdades a respeito de Deus e "tremem" diante delas. Eles veem a verdade, mas reagem a ela de forma errada (Tg 2.19). Do mesmo

modo, nenhum dos principais ramos do cristianismo jamais reduziu a fé a uma espécie de afeto ou decisão existencial de confiar em Deus desacompanhada de todo o conteúdo doutrinário ou implicação moral. Na verdade, é difícil imaginar o que seria essa fé “sem conteúdo” ou por que alguém se interessaria em professá-la.

Alguns leitores do Novo Testamento, como Martinho Lutero, viam uma oposição entre Paulo e Tiago do tipo a que aludimos no parágrafo anterior, como se Paulo estivesse defendendo a fé como mera confiança enquanto Tiago defendesse a fé com obras. Diante disso, Lutero questionou se a Epístola (ou Carta) de Tiago deveria mesmo estar na Bíblia! Contudo, não há oposição alguma, sobretudo se nos lembrarmos de que tanto Paulo quanto Tiago eram judeus convertidos ao cristianismo. Sua herança de fé era um todo firmado na aliança entre Deus e seu povo. Ser fiel significa crer no que Deus diz; confiar no seu perdão das coisas passadas e na sua provisão para o futuro; e cooperar com ele no presente em tudo quanto sua obra requer.

É o caso da convicção de Habacuque repercutida por Paulo: “Vede o arrogante! A sua alma não é correta; mas o justo viverá por sua fé” (Hc 2.4; cf. Rm 1.17; Gl 3.11). Alguém talvez leia essa passagem e diga que ela invoca a simples crença, uma espécie de confiança interna em Deus sem nenhuma necessidade de ação. Contudo, observe-se o que diz Ezequiel, contemporâneo de Habacuque, talvez uma espécie de “Tiago” para o “Paulo” de Habacuque. O texto de Ezequiel diz: “Se um homem for justo e agir com retidão e justiça, [...] andando nos meus estatutos e respeitando as minhas normas, para agir de acordo com a verdade, este é justo, certamente viverá, diz o SENHOR Deus” (Ez 18.5,9). Paulo e Tiago compartilham dessa herança do Antigo Testamento.

Na verdade, o que Paulo nos quer fazer entender é que não podemos obter o favor de Deus pelo mérito decorrente da prática de boas obras. Nesse sentido, a preocupação do apóstolo é refutar certas ênfases atribuídas posteriormente pelos judeus à observância da lei como meio de conquistar a aprovação divina. Ele cita com frequência Abraão como exemplo: “Que diz a Escritura? Abraão creu em Deus, e isso lhe foi atribuído como justiça” (Rm 4.3; veja Gl 3.6). Abraão não conquistou por mérito a bênção divina. Ninguém pode conquistá-la por seus próprios méritos, uma vez que “todos pecaram e estão destituídos da glória de Deus” (Rm 3.23). Deus, por sua graça, *atribuiu* a justiça a Abraão quando este depositou sua confiança em Deus; por isso Deus o abençoou.

Paulo deixa claro que Jesus Cristo foi, por assim dizer, a parte fiel de ambos os lados do encontro do divino com o humano. Em Cristo, Deus desempenha não só o papel de juiz fiel e salvador, mas também o de ser humano que responde com fidelidade (Gl 3.23-25). Jesus é tanto “Deus conosco” quanto “Filho do homem”. Portanto, quando depositarmos nele a nossa fé, passamos literalmente a estar “nele”; somos considerados justos pela justiça divina (o que os protestantes costumam chamar de “justificação”) e paulatinamente somos purificados e santificados pelo poder transformador de Deus (o que os protestantes chamam de “santificação”). Os católicos romanos costumam usar o termo “justificação” em ambos os casos, ao passo que os cristãos ortodoxos usam com mais frequência a expressão “participantes da natureza divina” (2Pe 1.4). Portanto, Paulo desvia de forma contundente o leitor de qualquer percepção de sua própria justiça e o conduz ao perdão dos pecados e à regeneração para uma nova vida espiritual, dons de Deus de que a humanidade precisa com urgência.

Tiago, por sua vez, outro autor do Novo Testamento, quer que seus leitores entendam que não podem afirmar ter a fé genuína sem a evidência das boas obras. Ele também, como bom crente judeu que escreve para outros como ele, cita o exemplo de Abraão, que *creu em Deus* — o que para Tiago, assim como para os judeus em geral, simplesmente inclui a ideia de obediência:

Não foi pelas obras que nosso pai Abraão foi justificado quando ofereceu sobre o altar seu filho Isaque? Vês que a fé cooperou com suas obras, e pelas obras a fé foi aperfeiçoada. Assim se cumpriu a Escritura que diz: Abraão creu em Deus, e isso lhe foi atribuído como justiça, e ele foi chamado amigo de Deus (Tg 2.21-23; cp. Gn 22.16,18; 26.3-5).

“É louco quem ouve a palavra de Deus e não lhe obedece.”

EURÍPIDES

“Na fé, há luz suficiente para os que querem crer e sombras suficientes para cegar os que não querem.”

BLAISE PASCAL

“[As coisas da fé] não são vistas pelos fiéis mediante uma demonstração, mas pela luz da fé que os faz ver que devem crer nelas.”

TOMÁS DE AQUINO

Diferentes públicos com diferentes situações levaram Paulo e Tiago a ênfases distintas, porém complementares. É dessa forma que a maior parte da igreja comprehendeu essas ênfases ao longo dos séculos.

O próprio Paulo resume bem esse vínculo entre fé e obras:

Porque pela graça sois salvos, por meio da fé, e isto não vem de vós, é dom de Deus; não vem das obras, para que ninguém se orgulhe. Pois fomos feitos por ele, criados em Cristo Jesus para as boas obras, previamente preparadas por Deus para que andássemos nelas (Ef 2.8-10).

Também vale a pena observar que Paulo arrola a “fidelidade” entre os frutos do Espírito (Gl 5.22).

É preciso acrescentar a este diálogo a voz do apóstolo João. Os estudiosos observaram que nos escritos desse apóstolo o conceito de fé parece, ou pode parecer, ter sido reduzido a simples assentimento intelectual com a doutrina ortodoxa. Seu Evangelho, por exemplo, foi escrito para que “possais crer que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em seu nome” (Jo 20.31). Entre os versículos mais citados da Bíblia, temos esta síntese que ele nos oferece: “Porque Deus amou tanto o mundo, que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (Jo 3.16). Sua carta principal tem objetivo semelhante: “Eu vos escrevo essas coisas, a vós que credes no nome do Filho de Deus, para que saibais que tendes a vida eterna” (1Jo 5.13).

Contudo, é também nos escritos de João que os cristãos encontram algumas das afirmações mais fortes da Bíblia sobre a necessidade de amar e obedecer a Deus, de servir ao próximo e, principalmente, de cuidar dos irmãos na fé. João cita Jesus no Cenáculo na noite em que foi traído: “Eu vos dou um novo mandamento: que vos ameis uns aos outros” (Jo 13.34). Uma vez mais, em sua epístola principal, o próprio João estabelece um vínculo explícito entre fé e ação: “Ora, seu mandamento é este: que creiamos no nome de seu Filho Jesus Cristo e amemos uns aos outros, assim como ele nos ordenou. Quem guarda seus mandamentos permanece em Deus, e Deus nele. E nisto conhecemos que ele permanece em nós: pelo Espírito que nos tem dado” (1Jo 3.23,24).

Em João, como em Paulo ou Tiago, não existe “graça barata”. Não há salvação fácil pela mera crença, não há fé sem obras. A fé cristã — o compromisso fundamental do cristão com Deus em Cristo — acarreta santidade:

Se dissermos que temos comunhão com ele e andarmos nas trevas, mentimos e não praticamos a verdade [...] Aquele que diz: Eu o conheço, e não guarda seus mandamentos, é mentiroso, e a verdade não está nele; mas todo o que guarda a sua palavra, neste o amor de Deus tem de fato se aperfeiçoad. E assim sabemos que estamos nele. Quem afirma estar nele também deve andar como ele andou (1Jo 1.6; 2.4-6).

Portanto, a doutrina cristã — católica, ortodoxa e protestante — diz que a resposta fiel a Deus implica a pessoa toda, por vezes sintetizada na expressão “cabeça, coração e mãos”.

A fé também é uma *resposta*. A doutrina cristã tradicional sempre afirmou que na salvação de cada indivíduo é Deus quem toma a iniciativa, quem a completa e quem faz tudo o mais de importante entre o começo e o fim. Cabe ao indivíduo apenas responder aos dons que ele concede — literalmente, às suas “graças”. Sem a iniciativa de Deus, sem seu sustento e perseverança, ninguém jamais poderia acalentar a esperança de ser salvo. Não há dúvida de que *não faríamos* a escolha certa se Deus não nos elevasse de nossa disposição pecadora para um estado em que podemos fazer uma escolha genuína.

Os cristãos muitas vezes discordaram uns dos outros, às vezes até de modo muito acalorado, acerca de como Deus influencia nossa vontade e, portanto, acerca de nossa “escolha genuína”. A história da teologia é repleta desses confrontos — Pelágio *versus* Agostinho, Ockham *versus* Aquino, Erasmo *versus* Lutero, Armínio *versus* Calvino. Todavia, todos os cristãos ortodoxos concordam que o pecado corrompeu a humanidade inteira a tal ponto que ninguém escolheria Deus se Deus não nos houvesse escolhido primeiro e não nos tivesse dado poder para escolhê-lo (Jo 6.65; 1Jo 4.19).

Deus, porém, é forte, bom e paciente.

Por isso, os cristãos podem confiar nele quando precisam de apoio para os ajudar a perseverar. Na verdade, a Epístola aos Hebreus refere-se a Jesus como

“A fé é a razão depois que criou coragem.”

SHERWOOD EDDY

“Quem só acredita naquilo de que gosta nos Evangelhos e rejeita aquilo de que não gosta não crê no evangelho, mas em si próprio.”

AGOSTINHO DE HIPONA

“o Autor e Consumador da nossa fé” (Hb 12.2). Esse é o Deus que os cristãos adoram. A fé não implica apenas a obediência moral; implica também uma resposta litúrgica. Esses dois modos de resposta grata a Deus se acham de tal maneira entrelaçados que devemos pensar em ambos simultaneamente, sem-

pre que pensamos em palavras próximas como “piedade” e “devoção”.

Além disso, é exatamente porque a fé é uma questão de relação pessoal — de crer em Deus, confiar nele, obedecer-lhe e adorá-lo — que todo o modo de vida

cristão pode ser chamado de “a fé” (At 6.7; 13.8; 14.22; 16.5). Vemos esse uso, por exemplo, nos primeiros documentos cristãos. O próprio Paulo, em sua última epístola, dá o seguinte testemunho: “Combatí o bom combate, terminei a carreira, guardei a fé” (2Tm 4.7). De fato, os primeiros cristãos chamavam-se simplesmente de “crentes” ou “fiéis” (At 2.44; 4.32; 11.21).

O amor é considerado a mais elevada das virtudes cristãs. Ele está no âmago da célebre síntese que Cristo fez da Lei de Deus: “Ele lhe respondeu: Amarás o Senhor teu Deus de todo o coração, com toda a alma, com todas as forças e com todo o entendimento, e o próximo como a ti mesmo” (Lc 10.27). Paulo deixa claro que a maior das graças cristãs é o amor, e não a fé. Contudo, se o amor é a flor da virtude cristã e a esperança é o caule no qual a flor desabrocha quando a planta cresce em direção à luz, a fé é a raiz que alimenta e

dá sustentação ao restante da vida cristã. A fé é a atitude fundamental dos filhos de Deus. Se o cristão adotar essa postura perante Deus — humildade, gratidão e obediência —, ele lhe concederá as demais bênçãos e o elevará em glória para sempre. Caso se recuse a fazê-lo, Deus não lhe poderá dar coisa alguma.

Afinal, é a bênção de Deus — e não o que os crentes fazem — o verdadeiro foco da fé. Em outra notável alusão poética,

Paulo compara a fé a um escudo (Ef 6.16); mas o rabino Paulo, que conhecia perfeitamente bem a Bíblia hebraica, quer dizer com isso que é o Deus fiel em

“A fé é o passo para o entendimento, e o entendimento é a realização da fé.”

AGOSTINHO DE HIPONA

“Tudo depende da fé. Quem não tem fé é semelhante a alguém que precisa atravessar o mar, mas está tão assustado que não confia no navio. Por isso, essa pessoa permanece onde está e jamais é salva, pois se recusa a embarcar e fazer a travessia.”

MARTINHO LUTERO

quem confiamos que é a nossa proteção, como diz o salmista: "... a fidelidade dele será o seu escudo protetor" (Sl 91.4, NVI). O cristianismo ensina que a bênção de Deus é surpreendentemente desproporcional à fé do indivíduo. Deus faz por seu povo "além do que pedimos ou pensamos" (Ef 3.20). Jesus diz que a fé do crente é minúscula. Contudo, devidamente orientada — com humildade, obediência e gratidão para com o Deus que ama seu povo e quer lhe fazer o bem —, seu efeito é gigantesco, tal como o Deus em quem os crentes confiam e que intervém em seu favor: "Ele lhes disse: [...] pois em verdade vos digo que, se tiverdes fé do tamanho de um grão de mostarda, direis a este monte: Passa daqui para lá, e ele passará; e nada vos será impossível" (Mt 17.20).

"Não há no mundo um filósofo tão grande que não creia em um milhão de coisas baseado na fé alheia e que não suponha muito mais verdades do que ele próprio demonstra."

ALEXIS DE TOCQUEVILLE

Fé e razão

É célebre a divisão aristotélica das nossas ideias em três categorias: opinião, fé e conhecimento — ficando a convicção religiosa na categoria do meio. Muito antes dele, é claro, os pensadores religiosos se debatiam com a questão de como a fé se relaciona com o conhecimento. Seria a fé tão somente um tipo religioso de conhecimento? Seria ela inferior ou superior ao conhecimento? A fé e o conhecimento diferem significativamente um do outro, chegando mesmo a se oporem?

Esse tipo de questionamento resulta normalmente em dois tipos de erros. O primeiro é pensar que "fé" é uma palavra characteristicamente religiosa e que em nada se relaciona com a vida cotidiana. O segundo é presumir que a fé não tem relação nenhuma com o conhecimento, que os dois constituem categorias de percepção e assentimento totalmente distintas.

Na realidade, porém, a vida cotidiana nos obriga constantemente a ir além do que sabemos (ou pensamos saber) e requer de nós o exercício da fé. Frequentemente nos vemos compelidos a confiar em algo de que não temos certeza, a firmar compromissos que ultrapassam nosso senso de segurança. Todavia, esses momentos de confiança e de compromisso — esses atos de fé — se relacionam de modo intrínseco e fundamental com o conhecimento. A fé depende do conhecimento mesmo quando se afasta do conhecimento na

Fé e filosofia

O filósofo grego Platão (c. 427-347 a.C.) certa vez definiu a “filosofia” como a busca da sabedoria. Com o passar do tempo, no entanto, o vocábulo passou a designar algo como “o uso da razão humana para desvelar o significado da vida” ou “a descoberta da verdade por meio da argumentação”. A teologia, por sua vez, é normalmente entendida como a tentativa de expor o que pode ser conhecido de Deus por meio da revelação. Um dos debates clássicos na igreja cristã diz respeito à relação entre a teologia e a filosofia. Será que a razão e a revelação se opõem uma à outra? Ou será que são complementares? Essa pergunta exige um estudo cuidadoso dos limites da razão humana, uma vez que ela procura lidar com algo que, em última análise, está muito além de sua compreensão — o Deus vivo. Em que medida a razão pode lidar com Deus? Se Deus está acima e além do nosso mundo, como pode a razão humana ter a esperança de um dia compreendê-lo?

Alguns autores cristãos disseram que, sendo a razão decaída e finita, ela é incapaz de chegar a qualquer conclusão satisfatória ou confiável a respeito de Deus. Seja como for, por que se incomodar em recorrer à razão se tudo o que precisamos saber sobre Deus está revelado na Escritura? Na melhor das hipóteses, podemos usar a razão para mostrar que várias declarações da Bíblia se interconectam. Deveremos conhecer Deus conforme ele se revelou, e não como a razão diz que ele deve ser. Deparamos com essa atitude expressada pelo teólogo francês Blaise Pascal (1623-1662), para quem os cristãos creem “no Deus de Abraão, de Isaque e de Jacó, e não no Deus dos filósofos e dos eruditos”.

direção do incerto e até do desconhecido. A mais famosa definição bíblica de fé ratifica esse conceito: “A fé é a garantia do que se espera e a prova do que não se vê” (Hb 11.1).

Trevor não pode ter certeza de que a canoa que balança nas águas do embarcadouro continuará flutuando no momento em que ele embarcar nela. No entanto, também não há como ele se sentir “mais convencido do que não convencido” e, assim, pôr a parte maior do seu peso na canoa e a parte menor no cais. Se tentar fazer isso, não terá nem uma coisa, nem outra. Para usufruir da canoa, terá de pôr todo o seu peso nela. Terá de se comprometer. E isso será prudente. Ele estará exercitando a fé orientada pela razão.

Ninguém tem “fé cega” em coisa alguma — nem em ninguém. Todo o mundo tem uma razão para crer no que crê — mesmo que outra pessoa ache

Outros disseram que, apesar de ser bem claro que a razão é incapaz de nos dar acesso ao conhecimento pleno e salvador de Deus, ainda assim ela pode nos indicar a direção certa. Não faz tanto tempo, em 1998, uma das discussões mais importantes sobre a relação entre fé e razão apareceu na encíclica *Fides et ratio* [Fé e razão], de João Paulo II. A carta papal apresenta uma abordagem cristã clássica da relação entre fé e razão. Afirma que “ambas são como as duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade. Foi Deus quem colocou no coração do homem o desejo de conhecer a verdade e, em última análise, de conhecê-lo”. A ideia básica é que os seres humanos desejam conhecer a verdade e a buscam constantemente. “No mais fundo do coração do homem foi semeado o desejo e a nostalgia de Deus.”

Nesse caso, a razão sozinha poderá conduzir o homem a essa verdade? A encíclica faz uma bela homenagem à filosofia, qualificando-a como “uma das tarefas mais nobres do ser humano”, “impelido pelo desejo de descobrir a verdade última da existência”. Todavia, sem ajuda, a razão humana jamais penetrará completamente no mistério da vida. Deus em sua graça decidiu tornar conhecidas pela revelação as coisas que sem ela permaneceriam ocultas. “A verdade que a revelação nos dá a conhecer não é o fruto maduro ou o ponto culminante de um pensamento elaborado pela razão”.

O debate em torno da relação entre fé e filosofia prossegue. Contudo, há pelo menos certo grau de consenso de que, quaisquer que sejam os limites da razão, podemos usá-la de forma responsável e cuidadosa na investigação e na defesa da revelação cristã.

que essa razão não é suficiente e mesmo que a fé de fato acabe por ser precarriamente alicerçada. A relação entre fé e conhecimento existe em assuntos de grande ou pequena importância, pessoais ou impessoais. Seria tolice recusar-se a sentar numa cadeira enquanto não se provar cabalmente que a estrutura do móvel é adequada. Quem vai esperar que um engenheiro teste todas as mobílias que se quer usar? E quem pode ter certeza de que a cadeira não desmontará um minuto depois de testada? Os casais que têm filhos pequenos jamais poderão sair à noite caso se recusem a confiar nas babás que se candidatam a olhar seus filhos. Seria tola a mulher que se recusasse a casar com seu amado enquanto o matrimônio não estivesse garantido. Viver, para nós humanos, é sinônimo de risco, e sábio é aquele que não anda atrás de certezas; em vez disso, procura uma boa razão para crer na melhor alternativa disponível. Depois, aventura-se

A fé em palavras: a linguagem religiosa

Como expressar a magnificência de Deus em palavras? O filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein disse certa vez que as palavras são incapazes de descrever adequadamente o aroma do café fresco. Se as palavras não conseguem fazer justiça a algo assim tão simples, como poderão fazer justiça a Deus? Como podemos ter a esperança de falar de Deus de forma confiável?

Essas perguntas são fundamentais para o debate acerca da linguagem religiosa — os modos em que a Bíblia e a teologia cristã falam sobre Deus. Duas respostas a essa indagação nos interessam de maneira especial: a ideia de analogia e a de acomodação. Ambas expressam o conceito de que Deus se revela em formas que a mente humana é capaz de compreender. Ambas são empregadas há muito tempo na tradição cristã e já deram provas do seu valor ao longo de séculos de discussões e debates.

O apelo à analogia é associado sobretudo a autores como Tomás de Aquino, o grande teólogo da Idade Média. Segundo Aquino, uma vez que Deus criou o mundo, há uma analogia fundamental entre a criação e o criador. As características próprias da ordem criada podem, portanto, refletir alguma coisa da natureza divina. Para Aquino, a criação é análoga a seu criador, con quanto não seja idêntica a ele. Assim, ela pode nos ajudar a apreender algo da natureza e do caráter de Deus. Deus se revela em imagens e ideias que se entrelaçam com nossa existência cotidiana neste mundo — mas que não reduzem Deus ao nível do mundo do dia a dia. Aquino deixa claro que não são todos os aspectos da ordem criada que refletem a natureza

pela fé, confiando em algo ou em alguém em decorrência do que acredita saber sobre essa coisa ou pessoa.

Alguns leitores talvez se perguntam se não estou despersonalizando aqui

a fé cristã, tratando-a como mera decisão cognitiva, e não como confiança pessoal: “Ciente de X, vou me arriscar da seguinte forma: ...”. Contudo, a última parte desse raciocínio depende da primeira. Ninguém jamais confia em alguém se não houver um grau considerável de conhecimento sobre o qual o indivíduo baseie

J“A vida é uma batalha entre a fé e a razão, em que uma se alimenta da outra, tirando da outra o sustento de que necessita e, ao mesmo tempo, destruindo-a.”

REINHOLD Niebuhr

sua fé. Sabendo, por exemplo, que você é uma pessoa boa e responsável, confio-lhe meu bichinho de estimação enquanto eu estiver fora viajando. Não há

divina, mas tão somente os aspectos da criação que a Bíblia diz terem tal capacidade. Desse modo, os reis e pastores humanos podem nos ajudar a "visualizar" como é Deus. Assim como um pastor humano conduz seu rebanho e cuida dele, também Deus conduz seu povo e o protege. Existe, do mesmo modo, uma analogia entre o método humano de comprar a liberdade de um escravo e o método divino de comprar a liberdade de um pecador mediante a morte de Cristo.

A ideia de acomodação é associada especificamente a João Calvino. Segundo ele, a revelação de Deus se adapta à nossa capacidade. Ou seja, Deus decidiu revelar-se de maneira proporcional à nossa capacidade de compreendê-lo. A analogia que está por trás do pensamento de Calvino nesse ponto é a de um orador humano. Um bom orador conhece as limitações do seu público e ajusta seu discurso de acordo com elas. O abismo entre o orador e o ouvinte deve ser transposto para que a comunicação se realize. As limitações do seu público determinam a linguagem e as imagens que ele emprega. As parábolas de Jesus ilustram à perfeição esse ponto: empregam linguagem e imaginário (p. ex., analogias baseadas em ovelhas e pastores) perfeitamente adequados aos camponeses da Palestina, os quais constituíam a maior parte de seus ouvintes. Paulo também usa ideias adaptadas à situação de seus ouvintes; ele as tira do ambiente comercial e jurídico das cidades em que a maior parte de seus leitores morava. Calvino diz que Deus fala conosco de maneira "adaptada" ou "acomodada" por obra de sua graça, para que ninguém fique alheio às riquezas do evangelho cristão.

virtude alguma em confiar em alguém se não houver uma boa razão para isso! O apóstolo Paulo une de forma muito feliz esses temas: "Por essa razão sofro também essas coisas, mas não me envergonho; porque eu sei em quem tenho crido e estou certo de que ele é poderoso para guardar o meu tesouro até aquele dia" (2Tm 1.12).

Há também aspectos importantes em que a relação entre fé e conhecimento se inverte. Em outras palavras, a fé pode ser uma condição para a aquisição do conhecimento.

Vamos imaginar a seguinte situação em um laboratório científico. Uma jovem física, a dra. Alfa, está tentando convencer o dr. Beta de que descobriu

"Você fala em fé; eu lhe mostro a dúvida, para mostrar que a fé existe. Quanto mais dúvida, digo, mais forte a fé, se a fé vence a dúvida."

ROBERT BROWNING

Pode se provar a existência de Deus?

A fé não é uma confiança cega, oposta às evidências do mundo. Pelo contrário, a fé acredita que o mundo — que para o cristão é criação divina — está permeado de pistas da existência de Deus e de sua natureza. Condiz com o sermão que o apóstolo Paulo pregou no Areópago de Atenas (At 17) ao afirmar que é perfeitamente racional inferir a existência de Deus com base nas maravilhas da natureza e da percepção humana da divindade dentro de nós. Não se trata de "provas", mas de confirmações ou corroborações dos temas elementares da fé.

Conquanto os livros de filosofia mencionem às vezes que os teólogos desenvolveram "provas da existência de Deus", uma análise mais demorada mostra que estas não tinham a intenção de ser entendidas como "provas" no sentido estrito da palavra. Podem-se apresentar algumas razões muito boas para afirmar que Deus existe, mas elas não devem ser consideradas "provas" no sentido de "demonstrações lógicas rigorosas" ou "experiências científicas conclusivas". Anselmo da Cantuária (1033-1109) formulou o que veio a ser conhecido como "argumento ontológico". Segundo Anselmo, as ideias humanas sobre Deus podem ser interpretadas como demonstrações indiretas da existência de Deus. Tomás de Aquino propôs cinco vias por meio das quais a existência de Deus pode ser inferida da análise do mundo à nossa volta. A quinta via, às vezes chamada de "argumento teleológico", é particularmente interessante. Aquino assinala que o mundo exibe sinais óbvios

em suas pesquisas uma coisa importante que contradiz parte do trabalho do dr. Beta. Este reage com ceticismo — o que, diríamos, é perfeitamente natural, principalmente em se tratando de um cientista rigoroso e experiente. Acontece também que o pobre dr. Beta tem tendências paranoicas. Agora ele desconfia que outros cientistas estejam constantemente tentando enganá-lo ou humilhá-lo. Não confia mais neles.

Em que medida a dra. Alfa será capaz de convencer o dr. Beta? É pouco provável que consiga. Ela pode lhe mostrar seus cadernos de laboratório. "Aha", ele dirá. "Ficções!" Ela então lhe mostra as folhas que imprimiu do computador. "Mais mentiras", ele diz. Ela lhe mostra um filme do experimento. "É incrível o que se pode fazer hoje em dia com as imagens num computador, não é?", ele comenta com ar de escárnio. A dra. Alfa convoca ainda os técnicos, e todos, um após outro, confirmam que foram testemunhas oculares da experiência. "Você lhes pagou para que dissessem isso!", insiste.

de um projeto inteligente. Os processos e os objetos naturais parecem adequados a certos objetivos claros. Parecem ter um propósito ou ter sido projetados. No entanto, as coisas não se projetam a si mesmas: elas são causadas e projetadas por alguém ou por alguma outra coisa. Com base nessa observação, Aquino conclui que a fonte desse ordenamento natural é o próprio Deus.

Essas ideias depois foram desenvolvidas por John Polkinghorne (n. 1930), um dos principais físicos teóricos da Inglaterra, profundamente interessado pela teologia cristã. Polkinghorne enfatiza que o cristianismo, como as ciências naturais, preocupa-se em entender o mundo com base nos dados disponíveis. "A fé não é uma questão de fechar os olhos, cerrar os dentes e acreditar no impossível. É preciso dar um salto, mas um salto na luz, e não no escuro." A fé deve ser entendida como uma "crença motivada, baseada em dados concretos". Ela é rigorosamente baseada na reflexão sobre o mundo — sobre as várias "pistas" que este oferece no tocante a suas origens e a sua natureza. A melhor explicação dessas pistas remete a Deus.

O ponto fundamental aqui é que a fé cristã está além da razão, mas não lhe é contrária. A existência de Deus não é algo que se possa provar. De igual modo, não é algo que se possa refutar. É fácil deixar passar despercebido o fato de que o ateísmo também é uma fé. O ateu acredita que não existe Deus. Essa crença, porém, é tão difícil de provar quanto a crença cristã de que, de fato, Deus existe.

Por fim, a dra. Alfa recorre à prova que considera definitiva: "Então faça você mesmo a experiência e veja o que acontece!". "E bancar o tolo?", ele reage. "Jamais!" O dr. Beta sai furioso do laboratório. Como não consegue confiar, é incapaz de aprender. (Esse é o princípio por trás do antigo lema cristão "a fé procura compreender", e foi também o que disse Agostinho: "Creio para poder entender".) Qualquer que seja o conhecimento que se busque, sempre é preciso ter alguma espécie de fé para seguir em frente.

"A incredulidade de Tomé fez mais pela nossa fé do que a fé dos outros discípulos. Quando ele toca em Cristo, se convence e crê, toda dúvida é lançada fora e nossa fé se fortalece."

GREGÓRIO, o GRANDE

Fé e verdade

A fé religiosa não é totalmente diferente da fé que viemos discutindo até aqui. Trata-se simplesmente de uma variedade de fé adequada a seu objeto. Assim como pôr fé numa cadeira é semelhante a pôr fé no cônjuge, mas também é diferente, depositar fé numa divindade é semelhante aos dois exemplos citados, mas também, de certa forma, difere deles. As garantias por confiar num cônjuge, por exemplo, são diferentes das garantias da confiança em Deus. Conforme ensina o cristianismo, Deus geralmente é invisível para nós; assim, a atividade divina deve ser inferida de seus resultados ou crida com base em testemunhos confiáveis, ao passo que o cônjuge realiza inúmeros atos que nos são perceptíveis de imediato. São diferentes também

Ciência e religião

As ciências naturais e a fé cristã são inconciliáveis? Para alguns, as ciências naturais conduzem inexoravelmente ao ateísmo. É o que pensa, por exemplo, Richard Dawkins (n. 1941), professor de Oxford, autor de vários livros e ateu. De acordo com o professor, as ciências não só tornam Deus supérfluo, mas também o eliminam por completo na explicação do mundo. Contudo, as coisas estão longe de ser tão simples assim.

Um dos aspectos mais interessantes da história da ciência é que há bons motivos para pensar que a doutrina cristã da criação teve importância considerável no processo que deflagrou o surgimento das ciências naturais. Se “os céus proclamam a glória de Deus” (Sl 19.1), será que o estudo desses céus não nos tornará ainda mais capazes de desfrutar a glória divina? João Calvino dizia que o estudo da criação produz compreensão mais profunda do próprio Deus. Essa ideia se desenvolveu no que às vezes se chama de tradição dos “dois livros” — a saber, o livro da Escritura e o livro da natureza —, conforme proposta na Confissão Belga, documento calvinista de 1561. De acordo com o documento, o conhecimento de Deus pode vir de duas fontes: da Bíblia e “do Universo, que se estende diante dos nossos olhos qual livro belíssimo, em que todas as criaturas, grandes e pequenas, se assemelham a personagens que nos levam a contemplar as coisas invisíveis de Deus”. Estudar “o livro da natureza” era um meio amplamente aceito de admirar em maior profundidade o Deus que se deu a conhecer por completo e de modo definitivo na Escritura.

Há quem diga que as ciências naturais são, por definição, ateístas. Como não se recorre a Deus nas explicações científicas, disso se segue que as ciências são

os interesses de cada relação. Marido e mulher confiam com a própria vida um no outro, ao passo que o cristão confia que Deus o guiará e dirigirá em segurança para a eternidade.

Chegamos então a duas proposições cruciais acerca da busca de certeza no tocante à religião: é impossível, mas também desnecessária. Já estamos acostumados a correr o maior dos riscos relacionais na vida, seja por confiar em nosso cônjuge, seja por confiar num cirurgião, seja num salva-vidas. Tudo o que podemos fazer é nos entregar ao mesmo exercício de confiança também no que se refere à religião, como seres humanos conscientes de que não sabemos e não podemos saber de todos os detalhes antes de tomar uma decisão — *seja em que assunto for.*

ateístas. Isso não é verdade. O cristianismo trata da questão da seguinte forma: Deus é a causa de todas as coisas. Contudo, ao mesmo tempo que Deus é capaz de fazer certas coisas diretamente, ele delega eficácia causal à ordem criada. Para Aquino, isso aparece no conceito de "causalidade secundária". Deus não faz tudo pessoal e diretamente: ele age em outras causas e por meio delas. Contudo, essas causas secundárias devem ser consideradas extensões da causalidade primária de Deus, e não como alternativas a ela. Os acontecimentos no âmbito da ordem criada existem em relações causais complexas, que não negam de forma alguma sua dependência derradeira de Deus como causa final. O que se deve notar aqui é que a ordem criada demonstra, assim, relações causais que podem ser investigadas pelas ciências naturais e correlacionadas — por exemplo, na forma de "leis da natureza" — sem que isso de modo algum implique a cosmovisão ateísta ou a necessidade desta. Em termos bem simples: Deus cria um mundo dotado de uma ordem própria e de processos próprios, os quais podem ser investigados pelas ciências naturais.

O ponto fraco dessa abordagem é que Deus pode ser deixado de fora dos acontecimentos com uma facilidade alarmante. Conforme salientou Pierre-Simon Laplace (1749-1827) em seu *Tratado de mecânica celeste*, a ideia do sistema solar como um mecanismo autossustentável põe fim à necessidade de Deus. Todavia, o fato de que não é preciso recorrer a Deus nas explicações científicas não significa que as ciências pressuponham ou exijam o ateísmo, tampouco que a existência de Deus seja incompatível com elas.

Ao mesmo tempo, em nossos diversos relacionamentos — com amigos, colegas de trabalho, familiares, no comércio, com profissionais diversos —, agiremos bem se não confiarmos demais nem de menos nas pessoas. Cabe-nos *adequar* nossa fé, bem como nosso assentimento, às garantias oferecidas. Posso perfeitamente confiar num mecânico para que conserte meu carro, mas não pensaria em lhe pedir que olhasse meu filho pequeno. Posso também confiar muito bem num advogado para me redigir um testamento confiável, mas não necessariamente para namorar minha filha.

Em se tratando de relacionamentos mais críticos, porém, temos de tomar decisões mais radicais. Uma jovem que esteja noiva (vamos chamá-la de Maria) não tem como calcular precisamente o grau de confiança que pode depositar em seu futuro marido e, então, comportar-se em igual medida. Maria não pode comprometer apenas 60% da sua confiança no seu casamento e, portanto, estar somente “60% casada”, à espera de vir a casar-se “mais completamente” com seu marido à medida que o relacionamento for evoluindo e suas garantias forem, quem sabe, aumentando. No ato solene do casamento, Maria terá de decidir: “Sim” ou “Não”. Não tem como saber como será seu marido no futuro. Não tem sequer conhecimento certo e garantido de como ele foi no passado. Deve, no entanto, entrar nesse compromisso vitalício com base no que ela sabe de fato. Maria terá de confiar no futuro marido. No dia do casamento, ela terá de fazer um exercício de fé.

Mas não é só isso. Maria terá de pôr em prática sua fé todos os dias depois de casada, porque jamais conhecerá por completo o caráter do marido, tampouco saberá de todas as suas atividades quando ele estiver longe dela. Normal-

mente, diríamos que ela tem toda a razão de confiar nele com base no conhecimento cada vez maior que vai adquirindo a seu respeito. Na verdade, o normal é que sua fé no marido vá crescendo, assim como nossa fé em Deus cresce e se torna mais

forte e mais refinada à medida que nosso relacionamento com ele se estende e se aprofunda (Rm 4.19,20; 2Co 10.15).

É preciso observar que Maria deverá continuar confiando no marido até aquele triste dia (se é que haverá esse dia) em que sua fé será sufocada por motivos que a levarão a não confiar mais nele. Um perfume diferente na

"Você já esteve num lugar em que não há mais fé? É como um casamento em que não há mais amor."

GRAHAM GREENE

camisa, telefonemas de mulheres desconhecidas, falta de carinho, coisas que vão se somando — caso se somem demais, concluiremos que Maria não é mais digna de admiração por confiar nele, e sim tola. Maria precisa mudar de ideia, de compromissos e de vida diante dessa nova realidade.

Portanto, ter fé não significa suspender o pensamento crítico, nem no contexto secular nem no religioso. Podemos perfeitamente acreditar na religião x em vista do que aprendemos na vida até determinado momento. Todavia, a pessoa inteligente que depara com desafios intelectuais (aqueles que os filósofos contemporâneos chamam de “anuladores potenciais”) é obrigada a prestar atenção neles. É claro que não é preciso pôr de lado a fé ao primeiro sinal de dificuldade. Isso seria tão tolo quanto um cientista que jogasse fora anos de pesquisa porque obteve um resultado “errado” no laboratório. O pensador verdadeiramente crítico, porém, presta atenção a essas dificuldades. Com criatividade, ele se esforça para ver se é possível saná-las com seu atual esquema de pensamento, ou se é preciso modificar seu ponto de vista, ou ainda, em caso extremo, se é preciso abandonar sua teoria (sobre determinado processo químico, sobre o cônjuge ou sobre sua religião) e aco-lher outra melhor.

Na religião cristã, a fé repousa sobre afirmações que se pretendem verdadeiras. Cremos e confiamos por causa do que já sabemos. O cristão crê que sua esperança está “garantida” porque acredita que tem excelentes razões para confiar em Deus no que diz respeito ao futuro — razões que vão de argumentos históricos a experiências espirituais pessoais, passando por provas filosóficas. Inúmeros livros foram escritos no decorrer dos séculos apresentando provas e indícios da veracidade de várias crenças cristãs. Para milhões de pessoas, tais recursos se mostraram convincentes — ao passo que para outras, não.

Neste livro, porém, nosso propósito não é fazer a defesa da fé cristã, e sim explicá-la. Ainda assim, é importante fazer a seguinte observação básica. A religião do Antigo Testamento depende totalmente desta dinâmica fundamental: uma vez que Deus é o Deus que sempre foi fiel a nós no passado, sobretudo na ocasião crucial em que libertou Israel do Egito, conduzindo-nos à Terra Prometida, podemos confiar nele no que se refere ao futuro — e, portanto, nós lhe obedeceremos agora. “Grande é a tua fidelidade”, proclama o profeta Jeremias, mesmo em meio à enorme angústia e à dor causadas pelo aparente abandono de Israel (Lm 3.21-23).

É exatamente essa a forma da fé cristã: visto que Deus é o Deus que sempre foi fiel a seu povo no passado, sobretudo no momento crucial em que ressuscitou Jesus dos mortos, validando sua obra e dando um sinal da vindoura ressurreição universal, pode-se confiar em Deus em relação ao futuro (1Co 15).

Evidentemente, nem sempre é fácil confiar em Deus, sobretudo porque há inúmeras ocasiões e razões para duvidar que Deus seja bom e poderoso, ou mesmo que exista. O problema do mal — bem como vários outros questionamentos à fé cristã — continua sendo um problema de fato não só para os pensadores e os céticos, mas também para os crentes. O cristão não pode ter a esperança de resolver adequadamente todos esses problemas e depois descansar na perfeita certeza intelectual. As melhores mentes de todos os tempos enfrentaram essas questões e jamais chegaram a respostas definitivas, capazes de silenciar todas as dúvidas e sanar todas as dificuldades. Em vez disso, Deus nos deu alicerces suficientes para crer e, acima de tudo, mostrou-se totalmente bom e totalmente poderoso na pessoa e na obra de Jesus. Além do mais, o cristão desfruta a tranquilidade sincera que lhe é outorgada como dom pelo Espírito Santo, que o conduz em meio às provações mais terríveis da vida. Por isso, a Bíblia diz ao crente que ele pode desfrutar sossego, paz e consolo ainda que ande pelo vale da sombra da morte (Sl 23; Mt 11.28; 2Ts 2.16,17). Mas ninguém pode ter uma visão de Deus e dos seus caminhos que seja direta e absolutamente clara, capaz de dissipar as sombras e tornar a fé desnecessária. Portanto, a atitude fundamental do cristão é, na verdade, de fé, e não de pleno conhecimento (2Co 5.7; Gl 2.19,20).

Uma vez que Deus concedeu à humanidade fundamentos suficientes para a fé e a capacidade espiritual de percebê-lo e responder a ele pela fé, o cristão crê em Deus — apesar das aparências em contrário e apesar de suas dúvidas e receios — e age em conformidade com o que crê. Esse padrão aparece nos dois Testamentos e às vezes é chamado de “motivo indicativo/imperativo”: “Uma vez que X é verdade, devemos nos comportar de modo Y”. Tanto no hebraico quanto no grego bíblicos, deparamos com essa união da fé e da verdade. Crer implica agir. Um crê que o outro é fiel e, assim, é reciprocamente fiel. Na realidade, as palavras que nas línguas antigas designam “fé” são muitas vezes traduzidas por “verdade” nas Bíblias em inglês, assim como dizemos no dia a dia que “fulano é amigo de verdade” e “serei sempre verdadeiro com você”. Portanto, o vínculo entre fé e verdade não se resume a lembrarmos o que sabemos

do passado a fim de formular convicções acerca do futuro — isso é racionalizar demais a questão. A fé cristã refere-se sempre à pessoa como um todo, e não apenas à sua mente. Portanto, cremos que Deus foi verdadeiro e fiel no passado e que o será no futuro, por isso somos verdadeiros e fiéis com ele hoje — com a mente, o coração e as mãos.

Fé e revelação

Se a fé cristã fosse a fé num princípio cósmico, sua base talvez fosse a observação empírica desse princípio em ação, ou talvez uma dedução racional sobre a natureza desse princípio, ou até mesmo a intuição espiritual de sua existência. Como a fé cristã, em vez disso, é uma atitude de confiança pessoal num Deus pessoal, com o qual o cristão coopera, o alicerce dessa fé será a revelação pessoal. Conhecemos as pessoas e confiamos nelas não porque tenhamos colecionado informações a seu respeito tomadas do testemunho de outros, e sim porque observamos suas ações e ouvimos o que elas dizem. Acima de tudo, porém, aprendemos a confiar nelas à medida que de fato travamos contato com elas e elas passam a se relacionar conosco, e principalmente à medida que nos revelam algo do seu eu mais íntimo.

A base da fé cristã em Deus é a observação das palavras e atos desse Deus à medida que ele se relaciona com sua criação e principalmente com seu povo. Algumas pessoas, como os israelitas antigos ao pé do monte Sinai ou os apóstolos nas praias da Galileia, testemunharam diretamente os atos e palavras de Deus. De fato, o centro da revelação divina à humanidade não é uma mensagem, um texto ou um símbolo, e sim uma pessoa: a pessoa de Jesus Cristo. “Ele é a imagem do Deus invisível [...] Porque foi da vontade de Deus que nele habitasse toda a plenitude” (Cl 1.15,19). Em seu ministério terreno, Jesus não só falou sobre Deus à humanidade, mas também lhe mostrou Deus, uma vez que ele mesmo é Deus. Por isso, Jesus é chamado de “Palavra” ou “Verbo” preeminente de Deus, ou sua revelação: “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus [...] E o Verbo se fez carne e habitou

“Como é gloriosa a nossa fé! Em vez de aprisionar o coração, como imagina o mundo, ela o eleva e aumenta sua capacidade de amar, de amar com amor quase infinito, uma vez que persistirá inquebrantável além de nossa vida mortal.”

TERESA DE LISIEUX

entre nós, pleno de graça e de verdade; e vimos a sua glória, como a glória do unigênito do Pai” (Jo 1.1, 14). Deus veio ao nosso encontro, caminhou conosco e se revelou a nós.

Contudo, ao que parece, é apenas em um sentido indireto que o indivíduo pode se encontrar com Jesus hoje. Afinal, ele morreu e se foi. (Os cristãos, é claro, acreditam que ele foi para o céu e virá pela segunda vez.) Nenhum de nós caminhou pela Galileia com o Salvador. Não testemunhamos seus milagres, não ouvimos seus sermões, não presenciamos o testemunho dos apóstolos, não vimos o cumprimento das profecias, entre tantos outros acontecimentos. Em vez disso, temos de crer no testemunho fidedigno dos crentes que nos antecederam. E esse testemunho foi registrado de diversas formas para que fosse transmitido às gerações seguintes: nas “regras de fé” e em outros credos; nas

O lugar da tradição

A palavra “tradição” vem do latim *traditio* e significa “transmissão” ou “entrega”. A ideia é encontrada em várias partes da Bíblia. O apóstolo Paulo, por exemplo, lembrou seus leitores de Corinto que lhes estava transmitindo os ensinamentos fundamentais da fé cristã, os quais ele próprio recebera de outras pessoas (1Co 15.1-4). Estava entregando a eles o que lhe fora entregue. O termo “tradição” pode referir-se tanto ao ato de passar adiante os ensinamentos quanto ao corpo de ensinamentos assim transmitido. Portanto, a tradição pode ser entendida como processo e também como *corpo de ensinamentos*. As três últimas cartas do apóstolo no Novo Testamento, que tratam especialmente de questões de organização da igreja — 1 e 2Timóteo e Tito —, acentuam a importância de guardar “o bom depósito que vos foi confiado” (2Tm 1.14). Aquilo que foi transmitido ou confiado aos líderes da igreja — em outras palavras, a tradição — deve ser preservado e defendido.

Contudo, o Novo Testamento também usa a ideia de “tradição” em sentido negativo, designando as “ideias e práticas humanas que não foram autorizadas por Deus”. Jesus Cristo criticou abertamente certas tradições humanas dentro do judaísmo (veja, p. ex., Mt 15.1-6; Mc 7.13), que para ele comprometiam a palavra de Deus. O Novo Testamento acentua a importância de pôr à prova todas as tradições e conservar apenas aquelas em que se puder confiar (1Ts 5.20,21).

A importância da tradição ficou clara pela primeira vez durante uma disputa importante ocorrida no segundo século. A controvérsia gnóstica girava em torno de várias questões, entre elas a de saber como se pode obter a salvação. Os autores

liturgias que orientam a igreja na adoração adequada; nos sacramentos que refletem o evangelho; e principalmente na Bíblia.

O lugar da Bíblia

A Bíblia, assim como Jesus, também é chamada de Palavra de Deus, embora num sentido secundário. As Escrituras têm sido entendidas pelos cristãos ao longo dos séculos como o registro literário tanto dos atos poderosos de Deus no enredo da história da salvação quanto das interpretações que o próprio Deus deu desses atos. Esse registro foi produzido por muita gente — autores e editores em muitos séculos. No entanto, a composição da Bíblia sempre se deu sob a direção do Espírito Santo de Deus, de tal modo que a comunidade dos crentes — Israel na antiga aliança e a igreja na nova — reconheceu que cada

cristãos se viram às voltas com a necessidade de lidar com algumas interpretações questionáveis da Bíblia. Que fazer? A Bíblia devia ser considerada documento de autoridade inquestionável; contudo, será que todas as interpretações eram igualmente fidedignas? Evidentemente que a resposta era “não”. Que motivos, então, poderiam ser apresentados para rejeitar determinadas interpretações da Bíblia?

Ireneu de Lião, um dos maiores entre os primeiros teólogos da igreja, disse que os hereges simplesmente interpretavam a Bíblia conforme lhes aprazia. Os apóstolos não haviam legado à igreja apenas os textos bíblicos, mas também um modo determinado de ler e entender esses textos. A tradição, portanto, é que garante a fidelidade ao ensino apostólico original. Ela é a salvaguarda contra as inovações e as interpretações equivocadas que os gnósticos faziam dos textos bíblicos. Esse fato é da maior importância, uma vez que está por trás do surgimento dos “credos” — declarações dos pontos fundamentais da fé cristã, públicas e revestidas de autoridade.

Essa questão foi trabalhada mais extensamente em princípios do quinto século por Vicente de Lérins, que destacou a necessidade de padrões públicos segundo os quais as doutrinas pudessem ser julgadas. Contudo, qual era o padrão existente mediante o qual a igreja poderia ficar a salvo de erros? Para Vicente, a resposta era clara — a tradição. Ideias semelhantes foram elaboradas durante o período da Reforma por Martinho Lutero, que recorreu às interpretações tradicionais da Bíblia ao refutar as ideias de alguns de seus colegas mais radicais.

A interpretação da Bíblia

Há muito que a tarefa de interpretar a Bíblia (às vezes chamada "hermenêutica") e aplicá-la às situações enfrentadas pela igreja é considerada da maior importância. A própria Bíblia deixa claro que sua interpretação é muito importante. O livro de Atos, por exemplo, conta que um etíope, ao ler uma passagem do livro de Isaías (Is 53.7.8), reconheceu a necessidade de um intérprete que lhe explicasse o que estava escrito (At 8.30-35). Na Segunda Carta de Pedro, o autor diz que as cartas do apóstolo Paulo contêm algumas passagens difíceis, que podem ser mal interpretadas e distorcidas pelos ignorantes ou inconstantes (3.16).

O processo de interpretação, em geral, engloba três etapas. Em primeiro lugar, há a exegese (termo grego que significa "extrair" ou "expor"), que pode ser entendida como a extração do significado de um texto. Um dos temas fundamentais da interpretação bíblica é que nossa tarefa consiste em certificar-nos do que a própria Escritura diz, em vez de impor sobre ela nossas visões preconcebidas. Em segundo lugar, há a *integração*, em que o intérprete procura correlacionar o que diz um trecho bíblico específico com o que dizem outros textos bíblicos, na tentativa de garantir a transmissão do testemunho bíblico em toda a sua integralidade. A interpretação de textos isolados ou fora de contexto (estratégia em que se toma um texto isoladamente para provar alguma coisa) é rejeitada quase unanimemente. Por fim, chegamos ao processo de *aplicação*, cujo objetivo é unir pensamento e ação, permitindo que nossa interpretação da Bíblia molde a nossa conduta.

livro completo da Bíblia leva o selo da aprovação divina. Essa ideia da supervisão divina na produção da Bíblia é conhecida tecnicamente como *inspiração*.

Os críticos modernos da doutrina da inspiração destacam que as Bíblias que hoje temos são traduções de cópias de cópias de cópias — de uma série de manuscritos que remontam às brumas da história. Ao longo dos séculos, diferentes termos aparecem nos mesmos versículos neste ou naquele manuscrito — ou mesmo em toda uma “família” de manuscritos. De acordo com esses críticos, as “variantes” comprometem a autoridade da Bíblia, porque não se pode saber com certeza o que a Bíblia diz definitivamente neste ou naquele caso.

Em fins do século 19, alguns cristãos protestantes procuraram proteger a autoridade da Bíblia e a doutrina da inspiração restringindo o fenômeno da inspiração aos textos efetivamente redigidos pelos autores bíblicos — Isaías,

Na Idade Média, essa estratégia se consolidou na utilização de um esquema às vezes chamado de "sentido quádruplo da Escritura". De acordo com esse esquema, a Bíblia tinha quatro níveis de significado: o sentido literal do texto, dado por seu contexto histórico original; sua aplicação a questões de doutrina; suas implicações para o comportamento cristão; e sua relação com a esperança cristã. Na época da Reforma surgiram outros esquemas, quase sempre reconhecendo no texto um sentido "literal" e um sentido "espiritual". Mais recentemente, tem sido enfatizado o caráter literário da Escritura. Alguns autores modernos têm ressaltado a necessidade de tratar história como história e poesia como poesia, em vez de reduzir tudo ao mesmo nível.

Uma questão que continua especialmente importante no cristianismo contemporâneo é saber quais passagens bíblicas devem ser entendidas literalmente e quais devem ser lidas metafórica e simbolicamente. Por exemplo, os primeiros capítulos de Gênesis devem ser tratados como história científica ou como uma interpretação do lugar da humanidade no Universo? As profecias do livro de Apocalipse devem ser interpretadas literalmente, como uma espécie de linha do tempo para o fim do mundo, ou seriam uma forma de tranquilizar o cristão, mostrando-lhe a presença constante de Deus no mundo a despeito das perseguições e tribulações? Entretanto, é importante observar que jamais se considerou que o debate em torno da melhor forma de interpretar tal ou qual passagem bíblica implica um esvaziamento da autoridade da Escritura.

Mateus, Paulo e os demais. Esses manuscritos *autógrafos* seriam inerrantes, uma vez que foram guiados palavra por palavra pelo Espírito Santo de Deus. Portanto — assim se dizia na época —, uma vez que temos aproximações razoavelmente precisas dos originais (conforme nos assegura a ciência histórica da crítica textual, especializada em lidar com esse tipo de coisa), podemos ter certeza de que a Bíblia que hoje temos em mãos é confiável como Palavra de Deus.

Esse argumento ainda tem força considerável, desde que seja empregado com ressalva e também com muito cuidado. A ressalva é esta: a doutrina da inspiração deve ser aplicada a todo o processo pelo qual os vários escritos bíblicos foram primeiramente redigidos, depois editados e, por fim, reconhecidos pelo povo de Deus em sua forma final e definitiva — isto é, num cânon. (A palavra "cânon" significa regra ou padrão; portanto, os itens que, juntos,

atendem a esse padrão são chamados de “cânon”; no caso, o cânon bíblico.) Os cristãos, portanto, não devem tentar defender esses manuscritos originais nem lamentar a sua perda. Também não devemos nos preocupar em saber quem escreveu qual parte do Pentateuco; se há mais de um “Isaías” e assim por diante. São questões interessantes e importantes que afetam nosso entendimento da

“Os sacramentos não só pressupõem a fé, mas também, por meio de palavras e objetos, a alimentam, fortalecem e exprimem. Por esta razão, são chamados ‘sacramentos da fé’. Conferem certamente a graça, mas, além disso, o próprio ato de celebrá-los prepara os fiéis do melhor modo possível para receberem frutuosamente essa graça, cultuarem devidamente a Deus e praticarem a caridade.”

CONCÍLIO VATICANO II

Bíblia. Contudo, elas não afetam a questão fundamental da inspiração, da canonicidade e da autoridade. Em vez disso, devemos exaltar o fato de que nossas traduções dos textos bíblicos do hebraico e do grego correspondem a 98% das versões canônicas aceitas pelos judeus dos dias de Jesus (no caso do Antigo Testamento) e pelos cristãos dos dois primeiros séculos (no caso do Novo Testamento).

Feita essa ressalva, lembramos que o cristão deve ter o cuidado de ler e aprender sempre o máximo que puder da Bíblia, a fim de que possa formar uma visão tão abrangente e equilibrada quanto possível da revelação escrita de Deus. Nenhuma

doutrina ou prática importante deve se basear em um versículo apenas — principalmente porque esse versículo talvez faça parte daqueles supostos 2% de material discutível. Ao contrário, as doutrinas e práticas devem ser formuladas com base em uma leitura ampla, cabal e integrada de todo o cânon da Escritura.

É verdade que os cristãos nunca chegaram a um acordo perfeito quanto à extensão da inspiração divina. Os primeiros cristãos seguiram a prática de Jesus de aceitar as Escrituras hebraicas como palavra escrita de Deus. Como complemento e cumprimento desses livros, chamados de Antigo Testamento ou “livros da antiga aliança”, a igreja primitiva acrescentou os livros do Novo Testamento. Todos os cristãos reconhecem esses livros como as Escrituras Sagradas.

Contudo, entre o primeiro e o segundo conjunto de documentos, os judeus escreveram outros livros religiosos (conhecidos como Apócrifos) que a igreja de princípios da Idade Média traduziu e aos quais respeitava — sobretudo os que constavam da Vulgata, a tradução latina de Jerônimo, muito estimada mas

não totalmente precisa, levada a cabo no quarto século. Os católicos romanos passaram a crer que a própria tradução de Jerônimo fora divinamente inspirada e tratavam os Apócrifos como livros da Escritura; os ortodoxos e alguns anglicanos têm veneração por esses livros, os quais, porém, são ignorados pela maior parte dos protestantes.

Portanto, quaisquer que sejam suas convicções em relação aos Apócrifos — se devem ou não pertencer ao cânon da Sagrada Escritura —, todos os cristãos concordam que o Antigo e o Novo Testamentos constituem a revelação escrita de Deus, a “Palavra”, para eles. No centro da narrativa da Bíblia, é claro, está Jesus Cristo, a revelação suprema de Deus e a base da fé cristã — a Palavra (pessoal e definitiva) de quem a Palavra (escrita) dá testemunho.

Deus se revelou em muitas outras ocasiões e muitos outros lugares mediante visões, sonhos, profecias e outros meios. Ele revelou algo de si na própria criação — o mundo natural e, principalmente, os seres humanos — tal como um artista se revela em sua obra. E Deus pôs no coração de todos os homens o que João Calvino chamou de *sensus divinitatis*, o “sentido de divindade”, por mais que este tenha sido corrompido ou distorcido.

Todas essas revelações, porém, não levam niguém à fé salvadora. O pecado está por demais entranhado no coração humano. Ele cega a humanaidade, torna-a surda e insensível, enlouquece-a de tal modo que ela não percebe o que é melhor para si, preocupando-se, em vez disso, com distrações e trivialidades. A humanidade não enxerga com clareza, não raciocina direito, não escolhe com sabedoria e não ama como deveria. Portanto, não dá a devida atenção à revelação divina. Com efeito, o chamado original de Cristo no evangelho conclama a todos: “Arrependei-vos e crede” — a fé genuína só surge acompanhada do arrependimento genuíno (Mc 1.15).

Cumpre reconhecer ainda que o pecado não é o único problema. O que os cristãos dizem de Jesus de Nazaré tem alcance cósmico literalmente. Quando Jesus perguntou aos discípulos o que as pessoas diziam a seu respeito, eles responderam que alguns se referiam a ele com os maiores elogios possíveis: Jesus era um grande profeta e talvez até um antigo profeta, como Elias ou Jeremias,

"Nada que seja verdadeiro, belo ou bom é inteiramente compreensível em seu contexto histórico imediato; portanto, é pela fé que somos salvos."

REINHOLD NIEBUHR

ressuscitado dos mortos (Mt 16.13-17). Contudo, quando Pedro confessou que Jesus era, na verdade, o Cristo, ou Messias — o Libertador de Israel aguardado havia tanto tempo —, Jesus lhe disse que ele era “bendito”, e não “perspicaz” ou “preciso”: o próprio Deus revelara essa verdade a Pedro. Não havia como um judeu chegar a essa conclusão por conta própria, mesmo tendo testemunhado vários milagres de Jesus, porque Jesus não parecia o Messias que os judeus daquela época esperavam. Mais difícil ainda de aceitar para um judeu era a ideia de um messias crucificado, uma espécie de contradição que equivalia a “o abençoado maldito” e, portanto, uma “pedra de tropeço” para os judeus — além de “loucura” para os gentios (1Co 1.23). Desde aquela época, também é verdade que é preciso fé considerável — na verdade, um dom sobrenatural de fé — para crer que aquele carpinteiro do interior, que foi crucificado por incomodar os políticos, era de fato o Filho de Deus encarnado e o Salvador do mundo.

Os cristãos concordam, portanto, que, para alguém confiar em Jesus como o Salvador e Senhor, o Espírito Santo de Deus deve produzir um ato de revelação no coração dessa pessoa, mostrando-lhe a verdade da Bíblia, sobretudo a verdade de sua mensagem central sobre Jesus Cristo. Aliás, o Espírito Santo deverá mostrar-lhe bem mais do que a verdade dessa boa-nova. Isto porque, convém frisar de novo, a atitude de fé do cristão é sobretudo atitude de confiança na pessoa de Deus, e não de mero assentimento à doutrina fidedigna ou à autoridade delegada da igreja. O crente verdadeiro deve ter um encontro pessoal com Jesus, a percepção espiritual real de Deus em Cristo. Somente assim o indivíduo terá acesso à fé genuína e salvadora *em Deus*, em vez de adquirir simplesmente um conjunto de crenças verdadeiras *sobre Deus* (2Co 4.6).

Na verdade, alguns estudiosos detectaram uma inovação linguística no grego do Novo Testamento — particularmente nos escritos de João — o acréscimo da preposição “em” ao verbo “creer”. A novidade aparece quase sempre em expressões do tipo crer “em Jesus” ou “no nome de Jesus” — as duas únicas exceções se referem à crença “em Deus”. Essas locuções lembram as palavras de Paulo quando ele diz que o cristão é incorporado ao corpo de Cristo, de modo que está “em Cristo”. Lembramos também da imagem peculiar de João quando ele diz que o cristão deve “permanecer em Cristo”. Esse modo de se expressar é profundamente pessoal — íntimo mesmo.

Essa é a experiência, o encontro, que o Espírito Santo proporciona. Na verdade, a divisão absurda que parte da teologia moderna postula entre o “Jesus

da história” e o “Cristo da fé” é sanada e selada pela revelação imediata do único Senhor Jesus Cristo a cada crente pelo Espírito Santo de Deus.

Vemos mais uma vez as marcas da relação pessoal na fé cristã. Vemos quanto é importante que nos comportemos de maneira adequada em nossa relação com Deus — mesmo que nosso objetivo seja investigá-lo — se quisermos ter uma revelação verdadeira e suficiente dele. Lembra-se da noiva nervosa? Se ela não é capaz de acreditar em nada do que seu noivo diz sem uma corroboração, digamos, de caráter legal (“Como posso ter certeza de que você tem mesmo o emprego que diz ter? Como posso ter certeza de que você não é um cafetão ou bígamo? Posso contratar um detetive particular para vigiá-lo no mês que vem?”), a maioria das pessoas diria que seu relacionamento está fadado ao fracasso. Ela jamais ficará satisfeita — e o amor de ambos jamais vai prosperar — enquanto cultivar essas suspeitas exageradas. Sempre haverá a possibilidade de que ela torça os dados que obtiver para se encaixarem em suas fantasias mais obscuras.

Pior do que isso, porém, é a probabilidade de que, em face de tal suspeita, seu noivo possa (e provavelmente é o que fará) decidir não revelar mais nada a seu respeito a ela. Ele simplesmente se retirará, sentindo-se insultado, tratado com menos confiança do que se considera merecedor. Não vai querer ter mais nada com aquela mulher esquisita que toma todas as decisões sozinhas. Isso é o que acontece nas relações pessoais. É a parte “investigada” quem decide se vai, ou não, revelar mais de si ao “investigador”. E, se o investigador não avançar aos poucos na fé que deposita em seu novo amigo, ele corre o risco de pôr a perder totalmente a relação sob o peso esmagador de sua arrogante exigência de tudo saber conforme julga melhor.

De um ângulo positivo, porém, pode-se concluir que a fé sempre tirará proveito de um diálogo dialético e frutífero entre razão e revelação. Para a fé, ambas são dons de Deus a serem recebidos com alegria e gratidão, e ela empenha seu tempo em correlacionar de maneira proveitosa as duas para com isso aprender tudo o que for possível sobre Deus e seus caminhos pelo mundo.

“O que percebemos pela fé vocês tentam provar por meio de argumentos e com frequência não conseguem nem sequer expressar o que vemos. Portanto, é evidente que a percepção que vem da fé é superior às suas conclusões sofísticas e mais segura que estas.”

ANTÃO DO EGITO

O que é teologia?

A maior parte dos termos técnicos tem como base a língua grega. As palavras que terminam em “-logia” derivam do termo grego *logos*, que significa algo como “discurso” ou “exposição”. “Biologia”, por exemplo, quer dizer “discurso sobre os seres vivos” (do grego *bios*, “vida”). A “teologia”, por conseguinte, é o “discurso sobre Deus” (do grego *theos*, “Deus”). Em certo sentido, é evidente que todos os cristãos são teólogos, porque todos querem falar sobre Deus. Contudo, a palavra “teologia” passou a ter um sentido mais preciso. Pode-se conceber a teologia como um exame sistemático da fé cristã fundamentado na Bíblia. “A teologia é a ciência da fé. É a explicação consciente e metódica da revelação divina recebida e apreendida pela fé” (Karl Rahner). A teologia não é — e jamais pretendeu ser — um substituto da Escritura. Pelo contrário, ela é ferramenta de aprendizado para a leitura da Escritura. Tal como as lentes dos óculos, a teologia põe o texto da Escritura em foco, o que possibilita ao leitor observar coisas que teriam passado despercebidas não fosse por ela e proporciona o entendimento correto de coisas que, sem ela, apareceriam distorcidas. A teologia está sempre “sujeita” à Escritura; ela é sua serva, e não sua senhora.

Uma boa maneira de pensar na relação da teologia com a Bíblia foi apresentada por Thomas Guthrie (1803-1873), grande pregador escocês do século 19. Ele baseou seu método nos diferentes ambientes em que crescem as flores. Segundo Guthrie, a Bíblia é como a natureza, onde plantas e flores crescem livremente em seu habitat natural, sem nenhuma ordem imposta pelas mãos humanas. Todavia,

É claro que a fé cuida para que a razão humana não repreima a revelação. Também não dá muita importância a qualquer interpretação humana da revelação divina. Em vez disso, ela confia em Deus para que guie o crente, a família cristã, a igreja local e outros indivíduos e instituições de fé ao conhecimento dele e de sua vontade, que melhor os dotará para que amem a Deus e façam sua obra neste mundo.

De fato, a fé cristã espera que Deus às vezes guie certas pessoas e grupos de forma bem direta, sobretudo em se tratando de assuntos cruciais. Alguns cristãos acreditam que Deus faça isso ainda hoje por meio de profecias; outros, que ele faça isso mediante inclinações interiores menos diretas, mas ainda assim poderosas; outros, que Deus os guia por meio das reflexões que fazem sobre as Escrituras e por meio dos fatos mais imediatos da vida. Alguns cristãos

o desejo de ordenar as coisas faz com que essas mesmas plantas sejam colhidas e dispostas em jardins botânicos de acordo com suas espécies, para que possam ser estudadas individualmente de modo mais detalhado. As mesmas plantas, portanto, são encontradas em dois contextos diferentes — um contexto natural e um contexto que resulta de uma ordenação humana. A teologia é a tentativa do homem de organizar as ideias da Escritura, arranjando-as de modo ordenado para que suas mútuas relações sejam mais bem compreendidas.

Portanto, o que faz a teologia? Duas de suas funções são de especial importância. Em primeiro lugar, ela nos ajuda a sintetizar o que encontramos na Escritura: a imensa riqueza do testemunho bíblico acerca de Deus, de Jesus Cristo, da natureza humana e do destino. Nesse sentido, a doutrina da Trindade pode ser considerada um resumo do testemunho bíblico sobre a pessoa e as ações de Deus.

Em segundo lugar, a teologia integra essas ideias bíblicas, costurando-as num todo coeso e coerente. Ela reúne as declarações bíblicas e tem por objetivo pintar o quadro geral para o qual todas elas apontam. As declarações bíblicas individuais são como tijolos que formam um grande edifício. São como pinceladas que se combinam para produzir uma esplendorosa pintura. Podem também ser entendidas como as peças de um quebra-cabeça. À medida que as peças se encaixam, um desenho vai se revelando. A teologia tem como objetivo juntar as peças bíblicas para enxergarmos o desenho inteiro. Com isso, ela expande a nossa visão de Deus, o que nos capacita a conhecer e adorá-lo de modo mais eficaz.

recorrem às três maneiras citadas para receber a direção divina. A fé é mais do que crer que Deus conduziu seu povo no passado remoto. A fé caminha com Deus no presente e em direção ao futuro numa relação verdadeiramente pessoal de comunicação, amor, celebração e trabalho.

A fé cristã, portanto, consiste simplesmente em responder a Deus da maneira devida quando ele se revela a nós. O cristão acredita que Deus é grande, bom e sábio e que nós, seres humanos, devemos ser humildes, agradecidos e obedientes. Acredita que Deus sabe o que o futuro lhe reserva e o conduzirá à paz eterna, ajudando-o a enfrentar as

"Nada que valha a pena ser provado pode ser provado, tampouco refutado.
Portanto, seja sábio,
apegue-se sempre ao lado
mais ensolarado da dúvida."

ALFRED LORD TENNYSON

provações e os obstáculos da era atual. Portanto, o cristão confia em Deus no tocante ao seu futuro e o segue no presente. Tem fé na fidelidade de Deus e, portanto, também será fiel.

A religião na vida humana

É claro que os cristãos não são os únicos a pôr sua fé em Deus ou em um deus. Eles devem muito à religião teocêntrica do judaísmo primitivo e à religião anterior do antigo Israel, cujas Escrituras formam boa parte da Bíblia cristã. Os cristãos reconhecem as semelhanças entre seu ponto de vista acerca de Deus e a visão de Deus que se configurou posteriormente na religião islâmica — também monoteísta (ou seja, caracterizada pela crença num único Deus), com raízes no cristianismo e no judaísmo. De fato, pode-se traduzir a palavra “islâ” como “submissão” a Deus ou “dependência” de Deus. Judeus, cristãos e muçulmanos, em geral, reconhecem que sua visão de Deus não é idêntica. Contudo, todos eles confiam num Deus pessoal que os liberte, pela graça, do pecado e do sofrimento.

Além disso, o modelo geral em que o fiel deposita sua confiança numa divindade provedora de bênçãos que não podem ser merecidas nem asseguradas pelo indivíduo aparece em diversas religiões do mundo. A variedade mais conhecida de hinduísmo, por exemplo, é o *bhakti* ou “devoção” a um deus — seja ele Vishnu, Xiva, Krishna, Ganesha, seja outra qualquer das muitas divindades do hinduísmo. Esses deuses ajudam seus seguidores a alcançar a bem-aventurança espiritual — chamada, às vezes, de “céu” — além do seu ciclo de reencarnações. O “grande veículo” do budismo, o *Mahayana*, apresenta uma ampla gama de budas e bodhisattvas (“iluminados”) dispostos a ajudar os crentes na caminhada em direção à libertação do nirvana — um estado de perfeita felicidade. As religiões tribais do mundo todo também falam de deuses — e quase sempre de um Deus Supremo, que virá em socorro de quem suplica por ele.

É preciso reconhecer que muitas religiões do mundo não têm nada parecido com a dinâmica da fé cristã. Nelas, não há um Deus nem deuses em quem os crentes depositem sua confiança e certamente não há nenhum salvador pessoal que perdoe nossos pecados e nos conceda o dom da vida eterna. As duas outras grandes tradições do hinduísmo são “o caminho da ação [correta]” (*carma marga*) e o “caminho do conhecimento [correto]” (*jnana marga*) — ambos os

quais requerem que o hindu resolva da melhor maneira possível seus problemas com o apoio dos ensinamentos e dos rituais da comunidade, mas sem ajuda alguma da divindade. No budismo, a antiga “tradição dos anciãos” (*teravada*) também exige heroísmo religioso da parte de todos os que esperam escapar do ciclo dos renascimentos, que, não fosse por isso, seria interminável. Esses indivíduos se submetem aos rigores da meditação e da ascese sob a orientação das escrituras budistas, da comunidade dos crentes e do exemplo — mas não da ajuda pessoal efetiva — do Buda, morto há séculos. De modo geral, somente os monges têm alguma chance de êxito na presente vida. O antigo taoísmo e algumas formas de confucionismo também dão pouca importância a pedir ajuda aos céus e aos deuses (embora muitas versões populares dessas religiões chinesas realmente peçam). Por fim, diversas filosofias de vida da cultura ocidental — que, para muita gente, fazem o papel de religiões — não têm nenhum conceito de um Ser transcendente a quem se possa pedir favores ou de quem se possa esperar que os conceda.

Portanto, não devemos mais insistir no hábito ocidental de usar o termo “fé” como sinônimo de “religião” (p. ex., “a fé cristã”, “a fé budista”), uma vez que muitas religiões, na verdade, não praticam a fé. Ao mesmo tempo, os cristãos não devem perpetuar a ideia muito comum de que “somente os cristãos pregam a ‘graça divina’ que o crente recebe pela fé, ao passo que as outras religiões pregam apenas ‘obras’ por meio das quais os crentes se tornam merecedores do favor divino”. Vimos que o entendimento cristão de fé inclui a fidelidade, isto é, obediência agradecida e confiante. Reconhecemos que o cristianismo, assim como o judaísmo e o islã, bem como outras religiões, pode se transformar numa espécie de legalismo religioso em que as pessoas se parabenizam por seus escrúpulos e esperam que Deus faça o mesmo. E sabemos, por fim, que muitas outras religiões pregam que a bondade humana não é suficiente para conquistar a bênção de Deus, e que essa bênção é recebida exclusivamente por meio de um favor sobrenatural.

O cristianismo e as outras religiões

Como o cristianismo se difundiu em várias culturas do mundo, ele se viu por isso às voltas com todas essas outras religiões. Os missionários cristãos, os líderes de igreja e os teólogos discutem como lidar com elas. Seriam buscas genuínas de Deus? Seriam verdadeiros dons de Deus? Ou seriam, ao contrário,

meros substitutos humanos da verdadeira religião ou, quem sabe, até falsificações de inspiração satânica? Qual seria a mais adequada resposta cristã ao encontro dessas alternativas?

Todos os cristãos concordam que as religiões são uma mistura do que Deus revelou de sua verdade a este ou àquele povo; do que os seres humanos fizeram com essa revelação (para o bem ou para o mal); e do que os espíritos malignos teriam estimulado os devotos a fazer (ou desfazer) com ela. Sendo misturas desse tipo, as religiões conseguiram apenas, na melhor das hipóteses, promover em certa medida a ordem social, a moralidade básica e a esperança. Conseguiram ao menos refrear um pouco o mal e promover um pouco o bem. Nos piores casos, elas legitimaram a opressão, incentivaram a violência e promoveram a subserviência aos sacerdotes e aos príncipes. (Os cristãos reconhecem que sua religião também produziu esses dois tipos de efeitos.) Os missionários cristãos em geral saudaram o bem que encontraram nesta ou naquela religião e procuraram edificar sobre ele sem deixar, porém, de chamar as pessoas, os povos e as culturas à conversão, para que recebessem desse modo a devida orientação de toda a existência humana: a fé em Jesus Cristo. Com efeito, os missionários

muitas vezes tiveram de ter um discernimento muito grande para saber se, em relação a uma crença ou prática específica, o cristianismo viria como substituto, cumprimento, correção ou complemento.

Além disso, os cristãos concordam que ninguém se salva pela prática correta de uma religião — nem mesmo do cristianismo. A fé confia na misericórdia de Deus, e não nos feitos espirituais da pessoa. Somente Deus pode nos salvar, e os

crentes só recebem essa salvação mantendo uma atitude de confiança humilde, obediente e agradecida — enfim, uma atitude de fé.

Além desse consenso, porém, os cristãos não são unâimes em relação ao que precisamente Deus faz nas outras religiões ou por meio delas — se é que faz algo. Os cristãos acreditam que os seguidores de outras tradições religiosas podem, pela graça divina, ter um vislumbre verdadeiro (embora distorcido e incompleto) de Deus nos ensinamentos da sua religião e, o mais importante,

"Tenho o anseio de
compreender um pouco
da tua verdade, em que o
meu coração crê e ama.
Com efeito, não busco
compreender para crer, mas
creio para compreender. Por
isto também creio: porque,
se não cresse, não poderia
compreender."

ANSELMO DA CANTUÁRIA

nas percepções de seu coração. Se, também pela graça de Deus, essas pessoas receberem Deus como seu Senhor e se entregarem à sua misericórdia tomando-o como seu Salvador, elas efetivamente serão salvas. Os cristãos que adotam essa posição — às vezes chamada de *inclusivismo* — compartilham com os demais cristãos tradicionais da solene convicção de que a base da salvação é a obra de Jesus Cristo a nosso favor. Contudo, os inclusivistas acreditam que — a exemplo dos crentes do Antigo Testamento — não é necessário que o indivíduo tenha conhecimento efetivo de Jesus para se beneficiar de sua ação salvadora. É preciso que tenha, sem dúvida, conhecimento genuíno do único Deus verdadeiro e que responda a ele da única forma apropriada — com fé. Conforme Hebreus 11.6: “Sem fé é impossível agradar a Deus, pois é necessário que quem se aproxima de Deus creia que ele existe e recompensa os que o buscam”. Se a pessoa tem essa fé, os inclusivistas têm esperança de que ela se salve.

Os inclusivistas também acreditam na importância da obra missionária, porque valorizam muito a divulgação a todas as pessoas dos benefícios da Bíblia, da tradição cristã, dos sacramentos, da comunhão da igreja cristã e de outros dons de Deus concedidos ao seu povo. Os inclusivistas reconhecem que o aperfeiçoamento de uma fé cristã madura, pura e devidamente orientada — uma fé que creia, pratique e ame corretamente — só pode ocorrer num ambiente cristão. Todo outro tipo de fé, na melhor das hipóteses, é incipiente e malformado. Por isso, prosseguem com alegria e dinamismo na antiga atividade de, seguindo a orientação de Jesus, “fazer discípulos de todas as nações” (Mt 28.19).

A maior parte dos cristãos ao longo dos séculos, porém, parece ter adotado uma opinião diferente. Eles entenderam que a Bíblia ensina que a salvação se restringe àqueles que ouvem o evangelho de Jesus Cristo e respondem positivamente pelo menos àquela narrativa mínima a seu respeito — essa posição, por conseguinte, é chamada às vezes de *restrictivismo*. Grande parte desses cristãos acredita que todos devem ouvir sobre Jesus e tomar uma decisão a respeito dele

“A fé é o primeiro fator de uma vida dedicada ao serviço. Sem ela, nada é possível. Com ela, nada é impossível.”

MARY MCLEOD BETHUNE

“A razão é a mão esquerda da alma; a fé, a direita.”

JOHN DONNE

O homem em busca de Deus

Desde os primórdios da história registrada, as pessoas sempre tiveram o desejo de ir além do que conseguem ver, sentir e tocar a fim de descobrir o que há no centro do Universo. Contemplar as maravilhas do cosmo suscita algumas perguntas. É como se houvesse dentro de nós uma espécie de anseio por propósito ou sentido que nos impele a procurar pistas do significado do Universo. Contemplamos a glória do céu noturno imaginando se a beleza silenciosa das estrelas pudesse lançar luz sobre o enigma do destino humano. Será que nossa verdadeira pátria está em algum lugar além deste mundo? Apreciamos a beleza resplandecente de um pôr do sol e ao mesmo tempo nos perguntamos se a sensação de beleza que ele desperta em nós não seria um indicador de outro mundo mais belo que ainda não descobrimos. O livro de Jó compara a busca humana de sabedoria à prospecção de metais e pedras preciosas nas profundezas da terra. Eles jazem ocultos à vista dos homens e devem ser procurados.

Paulo, quando discursou em Atenas (At 17), parece ter baseado sua proclamação do evangelho nesse anseio humano por significado. Para Paulo, Jesus Cristo é a resposta à longa e infrutífera busca do homem pelo sentido da vida. O apóstolo iniciou seu discurso na Colina de Marte (também conhecida como "Areópago") observando que os atenienses eram famosos por sua religiosidade. Tinham consciência dos aspectos espirituais da existência e, como as demais pessoas, queriam descobrir o sentido da vida. Paulo chamou a atenção dos ouvintes para um altar

durante esta vida, caso contrário se perderão para sempre. (Um pequeno contingente de cristãos acredita que Deus dá a todos essa oportunidade de ouvir a mensagem, mas não apenas durante a vida, mas também na hora da morte ou talvez imediatamente depois dela.) Esse ponto de vista, portanto, é conhecido como *particularismo* — isto é, a salvação só pode ser recebida no contexto particular de fé em Cristo, em resposta à mensagem do evangelho. A fé pura e simples numa visão nebulosa de Deus não basta. Portanto, a obra missionária que ensina a respeito de Jesus e chama para o arrependimento e a fé é o trabalho mais importante e imprescindível da igreja, não importa que outras obras ela faça no mundo para glorificar a Deus e beneficiar a criação.

Uma terceira visão foi sustentada por um número pequeno de cristãos ao longo da história, e muitos duvidam de que essa alternativa ao menos seja uma opção cristã realmente viável. Ela se manifestou sobretudo nas sociedades

que tinha visto em Atenas com a seguinte inscrição: "Ao deus desconhecido". Quem havia construído o altar tinha plena consciência de que havia, em seu interior e na natureza, uma presença que não era possível conhecer ou nomear. Paulo afirma-se capaz de identificar esse deus sem nome e sem rosto. "Este que honrais sem conhecer, eu vos anuncio." Para Paulo, há uma presença pessoal no âmago do cosmo, alguém que nos criou para que pudéssemos nos relacionar com ele.

João Calvino dizia que a busca do homem por Deus é impulsionada por dois fatores: a "percepção da divindade", que sentimos dentro de nós, e a sensação de perplexidade diante da ordem natural à nossa volta. O filósofo Immanuel Kant (1724-1804) teve uma ideia parecida: "Duas coisas me enchem a mente de admiração e assombro cada vez maiores: o céu estrelado acima de mim e a lei moral dentro de mim". Ambos poderiam ser indicadores de Deus. Conforme observa Calvino, a crença em Deus é uma das características mais universais da natureza e da cultura humanas. Contudo, Calvino observou também que isso podia desviar as pessoas. A busca de Deus pelo homem, muitas vezes, levou à idolatria ou à invenção de deuses apropriados para as necessidades das pessoas. Para Calvino, essa busca deve nos levar a indagar como e onde Deus pode ser encontrado — e, desse modo, a encontrá-lo pela revelação.

O Deus conhecido de forma limitada por meio da natureza e da experiência revelou-se plenamente em Cristo e por meio da Escritura.

modernas afetadas pelo contato com outras religiões e que buscam formas de cooperar com os devotos dessas religiões. Para esse grupo, o cristianismo é apenas uma entre muitas formas autênticas e saudáveis de religião — por isso tal ponto de vista recebe o nome de *pluralismo*. Outras grandes tradições religiosas têm sido satisfatórias para milhões de pessoas e têm produzido pessoas de elevado caráter moral. É claro que o pluralismo não legitima todas as religiões, uma vez que algumas delas se mostraram opressivas e horríveis — o que culmina até mesmo em sacrifícios humanos de todo tipo. As grandes religiões, porém, parecem ser todas igualmente boas e, portanto, devem ser louvadas como tais.

Fica claro nesse ponto de vista que o tema da fé na misericórdia de Deus para a salvação saiu de cena em favor de uma dinâmica religiosa de desafio e realização moral. Nesse sentido, a figura de Jesus Cristo — suprema nas duas

Modernidade

Até muito recentemente, o Ocidente era dominado por uma visão de mundo conhecida em geral como “modernidade”. Embora a palavra “moderno” possa significar “muito recente”, ela hoje tem o sentido mais específico de “algo que reflete a perspectiva do Iluminismo”. Ainda que sociólogos e estudiosos da história intelectual discutam a melhor maneira de definir as características da modernidade, há um conjunto de traços que gozam de certo consenso por serem considerados típicos do movimento. No que se refere à cultura em geral, o período moderno foi plasmado pelo crescimento do capitalismo, pelo aumento da especialização e pela interdependência no âmbito de toda a sociedade e pela tendência à centralização e à burocracia. Contudo, os aspectos intelectuais da modernidade são os mais importantes para a fé cristã.

Um dos principais temas da modernidade é a onicompetência da razão humana. O movimento conhecido como “Iluminismo”, de grande impacto sobre o pensamento ocidental desde cerca de 1750, dizia que a razão humana é suficiente para determinar o que é preciso saber da realidade. A racionalidade humana era tida como a base definitiva tanto do pensamento quanto da organização da sociedade. No entender de seus críticos, o Iluminismo elevava a razão humana ao lugar devidamente ocupado pelo próprio Deus. Os autores racionalistas diziam que a humanidade não precisava que lhe dissessem como Deus é; somos capazes de descobrir isso por conta própria, recorrendo à razão.

Essa nova ênfase na razão fez com que várias crenças cristãs tradicionais fossem criticadas por ser consideradas ilógicas ou iracionais. Como acreditar que Jesus Cristo é ao mesmo tempo Deus e homem? Era uma impossibilidade lógica. Como um ser humano racional poderia acreditar na Trindade, cuja lógica intrínseca

outras visões como único e necessário Salvador e Senhor — recua e se alinha com a de muitos outros líderes religiosos nobres do mundo. Por isso, os cristãos que partilham das duas outras concepções não creem que o pluralismo seja uma opção autêntica — para aqueles cuja religião de fato se fundamenta na fé em Deus eminentemente revelada à humanidade na pessoa de Jesus e cuja salvação é obtida somente por Jesus: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida; ninguém chega ao Pai, a não ser por mim” (Jo 14.6).

Nesse sentido, os inclusivistas e os particularistas se unem formando os *exclusivistas* — os que sustentam a doutrina tradicional de que “não há salvação em nenhum outro, pois debaixo do céu não há outro nome entre os homens

era tão complicada? Contudo, nenhuma crença foi mais ferozmente contestada pelo Iluminismo do que a ressurreição de Jesus Cristo. Os autores racionalistas diziam que ninguém jamais ressuscitou dos mortos (apesar de referências insignificantes e ocasionais sobre algo parecido na mitologia egípcia e nórdica), e ninguém em épocas mais recentes jamais viu alguém ressuscitar. Embora os cristãos digam que a ressurreição de Cristo é única, pela lógica ela seria impossível de qualquer forma. Portanto, somos obrigados a concluir que a ressurreição provavelmente não aconteceu. Todas essas objeções são determinadas especificamente pela visão de mundo modernista, segundo a qual todas as coisas seguem padrões predeterminados construídos pela mente racional.

Nos últimos anos, a modernidade se viu como objeto de crítica implacável. Embora o movimento tenha alguns méritos, seu lado mais obscuro tornou-se cada vez mais evidente. Os expurgos de Stálin e o holocausto nazista são sempre citados como indícios de que a ênfase na racionalidade simplesmente excluía os que discordavam de suas ideias, quando estas não podiam ser inculcadas. Os indivíduos que fogem ao padrão são, desse modo, marginalizados, vitimizados ou eliminados. Muitos têm afirmado que as exigências de uniformidade e conformidade do modernismo produzem alienação social, um sentimento de desenraizamento e de perda dos valores comuns. Alguns críticos da modernidade defendem a visão pós-moderna como alternativa, mas outros propõem o retorno ao mundo pré-moderno. Apesar de irreal e idealizada, esta última visão, embalada pelo sentimento de nostalgia, é uma indicação clara da incapacidade da modernidade de atender às necessidades e aos anseios do ser humano.

pelo qual devamos ser salvos” (At 4.12). Por isso, eles trabalham juntos para divulgar o evangelho e chamar todas as pessoas à fé em Deus.

A importância das cosmovisões

Todo mundo tem uma religião. Muita gente acha que não tem, claro. Isso porque “religião”, para essas pessoas, é o que se poderia chamar de um nome próprio, isto é, um substantivo que designa um conjunto específico de convicções”, diferenciado dos demais, como, por exemplo, o budismo, o islamismo, o siquismo, entre outras. Contudo, todos têm uma motivação central na vida e um mapa da realidade na cabeça. A combinação de motivo e mapa é o que

Pós-modernidade

O termo “pós-modernidade” é quase sempre utilizado para designar a perspectiva complexa e elástica que surgiu na sociedade ocidental depois do colapso da confiança no modernismo. Essa nova visão de mundo pode ser interpretada de várias maneiras. É possível entendê-la, por exemplo, em termos econômicos, como a “lógica cultural do capitalismo tardio”, ou, em termos mais sociológicos, como a descentralização social e o poder cada vez maior do consumidor individual. Quaisquer que sejam as dificuldades da definição, quase ninguém duvida de que o ambiente cultural no Ocidente passou por uma mudança significativa a partir de 1980, aproximadamente, sendo essa transição antecipada por vários acontecimentos anteriores, cujo significado pleno não foi devidamente levado em conta na época.

Um dos temas principais da crítica pós-moderna da visão de mundo moderna é que esta oferecia uma perspectiva “totalizadora”, em que o “outro” era sempre reduzido ao “mesmo”. Esse processo de redução pode ser observado em várias filosofias modernas, como, por exemplo, o marxismo. Para o marxismo, praticamente tudo pode ser reduzido a categorias socioeconômicas. O pós-modernismo rejeita esses esquemas totalizadores, ou “grandes narrativas”, como são chamados às vezes. Um dos principais motivos é que essas “grandes narrativas” gerariam opressão e discriminação. Um dos temas mais importantes do pós-modernismo é a aversão à ideia de “verdade”. Os autores pós-modernos — entre eles Jacques Derrida e Michel Foucault — interpretam qualquer reivindicação de declarar a verdade como pretensão enganosa para dominar ou controlar os outros.

podemos chamar de *religião funcional* do indivíduo. É o centro definidor da vida da pessoa, seja ele estruturado por tradições antigas como o judaísmo ou o hinduísmo, seja pelo que a pessoa viu na televisão na noite anterior, seja pelo que leu na internet de manhã.

“A fé não é crença sem provas, mas, sim, confiança sem reservas.”

ELTON TRUEBLOOD

Esses mapas e motivações são chamados às vezes de cosmovisões, ou visões de mundo (termo oriundo do alemão *Weltanschauung*) — a cosmovisão é basicamente o modo de o indivíduo ver o mundo e se situar nele. Todos temos uma visão de mundo. Além disso, é típico da vida moderna depararmos com uma variedade de cosmovisões: minha

Weltanschauung) — a cosmovisão é basicamente o modo de o indivíduo ver o mundo e se situar nele. Todos temos uma visão de mundo. Além disso, é típico da vida moderna depararmos com uma variedade de cosmovisões: minha

Embora o pós-modernismo seja um movimento complexo, às vezes difícil de caracterizar, não há dúvida de que ele tem significativas implicações para a fé e a prática cristãs. Um dos pontos óbvios de tensão entre o pós-modernismo e a fé cristã tradicional é a crítica que os pós-modernistas fazem a qualquer atitude que pretenda ter uma ideia única ou privilegiada acerca da realidade. A noção de revelação divina é considerada incompatível com a ênfase pós-moderna no direito do indivíduo de crer conforme lhe apraz: "Creio como quero". O relativismo fácil que acompanha o entendimento pós-moderno da vida muitas vezes se resume a pouco mais que um aval para o ponto de vista individual de cada um, sem a menor tentativa de avaliá-lo criticamente. A insistência tradicional do cristianismo na revelação da verdade — evidente, por exemplo, na ideia bíblica de Jesus Cristo como "o caminho, a verdade e a vida" (Jo 14.6) — convive numa relação desconfortável com essa interpretação mais amorfa e individualista do sentido da vida.

Talvez por causa da importância crescente da tecnologia associada à imagem, como é o caso da televisão e de vários formatos de imagem digital, a pós-modernidade valorize mais a imagem do que a palavra. Isso tem causado dificuldades para alguns meios tradicionais de apresentação da fé cristã, como é o caso do sermão e do livro religioso, que se baseiam fundamentalmente na palavra. Os autores e pregadores cristãos reagiram a essa novidade de várias maneiras, sobretudo com maior uso de imagens nos cultos e sermões, graças às novas tecnologias digitais adequadas a esse propósito. Aumenta cada vez mais o interesse pela redescoberta do conteúdo fortemente imagético das parábolas, entre outros gêneros bíblicos, em consequência desse desdobramento cultural.

professora na universidade talvez seja feminista; meu instrutor de ioga talvez seja hindu; o meu gerente do banco talvez seja presbiteriano; minha namorada talvez seja pentecostal; meu colega do time de futebol, hedonista; meu médico, darwinista. Na verdade, o homem moderno costuma habitar várias visões de mundo temporariamente em diferentes setores sociais: talvez eu mesmo raciocine como feminista na universidade, como hindu na aula de ioga, e assim por diante. Muitos de nós achamos essa experiência desconcertante e procuramos um núcleo estável, uma visão de mundo central que possa integrar as melhores entre essas várias opções. Alguns observadores acreditam que um dos traços característicos da pós-modernidade é o fácil trânsito entre diversas visões de mundo, uma incoerência mental que não é de fato uma tensão, e sim um prazer.

O cristão pode se alegrar com o entusiasmo, a liberdade e a abertura à novidade que caracterizam a pós-modernidade no que ela tem de melhor. Pode comemorar o esvaziamento e a derrubada da antiga hegemonia ideológica e das estruturas políticas que reprimiam a diversidade e conduziam todos à uniformidade facilmente explorada pelos poderes de governo e do mercado.

No entanto, de modo geral o cristão também acredita que, uma vez baixada a poeira das insurreições pós-modernas, será bom pensar de modo integrador novamente. É bom fazer isso num ato de submissão ao Deus único que criou a nós e a tudo mais. Uma visão de mundo cristão coerente — para além de qualquer satisfação e deleite que possa proporcionar ao intelecto — dá ao crente uma estrutura interpretativa em que ele tem a melhor oportunidade de viver

Islamismo

O islã vem se tornando uma presença religiosa mundial cada vez mais significativa, em parte por causa de modelos complexos de imigração que levaram ao estabelecimento de grandes comunidades islâmicas em muitas partes da Europa ocidental e da América do Norte. Trata-se de um movimento de muitas facetas, com variações e distinções acentuadas, sobretudo entre a comunidade sunita, majoritária, e a xiita, minoritária. O islã se tornou um movimento religioso importante entre o povo árabe no sétimo século. Deflagrou-se um programa de conquista que acabou por levar as forças árabes ao controle de toda a região costeira do norte da África por volta de 750. As forças islâmicas também se deslocaram em direção ao norte, ameaçando seriamente a grande cidade cristã de Constantinopla (atual Istambul). Exércitos árabes sitiaram a cidade entre 711 e 778, mas tiveram de bater em retirada quando se viram impedidos de conquistá-la. O estabelecimento do islamismo nas regiões conquistadas da Terra Santa deixou bastante preocupada a igreja ocidental e foi um dos fatores responsáveis pelas Cruzadas no período entre 1095 e 1204.

Apesar desses reveses temporários, a expansão do islã prosseguiu com a queda de Constantinopla (1453), cuja repercussão se fez sentir em boa parte da Europa. No final do século 15, o islã consolidara-se de maneira significativa em diversas regiões do continente europeu: na Espanha, em partes do sul da Itália e nos Balcãs. Esse avanço foi finalmente barrado pela derrota dos mouros na Península Ibérica, na última década do século 15, e pela derrota dos exércitos islâmicos nas imediações de Viena, em 1523. Contudo, os reveses sofridos em solo europeu

como cristão no sentido mais fundamental da palavra: discernindo a vontade e o caminho de Deus e, assim, respondendo melhor a ele pela fé — com amor humilde, obediente e grato.

O cristão acredita que, apesar de todas as suas falhas, sua religião põe o que é importante em primeiro lugar — na verdade, situa Jesus Cristo no princípio, no fim e no centro de tudo, que é onde ele deve estar (Hb 12.2). Portanto, a perspectiva cristã é a que tem a maior possibilidade de pôr todas as outras coisas em seu devido lugar. Os cristãos acreditam que podem aprender muita coisa com as pessoas que têm outras visões de mundo. Elas viram, ouviram, fizeram e sentiram coisas que o cristão ignora. O cristão se rejubila com os dons generosos de Deus a todos os que criou. Contudo, ele acredita que a

foram compensados pela expansão bem-sucedida em outras paragens: as regiões hoje conhecidas como Indonésia e Malásia converteram-se ao islã pelo contato com comerciantes árabes por volta dessa época, e ainda hoje constituem centros importantes do pensamento islâmico. O islã é atualmente a segunda maior religião do mundo e vem se tornando importante parceiro de diálogo e rival potencial do cristianismo, sobretudo na África e na Ásia.

Diferentemente da maioria das formas modernas de cristianismo, que se contentam em operar no âmbito de visões de mundo seculares, o islã procura estabelecer para si domínios intelectuais próprios. A religião determina todos os aspectos da vida, da política à devoção pessoal. Trata-se de uma visão de mundo plenamente constituída, que muitas vezes se põe em nítida oposição às ideologias seculares do Ocidente. As origens desse movimento islâmico moderno remontam a 1875 aproximadamente, quando Jamal al-Din al-Afghani (1838-1897) conclamou os muçulmanos a resistirem à crescente influência do Ocidente no Oriente Médio, reafirmando sua herança muçulmana. Ele estimulou os muçulmanos a crer que, antes da chegada dos ocidentais, houvera uma era dourada em que reinava a sabedoria de um governo islâmico. Seria possível voltar a esse tempo com o fortalecimento da piedade religiosa pessoal, pela reforma e renovação da charia (lei religiosa) islâmica e pela resistência à presença e à influência ocidental na região. De lá para cá, o estabelecimento do Estado de Israel contribuiu em larga medida para o ressurgimento do fundamentalismo islâmico. A revolução iraniana de 1978-1979 pode ser vista como prova da importância dessa visão.

religião cristã proporciona uma visão de mundo integrada capaz de selecionar e integrar numa ordem prática as melhores ideias do feminismo, da espiritualidade, do exercício físico, da prudência financeira e de tudo mais.

Enfim, não são as visões de mundo, as teologias nem outros construtos intelectuais que mais importam ao cristão. Abraão é elogiado por sua fé, e não por seu refinamento filosófico. Noé acreditou no que Deus disse, creu que Deus o salvaria e fez o que lhe foi mandado. Para o cristão, pensar é apenas uma parte do que significa ser fiel. No fim das contas, e no fim dos tempos, o que será levado em consideração não é se ele entendeu a teologia cristã em seus aspectos magníficos e delicados, e sim se ouvirá do Senhor em quem depositou sua fé este elogio: “Muito bem, servo bom e fiel” (Mt 25.21).

2 Deus

GERALD BRAY

No âmago do cristianismo está a crença de que há apenas um Deus, criador e redentor de todas as coisas. Atualmente, a maior parte das pessoas está disposta a reconhecer que o Universo é uma estrutura coerente, o que significa que ele tem algum tipo de unidade por trás de si, quer identifiquemos quer não, esse princípio de unidade com o Deus da Bíblia. Contudo, no mundo em que o cristianismo surgiu, a crença na unidade fundamental de todas as coisas era muito menos comum. Houve filósofos gregos que a ensinaram, mas, mesmo que estivessem dispostos a falar de um ser supremo, não o chamavam de “deus” no sentido cristão. Para eles havia muitos “deuses”, todos dotados de poderes sobrenaturais, mas nenhum dominava sobre o outro. Hoje chamamos essa crença de “politeísmo”; nos dias em que a Bíblia foi escrita, praticamente todas as religiões eram politeístas.

É compreensível, portanto, que a maior parte das pessoas que abraçaram o cristianismo nos primeiros séculos da igreja tenham antes sido politeístas ou, pelo menos, tenham sido criadas nesse ambiente. Quando pregavam, os cristãos usavam as palavras que elas estavam costumadas a ouvir quando se referiam aos seres divinos e não insistiam em usar vocabulário diferente. É por isso que a palavra “deus” pode ser aplicada às divindades pagãs e também ao Deus da Bíblia, embora os cristãos acreditem apenas na existência do Deus bíblico. Para ter uma ideia do quanto os cristãos conseguiram mudar a forma com que as pessoas concebiam o divino, basta observar como a palavra “ateísmo” mudou de sentido. Na Antiguidade, os cristãos eram acusados de ser ateus porque se

“As pessoas modelam seus deuses de acordo com seu entendimento. Primeiro os criam, depois os adoram.”

OSCAR WILDE

recusavam a adorar os deuses da Grécia e de Roma. Todavia, essa acusação nos parece estranha, pois, para quase todo mundo atualmente, “ateu” é quem nega a existência do Deus cristão.

O politeísmo pré-cristão está morto hoje, pelo menos na cultura ocidental. Para o mundo ocidental, se existe algum ser divino, ele é o Deus revelado na Bíblia. O politeísmo sobrevive em alguns países, sobretudo na Índia e em outras partes da Ásia, mas está sofrendo a pressão tanto do cristianismo quanto do islã, e pode-se dizer que a tendência mais generalizada hoje em dia é a de uma definição monoteísta da realidade divina, quer as pessoas creiam nela quer não.

Em nítido contraste com os politeístas dos tempos antigos, o povo judeu destacava-se de forma especial porque cria num Deus único. Chama-se essa crença de “monoteísmo”. Atualmente, ela é partilhada pelas três grandes religiões que se originaram da mesma fonte ancestral hebraica: judaísmo, cristianismo e islamismo.

O que queremos dizer com “Deus”?

No Antigo Testamento, que é a Bíblia do judaísmo, Deus se revela por meio de diferentes nomes, dos quais os mais comuns são *El* (ou, em sua forma plural, *Elohim*) e *YHWH*. *El* é um termo genérico para designar um ser sobrenatural e pode ser usado para referir-se a outros “deuses” além do Deus judeu. Esse precedente bíblico deu aos primeiros cristãos uma razão teológica, além da razão prática, para não tentar impor aos crentes não oriundos do judaísmo o uso de um nome diferente para designar Deus, e assim eles se contentaram em adotar qualquer termo que as pessoas normalmente usassem para designar o mais elevado ser sobrenatural em seu idioma nativo. Em última análise, essa prática se baseia na crença de que os povos do mundo inteiro têm um conhecimento inato do Deus que os criou e, portanto, provavelmente têm uma palavra que usam para designá-lo, embora nem sempre reconheçam sua exclusividade (Rm 1.21). *YHWH*, por sua vez, é o nome especial de Deus revelado unicamente ao povo judeu. A língua hebraica escrita não tem vogais, o que torna difícil saber como o nome de Deus era pronunciado. Tudo indica que sua articulação oral seria algo como “Yahweh” ou “Iavé”; contudo, é impossível ter certeza, porque desde muito cedo os judeus se recusaram a mencionar o nome de Deus, uma vez que criam que era santo demais para ser pronunciado. Sempre que

tinham de se referir a seu nome, o que ocorre com frequência na Bíblia, eles o substituíam por outra palavra — como, por exemplo, “ha-Shem” (“o Nome”) ou “Adonai” (“meu Senhor”).

Às vezes, as vogais de “Adonai” eram escritas abaixo das consoantes de YHWH, dando a impressão de que o termo devia ser pronunciado como “Yahowah”, palavra que foi assumida pela língua inglesa na forma “Jehovah” e pelo português como “Jeová”. Contudo, é importante ter em mente que essa palavra jamais existiu nessa forma e que o uso do termo “Jeová” baseia-se numa interpretação equivocada de como os judeus liam suas Escrituras. Portanto, os testemunhas de Jeová erram quando dizem que “Jeová” é o nome verdadeiro de Deus e que a igreja tentou suprimi-lo durante centenas de anos. “Jeová” é simplesmente uma leitura equivocada do nome YHWH ou Yahweh e, embora formas semelhantes sejam encontradas no grego e no latim, jamais se tornou um nome comumente utilizado para designar Deus nessas línguas. Quando os judeus da Antiguidade traduziram sua Bíblia para o grego, YHWH foi vertido como *Kyrios* ou “Senhor”, numa referência a “Adonai”. Esse uso se tornou padrão na igreja cristã. Hoje, muitas Bíblias trazem impresso os nomes SENHOR ou DEUS em letras maiúsculas quando traduzem o hebraico YHWH, para que o leitor perceba mais facilmente quando o nome especial do Deus da Aliança é usado no Antigo Testamento.

De vez em quando, surge um debate entre os estudiosos para determinar se os judeus faziam alguma distinção significativa entre El e YHWH . Alguns afirmam que, bem no princípio, os hebreus aceitavam a visão politeísta de que havia muitos deuses (*elohim*), embora adorassem apenas um deles (YHWH). Mais tarde, diz essa tese, os judeus chegaram à conclusão de que YHWH era o único Deus verdadeiro e passaram a ver os outros deuses como produtos da imaginação, ou talvez como maus espíritos. É muito difícil dizer se há alguma verdade nessa reconstrução do desenvolvimento da religião bíblica. Na realidade, o testemunho dos antropônimos hebraicos é contrário a ela. Os antropônimos, ou nomes próprios de pessoas, geralmente têm forma muito conservadora e não raro refletem o sentido de palavras que desapareceram da linguagem cotidiana. No hebraico, porém, percebe-se que os elementos “el” e “jo” (ou “iah”, no final da palavra) são muitas vezes intercambiáveis, de modo que os nomes Elnatã e Natanael (também grafado Netanel e Nataniel) equivalem a Jônatas e Netanias e significam, todos eles, “Deus deu”. Essa

possibilidade de substituir um nome de Deus por outro nos antropônimos remonta possivelmente aos primórdios da história de Israel e reforça muito a visão de que os hebreus sempre foram monoteístas: entendiam seu Deus (YHWH) como o único Deus (El) que realmente existe.

Na Bíblia, Deus é representado muitas vezes com termos que dão a entender uma espécie de homem celestial, mas os judeus sempre insistiram que essa linguagem devia ser interpretada de modo figurado. Expressões como “a mão de Deus” ou “o olho de Deus” não significam que Deus tem um corpo semelhante ao nosso, mas que é capaz de fazer as mesmas coisas que nossas mãos e nossos olhos fazem. Para o antigo Israel, um dos pecados mais graves era fazer um retrato ou uma estátua de Deus, porque é impossível retratá-lo em forma humana. Até a construção de uma casa para que Deus habitasse foi considerada errada a princípio, porque ele não pode ser limitado a um lugar específico. Fica claro que o povo judeu só teve permissão de construir um templo em Jerusalém para adorar a Deus (1Rs 8.27) no momento em que compreendeu que isso não restringia o Deus de Israel àquele lugar.

De igual modo, é preciso deixar claro que Deus não é “masculino” no sentido humano, apesar de ser essa a maneira pela qual quase sempre é retratado na Bíblia. Os termos referentes à sexualidade humana são figurados quando aplicados a Deus, conquanto isso não signifique que as figuras usadas sejam arbitrárias. No mundo antigo, as deusas eram normalmente associadas a cultos de fertilidade de um tipo ou de outro, os quais quase sempre implicavam prostituição ritual entre os adoradores. A imoralidade sexual em nome da religião era considerada abominação pelos judeus, e a aparente “masculinidade” de Deus era uma forma de se resguardarem disso. Os cristãos acrescentam que, quando Deus se tornou um ser humano, ele veio na forma de um homem, Jesus Cristo, fato que torna necessário o uso do masculino quando se faz referência a Deus. Contudo, é errado supor que esse uso exclua o feminino, pois, na maior parte das línguas, entre elas o hebraico e o grego, o gênero masculino abrange homens e mulheres, ao passo que o mesmo não ocorre com o gênero feminino.

O uso esporádico do feminino ou do gênero neutro por alguns teólogos modernos para se referir a Deus talvez seja uma tentativa bem-intencionada de nos lembrar que Deus não é um ser sexual. Tal artifício, porém, contraria o uso bíblico e, por esse motivo, os cristãos sempre relutaram muito em adotar tais práticas. Que esse emprego do masculino não constitui de modo algum

um ataque às mulheres ou à feminilidade é claro pelo fato de que, quando a Bíblia descreve a relação entre Deus e a igreja, ela às vezes recorre à imagem do matrimônio — os cristãos são mencionados como noivas de Cristo, mesmo que sejam do sexo masculino (Ap 21.2).

Os cristãos sempre reivindicaram para si a herança judaica, asseverando que acreditam no Deus que se revelou a Abraão, a Moisés e aos profetas do antigo Israel. Mesmo quando ensinavam que Jesus Cristo era Deus em carne humana, os primeiros cristãos afirmavam que tinha sido o Deus dos judeus, e não outra divindade qualquer, que aparecera desse modo. É claro que os judeus tradicionais não conseguiam aceitar isso, porque consideravam blasfema a ideia de que Deus pudesse aparecer em forma humana. Para os cristãos, entretanto, a vinda do Deus encarnado fora prenunciada no Antigo Testamento, e os judeus que se recusavam a crer que Cristo era Deus fechavam os olhos à verdade revelada em suas Escrituras (Jo 5.39). Essa diferença de opinião mostrou-se inconciliável e não demorou muito para transformar o cristianismo numa nova religião, distinta da religião judaica da qual brotara, apesar de persistirem ainda grandes semelhanças entre ambas.

Os muçulmanos também adoram um único Deus e acreditam que ele é o mesmo Deus dos judeus e dos cristãos, mas é preciso deixar claro que os cristãos em geral não creem ter tanto em comum com os muçulmanos quanto têm com os judeus. A principal razão disso é que o islã surgiu vários séculos depois do aparecimento do cristianismo e, portanto, não é mencionado em nenhum lugar da Bíblia. Se durante seis séculos os cristãos desenvolveram os fundamentos essenciais da sua teologia sem tomar conhecimento algum do islã, é difícil perceber como este pode agora fazer alguma diferença para o cristianismo.

Outro problema é que os muçulmanos muitas vezes dizem que a religião deles substituiu o cristianismo, da mesma maneira que os cristãos afirmam que a deles substituiu o judaísmo. Mas, ao passo que os cristãos não negam nada que a tradição judaica ensina sobre o ser e a natureza de Deus, os muçulmanos rejeitam explicitamente a ideia de que Deus se fez homem em Cristo e que ele é, de fato, uma Trindade constituída de três pessoas. Para complicar ainda mais as coisas, os cristãos acreditam que Deus se revelou plena e definitivamente em Jesus Cristo, o que torna impossível crer que haja uma revelação divina posterior do tipo reivindicado pelos muçulmanos. Por tudo isso, os cristãos não podem aceitar o islã com a mesma facilidade com que abraçam o judaísmo,

embora reconheçam, sem dúvida alguma, várias semelhanças importantes entre as duas fés. Por estranho que pareça, a proximidade entre o monoteísmo islâmico e o monoteísmo judaico é muito maior do que a proximidade entre cada um deles e o cristianismo — e, em ambos os casos, o motivo são as doutrinas characteristicamente cristãs de Cristo e da Trindade.

A Bíblia não faz a defesa filosófica da existência de Deus. Ela diz simplesmente que a complexa harmonia do Universo reflete a ordem criada por uma mente divina (Sl 19). A esse argumento dá-se atualmente o nome de argumento cosmológico em favor da existência de Deus, ou argumento do

design. Na expressão que lhe foi dada pelo filósofo e teólogo William Paley (1743-1805), o argumento diz que, assim como um relógio é complexo demais para ter vindo à existência por acidente, também o Universo é sofisticado demais para ser o resultado fortuito de um processo aleatório. O relógio pressupõe a existência de

"No princípio, Deus criou Adão, não porque precisasse de seres humanos, mas para que houvesse seres a quem pudesse conceder seus benefícios."

IRENEU DE LÍAO

um relojoeiro, assim como o Universo pressupõe a existência de um criador racional, que os cristãos equiparam ao Deus da Bíblia.

Outras supostas provas da existência de Deus foram apresentadas de tempos em tempos, embora seu fundamento bíblico seja menos óbvio. Uma delas, o argumento teleológico, diz que tudo o que existe foi criado com uma finalidade, o que seria impossível se não houvesse na retaguarda desse processo uma mente que o orientasse. Na verdade, o argumento teleológico é uma

variação do argumento cosmológico e talvez devesse ser combinado com ele. No passado, também foi muito prestigiado o argumento ontológico, de Anselmo da Cantuária (1033-1109). Diz esse argumento que tudo o que existe é um ser e que Deus é o maior ser que se pode conceber. A principal dificuldade dessa linha de raciocínio é que, embora os que creem em Deus prontamente a aceitem como verdadeira, é impossível provar a existência de Deus apenas com base numa suposta hierarquia dos seres. Sem outro critério a que recorrer, como podemos saber em que momento o topo da escala foi alcançado?

"A vontade de Deus é a medida de todas as coisas."

AMBRÓSIO DE MILÃO

embora reconheçam, sem dúvida alguma, várias semelhanças importantes entre as duas fés. Por estranho que pareça, a proximidade entre o monoteísmo islâmico e o monoteísmo judaico é muito maior do que a proximidade entre cada um deles e o cristianismo — e, em ambos os casos, o motivo são as doutrinas characteristicamente cristãs de Cristo e da Trindade.

Os argumentos moral e estético são parecidos com o ontológico, uma vez que tentam mostrar que os sentidos de moralidade e de beleza inerentes à raça humana apontam para um provável modelo com que esses conceitos são comparados. Infelizmente, para os que pensam dessa maneira, a maioria das pessoas hoje em dia crê que a beleza está nos olhos de quem a vê, não necessariamente na mente de Deus. A moral também é entendida de diferentes maneiras nos diferentes contextos culturais, o que torna difícil provar a existência de um modelo supremo em algum lugar.

Talvez o melhor que se possa dizer acerca dessas provas tradicionais da existência de Deus é que todas contêm um elemento de verdade e podem ser usadas pelo crente cristão como ferramentas para a compreensão de quem é Deus e o que ele é. Juntas, elas montam uma defesa bastante persuasiva da possível existência de Deus e, nesse sentido, podem ser úteis para os filósofos cristãos que queiram conservar viva a ideia do teísmo na discussão filosófica. Nenhum desses argumentos, porém, é infalível ou conclusivo, e é pouco provável que algum deles venha a converter alguém ao cristianismo. No fim das contas, a existência de Deus só pode ser provada pela experiência, e não por argumentos racionais, por mais sofisticados que sejam.

A mente de Deus

Os cristãos sempre acreditaram que Deus tem uma mente que criou e sustenta tudo quanto existe. Disso segue não só que Deus tem conhecimento de tudo o que acontecerá na história da humanidade, mas também, de certa forma, que ele preordenou tudo. A isso se dá o nome de predestinação, um dos temas mais polêmicos da teologia cristã. Num extremo estão os que equiparam a predestinação ao determinismo, ou seja, à crença não só de que tudo o que acontece foi preordenado, mas também de que nada podemos fazer para escapar do nosso destino. Por mais estranho que pareça, muitas filosofias seculares, incluindo-se as ateias, são deterministas. É o caso, por exemplo, do marxismo e da psicologia freudiana. Os cristãos não creem que os seres humanos sejam vítimas de um destino impessoal que determinou de antemão o desfecho da sua existência, e por esse motivo muitos crentes rejeitam a predestinação. Para esses, os seres humanos têm livre-arbítrio e, por isso, são livres para decidir individualmente seu destino. Essa ideia seduz muita gente, mas não faz muito sentido quando analisada a fundo. Nenhum de nós escolheu os pais que tem,

tampouco a nacionalidade, nem a época em que vive. Não escolhemos nosso sexo (embora alguns o tenham conseguido modificar), tampouco decidimos qual será nossa altura ou como será nossa constituição biológica e psicológica. Qualquer que seja a liberdade que tenhamos, portanto, ela é bastante restrita e

só pode funcionar dentro dos parâmetros muito estreitos proporcionados pela nossa natureza humana.

A doutrina cristã da predestinação admite que os seres humanos são dotados de vontade e que cada um de nós é responsável por suas ações, as quais parecem livres e, em geral, são percebidas como tais quando as praticamos. Todavia, num nível

"Entendo que seja possível um homem olhar para baixo, para a terra, e ser ateu; mas não consigo conceber como alguém possa olhar para cima, para o céu, e afirmar que Deus não existe."

ABRAHAM LINCOLN

mais profundo, a doutrina proclama que Deus tem um propósito para a vida dos seus e que ele está sempre aperfeiçoando neles esse propósito, quer eles saibam disso quer não. Os que não têm a fé cristã não compreendem isso; mas, quando alguém se converte ao cristianismo, entende que tudo o que lhe aconteceu antes são como peças soltas que se encaixam; comprehende que Deus o guiou e o protegeu desde antes de sua conversão. Em outras palavras, a predestinação é algo que os crentes vêm a conhecer como a mente de Deus; eles conseguem esse entendimento porque são admitidos à presença de Deus e são associados ao desenrolar gradual do propósito de sua mente. Longe de ser vítima de um destino impessoal, o cristão descobre que, ao ser admitido aos conselhos divinos, torna-se cocriador e corregente deste Universo ao lado de Deus, tal como desde o princípio da criação era previsto que fosse. Ele exercita esse privilégio mediante a oração intercessora, em que pede a Deus que faça certas coisas porque crê que elas estejam de acordo com a vontade divina. No fim das contas, é claro, o cristão entende que sua compreensão dessa vontade é imperfeita; e, se Deus lhe mostra que ele está errado, ele aceita seu juízo e se submete à vontade de Deus conforme este a revelou.

A mente de Deus é essencialmente incognoscível, e o que ele revelou à humanidade é apenas uma parte do seu propósito eterno. Cada cristão crê que Deus lhe contou tudo o que precisa saber para ser salvo do pecado e da morte e para habitar com ele na eternidade. Todavia, há muitos outros fatos a respeito de Deus que os crentes não comprehendem. Por exemplo, embora esteja escrito

que os que creem em Cristo serão salvos, as Escrituras não falam explicitamente do destino daqueles que jamais tiveram a oportunidade de ouvir a mensagem do evangelho. Não se pode negar a existência do mal no mundo, mas ninguém sabe como foi que ele entrou aqui nem por que Deus continua tolerando sua presença indesejada. Às vezes, o crente tem a impressão de que aquilo que Deus lhe prometeu contradiz o que vê à sua volta, sobretudo quando nota que o ímpio prospera e o justo sofre por causa dele (Sl 73). A Bíblia reconhece isso, mas diz que o problema não é uma suposta contradição interna na mente divina, e sim uma consequência da percepção limitada que a humanidade tem do plano perfeito de Deus. Os crentes aprendem que por ora contemplam apenas parte da verdade; mas, quando estiverem com Deus no céu, conhecerão com clareza tudo a respeito dele e de sua obra (1Co 13.12). Enquanto isso não acontece, espera-se que confiem nele, certos de que ele sabe o que faz e de que, no final, tudo o que ele fizer será o melhor para eles.

"Deus de Abraão, Deus de Isaque e Deus de Jacó –
e não Deus dos filósofos e
dos eruditos."

BLAISE PASCAL

A percepção limitada que a humanidade tem dos propósitos de Deus também explica por que às vezes Deus parece mudar de opinião. Talvez o exemplo mais óbvio disso na Bíblia ocorra no livro de Jonas, quando Deus decretou que destruiria a cidade de Nínive em quarenta dias (Jn 3.4). Quando os ninivitas ficaram sabendo, arreenderam-se e pediram a Deus que os pouasse — e Deus os poupou. A mudança no plano divino dependia do arrependimento do povo; contudo, é claro que Deus sabia que, enviando Jonas para pregar, as pessoas se arrependeriam. Foi somente aos olhos de Jonas que Deus mudou de opinião, o que deixou o profeta profundamente desgostoso! Outro exemplo está em 1Samuel 15.11, texto em que se lê que Deus se arrependeu de ter feito Saul rei de Israel. Isso aconteceu porque Saul não agiu como deveria ter agido, por isso Deus decidiu substituí-lo. Embora tenha sido Deus quem consagrara Saul como rei, ele só fez isso porque o povo lhe pedira um rei, e não sem antes advertir esse povo de que um rei não lhes traria benefício algum. Podemos dizer, portanto, que o fracasso de Saul fazia parte do plano de Deus desde o início. Não foi um sinal de que ele de fato havia mudado de opinião.

De acordo com a Bíblia, todo ser humano tem uma noção inata de Deus e pode contemplar suas obras manifestas na criação, mas não pode conhecê-lo

pela inquirição intelectual típica da filosofia e das ciências naturais. Essas disciplinas sempre foram consideradas úteis para nos ajudar a compreender melhor Deus, mas não substituem a autorrevelação objetiva de Deus. Deus é um ser pessoal, e a única maneira de conhecê-lo adequadamente é mediante um encontro pessoal com ele, encontro esse que só será possível se Deus tomar a iniciativa. Tanto judeus quanto cristãos acreditam que, cerca de quatro mil anos atrás, Deus fez exatamente isso quando falou a um homem chamado Abraão e estabeleceu com ele uma aliança. Segundo os termos dessa aliança, Abraão foi chamado a adorar o Deus único que controla tudo quanto há no céu e na terra. Deus o protegeria e faria de sua descendência uma nação poderosa — promessas que tanto judeus quanto cristãos acreditam que se cumpriram na criação do povo judeu. Mais tarde, os cristãos modificaram essa crença afirmando que, desde o advento de Jesus Cristo, as fronteiras da nação de Israel foram ampliadas e agora acolhem a todos os que creem em Cristo, de modo que a igreja cristã também participa hoje do cumprimento da promessa de Deus a Abraão.

Alguns séculos depois do tempo de Abraão, Deus deu a Moisés uma lei abrangente para o seu povo. A parte mais famosa dessa lei é o Decálogo, ou seja, os Dez Mandamentos, o primeiro dos quais reforça o monoteísmo básico de Israel: “Não terás outros deuses diante de mim”. Segundo a tradição

“O poder absoluto transforma seus detentores não num Deus, mas num antideus. Porque Deus transformou o barro em homem, ao passo que o despota absoluto transforma homens em barro.”

ERIC HOFFER

hebraica, Moisés foi a primeira pessoa a redigir a revelação que Deus lhe dera, o que deu origem aos cinco primeiros livros da Bíblia. Não sabemos quanto do material desses livros remonta a Moisés, mas o importante é que, a partir dessa época, Deus instruiu seus profetas e mensageiros a pôr por escrito o que ele dizia. Essa é a origem da nossa Bíblia, que, para os

cristãos, é a palavra escrita de Deus. Por meio dela, compreendemos quem é Deus e quais são seus propósitos; obedecendo a seus mandamentos, entramos numa relação de aliança com ele (i. e., firmamos com ele um acordo ou promessa por meio da qual nos associamos juridicamente a ele). O cristão acredita que Deus pode falar, e de fato fala, fora do contexto bíblico, mas a Bíblia é o único crivo autêntico da fé cristã. O que Deus diz a um indivíduo

deve ser aceito por este, mas não faz parte do ensino cristão em geral, a menos que esteja de acordo com o que a Bíblia diz e seja recebido pela igreja por ter um significado que vá além das circunstâncias particulares da pessoa em questão. No entanto, é preciso deixar claro que não há consenso entre os cristãos no que se refere a quando isso efetivamente ocorre. Os católicos romanos têm um sistema extremamente desenvolvido para definir o que é revelação de Deus fora da Bíblia e o que não é, mas os outros cristãos não têm tanta certeza assim a esse respeito e, em geral, não estão dispostos a conceder a tais revelações nenhum status de autoridade fidedigna. Todavia, seja qual for a posição pessoal sobre esse assunto, todos os cristãos acreditam que o que a Bíblia diz deve ser visto como a mensagem de Deus ao seu povo e, consequentemente, deve ser obedecido.

O Criador e a criação

O mundo conforme o conhecemos foi criado por Deus e é sustentado por ele, apesar da presença do mal. A criação tem dois aspectos, um deles é espiritual (invisível) e o outro, material (visível). No aspecto espiritual, Deus criou seres a quem chamamos de anjos. Com base nas indicações encontradas na Bíblia, alguns desses anjos se rebelaram contra Deus e caíram em estado de permanente oposição à vontade dele (2Pe 2.4). Esses anjos são chefados por um anjo decaído chamado Satanás, ou Diabo, a quem a Bíblia se refere como o “príncipe deste mundo”, porque sua esfera de rebelião abarca somente a dimensão material em que vivemos. A Bíblia não explica por que o Diabo continua existindo, mas é evidente que ele é um agente espiritual pessoal, que pode tentar o ser humano e seduzi-lo a desobedecer a Deus. O cristão acredita que as pessoas podem ser libertas do poder do Diabo e se tornar filhos obedientes de Deus, mas não crê que a conversão nem mesmo de todos os seres humanos seria suficiente para erradicar o mal por completo. Segundo a crença cristã, a rebelião dos anjos caídos continuará afetando os cristãos enquanto estes viverem neste mundo e só terá fim quando o tempo e a ordem criada chegarem à sua consumação. Nessa ocasião, Deus julgará as potestades do mal deste mundo e libertará seu povo delas de uma vez por todas (Ap 20.10). Ninguém sabe muito bem se elas serão completamente aniquiladas ou se serão condenadas à punição eterna. Mas, seja como for, os cristãos não terão mais de temer seus ataques.

Além da criação espiritual, existe outra que é material e que podemos observar à nossa volta. As coisas materiais são animadas (animais) ou inanimadas (vegetais, minerais etc.), mas falta-lhes a qualidade de pessoa que a criação espiritual tem. Elas são, portanto, incapazes de *fazer* quer o bem quer o mal em sentido moral. Para o cristão, tudo o que há no universo material foi posto ali por Deus e, portanto, é essencialmente bom, embora as forças do mal possam usar os objetos materiais para seus propósitos. Isso aconteceu no início da história da humanidade, quando Satanás tentou Adão e Eva oferecendo-lhes o fruto que Deus lhes proibia comer. O fruto não era maligno em si mesmo; malignos eram os motivos de Satanás e o comportamento desobediente dos primeiros seres humanos (Gn 3.1-7). É claro que todo cristão sabe que há coisas no universo material que o prejudicarão se usadas de maneira errada,

Formas de pensar sobre a criação

Adoutrina de Deus criador está em todo o Antigo Testamento. Sempre mereceram muita atenção as narrativas da Criação encontradas nos dois capítulos iniciais de Gênesis, livro que abre o cânon veterotestamentário. Contudo, é preciso sublinhar que o tema tem profundas raízes na literatura profética e na de sabedoria do Antigo Testamento — veja-se, por exemplo, Jó 38.1—42.6, que destaca o papel de Deus como criador e sustentador do mundo.

O ensinamento cristão sobre o Deus criador ressalta que a *natureza não é divina*. O relato da Criação de Gênesis diz que Deus criou a lua, o sol e as estrelas. É fácil deixar passar em branco a importância disso. Cada um desses entes celestes era adorado como divino no mundo antigo. Ao declarar que foram todos criados por Deus, o Antigo Testamento quer deixar claro que eles estão subordinados a Deus e não têm nenhuma natureza divina intrínseca.

De que modo, então, devemos entender a ideia de "criação"? O que significa dizer que Deus "criou" o mundo? Três modos principais de conceber a ação criadora de Deus se tornaram amplamente consagrados na igreja cristã.

1. *Emanação*. Este termo foi muito usado pelos primeiros autores cristãos para elucidar a relação entre Deus e o mundo. A imagem que domina essa ideia é a da luz ou do calor irradiado do sol ou de uma fonte humana, como o fogo. Essa imagem da Criação (à qual o Credo Niceno alude na expressão "Luz de Luz") indica que a criação do mundo pode ser considerada um

e sabemos que há criaturas, como as bactérias e os vírus, que podem causar doenças e a morte. O mal é uma coisa espiritual e por esse motivo só pode ser discernido e combatido por meios espirituais. Na história da igreja, houve muitas pessoas bem-intencionadas que tentaram erradicar o mal limitando o uso de substâncias como o álcool e as drogas; mas, mesmo que essas coisas sejam vencidas, o mal continuará existindo porque está presente no coração humano, do qual só pode ser expulso por uma obra espiritual de Deus em nossa vida.

O lugar da humanidade na criação

Nós, seres humanos, formamos uma espécie de ponte entre as dimensões material e espiritual da criação, porque somos as únicas criaturas que têm um vínculo natural com ambas. Na dimensão material, somos muito parecidos

transbordamento da energia criativa de Deus. Assim como a luz deriva do sol e reflete a natureza dele, de igual modo a ordem criada deriva de Deus e expressa a natureza divina. Existe, segundo esse modelo, uma relação natural ou orgânica entre Deus e a criação.

2. *Construção.* Muitas passagens bíblicas retratam Deus como um mestre de obras que constrói deliberadamente o mundo de acordo com um projeto definido (p. ex., Sl 127.1). A imagem expressa a ideia de finalidade, planejamento e de intenção deliberada de criar. Além de ressaltar a perícia do Criador, essa maneira de pensar sobre a criação também possibilita que se apreciem a beleza e a ordem da criação resultante, tanto pelo que representam em si mesmas quanto pelo testemunho que dão da criatividade e do cuidado de seu Criador.
 3. *Expressão artística.* Muitos autores cristãos de vários períodos da história da igreja referem-se à criação como a “obra das mãos de Deus”, comparando-a a uma obra de arte que é bela em si mesma e ao mesmo tempo expressa a personalidade do seu criador. Esse modelo da criação transmite a ideia da expressão pessoal de Deus na criação de algo belo — como o escultor que cria uma estátua ou o pintor que produz uma bela pintura, por exemplo. Em cada um desses casos, a mente do artista encontra expressão naquilo que ele cria.
-

com os animais e nosso ciclo de vida é semelhante ao deles. Nascemos, nos reproduzimos, nos alimentamos para sobreviver e por fim morremos, assim como os animais. Contudo, apesar dessas semelhanças, os seres humanos

não são animais. Diferentemente deles, também temos o aspecto espiritual, que a Bíblia define como “imagem e semelhança de Deus” (Gn 1.26,27). Essa imagem foi dada ao homem e à mulher e significa que temos um caráter espiritual que faz parte

da nossa natureza criada e nos distingue do resto da criação material. Mais do que isso, foi dado aos seres humanos o domínio sobre essa criação, o que lhes dá o direito de desenvolver seu potencial por meios que chamamos de “cultura” ou “civilização”. Como agentes de Deus na terra, temos total liberdade para decidir de que modo a criação material deve ser usada e podemos até eliminar

“Criastes-nos para ti, e o
nosso coração vive inquieto
enquanto não repousa
em ti.”

AGOSTINHO DE HIPONA

Como se pode conhecer a Deus pela natureza?

“Os céus proclamam a glória de Deus” (Sl 19.1). Em muitos lugares, a Bíblia se refere à capacidade da natureza de revelar um pouco da sabedoria e da glória de Deus. Se Deus criou o mundo, é de esperar que encontremos pelo menos alguns aspectos do Criador refletidos, ainda que timidamente, na criação. Desse modo, pergunta-se o que se pode conhecer de Deus por meio da ordem criada e qual é o propósito disso? Em sua Carta aos Romanos, Paulo diz que Deus não ficou sem testemunho de si na natureza, de tal modo que as pessoas não têm desculpa para ignorar a existência de Deus (cap. 1). O conhecimento natural de Deus é, portanto, a base para o juízo divino. Em outra parte, Paulo apela ao conhecimento natural de Deus como meio de estabelecer um vínculo com a sabedoria secular, conforme se percebe no célebre sermão que pregou em Atenas (At 17).

Uma das discussões mais famosas sobre esse tema encontra-se nas *Institutas* de João Calvino. Essa obra importante começa com a discussão de um problema fundamental da teologia cristã: Como é possível saber alguma coisa sobre Deus? Calvino diz que é possível discernir por meio da criação um conhecimento geral acerca de Deus — na humanidade, na ordem natural e no próprio processo histórico. Ele identifica dois fundamentos principais desse conhecimento: um deles é subjetivo e o outro, objetivo. O primeiro é a “percepção da divindade”, ou uma “semente de religião”, que foi plantada em todo ser humano por Deus. O segundo

partes dela se assim quisermos. Às vezes, essa eliminação pode ser considerada ruim (é o caso, p. ex., da extinção de espécies raras); em outros casos, porém, como a erradicação de certos vírus, a maior parte das pessoas crê que se trata de um bem para a humanidade.

Muitos cristãos acreditam que, no exercício desse domínio, deve-se fazer distinção entre a imagem de Deus conferida ao homem (Adão) e a imagem conferida à mulher (Eva) por meio do homem. Essa diferença aparece com destaque no Novo Testamento, em que é usada para explicar por que há certa hierarquia na família e no ministério da igreja (1Co 11.7-9). Nos últimos anos, as teólogas feministas questionaram a validade dessa interpretação, mas é evidente que a Bíblia prevê algum tipo de liderança masculina entre os seres humanos, como quer que ela se manifeste nas diferentes circunstâncias. As diferenças de opinião acerca das consequências disso deverão prosseguir durante algum tempo, mas uma coisa pelo menos parece certa de acordo com

consiste na experiência da ordem do mundo natural e na reflexão a seu respeito. Que Deus é criador, sábio e justo é algo que se pode saber inspecionando a ordem criada, cuja culminação é a própria humanidade.

Calvino não diz em momento algum que esse conhecimento de Deus por meio da ordem criada é prerrogativa do crente cristão ou restrito a ele. Diz, ao contrário, que qualquer pessoa é capaz de chegar à ideia de Deus por meio da inteligência e da reflexão racional sobre a ordem criada. A ordem criada é um "teatro" ou um "espelho" que manifesta a presença divina, sua natureza e seus atributos. Deus deseja ser conhecido na forma das coisas criadas e visíveis da criação.

Calvino diz que a Bíblia reitera aquilo que se pode conhecer de Deus pela natureza, ao mesmo tempo que esclarece essa revelação geral e a aperfeiçoada. "O conhecimento de Deus, que é claramente manifesto na ordenação do mundo e em todas as criaturas, está explicado de forma ainda mais clara e íntima na Palavra." É somente pela Escritura que o crente tem acesso ao conhecimento das ações redentoras de Deus na história, culminando na vida, na morte e na ressurreição de Jesus Cristo. Portanto, Deus pode ser plenamente conhecido apenas por meio de Jesus Cristo, que, por sua vez, pode ser conhecido apenas pela Escritura. A ordem criada, porém, proporciona pontos de contato importantes para essa revelação mais plena.

os textos bíblicos: homens e mulheres foram feitos para compartilhar uns com os outros a imagem de Deus. Numa época em que ambos os sexos tendem, cada um, a afirmar sua identidade, essa complementariedade deve ser lembrada. Não era intenção de Deus que o homem vivesse de forma independente da mulher nem que esta vivesse independente do homem. Particularmente, Deus não pretendeu que seres humanos de mesmo sexo tivessem um tipo de relação que, apropriadamente, foi criada para a vinculação afetiva entre os sexos opostos. A história de Adão e Eva mostra com clareza que o casamento heterossexual é parte essencial do plano de Deus para a procriação da raça humana, procriação que lhes foi dada como dever inerente ao mandato deles sobre a criação. Portanto, rejeitar a procriação em princípio ou defender uniões homossexuais análogas ao casamento é contrário à vontade de Deus e constitui negação deliberada do significado da imagem e semelhança de Deus em nós.

O caráter espiritual concedido a homens e mulheres, criados à imagem de Deus, não pode ser perdido nem retirado. Isso significa que as pessoas com problemas de aprendizado ou que tenham perdido a capacidade de se comportar

normalmente também são criaturas dotadas da dimensão espiritual e, como tais, devem ser respeitadas. É esse aspecto espiritual que nos dá a consciência inata de Deus e a capacidade de nos relacionar-

mos com ele. Ela também torna possível nossa comunicação com as criaturas angélicas, tanto as boas quanto as más. Infelizmente, foi também essa capacidade que levou os primeiros seres humanos a desobedecer aos mandamentos divinos quando deram ouvidos à voz tentadora de Satanás. Por causa dessa desobediência, a raça humana inteira caiu sob a mesma condenação que Deus reservara aos anjos desobedientes. Essa é a maldição da morte, que separa o ser humano de Deus e que, sem a graça divina salvadora, não pode ser revertida.

Os atributos de Deus

O reconhecimento de que Deus é nosso Criador tem diversas consequências para o modo com que o compreendemos. Em primeiro lugar, embora a criação reflita o poder e a grandeza de Deus, não há nada nela que possa ser diretamente identificado com ele. Adorar uma criatura em vez de adorar o Criador é idolatria, um dos maiores erros dos povos não judeus do mundo antigo e algo rigorosamente

**"A beleza é a caligrafia
de Deus."**

CHARLES KINGSLEY

proibido pelo segundo dos Dez Mandamentos. Aceitar a Deus como Criador significa reconhecer que ele não está circunscrito às limitações do tempo e do espaço inerentes à criação. Deus é eterno e infinito. Ele existe numa dimensão da realidade que só podemos explicar dizendo o que ela não é. Por exemplo, dizemos que Deus é invisível, porque ele não tem um corpo definido no espaço que possa ser visto pelos olhos de uma criatura. Dizemos também que ele é imortal, porque sua vida não é limitada nem definida pelo tempo. Dizemos até que ele é impassível (não sofre), porque nada da criação o pode controlar nem o sujeitar.

Nos últimos anos, alguns cristãos têm questionado a impossibilidade de Deus. Partem do princípio de que, se ele estabeleceu uma relação pessoal conosco, deve ser capaz de sentir nossas dores e nosso sofrimento, além de experimentar reações emocionais ao nosso comportamento em relação a ele. O cristianismo tradicional jamais negou que Deus comprehende nossos problemas, mas isso não compromete sua impossibilidade de modo algum. No passado, a intenção principal por trás do uso dessa palavra era afirmar que Deus não pode ser afetado ou controlado por nenhum poder externo a ele. Atualmente, talvez seja mais útil pensar em Deus como um médico que cuida dos seus pacientes. Um bom médico entende o sofrimento deles e se solidariza com eles, mas não experimenta o mesmo sofrimento dos pacientes. Os cristãos não adoram um Deus que compartilha das suas fraquezas, e sim um Deus que sabe como eles são e os salva de suas fragilidades (Sl 23).

A ideia de impossibilidade é intimamente relacionada à de imutabilidade (a ideia de que Deus jamais muda de modo algum), que é outra característica tradicionalmente atribuída à natureza divina. Durante muitos séculos, a imutabilidade foi aceita sem discussão. Nos últimos cem anos, entretanto, passou a ser contestada, porque parece dar a entender que Deus é um ser estático, e não dinâmico. Já se ressaltou, por exemplo, que seu nome YHWH pode ser lido não somente como “ele é”, mas também como “ele está se tornando”; e que este verbo, mais dinâmico, nos dá uma impressão melhor de como a Bíblia comprehende a natureza divina. Todavia, trata-se de um falso problema. Dizer que Deus não muda não significa que ele seja estático ou inerte, mas que seu caráter e seus propósitos permanecem sempre os mesmos. O que quer que nos suceda, ele continua sendo o mesmo Criador e Salvador amoroso e protetor que sempre foi (Ml 3.6). Sua imutabilidade é, portanto, garantia da sua fidelidade, e não uma declaração de que na prática ele está morto!

Criação e evolução

Todos os cristãos concordam em que Deus criou o mundo, a humanidade inclusive. Contudo, debate-se acaloradamente de que forma a palavra "criação" deve ser entendida, bem como em quanto tempo foi concluído esse processo. Os relatos da Criação de Gênesis têm sido interpretados de diversas formas ao longo da história do cristianismo — às vezes com a intenção de demonstrar que tudo, com a forma que conhecemos, foi criado ao mesmo tempo há seis mil anos; às vezes para mostrar que a criação foi um processo que se estendeu durante muito tempo. Todos os cristãos sustentam que a ordem da criação dá testemunho da sabedoria divina, ideia que ganhou projeção especial com o movimento do *design inteligente*.

O debate dentro do cristianismo acerca das origens da vida ganhou um impulso considerável na segunda metade do século 19 com a formulação da teoria da seleção natural de Charles Darwin. Darwin apresentou a tese de que as formas de vida teriam evoluído gradativamente no decorrer de longos intervalos de tempo. Suas teorias apareceram em duas obras principais: *A origem das espécies* (1859) e *A descendência do homem* (1871). Juntas, elas sustentam que todas as espécies — mesmo a espécie humana — resultam de um processo longo e complexo de evolução biológica. A teoria de Darwin diz que a humanidade foi se formando aos poucos, no decorrer de um longo período, e que não se pode fazer nenhuma distinção biológica fundamental entre os seres humanos e os animais no que se refere às suas origens e desenvolvimento.

Uma grande variedade de pontos de vista acerca desse assunto permeia as igrejas cristãs, sobretudo nos Estados Unidos. A seguir, listamos três das principais posições.

O significado e a importância dessas características de Deus são derivados da distinção explícita que a Bíblia faz entre a criação e o ser do seu Criador. Um dos problemas decorrentes da diferença essencial entre Deus e a criação é

"Deus não pode ser compreendido pela mente. Se pudesse, não seria Deus."

EVAGRIO PÔNTICO

a natureza da linguagem que usamos para falar de Deus. Se Deus não pode ser identificado com nada do que existe na criação nem pode ser definido pelo que nela existe, como podemos nos referir a ele? A

resposta tradicionalmente dada pelo cristianismo a essa pergunta assume duas formas. Em primeiro lugar, o cristão acredita que Deus se adapta às limitações

-
1. *Criacionismo da Terra jovem.* Defende a interpretação literal dos relatos da Criação de Gênesis, entre eles o da Criação em seis dias e de um dilúvio que cobriu a terra inteira. A Terra teria, portanto, cerca de seis mil anos. Os fósseis — que apontam para um passado muito mais remoto — foram criados em sua forma atual e não querem dizer que a Terra seja tão antiga quanto eles parecem indicar.
 2. *Criacionismo da Terra antiga.* Sustenta que a Terra foi criada há muito tempo, conforme mostra o registro fóssil. Muitos dentro desse movimento não veem problema algum nas descobertas da cosmologia moderna, que apontam para um vasto Universo surgido há bilhões de anos. A questão crucial diz respeito ao modo com que a vida se desenvolveu. Rejeita-se a ideia darwiniana de que as formas de vida evoluíram mediante um processo essencialmente aleatório de variação e seleção natural. Alguns representantes dessa corrente — chamados às vezes de “criacionistas progressistas” — dizem que Deus criou várias formas vivas sequencialmente, na ordem evidenciada pelo registro fóssil.
 3. *Evolução teísta.* Às vezes chamada também de “Criacionismo Evolucionista”, essa corrente sustenta que a vida começou de fato por um processo de evolução biológica. Contudo, esse processo de evolução não teria ocorrido aleatoriamente, mas teria sido guiado pelo cuidado providencial de Deus, que tinha alguns objetivos definidos em mente — como, por exemplo, o surgimento da humanidade. A palavra “criação” é entendida aqui como a capacidade de Deus de trazer à luz uma ordem natural que se desenvolveria posteriormente, sob a direção divina.

humanas quando se dirige à humanidade. Assim como o adulto simplifica suas palavras quando conversa com uma criança, também Deus adapta seus pensamentos ao entendimento humano. Isso não significa que aquilo que ele diz seja falso, mas que é expresso de um modo que a mente humana, mais simples, é capaz de compreender.

Um exemplo óbvio desse fato é o relato da Criação em Gênesis 1, que a explica como um processo de seis dias. Alguns cristãos acreditam que esse intervalo de tempo deve ser entendido literalmente, mas a maioria crê que se trata de uma imagem usada para explicar um processo extremamente complexo de um modo que as pessoas comuns possam compreender. Ler essa passagem

A sexualidade humana

Deus criou os seres humanos — homem e mulher — à sua própria imagem (Gn 1.26). O entendimento cristão da sexualidade está firmemente alicerçado na convicção de que ambos, o homem e a mulher, devem sua origem a Deus e são ambos portadores da imagem divina. Entende-se a sexualidade como um aspecto da ordem criada, e não como algo inerente a Deus. Embora a Bíblia use frequentemente imagens masculinas e femininas — pai, mãe e pastor, por exemplo — para que seus leitores percebam certas características de Deus, tais analogias não implicam que Deus seja do sexo masculino ou feminino. O que se pretende é mostrar que os papéis sociais, tanto do homem quanto da mulher, podem servir de modelos ou de imagens de Deus.

O contraste com outras religiões do antigo Oriente Médio é óbvio. Quando Israel entrou em Canaã, deparou com uma forma de culto da fertilidade que reconhecia vários deuses e deusas cuja sexualidade lhes determinava a função, sobretudo em relação à fecundidade da terra. O Antigo Testamento evita atribuir papéis sexuais a Deus, dada a forte relação de tudo isso com o paganismo. Os cultos cananeus da fertilidade enfatizavam as funções sexuais dos deuses e deusas. O Antigo Testamento, porém, recusa-se a endossar a ideia de que seja importante a questão do gênero ou sexo de Deus.

O Antigo Testamento ressalta a complementariedade do homem e da mulher na criação, principalmente no jardim do Éden (Gn 2). A narrativa da Criação salienta: “não é bom” que Adão esteja só. Eva foi criada para que houvesse companheirismo e parceria entre eles na tarefa de cuidar da criação. A inimizade entre eles

bíblica como se fosse um relato científico é interpretá-la mal, por isso a maioria dos cristãos não vê nenhuma contradição fundamental entre as teorias científicas e a narrativa bíblica. A ciência e a Bíblia talvez estejam falando das mesmas coisas, mas fazem isso de maneiras diferentes e com diferentes propósitos. Em termos bem simples, as ciências naturais estão preocupadas sobretudo com o “como” da criação e procuram explicar os mecanismos que produziram a realidade conforme a conhecemos. A Bíblia, por sua vez, preocupa-se sobretudo com o “porquê” da criação e nos explica qual foi o propósito de Deus quando ele pôs esses mecanismos para funcionar.

Juntamente com o conceito de acomodação, existe o princípio da analogia, usado para explicar a natureza da linguagem que os seres humanos usam

é entendida como consequência da Queda (Gn 3). Como disse Pedro Lombardo, teólogo medieval do século 12: "Eva não foi tirada dos pés de Adão, para que não fosse sua escrava; não foi tirada da sua cabeça, para que não fosse sua senhora; ela foi tirada do seu lado, para que fosse sua companheira".

A ética sexual cristã sempre enfatizou a importância da relação de compromisso entre o homem e a mulher, e particularmente a importância do casamento como instituição social e relacionamento de santificação. Isso tem sido motivo de tensão em face das normas sociais contemporâneas do Ocidente, especialmente no que se refere à crescente demanda de reconhecimento do casamento homossexual.

Um tema central do evangelho é que em Cristo não há homem nem mulher (Gl 3.28). Isso não significa que de algum modo os sexos tenham sido abolidos nem que tanto o homem quanto a mulher tenham perdido a diferença que os caracteriza. Pelo contrário, trata-se de afirmar que todas as distinções de etnia, posição social e gênero são transcendidas pela união dos crentes em Cristo e pelas obras para as quais ele os chama. Vale notar que Jesus Cristo tratou o homem e a mulher como parceiros na comunicação da boa-nova do reino e que a missão de evangelização da igreja primitiva foi levada a cabo por homens e mulheres. Há um debate importante em andamento em muitas igrejas no tocante às questões de gênero no ministério. Uma das questões fundamentais é saber quais aspectos do ministério que o indivíduo exerce são moldados por fatores históricos, sociais e culturais e quais deles são influenciados por fatores biológicos. Ao que tudo indica, essa discussão deverá persistir.

quando falam de Deus. Os cristãos, por exemplo, chamam Deus de "nossa Pai" e assim se dirigem a ele quando oram, mas isso não significa que Deus seja o equivalente celestial de um pai humano. A palavra é empregada porque alguns aspectos da paternidade humana são semelhantes à relação que Deus tem com seu povo (ou seus "filhos") e podem, portanto, ajudá-lo a entender mais a respeito dele. Contudo, Deus é muito mais do que um pai humano jamais poderia ser; se a analogia for levada longe demais, ela pode não se sustentar. À medida que a criança cresce, por exemplo, sua relação com seus pais passa da dependência à igualdade, mas isso jamais acontece na relação do cristão com Deus. Palavras como "pai" têm um propósito útil, mas limitado quando se trata de explicar a relação do crente com Deus. Além disso, os

cristãos sempre reconheceram que há certos aspectos de Deus que eles jamais conhecerão ou jamais serão capazes de descrever com precisão. Certas pessoas se sentem incomodadas com esse fato, o que as faz se sentir tentadas a especular sobre coisas que não são reveladas à mente humana. Todavia, a melhor maneira de lidar com isso é lembrar que o conhecimento que o cristão tem de Deus faz parte da relação pessoal que o fiel tem com ele. O conhecimento pessoal é real, mas também traz consigo um elemento de mistério que não podemos compreender inteiramente. Toda mãe, por exemplo, vê coisas em seus filhos que ela não sabe explicar, porque os filhos são pessoas independentes, cujos pensamentos e ações não podem ser totalmente controlados pelos pais. Assim também ocorre na relação do cristão com Deus. O cristão sabe o que esperar de Deus na medida do que lhe foi revelado, mas Deus não pode ser confinado nos limites do entendimento humano. Como ele disse ao profeta Isaías: “Porque os meus pensamentos não são os vossos

A imagem de Deus nos seres humanos

Para o cristão, o livro de Gênesis evidencia uma ideia importante sobre o lugar específico do homem e da mulher na criação: fomos criados “à imagem de Deus” (Gn 1.27). Embora a humanidade não seja divina, a relação dos seres humanos com Deus é diferente da que ele tem com as outras criaturas. A humanidade é portadora da imagem de Deus; nenhuma outra criatura viva compartilha desse privilégio ou dessa responsabilidade. Sendo assim, de que modo devemos entender essa relação com Deus? Como visualizá-la? A teologia cristã propôs diversos modelos, dois dos quais observamos a seguir.

De acordo com o primeiro deles, a “imagem de Deus” é um lembrete da autoridade de Deus sobre a humanidade. No antigo Oriente Médio, os monarcas costumavam erigir imagens de si mesmos para ratificar seu poder sobre determinada região (veja, p. ex., a estátua de ouro de Nabucodonosor descrita em Dn 3.1-7). Segundo essa perspectiva, ser criado “à imagem de Deus” significa ser responsável perante Deus. Esse ponto importante está por trás de um episódio do ministério de Jesus Cristo que foi registrado nos Evangelhos (Lc 20.22-25). Questionado por seus interlocutores, que queriam saber dele se os judeus deviam pagar impostos às autoridades romanas, Jesus pediu que lhe trouxessem uma moeda. Perguntou-lhes então: “De quem são a imagem e a inscrição que [ela] tem?” Os circunstantes disseram que eram de César. Cristo então diz à multidão que dê a César o que é de César e

pensamentos, nem os vossos caminhos são os meus caminhos, diz o SENHOR. Porque, assim como o céu é mais alto do que a terra, os meus caminhos são mais altos que os vossos caminhos, e os meus pensamentos mais altos que os vossos pensamentos” (Is 55.8,9).

Contudo, apesar de estar acima e além das limitações da sua criação, o Criador também é capaz de penetrá-la e operar livremente em seu interior, porque ela lhe pertence. Talvez possamos começar a compreender o que isso significa se pensarmos num aquário. Neste, os peixes nadam por toda parte sem nenhuma restrição aparente, mas o dono do aquário sabe que é ele enfim quem os controla e quem pode, a qualquer momento, pôr a mão na água e mudar tudo de lugar, quer os peixes queiram, quer não! De modo análogo, Deus é perfeitamente capaz de suspender ou alterar as leis aparentemente “naturais” da criação e realizar o que chamamos de “milagres”, porque essas leis naturais decorrem da sua vontade e dela dependem por completo. Deus também é livre para estabelecer relações

a Deus o que é de Deus. Embora haja quem considere essa resposta uma forma de fugir à pergunta, não é nada disso o que se passa aqui. O fato serve para nos lembrar de que os portadores da imagem de Deus — isto é, homens e mulheres — devem dedicar-se a ele.

Uma segunda abordagem sustenta que ser criado “à imagem de Deus” significa ter o potencial de entrar em relação com Deus. Aqui a palavra “imagem” expressa a ideia de que Deus criou a humanidade com um objetivo específico, a saber, relacionar-se com ele. Esse tema teve papel importante na espiritualidade cristã. Muitos autores cristãos disseram que fomos feitos especificamente para nos relacionar com nosso criador e redentor. Conforme assinalou C. S. Lewis, se não nos relacionarmos com Deus, haverá uma ausência onde deveria haver uma presença. Existe um vazio dentro de nós com a forma de Deus, que só pode ser preenchido por Deus. Na falta dele, sentimos uma nostalgia profunda, um anseio por Deus, mas que a humanidade, decaída e pecadora, interpreta equivocadamente, sem intenção ou de propósito, como nostalgia das coisas do mundo. Essas coisas, porém, não satisfazem jamais. Se somos feitos para Deus e somente para ele, não há nada mais que nos possa satisfazer. E, como Lewis constantemente ressaltava, esse sentimento nostálgico vindo de Deus é fundamental para dar resposta às grandes questões da vida com que a humanidade se debate.

com as criaturas humanas. Essas relações serão necessariamente expressas nas categorias de tempo e espaço, porque essa é a natureza do mundo em que vivemos, mas elas não são limitadas por essas restrições. Para Deus, isso significa que, apesar de sua vontade ser eterna e, portanto, imutável, ele a pode revelar em etapas progressivas. Foi essencialmente isso que aconteceu no decurso da história bíblica, em que Deus paulatinamente deixou mais claro quais eram seus propósitos para o seu povo. O processo culminou com o envio de Jesus Cristo ao mundo, fato que a Bíblia descreve como o desvelamento de um mistério que estivera oculto desde o princípio. Em outras palavras, esteve sempre presente na eternidade, mas só foi revelado aos poucos ao povo de Deus na terra.

Do ponto de vista do cristão, isso quer dizer que podemos orar a Deus e que ele ouve nossas orações e responde a elas, embora nem sempre de acordo com a nossa expectativa. O apóstolo Paulo escreve sobre um problema a que se refere como “um espinho na carne”, do qual por três vezes pediu a Deus

“Quanto mais confiamos
em Deus, mais constatamos
quanto ele é confiável.”

CLIFF RICHARD

que o livrasse. Paulo explica que Deus se recusou a livrá-lo dessa dificuldade, dizendo-lhe que era melhor viver com ela para que a graça divina se revelasse à medida que o ajudava a vencer suas debilidades

(2Co 12.7-9). Entretanto, muita gente pode dar testemunho de orações a que Deus respondeu de modo maravilhoso. O próprio Paulo teve diversas experiências desse tipo, quando foi salvo de diferentes perigos e libertado para pregar o evangelho ao mundo pagão da sua época (Fp 1.3-6).

O cristão acredita que a revelação e a oração são as formas mais importantes com que Deus fala ao seu povo e este se relaciona com ele. O conhecimento dessa revelação, registrada na Bíblia, e a prática da oração, tanto em particular como em comunhão com a igreja, ajudam o cristão a estabelecer e a aprofundar sua relação com Deus e a compreender os propósitos dele para sua vida e para toda a criação.

A imagem e a semelhança de Deus nos seres humanos são o meio pelo qual essa relação se torna possível. Alguns cristãos entenderam que “imagem” e “semelhança” são duas coisas diferentes e que a “imagem” foi perdida quando os primeiros seres humanos desobedeceram a Deus. Outros disseram que “imagem e semelhança” são, na verdade, duas palavras que significam a mesma coisa e que, quando nossos primeiros ancestrais caíram, a imagem se corrompeu

a ponto de não poder mais servir de veículo de relacionamento com Deus. Atualmente, a maior parte dos estudiosos da Bíblia concorda que “imagem e semelhança” são de fato uma única realidade, e não dois elementos distintos, mas também a maioria reconhece que a Bíblia não afirma em parte alguma que a imagem se perdeu ou se corrompeu na Queda. Pelo contrário, há textos bíblicos que reconhecem claramente o fato de que a imagem de Deus persiste em nós apesar da nossa desobediência. Por exemplo, Gênesis 9.6 proíbe o assassinato de outro ser humano com base no princípio de que todos fomos criados à imagem de Deus, e Tiago 3.9-11 condena o linguajar calunioso pelo mesmo motivo.

Mais difícil, porém, é determinar o que é a imagem de Deus. Alguns a equiparam à alma humana e outros, à mente, mas nenhuma dessas analogias funciona muito bem. Hoje em dia, pensa-se na alma como a força vital do corpo, que morre com ele, enquanto a mente humana pode ser prejudicada sem que com isso se afete a imagem de Deus em nós. É melhor identificar a imagem com o espírito humano, que dá testemunho com o Espírito Santo de que somos filhos de Deus (Rm 8.16). Vemos, portanto, que a imagem de Deus em nós está associada à nossa noção de pessoalidade. É o aspecto da nossa natureza que mais nos vincula a Deus e mais nos diferencia do restante da ordem criada em que vivemos.

O efeito da presença da imagem de Deus em nós é duplo. Por um lado, significa que todo ser humano tem uma consciência inata do Criador, quer o admita quer não. Deus nos faz responsáveis por esse conhecimento: se o ignoramos, somos culpados porque negligenciamos sua vontade para nós (Rm 1.18-25). Nesse caso, o que quer que digamos ou façamos será errado à vista de Deus, porque não será dito nem feito em conformidade com o modo com que ele nos criou. O cristão crê que esse estado de alienação em relação a Deus é universal na raça humana e que só o próprio Deus pode mudar essa situação, aproximando-se de nós e nos restaurando para que possamos desfrutar o seu favor. Por outro lado, uma vez restaurado o relacionamento interrompido, a imagem de Deus nos permite conhecê-lo de modo pessoal e ficar cada vez mais parecidos com ele. Ela é o aspecto da nossa natureza que é compatível com a natureza dele e que dá sentido à relação do indivíduo com ele.

"Se Deus é seu sócio, faça grandes planos!"

D. L. MOODY

A humanidade como gestora da criação

De acordo com a Bíblia, a humanidade é a gestora da criação (Gn 2). Adão foi colocado no Éden para cuidar do jardim e cultivá-lo. Há quem diga que o cristianismo é inimigo do meio ambiente, pois estimula a exploração dos escassos recursos da terra. A realidade é bem diferente. “A relação fundamental entre a humanidade e a natureza é a de cuidado com a criação.” Essas palavras, tiradas da declaração *Renovando a terra*, dos bispos católicos dos Estados Unidos, de 1991, resumem de forma admirável um dos grandes temas do entendimento cristão sobre o meio ambiente, exposto na Bíblia e nas reflexões cristãs sobre o texto bíblico.

O conceito bíblico de criação é extremamente rico e complexo e oferece inúmeros esclarecimentos de importância fundamental para a temática da administração da criação. Podem-se discernir quatro conceitos no relato bíblico da Criação:

1. A ordem natural, que inclui a humanidade, resulta de um ato divino de criação; a Bíblia diz que Deus é o dono de todas as suas criaturas.
2. A humanidade se distingue do restante da criação por ter sido criada “à imagem de Deus”. Essa distinção é uma delegação de responsabilidade, e não a outorga de um privilégio, não podendo ser interpretada como fator de legitimação da exploração nem da degradação ambiental.
3. A humanidade é encarregada de cuidar da criação (assim como a Adão foi confiado o cuidado com o Éden — Gênesis 2.15), com plena consciência de que essa criação pertence a Deus e é querida por ele.
4. Não há fundamento teológico para a ideia de que a humanidade tem o “direito” de fazer o que bem quiser com a ordem natural. A criação pertence a Deus e foi confiada à humanidade para que esta cuidasse dela, e não para que a explorasse.

Isso tem importância especial para nós no que se refere à participação na vida do próprio Deus. Embora muitas de suas características — sua invisibilidade, por exemplo — estejam além das nossas possibilidades, há alguns aspectos seus que ele deseja compartilhar conosco. O primeiro deles é o que a Bíblia chama de “santidade”. Deus é santo porque está separado de todos os outros seres; mas, no contexto de um mundo decaído, sua santidade adquire um aspecto moral, e é isso que ele deseja que alcancemos (Cl 1.22). Diante da

Vale a pena notar que a ideia cristã da criação serve de fundamentação rigorosa para um enfoque ecológico. Calvin B. DeWitt, professor de estudos ambientais da Universidade de Wisconsin e fundador do Instituto Au Sable de Estudos Ambientais, diz que quatro princípios ecológicos fundamentais podem ser facilmente identificados na Bíblia:

1. O *"princípio de conservação da terra"*: assim como o Criador preserva e sustenta a humanidade, assim também a humanidade deve preservar e sustentar a criação do Criador.
2. O *"princípio do sábado"*: deve-se permitir à criação que se recupere depois que seus recursos foram usados pelo homem.
3. O *"princípio da fecundidade"*: a fecundidade da criação deve ser desfrutada, e não destruída.
4. O *"princípio da plenitude e dos limites"*: foram estabelecidos limites para o papel da humanidade na criação, com a delimitação de fronteiras que devem ser respeitadas.

Se algo pode ser identificado como inimigo daqueles que se preocupam com a criação, é a tendência cruel do ser humano de explorar e de se recusar a aceitar a existência de limites para o comportamento e a atividade humanos. Para o cristão, o elemento fundamental do pecado original (conforme descrito em Gn 3) é o desejo de ser como Deus, livre de todas as restrições do estado de criatura — livre, até mesmo, para fazer o que bem quiser e o que bem entender com a ordem criada.

queda da raça humana, a santidade de Deus aparece como justiça e misericórdia. É justiça porque exige que seus padrões sejam respeitados por suas criaturas. Se não estiverem à altura deles, elas devem ser punidas por seus pecados e corrigidas. Contudo, a santidade dele também se mostra como misericórdia, porque Deus sabe que para seres não santos é impossível alcançar a retidão que ele exige. Longe de se voltar contra nós por causa disso, Deus vem ao nosso encontro com amor e nos perdoa o mal que fizemos. Desse modo, sua

misericórdia sobrepuja sua justiça para que sua santidade se manifeste em toda a sua glória.

A santidade de Deus é um bem especial e precioso, que ele instrui seu povo a cultivar com o maior zelo possível. É por isso que a Bíblia diz que Deus é ciumento (Êx 20.5, Bíblia CNBB). A palavra “ciumento” não significa que Deus tenha inveja de outros seres, mas que ele quer nos fazer compreender que devemos tratá-lo corretamente, como a única fonte e o único sustento do nosso ser. Se não nos relacionarmos com ele devidamente, sofreremos as consequências, porque Deus não pode tolerar que sua glória seja alvo de injúria alguma. Isso pode

"Deus é aquele em relação ao qual nada maior pode ser concebido."

ANSELMO DA CANTUÁRIA

O que queremos dizer com “Deus todo-poderoso”?

Que queremos dizer quando afirmamos que Deus é “todo-poderoso”? À primeira vista, o significado do termo é bastante claro. Dizer que Deus é todo-poderoso significa que ele pode fazer qualquer coisa! Refletindo um pouco mais, porém, vemos que o problema não é tão simples assim. Pense na seguinte pergunta: “Deus pode desenhar um triângulo de quatro lados?”. Não é preciso pensar muito para perceber que a pergunta deve ser respondida com um “não”. Os triângulos têm três lados; desenhar um triângulo de quatro lados é desenhar um quadrilátero, e não um triângulo.

Todavia, pensando bem, não se pode afirmar que essa pergunta represente uma dificuldade para a concepção cristã de Deus. Não existem nem podem existir triângulos de quatro lados. O fato de que Deus não pode criar esse triângulo não deve ser motivo de preocupação. Isso simplesmente nos leva a reformular em termos mais complexos a declaração simples feita anteriormente: “Dizer que Deus é todo-poderoso significa que Deus pode fazer qualquer coisa que não implique contradição lógica”.

Contudo, temos de nos aprofundar um pouco mais. Para tornar mais claro este ponto importante, faremos outra pergunta: “Deus pode descumprir suas promessas?”. Não há nenhuma contradição lógica em descumprir promessas. Isso acontece o tempo todo entre pessoas. Pode-se lamentar uma promessa descumpriada, mas não há nenhum problema intelectual nisso. Se Deus pode fazer qualquer coisa que não implique contradição lógica, então ele pode descumprir uma

parecer arrogante para algumas pessoas, mas temos de levar em conta quem é Deus. Sendo ele o criador e soberano do Universo, cabe às suas criaturas confessar seu poder e sua majestade — para o bem delas mesmas. Não pomos a mão no fogo nem pegamos em fio desencapado, porque sabemos das consequências inevitáveis que nos advirão se fizermos isso. Esse mesmo princípio se aplica ao nosso relacionamento com Deus.

Ele é importante demais para ser menosprezado. Se não o respeitarmos, sentiremos os efeitos da nossa falta de consideração na forma em que ele, então, lidará conosco.

“O ateu talvez seja apenas alguém cuja fé e cujo amor se detêm exclusivamente nos aspectos impessoais de Deus.”

SIMONE WEIL

promessa, não é mesmo? Para o cristão, porém, essa ideia é escandalosa. O Deus que conhecemos e amamos permanece fiel às suas promessas. Se não pudermos confiar em Deus, em quem poderemos confiar? A ideia de que Deus possa descumprir uma promessa contradiz um aspecto essencial do caráter divino: Deus é sempre fiel e verdadeiro.

Existe uma tensão entre poder e confiança. Um impostor todo-poderoso pode fazer promessas em que não se pode confiar. Contudo, uma das teses mais profundas e perspicazes da fé cristã é que nosso Deus poderia, sem dúvida, fazer o que quer que fosse — mas, não obstante, ele preferiu nos redimir. Uma vez que se comprometeu, ele permanece fiel às suas promessas. Temos o privilégio de conhecer o Deus que preferiu ficar conosco. O Antigo Testamento expressa essa ideia com o conceito de aliança — um acordo pelo qual Deus se compromete a ser nosso Deus e a cuidar de nós.

Deus se comprometeu com a nossa redenção porque nos ama muitíssimo. Podemos confiar em que ele realizará seus propósitos. Portanto, a expressão “onipotência” usada pelos cristãos não significa a “capacidade de Deus de fazer o que quer que seja”, e sim “a capacidade de Deus de realizar seus propósitos”. Deus não compactua com contradições lógicas nem com nada que negue seu caráter. Pelo contrário, ele atua com a finalidade de atingir seus propósitos. Portanto, estamos lidando com um Deus que não apenas promete a salvação, mas que também é plenamente capaz de realizá-la. “Quem vos chamou é fiel, e ele também o fará.” (1Ts 5.24)

Na Bíblia, o nome que se dá a isso é ira ou cólera divina, a qual também é um elemento essencial da sua santidade. A ira de Deus não é uma reação emocional ao nosso mau comportamento; antes, é uma resposta criteriosa a

"As pessoas que mais conhecem a Deus são as que menos ousam falar dele."

ÂNGELA DE FOLIGNO

esse comportamento. A desobediência à vontade divina tem consequências, porque Deus não pode viver em harmonia com aqueles que se rebelam contra ele. Os que persistem na desobediência serão punidos

por isso — um tema recorrente em toda a Bíblia (Dt 9.7,8; Rm 1.18). Os cristãos não temem a ira divina, pois sabem que Deus veio ao encontro deles com misericórdia e os salvou das consequências do pecado. Entretanto, os cristãos creem que os que rejeitam o amor de Deus pagarão o preço pela insubordinação: a separação eterna da presença dele. Assim como no caso dos anjos caídos, ninguém sabe se tal punição tomará a forma de um castigo eterno ou do aniquilamento, mas pouco importa. Seja como for, os que desprezaram Deus serão afastados para sempre da sua presença porque se rebelaram contra ele.

Os cristãos são santos porque têm dentro de si o Espírito de Deus, que não apenas os ensina a diferenciar o certo do errado, mas também lhes dá forças para escolher o certo e rejeitar o errado. É a imagem de Deus nos cristãos que lhes dá essa consciência moral e os capacita a partilhar desse aspecto da natureza divina. Outra característica que os cristãos são chamados a compartilhar é o amor. O amor não é algo em si mesmo; antes, trata-se de um tipo de relacionamento que Deus expressa com perfeição e seu povo deve refletir. Ninguém poderá jamais alcançar a perfeição divina, é claro; mas, graças à presença da imagem de Deus que traz consigo, o cristão corresponde ao amor de Deus e o imita no trato com as outras pessoas.

Deus é pessoal

Isso nos leva naturalmente a refletir sobre a natureza pessoal do ser divino. A pessoalidade divina é fundamental para a revelação bíblica, porque é esse aspecto da sua natureza que lhe permite se relacionar com a humanidade — especificamente conosco. O caráter pessoal de Deus é tão óbvio para o leitor da Bíblia que é fácil esquecer que muita gente no mundo antigo tinha enorme dificuldade para aceitar essa ideia. Embora adorassem deuses que retratavam como seres humanos sobrenaturais, os antigos sempre faziam questão de

distinguir entre esses deuses que, a despeito de seus poderes sobre-humanos, eram limitados em certos aspectos, e o ser supremo, que para eles era absoluto. Os filósofos gregos que aludiam ao ser supremo geralmente o faziam em termos abstratos — o ser supremo era o Bem, o Belo etc.; não era uma pessoa com quem pudessem relacionar-se. Para eles, o que chamamos de pessoalidade — em que está implícita a marca das distinções individuais — constituía limitação e, portanto, sinal de imperfeição. Implicava também a existência de outras pessoas e, por conseguinte, não se podia aplicar o conceito ao ser supremo, o qual, por definição, tinha de ser perfeito e autossuficiente.

Os que refletiam sobre a ligação entre o ser humano e o ser supremo concluíam em geral que o último era uma grande mente, da qual compartilhamos uma pequena parcela. Alguns comparavam o ser supremo a um fogo cósmico e a alma humana à centelha, que se separava do fogo e adquiria desse modo uma identidade à parte. Quanto mais distante a centelha do fogo, tanto mais fria se tornava, até que por fim se apagava completamente. Portanto, a melhor solução para a centelha era retornar ao fogo do qual viera, de modo que sua vida prosseguisse mesmo que sua identidade individual se perdesse no processo.

Os cristãos primitivos contestaram o conceito filosófico de ser supremo afirmando não só que esse ser é pessoal, mas também que é possível ter com ele um relacionamento mediante o qual podemos participar de sua vida eterna. Não hesitavam em identificar o Deus da Bíblia com o ser supremo, porque criam que isso estava implícito no nome YHWH, que significa “aquele que é”. Nos Evangelhos, Jesus referiu a si mesmo como “Eu sou” em sentido absoluto, ao que tudo indica. Ideias semelhantes aparecem em outras partes do Novo Testamento. Na verdade, é muito difícil imaginar que uma religião monoteísta não haveria de identificar seu deus com o ser supremo, uma vez que, se houvesse outros seres independentes ou superiores, a crença naquele deus dificilmente se justificaria. Podemos dizer, portanto, que, conquanto a Bíblia não se detenha muito no assunto, a identificação de Deus com a realidade última é coerente do ponto de vista lógico e, ao que tudo indica, inevitável, mais cedo ou mais tarde. Mesmo assim, não era fácil para os primeiros cristãos defender a crença num ser supremo e pessoal, algo que ainda

"Há três estágios na
obra de Deus: impossível,
difícil, feito."

JAMES HUDSON TAYLOR

hoje continua sendo o maior obstáculo com que toda teologia estruturada na filosofia depara.

Em busca de palavras para definir Deus, os cristãos primitivos não tiveram problema nenhum em tomar emprestado o vocabulário do pensamento grego e adaptá-lo ao seu uso específico. Costuma-se dizer que esse processo resultou na corrupção do cristianismo por causa da importação de categorias dogmáticas estranhas a ele, mas isso é exagero. Não há vocabulário capaz de explicar Deus completamente, mas os conceitos filosóficos que os cristãos tomaram emprestado não eram tão estreitos assim que não pudessem ser adaptados ao uso cristão. Um bom exemplo disso é a palavra “ser”, que pode se referir a muitas coisas e que os teólogos cristãos aplicaram a Deus — o que lhes permitiu definir seu significado no contexto cristão. Em outras palavras, se Deus

Imagens bíblicas de Deus

O Antigo e o Novo Testamentos contêm uma rica gama de imagens de Deus. Individual e coletivamente, elas apresentam uma visão profunda e altamente satisfatória de quem é Deus e com que se parece. Nesta breve análise, destacaremos duas das imagens mais conhecidas e as perspectivas que elas nos proporcionam.

Talvez a imagem bíblica mais conhecida de Deus seja a do *pastor* (p. ex., Sl 23; 80.1; Is 40.11; Ez 34.12). A primeira ideia que essa imagem nos transmite é a do cuidado amoroso que o pastor dispensa às suas ovelhas. O pastor se dedica às suas ovelhas em tempo integral. A ideia é trabalhada de forma muito vigorosa no Novo Testamento, principalmente na Parábola da Ovelha Perdida (Lc 15.3-7). Aqui, o pastor busca ativamente a ovelha perdida para levá-la de volta ao aprisco.

A segunda ideia transmitida por essa imagem é a de que Deus guia seu povo. O pastor sabe onde estão o alimento e a água e leva suas ovelhas até lá. É ele quem encontra os pastos verdejantes e as águas tranquilas (Sl 23.2). Comparar Deus a um pastor é realçar sua presença constante junto a seu povo, guiando-o mansamente enquanto busca protegê-lo dos perigos que a vida apresenta e conduzi-lo a um lugar de plenitude e segurança (Is 40.11).

Uma terceira ideia diz respeito a nós, ao nosso relacionamento com Deus. Somos as ovelhas do seu rebanho (Sl 79.13; 95.7; 100.3). Essa terceira perspectiva nos diz que somos como ovelhas, incapazes de tomar conta de nós mesmos, sempre perdendo o rumo. Não somos autossuficientes: assim como as ovelhas confiam sua sobrevivência ao pastor, também nós temos de aprender a confiar em Deus.

é o ser supremo, a palavra “ser” deve ser redefinida para adaptar-se ao que sabemos de Deus, uma vez que ele não pode ser reduzido aos limites impostos pelo “ser”. Na verdade, quanto mais os primeiros cristãos se debatiam com isso, tanto mais passaram a compreender as limitações da linguagem humana e tanto mais insistiam em que o verdadeiro conhecimento de Deus deve ir além das categorias humanas. Alguns acabaram por desenvolver uma teologia mística do “não ser” para fazer justiça à eterna “alteridade” de Deus. De acordo com essa teologia, até os conceitos mais elevados que possamos imaginar são inadequados para descrever Deus, e devemos procurar transcendê-los para ter dele uma experiência genuína.

O que chama especialmente a atenção, porém, é que a palavra “pessoa” não era empregada para designar coisa alguma na filosofia grega antiga. “Pessoa” é

Talvez nos consideremos perfeitamente capazes de cuidar de nós mesmos, mas o realismo nos manda reconhecer quanto dependemos de Deus, desde o nascimento até a morte.

Outra imagem bíblica muito diferente de Deus é a da rocha (Sl 18.2; 28.1; 42.9; 78.35; 89.26; Is 17.10). Essa imagem impactante transmite a ideia de quanto Deus é firme e digno de confiança. Vez por outra, temos a impressão de ser golpeados por fortes ondas, que constantemente nos ameaçam subjugar e destruir. Contudo, no meio desse mar revolto, há um porto seguro — a rocha que é Deus (Sl 42.7-9). A rocha é firme e inamovível; resiste a tempestades, a inundações e ao calor. É um lugar de refúgio. Por isso, Moisés, ao criticar os israelitas por adorarem falsos deuses, indica a íntima relação entre Deus, as rochas e a segurança: “Onde estão os seus deuses, a rocha em que se refugiavam [...]?” (Dt 32.37). Essa imagem, naturalmente, foi bastante trabalhada em sermões e obras devocionais cristãs e talvez seja uma das mais conhecidas graças ao hino consagrado de Augustus Toplady:

Rocha eterna, que feri,
quero abrigar-me em ti.

Ao pensar em Deus como uma rocha, pensamos nele como um lugar seguro que nos abriga das tempestades da vida, um refúgio do pecado e do mal.

um termo oriundo originariamente do teatro e significava “máscara”, porque os atores usavam máscaras para indicar quais personagens estavam representando. Daí passou a significar “face”, que é o uso encontrado no Novo Testamento (veja 1Co 13.12). Os romanos se apropriaram da palavra “pessoa” e a aplicaram à sua linguagem jurídica, em que ela passou a designar um agente capaz de ser parte numa ação judicial. Na Roma antiga, nem todos os seres humanos tinham personalidade jurídica — os escravos, as mulheres e as crianças não a tinham. Por sua vez, uma empresa podia tornar-se pessoa jurídica, sendo este o conceito por trás da moderna ideia de “corporação”: tornar-se um corpo. Foi dos tribunais de justiça, e não do teatro nem da filosofia, que a palavra “pessoa” migrou para a teologia cristã, porque Deus deu sua lei a seu povo e é, portanto, o agente supremo de toda ação que dela possa resultar.

Se a história da teologia cristã pode ser entendida como um constante aprofundamento daquilo que se sabe sobre o caráter pessoal de Deus, pode-se também considerar esse processo como um distanciamento gradual da teologia em relação a todo tipo de filosofia, apesar das diversas tentativas feitas ao longo dos séculos para religar as duas disciplinas. A teologia cristã se sobrepõe a diferentes tipos de filosofia em vários aspectos interessantes e importantes, mas no fim das contas sua doutrina de um Deus pessoal a diferencia de toda e qualquer especulação estritamente humana. Os filósofos podem até construir uma visão da realidade em que uma mente suprema reina sobre todas as coisas e as governa, mas não descobrirão o Deus cristão sem a revelação especial de Deus. Os filósofos cristãos interpretam a realidade de maneiras que coincidem com a autorrevelação divina, de modo que essa mente suprema e o Deus da Bíblia sejam um e o mesmo ser; contudo, quando fazem isso, eles harmonizam dois tipos diferentes de conhecimento: um é fruto da razão humana, ao passo que o outro depende da autorrevelação divina.

A doutrina da Trindade

Estabelecida a identificação entre o ser supremo e o Deus da Bíblia, os primeiros cristãos se deram conta de que Deus não precisava se relacionar com outros seres para manifestar sua natureza. Se precisasse, ele seria dependente de outros entes para ser plenamente o que é, uma situação impossível e que comprometeria sua supremacia absoluta. Para que Deus seja o ser supremo, ele tem de ser perfeito em si mesmo e por si mesmo; portanto, se ele tem a

capacidade de estabelecer relações pessoais, essas relações têm de se produzir integralmente no interior da sua própria unidade.

Com efeito, como os primeiros cristãos vieram a compreender, o Novo Testamento nos diz que Deus de fato tem essas relações dentro de si mesmo. Para além dos seres pessoais que criou à sua imagem e semelhança, o Deus único e eterno é uma comunidade de três pessoas igualmente eternas. Tais pessoas não devem ser entendidas como partes de Deus, que possam ser separadas dele; se assim fosse, o ser divino ficaria debilitado com a encarnação do Filho em Jesus Cristo. Seria absurdo afirmar que o Filho é a mente do Pai se com isso se quer dizer que na encarnação o Pai teria ficado privado de sua mente durante algum tempo! Por mais que isto seja difícil de imaginar, cada uma das pessoas da Divindade é plenamente divina em si e por si, e é na plenitude dessa divindade que cada uma delas contribui para essa eterna comunhão a que os cristãos chamam de Trindade de pessoas.

É verdade que essa Trindade pode ampliar sua capacidade relacional de incluir os seres humanos, contanto que tenham crido em Jesus Cristo (a segunda pessoa divina) e sido revestidos do poder do Espírito Santo (a terceira pessoa divina). Todavia, por mais importante que isso seja para nós, não afeta o equilíbrio íntimo das relações trinitárias em si mesmas. A doutrina da Trindade causou muita perplexidade na história do pensamento cristão e há muita gente hoje que prefere ignorá-la por ser tão difícil de compreender. Por esse motivo, deve-se ter em mente que os primeiros cristãos não chegaram à crença na Trindade por meio de um processo complexo de especulação, mas pelo exame de sua experiência pessoal com Deus. Conforme disse o apóstolo Paulo: “E, porque sois filhos, Deus enviou ao nosso coração o Espírito de seu Filho, que clama: Aba, Pai” (Gl 4.6). Esse versículo foi um dos primeiros a serem registrados no Novo Testamento e contém a essência da doutrina que mais tarde foi explicada como a Trindade de pessoas. É pelo Espírito do Filho que os cristãos clamam ao Pai. Com essa proclamação, a igreja primitiva pregava uma nova fé bastante diferente de sua raiz judaica e radicalmente distinta de qualquer outra que o mundo não judeu tinha a oferecer.

No início, os cristãos não estavam muito interessados em como suas crenças afetariam o mundo pagão, mas desde os primórdios se mostraram profundamente preocupados com a relação delas com o judaísmo. A maior parte dos primeiros cristãos não só era de origem judaica, mas também não tinha

intenção alguma de romper os laços com sua fé ancestral, que, segundo criam, cumprira-se com o advento de Cristo. De fato, esses cristãos introduziram uma mudança hermenêutica em sua interpretação do Antigo Testamento, que pode ser definida em termos simples como a passagem de uma perspectiva essencialmente externa para outra essencialmente interna. Trata-se de uma afirmação ousada, que deve ser expressida e compreendida com esmerada sutileza. Dizer que o judaísmo do Antigo Testamento era uma religião em que as coisas externas eram fundamentais não é negar a realidade da espiritualidade judaica veterotestamentária; do mesmo modo, afirmar que o cristianismo é sobretudo uma experiência interna de Deus não significa que ele não tenha formas significativas de expressão exterior. O que estamos dizendo aqui é que houve uma mudança de ênfase e de perspectiva dentro de uma estrutura em que tanto o aspecto interior quanto o exterior são necessários para a expressão da realidade como um todo. Dito isso, a diferença é importante a ponto de ter produzido uma nova religião, que não pode retornar ao seio da antiga sem perder seu caráter essencial.

Que o judaísmo é definido principalmente por critérios externos se vê pela Lei de Moisés. De acordo com ela, o povo de Israel foi separado das nações pelo rito da circuncisão, que deixa uma marca permanente e visível sobre o corpo, bem como por toda uma série de estatutos cujo propósito era criar diferenças observáveis entre os judeus e os outros povos. Eles recebem um território específico para morar, onde seu destino será manifesto à vista de todas as outras nações. São instruídos a evitar certos tipos de alimentos, a limitar suas relações com os não judeus (e, sobretudo, não se casar com eles) e a concentrar sua adoração nos complexos rituais sacrificatórios do Templo de Jerusalém. No judaísmo bíblico, o Templo tinha particular importância, porque era lá que Deus se reunia com seu povo — embora de maneira rigorosamente estruturada. Uma vez por ano, o sumo sacerdote entrava na câmara interior, conhecida como o Santo dos Santos, onde oferecia o sacrifício de expiação pelos pecados de toda a nação. Fazer isso sem autorização era atrair tragédia, como descobriu o rei Uzias para sua infelicidade. Ao tentar oferecer sacrifícios no Templo, ele foi acometido de lepra — uma lição prática, por assim dizer, a respeito do que era e do que não era permitido (2Cr 26.19-21).

O Templo, sem dúvida, foi apenas o último e o mais suntuoso espaço onde ocorria o encontro com Deus. Antes da sua construção, havia o Tabernáculo,

que acompanhava o povo no deserto. No Tabernáculo ficava a arca da aliança, um baú sagrado que continha os instrumentos instituidores da dispensação mosaica. A arca devia permanecer longe de tudo quanto fosse profano — tanto que, quando Uzá tentou evitar que ela caísse no percurso accidentado pelo interior de Judá, foi ferido de morte (1Cr 13.10). No antigo Israel, Deus habitava no meio do seu povo, mas o povo não podia se aproximar diretamente dele, exceto os poucos que tinham sido autorizados pela lei. O profeta Jeremias sabia certamente que um dia Deus iria escrever sua lei no coração do seu povo (Jr 31.31-34), mas essa profecia falava sobre o futuro; e um dos indicativos da diferença entre o judaísmo e o cristianismo é a afirmação dos cristãos primitivos de que ela se cumprira no tempo deles (Hb 8.8-12). Na verdade, quanto mais lemos o Novo Testamento, mais entendemos que foram esses indicadores simbólicos das limitações do judaísmo que suscitaram os mais apaixonados apelos em favor da nova dispensação trazida por Cristo.

Na dispensação cristã, não devia haver terra santa nem templo, nem arca da aliança. O rito do batismo, que substituiu o da circuncisão, é um ato visível; mas, como não deixa nenhuma marca permanente no corpo, deve-se considerá-lo essencialmente invisível. À semelhança dos judeus, os cristãos também devem ser cautelosos no tocante às relações que mantêm com os não cren tes, o que ainda é considerado um problema, mas não existe a expectativa de que formemos uma nação à parte como Israel. O apóstolo Paulo expressou essa ideia com muita clareza poucas linhas antes de sua declaração trinitária, quando disse que, em Cristo, as barreiras entre homem e mulher, judeu e gentio, escravo e livre haviam sido removidas (Gl 3.28). Os cristãos se colocam na presença de Deus não porque sejam os descendentes *físicos* de Abraão, o ancestral de Israel, mas porque são seus descendentes *espirituais*. É porque os cristãos creem como Abraão creu que têm recebido a herança originariamente prometida a ele, e é também porque os judeus rejeitaram essa interpretação que têm sido excluídos da bênção de Deus, pelo menos por enquanto. Para Paulo, não foram os cristãos que rejeitaram o judaísmo, mas os judeus que rejeitaram o Cristo; mais do que isso, agindo assim, esses judeus foram infiéis à sua própria herança. Paulo sempre acreditou que a fé de Israel era essencialmente espiritual, como a dos cristãos, e via a Lei mosaica como

"Só Deus pode satisfazer plenamente o coração faminto do homem."

HUGH BLACK

um tipo de revestimento protetor, necessário para que os volúveis israelitas não se afastassem do caminho reto e estreito. Infelizmente, as gerações posteriores confundiram a casca com o miolo,

o que os levou a interpretar equivocadamente o verdadeiro significado da Bíblia. O advento de Cristo eliminou a casca e expôs o miolo, para que os crentes tivessem acesso direto a Deus (veja Ef 2.18).

Conforme dizem os Evangelhos, o véu do Templo se rasgou em dois quando

Jesus foi crucificado, abrindo caminho para o Santo dos Santos (Mt 27.51; Mc 15.38; Lc 23.45).

Os cristãos entraram nesse Santo dos Santos e, nas palavras de Paulo, eles estão agora assentados nas regiões celestiais em Cristo Jesus (Ef 2.6). Em outros termos, enquanto os judeus comuns tinham de permanecer fora do local mais sagrado do Templo, os cristãos foram admitidos à vida interior de Deus. Só nesse contexto, e com base nesse entendimento, a teologia cristã pode ser conciliada com a revelação do Antigo Testamento. O Deus que se manifesta como Um àqueles que o contemplam do lado de fora revela-se como uma Trindade de pessoas no momento em que sua vida interior se abre à nossa experiência. A doutrina cristã resultante disso é nada mais, nada menos que a descrição de como é essa experiência da vida interior de Deus, algo que se torna mais claro quando observamos o que a Bíblia tem a dizer sobre cada uma das pessoas da Trindade individualmente.

A pessoa do Pai

A paternidade de Deus é um conceito tão amplamente aceito nos tempos modernos que poucos são os que se preocupam em entender seu verdadeiro significado. Em certo nível, expressa a obra de Deus na Criação; Paulo fez essa equiparação quando pregou em Atenas (At 17.28). Entretanto, vale a pena notar que, quando a fez, ele citou o poeta grego pagão Arato, e não o Antigo Testamento, que raramente junta essas duas ideias — se é que as associa em algum momento. A ideia de que Deus é o Pai de *Israel* ocorre esporadicamente no Antigo Testamento (em Jr 31.9 e Ml 2.10, p. ex.), mas tão somente em contextos em que fica claro que as imagens de Pai e Filho se aplicam à relação de

"Navegaremos em segurança em meio a todas as tempestades se tivermos o coração reto, intenção fervorosa, coragem inabalável e confiança fixa em Deus."

SÃO FRANCISCO DE SALES

aliança que os antigos judeus haviam celebrado com Deus. Não temos provas de que a ideia de paternidade se estendesse além disso, compreendendo toda a ordem criada. Embora o uso da terminologia Pai-Filho fosse possível no contexto da aliança, não era comum. Quando Jesus ensinou seus discípulos a orar a Deus chamando-o de Pai, sua ordem foi interpretada por eles e por outros como algo essencialmente novo.

É evidente que Jesus queria que seus discípulos compreendessem o Pai como aquele Deus a quem já adoravam, mas será possível fazer uma simples equivalência entre o Deus do Antigo Testamento e o Pai de Jesus Cristo? Em outras palavras, seria o Deus do Antigo Testamento somente a primeira pessoa da Trindade ou será que ele, em certo sentido, seria a combinação das três? Em Gálatas 4,6, é o “Deus” indiferenciado que envia o Espírito do seu Filho ao coração dos crentes, e o contexto parece indicar que ele deve ser identificado com o Pai, sobretudo porque a missão do Espírito é clamar “Aba” nos corações. Esse versículo não é isolado, uma vez que outros exemplos no Novo Testamento podem ser citados em apoio a essa ideia. Por exemplo, 2Coríntios 13,13 diz: “A graça do Senhor Jesus Cristo, o amor de Deus e a comunhão do Espírito Santo sejam com todos vós”. No contexto, fica claro que “o amor de Deus” deve ser uma referência ao Deus Pai; portanto, a pergunta que naturalmente se faz é se pode o Pai ser chamado de Deus de um modo que o Filho e o Espírito Santo não podem. Se puder, a doutrina da Trindade ficará seriamente comprometida e poderá até cair por terra, sobretudo em sua forma tradicional e ortodoxa. Os crentes então estariam mais próximos do judaísmo do que teriam imaginado muitos cristãos no passado.

A verdade, porém, é que não podemos dizer que o Deus do Antigo Testamento é somente a primeira pessoa da Trindade sem nenhuma ressalva, uma vez que, apesar do que parece ser indicado por textos como os anteriormente citados, tal afirmação contraria outras declarações que o Novo Testamento faz sobre Jesus. Seria preciso muito tempo para expor esse assunto em todos os seus detalhes, mas é possível compreender o essencial examinando o termo “criador”. Deus aparece nesse papel nos primeiros capítulos de Gênesis, e o tema recorre periodicamente ao longo de toda a Bíblia hebraica. No Novo Testamento, porém, também se lê que o Filho foi o criador do mundo (Jo 1,3; Cl 1,16), de modo que identificar o criador com a primeira pessoa da Divindade é uma forma de reducionismo que trai o testemunho do Novo

Testamento. Não devemos nos esquecer de que Jesus disse ser ele próprio a única revelação completa de Deus Pai (Jo 14.7). Mais tarde, o apóstolo Paulo diria aos colossenses que em Cristo habita corporalmente a plenitude da divindade (Cl 2.9). Se é verdade que, conforme Jesus disse a seus discípulos, ninguém chega ao Pai senão pelo Filho (Jo 14.6), disso decorre que os antigos judeus não poderiam ter conhecido Deus sem Cristo, embora Cristo estivesse oculto dos olhos deles na época. Portanto, o Deus do Antigo Testamento é necessariamente mais que o Pai, ainda que ambos pareçam equiparados em diversas passagens do Novo Testamento. Como explicar isso?

A resposta a essa pergunta parece que está numa afirmação repetida muitas vezes no decurso da história da igreja, mas negada outras tantas vezes nos tempos modernos: o Pai, em certo sentido, é a “pessoa-âncora” da Trindade. Pode-se formular a visão tradicional dizendo que, conquanto o Filho seja a pessoa que se encarnou em Jesus Cristo e que o Espírito Santo seja a pessoa que habita no coração dos cristãos pela fé, o Pai é a pessoa que manifesta primordialmente o que hoje chamamos de “divindade”. Ele nos faz lembrar que, por mais que Deus venha até nós e se revele a nós, em um sentido fundamental, ele continua oculto aos nossos olhos e está acima e além do nosso entendimento. Essa tese tem sido alvo de críticas nos últimos anos, principalmente porque parece atribuir ao Pai um grau especial de divindade, tornando o Filho e o Espírito Santo de algum modo inferiores a ele. Isso é sempre um perigo, não há dúvida. Entretanto, se formos cuidadosos e reconhecermos o risco, evitando-o sempre que ele se manifestar, podemos atribuir essa obra especial ao Pai da mesma forma que atribuímos a obra da redenção ao Filho, pois somente este se encarnou, ainda que, naturalmente, a obra total da redenção se deva às três pessoas da Trindade — cada uma delas contribuindo com seu modo especial.

Outra objeção levantada é que é errado pensar em Deus como uma “substância”, quando, na verdade, ele é uma comunhão de pessoas. Os teólogos da igreja primitiva referiam-se tranquilamente a Deus como uma “substância”, e o termo sobreviveu na teologia cristã tradicional. Contudo, é preciso reconhecer que hoje, para muita gente, a palavra evoca uma teoria científica abstrata ou materialista que, para piorar, nem sequer desfruta mais de prestígio no mundo científico. Pode até ser, mas não é preciso discutir se é ou não adequado definir Deus como uma “substância” para reconhecer que o Pai é a pessoa que

manifesta em si o ser objetivo de Deus e que, de algum modo, ele dá ordem e direção à Trindade como um todo. O Novo Testamento deixa perfeitamente claro que foi o Pai quem enviou o Filho ao mundo para cumprir sua vontade, salvando seu povo dos pecados. Nesse sentido, ele pode ser equiparado ao Deus do Antigo Testamento, porque foram precisamente essa vontade e esse propósito salvíficos de Deus que se revelaram ao antigo Israel, constituindo a finalidade derradeira da Lei mosaica. Além

disso, se não concebermos o Pai como a pessoa que manifesta a divindade essencial de Deus, corremos o risco de dizer que a “substância” divina, ou como quer que se queira chamar seu ser, é uma quarta coisa além das três pessoas da Trindade. Essa acusação já foi feita antes e, apesar de hoje ser raramente mencionada (graças sobretudo à tendência de descartar por completo o conceito de “substância”), não podemos ter certeza de que ela não volte à baila em algum momento futuro. Se isso acontecer, temos de estar prontos para afirmar que a obra específica do Pai é ser Deus simplesmente como Deus é, lembrando que, por mais significativa que seja a experiência da imanência divina, ninguém jamais pode conter o mistério transcendente da divindade nos estreitos horizontes do coração e da mente humana.

"Deus é sábio, bom, poderoso e misericordioso o bastante para fazer com que até os acontecimentos aparentemente mais desastrosos ocorram para o proveito daqueles que com humildade aceitam e adoram sua vontade em tudo o que ele permite."

JEAN PIERRE DE CAUSSADE

A pessoa do Filho

Tendo esclarecido quem é o Pai e qual é a sua obra, podemos agora examinar a pessoa do Filho e o significado teológico da sua “filiação”. Há lógica em assim proceder, porque a obra do Filho guarda uma relação de dependência com a do Pai e só pode ser compreendida à luz desta. O que isso significa no que se refere ao ser do Filho, em relação ao ser do Pai, é mais complexo; mas os nomes das duas pessoas conforme a Escritura registra dão a entender que, não importa como analisamos a questão, o Filho aparece em segundo lugar. Ao mesmo tempo, o Filho representa algo na vida interior de Deus que também é verdadeiro na vida dos cristãos, uma vez que estes também são chamados a ser “filhos” e, em algum aspecto, compartilham da sua “filiação”. O clamor “Aba”,

termo aramaico para “pai”, que o Espírito Santo põe no coração do crente, é o clamor do Filho, de cuja relação com o Pai os cristãos agora compartilham mediante a adoção. Isso era tão típico do ensinamento de Jesus que o emprego desse nome se tornou sua marca particular. Quando Paulo usa a palavra e fala a seus leitores que o Espírito do Filho entrou no coração deles para que também possam clamar “Aba”, está dizendo a esses crentes que eles têm o privilégio de poder dirigir-se ao Pai da mesma maneira que Jesus (e, portanto, com a mesma autoridade e segurança). Nossa relação com o Pai é calcada diretamente na relação que o Filho mantém com ele. Tanto é assim que podemos praticamente dizer que ela se assemelha à relação do Filho no interior da Divindade.

Vamos analisar, em primeiro lugar, o Filho e o tipo de relação que ele tem com o Pai. Atualmente, qualquer insinuação de hierarquia ou subordinação costuma suscitar reações destemperadas dos que sentem o cheiro de arianismo no ar (veja p. 204), para não falar dos que receiam que qualquer atenuação do princípio da igualdade divina entre as pessoas da Trindade resulte em negação da igualdade nas relações humanas, igualdade essa que, segundo acreditam, é modelada na vida interior de Deus. Em resposta, podemos dizer que o Pai e o Filho implicam a existência um do outro, sem o que seus nomes não teriam sentido. Um não existe sem o outro. Se não houvesse o Filho, a primeira pessoa da Trindade não seria o Pai — teria de ter algum outro nome que não implicasse relação de parentesco. Em contrapartida, temos de dizer também que, na lógica interna da relação Pai-Filho, é adequado que o segundo realize a vontade do primeiro, e não o contrário. O porquê disso é um mistério, mas sabemos que a submissão do Filho é voluntária; por isso a palavra “submissão” é preferível a “subordinação” ou “sujeição”, uma vez que ambas implicam alguma forma de coerção. Isso fica claro em Filipenses 2.5-11, texto no qual o apóstolo Paulo nos diz que o Filho humilhou a si mesmo e assumiu o papel de servo para realizar a obra da nossa salvação. Somente uma pessoa segura da sua relação de igualdade com o Pai faria isso voluntariamente. Desse modo, o que para alguns pode parecer um paradoxo, é precisamente na humilhação do Filho que se revela a sua verdadeira glória: ele está em pé de igualdade com o Pai.

É claro que a filiação que os crentes desfrutam em Deus não é idêntica à de Jesus, embora haja paralelos significativos. A diferença fundamental é que, enquanto Cristo é Filho por natureza, gerado pelo Pai na eternidade,

os cristãos são filhos por adoção. Aquilo que eles não podiam reivindicar em virtude de sua natureza de criaturas foi-lhes concedido gratuitamente, para que eles também se tornassem “participantes da natureza divina” (2Pe 1.4). Essa expressão um tanto curiosa significa que os cristãos têm acesso ao poder de Deus, poder cuja ação eles veem na vida deles. Como filhos adotivos de Deus, os crentes vão sendo transformados paulatinamente (mas sem cessar) na semelhança do Filho natural de Deus, que é sempre seu modelo e sua meta. Contudo, o Filho de Deus por natureza não é um ser divino remoto a quem os cristãos se empenham em vã em imitar. Pelo contrário, ele se tornou homem em Jesus de Nazaré e viveu a vida de um homem normal. Sua encarnação não foi um fim em si mesmo, mas uma preparação para o ato supremo de Deus: salvar a humanidade dos seus pecados. Jesus Cristo não apenas se identificou conosco em nossa humanidade, mas também se tornou pecado por nós (2Co 5.21) e tomou nosso lugar no banco dos réus do tribunal de Deus. Ao morrer por nós em sua natureza humana — a nossa natureza —, o Filho unigênito de Deus pagou o preço pelos nossos pecados para nos livrar de um fardo pesado demais para o suportarmos sozinhos. Quem não entende isso não entende o evangelho, e não há acesso à intimidade de Deus para quem não morreu com ele dessa forma.

Essa crença, que a teologia chama de “aduncação penal substitutiva” (v. ADUNAÇÃO, “Glossário”), sempre foi muito criticada pelos que consideram imoral da parte de Deus enviar seu Filho inocente para morrer pelos pecados da raça humana, mas esses críticos se esquecem da natureza voluntária da substituição realizada pelo Filho. Deus Pai não decidiu punir seu Filho por nossa causa e em seguida obrigou-o a acatar a decisão. Dada a igualdade fundamental existente no interior da Divindade, ele provavelmente não poderia ter feito isso, mesmo que quisesse. Foi somente quando se humilhou e se tornou servo para realizar a vontade do Pai que o Filho se tornou homem, visto que somente assim poderia ser pago o preço da redenção da humanidade. Se há alguma “injustiça” nisso, não é o ato voluntário do Filho em favor de outros, mas, sim, os cristãos terem sido redimidos, uma vez que receberam de Deus algo que nada fizeram para merecer e que todos os seus pensamentos e desejos os tornam indignos de receber.

“Os dons divinos eclipsam os sonhos mais elevados do homem.”

ELIZABETH BARRETT BROWNING

No âmago da adunação deparamos com a relação entre o Filho e o Pai dentro da Trindade, sem o que seu ato salvífico não teria ocorrido. Pode-se perceber essa relação primeiramente nas frases que Jesus disse na cruz, três das quais foram dirigidas diretamente ao Pai: “Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?” (Mt 27.46; Mc 15.34); “Pai, perdoa-lhes, pois não sabem o que fazem” (Lc 23.34); e “Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito” (Lc 23.46). Contudo, encontram-se repercussões dessa relação ao longo dos Evangelhos, sobretudo em João, em que Jesus a todo momento explica sua missão como uma decorrência da vontade do Pai, a qual ele veio cumprir na terra. Os papéis do Pai e do Filho são distintos, mas não podem jamais ser separados, uma vez que a obra divina da redenção pertence enfim igualmente a ambos. Contudo, a experiência que os cristãos têm dessa redenção não vem diretamente nem do Pai nem do Filho. Em vez disso, o apóstolo Paulo nos diz que Deus enviou ao nosso coração o Espírito do seu Filho, fazendo dele — uma terceira pessoa — o veículo por meio do qual penetramos na vida interior de Deus. Quem, ou o quê, é esse Espírito, e por que ele seria necessário?

A pessoa do Espírito Santo

Não é exagero dizer que, na história da teologia trinitária, o modo pelo qual os diferentes grupos cristãos entendem a pessoa e a obra do Espírito Santo é o fator que mais causou controvérsias. Não bastasse isso, não sabemos muito bem entender as diversas ocorrências da palavra “espírito” no Novo Testamento, uma vez que não está nem um pouco claro quantas delas se referem à terceira pessoa da Trindade. Para ficar apenas com Gálatas 4.6, o texto não nos evidencia de imediato que o Espírito do Filho seja de fato uma pessoa à parte. Se não soubéssemos mais nada a respeito do assunto, seria perfeitamente possível interpretar essa expressão como uma simples referência retórica ao próprio Filho. Esse tipo de recurso retórico tem inúmeros precedentes no Antigo Testamento, em que uma expressão como “o Espírito de Deus” pode facilmente ser usada desse modo. Além disso, a palavra “espírito” é extremamente flexível, a ponto de às vezes significar apenas “atitude”. Por exemplo, o que Jesus tinha em mente quando disse à samaritana que Deus é Espírito e deve ser adorado em “espírito e em verdade” (Jo 4.24, NVI)? A primeira utilização do termo se refere provavelmente à natureza não material de Deus, mas a segunda é ainda mais enigmática. Será que significa que devemos adorar a

Deus no poder do Espírito Santo, o que parece pouco provável nesse contexto, ou será que se refere simplesmente à atitude que devemos ter quando oramos? A maior parte dos intérpretes da Bíblia crê que a última alternativa é a mais provável. Se assim for, trata-se de uma advertência para que não se interpretem erroneamente outras ocorrências dessa palavra na Escritura, nos casos em que, no contexto, a referência à terceira pessoa da Trindade não seja inescapável.

Comparada com o Pai e o Filho, a terceira pessoa da Trindade é efetivamente anônima, uma vez que as palavras “espírito” e “santo” podem ser aplicadas a diferentes seres, entre eles os justos que morreram e foram para o céu. Sua pessoalidade, por isso, foi muitas vezes posta em dúvida; mesmo quando foi aceita, sua relação exata com o Pai e o Filho há tempos é uma questão que suscita controvérsias entre os cristãos orientais e ocidentais, controvérsias que persistem até hoje. A obra do Espírito Santo parece mais clara, pelo menos em linhas gerais, mas os meios pelos quais ele a realiza têm sido motivo de muita discussão na igreja ocidental e têm contribuído, mais do que se imagina, para os enormes fossos que separam os católicos romanos dos protestantes em geral, de um lado, e os diferentes grupos protestantes entre si, de outro. Talvez não seja exagero dizer que praticamente todos os grandes pontos de discordância entre as diferentes denominações da cristandade ocidental hoje convergem para as diferentes formas de interpretação da obra do Espírito Santo, tanto na igreja quanto em cada crente. O que explica essa complicação na teologia cristã que tanta tristeza trouxe consigo? Será que precisamos de uma terceira pessoa divina de identidade tão obscura? Não nos bastam as duas que se complementam de maneira tão óbvia?

Para responder corretamente a essas perguntas, temos de consultar o Novo Testamento como um todo e sobretudo João 14—16, passagem em que Jesus explica a seus discípulos como eles se relacionarão com Deus depois que ele tiver partido. Jesus lhes diz que precisa partir; caso contrário, eles não poderão entrar na plenitude da experiência que Deus lhes prometeu. É difícil imaginar por que Jesus lhes declarou que ainda havia algo maior e melhor por vir do que aquilo que ele próprio já lhes dera, mas foi o que ele disse. Depois de sua partida, ele lhes enviaria outro Consolador — que os guiaria a toda a verdade, lhes possibilitaria fazer obras ainda maiores que as dele e habitaria com eles para sempre. Além disso, quando o outro Consolador viesse, ele e o Pai viriam também e fariam morada com ele no coração dos discípulos.

Com base nessa descrição de suas futuras atividades, não é difícil entender que o “outro Consolador” do Evangelho de João é o mesmo Espírito Santo que Paulo menciona em Gálatas 4.6 e que diz ser o Espírito do Filho enviado pelo

“A providência é o cuidado que Deus tem com tudo o que existe.”

JOÃO DAMASCENO

Pai. No quarto Evangelho, lê-se especificamente que ele procede do Pai (Jo 15.26) e detém todo o poder e toda a autoridade do próprio Cristo. A declaração de Paulo é bem mais sucinta, mas combina nota-

velmente bem com a exposição de João. Para Paulo, o Espírito do Filho tem poder para nos capacitar a orar como o Filho orava. Para que isso seja possível, é preciso que ele tenha uma relação com o Pai que seja igual à que tem o Filho. Disso decorre que o Espírito Santo deve ser uma pessoa tanto quanto o Filho. Se assim não fosse, toda e qualquer relação com o Pai que ele pudesse ter seria fundamentalmente distinta daquela que o Filho desfruta (e necessariamente inferior a esta). Em outras palavras, é a obra do Espírito Santo no nosso coração que nos leva a confessar que ele também faz parte da Divindade. É, aliás, pelo Espírito que os cristãos compreendem e experimentam as outras duas pessoas. Uma vez mais, observamos que é a experiência cristã de Deus que compele o cristão a desenvolver uma fé trinitária, uma vez que qualquer expressão mais restrita da relação entre o cristão e Deus seria inadequada para explicá-la.

Ninguém pode ter a presunção de explicar por que Deus decidiu se revelar dessa forma aos cristãos; mas, com base no que Jesus disse a seus discípulos em

João 14—16, é evidente que, se o Espírito Santo não tivesse sido enviado ao coração dos crentes, eles teriam hoje um conhecimento inferior de Deus. Os Evangelhos deixam claro que os discípulos de Jesus tinham uma experiência menos completa dele antes do Pentecostes do que tiveram depois, apesar de terem tido o privilégio

“Ninguém, a não ser Deus, pode satisfazer os anseios de uma alma imortal: uma vez que o coração foi feito por ele, somente ele pode preenchê-lo.”

RICHARD CHEVENIX TRENCH

de ver face a face o Filho encarnado. Antes, tal como no Antigo Testamento, o Deus encarnado em Jesus Cristo habitava entre o povo, mas não no interior de cada um. Os discípulos contemplavam sua glória (Jo 1.14), mas em certo sentido ela continuava estranha ao entendimento deles. Nem os ensinamentos

nem os milagres de Jesus foram suficientes para preencher essa lacuna, e seus discípulos o abandonaram no fim de sua vida terrena porque acharam que sua missão fracassara. Jesus havia predito sua ressurreição, mas, quando ela ocorreu, eles ficaram surpresos e não sabiam como interpretá-la. Basicamente, Jesus continuava fora deles; e os discípulos não conseguiram realmente entender o que estava acontecendo até que a experiência que tinham dele e de sua mensagem foi interiorizada. Isso aconteceu quando o Espírito Santo desceu sobre eles no Pentecostes. Desde então, sua presença no coração dos crentes se tornou um bem comum da igreja.

O Espírito Santo trabalha de muitas formas diferentes, mas seu propósito geral é edificar o corpo de Cristo para que os crentes cheguem à plenitude da perfeição que Deus deseja para seus santos. Trata-se de uma tarefa difícil, que jamais será plenamente realizada nesta vida, mas a Bíblia é bem clara acerca da base em que essa perfeição deve se apoiar. O alicerce dessa perfeição é uma série de características conhecidas coletivamente como “os frutos do Espírito” (Gl 5.22,23). O fruto principal e maior de todos é o amor. Ele é tão importante que, se não estiver presente, não importa o que o cristão faça, será total perda de tempo (1Co 13.1). Os outros frutos (alegria, paz, paciência e os demais) também são qualidades universais que todo cristão deve manifestar. Além desses dons, há outros dons especiais do Espírito listados em 1Coríntios 12 e, de forma resumida, em Romanos 12.6-8. Paulo diz aos crentes que todos recebem dons espirituais diferentes de acordo com a graça de Deus que neles opera. Cabe-lhes usá-los da maneira mais apropriada. Os dons, até certo ponto, obedecem a uma hierarquia: os apóstolos vêm em primeiro lugar, e os que falam em línguas, em último (1Co 12.28), mas a importância dessa escala não deve ser exagerada. O contexto histórico era o de um número excessivo de pessoas que queriam falar em línguas e com isso atrapalhavam a boa ordem da congregação. Paulo, assim, fez o melhor que pôde para pôr cada coisa em seu lugar e estimular seus leitores a buscarem os “melhores dons”. Contudo, o ponto principal da passagem é que cada dom tem sua utilidade e todos se originam em Deus. Nenhum cristão tem o direito de desprezar seu irmão na fé com o argumento de que este teria sido agraciado com um dom do Espírito de menor importância.

Os frutos e dons concedidos aos indivíduos são importantes, mas devem ser inseridos no contexto do propósito mais amplo do Espírito Santo, que é a

edificação de toda a igreja (1Co 14). Se um dom específico não é particularmente útil em alguma circunstância, não se deve usá-lo. Em outras palavras, o cristão pode controlar o uso dos seus dons. Não há indicação alguma de que alguém que fala em línguas, ou um profeta, seja “possuído” pelo Espírito Santo. As necessidades da igreja são primordiais, e é nesse ponto que aparecem mais nitidamente as principais diferenças entre a maior parte das formas de protestantismo e do catolicismo romano. A Igreja Católica Romana acredita que o Espírito Santo opera principalmente por meio dos ministros e dos sacramentos da comunidade eclesiástica visível. À frente dessa comunidade está o bispo de Roma (o papa), cuja autoridade vem do apóstolo Pedro. O papa é tido como infalível quando fala oficialmente sobre questões de fé e doutrina. O Espírito concede poderes aos ministros da igreja (bispos e padres) para que ministrem os sacramentos, cujos efeitos se manifestam sempre que são

O movimento carismático

O movimento carismático, que privilegia dons espirituais tais como o falar em línguas, em geral tem a origem datada nos primeiros anos do século 20. O pregador afro-americano William J. Seymour (1870-1922) fundou em abril de 1906 a “Missão Fé Apostólica”, na rua Azusa, 312, em Los Angeles. Nos dois anos seguintes, um grande avivamento tomou conta da rua Azusa, caracterizando-se pelo fenômeno do “falar em línguas”. O termo “pentecostalismo” passou a ser usado para se referir ao movimento. O nome foi tomado do “dia de Pentecostes” — ocasião em que, de acordo com o Novo Testamento, os primeiros discípulos tiveram a mesma experiência (At 2:1-4).

No que se refere às crenças, o pentecostalismo é bastante tradicionalista. Diferencia-se de outras formas de cristianismo pela ênfase que dá ao falar em línguas e pelas formas de adoração. Os cultos põem em primeiro plano as experiências dos adoradores e envolvem profecias, curas e exorcismos. O estilo de adoração e a falta de sofisticação intelectual do movimento fizeram que, a princípio, ele fosse ignorado pelas denominações tradicionais e pelo mundo acadêmico. Contudo, depois da Segunda Guerra Mundial, o movimento entrou em nova fase de expansão, o que abriu caminho para um fortíssimo crescimento na segunda metade do século 20.

O pentecostalismo chamou a atenção em 1960, em Van Nuys, na Califórnia, quando o pastor da igreja episcopal local, Dennis Bennett, disse à sua congregação que tinha sido enchido com o Espírito Santo e falara em línguas. Logo ficou claro que outras pessoas nas várias denominações tradicionais haviam compartilhado da

corretamente administrados. Portanto, a pessoa que foi batizada é cristã, quer professe a fé quer não. Se, depois, esse indivíduo não demonstrar nenhum sinal de vida espiritual, será provavelmente considerado um “católico não praticante”, e não um não crente.

A maioria das formas de protestantismo dá bem menos destaque do que o catolicismo romano aos ministros oficiais da igreja e aos sinais visíveis, como os sacramentos, embora também recorra a eles. Os protestantes acreditam que o Espírito Santo atua principalmente no coração, mediante a fé, de modo que é impossível alguém se tornar cristão apenas sendo batizado. O rito do batismo em si nada pode sem a presença da

"Gosto de pensar na natureza como uma estação de rádio de difusão ilimitada, por meio da qual Deus nos fala a todo momento. Basta que a sintonizemos."

GEORGE WASHINGTON CARVER

mesma experiência de Bennett. No final da década de 1960, era evidente que alguma forma de renovação baseada nos dons carismáticos (como o de “falar em línguas”) estava ganhando terreno nos círculos anglicanos, luteranos, metodistas e presbiterianos. O movimento que mais chamou a atenção, porém, foi o que ocorreu na Igreja Católica Romana. O uso do termo “pentecostal” para defini-lo seria problemático, visto que este era empregado para se referir a uma família de igrejas — como as Assembleias de Deus — que enfatizavam sobretudo o “falar em línguas”. Por isso, foi o termo “carismático” que passou a designar os movimentos que, dentro das igrejas tradicionais, baseavam-se nas ideias e experiências do movimento pentecostal. A renovação carismática no âmbito das igrejas tradicionais resultou em estilos informais de culto, na explosão de “cânticos de adoração”, numa nova preocupação com a dinâmica da adoração e no repúdio crescente ao tradicionalismo do culto litúrgico formal.

O movimento carismático é um dos elementos mais significativos do cristianismo do século 21. Estima-se que existam hoje quinhentos milhões de pentecostais e carismáticos no mundo todo, distribuídos por uma vasta área geográfica. Embora o movimento tenha sido deflagrado, conforme se acredita, sobretudo no âmbito da cultura afro-americana, o fato é que ele deitou raízes na América do Sul, na Ásia, na África e na Europa. É evidente que o movimento chegou para ficar e provavelmente será uma força de grande impacto na forma que o cristianismo tomará no futuro nos países em desenvolvimento.

fé no coração do que o recebe. Se não houver sinais que demonstrem essa fé, a maior parte dos protestantes dificilmente concorda que alguém que apenas cumpriu as ordenanças da igreja seja considerado cristão. O fator principal é a obra do Espírito Santo no coração e na mente do crente. Conforme diz Paulo em Romanos 8.16: “O próprio Espírito dá testemunho ao nosso espírito de que somos filhos de Deus”. Sem essa concordância espiritual entre Deus e o crente, não pode haver fé, e sem fé não pode haver a genuína igreja de Deus. É verdade que os protestantes têm divergências entre si acerca do que se pode considerar “fé” e sobre quando e a quem os sacramentos devem ser ministrados, mas concordam em geral que a fé deve brotar do coração. Não é por meio de atos externos realizados pela igreja, mas, sim, pela obra interna do Espírito de Deus — que produz a conversão e a mudança de vida — que a pessoa chega realmente à fé em Cristo.

Todos os cristãos concordam que o Espírito Santo inspirou os textos que hoje chamamos de Bíblia (2Pe 1.20,21) e creem que estes foram dados à igreja para o ensino, a disciplina e a edificação (2Tm 3.16). Contudo, os cristãos ortodoxos orientais veem a Bíblia como parte de uma tradição mais ampla, que abarca diversas doutrinas não escritas. Também os católicos romanos afirmam que há um corpo de doutrinas e práticas tradicionais cuja autoridade é igual à da Bíblia quando se trata de decidir assuntos de fé e moral. Os católicos romanos acreditam ainda que o papado foi dado à igreja para continuar a obra da revelação divina sempre que houver dúvidas sobre um assunto específico. Isso resultou na proclamação da assunção física de Maria, mãe de Jesus, ao céu, bem como na declaração de que ela nasceu sem o pecado original. Essas duas doutrinas são obrigatorias na Igreja Católica Romana, mas os outros cristãos as desconhecem ou as negam. Os protestantes acreditam que a igreja continua sendo dirigida pelo Espírito Santo, mas se baseiam no consenso da interpretação bíblica quando se trata de determinar o que o Espírito está de fato dizendo à igreja. Além disso, recusam-se a aceitar qualquer doutrina que não se baseie nos ensinamentos claros da Bíblia.

As coisas ficam ainda mais complicadas visto que alguns cristãos também creem que o Espírito Santo fala à igreja por meio das grandes questões sociais e políticas da nossa época. Assim, vários teólogos afirmaram que o marxismo foi obra do Espírito, apesar do antagonismo da doutrina de Marx às crenças cristãs tradicionais. Mais recentemente, coisa muito parecida se disse em relação

às mudanças por que vem passando o comportamento sexual humano. Alguns creem que a igreja deve adotá-las, embora a Bíblia indique uma direção muito diferente. Uma visão mais moderada diz que Deus pode estar mesmo falando à igreja por meio desses fatos, mas que sua mensagem talvez não seja de simples aprovação por tudo o que o espírito de nossa época nos sugere. Pelo contrário, talvez seja um toque de despertar para a igreja, que precisa sempre de desafios à fé, em parte para evitar um comodismo injustificável e em parte também para ajudar os cristãos a entender assuntos que de outro modo permaneceriam obscuros (1Co 11.19). Essa visão parece estar mais em sintonia com o que a Bíblia ensina e dá aos cristãos autorização para se envolverem nos assuntos de caráter social e político do momento sem sucumbir a eles.

Não importa quais sejam suas diferenças neste assunto tão importante, todos os cristãos concordam que a obra principal do Espírito Santo é dar glória a Deus em Cristo. Em outras palavras, essa obra é trinitária na concepção e na realização. A prova definitiva de que algo provém ou não do Espírito deve ser a seguinte: isso promove a causa de Cristo ou não? O interessante é que até as divisões e a hostilidade entre os cristãos podem ser usadas como veículos da obra do Espírito, apesar de não representarem as circunstâncias ideais. Foi o que aconteceu, por exemplo, quando Paulo escreveu aos filipenses advertindo-os de que havia muitos pregadores do evangelho cujas motivações eram indignas — mas, contanto que Cristo fosse pregado, isso não tinha muita importância (Fp 1.15-18). Não que Paulo tolerasse brigas e divisões na igreja, mas ele sabia que a obra do Espírito Santo não podia ser desvirtuada pelas más intenções de meros seres humanos.

Modelos da Trindade

Depois de examinar cada uma das pessoas divinas individualmente, veremos agora de que maneira elas se unem na Trindade. Já vimos que é melhor entender a obra de Deus no Antigo Testamento como uma obra trinitária, embora as distinções entre as três pessoas ainda não tivessem sido plenamente reveladas na época. Alguns cristãos asseveraram que o Antigo Testamento revela, sim, a existência da Trindade em Deus, mas as provas que apresentam em apoio a essa afirmativa não são claras e devem ser consideradas com a maior cautela possível. Por exemplo, quando Deus diz: “Façamos o homem à nossa imagem” (Gn 1.26), houve quem entendesse que o Pai dialogava com o Filho

e o Espírito Santo, tendo alguns chegado a ponto de procurar elementos trinitários na imagem em si. O grande proponente dessa interpretação foi sem dúvida Agostinho de Hipona (354-430), um dos maiores teólogos da igreja ocidental, cujos quinze livros sobre a Trindade ainda hoje constituem uma exposição clássica do assunto. Agostinho acreditava que era possível descobrir na mente humana três aspectos (memória, intelecto e vontade) que podem ser comparados à Trindade em Deus.

Assim como os três aspectos da mente são distintos, mas precisam uns dos outros para funcionar, Agostinho dizia que também o Pai, o Filho e o Espírito Santo são igualmente distintos, mas não podem operar de maneira independente. Agostinho chegou a analisar a palavra “concepção”, assinalando que ela teria dois sentidos — um físico e outro mental. Dizer que o Pai concebeu (deu à luz) o Filho é usar um termo físico para designar o que é, na verdade, um processo mental; se as coisas forem entendidas assim, não será difícil compreender por que a geração do Filho é necessariamente eterna. A mente não pode existir sem nenhum pensamento e, na mente perfeita, o pensamento também será perfeito. Todavia, se a mente perfeita contempla o pensamento perfeito, disso decorre que esse pensamento deve corresponder à perfeição original da mente e ser igual a ela. Portanto, para Agostinho, o Pai e o Filho são necessariamente coiguais e coeternos, uma vez que, se assim não fosse, a mente divina não seria o que é. As especulações agostinianas são obras de um gênio e sempre encontraram admiradores e seguidores no decorrer dos séculos. Entretanto, continuam sendo especulações, e é temerário dizer que constituem o ensinamento da Escritura. Não sejamos, porém, injustos com Agostinho, pois ele sabia disso e advertiu seus leitores a respeito, recomendando-lhes que não confundissem suas teorias com o que a Bíblia revelava especificamente sobre a mente de Deus.

Um texto no Antigo Testamento nos propõe um modo prático de pensar na Trindade. É a passagem que relata o aparecimento dos três homens ou anjos a Abraão e Sara junto aos carvalhos de Manre (Gn 18.1-15). Nessa história, Abraão cumprimenta os três homens no singular, chamando-os de “Senhor”, um dado curioso que não passou despercebido ao comentarista judeu Filo de Alexandria (que morreu em 50 d.C.). Filo, que não entendia nada do cristianismo, não obstante especulou que aí tínhamos uma revelação de Deus como uma trindade — três seres distintos que, mesmo assim, podiam ser tratados

como se fossem um só. Filo não estava tentando provar a divindade de Cristo, mas algo bem diferente. Muitos antigos acreditavam que o três é um número perfeito; para Filo, um Deus perfeito tinha de manifestar essa perfeição em algum ponto do seu ser. A aparição desses seres celestiais enquadrava-se de modo ideal em seus propósitos, e ele a interpretou como uma epifania do próprio Deus. O Novo Testamento não faz menção disso em parte alguma, mas o texto chamou a atenção de vários teólogos gregos da igreja primitiva, que o acolheram e deram àqueles três o nome de Trindade do Antigo Testamento. Atualmente, essa crença não é muito comum nos círculos teológicos, mas ainda pode ser encontrada na antiga tradição de ícones da arte cristã oriental, em que a Trindade do Antigo Testamento é um tema recorrente há séculos.

Menos considerável do ponto de vista teológico, porém muito conhecida e por vezes citada, é a crença de que o clamor “Santo, santo, santo é o SENHOR dos Exércitos”, que o profeta Isaías ouviu quando teve uma visão de Deus no templo (Is 6.3), refere-se à Trindade, visto que a palavra “santo” se repete três vezes. Esse versículo era citado às vezes na igreja primitiva como forma de provar a absoluta igualdade das três pessoas divinas e explicar que cada uma delas manifestava a plenitude da divindade (santidade) sem diminuir em nada as outras duas. A expressão ganhou fama nos tempos atuais graças ao célebre hino de Reginald Heber, “Santo, Santo, Santo”, que apresenta essa teoria em forma de música. Contudo, é preciso deixar claro que hoje é bem conhecido que os antigos hebreus usavam a repetição para dar a ideia de grandeza ou intensidade, e nenhum teólogo moderno usaria esse versículo como prova da existência de uma Trindade de pessoas em Deus.

A principal objeção a tais teorias é que elas leem no Antigo Testamento algo que só foi revelado com o advento de Cristo. Ninguém nos tempos do Novo Testamento pensou em se referir a essas passagens como provas da Trindade, apesar da evidente conveniência para tais propósitos. Os judeus (com a possível exceção de Filo) jamais interpretaram o texto dessa maneira e rejeitam tais interpretações por considerá-las inválidas. Até os cristãos têm de reconhecer que elas nem sempre são satisfatórias. Por exemplo, quando Deus fala no plural (“façamos”), nada indica que se trata de três — e somente três — pessoas divinas conversando. Podia haver muitas mais, ou quem sabe apenas duas! A conclusão, portanto, não pode ser outra: ler o Antigo Testamento dessa forma é impor-lhe uma doutrina que só pode ser conhecida

Como os muçulmanos veem a Trindade

As três grandes religiões monoteístas do mundo — judaísmo, cristianismo e islamismo — compartilham a crença de que há apenas um ser supremo, o Senhor e Criador do Universo. “Ouve, ó Israel: O SENHOR, nosso Deus, é o único SENHOR” (Dt 6.4). Os muçulmanos criticam constantemente o cristianismo por se desviar, em razão da crença na Trindade, dessa ênfase na unidade divina (chamada, em árabe, de *tawhid*). A doutrina da Trindade, segundo eles, seria uma invenção tardia que distorce a ideia da unidade divina e acaba ensinando que há três deuses. Os ensinamentos do Alcorão acerca daquilo em que creem os cristãos não são tão claros como se esperaria que fossem, o que tem levado alguns intérpretes cristãos do islamismo a dizer que essa religião crê que os cristãos adoram uma Trindade constituída por Deus, Jesus e Maria (Alcorão, 5.116). Apesar de haver motivos para suspeitar que Maomé tenha deparado com formas heterodoxas da fé cristã na Arábia, que professavam crenças não ortodoxas sobre a Trindade, parece mais provável que essa doutrina tenha sido simplesmente mal compreendida, como se os cristãos adorassem três deuses ou adorassem um único Deus constituído de três partes.

A doutrina cristã da Trindade é rigorosamente baseada tanto na Bíblia quanto na reflexão sobre o que esta diz. Historicamente, o ponto de partida para a reflexão cristã sobre a doutrina de Deus é a divindade de Cristo — algo que o islamismo rejeita. Para o cristão, Deus se dá a conhecer de forma plena e direta por meio de Cristo. Enquanto o islã diz que é possível conhecer a vontade de Deus, mas não sua face, o cristianismo diz que ambas, a face e a vontade de Deus, foram plena e definitivamente reveladas em Jesus Cristo. Maomé é considerado aquele que

pela revelação do Novo Testamento e que, portanto, não pode determinar a interpretação do Antigo. Agostinho e Filo talvez tivessem razão, mas não há como ter certeza. É melhor não confiar muito em teorias que, apesar de engenhosas, não são totalmente convincentes.

Mais promissoras do que todas as passagens citadas anteriormente são algumas que se encontram no livro de Salmos, nas quais, ao que parece, o rei é tratado como “deus”. Em Salmos 45.6,7, por exemplo, parece que Deus exaltou um rei e lhe deu um trono que durará para sempre. Em Salmos 110.1, o Senhor diz ao “meu senhor”: “Assenta-te à minha direita, até que eu ponha teus inimigos debaixo dos teus pés”. Em ambos os casos, parece que o rei de algum modo está sendo elevado ao status do próprio Deus. Esse tipo de coisa era comum

escreveu a revelação que lhe foi confiada pelo anjo Gabriel; Jesus é aquele que trouxe em si a revelação definitiva de Deus. Como Deus encarnado, Jesus revela Deus e torna possível a reconciliação com ele por meio de sua morte e ressurreição salvíficas. Por trás da crítica islâmica da doutrina da Trindade, há uma crítica mais fundamental à identidade de Jesus Cristo. Para o islã, Jesus é um profeta — e não Deus encarnado.

Tendo estabelecido a divindade de Cristo, a teologia cristã indaga: "Que tipo de Deus se dá a conhecer e se torna acessível desse modo?". Em outras palavras, como devemos pensar em Deus para fazer justiça à revelação bíblica de Deus como aquele que nos criou, que criou o mundo, que nos redimiu em Jesus Cristo e está presente agora no mundo por meio do Espírito Santo? A doutrina da Trindade jamais foi considerada algo que comprometesse ou contradisse a unidade de Deus. O cristão acredita em um, e somente um, Deus — um Deus, porém, cuja revelação mostra que ele tem caráter e natureza específicos, que devem se refletir fielmente no que os cristãos ensinam a respeito dele. Longe de ensinar que há três deuses — Deus, Jesus e Maria, ou quaisquer outros —, o cristianismo proclama que há um só Deus, que se encarnou em Cristo.

A Trindade, em termos bem simples, é tão somente o resumo do ensinamento riquíssimo da Bíblia sobre a natureza de Deus. Os cristãos sempre insistiram que é mais importante fazer justiça a Deus do que produzir uma doutrina de Deus facilmente compreensível, mas que, no fim das contas, não fizesse jus a ele segundo o conhecem em Cristo.

nas culturas pagãs do antigo Oriente Médio, e é possível que o salmista hebreu tenha recolhido essa imagem dessas culturas, mas ela não se encaixa no monoteísmo rigoroso de Israel. Além disso, no Novo Testamento, o autor de Hebreus seleciona esses versículos e os aplica a Jesus Cristo, o que nos mostra que a identificação do rei com Deus era uma revelação profética sobre a pessoa de Cristo. Ainda assim, devemos ser cautelosos com esses textos, evitando levar longe demais esse tipo de interpretação. Jesus era o filho divino de Davi, aquele que cumpriu as promessas do Antigo Testamento feitas a esse rei acerca da sobrevivência de sua dinastia, e é natural essa comparação da realeza israelita com Deus na pessoa de Jesus. Todavia, embora isso combine muito bem com a ideia de uma Trindade de pessoas na Divindade, a prova que oferece não é

mais contundente do que a que oferecem quaisquer outros textos do Antigo Testamento. O que temos aí são pistas e figuras que o Novo Testamento revela e demonstra que se referem ao Filho de Deus em sua glória trinitária; não são provas que nos permitem descobrir tal doutrina independentemente da revelação que nos veio em Cristo.

No fim, a maioria dos cristãos chegou à conclusão de que é preciso procurar no Novo Testamento, e não no Antigo, os modelos para entender a Trindade, porque é no Novo Testamento que esse grande mistério foi revelado claramente. Essa revelação lhes chega de duas maneiras. Em primeiro lugar, como já vimos, o Novo Testamento fala explicitamente sobre as pessoas do Pai, do Filho e do Espírito Santo, indicando que todas elas são Deus. Contudo, o mesmo Novo Testamento diz que há apenas um Deus. Isso significa que a tarefa do teólogo cristão consiste em explicar como as três pessoas divinas podem ser acomodadas nessa unidade fundamental. Todas as teorias que afirmam que uma das pessoas é mais plenamente Deus do que as outras duas devem ser rejeitadas, porque negam o princípio básico de que cada uma delas é plenamente divina em si mesma. Um trio constituído por Deus mais dois seres divinos inferiores não seriam a Trindade, e sim outra coisa completamente diferente, e a doutrina não existiria se fosse esse o caso. Há, porém, formas mais sutis em que as pessoas da Trindade podem ser subordinadas à unidade divina ou subsumidas nela. Devemos examiná-las rapidamente antes de analisar como a triunidade da Divindade pode ser expressa de modo mais adequado.

Um dos erros mais sutis consiste em imaginar que as palavras “Pai”, “Filho” e “Espírito Santo” constituam simplesmente nomes diferentes do mesmo ser, sem nenhuma distinção real entre si. Segundo essa visão, Deus pode aparecer para nós, de acordo com a situação, como um pai, como um filho ou como um espírito santo. Ele é um pai quando nos observa e nos julga; é um filho quando caminha solidário ao nosso lado; e é um espírito santo quando habita em nós como consolador e defensor contra o mal. Em outras palavras, os nomes atribuídos a Deus dependem da função que ele realiza no momento. Não afetam de modo algum seu ser, que continua uno e indivisível.

O principal problema dessa ideia é que ela não faz justiça às várias passagens do Novo Testamento em que Jesus faz distinção clara entre ele mesmo e o Pai. Talvez a mais clara de todas elas seja João 17, passagem em que

Jesus ora ao Pai em favor dos seus discípulos e evidencia que a responsabilidade que o Pai tem por eles é distinta da que ele próprio tem, embora as duas sejam análogas. Quando não se distinguem adequadamente as pessoas, o que Jesus diz em João 14—16 sobre a vinda do Espírito Santo também perde o sentido. Por que ele diria a seus discípulos que deve partir para que o Espírito venha e que o Espírito fará coisas maiores do que ele se o Espírito e o Filho de fato fossem uma só pessoa? Na realidade, crer nessa hipótese é mais difícil do que acreditar numa Trindade divina, que, em comparação, parece simples e lógica.

Outro erro sutil, intimamente relacionado ao anterior, consiste em associar as pessoas da Trindade às épocas da história da salvação. Nesse esquema, o Pai seria o Deus do Antigo Testamento; o Filho, o Deus dos Evangelhos; e o Espírito Santo, o Deus da igreja desde o Pentecostes. Ideias semelhantes circularam pela igreja primitiva, mas acabaram caindo em descrédito porque, a exemplo do esquema funcionalista descrito nos dois parágrafos anteriores, elas tornavam inviável a compreensão das relações que observamos no interior da Divindade. O Filho dificilmente poderia conversar com o Pai se este só tivesse existido numa dispensação anterior!

Os modelos viáveis da Trindade não podem se limitar às funções divinas ou a períodos da história da revelação. Devem explicar as relações mútuas das pessoas no âmbito da Divindade, que são simultâneas e abarcam todas as atividades divinas. A maneira mais natural de fazer isso é começar com uma das pessoas e trabalhar a estrutura trinitária explicando de que modo ela se relaciona com as outras duas. Como seria de esperar, a primeira tentativa nesse sentido fez do Pai a pessoa de ligação na Divindade e estabeleceu a relação tanto do Filho quanto do Espírito Santo com ele, e é esse o modelo predominante nas igrejas ortodoxas orientais. Por essa ótica, as outras duas pessoas se relacionam com o Pai como os efeitos se relacionam com sua causa. De acordo com o testemunho do Evangelho de João, o Filho é gerado pelo Pai (1.14) e o Espírito Santo procede do Pai (15.26). Essas duas relações distintas de “causação” passaram então a ser usadas para definir as identidades distintas da segunda e da terceira pessoa e, por negação, também da primeira, que não é gerada por ninguém nem procede de ninguém. Esse modelo trinitário tem a vantagem de parecer bem próximo do Novo Testamento, em que

“Santidade é fazer a vontade
de Deus com um sorriso.”

MADRE TERESA DE CALCUTÁ

o Pai sempre aparece como Deus num sentido não diferenciado, e ninguém pode negar o que o quarto Evangelho (João) diz sobre as outras duas pessoas. Todavia, ele também tem fraquezas significativas, que devem ser levadas em conta antes de ser adotado sem crítica como o melhor modelo da Trindade.

A primeira fraqueza é que a noção de “causa” dá a entender inevitavelmente que o Pai é de algum modo superior ao Filho e ao Espírito, o que, por sua vez, suscita temores de que o modelo abrigue um quê de arianismo latente (veja p. 204). Os teólogos que refletiram sobre as duas causações sempre afirmaram que uma é distinta da outra, de modo que o Espírito Santo não pode ser considerado irmão gêmeo do Filho. Todavia, jamais chegaram a um acordo sobre a forma em que o Filho e o Espírito Santo se relacionam um com o outro. Alguns defendiam que o Espírito procede do Pai por meio do Filho, uma solução que preserva a antiga noção de uma hierarquia de pessoas na Trindade; outros, no entanto, disseram que o batismo de Jesus nos dá a melhor pista a esse respeito. Quando Jesus foi batizado, o Espírito Santo desceu sobre ele como uma pomba (Mt 3.16). De acordo com esses estudiosos, essa seria uma manifestação da relação eterna entre as duas pessoas. O Espírito Santo procede do Pai e repousa sobre o Filho, iluminando e glorificando-o. Somente pela experiência do Espírito é possível ver o Cristo glorificado, e é nesse estado glorificado (i. e., por meio do Espírito) que Cristo age atualmente no mundo. Nenhuma dessas teorias, porém, jamais teve aceitação oficial, e a questão da relação precisa do Espírito Santo com o Filho continua sem solução.

Um segundo modelo, mais comumente associado às igrejas ocidentais, entende o Espírito Santo como a pessoa de ligação na Divindade. De acordo com esse modelo, Deus é um Deus de amor (1Jo 4.16) e o amor pressupõe um ser que ama e um ser amado. Jesus Cristo é o Filho amado (outro eco de seu batismo) e o Pai é aquele que o ama. Todavia, o amor do Pai pelo Filho e o amor do Filho pelo Pai adquire identidade própria, que é o Espírito Santo, elo entre as outras duas pessoas. É o Espírito Santo que habita em nosso coração pela fé; e, quando ele entra em nossa vida, o Pai e o Filho vêm com ele (Jo 14.23). O Espírito dá testemunho dos outros dois igualmente e por esse motivo deve proceder de ambos em igual medida, caso contrário haveria desequilíbrio no amor divino. Esse modelo da Trindade soluciona o problema do modo que o Filho e o Espírito Santo se relacionam um com o outro, mas cria outro problema que não é difícil notar. Tanto a pessoalidade do Pai quanto

a do Filho são preservadas, mas o Espírito Santo fica evidentemente reduzido a uma força impessoal — uma coisa, e não uma pessoa. Foram empregados vários estratagemas para contornar essa dificuldade, mas não se pode dizer que tenham sido muito bem-sucedidos. É preciso reconhecer que a criação de um Espírito Santo despersonalizado constitui um perigo muito real quando esse modelo é adotado de forma acrítica.

Um terceiro modelo, desconhecido da igreja primitiva e que parece ter sido proposto pela primeira vez por Karl Barth (1886-1968), situa o Filho no centro da Trindade e explica o Pai e o Espírito em relação a ele. Barth parte da revelação de Deus em Cristo, que é sem dúvida o tema principal do Novo Testamento, e diz que tudo quanto sabemos sobre o Pai e sobre o Espírito o sabemos por causa dos ensinamentos de Cristo. Em outras palavras, é no Filho e por meio dele que as outras pessoas nos são reveladas e é somente em referência a ele que podem ser entendidas. A visão de Barth tem um forte apelo se começarmos com o ensinamento de Jesus, mas peca também pelo fato de que Jesus ensinou que o Pai era maior do que ele (Jo 14.28) e que foi o Pai quem, no devido tempo, enviou o Espírito Santo. Quem segue o modelo de Barth até sua conclusão lógica, portanto, acaba por virá-lo de cabeça para baixo: no momento em que examinamos com atenção os dados do Novo Testamento, fica claro que Jesus está expondo uma estrutura de relações divinas em que ele desempenha um papel vital, mas não de comando.

A verdade é que as relações internas entre as pessoas da Trindade são sutis demais para serem reduzidas a um modelo qualquer que tome apenas uma das pessoas como elemento de ligação e tente explicar as demais à luz desta. O que temos de ter em mente é que as três pessoas estabelecem cada qual a sua identidade no âmbito da Divindade e, portanto, constituem uma Trindade de relações pessoais. Nenhuma delas pode reivindicar precedência em relação às outras e nenhuma está subordinada às outras. Cada um dos modelos descritos nos parágrafos anteriores nos ajuda a ver um ou outro aspecto da questão, mas nenhum deles é capaz de explicar o todo, porque Deus continua sendo essencialmente um mistério que podemos observar, mas jamais penetrar. Essa é a medida da sua grandeza e serve para nos lembrar de que ao cristão nada mais resta senão cair de joelhos e adorar aquele que é seu Senhor, Salvador e Deus.

3 Jesus

PETER WALKER

“O cristianismo é Cristo.” Essa declaração concisa e vigorosa, que enfatiza a centralidade de Jesus na fé cristã, traz em si uma revelação fundamental. Nunca houve, nem poderia haver, uma versão do cristianismo que não atribuisse o papel principal à pessoa de Jesus Cristo. Ele está no âmago da fé. Ele é seu centro imprescindível. Se o tirarmos desse lugar, nada sobra que mereça o nome de “cristão”.

Por que é assim? Afinal, em algumas outras religiões ou visões de mundo, é possível imaginar que, mesmo que de repente se descobrisse que o “fundador” do movimento talvez jamais tenha existido, o “movimento” continuaria existindo como uma força poderosa no mundo. Isso porque o que conta nesses movimentos são os *ensinamentos* associados ao fundador — as ideias que ele promoveu. Contudo, se Jesus jamais tivesse existido, a fé cristã imediatamente cairia por terra.

A IDENTIDADE DE JESUS

A existência de Jesus é fundamental porque boa parte *de* seus ensinamentos falam muito *sobre* ele próprio. Não se pode separar o que Jesus disse sobre outros assuntos (p. ex., sobre Deus e a fé, sobre o bem e o mal) do que disse sobre ele mesmo. De modo sutil (veja p. 184), Jesus fez de sua pessoa um fator inalienável e essencial de todo o seu ensinamento e ministério. Ele falou bastante, por exemplo, sobre o “reino de Deus”, mas deu diversas pistas de que se considerava o rei desse reino. Portanto, não podemos amar sua pregação sem lidar também de modo franco com sua pessoa. Mais cedo ou mais tarde, teremos de responder à mesma pergunta que ele, de forma tão incisiva, fez a seus discípulos: “Mas *vós*, quem dizeis que eu sou?” (Mc 8.29).

Em outras palavras, a fé cristã sempre consistiu não só em reproduzir a fé de Jesus, mas também em exercitar a fé *em* Jesus.

Isso significa que, na essência da fé cristã, Jesus é muito mais do que um simples mestre religioso ou um grande exemplo. Ele é os dois, mas também é muito, muito mais do que isso. De acordo com o Novo Testamento, Jesus não se limita a falar sobre Deus; ele de fato traz de algum modo Deus à humanaidade — não se restringiu a nos mostrar o caminho para Deus; ele mesmo é o Caminho. Ou, ainda, ele não só falou a palavra de Deus, mas também é a Palavra suprema de Deus. Ele disse o que era a verdade, mas, além disso, encarna a Verdade em sua pessoa. E, acima de tudo, não apenas falou sobre a vida espiritual; ele é a fonte dessa Vida.

Talvez essas afirmações pareçam absurdas, mas elas são parte essencial da fé cristã exposta neste livro. Portanto, vale a pena ter ciência delas desde o princípio. Sempre que as pessoas analisam com seriedade a vida de Jesus, percebem que há coisas extremamente importantes em jogo, mais importantes do que muitos de nós esperaríamos encontrar. É fato que muitos tentaram diminuir a importância dessas coisas, dizendo que é possível ser “cristão” sem ter de aceitar as afirmações extraordinárias que se fazem sobre Jesus. Todavia, não há denominação ou igreja “cristã” que tenha renunciado publicamente a tais afirmações sobre Jesus e que depois tenha conseguido crescer e ter sucesso edificando sobre fundamentos de menor importância.

“Ele é a imagem do Deus invisível, o primogênito sobre toda a criação; porque nele foram criadas todas as coisas nos céus e na terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam dominações, sejam principados, sejam poderes; tudo foi criado por ele e para ele.”

PAULO (Cl 1.15,16)

RAÍZES HISTÓRICAS

O cristianismo, portanto, está enraizado na pessoa de Jesus. A identidade de Cristo é fundamental para a identidade do cristianismo. Isso quer dizer também que o cristianismo está enraizado na história, porque necessariamente tem suas raízes na *história dele* — na história real da vida de Jesus. O fato é que não podemos separar as ideias de Jesus dos fatos concretos de sua vida. O propósito de Jesus não era apenas falar, mas também agir; ele não veio apenas

para comunicar algumas verdades, mas para realizar de fato algo extraordinário no mundo real de espaço e tempo.

Os acontecimentos associados aos seus últimos dias em Jerusalém são particularmente vitais. Por que ele morreu? É verdade que Deus o ressuscitou dos mortos três dias depois? O cristianismo mais antigo que conhecemos diz que a morte e a ressurreição de Jesus são de primeira importância e essenciais para a sua mensagem (1Co 15.3). Portanto, para compreender a fé cristã, logo vamos ter de lidar com questões relativas à história. O cristianismo, é bom enfatizar novamente, não pode ser reduzido a um conjunto de ideias — ele tem suas raízes na identidade e na história de Jesus. Quem era ele? O que aconteceu de fato?

Para começar a buscar respostas, talvez o melhor seja partir de duas perguntas introdutórias fundamentais:

1. Se a presença de Jesus está enraizada na história, quais são os documentos que nos levam de volta a essa história? Eles próprios seriam confiáveis do ponto de vista histórico?

2. De que maneira a história de Jesus se encaixa no que ocorreu anteriormente? Antes de tudo, é preciso sucintamente situar Jesus em seu contexto histórico (i. e., no contexto do judaísmo do primeiro século) e indagar: como a história de Jesus se encaixa no todo da narrativa da Bíblia?

Os relatos do Novo Testamento sobre Jesus

OS “EVANGELHOS” COMO BOAS-NOVAS

O Novo Testamento é uma coleção de 27 livros curtos escritos pelos primeiros seguidores de Jesus na segunda metade do primeiro século da era cristã. Esses escritos complementam os do Antigo Testamento, mas relatam de que modo os propósitos divinos para a humanidade foram levados adiante em Jesus na era da nova aliança. (Aliança é um acordo solene e vinculativo semelhante a um testamento.) Isso explica o título dado posteriormente a esses livros: “Novo Testamento”.

Entre esses 27 livros, há quatro tipos de literatura bem distintos. Uma parte substancial é constituída de cartas (ou “epístolas”) escritas às jovens

igrejas da região do Mediterrâneo (muitas dessas cartas foram escritas por Paulo, mas algumas, por Pedro, Tiago, João e outros). O livro de Atos é uma narrativa da história da igreja primitiva. Também se encontra nessa diversidade de tipos uma extensa profecia, o “Apocalipse”, que recorre a imagens exuberantes por meio das quais “desvela” ou revela as realidades espirituais que estão por trás e além do mundo presente. Bem no início do Novo Testamento estão os “Evangelhos” — quatro relatos da vida de Jesus, escritos respectivamente por Mateus, Marcos, Lucas e João. Esses quatro livros são as principais fontes de que dispomos acerca da história de Jesus.

O que exatamente é um Evangelho? A palavra “evangelho” vem do grego e significa “boas-novas”. Vamos encontrá-la no início do Evangelho de Marcos: “Príncípio do evangelho de Jesus Cristo, o Filho de Deus” (1.1). O termo grego que Marcos usa para “boas-novas” (*evangelion*) fora usado anteriormente em traduções do Antigo Testamento: “Como são belos sobre os montes os pés do que anuncia as boas-novas, que proclama a paz [...] que diz a Sião: O teu Deus reina!” (Is 52.7).

Isto significa que os autores dos Evangelhos (ou “Evangelistas”, ou seja, anunciantes do *evangelion*) se preocuparam não apenas em relatar a vida de Jesus simplesmente como uma questão histórica, mas também em mostrar por que a história dele é de fato uma boa notícia — na verdade, a melhor notícia do mundo. Na linguagem de Isaías, eles podiam considerar-se arautos que anunciavam as notícias de vitória, a concretização da esperança, a oferta de segurança e paz e a chegada de um rei.

Os Evangelhos são, portanto, um gênero literário ímpar. Não pretendem ser biografias exaustivas (no sentido moderno). Eles não procuram, por exemplo, descrever a aparência de Jesus, tampouco dão detalhes dos seus antecedentes familiares e da sua criação. Na verdade, deixam de registrar a maior parte da vida dele e acentuam de forma desproporcional os dias que culminaram com sua morte. Os Evangelhos são seletivos, destacam apenas aquilo que mostra por que a vinda de Jesus é uma boa-nova. Ao mesmo tempo, porém, precisamente porque (como vimos) a boa notícia de Jesus deixa de ser boa-nova se não for verdadeira e não tiver raízes na história real, os Evangelhos se preocupam claramente em oferecer o relato mais exato possível do que se passou. Isso é história — é o que esses escritos estão dizendo —, porém mais do que mera história: é uma

O nascimento de Jesus na arte cristã

Há muito tempo que a “natividade” — isto é, o nascimento — de Cristo tem papel fundamental na iconografia cristã. Os cristãos sempre reconheceram a importância teológica e espiritual do nascimento do Salvador e sempre consideraram úteis para a devoção pessoal e coletiva as imagens que retratam esse acontecimento. A encarnação significa que Deus, o criador do mundo, decidiu redimi-lo entrando neste mundo na forma de um ser humano. Deus veio a este mundo pecaminoso para que fôssemos por ele transportados para os lugares celestiais. Quanto mais seguros estiverem os crentes de que Deus entrou de fato em nossa história dessa maneira, tanto mais seguros estarão de que serão alçados aos lugares celestiais em que o Cristo que um dia foi menino agora reina em glória.

No Ocidente, a cena mais comum da natividade é aquela em que Maria aparece ao lado do filho no centro da imagem. Um exemplo excelente desse enfoque aparece em *A natividade mística*, de Sandro Botticelli (1447-1515). Nessa obra, pintada por volta do ano 1500, Maria é retratada de acordo com as convenções da época do pintor, e não da época do Novo Testamento. Aqui Botticelli segue outros pintores renascentistas dos séculos 14 e 15, que retratavam Maria vestida como uma nobre daquele tempo. O propósito da pintura é mostrar que a entrada de Cristo na história é um acontecimento que diz respeito a todas as épocas, e não apenas à Palestina do primeiro século. Representar Maria como uma dama renascentista era uma forma de enfatizar o poder transformador do menino Jesus para a Renascença, bem como para todas as épocas.

mensagem com significado. Os Evangelistas foram seletivos a fim de que as boas-novas fossem apresentadas da forma mais clara possível ao maior número possível de pessoas.

QUATRO RELATOS DISTINTOS

Por que quatro relatos, e não apenas um? A resposta inicial que a história apresenta diz apenas que quatro autores diferentes sentiram a necessidade de narrar a vida e os ensinamentos de Jesus e que, quando os quatro relatos começaram a circular, a igreja primitiva decidiu que não havia nisso problema algum. Na verdade, por volta de 160 d.C., um indivíduo de nome Taciano tentou, sem muito sucesso, condensar os quatro relatos em um só. Ficou evidente, porém, que cada um dos Evangelhos tinha uma contribuição

Botticelli segue uma tradição antiga ao incluir na cena da natividade um boi e um jumento. Contudo, uma rápida leitura dos relatos da natividade nos Evangelhos logo revela que não há menção alguma a nenhum dos dois animais. Nesse caso, por que a tradição os incluiu na cena? Do segundo século em diante, os comentaristas do nascimento de Cristo passaram a associar seu nascimento à cena descrita em Isaías 1.3, em que o boi e o jumento conhecem seu verdadeiro dono e a manjedoura dele. Parece que essa passagem profética foi então vinculada ao nascimento de Cristo, lembrando-nos de que toda a ordem criada é abarcada por seu nascimento e pela nova criação que resultará de sua encarnação, morte e ressurreição. Botticelli segue essa tradição e retrata os anjos no céu regozijando-se com a transformação da ordem criada que ocorrerá por meio de Cristo. Aliás, na parte inferior do quadro, os anjos aparecem até dançando com seres humanos para celebrar a possibilidade de um novo céu e uma nova terra.

Em alguns casos, o tema do Natal e o da Epifania se misturam. Por exemplo, na *Adoração dos pastores*, de Rembrandt, vemos os primeiros visitantes do rei recém-nascido: pastores dos campos vizinhos a Belém com suas ovelhas. Às vezes, eles vêm acompanhados dos três “rei magos” ou sábios do Oriente, que dão ao recém-nascido presentes caros e exóticos: ouro, incenso e mirra. A tradição atribui a cada “rei mago” um dos três presentes, mas os Evangelhos não nos dizem quantos “magos” vieram de fato.

importante a dar, oferecendo-nos perspectivas diferentes (mas igualmente válidas) sobre Jesus. Quem sabe, afinal, esse personagem histórico sem igual fosse tão grandioso, tão excepcional, que sua história não pudesse ser esgotada em *um* relato apenas.

Alguns comentaristas (Ireneu, p. ex., que escreveu por volta de 190 d.C.) justificaram a existência dos quatro Evangelhos comparando-os aos “quatro cantos da terra” (o número quatro significava o Universo em certas partes da Escritura) e às quatro figuras de animais de Apocalipse 4.7 (touro, leão, homem e águia). Para a mentalidade moderna, isso pode parecer muito imaginoso, mas o fato é que tal concepção reflete efetivamente um sentimento, certamente não exclusivo daquele período, de que há algo muito significativo na natureza quádrupla dos Evangelhos.

APRESENTAÇÃO DOS EVANGELHOS

Vale a pena assinalar a diferente perspectiva que cada Evangelho tem da história de Jesus. Os três primeiros são comumente conhecidos como Evangelhos “Sinóticos”, porque “enxergam as coisas de modo concorde” e de perspectivas muito semelhantes.

OS EVANGELHOS “SINÓTICOS”

Muitos consideram o Evangelho de Marcos o mais antigo dos quatro. Sem dúvida, ele é o mais breve de todos, escrito num grego rudimentar e com senso de urgência. Nem sequer menciona o nascimento de Jesus ou sua infância, mas começa com o ministério de João Batista. Ao falar do ministério público do próprio Jesus, Marcos se detém imediatamente na autoridade do ensino de Jesus (1.22) e em seu fantástico poder sobre as enfermidades, a natureza e

As parábolas de Jesus

Jesus ensinou “muitas coisas por meio de parábolas” (Mc 4.2). Essas parábolas — histórias terrenas com significados celestiais — são normalmente relatos simples e vívidos tirados da vida cotidiana que lançam luz sobre as boas-novas do advento do reino. Essas histórias desafiavam as pessoas que ouviam Jesus a reconsiderar e redescobrir a natureza de Deus e a do reino prometido. Muitas delas começam com as palavras “o reino de Deus é semelhante...” seguidas do relato de um fato, um fenômeno natural ou de uma história. O desconhecido é assim apresentado em relação ao conhecido; o novo aparece revestido de termos familiares.

A maior parte das parábolas trabalha com elementos do dia a dia dos camponeses da Palestina — a semeadura, figueiras que não dão frutos, animais perdidos, odres de vinho que se rompem, a contratação de trabalhadores e festas de casamento. Esses temas têm aceitação imediata e natural do público. As parábolas trazem quase sempre um fator de surpresa, uma reviravolta inesperada na história ou uma observação sagaz. Assim como vale a pena vender bens de menor valor para possuir uma pérola valiosíssima, assim também vale a pena abrir mão de tudo pelo reino de Deus (Mt 13.45,46). Assim como uma pequena quantidade de fermento leveda uma grande quantidade de massa, também o reino de Deus, embora pequeno, pode influenciar o mundo inteiro (Mt 13.33). Assim como um pastor sai à procura de uma ovelha que se perdeu, também Deus sairá à procura daqueles que se desviaram (Lc 15.4-6).

sobre a própria morte (1.21—2.12; 4.35—5.43). Algumas narrativas são ricas em detalhes, descrições e personagens vívidos. Depois de um momento de clímax no meio da narrativa, quando Pedro, líder dos discípulos, declara que Jesus é o Messias (8.27-30), Jesus discorre diversas vezes sobre a necessidade de sua morte iminente. Portanto, a metade final desse Evangelho se ocupa da última viagem de Jesus a Jerusalém e do seu sofrimento ali (o “caminho da cruz” e a “narrativa da Paixão”). Marcos conclui com um breve relato da ressurreição de Jesus, que parece ter sido interrompido no meio.

É praticamente certo que seu autor foi João Marcos, um homem que vivera em Jerusalém (veja At 12.12) e provavelmente estava no jardim do Getsêmani quando Jesus foi preso (Mc 14.51). Ele escreve seu Evangelho em Roma, cerca de trinta anos depois (por volta de 65 d.C.), provavelmente registrando algumas memórias pessoais de Pedro (veja 1Pe 5.13). O fato de que os cristãos

Às vezes, as parábolas são mais complexas. A Parábola do Filho Pródigo (Lc 15.11-32) é um exemplo desse tipo mais desenvolvido de parábola, particularmente associado ao Evangelho de Lucas. Ela fala de um filho que decide deixar a casa do pai e tentar a sorte numa terra distante, mas logo se dá conta de que sua vida não é tão cor-de-rosa quanto imaginou que seria. Ele fica ansioso por voltar para a casa do pai, mas está convencido de que este o deserdou e não o aceita mais como filho. A parábola pede nitidamente a seguinte interpretação: o pai representa Deus; o filho, os pecadores ou aqueles que voltaram as costas para Deus. A mensagem da parábola, portanto, é bem simples: assim como o pai se alegrou sobremaneira com o retorno do filho, também Deus se alegra imensamente com o retorno dos pecadores.

Todavia, o significado das parábolas nem sempre é tão óbvio. O termo “parábola” vem da tradução grega de uma antiga palavra hebraica cujo significado é “enigma” ou “dito obscuro”. Em diversos momentos, Jesus dá a entender que as parábolas podem tanto revelar a verdade quanto ocultá-la. Ao falar aos discípulos sobre seu uso de parábolas, ele lhes diz que apenas alguns serão capazes de discernir o verdadeiro significado delas: “A vós é dado conhecer os mistérios do reino de Deus; mas aos outros se fala por meio de parábolas; para que, vendo, não vejam, e, ouvindo, não entendam” (Lc 8.10). Aqueles cuja mente está fechada para os valores e ideais do reino vindouro não podem compreender o significado das parábolas acerca do reino.

de Roma estavam sendo perseguidos nessa época (Pedro foi martirizado lá poucos anos depois) explica bem o tom de urgência desse Evangelho, sua ênfase no sofrimento de Jesus e o modo abrupto com que termina. Seja como for, Marcos escreve com muita paixão para encorajar os crentes a permanecer firmes na fé em Jesus.

Em toda a sua narrativa, Marcos apela às pessoas com veemência. Seu desejo é que elas respondam a esse Jesus sem igual, o Messias (veja p. 169) e o Servo Sofredor (8.29; 10.45); que elas também declarem que Jesus é verdadeiramente o “Filho de Deus” (1.1; 15.39); e que o sigam, tomando sua cruz no serviço daquele que sofreu por elas (8.34-38). Trata-se de um apelo urgente ao discipulado.

O Evangelho de Mateus é muito mais longo e escrito num estilo mais condensado e bem amarrado. É uma obra-prima de organização. Usa o roteiro de Marcos (que faz referência a uma viagem apenas a Jerusalém) e recapitula boa parte do material desse Evangelho, mas não dispensa outras fontes. Em comparação com Marcos, Mateus apresenta um número muito maior de ensinamentos de Jesus (organizados em cinco longos blocos de ensinamentos, numa possível alusão aos primeiros cinco livros de Moisés do Antigo Testamento). Aqui encontramos o ensinamento de Jesus sobre o “reino do céu” e muitas de suas advertências mais severas às pessoas da sua época.

Para Mateus, a vinda de Jesus deve ser entendida à luz da relação anterior de Deus com a nação de Israel. Assim, muitos acontecimentos da vida de Jesus aparecem como cumprimento de profecias do Antigo Testamento. Diversos títulos judaicos são atribuídos a Jesus (“Filho de Davi”, “Emanuel” ou “Deus conosco”: 1.1; 1.23), que é retratado como o verdadeiro israelita fiel (2.15; 4.1-11). Uma vez que está sendo tragicamente rejeitado por seu próprio povo, Jesus adverte Israel do julgamento vindouro (23.35,36), mas dá a entender também que os não judeus serão em breve acolhidos em seu reino (21.43). Essa boa-nova alcançará “todas as nações” (28.19), ao passo que “os cidadãos do reino serão lançados nas trevas exteriores, onde haverá choro e ranger de dentes” (8.12).

Mateus escreve de uma perspectiva propositadamente judaica, como um “mestre” a seu próprio povo (13.52; 23.34), instando com eles para que reconheçam em Jesus seu verdadeiro Messias. É bem possível que já tivesse morado em Jerusalém, mas houvesse fugido para a Síria (4.24) na época do cerco romano à cidade (cf. as advertências de Jesus em 24.4-25). Se assim for, é

provável que esteja escrevendo pouco depois da queda de Jerusalém (70 d.C.), bem ciente da tragédia que sobreviera ao seu povo. Mateus sabe que pode ser rejeitado (como Jesus foi) por causa de sua mensagem, mas escreve para incentivar os cristãos (crentes judeus e, provavelmente, gentios também) a permanecerem firmes na fé. Quer que eles se vejam como o verdadeiro remanescente de Israel e procura garantir que não cometam os mesmos erros já cometidos por seu povo. Cabe a eles cumprir a nova lei que Jesus apresentou, obedecendo a todos os ensinamentos dele e fazendo o bem em seu nome (28.19; 5.20; 7.15-23). Se desobedecerem a Jesus, sua casa será como a casa construída sobre a areia (7.24-27). Esse Evangelho é uma súplica urgente a Israel e a todas as pessoas para que prestem atenção ao que Deus fez ao enviar Jesus, o verdadeiro Messias.

O Evangelho de Lucas tem um apelo bem diferente. Ele é o único autor do Novo Testamento que não é judeu, mas, sim, “gentio”. Lucas fora companheiro de Paulo (o “apóstolo dos gentios”) e possivelmente pesquisou o material para o seu Evangelho enquanto Paulo esteve preso durante dois anos em Cesareia (c. 57-59 d.C.; veja At 24.27). Portanto, seus primeiros esboços devem ter sido escritos antes do Evangelho de Marcos e talvez antes da queda de Jerusalém.

Com essa origem gentia, Lucas estava fascinado por ver que as boas-novas desse Jesus judeu tinham chegado ao mundo todo e atraído para o reino de Deus gente como ele. Por isso enfatiza que Jesus é verdadeiramente o “Homem pelos Outros”, aquele que acolhe os estrangeiros no reino de Deus. As boas-novas de Jesus visam a homens e mulheres (veja, p. ex., Lc 15.1-7,8-10), a judeus e samaritanos (10.25), aos que estão dentro do território de Israel e aos que estão além de suas fronteiras (4.25-27), aos ricos (19.1-10), mas também, especialmente, aos pobres (4.18; 6.20; 7.22).

Em Lucas, portanto, Jesus é um ser humano de quem é possível se aproximar: ele é acessível a todos. Nesse Evangelho Jesus participa de festas (14.1-24); temos o único relato da sua infância, aos 12 anos (2.41-52); e Jesus chora por Jerusalém (19.41-44). Além disso, Lucas escolhe dos ensinamentos de Jesus

“Confessamos que Jesus é o maior e mais glorioso de todos os homens, mas pouco nos esforçamos para nos parecer com ele. Quando nos dizem que basta pedir para receber seu Espírito, isto é, sua natureza dentro de nós, não nos damos sequer ao trabalho de pedir.”

GEORGE MACDONALD

algumas parábolas de grande calor humano — especialmente a história do filho pródigo, que torna a ser acolhido pelo pai (15.11-32). Encontramos um Jesus compassivo e franco, como um de nós. Ele também é um homem de oração, cheio como ninguém de alegria e do Espírito Santo (veja 10.21).

Contudo, nada disso significa que, para Lucas, Jesus fosse exclusivamente humano. Mais que em qualquer outro Evangelho, Jesus é-nos apresentado como “Senhor” (2.11; 7.6; 10.1; 24.3); é transfigurado em glória (9.29); é o “Filho de Deus” (10.22); é o “Filho do homem”, cuja vinda será como o “relâmpago que brilha em uma extremidade do céu e ilumina até a outra extremidade” (17.24).

Um termo pelo qual Lucas demonstra predileção é “salvação” (ou “segurança”). As pessoas precisam ser salvas por Deus — em outras palavras, elas precisam do “perdão dos seus pecados” (veja 1.77; 24.47). E Jesus é aquele de quem elas precisam. É o Salvador de todos (2.10,11), pois “o Filho do

As declarações “Eu sou” no Evangelho de João

O Evangelho de João se destaca pelas sete declarações de Jesus iniciadas pela expressão “Eu sou”, que só aparecem nesse livro. Cada uma dessas declarações gira em torno de um tema importante do Antigo Testamento (p. ex., a comparação de Israel com uma vinha; Moisés, o que deu o pão do céu ao povo; Deus, o pastor de Israel) e o aplica diretamente a Jesus. Essas declarações são formuladas numa construção sintática peculiar, o que as destaca do restante do texto. Isso talvez seja um pouco difícil de entender para o leitor que não está familiarizado com o grego. O que se deve notar, contudo, é a semelhança objetiva dessas afirmações comÊxodo 3.14, em que Deus se revela a Moisés como “Eu Sou o QUE Sou”. Parece, portanto, que em cada uma dessas afirmações Jesus está declarando implicitamente sua divindade. Os sete “eu sou” do Evangelho de João são estes:

- 6.35 O pão da vida
- 8.12; 9.5 A luz do mundo
- 10.7,9 A porta das ovelhas
- 10.11 O bom pastor
- 11.25 A ressurreição e a vida
- 14.6 O caminho, a verdade e a vida
- 15.1,5 A videira verdadeira

homem veio buscar e salvar o que se havia perdido” (19.10). Esse Evangelho acolhe a todos calorosamente e os convida a entrar na família de Deus e encontrar segurança.

O EVANGELHO DE JOÃO

Por fim, temos o Evangelho de João. Os outros três relatos seguem uma estrutura semelhante e têm muito material em comum, mas com João parece que entramos num mundo diferente.

Trata-se evidentemente da mesma história; contudo, João preferiu não repetir os demais Evangelhos, e sim trabalhar com uma seleção diferente de material. Vemos Jesus em Jerusalém em diversas ocasiões (e não apenas no fim de sua vida); nós o vemos conversando com um judeu religioso chamado Nicodemos (3.1-15) e depois, num contraste, com uma samaritana anônima (4.7-26). João registra longas discussões de Jesus com os líderes judeus (7.14-52; 8.13-59),

Mas de que forma meditar sobre Cristo como “a videira verdadeira” ou como “o pão da vida” nos ajuda a compreender o que os cristãos creem a respeito da identidade de Jesus?

A primeira dessas declarações aparece em João 6.35, quando Jesus afirma: “Eu sou o pão da vida”. Isso suscita imediatamente a ideia de ser alimentado, de satisfazer a fome, uma necessidade especificamente humana. Logo nos vem à mente o nosso vazio espiritual. Podemos achar que estamos satisfeitos fisicamente, mas há uma fome mais profunda que persiste — uma fome de sentido, de imortalidade, de algo que nos satisfaça profundamente. Falar de Cristo como pão é estabelecer um vínculo com a fome, com o vazio do ser humano. Cristo supre as necessidades humanas.

O que se deve notar aqui é a forma que essas declarações assumem. Cristo não diz “Vou mostrar o caminho a vocês” nem “Vou possibilitar que vocês tenham vida”, tampouco diz “Ensino a vocês a verdade”. Suas declarações são enfáticas: ele é o caminho, a verdade e a vida. Não é um agente por meio do qual se colhem certos benefícios, por mais maravilhosos que sejam. Ele é o próprio pão da vida, que satisfaz a fome do ser humano. As declarações iniciadas com “Eu sou” proclamam a inseparabilidade do doador e do dom, da pessoa e do benefício concedido. O que Jesus dá é determinado pelo que ele é.

o milagre da ressurreição de Lázaro (11.43), além de cinco capítulos dedicados à última ceia de Jesus com seus discípulos mais íntimos (13—17).

João também tem algumas características particulares. Os milagres de Jesus são “sinais” indicativos de sua glória (2.11; 4.54). São frequentes as referências a temas como “vida eterna”, “luz” e “trevas” (1.3-5, p. ex.). Os relatos joaninos dos discursos de Jesus são mais meditativos e nos revelam o que de fato havia no coração de Jesus. João inclui no seu Evangelho as famosas declarações “Eu sou” (veja 6.35; 8.12,58; 10.7,11; 11.25; 14.6; 15.1), em que Jesus alude a um dos títulos judaicos de Deus (“Eu Sou o QUE Sou”, em Ex 3.14). Ensina com muita clareza que Jesus existia antes de nascer: como o Verbo eterno, participou da obra divina da Criação (1.1-18) e será o verdadeiro juiz do mundo (5.27).

Assim, o Evangelho de João nos mostra Jesus por um ângulo bem diferente. Houve quem chamasse esse livro de “Evangelho espiritual”. João acredita sem dúvida na plena humanidade de Jesus (veja 1.14; 4.6; 11.35), mas nos deixou indicações ainda mais claras da divindade dele. Ainda assim, apesar de Jesus ser apresentado de forma tão elevada, não falta nesse livro também muita simplicidade. O grego de João é descomplicado e nos mostra um Jesus transparente, uma pessoa acessível ao crente, que este pode aprender a amar (veja, p. ex., 10.14,15,27,28; 17.3).

Apesar de haver debates acalorados em torno do tema, é quase certo que o próprio João era o “discípulo a quem Jesus amava” (20.2; 21.20). Ele escreve seu Evangelho ao fim de sua longa vida (por volta de 85-90 d.C.), depois de muitos anos de piedosa meditação sobre sua amizade com Jesus. E, como alguém que esteve bem perto de Cristo no Cenáculo (veja 13.23), ele agora quer que seus leitores façam parte do círculo íntimo dos “amigos” de Jesus (15.14,15). Esse Evangelho foi escrito “para que possais crer que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em seu nome” (20.31). Foi escrito pelo amigo íntimo de Jesus para convidar você também a desfrutar de uma relação especial com esse Jesus extraordinário.

QUATRO EVANGELHOS, UM SÓ JESUS

Os Evangelhos, portanto, nos oferecem quatro retratos de Jesus diferentes — mas complementares em última análise. Para alguns (como dissemos antes), essa quádrupla visão de Jesus é um problema. Por nossa vez, nós podemos

entendê-la como um presente raro. Na verdade, muitos estudiosos do mundo antigo se alegrariam em ter quatro relatos detalhados da pessoa que estão estudando. Mesmo que alguns eruditos apontem a existência de um “problema sinótico” (a tentativa de descobrir qual Evangelho foi escrito primeiro), podemos, em vez disso, pensar tendo em mente uma “mina de ouro” sinótica. De fato, as quatro apresentações combinadas nos dão uma imagem bem harmônica de Jesus. Não temos, por assim dizer, uma foto bidimensional dele, mas praticamente um retrato em três dimensões de uma pessoa real.

Além disso, é-nos apresentado um Jesus capaz de estabelecer vínculos com as mais diversas categorias de pessoas. Considerando o que hoje se chama de “tipos de personalidade”, Marcos talvez interesse àqueles que amam histórias pitorescas; Mateus, aos que apreciam a ordem e os argumentos racionais; Lucas, aos que se interessam pelas emoções e pelo caráter do ser humano; João, aos que são intuitivos e gostam de sonhar e refletir. Todos os tipos de pessoas, portanto, podem ter acesso a Jesus pelas lentes fornecidas pelo caráter e pelos interesses de quatro Evangelistas diferentes.

Outra forma de resumir esses diferentes pontos de vista é:

Marcos é o Evangelho escrito para o indivíduo; apresenta Jesus como o Servo Sofredor.

Mateus é o Evangelho escrito para a nação judaica; apresenta Jesus como a realização das antigas esperanças e promessas a Israel.

Lucas é o Evangelho escrito para os gentios; mostra um Jesus muito humano e compassivo com todos os povos.

João é o Evangelho escrito para o mundo inteiro (na verdade, para o “cosmo”); apresenta Jesus como o Filho Eterno, vindo do coração do Pai, como Deus encarnado que desceu a este mundo.

A CONFIABILIDADE DOS EVANGELHOS

Essas diferentes perspectivas, porém, suscitam a questão incisiva da confiabilidade dos Evangelhos: podemos confiar neles? É verdade que talvez seja muito melhor ter quatro Evangelhos do que apenas um (que seria alvo fácil de crítica). Isso nos obriga a levar a sério a realidade de Jesus como figura histórica. E se, contudo, esses quatro relatos tiverem incompatibilidades significativas entre si? Além disso, o fato de terem sido escritos por *Evangelistas*

confessos (e não por simples “historiadores”) não significa que são completamente parciais e, portanto, de credibilidade questionável?

Não é de surpreender, portanto, que os Evangelhos tenham sido submetidos a uma imensa avalanche de críticas nos últimos duzentos anos. Por um lado, sem dúvida, isso é um exercício de crítica histórica perfeitamente válido. Por outro, é bom notar logo de início a importância do que está em jogo aqui e observar também que os próprios trabalhos dos críticos não estão isentos de parcialidade. Isso porque, se for possível “desconstruir” os Evangelhos e mostrar que não são confiáveis, os historiadores não terão mais de lidar com as contundentes declarações de Jesus neles registradas. Na verdade, os historiadores então poderão “reconstruir” Jesus à imagem deles. É claro que ninguém ousa criticar Jesus diretamente; em vez disso, criticam-se os autores dos Evangelhos, para que a história de Jesus possa ser reescrita de acordo com as preferências pessoais do crítico.

AUTORES MARCADOS PELA PARCIALIDADE?

Tudo isso pode parecer difícil de aceitar, mas nos serve de alerta, porque chama a atenção para a realidade de que não existe história imparcial e “objetiva”. Todos têm um interesse pessoal nesse Jesus — a favor ou contra. Foi assim também na época em que os Evangelhos foram escritos. Não teríamos um relato necessariamente mais “histórico” de Jesus se os autores fossem seus inimigos, e não seus amigos e discípulos. O fato de que os autores dos Evangelhos creem na verdade desse Jesus (e, portanto, estão pessoalmente comprometidos) não os impede de escrever a verdade. Aliás, talvez por isso mesmo se sentiram tão motivados a verificar os fatos para garantir que nada afirmassem de Jesus que ele mesmo teria negado. Afinal, se essa história fosse inverídica, com base em mentiras e invenções, não seriam as boas-novas. Temos boas razões, portanto, para presumir que os Evangelistas tinham como objetivo falar a verdade. O comprometimento pessoal deles com essa verdade não os desautoriza a falar dela, mas, sim, serve-lhes de suporte. A suposta “parcialidade” dos Evangelistas não é um problema em si.

RELATOS CONTRADITÓRIOS?

Entretanto, as possíveis discrepâncias entre os quatro relatos pedem uma resposta mais detalhada. O panorama que acabamos de esboçar mostra que há

evidentes diferenças de enfoque entre os Evangelhos. Todavia, essas diferenças não são necessariamente discrepâncias. Tampouco devemos imaginar que o “ponto de vista” específico de cada Evangelho é uma invenção do Evangelista. Pode ser um sinal da escolha de fontes que ele fez.

Nessa questão, devemos ter em mente outros fatores. Em primeiro lugar, as diferentes versões de um ensinamento de Jesus podem não ser variantes de um mesmo “sermão” em particular. Pelo contrário, Jesus deve ter falado durante centenas de horas em muitas ocasiões distintas, recorrendo às vezes a palavras e expressões ligeiramente diferentes. O que está registrado nos Evangelhos equivale a apenas cerca de três horas de ensinamento. Além disso, trata-se de uma tradução para o grego das mensagens originais em aramaico pronunciadas por Jesus. Os Evangelistas jamais pensaram em reproduzir exatamente, palavra por palavra, o que Jesus disse, mas tão somente o seu “equivalente funcional” numa língua diferente.

Em segundo lugar, pode-se dizer algo parecido acerca dos atos de Jesus. Quando existem discrepâncias nos relatos dos Evangelhos, pode se tratar de episódios diversos (mas semelhantes) da vida de Jesus. Afinal de contas, os Evangelistas não prometeram relatar todos os acontecimentos exatamente na ordem em que aconteceram — a obra deles é mais uma “antologia” que um registro sequencial de acontecimentos. Quando não resta dúvida de que eles estão realmente relatando o mesmo fato, o bom historiador moderno procura primeiro harmonizar o material antes de descartá-lo sem mais nem menos. Para algumas pessoas, a existência de discrepâncias menores entre os Evangelhos só lhes fortalece a convicção de que eles são confiáveis como um todo. Se fossem todos idênticos, seria muito mais fácil suspeitar de que seus autores podem ter plagiado uns aos outros ou de que seguiram uma única linha “oficial” de raciocínio. Na forma em que se apresentam, suas diferenças apenas servem à verdade.

“Não apenas não
conhecemos Deus
senão por meio de Jesus
Cristo, mas também não
conhecemos sequer a nós
mesmos senão por meio de
Jesus Cristo.”

BLAISE PASCAL

PROBLEMAS DE TEXTO OU DE TEMPO?

Temos, portanto, boas razões para confiar nos Evangelhos como um todo. Poucos estudiosos hoje duvidam de que o texto grego de que dispomos é

praticamente idêntico ao que os Evangelistas escreveram. Em comparação com outros textos clássicos, como as *Histórias*, de Tácito, há milhares de manuscritos dos Evangelhos — muitos deles datam do quarto século, mas há fragmentos que remontam ao ano 125 d.C. Portanto, o texto em si é considerado extremamente confiável.

Além disso, o tempo decorrido entre a composição dos Evangelhos e os acontecimentos da vida de Jesus (25 a 50 anos) não é tão problemático quanto as pessoas costumam imaginar.

É possível que alguns breves relatos tenham sido escritos antes dos Evangelhos (veja Lc 1.1) — como, por exemplo, a suposta fonte que os especialistas chamam de “Q” (a qual estaria por trás de Lucas e Mateus). Contudo, mesmo que assim não seja, o fato é que nas culturas “orais” as pessoas são capazes de grandes prodígios de memória. É possível observar isso na cultura judaica e na árabe ainda hoje, mas

“Procuro em vão encontrar na história alguém que se assemelhe a Jesus Cristo ou algo que se aproxime do evangelho. Nem a história, nem a humanidade, nem as eras, nem a natureza me oferecem coisa alguma com que o possa comparar ou explicar.”

NAPOLEÃO BONAPARTE

no mundo antigo tais façanhas eram mais evidentes. Por exemplo, a *Ilíada*, de Homero, e o *Tripitaca*, do Buda, tiveram de esperar mais de quatrocentos anos para ser escritos! Quanto mais, então, não haveriam de ser preservados com amor, e no decorrer de apenas uma geração, os dizeres de Jesus (que, segundo seus seguidores, ressuscitara dos mortos e era um mestre sem igual enviado por Deus). É bem provável que todos os domingos, quando se reuniam, os cren tes recitassem as palavras do mestre e meditassem nos seus feitos. Portanto, a tarefa dos Evangelistas consistiu em organizar esse material e registrá-lo por escrito para as gerações futuras.

CONCLUSÃO

Parece que os quatro Evangelhos são perfeitamente capazes de suportar o ônus imposto sobre eles. Apesar de sabermos de fontes judaicas e pagãs que Jesus foi uma figura histórica, o fato é que dependemos exclusivamente dos Evangelhos para conhecer qualquer detalhe concreto acerca de sua vida, de seu caráter e de seus ensinamentos. Isso eles fazem muito bem. Ainda que sejam estudados e analisados quase diariamente por mais de dois mil anos, os Evangelhos

demonstram uma resistência notável. Ainda hoje têm a capacidade de fascinar e revigorar, de frustrar os céticos e promover a fé — capacidade essa que deriva provavelmente da própria pessoa que descreve: Jesus.

As origens judaicas de Jesus

Uma análise da vida de Jesus deve levar em conta a questão de suas origens judaicas e o contexto do judaísmo do primeiro século, em que ele viveu.

Isso se aplica a qualquer investigação desse tipo. Seja qual for a figura histórica, compreenderemos melhor seus objetivos e suas realizações se soubermos algo do seu contexto histórico. Sem isso, corremos o forte risco de interpretar mal algumas declarações suas e muitas de suas ações.

JESUS EM SEU CONTEXTO BÍBLICO

No que diz respeito a Jesus, porém, esse contexto talvez seja mais necessário do que imaginamos. Um risco que aflige quem toma contato com a história de Jesus muitos séculos depois é precisamente o fato de que ela se presta muito bem à “universalização”. Em outras palavras, existe algo de tão transcultural na mensagem de Jesus que é fácil ignorar a tarefa de situá-la em sua cultura original. Bem depressa achamos que sabemos o que ele queria dizer.

Em parte isso ocorre, é claro, por causa da convicção cristã de que em Jesus é possível ver o próprio Deus entrando no mundo, de tal modo que o que se revelou por meio dele sempre teve caráter universal, isto é, aplica-se a todos os povos e a todas as épocas. Isso é verdade (e o fato de que a história de Jesus se traduz tão bem em diferentes tempos e culturas é apenas mais uma confirmação dessa tese). No entanto, também é possível inferir que os cristãos podem ter situado a vinda de Jesus num contexto unicamente espiritual ou celestial, por assim dizer, e não histórico. Talvez tendam a ver o advento de Jesus como uma súbita invasão (uma “ação de cima para baixo”), e não como algo que brota da linha do tempo da história (em sentido “horizontal”).

Todavia, essa história anterior é de importância vital. De acordo com as teses cristãs sobre os propósitos de Deus em todo o período do Antigo

“Foi um ladrão que disse a Cristo as últimas palavras gentis que ele ouviu; Cristo acolheu a gentileza dele e lhe perdoou o roubo.”

ROBERT BROWNING

Jesus e os movimentos religiosos do seu tempo

A Palestina do primeiro século era uma região instável. Na época de Jesus, haviam surgido vários grupos religiosos em reação às inúmeras crises que tomaram conta do judaísmo. O historiador judeu Josefo enumera quatro grupos — ou, conforme ele os chama, “filosofias” (*Antiguidades* 18.1.2-6). A maior parte das pessoas comuns não pertencia a nenhum desses “partidos”, mas sabia muito bem o que eles defendiam.

Os fariseus eram muito respeitados e constituíam o maior grupo religioso dentro do judaísmo. Eram especialmente fortes na Galileia, região onde Jesus começou seu ministério. Cultivavam uma visão de vida estritamente judaica entre os que viviam longe do Templo. Participavam das sinagogas locais, empenhavam-se para que os mandamentos da Torá (Lei) fossem obedecidos à risca no dia a dia (a pureza ritual e a oferta do dízimo, por exemplo) e valorizavam as tradições orais (além da Bíblia) que proporcionavam orientação quanto a esses assuntos cotidianos.

Essa busca de santidade de vida era impulsionada pela forte esperança de que Deus um dia faria justiça a seu povo — por isso, as pessoas tinham de ser visivelmente “separadas” de quem não pertencesse ao verdadeiro “povo de Deus”. Essa esperança futura implicava cada vez mais a crença na ressurreição: Deus devolveria a vida física ao seu povo na “era vindoura”. No entanto, essa esperança deles não dizia respeito a um “outro mundo”. Pelo contrário, a ressurreição física era uma esperança para este mundo, o que levava alguns (sobretudo os seguidores do rabino Shammai, mais conservadores) a adotar um comportamento ardorosamente nacionalista e contrário aos romanos.

Em Jerusalém, predominavam os saduceus. Eram figuras mais ligadas à ordem estabelecida e estavam envolvidos com o Sinédrio (o conselho de juízes que aplicava a lei judaica). Os saduceus defendiam entusiasticamente a convivência com

Testamento, ela pode reivindicar em pé de igualdade, e com a mesma força, sua condição de espelho dos propósitos divinos. Se a vinda de Jesus pode ser interpretada (corretamente) como ação de Deus, que entra de repente neste mundo, ela também pode (de forma igualmente correta) ser interpretada como a realização divina daquilo que Deus vinha pacientemente prometendo ao seu povo no decorrer dos séculos anteriores.

Assim, a história do que Deus vinha fazendo na nação de Israel, e em favor dela, é o contexto imprescindível para compreendermos a história de Jesus. Sem esse contexto, muito do que Deus fez por meio de Jesus

os romanos e, portanto, estavam sempre em guarda contra as tendências nacionalistas ou revolucionárias. Suas crenças eram compatíveis com esse tipo de atitude. Eles davam pouca importância à esperança de que Deus fosse vingar seu povo, negavam a doutrina da ressurreição e só aceitavam a autoridade do Pentateuco (os cinco primeiros livros da Bíblia, do Gênesis ao Deuteronômio) — omitiam, com isso, os escritos proféticos que tanto alimentavam as esperanças do povo num futuro melhor. Muitos sumos sacerdotes (como Caifás, por exemplo) eram saduceus.

Os essênios eram bem diferentes. Cerca de duzentos anos antes, talvez liderados por um sacerdote do Templo (a quem chamavam "Mestre da Justiça"), os essênios se desvincularam das autoridades do Templo de Jerusalém e criaram comunidades alternativas em que pudessem pôr em prática os valores mais nobres do Templo no que dizia respeito à adoração e ao estilo de vida. A mais célebre dessas comunidades até o momento foi descoberta entre os anos 1946 e 1957 às margens do Mar Morto, em Qumran. Os essênios eram ascetas, com frequência celibatários, e faziam questão de ler e interpretar toda a Escritura (o que explica a existência de comentários bíblicos entre os chamados Manuscritos do Mar Morto, encontrados perto de Qumran). Contudo, eram indiferentes em relação à política e preferiam esperar "no deserto" que Deus tomasse uma atitude contra os "filhos das trevas".

Os zelotes, por sua vez, não eram do tipo que se contentava em esperar. Preferiam lutar, e não bater em retirada. Embora o termo "zelote" talvez só tenha sido cunhado na década de 60 d.C., houve diversas insurreições violentas durante todo aquele período (em 4 d.C. e 6 d.C., p. ex., culminando com as duas revoltas judaicas de 66-70 d.C. e 132-135 d.C.). Para os zelotes, os judeus tinham apenas um rei, Deus; portanto, os soberanos pagãos tinham de ser derrubados.

passa despercebido. E certamente será difícil formular uma teologia que seja fidedigna à Bíblia *toda*. Não podemos ignorar o Antigo Testamento, porque ele é a preparação que Deus fez para as boas-novas posteriormente reveladas em Jesus.

Por motivos históricos óbvios, temos de situar Jesus não só no ambiente sociocultural do Antigo Testamento, mas também no contexto do judaísmo palestino do primeiro século. A análise dos antecedentes bíblicos e do contexto judaico enriquecerá imensamente nosso entendimento acerca da história de Jesus. O que torna sua história tão eletrizante é justamente a forma com que

"Hoje Jesus Cristo é apresentado como figura principal de uma religião, um mero exemplo. Ele é isso, mas é infinitamente mais: ele é a própria salvação, é o evangelho de Deus."

Oswald Chambers

ele interage com o judaísmo da sua época. Contudo, o processo também funciona no sentido contrário: a história de Jesus pode lançar luz sobre aquelas histórias anteriores e lhes dar um sentido novo.

PROBLEMAS DO JUDAÍSMO DO PRIMEIRO SÉCULO

Até onde a narrativa bíblica tinha avançado na época de Jesus? Quais eram as preocupações e as esperanças da nação de Israel no tempo dele? A melhor maneira de entrar na mentalidade de outro povo é pedir que alguns dos seus integrantes respondam a algumas das perguntas mais importantes da vida. Portanto, para descobrir qual era a visão de mundo dos contemporâneos de Jesus, seria extremamente útil descobrir como responderiam às quatro indagações a seguir.

QUEM É O NOSSO DEUS?

Para os contemporâneos de Jesus, a resposta a essa pergunta era evidente: o Deus de Israel é o único Deus verdadeiro, que criou e sustenta o Universo. Todo dia o judeu devoto recitava o *Shemá*: "Ouve, ó Israel: O SENHOR, nosso Deus, é o único SENHOR. Amarás o SENHOR, teu Deus..." (Dt 6.4,5). Os judeus, portanto, eram *monoteístas* ardorosos — acreditavam num único Deus.

Isso era extraordinário na época. As nações em torno de Israel eram *politeístas*, mas o povo judeu não fazia concessões; seu Deus não era simplesmente um entre muitos nem podia ser equiparado ao rei dos deuses de outros sistemas (como, p. ex., Zeus). Não — esses outros "deuses" absolutamente não eram deuses. Eram "ídolos" feitos por mãos humanas (veja, p. ex., Sl 135.15-18). O Deus de Israel era o Deus da criação, que criara o mundo e todos os seus habitantes. Portanto, todos deveriam prestar culto somente a ele. Desse modo, "Deus" não devia ser identificado com a ordem natural como um todo (como no *panteísmo*) nem com coisa alguma criada, como o sol, por exemplo (como em algumas formas de *paganismo*). O Deus verdadeiro era único e separado da sua criação. Todavia, era também o Deus da providência, participante ativo em sua criação, soberano sobre tudo o que dizia respeito a Israel e às nações.

Sobre o caráter de Deus, os judeus do primeiro século (inspirados por textos como o de Ex 34.6,7) diziam que ele era “cheio de bondade e de fidelidade”, um “Deus misericordioso e compassivo”, sempre pronto a perdoar, mas também majestosamente santo e oposto ao pecado e a tudo o que é mau. Seu caráter resumia-se em seu nome especial, “Yahweh”, cuja tradução aproximada é “Eu Sou o que Sou” ou “Serei quem Serei” (veja tb. p. 73-76, no capítulo “Deus”). O Deus de Israel era imutável e verdadeiro. Também era um Deus expressivo, que se revelara a seus servos e que cumpria suas promessas.

Como, então, explicar a existência do mal neste mundo? Isso nos leva à segunda indagação.

QUEM SOMOS NÓS?

Os judeus do primeiro século acreditavam que uma das principais estratégias de Deus para combater o mal fora a escolha de seu povo, Israel. É o que se chama de doutrina da *eleição* — a crença de Israel de que era o povo “eleito”, ou escolhido, por Deus. Essa eleição foi então ratificada por Deus mediante uma aliança (ou contrato) especial entre ele e Israel.

Embora, é claro, essa crença pudesse gerar arrogância (o que tantas vezes aconteceu), o povo devia ter sempre em mente que Deus o havia escolhido em razão do grande amor que tinha por ele, e não por merecimento (Dt 7.7,8). Havia também o forte entendimento de que essa eleição existia para, de algum modo, abençoar os outros. O chamado de “Abraão e sua descendência” era uma resposta divina ao problema da pecaminosidade humana e seria uma “bênção” para “todas as famílias da terra” (Gn 12.1,3). Abraão fora chamado precisamente para desfazer o pecado de Adão. Portanto, por trás da eleição particular de Israel por Deus, havia sua intenção universal de abençoar todos os povos da terra.

Os contemporâneos de Jesus, por conseguinte, consideravam-se o povo escolhido de Deus, numa relação especial de “aliança” com ele. Tinham a responsabilidade de resistir ao mal e preservar as “linhas divisórias” em torno do povo de Deus. Às vezes, essa oposição às “nações” (os “gentios”) acabava resultando em espírito vingativo, que ansiava pelo juízo divino sobre os pagãos. Lá no fundo, porém, havia também a consciência de que Deus de algum modo usaria Israel para ser a “luz das nações” (veja Is 49.6), o meio pelo qual Deus venceria o mal no mundo.

O QUE DEUS NOS DEU?

Para ajudar Israel nessa tarefa, os judeus do primeiro século diziam que Deus dera a seu povo alguns dons especiais. O mais importante deles era a Lei, ou Torá (que significa “instrução”). A Lei era um dom para o povo que ele já havia escolhido — assim como os Dez Mandamentos foram dados àqueles que ele já libertara do Egito. A obediência à Torá, portanto, não era uma forma de *se unir* ao povo de Deus, e sim um sinal de que o indivíduo já *era* parte do povo de Deus.

Nos dias de Jesus (e sobretudo num momento em que o povo estava sob o jugo romano), três aspectos da Lei haviam assumido importância especial: a circuncisão, o sábado e as leis alimentares. Esses elementos eram

As profecias do Antigo Testamento sobre Jesus Cristo

 Novo Testamento vê Jesus Cristo como aquele que realiza as grandes esperanças e expectativas do Antigo Testamento. As promessas que Deus fez a Israel foram cumpridas e estendidas a todas as nações mediante a vida, a morte e a ressurreição de Jesus Cristo. Isso está claro nos relatos dos Evangelhos sobre a vida e a morte de Jesus. O Evangelho de Mateus expõe alguns motivos pelos quais devemos chegar à conclusão de que Jesus é o Messias, o tão esperado descendente do rei Davi que devia inaugurar uma nova era na história de Israel. Esse Evangelho começa com uma lista dos antepassados de Jesus (Mt 1.1-17), segundo a qual ele era legalmente filho de Davi — conforme se esperava que o Messias fosse. No seu relato sobre o nascimento de Jesus, Mateus chama a atenção dos leitores para os notáveis paralelos entre as circunstâncias desse nascimento e as profecias do Antigo Testamento, fazendo-os atentar para esse ponto não menos do que cinco vezes nos dois primeiros capítulos do Evangelho (1.22,23; 2.5-7; 2.16-18; 2.23).

O Evangelho de Marcos logo de início dirige seu foco para a figura de João Batista. João é o mensageiro há tempos esperado que prepara o caminho para a vinda do Senhor (Mc 1.2,3). Depois disso, Marcos registra a declaração de João Batista de que alguém ainda mais importante viria depois dele (1.7,8). E quem entra em cena logo em seguida? “Naqueles dias, veio Jesus de Nazaré da Galileia e foi batizado por João no Jordão” (1.9). A conclusão que Marcos quer que tiremos é óbvia.

Os Evangelhos ressaltam também os paralelos importantes entre o “Justo Sofredor” do salmo 22 e a Paixão de Cristo. O clamor de Jesus “Deus meu, Deus

salvaguardas essenciais da identidade nacional dos judeus e serviam de “marcos fronteiriços” para especificar quem pertencia ao povo de Deus — aqueles a quem Deus um dia havia de fazer justiça. Numa região típica de fronteira, como era o caso da Galileia, em que os judeus tinham contato frequente com não judeus, qualquer concessão nas referidas salvaguardas encontraria forte oposição.

Israel também prezava dois outros dons: a terra e o Templo. Apesar de Deus ter enviado os antepassados deles para um exílio distante por causa dos pecados, a terra continuava sendo considerada parte do dom da aliança divina. A ocupação romana, contudo, tornava-a efetivamente “impura” — era como se os judeus estivessem “exilados” em sua própria terra.

meu, por que me desamparaste?” (Mt 27.46) nos faz refletir sobre esse misterioso salmo, sobretudo acerca das descrições que faz do tipo de morte que sobrevém ao “Justo Sofredor”. Essa pessoa é ridicularizada por aqueles que a veem morrer (Sl 22.6-8), tal como acontece com Jesus (Mt 27.39-44). Suas mãos e seus pés são perfurados (Sl 22.16), como acontecia à maior parte das vítimas por crucifixão, Jesus entre elas. O Justo Sofredor vê seus algozes disputando a sorte sobre suas roupas (Sl 22.18), tal como Jesus viu (Mt 27.35).

Talvez o mais importante de todos seja o notável paralelo entre a crucificação e o relato do “Servo Sofredor”, de Isaías 53, a que Lucas se refere de maneira mais explícita (Lc 22.37). Essa grandiosa profecia do Antigo Testamento fala de um servo de Deus que foi “ferido por causa das nossas transgressões e esmagado por causa das nossas maldades” (Is 53.5). Esse servo será “contado com os transgressores” (Is 53.12), o que os autores dos Evangelhos entendem cumprir-se claramente em dois aspectos. Primeiro, Cristo morreu crucificado, e a crucificação era o modo de execução reservado para os piores malfeiteiros. Em outras palavras, Cristo foi identificado com os pecadores pela maneira que morreu. Em segundo lugar, ele não foi crucificado sozinho, mas ao lado de dois criminosos presos e condenados (Mt 27.38). Desse modo e de muitos outros, a vinda de Cristo foi considerada o cumprimento das grandes esperanças da antiga aliança, levando o conhecimento de Deus a todos os povos da terra.

Por sua vez, o Templo de Jerusalém era tido como a morada de Deus e o local designado para a oferta dos sacrifícios prescritos. Havia três festas todo ano (entre elas a Páscoa), mas o ponto alto do ciclo anual era o Dia do Perdão (Yom Kippur). Alguns judeus criticavam o Templo de então por diversos motivos, mas no fundo havia a convicção de que ele era um dom de Deus, que por fim haveria de usá-lo para realizar seus propósitos.

O QUE DEUS VAI FAZER?

Essas crenças não se sustentariam se não houvesse a esperança de que Deus, em breve, agiria de forma decisiva para esclarecer as muitas ambiguidades que elas suscitavam. Na época de Jesus, o Templo estava sendo reconstruído pelo rei pagão Herodes; a terra era ocupada e governada pelos romanos; o mal no mundo não dava sinais de que cederia; e o povo escolhido estava sob constante pressão para que fizesse concessões. Quanto tempo mais persistiria aquela situação? Quando Deus interviria?

Isso nos leva a uma terceira grande corrente do pensamento judeu. No primeiro século, os judeus não acreditavam apenas no monoteísmo e na elei-

ção: criam também na *escatologia*, isto é, tinham a esperança de que no *fim* dos tempos (*eschaton*, em grego) Deus inaugurararia neste mundo um novo estado de coisas — a “nova era” ou a “era vindoura”.

Diferentemente de alguns sistemas pagãos em que a história aparentemente andava em círculos, o Antigo Testamento mostrava um Deus ativo, que levava a

história adiante em direção ao seu objetivo. Isso explica a ênfase veterotestamentária na profecia. A Escritura tinha promessas que falavam da restauração de Israel, da purificação do Templo e do dia em que as nações haveriam de confessar que o Deus de Israel é o verdadeiro Deus. Quando aconteceriam essas coisas? Como?

Havia ainda duas outras esperanças. Em primeiro lugar, era cada vez maior o número de pessoas que acreditavam no advento de um “ungido” enviado por Deus (um messias), que libertaria o povo de Deus. Assim como os reis de Israel haviam sido “ungidos”, muitos esperavam que esse messias

“Creio que não há ninguém mais amoroso, mais profundo, mais compassivo e mais perfeito do que Jesus — não só não há ninguém como ele, mas também jamais poderia haver.”

FIÓDOR DOSTOIEVSKI

também fosse um novo rei descendente do grande rei Davi; outros esperavam que ele fosse uma figura militar que expulsaria os pagãos; outros aindacreditavam que ele seria um sacerdote que restauraria a verdadeira adoração, ou então um mestre que profetizaria.

Em segundo lugar, os judeus da época esperavam que o exílio chegasse ao fim. Em certo sentido, é claro, o Exílio havia chegado ao fim quase seis séculos antes de Jesus (quando o remanescente dos exilados na Babilônia retornou a Jerusalém). Contudo, agora que boa parte da terra deles tinha sido colonizada por não judeus, os exilados que retornavam se queixavam: “E hoje somos escravos, escravos na terra que deste a nossos pais” (Ne 9.36). Nesse sentido, portanto, o exílio não havia terminado. Certamente, um dia Deus interviria para “restaurar” por completo o destino do seu povo, libertando-o de fato do exílio. Então seriam cumpridas as grandiosas profecias acerca do Templo, do retorno dos exilados e do “ajuntamento das nações”.

Na verdade, muitas dessas esperanças agrupavam-se em torno da profecia de Isaías, em que o profeta falava das boas-novas: “Como são belos sobre os montes os pés do que anuncia as boas-novas, que proclama a paz, que anuncia coisas boas [...] que diz a Sião: O teu Deus reina! [...] Eles levantam a voz; juntos exultam, porque contemplam de perto a volta do SENHOR a Sião. Aclamai cantando, e juntas alegrai-vos, ó ruínas de Jerusalém; porque o SENHOR consolou o seu povo, redimiu Jerusalém. [...] todos os confins da terra verão a salvação do nosso Deus” (Is 52.7-10). Quando essas coisas acontecessem — a chegada de Deus, como Rei, a volta do Senhor a Sião, a redenção de Jerusalém e a salvação estendida ao mundo —, então, e só então, as profecias se cumpririam e a situação de “exílio” de Israel chegaria efetivamente ao fim. Sem dúvida nenhuma, essas seriam boas-novas.

Não é de admirar, portanto, que os judeus do primeiro século estivessem em constante expectativa — ansiosos por ver Deus agir dando um fim condigno a esse drama doloroso. Esse estado de tensão se confirma quando o Novo Testamento nos apresenta a pessoas que esperavam “a consolação de Israel” e aguardavam a “redenção de Jerusalém” (Lc 2.25,38) — ecos claros das profecias de Isaías. Um judeu do primeiro século que ouvisse esses textos do Antigo Testamento teria todo o direito de perguntar: Mas quando isso acontecerá? Quando o Senhor, nosso Deus generoso que guarda a aliança, cumprirá finalmente o que prometeu ao seu povo?

O ADVENTO DE JESUS E DE JOÃO BATISTA

Foi exatamente nesse contexto de tensão e de esperança que Jesus teve de ministrar. Era uma longa história em busca de conclusão.

No primeiro século, vários outros agrupamentos haviam surgido dentro do judaísmo, cada qual com convicções próprias sobre como a história chegaria ao fim. Os saduceus tentavam diminuir as esperanças proféticas da multidão. Os fariseus pensavam que Deus só agiria quando seu povo estivesse devidamente santificado. Os essênios esperavam o fim do culto no Templo e da hierarquia de Jerusalém. Enquanto isso não acontecia, os revolucionários estavam chegando à conclusão de que, se o próprio Deus não agisse, a solução seria fazer justiça com as próprias mãos, libertando a terra de seus tiranos pagãos de uma vez por todas.

Em seu ministério, Jesus teria de manter um curso próprio em meio a todas essas opções rivais. Na verdade, ele interveio na situação e propôs um final bem diferente para essa história: um final em que ele ocupava o lugar central e prometia cumprir as profecias.

Agora podemos começar a vislumbrar o significado do ministério de Jesus no seu tempo, em seu contexto judaico e bíblico original. De fato, seu ministério pode ser entendido como o cumprimento consciente das esperanças engendradas pela profecia de Isaías: as boas-novas do fim do exílio, o advento de Deus, como Rei, o retorno do Senhor a Sião e a vitória sobre o mal. Não foi por acaso que ele inaugurou seu ministério na Galileia com a marcante declaração: “O reino de Deus está próximo!”. Essa era justamente a notícia que seus contemporâneos tanto queriam ouvir.

Nesse ínterim, mais ao sul, no deserto da Judeia, próximo do rio Jordão, faz-se ouvir uma “voz que clama no deserto”. De repente, nos meses que antecedem a entrada de Jesus em cena, a nação de Israel acorda para a vida com o rumor de que surgira no deserto um personagem incomum. Suas roupas eram de “pelos de camelo” e seu alimento eram “gafanhotos e mel silvestre” (Mc 1.6). “Todos os moradores de Jerusalém”, lemos, “dirigiam-se a ele” (Mc 1.5). As pessoas estavam intrigadas. Queriam saber se essa figura estranha seria o Cristo (Lc 3.15; Jo 1.19-25). Seria o Messias? Se não, seria então Elias (que devia preceder o Messias)? Ou talvez o profeta predito por Moisés em Deuteronômio 18.15? Mais uma vez, percebemos a ansiedade nas indagações e a enorme expectativa dos judeus do primeiro século.

Naturalmente, essa figura era a pessoa que hoje conhecemos como João Batista. Ele era filho de um sacerdote de nome Zacarias e da prima (um pouco mais velha) de Jesus (Lc 1.36). Seu ministério foi sem dúvida um momento marcante na história de Israel. Desde o ministério de Malaquias, cerca de quatrocentos anos antes, a voz da profecia autêntica não fora mais ouvida em Israel. Agora, porém, muitos estavam convencidos de que João era, sim, um “profeta” como os de antigamente (Mc 11.32). Enfim Deus entrara em ação para salvar e abençoar seu povo.

Se, todavia, esse era o caso, Deus estava agindo de um modo estranho. O que João oferecia era uma mensagem de “arrependimento para perdão de pecados” (Lc 3.3). Isso, por si só, talvez não fosse surpreendente — talvez os fariseus e os essênios tivessem razão, e Deus só decidisse agir se, antes de tudo, seu povo se voltasse arrependido para sua face santa, pedindo perdão. Jesus também faria um apelo ao “arrependimento” (Mc 1.15). O mais estranho é que o apelo de João ao arrependimento vinha acompanhado de um convite ao “batismo” nas águas do rio Jordão.

Muitos ouvintes de João provavelmente associavam um “batismo” ritual como esse ao que se exigia não dos judeus, mas, sim, dos gentios. Era a isso que os gentios tinham de se submeter se quisessem se tornar “prosélitos” e se juntar a Israel e ao povo de Deus. Ao insistir no batismo, João estava na prática dizendo ao povo de Israel que eles também precisavam entrar novamente no seio do povo de Deus. Era preciso “renovar” sua filiação, e isso teria de ser feito do zero.

Não admira, portanto, que muitos se ofendessem com o chamado ao batismo. Afinal de contas, diziam, “temos por pai a Abraão”. Todavia, a resposta de João foi contundente: “Não fiqueis dizendo a vós mesmos: Abraão é nosso pai! Eu vos digo que até dessas pedras Deus pode dar filhos a Abraão” (Mt 3.9; Lc 3.8). Era uma mensagem dura. Deus estava reconstituindo seu povo naquele momento. Não bastava mais confiar em privilégios antigos. Nos propósitos divinos raiara um novo dia, um dia em que judeus e gentios partilhavam das mesmas oportunidades. Se aquele era o momento escolhido por Deus para a restauração do seu povo, era evidentemente também o momento do juízo divino.

Outro dado intrigante sobre o ministério de João Batista é que este também pode ser considerado um cumprimento das profecias de Isaías. Os quatro

autores dos Evangelhos estabelecem explicitamente a ligação entre o Batista e Isaías 40.3: “Voz do que clama no deserto: preparai o caminho do Senhor” (Mt 3.3; Mc 1.3; Lc 3.4; Jo 1.23). Esse texto (que pertence ao capítulo que começa com as célebres palavras “Consolai o meu povo, consolai”), assim como Isaías 52, estava totalmente relacionado com a promessa de Deus de restaurar seu povo, trazendo-o de volta do exílio. Portanto, o ministério de João foi entendido como o anúncio de que o exílio tinha terminado. Ou, conforme disseram alguns estudiosos, aquele tempo foi marcado por uma “escatologia de restauração” — da nova era de Deus, em que ele renovava seu povo de acordo com suas promessas. Lucas (preocupado com os gentios) não deixou de ressaltar que a profecia de Isaías continuara — com a previsão clara de que, quando da restauração de Israel, os gentios se tornariam partícipes da bênção divina: “E todos verão a salvação de Deus” (Is 40.5 em Lc 3.6).

Houve quem se perguntasse se João tinha alguma ligação com os essênios, cujo centro monástico ficava a poucos quilômetros dali — em Qumran, na margem noroeste do Mar Morto. Há algumas semelhanças de pensamento, mas há também diferenças significativas, de modo que praticamente não resta dúvida de que João era independente deles. Contudo, os essênios também se inspiraram nesse texto de Isaías 40. Consideravam-se os que esperavam “no deserto”, preparando-se para o dia do juízo e da salvação de Deus. A esperança deles não era sem fundamento, mas os Evangelistas não deixam dúvida quanto à sua convicção de que essa esperança se realizara não em Qumran, mas no que João estava fazendo alguns quilômetros de distância ao norte. Pertinho do Mar Morto, um lugar de morte e o local mais baixo do planeta em relação ao nível do mar, Deus estava em ação, renovando o mundo e instilando vida nova em muitos.

Por fim, João Batista é lembrado como o “precursor”, aquele que desviava a atenção de si mesmo e a dirigia para Jesus: “... vem aquele que é mais poderoso do que eu, de quem não sou digno de desatar a correia das sandálias; ele vos batizará com o Espírito Santo e com fogo” (Lc 3.16; veja tb. Mc 1.7,8; Mt 3.11; Jo 1.26,27). Era uma espécie de “padrinho de casamento”, que fica em segundo plano tão logo entra em cena o noivo (Jo 3.29,30). Era uma vocação humilde. O Batista se veria envolvido em questionamentos sempre que o ministério de Jesus não se parecesse com o que dele se esperava (Lc 7.18-23). No devido tempo, ele foi feito prisioneiro e depois morto por um capricho de Herodes

Antipas (Mc 6.27). Jesus, contudo, o elogiou publicamente, chamando-o de “um profeta [...] muito mais que profeta” (Lc 7.26). Ele era, assim disse Jesus, o “mensageiro” que, segundo Malaquias, antecederia a vinda do “Senhor” (Ml 3.1 em Lc 7.27); ou, nas palavras de Isaías, aquele que “preparava o caminho do SENHOR” (Is 40.3, segundo foi comentado nos parágrafos anteriores).

Portanto, o cenário estava preparado para a chegada de Jesus — aquele que os Evangelistas, desde o início, querem nos apresentar como não menos que o “Senhor”. Trata-se de um prelúdio admirável para o ministério de Jesus.

A missão e os objetivos de Jesus

Jesus teve, assim, de executar a obra divina numa época de grande tensão, revoltas e muita efervescência. Politicamente, a Palestina de seu tempo era como uma caixa de fogos de artifício esperando para explodir. A conhecida *pax romana* (paz romana) produzia alguns benefícios em outras partes do império, mas não ali. O poderio romano esforçava-se para manter a caixa tampada, mas, quanto mais pressão aplicava sobre ela, mais aguerrida se tornava a resistência dos judeus — alimentada pela esperança religiosa e por um sentimento de destino divino dolorosamente não realizado. Bastava uma centelha apenas para que a coisa toda pegasse fogo.

“Se os cristãos vivessem de fato os ensinamentos de Cristo, como se encontram na Bíblia, toda a Índia seria cristã atualmente.”

MAHATMA GANDHI

Foi o que aconteceu. Passados apenas quarenta anos do ministério de Jesus, Jerusalém foi arrasada pelo fogo, conforme Jesus previra (veja Lc 19.41-44; 21.20-24). Visto por essa ótica, todo o ministério de Jesus decorreu na “undécima hora” e representou um último apelo de Deus a Israel antes que fosse tarde demais. Era um meio final de escapar da crise e fazer a travessia para o outro lado. Ele veio na hora H.

Quando se analisa o ministério público de Jesus e, de modo especial, os objetivos de sua missão, é importante ter em mente esse contexto de urgência. Com demasiada frequência, Jesus é apresentado como um “mestre de verdades atemporais”, mas num sentido que não era o que o Israel do seu tempo buscava. Se ele não fosse nada além disso, teria tido pouco em comum com as aspirações do seu povo. Não: os judeus precisavam que ele agisse na história deles, dirigindo-a para um ponto de viragem que os lançasse dali

A busca do Jesus histórico

“A busca do Jesus histórico” é o nome com que se designa a atividade empreendida durante os últimos duzentos anos pelos intelectuais que procuram reconstruir um retrato de Jesus partindo do pressuposto de que os relatos dos Evangelhos não são confiáveis. Antes do século 18, a igreja já acreditava, é claro, no Jesus histórico (não em um Jesus “espiritual” apenas), mas estava convencida de que o verdadeiro Jesus da história podia ser descoberto nos relatos do Novo Testamento.

Esse pressuposto foi subvertido pelo “Iluminismo” — movimento que se caracterizou pelo racionalismo e pelo deísmo (a crença de que Deus, supondo que ele exista, não se imiscui nos negócios humanos). Assim, na década de 70 do século 18, um alemão de nome Reimarus afirmou que Jesus não fizera milagre algum e jamais ressuscitara dos mortos; além disso, não interpretava a morte de Jesus como um sacrifício pelos pecados. Reimarus queria descobrir *Jesus como ele era de fato* — sem as lentes “falsificadoras” da fé da igreja primitiva e das formulações doutrinárias que se seguiram.

No decorrer do século 19, foram muitos os retratos “históricos” de Jesus (elaborados por Paulus, Strauss e Renan, entre outros) que viam com ceticismo vários fatos relacionados ao Jesus “tradicional”: seu nascimento virginal, ele ter predito sua própria morte (e sua segunda vinda), seus milagres, entre outros. Contudo, em 1910, Albert Schweitzer pôs fim efetivamente a essa “busca” — mostrando Jesus como um profeta judeu equivocado que previa o fim iminente do mundo. Se fosse verdadeira essa hipótese, melhor seria para a fé cristã ignorar esse “Jesus histórico”.

Na década de 1950 empreende-se a “nova busca”, que produziu diversos retratos: Jesus era um filósofo errante, um judeu carismático com poderes miraculosos, um profeta social (que promovia a paz e a justiça) ou um liberacionista (que pretendia

para a “nova era” — a era prometida do reino de Deus. É precisamente isso que Jesus oferecia — só que sua oferta não parecia à primeira vista estar de acordo com o que eles esperavam.

Jesus compartilhava das esperanças bíblicas, mas tinha um entendimento diferente acerca do que Deus faria em seguida — bem como acerca do seu lugar no esquema geral das coisas. Em suma, o objetivo de Jesus era se inserir na trama da história de Israel e em seguida conduzir, ele próprio, o drama até sua próxima fase, tão crucial e tão aguardada. Quando isso acontecesse, o antigo plano de Deus de “abençoar todas as nações” (como anunciara em Gênesis) se tornaria realidade.

derrubar Roma). Além disso, a partir da década de 1980 observa-se o surgimento da chamada “terceira busca”. Esta retomou um dos principais aspectos do questionamento de Schweitzer (Jesus só poderia ser entendido no contexto do seu judaísmo nativo), porém reinterpretou a escatologia de Jesus: ele previu a “era vindoura”, mas isso não significava o fim deste Universo espaço-temporal. Essa reafirmação do caráter judaico de Jesus é de importância vital. Algumas vezes, os estudiosos, em prejuízo de si mesmos, entenderam tal fato como algo quase constrangedor.

Em todas essas buscas, os Evangelhos são submetidos a um rígido escrutínio — quase sempre (diferentemente do que ocorre com outros textos antigos) são considerados “suspeitos” até prova em contrário. Diferentes critérios (p. ex., de “múltiplos testemunhos” ou de “dessemelhança”) são usados para determinar se são autênticas as declarações neles encontradas — com resultados, muitas vezes, excessivamente críticos. Muito mais interessante é a aplicação do procedimento normal do historiador, que apresenta uma hipótese e depois procura testá-la diante dos dados existentes. Quando vistos sob essa ótica, é notável como os retratos de Jesus propostos pelos Evangelhos começam a fazer muito sentido.

A pesquisa histórica é de importância fundamental, e muitos avanços significativos foram feitos nesse campo. Contudo, com frequência o “Jesus histórico” é sutilmente reduzido ao mínimo do mínimo que, no entender dos historiadores, representa o que ele tem de inequivocamente histórico. Mas e se o “Jesus da história real” fosse mais do que isso? Sempre há o perigo real de que os chamados “historiadores” criem, de maneira inconsciente, um “Jesus” à sua imagem. Eles olham para dentro do poço da história no desejo de ver Jesus (como disse um crítico no início do século 20), mas acabam vendo apenas o reflexo do próprio rosto.

Nesse caso, quais eram os objetivos do ministério de Jesus? Havia três objetivos gerais, todos eles autenticamente judaicos, mas ao mesmo tempo surpreendentemente originais. Todos levaram Jesus a enfrentar problemas.

1. “O REINO DE DEUS ESTÁ ENTRE VÓS”

Jesus era um pregador itinerante. Ao contrário de muitos rabinos, não tinha endereço fixo (“não tinha onde descansar a cabeça”, Lc 9.58), ainda que durante um breve tempo tenha morado em Cafarnaum, junto ao mar da Galileia (Mt 4.13). Era um estilo de vida não convencional, mas sua mensagem também era extraordinária.

Desde o início, Jesus se pôs a proclamar o “reino de Deus” (Mc 1.15). Cada um dos Evangelhos Sinóticos faz numerosas referências a esse tema (embora Mateus, em razão de sua sensibilidade judaica quanto ao nome de Deus, preferisse usar “reino dos céus”). Apesar de algumas interpretações equivocadas da história cristã posterior (que viu na expressão uma realidade celestial, do outro mundo), o “reino de Deus” nos dias de Jesus significava simplesmente que Deus estava enfim *tornando-se rei* em seu mundo e sobre seu povo — exatamente as “boas-novas” profetizadas em Isaías. O Deus de Israel seria confirmado como o verdadeiro Senhor do mundo, assinalando concomitantemente o fim do exílio. Para os ouvintes de Jesus, essa era a notícia que tanto esperavam ouvir — o dia tão esperado chegara!

ERA ESSE O REINO ESPERADO?

Contudo, para a consternação de muitos, logo se viu que o reino de Jesus não apontava para o resultado que todos esperavam: a expulsão dos romanos pagãos do seu território, o que daria a Israel a soberania e a independência (talvez sob o comando de um rei judeu recém-entronado). O anúncio de Jesus, por assim dizer, era muito convincente no que dizia respeito à fé, mas nem tanto no tocante à política.

Em primeiro lugar, ele não propôs nenhuma ação militar contra Roma, mas se referiu em termos positivos às forças romanas. Elogiou o centurião pela fé que demonstrou, indicando com isso que os pagãos eram bem-vindos em seu reino (Mt 8.10) e talvez até tivessem prioridade nele. “Dai a César”, disse Jesus, “o que é de César” (Mt 22.21). Se um soldado romano o “obrigar a caminhar mil passos, vai com ele dois mil” (Mt 5.41) e “bem-aventurados [são] os pacificadores” (Mt 5.9).

ERA ESSE O POVO?

O reino de Jesus também acolhia pessoas que aparentemente não deviam fazer parte dele. Quando pregou na sinagoga de Nazaré, a cidade onde cresceria, ele disse que seu programa, cheio do Espírito, traria bênçãos para os que estavam fora de Israel — como fora no passado o caso de Naamã, o sírio (2Rs 5). Isso irritou as pessoas, que tentaram atirá-lo de um penhasco próximo (Lc 4.16-30).

Nem os odiados samaritanos estavam fora do alcance do seu reino (daí a Parábola do Bom Samaritano, Lc 10.25-37). O foco do reino de Deus era

Israel, mas ele seria também uma bênção para todas as nações. Aliás, a julgar pelas pessoas que Jesus tinha como companhia, tudo indicava que o reino acolheria os indivíduos mais improváveis — uma mistura de gente insignificante, dos religiosamente “impuros” e dos párias da sociedade (veja Mc 2.15). Volta e meia, Jesus rompia as convenções sociais e ignorava as barreiras erguidas entre pessoas de classe, sexo ou religião diferente. Estava claro que o status e a respeitabilidade não tinham muita importância no reino de Deus. Na verdade, um de seus lemas dizia que “os últimos serão os primeiros” (Mt 19.30; 20.16). Esse reino, ao que tudo indicava, estava de ponta-cabeça.

ERAM ESSES OS SEUS CONTORNOS?

Havia outras coisas estranhas no reino de Jesus. Ele não tinha a pompa que as pessoas esperavam que tivesse e era pequeno no início, mas depois cresceria (veja a Parábola do Grão de Mostarda em Mc 4.31,32). Não resultaria na erradicação imediata do mal (como mostra a Parábola do Joio e do Trigo em Mt 13.24-30). Sua consumação talvez demorasse mais do que o esperado (conforme a Parábola das Virgens Imprudentes surpreendidas em razão da demora do noivo, Mt 25.1-13).

O pior de tudo é que o advento do reino de Deus traria consigo um juízo. Israel passara por isso no exílio e almejava que a nuvem do julgamento divino fosse embora e o deixasse intocado. Agora, porém, esse profeta do reino dizia que Israel estava diante de outro momento de julgamento. Como nos dias de Amós, eles ansiavam pelo “dia do Senhor”, mas este seria um dia de trevas (veja Am 5.18). Há pelo menos 34 ocasiões nos Evangelhos em que Jesus lança às pessoas de sua geração a ameaça do juízo. Não é à toa que alguns o tenham comparado a Jeremias (Mt 16.14) — à semelhança desse profeta, Jesus previu a destruição iminente de Jerusalém (Mt 24.15,16).

Jesus fazia advertências solenes aos seus contemporâneos sobre a catástrofe nacional iminente. Oferecendo a Israel uma última chance, ele dizia às pessoas o que aconteceria se não se arrependessem: “Se não vos arrependedes, todos vós também pereceréis”; “Filhas de Jerusalém, não choreis por mim; chorai, sim, por vós mesmas e por vossos filhos” (Lc 13.5; 23.28). Jesus compartilhava com João Batista a convicção de que Israel estava entrando na fase mais crucial de sua história, e advertiu a todos sobre o desastre nacional.

Jesus e os pobres

Uma das características mais notáveis do ministério de Jesus é que ele acolhia e abraçava aqueles que a sociedade considerava marginalizados ou intocáveis por motivos físicos ou culturais — as prostitutas, as mulheres, os coletores de impostos, os leprosos, os romanos e os samaritanos, por exemplo. Um dos grupos marginalizados mais importantes que Jesus acolheu foram os pobres.

Os relatos dos Evangelhos sobre a vida de Cristo enfatizam constantemente sua identificação com os pobres e as críticas que ele fazia aos ricos. É o que se observa, por exemplo, no sermão pregado na sinagoga de Cafarnaum, que inaugurou seu ministério. Nessa ocasião, Jesus disse que fora enviado para “pregar o evangelho aos pobres” (Lc 4.18). Encontramos esse tema refletido nas palavras e nas obras de Jesus durante todo o seu ministério.

Em primeiro lugar, Jesus exalta e elogia os pobres. Ele mesmo, como tantos pobres, não tinha residência permanente (Mt 8.19,20). Numa ocasião em que uma viúva vai ao Templo e só pode depositar no gazonilácio a oferta de “duas moedinhas”, Jesus insiste com os discípulos que ela “contribuiu mais do que todos” (Lc 21.1-4; Mc 12.41-44). A mulher dera tudo o que tinha para sua subsistência, diferentemente do que faziam os ricos. Os pobres herdarão o reino de Deus. Isso fica muito claro na história em que o homem rico, vestido de púrpura e de linho fino, é contrastado com Lázaro, pobre e sem-teto, cujas feridas abertas os cães vêm lamber (Lc 16.19-22). Quando os dois morrem, Lázaro é levado pelos anjos e vai se sentar ao lado de Abraão no céu. O rico, ao contrário, acaba atormentado no inferno.

Jesus apelava conscientemente para os fortes sentimentos suscitados pelas esperanças de Israel, mas encerrava o sermão com uma chocante ressalva. Comportava-se como um judeu autêntico, mas subversivo, que recontava a

história de Israel, direcionando-a para um lado não desejado. O reino estava chegando, mas cheio de surpresas.

“Cristo é o majestoso mistério oculto, o alvo bendito, o fim para o qual tudo foi criado.”

MÁXIMO, O CONFESSOR

UM PROFETA FINALMENTE?

Portanto, Jesus era um “profeta escatológico”, chamado por Deus para anunciar a chegada do reino divino, que ia cumprir as promessas de Deus acerca dos “últimos dias”. Mas sua palavra seria a última palavra. Nesse sentido, Jesus se colocou numa categoria diferente da de João

Em segundo lugar, Jesus pede que a situação dos pobres não seja jamais desprezada nem esquecida. Isso se vê claramente no incidente relatado nos Evangelhos sobre o jovem rico que perguntou a Jesus o que devia fazer para ser salvo (Mt 19.16-26). Ao ouvir que o jovem desde a meninice guardava todos os mandamentos, Jesus diz que lhe falta ainda uma coisa: vender tudo o que tem e dar o dinheiro aos pobres. A exigência de cuidar dos pobres é complementada pelo impacto transformador que Jesus tem sobre as pessoas quando as encontra. Zaqueu (Lc 19.1-10) é descrito como um rico coletor de impostos. Ao ser aceito por Jesus, ele diz que dará metade de seus bens aos pobres e que compensará qualquer mal que tenha praticado.

Essa compaixão especial pelos pobres não significa que é impossível os ricos se salvarem nem que eles estejam além do alcance do amor de Deus. Ela faz parte da inversão dos valores do mundo tão característica da pregação de Jesus sobre o reino de Deus. Jesus propõe uma nova visão do mundo, em que os poderosos serão abatidos e os pobres serão exaltados. No reino de Deus, os últimos serão os primeiros. A riqueza pode facilmente se converter em barreira entre o indivíduo e Deus e entre o indivíduo e seus semelhantes. Num mundo em que a pobreza continua sendo um problema sério, a preocupação evidente de Jesus com os pobres deve nos desafiar a valorizá-los e a procurar fazer algo para aliviar a situação deles.

Batista (Mt 11.11-13). Jesus seria o último profeta dessa espécie. E, se Israel era como uma videira, Jesus era o profeta que o dono da videira enviara “por último” (Mc 12.6).

Embora esses textos sinalizem também que Jesus se via como *mais* do que um profeta, podemos estar certos de que seus contemporâneos o classificaram sobretudo como um “profeta” que anunciava o reino de Deus (Lc 7.16). A exemplo do que se passou com João Batista, esse súbito ressurgimento da profecia depois de séculos de silêncio bastava para que as pessoas despertassem e prestassem atenção.

“Cristo é o Filho de Deus.
Ele morreu para expiar os
pecados dos homens e
ressuscitou depois de três
dias. Esse é o fato mais
importante do Universo.
Morro crendo em Cristo.”

WATCHMAN NEE
(nota encontrada sob seu
travesseiro no dia de sua morte)

2. "O REI ESTÁ AQUI"

Jesus, porém, não viera apenas para anunciar o reino; ele o estava inaugurando. Sua chegada era a chegada do reino. Jesus vem com o reino, e o reino vem com Jesus — os dois são inseparáveis. Cercado pelos fariseus certa ocasião, ele ousou afirmar: “O reino de Deus está entre vós” (Lc 17.21). O reino chegara porque Jesus havia chegado. Diferentemente de João Batista, Jesus se via não apenas como arauto do reino, mas também como rei.

Isso explica seus poderes miraculosos (veja p. 187). Seu poder sobre a natureza e até sobre a morte era um sinal contundente de que a régia soberania divina estava em ação de um modo novo e poderoso. Portanto, quando João Batista fez algumas perguntas sobre seu reino, Jesus lhe respondeu com um relato de seus milagres, que mostravam a chegada do reino de Deus com ele e por meio dele.

O REI NO REINO

Isso explica um grande paradoxo nos Evangelhos. Quando Jesus fala do “reino de Deus”, faz isso de uma forma que soa extremamente discreta, desviando a atenção de si e dirigindo-a a Deus. Na realidade, porém, de forma críptica ele aponta para si mesmo. É ousadamente egocêntrico.

Certa ocasião, por exemplo, perguntaram a Jesus quantos são os que “se salvam” e “se sentarão à mesa no reino de Deus”. Ele respondeu com uma narrativa sobre o “dono da casa” que fecha a porta e impede a entrada dos que desejavam entrar (Lc 13.22-30).

Sem dúvida o “dono” é Deus, rei no “reino de Deus”. Mas a história prossegue. As pessoas do lado de fora se queixam: “Comemos e bebemos na tua presença, e tu ensinaste nas nossas ruas”. De repente, Jesus está falando dos *seus próprios* contemporâneos, advertindo-os de que não basta Jesus ter ensinado em suas ruas para que sejam salvos quando se encontrarem novamente às portas do reino de Deus. “Afastai-vos de mim, todos vós que praticais a iniquidade!” Jesus se identifica como dono da casa de Deus. Nesse reino ele é o rei! Os cristãos acreditam que é a resposta de cada indivíduo a ele que determina se esse indivíduo entrará no reino de Deus; recebê-lo é receber Aquele que o enviou (Mt 10.41).

Em várias outras ocasiões Jesus atrai de modo indireto a atenção sobre si. Por exemplo, é ele quem tem a chave do “mistério do reino” (Mc 4.11). Ele é

o “noivo” do banquete messiânico (Mc 2.19). As refeições que tomava com os pecadores serviam de símbolo da acolhida divina ao povo de Jesus no banquete messiânico (Lc 14—15). Numa das parábolas, é ele próprio quem separa as ovelhas dos cabritos, mas em seguida começa a falar do “rei” (Mt 25.31-46). Esse discurso sobre o reino tem o objetivo evidente de ajudar as pessoas a engolir a amarga pílula de sua realeza.

OUTRAS PISTAS

De modo muito franco, portanto, Jesus queria aludir à sua identidade misteriosa. Essas alusões podem ser detectadas nos Evangelhos em diversas ocasiões. Seu comportamento nos campos de trigo no sábado mostra que sua autoridade é maior que a do grande rei Davi. De fato, ele é “o Senhor do sábado” (Mc 2.23-28). Ele ousa perdoar os pecados do paralítico, embora isso seja prerrogativa de Deus (Mc 2.1-12). Chama-se de “Filho do homem” (Mc 2.10,28), expressão que, apesar de aparentemente neutra, aponta (à luz de Dn 7.9,13) para uma figura exaltada, escolhida para representar Israel perante o “Ancião dos Dias”.

Depois, no fim do ministério, ele entra em Jerusalém montado num jumentinho e com isso cumpre uma profecia sobre o “rei de Sião” (Zc 9.9) — uma pretensão tremenda, visto que no pensamento bíblico o verdadeiro rei de Sião é o próprio Deus. Ele purifica o Templo com autoridade messiânica, citando as palavras de Isaías 56.7 (“minha casa será chamada casa de oração”) como se fosse o dono do lugar (Mc 11.17). Quando conta a Parábola da Videira, coloca-se no papel de “filho” do dono (Mc 12.6). Jesus espalha pistas por toda parte sobre sua identidade misteriosa.

O MESSIAS ALTERNATIVO

Para os contemporâneos de Jesus, não havia categoria mais importante que a de “messias”. A Palestina conheceu uma série de postulantes à posição (de Judas, o Galileu, em 6 d.C., a Bar Kokhba, em 135). Considerando que “messias” era um título real (uma vez que aludia a um rei ungido), não demoraria muito para que surgisse a pergunta inevitável: Será esse que anuncia o reino o tão esperado rei-messias?

Os dados mencionados anteriormente (que apresentam Jesus como “rei do reino”) dão a entender que Jesus de fato se via desse modo. Outros também

haviam alegado ser o Messias (afinal, ninguém esperava que o messias fosse uma figura *divina*), por isso ninguém via nada de estranho em Jesus pensar dessa forma. Mas ele tinha de ser prudente nisso, pois seu messiado (assim como seu reinado) era radicalmente distinto das expectativas populares. Se as pessoas o saudassem como Messias, tentariam enquadrá-lo nesse papel ou logo se decepcionariam e se revoltariam contra ele.

Restava a Jesus apenas a estratégia de guardar o que hoje se conhece como “segredo messiânico” — ele aludia de modo indireto ao seu messiado e pedia aos de seu “círculo íntimo” que nada dissessem (veja, p. ex., Mc 4.11). Só assim ele poderia fazer valer, progressivamente, sua declaração de que era o verdadeiro

Messias, apesar de diferente do esperado. Na verdade, ele teve de “reinventar o termo”, aceitando o título, mas dando a seu significado um conteúdo totalmente novo.

Portanto, o segundo objetivo de Jesus era revelar sua identidade aos poucos. Para isso, era preciso dar forma e consistência a seu messiado alternativo, além de fazer alusões aqui e ali sobre a existência de uma relação ainda mais íntima com

“O cristianismo não é uma fórmula, e sim a Pessoa do próprio Jesus. Jamais imagine que o cristianismo seja uma questão de ajustar o comportamento. Trata-se, isto sim, de deixar Cristo viver em nós por meio da sua força e do seu poder.”

MALCOLM SMITH

Deus do que se imaginara anteriormente. Não é de surpreender, portanto, que o clímax intermediário do Evangelho de Marcos seja a confissão hesitante, porém clara, de Pedro: “Tu és o Cristo [Messias]” (Mc 8.29).

3. O REI DEVE MORRER

Pedro, contudo, logo descobriu que esse Messias tinha planos muito diferentes. Jesus começou a fazer previsões de que “sofreria muitas coisas” e seria morto (Mc 8.31-34). Poucos minutos antes, os discípulos talvez estivessem se preparando para uma grande marcha revolucionária em direção a Jerusalém, mas ela agora mais parecia um cortejo fúnebre. O que estava acontecendo?

Jesus decifrara nas Escrituras um tema mais profundo e mais misterioso. Em Isaías, entrelaçadas com as passagens sobre a restauração de Israel, havia outras sobre um servo *sofredor* cuja morte resultaria em perdão para “muitos” (Is 53.11). Jesus agora interpretava essa passagem de um modo novo e ousado. Ele uniu o tema do servo (do inocente que sofre) ao

do Messias (o majestoso vencedor) e os combinou numa estranha unidade. O Messias daria sua vida “em resgate de muitos” (Mc 10.45) e venceria a batalha de Israel; mas faria isso mediante uma derrota aparente. E essa pessoa era... ele mesmo!

Com isso, Jesus reformulou de forma clara e radical as esperanças cultivadas pelos judeus. Em vez de ver em Roma o inimigo a ser derrotado em nome de Deus pelo Messias, Jesus se preocupa com a questão da natureza decaída. Em vez de encarar o exílio de Israel como problema, ele se concentra em primeiro lugar nas causas do exílio — a pecaminosidade do ser humano. Era nesse campo que devia ser travada a verdadeira batalha. Em vez de imaginar que a nação de Israel poderia ser de alguma forma a “luz das nações” e assim solucionar o problema da rebeldia no mundo, ele admite que Israel fracassou e se oferece como o novo e fiel israelita para lidar sozinho com a questão, como um novo Davi perante Golias.

Portanto, Jesus partia de onde Israel havia parado, para *fazer no lugar de* Israel e *em favor de* Israel o que Israel não pudera fazer. Se o pecado e a rebeldia conduzem inexoravelmente ao juízo divino, Jesus é quem enfrentará esse juízo. Ele ia tomar sobre si a “maldição” da ira divina a fim de afastar o pecado. Somente assim o exílio causado pelo pecado teria fim e as boas-novas do perdão de Deus seriam anunciadas ao mundo.

Tudo isso é profundamente misterioso, mas explica o que se vê acontecendo no ministério de Jesus. Ele estava anunciando o julgamento divino sobre o mal e particularmente sobre o pecado de Israel, mas também considerava que era seu papel messiânico suportar o juízo divino sobre seu próprio corpo na cruz. Só assim o pecado de Israel podia ser eliminado e seu exílio chegar ao fim. Na verdade, somente assim era possível eliminar o pecado deste mundo e derrotar o Maligno. Só assim as boas-novas do perdão divino se espalhariam pelo Universo, porque o próprio Deus teria resolvido verdadeiramente o problema do pecado humano (Lc 24.46,47).

A tese de que Jesus pretendia morrer e via em sua morte a solução para o problema do pecado e do mal é muitas vezes atacada e descartada como se fosse ideia inventada posteriormente pela igreja. Contudo, quando se observa Jesus em seu contexto judaico, pode-se compreender como ele próprio teria enxergado a situação. Ele seria aquele que, por sua morte, conduziria Israel e o mundo todo à “nova era” prometida do reino.

Para o próprio Jesus, tratava-se de uma vocação dolorosa e solitária. Era preciso uma coragem incrível e exigia que ele corresse o maior de todos os riscos. Essa era a terceira parte e a mais decisiva de sua missão. E se ele estivesse enganado?

O ministério e os ensinamentos de Jesus

Analizar os propósitos e a missão de Jesus é fundamental para entender seus ensinamentos. Em certos aspectos, as palavras dele são um comentário sobre suas ações. Somente compreendendo o que Jesus estava fazendo (os planos que tinha para sua vida) pode-se começar a entender o que ele deseja que os cristãos façam por ele (i. e., o seu plano para a vida *deles*). Seus ensinamentos propõem inúmeros desafios.

1. SIGA O REI

O mais óbvio no ensinamento de Jesus, naquele tempo e também hoje, é sua autoridade surpreendente. “E todos se maravilharam com o seu ensino, porque os ensinava como quem tem autoridade, e não como os escribas” (Mc 1.22). Os outros doutores da lei provavelmente se atinham a regras e a precedentes, o que gerava distinções e regulamentações ainda mais sutis e quase sempre deixava as pessoas comuns desnorteadas. Jesus, porém, ia direto ao ponto com clareza e autoridade, declarando com ousadia a vontade de Deus. Diferentemente de outros mestres, quando ele falava de Deus e do seu reino, transmitia a impressão de conhecer de quem falava e sobre o que falava.

Esse contraste com os líderes religiosos da época se evidencia de várias maneiras. Jesus não se preocupava com a limpeza ritual, mas, sim, com a impureza que brota dos pensamentos das pessoas (Mc 7.14-23). Em vez de ressaltar a observância rigorosa do sábado, Jesus usou o sábado para curar e disse que esse dia deve abençoar o homem, e não reduzi-lo à escravidão religiosa (Mc 2.23—3.6). Em vez de discutir quais juramentos eram permitidos ou os motivos possíveis para o divórcio, Jesus exaltava a sinceridade pura e simples (Mt 5.33-37; 23.16-22) e afirmava o propósito de Deus de que o casamento não deve ser dissolvido de forma alguma (Mc 10.5-9). O mandamento de “amar o próximo” não deve servir de desculpa para que as pessoas não amem também os distantes — pelo contrário, Jesus convocava as pessoas a “amar seus inimigos” (Mt 5.43-48).

É claro que Jesus não se opunha a todas as regras e todos os regulamentos existentes, tampouco à busca genuína de santidade de vida. Conforme deixou claro no início do Sermão do Monte (Mt 5—7), o que ele queria era uma “justiça” ainda mais exigente, que “[superasse] a dos escribas e fariseus” (Mt 5.20). Ele ia para além das regras e sondava as motivações profundas do coração, substituindo meros regulamentos externos pela busca de princípios espirituais, despertando o anseio por novos valores e atitudes no íntimo do indivíduo.

Entretanto, essa autoridade no ensinar, que põe a nu o coração humano, também suscita a questão da sua identidade. Quem ele achava que era para dizer todas aquelas coisas? Seis vezes em Mateus 5 ele ousa dizer: “Ouvistes que foi dito [...] *Eu*, porém, vos digo...”. Com que fundamento ele se colocava num plano superior, falando com uma autoridade que se equiparava à do Antigo Testamento ou de Moisés, ou a excedia?

Desse modo, os ensinamentos de Jesus, mais cedo ou mais tarde, acabam por suscitar indagações sobre ele. Jesus queria que as pessoas perguntassem: “Quem é esse?”. E queria que agissem em seguida. Elas deviam não só reconhecer a realeza divina, mas também deviam seguir o rei. Por isso ele perguntou aos discípulos: “Quem dizeis que eu sou?” (Mc 8.29). Se o reino de Deus chegou, então “arrependei-vos” e “Vinde a mim!” (Mc 1.15,17).

Esse propósito está implícito em todas as passagens em que Jesus alude à sua identidade (veja p. 166–167, 169–170), tanto nas conversas com seus discípulos quanto nas que tinha com o público mais amplo. O mesmo propósito está presente em praticamente todos os “milagres” (Mc 5.41; Lc 7.16). Para os Evangelistas, quase todas as histórias são um convite a que se reflita sobre a identidade de Jesus. Ser seguidor de Jesus é reconhecer sua identidade ímpar e dedicar-se a descobrir mais a seu respeito.

No contexto das esperanças e dos anseios de Israel, isso significaria no mínimo estar convencido de que ele era aquele em quem o Deus de Israel

“Jesus Cristo é para mim a personalidade mais destacada de todos os tempos, de toda a história, tanto como Filho de Deus quanto como Filho do homem. Tudo o que ele disse e fez tem valor para nós hoje, e não se pode dizer isso de nenhum outro homem, morto ou vivo. Não há um meio-termo em que possamos ficar à vontade: ou aceitamos Jesus ou o rejeitamos.”

SHOLEM ASCH

operava de forma especial naquele momento. As pessoas deviam abrir mão de seus planos pessoais para solucionar os problemas de Israel e reconhecer em Jesus aquele que tinha as respostas.

Não é possível, portanto, seguir Jesus sem ter alguma forma de lealdade pessoal a ele. Na verdade, o desafio de Jesus a qualquer potencial discípulo é extremamente severo. É preciso amá-lo mais que aos próprios pais (Mt 10.37); é mais importante seguir Jesus que enterrar o próprio pai (um dos mandamentos mais importantes, veja Lc 9.60).

Seguir Jesus também será muito custoso. Os verdadeiros seguidores de Jesus devem estar prontos para tomar cada dia a sua cruz e negar a si mesmos (Lc 9.23); visto que Jesus sofreu oposição, seus discípulos também devem saber que serão rejeitados, sofrerão perseguições e serão odiados por causa de seu Mestre (Mc 10.30; Mt 10.18-25). No fim, porém, serão considerados “bem-aventurados” diante de Deus (Mt 5.1-12).

Tudo isso atinge o ponto máximo na Última Ceia, quando Jesus oferece aos discípulos uma refeição que eles deverão repetir no futuro. Ele ordena que deverão fazer isso “em memória de mim”. Jesus (e agora também sua morte) devem estar no centro da vida e do pensamento de seus seguidores. As palavras e as ações de Jesus sempre apontam para ele mesmo. Pode-se dizer que ele não é apenas um homem com uma mensagem; o homem é a mensagem — *sigam-me!*

2. JUNTE-SE À NOVA COMUNIDADE DE JESUS

Portanto, Jesus estava em busca de seguidores comprometidos. Não queria que as pessoas pegassem algumas ideias interessantes de seus ensinamentos e as incorporassem em algum outro sistema. Queria estar no centro. Uma das consequências disso é que ele desejava que seus seguidores formassem um “povo” novo e diferente. Ele estava fundando um novo movimento de renovação messiânica cujo chefe seria ele próprio.

UM NOVO POVO DE DEUS

E como esses seguidores de Jesus se relacionariam com os demais membros do povo de Deus, isto é, a nação de Israel? A resposta contundente é que Jesus estava reconstituindo Israel em torno dele mesmo. De certo modo, na qualidade de Messias, Rei e Filho do homem, *ele próprio* era o representante

da nação e *ele mesmo era Israel*. Mas agora, por extensão, seus seguidores seriam “Israel”. Portanto, ele estava formando uma nova comunidade que seria a verdadeira personificação de Israel.

Isso fica bem claro na escolha dos “doze” apóstolos que iam constituir seu “gabinete”. Por que doze? Porque o povo de Israel consistia originariamente em doze tribos (veja Mt 19.28). Jesus agora, tanto de forma simbólica quanto prática, começava a reconstituir Israel. Recorrendo à ideia do “remanescente” fiel, ele diz a seus discípulos que eles são o “pequeno rebanho” a quem Deus confiou o reino (Lc 12.32).

Jesus, portanto, não estava apenas desafiando as pessoas quanto à resposta ao chamado dele. Estava também convocando uma nova comunidade. Estava criando a visão de um novo povo de Deus, cujo centro era ele próprio (nem a Lei, nem o Templo, mas Jesus). Ele afirmava ter a autoridade para refazer Israel em torno dele. Da mesma forma que o chamamento de João para o batismo exigia dos israelitas que se recandidatassem à filiação ao povo, assim também Jesus conclamava Israel para começar de novo. Israel estava sendo restaurado por Jesus, estava sendo reconstituído em torno do seu Messias.

“Deus cura as enfermidades e as aflições apropriando-se delas. Na imagem do Deus crucificado, os enfermos e os moribundos veem a si mesmos, porque neles o Deus crucificado reconhece a si mesmo.”

JÜRGEN MOLTMANN

QUEM ERA BEM-VINDO?

Contudo, a perspectiva de Jesus para esse novo povo era magnífica. Como já vimos (p. 164–165), muita gente considerada “ruim” era acolhida em seu reino. Entre os Doze havia um coletor de impostos, Levi, que convidou Jesus para uma festa em que estavam presentes muitos outros publicanos e notórios “pecadores”. Quando as pessoas se queixavam do seu comportamento, Jesus respondia: “Eu não vim chamar justos, mas pecadores” (Mc 2.17). Jesus tocou leprosos “intocáveis” e se deixou tocar por uma mulher conhecida por sua “vida de pecadora” (Lc 7.37-50). Conversou sem problema nenhum com uma samaritana (Jo 4.7-26).

Segundo Jesus, isso era reflexo da intenção do Deus de Israel: o dono do banquete messiânico queria convidar tanto “bons quanto maus”, os “pobres, os

Jesus e as mulheres

Costuma-se dizer que o cristianismo é hostil às mulheres. Embora esse tipo de atitude tenha sido comum no cristianismo primitivo, na verdade parece que ela é resultado da sujeição dos pontos de vista radicais de Jesus sobre o papel e o lugar da mulher à visão mais patriarcal da cultura pagã clássica. Havia mulheres no grupo de pessoas que se reunia em torno de Jesus. Elas eram muito bem acolhidas por ele, para o desgosto dos fariseus e de religiosos tradicionalistas. É possível que o cristianismo apostólico atraísse as mulheres em parte por causa dos novos papéis e do status de igualdade a elas conferidos pela comunidade cristã. O judaísmo, pelo contrário, concedia às prosélitas um lugar próprio e circunscrito, visto que havia restrições que limitavam a participação delas nas atividades religiosas. Muitos cultos pagãos na Grécia e em Roma eram reservados exclusivamente aos homens ou, no máximo, permitiam às mulheres uma participação bastante restrita.

Os Evangelhos certamente refletem esse respeito pelas mulheres. As mulheres não só foram testemunhas da crucificação, mas também as primeiras testemunhas da ressurreição. O único episódio pascal relatado detalhadamente pelos quatro Evangelistas é a visita das mulheres ao túmulo de Jesus. O judaísmo, por sua vez, não aceitava o testemunho das mulheres, visto que na lei judaica somente o homem tinha status jurídico para servir como testemunha.

Em anos recentes, tem crescido o interesse pela redescoberta das atitudes de Jesus em relação às mulheres na igreja. Vale a pena estudar com bastante atenção os pontos mencionados a seguir.

1. Durante todo o seu ministério, Jesus teve uma atitude afirmativa em suas relações com as mulheres (veja, p. ex., Jo 4.7-26). Para ele, as mulheres são

aleijados, os paralíticos e os cegos”. Esse Deus acolhia de volta o “filho pródigo” e se regozijava com “apenas um pecador que se arrependesse” (Lc 14—15). O novo povo que Jesus estava formando era aberto a todos. Como vimos, seus desafios morais eram muito mais profundos que os dos “doutores da lei”, mas sua acolhida era universal.

SINAIS DE PERTENCIMENTO

Como esse novo povo seria reconhecido? O judaísmo se definira por meio de marcos fronteiriços que deixavam muito claro quem pertencia a Israel — destacavam-se nesse sentido a observância do sábado, as leis alimentares e a

seres humanos, e não objetos nem bens — mesmo as mulheres que eram proscritas pela sociedade judaica da época em razão de sua origem (é o caso, por exemplo, da mulher sírio-fenícia e da samaritana) ou de seu estilo de vida (prostitutas).

2. Jesus se recusava a fazer das mulheres bodes expiatórios em questões sexuais — o adultério, por exemplo (Jo 8.2-11). O pressuposto patriarcal de que os homens são corrompidos por mulheres decaídas não aparece em parte alguma dos ensinamentos e das atitudes de Jesus, principalmente no que diz respeito às prostitutas e às mulheres flagradas em adultério.
3. A visão tradicional de que a mulher é “impura” durante o período da menstruação foi descartada por Jesus. Ele fez questão de deixar claro que somente a impureza moral corrompe as pessoas (Mc 7.1-23). As mulheres não podiam ser excluídas dos atos de adoração por esse motivo tradicional.
4. O judaísmo tradicional da época prescrevia que somente as crianças do sexo masculino recebessem o rito de iniciação do povo de Deus — a circuncisão (Gn 17.1-14). O batismo cristão, porém, é para todos. A história dos primórdios do cristianismo deixa claro que tanto os homens quanto as mulheres eram batizados, conforme esse ensinamento fundamental.

Às vezes é difícil compreender quanto essas atitudes eram novas na época. O ministério de Jesus representa um empenho de reformar o patriarcalismo do seu tempo e permitir às mulheres exercer um novo tipo de autoridade em assuntos religiosos.

circuncisão, mas também o comprometimento com a família, com a nação e com o Templo de Jerusalém. No entanto, essas eram as coisas que Jesus muitas vezes punha em xeque (veja, p. ex., Mc 3.31-35; 11.17). Naquele tempo de cumprimento de profecias, Deus estava fazendo uma coisa nova. Por isso, alguns marcos fronteiriços estavam se tornando supérfluos — não porque fossem maus, mas *simplesmente porque seu tempo havia passado*. Eles não seriam mais as marcas características de um povo de Deus centrado em Jesus.

Era uma estratégia ousada, que podia facilmente ser mal interpretada como deslealdade ou perigoso radicalismo. Na verdade, porém, Jesus estava agindo de maneira perfeitamente judaica, ainda que de modo subversivo.

Estava anunciando a nova era em que o “povo de Deus” passaria a girar em torno do Messias. Com isso, deixava implícito que Israel deveria ter sido “luz para as nações” (Is 42.6), mas seus marcos fronteiriços o levaram a esconder

sua luz “debaixo de um cesto”. Agora, os discípulos de Jesus seriam a verdadeira “luz do mundo” (Mt 5.14).

“Um homem que fosse somente um homem e dissesse as coisas que Jesus disse não seria um grande mestre da moral. Seria um lunático — no mesmo grau de alguém que pretendesse ser um ovo cozido — ou então o Diabo em pessoa. Faça a sua escolha: ou esse homem era, e é, o Filho de Deus, ou não passa de um louco ou coisa pior. Você pode querer calá-lo porque ele é um louco, pode cuspir nele e matá-lo como a um demônio, ou pode prostrar-se a seus pés e chamá-lo de Senhor e Deus. Mas que ninguém venha com o absurdo de adotar aquela postura de protecionismo que esconde nosso senso de superioridade e na qual o tratamos apenas como um grande mestre humano. Ele não nos deixou essa opção, e não quis deixá-la.”

C. S. LEWIS

Não é de surpreender, portanto, que as pessoas se opusessem aos ensinamentos de Jesus, tanto no que dizia respeito à identidade dele quanto ao destino de Israel — por isso depois ele foi acusado de “perturbar a nação” (Lc 23.2). Não admira também que, passados apenas cerca de vinte anos, os cristãos primitivos insistissem neste ponto: os que realmente pertencem ao povo de Deus são aqueles que creem e têm fé em Jesus como o Messias de Israel, e não os que meramente cumprem as antigas “obras da lei”. O novo povo de Jesus seria reconhecido não por demonstrações exteriores, como as leis alimentares ou a circuncisão, mas tão somente pela fé nele. O que importa não são os antecedentes étnicos, e sim um coração arrependido diante do rei divino.

O verdadeiro “povo de Deus” não será mais uma nação específica, e sim uma comunida-

dade extraída de todas as nações. Essa ideia era radical na época, mas os seguidores de Jesus foram colhê-la nos ensinamentos do próprio Jesus. Ele queria que as pessoas participassem de sua nova comunidade, cujo centro era ele próprio.

3. VIVA A NOVA VIDA DE CRISTO

Como viver a vida nesse novo reino centrado em Jesus? A ética de Jesus — seus ensinamentos práticos sobre a vida santa — já foi estudada detalhadamente em outros livros, portanto daremos aqui apenas uma pincelada geral.

A ética de Jesus não tem paralelo. Os ensinamentos dele são impressionantes pela simplicidade e pela profundidade. Nenhum outro “filósofo” respondeu às questões essenciais do sentido da vida e da ação humana como Jesus. Por isso, seus ensinamentos têm servido de inspiração para milhares de pessoas ao longo do tempo, até para algumas que rejeitaram outras partes da fé cristã.

A rigor, porém, não podemos separar a ética de Jesus dos seus ensinamentos sobre ele mesmo e sobre o reino de Deus. Isso porque, conforme vimos, o foco básico do ensino de Jesus não era a ética, mas a escatologia — ele queria que as pessoas entendessem o que Deus estava fazendo *por meio dele* em cumprimento às suas promessas.

Isso significa que o Sermão do Monte, por exemplo, não pode ser posto em prática sem que se acolham Jesus e seu Deus. O Sermão do Monte foi a proclamação do reino de Jesus quando ele lançou sua campanha — foi o desafio lançado àqueles que seriam *seus* discípulos. Esse sermão lhes ensina que o caminho de Jesus é o “caminho estreito” (outros programas são “construídos sobre a areia”). Mostra-lhes o desafio urgente para que Israel adote o modo proposto por Jesus para constituir o povo de Deus. Esse reino, diz ele, não pertence a quem confia nas próprias forças, mas aos “pobres em espírito”, aos pacificadores, aos que “têm fome e sede de justiça” e conhecem o significado da misericórdia. As motivações mais secretas do coração serão sondadas. Esse reino implica necessariamente chamar Jesus de “Senhor”, bem como fazer “a vontade de meu Pai, que está no céu” (Mt 7.21).

“Quando todos me abandonaram, no auge da minha fraqueza, tremendo e com medo da morte, quando fui perseguido neste mundo mau, foi aí que muitas vezes senti com mais força o poder divino que há neste nome: Jesus Cristo [...] Assim, pela graça de Deus, viverei e morrerei por esse nome.”

MARTINHO LUTERO

A SANTIDADE E O AMOR DE DEUS

A ética de Jesus, portanto, está enraizada no reino e no caráter de Deus.

Por um lado, o Deus de Jesus é nitidamente o “Santo de Israel” — Jesus jamais corrige a revelação do caráter admirável de Deus no Antigo Testamento. Ele ora para que o “nome” de Deus seja “santificado” (Mt 6.9). E todos precisam

encarar com seriedade a justiça de Deus — tanto Israel como nação (Lc 19.44) quanto cada um como indivíduo (Lc 13.5). As palavras que Deus dirige ao “rico insensato” numa parábola contada por Jesus, por exemplo, são terríveis: “Insensato, esta noite te pedirão a tua vida” (Lc 12.20). Jesus adverte que a santidade de Deus é real e que seu povo deve ser santo: “Sede, pois, perfeitos, assim como perfeito é o vosso Pai celestial” (Mt 5.48).

Por outro lado, Jesus explica de forma clara a natureza maravilhosa do amor de Deus. Ele compartilhava sua mesa com qualquer pessoa. O novo “povo de Deus” não deve caracterizar-se pelo repúdio hipócrita dos que estão fora — porque Deus “faz nascer o sol sobre maus e bons”. Visto que Deus é amor, Jesus dá a seus seguidores este mandamento: “Amai os vossos inimigos [...] para que vos torneis filhos do vosso Pai que está no céu” (Mt 5.44,45). O Deus de Jesus é de fato o “pai do filho pródigo” (veja Lc 15.20).

Os que aceitavam o chamado de Jesus eram desafiados a viver de acordo com essas realidades extraordinárias, a conhecer e imitar o Deus da santidade e do amor perfeitos. Esse chamado era desconcertante e ainda é. Os seguidores de Jesus devem ser sinais do reino de Deus num mundo despedaçado. Com o chamado, porém, vem o socorro divino. Porque o Deus de Jesus também é o Deus generoso e cheio de graça que dá “boas coisas aos que lhe pedirem” (Mt 7.11).

A ÉTICA DO REINO

Os ensinamentos de Jesus abarcam muitas áreas: vingança e hipocrisia, prática sexual e divórcio, oração e jejum, dinheiro e filhos, como lidar com as preocupações e com as críticas, a prática do perdão e da obediência, a missão e o juízo final — entre outras. Contudo, em cada uma dessas áreas, podemos observar que os temas tratados estão sempre relacionados com a ética do reino, isto é, o modo de vida para os que optam por submeter-se ao governo divino em Jesus. Ele não ensina verdades genéricas e atemporais. Seus ensinamentos podem parecer simples, mas são penetrantes e profundos, além de verdadeiramente teológicos — simplesmente não têm sentido sem a realidade de Deus e do seu reino. Jesus nos dá, portanto, uma visão da vida humana vivida sob o governo divino, conclamando seus seguidores a viver essa nova vida do reino. Seus ensinamentos éticos constituem um esboço do que significa na prática seguir o Rei Jesus.

Jesus no Evangelho de João

Chegou a hora de examinar o testemunho do Evangelho de João, uma vez que praticamente toda a discussão anterior se baseou exclusivamente nos Evangelhos Sinóticos (Mateus, Marcos e Lucas). Essa omissão não se deve a uma possível falta de confiabilidade do relato de João nem significa que a apresentação da vida de Jesus por João seja divergente da dos Sinóticos. Longe disso. O que João fez foi transmitir conscientemente *outras* informações acerca de Jesus, que corriam o risco de se perder (não havia razão para que ele repetisse o que os Sinóticos haviam dito tão bem). Entretanto, ele escreve de modo mais reflexivo, num estilo meditativo, enfocando com muita profundidade uma pequena seleção de textos.

O TESTEMUNHO ESQUECIDO?

Essas características que acabamos de mencionar fazem que alguns nutram certa desconfiança em relação a João. Esses críticos se perguntam se o apóstolo não teria projetado no Jesus da história muitos atributos que não teriam sido vistos ou percebidos na época. Particularmente, João apresenta aos leitores um Jesus que desafia constantemente as pessoas com sua identidade incomparável — isto é, sua identidade de “Filho de Deus”. Não será possível, indagam, que o Jesus real jamais tenha feito isso em seu ministério?

Todavia, mesmo nos relatos dos Sinóticos, a identidade de Jesus sempre foi considerada elemento fundamental de boa parte do seu ensinamento. A ideia de que os Sinóticos não apresentam aos leitores uma figura ímpar, ou mesmo divina, simplesmente não é verdadeira. Eles têm uma maneira diferente, talvez mais sutil, de comunicar sua mensagem. Em certo sentido, a imagem que passam de Jesus é propositadamente pintada da perspectiva de como ele lhes parecia *na época em que com ele conviveram* e no âmbito da narrativa horizontal de Israel. O que João fez, portanto — com igual validade —, foi retratar Jesus com a vantagem da visão retrospectiva. Assim, por exemplo, a glória da ressurreição brilha retrospectivamente sobre todo o ministério de Jesus desde o início. Ou ainda, como João está convencido da encarnação (i. e., de que Jesus era verdadeiramente Deus vindo ao mundo), ele situa a vinda de Jesus num “pano de fundo mais vertical” — a descida de Deus a este mundo.

É claro que, se isso é verdade (que Jesus foi ressuscitado dos mortos e que ele realmente fora enviado por Deus de modo único e exclusivo), *disso decorre*

que também era verdade na época do seu ministério — mas as pessoas daquele tempo não teriam sido capazes de reconhecer essas coisas ou de se dar conta delas. Se assim for, João não estava sendo inverídico nem estava agindo de modo “não histórico” ao retratar aqueles acontecimentos com a sabedoria que só vem depois. De fato, Jesus foi muito mais do que os olhos conseguem ver em um primeiro encontro.

O objetivo de João é esclarecer isso para nós. Ele revela o significado oculto dos acontecimentos históricos. O Evangelho de João, portanto, não é um exercício de imposição forjada de ideias posteriores aos acontecimentos originais; pelo contrário, ele se empenha em extrair a realidade genuína desses fatos. Deve-se entendê-lo não como uma invenção, mas como uma elucidação.

Analizando parte do que João preferiu destacar no ministério de Jesus, podemos ver que o material por ele recolhido corresponde nitidamente ao dos Sinóticos — a diferença é apenas que eles consideram os fatos de um ponto de vista diferente. Se Jesus é de fato aquele em quem o humano e o divino se encontram, em quem o histórico e o eterno se unem, é precisamente isto o que se deve esperar.

O REINO DE DEUS

O ensinamento de Jesus acerca do reino é um exemplo do que foi dito nos últimos parágrafos. Esse tema, tão predominante nos Sinóticos, parece, à primeira vista, difícil de encontrar em João. Ocorre apenas duas vezes no diálogo de Jesus com Nicodemos: “Ninguém pode ver o reino de Deus se não nascer de novo” (Jo 3,3,5). Contudo, essa é uma referência fundamental logo no início do Evangelho e alerta de forma contundente o leitor de que essa é a principal preocupação de Jesus em relação às pessoas — a entrada delas no reino. Sem dúvida, é o âmago de sua mensagem.

Além disso, a forte ênfase de João na “vida eterna” é, sem praticamente nenhuma dúvida, outra forma de se referir ao reino. As palavras que ele usa para dizer “vida eterna” poderiam ser igualmente traduzidas por “a nova vida da era vindoura”. Quando nos lembramos de que a expressão “reino de Deus” se refere especificamente à nova era há tanto tempo esperada ou “era vindoura”, percebemos que as duas ideias não são muito distantes. Os Sinóticos dizem que Jesus anuncia e inaugura o reino; João diz que ele anuncia e nos traz a “vida eterna”. Depois, os cristãos podem ter interpretado as palavras de João num

sentido mais “espiritual”; recolocadas, porém, em seu contexto judaico original, elas nos dão uma ideia melhor do que João via em Jesus. Seu Evangelho complementa de forma primorosa os Sinóticos, tornando talvez as palavras de Jesus mais facilmente compreensíveis para os de fora do judaísmo, para quem a linguagem do “reino” era confusa ou se prestava a equívocos.

O ESPÍRITO DE DEUS

João também apresenta alguns ensinamentos diferentes sobre o Espírito Santo. Ele trata a questão como tema da maior importância ao longo de todo o ministério de Jesus. Jesus conversa sobre o Espírito com Nicodemos e com a samaritana (3—4), e o assunto é retomado de modo especial no Cenáculo (13—16), em que o Espírito é tratado como uma pessoa e também como “outro Jesus”, que virá para assumir o lugar de Jesus depois que ele se for. Enquanto isso não acontece (em Jo 7), Jesus promete que “rios de água viva” fluirão do crente: “Ele disse isso”, afirma João, “referindo-se ao Espírito que os que nele cressem haveriam de receber; porque o Espírito ainda não havia sido dado” (7.39). Este é um dos versículos em que João deixa mais claro que está apresentando a vida de Jesus com a vantagem da perspectiva histórica. Ele e seus leitores já têm pleno conhecimento do dom do Espírito; João está evidenciando as pistas que Jesus dera antes acerca dessa realidade espiritual que viria.

Nada disso, porém, contraria os Sinóticos. Em todos eles, Jesus é anunciado por João Batista como aquele que no devido tempo “batizará com o Espírito Santo”; o Espírito se manifesta no batismo de Jesus e o conduz ao deserto. Ele é a fonte do poder de Jesus contra Satanás. Lucas mostra Jesus como homem ungido com o “poder do Espírito Santo” (Is 61 em Lc 4) e, em plenitude, “[exultando] no Espírito Santo” (Lc 10.21). Nos Sinóticos não estão presentes as reflexões joaninas sobre a natureza do Espírito na vida do crente,

“Na sua época, Jesus não causou nenhum impacto na história. Não consigo deixar de pensar que isso foi uma trama especial da parte de Deus, mais um exemplo do humor irônico tão presente em muitos de seus propósitos. A mim parece muito adequado que a figura mais importante da história tenha passado despercebida pelos autores de memórias, de diários, pelos comentaristas e por todos os cronistas que, mesmo naquela época, já existiam.”

MALCOLM MUGGERIDGE

Os títulos de Jesus no Novo Testamento

... Cristo Jesus, que, existindo em forma de Deus, não considerou o fato de ser igual a Deus algo a que devesse se apegar [...]. Assim, na forma de homem, humilhou a si mesmo, sendo obediente até a morte, e morte de cruz. Por isso, Deus também o exaltou com soberania [...] para que [...] toda língua confesse que Jesus Cristo é o Senhor (Fp 5,6,8-11).

... nestes últimos dias, porém, ele nos falou pelo Filho, a quem designou herdeiro de todas as coisas e por meio de quem também fez o universo. Ele é o resplendor da sua glória e a representação exata do seu Ser, sustentando todas as coisas... (Hb 1,2,3).

Jesus Cristo é o mesmo ontem, hoje e eternamente (Hb 13,8).

Ele é a imagem do Deus invisível, [...] nele foram criadas todas as coisas [...] e nele tudo subsiste; ele [...] é o princípio, o primogênito dentre os mortos, para que em tudo tenha o primeiro lugar. Porque foi da vontade de Deus que nele habitasse toda a plenitude (Cl 1,15-19).

Que coisas extraordinárias se diziam sobre Jesus pouco tempo depois da ressurreição! Os textos anteriormente apresentados foram tirados das “epístolas” (ou cartas) do Novo Testamento escritas antes dos Evangelhos. Em Filipenses, é possível que Paulo estivesse citando um “hino” antigo (provavelmente dos anos 40). Nessa carta Jesus

mas eles não deixam dúvidas de que a missão de proclamação do reino por Jesus se realiza com o poder do Espírito de Deus.

A IDENTIDADE DE JESUS

Assim como os Sinóticos, João privilegia a questão da verdadeira identidade de Jesus, mas faz isso de modo diferente. Em Marcos, por exemplo, o leitor fica em suspense e se junta aos discípulos atônitos na lenta descoberta de quem é Jesus de fato (o “segredo messiânico” leva algum tempo para ser divulgado). João, porém, não se contém. A verdade acerca de Jesus, sobre quem João acredita que ele seja, vem à tona imediatamente. Assim é que, no final do primeiro capítulo do seu evangelho, o leitor já tomou conhecimento dos

é-nos apresentado em sua "forma de Deus", como a "plenitude" de Deus, aquele que nos oferece a imagem exata de Deus; o Criador, Sustentador e "Herdeiro" do Universo; o Filho único de Deus, eterno e "Senhor". Outras passagens também identificam Jesus com Deus (p. ex., Rm 9.5; 2Co 4.6; Cl 2.9).

São declarações notáveis da parte de judeus monoteístas convictos: eles identificaram um ser humano que vivera e morrera em Jerusalém, não havia muito tempo, com o Deus de Israel e o adoraram como Senhor. "Senhor" já era naquele tempo um título especial aplicado ao Deus soberano de Israel. Contudo, o primeiro credo cristão era a afirmação ousada de que "Jesus é Senhor" (Rm 10.9; 1Co 12.3). Três títulos são comumente atribuídos a Jesus: "Senhor", "Cristo" e "Filho" de Deus. "Cristo" é o título que ressalta sua condição de o Messias ungido (ou rei) de Israel, mas em alguns casos se tornou praticamente um "nome próprio" de Jesus. E, embora os crentes sejam filhos adotivos de Deus, "Filho" é um título aplicado a Jesus para lhe conferir um status claramente distinto (veja, p. ex., Rm 1.3; Gl 1.16; 4.4).

Entre outros títulos elevados dados a Jesus, destacam-se: Grande Sumo Sacerdote, o Santo, Verbo, Cordeiro de Deus, Senhor da Glória, Mediador, Soberano, Leão de Judá, Último Adão, Juiz, Cabeça sobre todas as coisas, Salvador, Pastor, Pedra Viva, Semente de Abraão, o Primeiro e o Último. Ele também é considerado maior que qualquer pessoa ou coisa da época do Antigo Testamento — seja Abraão, Moisés, Davi, seja o Templo. Ele é nossa paz, nossa vida, nossa esperança e a pedra angular, nosso irmão e nosso cônjuge. De todos esses modos, o Novo Testamento deixa muito claro que Jesus é considerado único.

seguintes títulos aplicados a Jesus: Verbo de Deus, Verdade, Luz, Senhor, Messias, Cordeiro de Deus, Aquele que batiza com o Espírito Santo, Rabi, Profeta, Rei de Israel, Filho de Deus. Quando os personagens da narrativa joanina usaram esses títulos, é possível que não soubessem na época a enorme importância do que estavam dizendo, mas João quer que seus leitores saibam imediatamente quem é esse Jesus.

Os autores dos Sinóticos, porém, não diferem muito de João nesse aspecto. Os primeiros capítulos de Mateus referem-se a Jesus como o Messias, filho de Abraão, Filho de Davi, "Deus conosco", Salvador, rei dos judeus, pastor de Israel e "Filho de Deus"; é concebido no ventre de uma virgem por obra do Espírito Santo e cumpre numerosas profecias. Em Lucas, ele é o "Filho do Altíssimo",

está sentado no trono de Davi, é Senhor, Salvador, Messias. Em Marcos (que omite a narrativa do nascimento de Jesus), o versículo inicial proclama que Jesus é o “Cristo, o Filho de Deus”. Esse título pode ter sido acrescentado depois da primeira edição de Marcos; não obstante, o leitor perspicaz do primeiro capítulo de Marcos é capaz de perceber que, para o autor, Jesus é Senhor, batiza com o Espírito Santo, é o Filho amado, aquele que traz o reino, o Santo de Deus, operador de milagres. Portanto, os Evangelistas podem ter formas ligeiramente distintas de lidar com a tensão entre o que os personagens da história sabiam na época e o que eles, como autores, sabem então sobre Jesus, mas eles bem depressa revelam o que sabem.

E quanto à “divindade” de Jesus? O Jesus que João nos apresenta não é bem diferente do Jesus dos outros Evangelistas? Em João, Jesus aparece como uma figura sobre-humana e é frequentemente mencionado como “Filho de Deus” ou simplesmente “o Filho” (mais de cem vezes). Sobretudo, há as célebres declarações “Eu sou”. Tais expressões não se acham nos Sinóticos e, em várias ocasiões, indicam que Jesus se identificava com Deus (cujo nome, segundo revelado a Moisés, é “Eu Sou”). Essa abordagem não difere completamente da abordagem dos Sinóticos?

Mais uma vez, o contraste é mais aparente do que real. Em primeiro lugar, o Jesus de João é sem dúvida completamente humano: ele se cansa, sente fome, sede, chora e morre. Ao mesmo tempo, os Sinóticos têm um número muito maior de indicações da divindade de Jesus do que se pode imaginar.

Essas indicações aparecem nos muitos títulos que listamos há pouco e que se encontram nos capítulos iniciais dos Evangelhos — títulos que se repetem ao longo da narrativa evangélica. “Senhor” muitas vezes pode significar apenas “mestre”, mas em outras ocasiões seu uso obriga o leitor a vislumbrar um elo surpreendente entre Jesus e o Deus de Israel, conhecido como “Senhor”. “Salvador” é um título significativo por causa da crença judaica de que somente Deus pode salvar (“Jesus” significa “Deus salva”; veja Mt 1.21). De igual modo, quando Jesus é retratado como juiz, ou como aquele que perdoa pecados, ou como alguém que acalma instantaneamente uma tempestade violenta, ele faz o que se esperava que somente Deus pudesse fazer.

É verdade que o título “Messias” não implica a divindade (ninguém esperava um messias divino). Mas o fato é que, quando Jesus entra em Jerusalém como o “rei de Sião”, montado num jumento, e é retratado como o rei do reino

de Deus, temos sinais claros de que algo inesperado está ocorrendo. Às vezes, Jesus até fala como se fosse a encarnação da Sabedoria — figura associada ao próprio Deus no Antigo Testamento (veja Lc 11.31).

Há ainda momentos de revelação no batismo de Jesus e na Transfiguração, quando a voz de Deus fala de seu “Filho amado”. Os autores dos Sinóticos (Mateus, em particular) fazem ainda outras referências a Jesus como “Filho” de Deus — demonstrando claramente que esse título se aplica a Jesus com um sentido novo e singular.

Por fim, temos esta passagem tão significativa tanto em Mateus (11.27) quanto em Lucas (10.22): “Todas as coisas me foram entregues por meu Pai; e ninguém conhece o Filho, senão o Pai; e ninguém conhece o Pai, senão o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar”. Destacando a figura do Pai e a do Filho, esse versículo parece ter sido tirado do Evangelho de João, mas não foi. Os autores dos Sinóticos também conheciam, evidentemente, o mesmo Jesus de que falava João.

Não há dúvida, portanto, de que os autores dos Sinóticos compartilham com João da crença na identidade singular de Jesus: o Filho de Deus. Talvez eles apresentem Jesus de acordo com a perspectiva de como ele teria sido *percebido na época*; é possível também que não se tenham preocupado muito com sua preexistência nem com o que significava para ele entrar no mundo dos homens, mas é evidente que não duvidam de que Jesus viera efetivamente da parte de Deus.

OS MILAGRES DE JESUS

Existem ainda diferenças evidentes na apresentação que João faz dos milagres de Jesus. Isso se deve em parte a uma diferença na seleção dos episódios: três curas (do servo do centurião, do paralítico no tanque de Betsada e do cego de nascença), a transformação da água em vinho em Caná e a ressurreição de Lázaro já sepultado. Ao contrário do que ocorre nos Sinóticos, não há exorcismos (embora João veja na morte de Jesus o momento em que o “príncipe deste mundo” é expulso; veja Jo 12.31). Contudo, um milagre se encontra nos quatro Evangelhos: a multiplicação dos pães.

Mais importante do que isso, porém, para João, esses milagres não são “obras poderosas” ou “maravilhas”, e sim “sinais”. Portanto, o milagre de Caná foi o primeiro “sinal [...]” que Jesus fez. Ele manifestou a sua glória, e os seus

discípulos creram nele” (Jo 2.11). Para João, os “sinais” realizados por Jesus são indicações que apontam para sua identidade única; são momentos em que a “glória” inerente de Jesus é revelada; são oportunidades concedidas para que as pessoas se sintam tocadas e depositem nele sua fé. Não é suficiente que as pessoas se maravilhem ou fiquem “admiradas”; é preciso que confiem nele.

No entanto, não há muita diferença do que se passa nos milagres dos Sinóticos, que apontam todos, de diferentes maneiras, para a identidade de Jesus. Nos Sinóticos, há outros níveis de significado: a reação compassiva de Jesus e a tão esperada entrada do governo soberano de Deus na história (cumprindo uma profecia como a de Is 35). O foco de João é menos plural e mais incisivo. Ele está tomado pela glória de Jesus e quer que os outros compartilhem do seu sentimento. A melhor forma que encontrou para fazer isso foi falar sobre “sinais”. Esse recurso também dá cor ao seu relato da morte de Jesus — a qual é igualmente um “sinal” que, apesar do opróbrio, revela a verdadeira glória dele.

Os quatro Evangelistas tinham plena ciência de que os acontecimentos que estavam narrando são incomuns. Eles trabalhavam, contudo, com a visão bíblica de um Deus capaz de agir neste mundo. Não eram deístas (i. e., não criam que Deus é um “árbitro” ausente), tampouco eram panteístas (porque não identificam Deus com o mundo natural). Eram judeus monoteístas e criam no Deus da criação e da providência. Reconheciam a existência das “leis da natureza”, mas não criam que essas descrições da vida normal pudessem restringir as possibilidades de ação do Deus vivo. Seu Deus agira muitas vezes na história e por meio dos seres humanos, mas às vezes também podia operar fora desses canais (como se viu, p. ex., no tempo de Elias). E acreditaram que ele fizera isso em Jesus — não apenas nos “milagres”, mas também no próprio ato de tê-lo enviado ao mundo. O que João fez foi simplesmente interpretar os atos de poder de Jesus mais diretamente como indicações desse segundo milagre de dimensão muito maior (Deus tornando-se homem em Jesus). Eles apontam para o milagre extraordinário da encarnação. Sem dúvida, são “sinais” da sua “glória”.

A GLÓRIA DE JESUS

O Evangelho de João é, portanto, um relato que se concentra deliberadamente na glória de Jesus — um relato em que sua glória, por assim dizer, nunca para

de se manifestar. O objetivo de Jesus é “glorificar” a Deus (12.28), mas Deus também o glorifica (12.23,28). Nos sinais de Jesus, as pessoas veem “a glória de Deus” (11.40), mas veem igualmente a glória de Jesus. De fato, a glória de Jesus é eterna — ela foi contemplada por Isaías, diz João (12.41). Por isso, na oração pelos discípulos, Jesus pede: “para que vejam a minha glória, a qual me deste, pois me amaste antes da fundação do mundo” (17.24).

O que teria levado João a escrever dessa forma? Conforme ele mesmo diz, escreveu assim porque foi testemunha ocular dessa glória: “vimos a sua glória” (1.14). Embora se possa ler tal declaração de maneira menos contundente, é praticamente certo que se trata de uma alusão àquele momento da narrativa dos Evangelhos em que, segundo os três autores dos Sinóticos, a glória de Jesus de fato se manifesta de forma súbita e resplandecente. Pedro, Tiago e João estavam num dos lados do monte quando de repente viram Jesus “transfigurado” no “esplendor da sua glória” (Lc 9.31; Mt 17.2; Mc 9.2). Nesse episódio, a glória e a majestade de Jesus enfim aparecem no relato sinótico. Na ocasião, tratava-se de uma revelação particular, mas agora o leitor é convidado a partilhar desse segredo admirável.

Contudo, é estranho que o Evangelho de João omita a narrativa da Transfiguração. Isso ocorre, entretanto, precisamente porque a Transfiguração permeia todo o seu relato. Seu Evangelho todo é uma Transfiguração, o desenvolvimento do verdadeiro Jesus. É sua maneira de anunciar o que ele tivera o privilégio de ver em particular — a glória inerente e eterna de Jesus.

Nesse ponto, portanto, pode-se notar uma das principais diferenças entre os Sinóticos e João. Os Sinóticos se contêm deliberadamente em seu relato; espalham aqui e ali vislumbres da identidade de Jesus, mas o tempo todo guardam a perspectiva de quem o observa a distância. João é simplesmente incapaz de fazer isso. Seu Evangelho é o relato de alguém que conhece intimamente Jesus e quer revelar ao mundo inteiro esse antigo segredo.

A Transfiguração marcou o fim do ministério de Jesus na Galileia. Foi a ocasião em que a identidade de Jesus (então vislumbrada por seus discípulos) se confirmou; foi quando Jesus foi ratificado por seu Pai celestial; e Moisés e Elias conversaram com ele sobre a fase seguinte, e mais crítica, de sua missão — o “êxodo” (ou partida) que “estava para acontecer em Jerusalém” (Lc 9.31). Logo depois de passar por essa experiência no cume do monte, Jesus manifesta “o firme propósito de ir para Jerusalém” (Lc 9.51). É a bonança antes da tempestade.

Jerusalém e a crucificação de Jesus

Já perto da descida do monte das Oliveiras, toda a multidão de discípulos, alegrando-se muito, começou a louvar a Deus em alta voz, por todos os milagres que havia visto, dizendo: “Bendito o Rei que vem em nome do Senhor!” (Lc 19.37,38).

A ENTRADA NA CIDADE

A “entrada triunfal” de Jesus em Jerusalém é um dos pontos altos dos relatos dos Evangelistas. Para os peregrinos galileus, cansados depois da longa viagem, era sempre emocionante o momento em que enfim chegavam e de repente viam o magnífico Templo de Jerusalém à sua frente. Dessa vez, porém, havia mais um motivo de júbilo. Aquele homem que pretendia ser o Messias, oriundo do interior da Galileia, tornava público o seu pedido de atenção em plena capital. Havia até mesmo rumores de que, com sua chegada, “o reino de Deus se manifestaria imediatamente” (Lc 19.11).

Jesus preparara cuidadosamente aquele momento. Ao contrário de outros que reivindicavam para si a condição de messias, ele não chegou a cavalo, exibindo seu poderio militar, mas, sim, veio montado num jumento. Isso era, sem dúvida, um sinal de paz — ele era um Messias com um plano diferente. No entanto, também enviava com isso outro sinal extremamente subversivo. De acordo com a profecia de Zacarias (9.9), aquele que viera “montado num jumento” era o “rei de Sião”. Jesus estava afirmando que ele era o cumprimento dessa profecia. Ele reivindicava ser o verdadeiro rei de Jerusalém e entrava na capital em busca do seu trono.

“Quando Platão diz que é difícil ver o criador e Pai do Universo, nós cristãos concordamos com ele. Não obstante, é possívelvê-lo, porque está escrito: ‘Bem-aventurados os limpos de coração, pois verão a Deus’. Além disso, aquele que é a imagem do Deus invisível disse: ‘Quem vê a mim, vê o Pai’.”

ORÍGENES

Sem dúvida, era uma reivindicação formidável — sobretudo quando lembramos que o verdadeiro rei de Sião, de acordo com algumas passagens bíblicas, era em última análise *o próprio Deus*. Além disso, essa profecia importante sobre as “boas-novas” (Is 52.7,8) falava da “volta do SENHOR a Sião”. Será que Jesus queria dizer com isso que ele era o Senhor? O

Senhor estava retornando a Sião *na pessoa* de Jesus? Deus estaria finalmente fazendo-se rei com a chegada de Jesus a Jerusalém?

Assim começou uma semana de acontecimentos impactantes em Jerusalém. Muitos se perguntavam o que ocorreria quando esse profeta sem meias palavras abrisse a boca na capital da nação. O que aconteceria no Templo, uma vez que os atos de Jesus haviam posto em xeque, de tantas formas, o centro religioso da nação? A fogueira estava a ponto de se acender.

A PURIFICAÇÃO DO TEMPLO

No dia seguinte, depois de passar a noite em casa de amigos, em Betânia, Jesus voltou de fato ao Templo. Dessa vez, fez notar sua presença de forma inequívoca: “Começou a expulsar os que ali vendiam, dizendo-lhes: ‘Está escrito: A minha casa será casa de oração; vós, porém, a transformastes em antro de assaltantes’”. (Lc 19.45,46). Está claro que, a exemplo de Jeremias, antes dele (Jr 7.11), Jesus se opunha radicalmente às muitas práticas corruptas do Templo.

Contudo, também havia sinais quase inequívocos de que, como na época de Jeremias, Jesus usou sua ação profética para advertir da iminente destruição do Templo. Assim, quando estava a sós com seus discípulos, ensinava-lhes explicitamente que “não ficará pedra sobre pedra que não seja derrubada” (Lc 21.6). Também usou a estranha maldição que lançou sobre a figueira como sinal de que o Templo agora estava sob a maldição divina — porque deixara de produzir para Deus o fruto desejado (Mc 11.12-14,21). A “purificação do Templo” foi mais precisamente um presságio de destruição. Pode-se dizer que Jesus, dotado de perspicácia profética e política, já revelava como aquele belo edifício ficaria dali a uma geração: seria demolido e queimado pelos exércitos romanos sob ordens do imperador Tito, em 70 d.C.

Em dado momento dessa mesma semana, no monte das Oliveiras com os discípulos, ele lhes falou a respeito dos dias terríveis que aguardavam Jerusalém e que estavam todos relacionados de algum modo com sua declaração de ser o “Filho do homem” (Lc 21.7-36). É por isso que na estrada, ao ver a “cidade da paz”, ele chorou por ela: “Ah! Se tu conhecesses, ao menos neste dia, o que te poderia trazer a paz! [...] teus inimigos haverão de te cercar [...] por todos os lados [...] pois não reconheceste o tempo em que foste visitada” (Lc 19.42-44). Era uma ocasião crítica para a cidade, o momento do seu destino, mas Jerusalém não sabia.

Portanto, esse ato poderoso no Templo foi deliberadamente simbólico. Foi também profundamente controverso, o que indispôs inevitavelmente Jesus com as autoridades religiosas. Não demorou para que essas autoridades

J"Jesus, a quem conheço como meu Redentor, não pode ser menos que Deus."

ATANÁSIO

indagassem "com que autoridade" ele fazia aquelas coisas (Lc 20.2). Era generalizada na época a crença de que o Messias teria autoridade real sobre o Templo — na verdade, acreditava-se que ele o "restauraria"

e o "purificaria". Será que com isso Jesus estava afirmando implicitamente que ele era o Messias? Se estivesse, por que aludir à destruição do Templo, e não à sua restauração? Jesus, porém, evita as perguntas que lhe são feitas e indaga-lhes sobre a "autoridade" de João Batista. Depois disso, continua ensinando diariamente nos pátios do Templo, enfrentando mais perguntas capciosas, até determinado momento da quinta-feira.

COMER O PÃO E BEBER O VINHO

Ao anoitecer, Jesus se reúne com os discípulos no cenáculo de uma casa num ponto qualquer da "Cidade Alta". Tomando uma toalha, ensina aos discípulos a importância da humildade e do serviço. Pouco depois, servindo-se de um pouco de pão e de vinho, ele lhes ensina a mais importante lição de todas: que ele está prestes a dar seu corpo e seu sangue por eles, entregando-se à morte — uma morte que, daquele momento em diante, deverá ocupar o centro da vida de cada um deles. "Isto é o meu corpo [...] Isto é o meu sangue [...] Fazei isto em memória de mim."

A Última Ceia de Jesus é imensamente perturbadora. Para seus discípulos, cujas tradições religiosas judias os proibiam de beber sangue, essa ordem era macabra e quase sacrílega, beirando mesmo o canibalismo. Jesus, porém, insistiu. Assim como Pedro teve de ceder e permitir que Jesus lhe lavasse os pés (ou não teria parte com ele), também os discípulos, se quisessem continuar a ser seguidores de Jesus, teriam de comer e beber.

Era a festa da Páscoa, quando os israelitas se lembravam com ação de graças do dia em que Deus os libertara do cativeiro no Egito e de que o juízo divino havia pougado suas famílias mediante o sangue derramado de um cordeiro. A festa da Páscoa era um tempo também em que oravam pedindo a Deus que os livrasse de seus oressores pagãos. Jesus, porém, adaptando a

liturgia da Páscoa e alterando seu simbolismo, pôs a si mesmo e a sua morte no centro dessa história. Deus realizará um novo “êxodo” por meio de Jesus; o verdadeiro inimigo será derrotado. O povo de Jesus sairá ilesa e seguro do julgamento — tudo isso por causa do *seu* sangue derramado.

Os discípulos devem ter percebido também um contraste com a ação profética de Jesus no Templo alguns dias antes. Lá ele virara as mesas, pondo fim, de maneira simbólica, aos sacrifícios do Templo. Aqui, ele instituía uma mesa diferente e aludia a um sacrifício novo. Será que os dias do Templo estavam contados, não só por causa de suas práticas corruptas, mas também por que esse Jesus o tornaria obsoleto? Sua pessoa parecia sintetizar tudo o que o Templo sempre simbolizara (a presença de Deus na terra) e sua morte seria um sacrifício extremamente caro, sacrifício que lavaria os pecados do povo de Deus. Portanto, o Templo seria efetivamente “deslocado”, porque Jesus era a um só tempo “Senhor do Templo” e sua oferta sacrificial derradeira.

Essas ideias talvez fossem complexas demais para terem sido levadas em conta naquele momento. Depois, no entanto, quando olharam para trás e viram o que Jesus fizera com aquelas ações simbólicas importantes em Jerusalém, os discípulos entenderam perfeitamente o que se passara. Sem dúvida, os autores do Novo Testamento não demoraram a chegar a tal conclusão: Jesus era o verdadeiro Templo (Jo 1.14; 2.21), e sua morte eliminou de uma vez por todas a necessidade de todo e qualquer sacrifício de animais (Rm 3.25; Hb 10.10).

Tudo isso (e muito mais) encontra-se sintetizado nas célebres palavras de Jesus na Última Ceia — palavras que são repetidas pelos seguidores de Jesus desde então sempre que celebram essa refeição especial em seu nome. Por enquanto, nota-se apenas que Jesus está claramente decidido a morrer. Ele planeja isso e faz

“Sócrates morre com honra, rodeado por seus discípulos, que lhe dizem palavras da mais doce ternura — sem dúvida, a morte mais fácil que alguém poderia desejar. Jesus morre em meio a dores, à desonra, ao escárnio, torna-se objeto de maldição universal — a morte mais horrível que alguém podia recear. Quando lhe dão o cálice envenenado, Sócrates bendiz aquele que não conseguiu fazer isso sem conter as lágrimas; Jesus, submetido às dores mais excruciantes, ora por seus inimigos mais cruéis. Sócrates viveu e morreu como um filósofo; Jesus viveu e morreu como um deus.”

JEAN-JACQUES ROUSSEAU

arranjos para depois da sua morte. É por isso que o tom do extenso relato de João é tão solene. O coração dos discípulos sofre, porque Jesus fala reiteradas vezes da sua “partida” (Jo 13—17). Isso significa que temos de levar muito a sério o fato de que Jesus tinha realmente a intenção de morrer. Sua morte não foi por acaso. Pelo contrário, era parte consciente do seu propósito. Ele quis que ela estivesse no centro da atenção dos seus seguidores a partir de então.

ESPERAR A PRISÃO

Em dado momento da refeição, um dos discípulos, Judas Iscariotes, retira-se. Dirige-se à casa de Caifás, o sumo sacerdote. Jesus sabe muito bem que faz já alguns dias ele estava buscando uma oportunidade para o trair e entregar

às autoridades. Aquele era o momento.

Quando Jesus fala de sua morte, dá a Judas a garantia necessária de que não pretende resistir. Na verdade, Jesus anunciara sua intenção de se retirar logo para um lugar onde pudesse ser preso discretamente — um olival fechado conhecido como Getsêmani, do lado de fora da cidade, no pé do monte das Oliveiras. A questão fundamental agora era o momento oportuno: Jesus poderia ser morto antes

“Aprenda a conhecer Cristo, e Cristo crucificado. Aprenda a cantar para ele. Diga: ‘Senhor Jesus, tu és minha justiça, sou teu pecado. Tornaste sobre ti o que é meu e me deste o que é teu. Tu te tornaste aquilo que não eras para que eu me tornasse o que eu não era’.”

MARTINHO LUTERO

do início do sábado, que se iniciaria ao anoitecer do dia seguinte? Isso exigia uma consulta urgente dos líderes — talvez até uma visita noturna de Caifás ao governador romano. Parece que o próprio Jesus determinara o prazo — por sinal, extremamente apertado.

Já no Getsêmani, Jesus ora sozinho em agonia. Uma coisa era falar sobre sua morte, outra bem diferente era ir até o fim e entregar-se a ela. Todavia, a confiança de Jesus em Deus prevalece: “Não seja feita a minha vontade, mas a tua” (Lc 22.42). Ele se determina a tomar o “cálice” (uma referência do Antigo Testamento ao juízo divino). Há uma longa espera — provavelmente até por volta das 2 horas da manhã (os discípulos adormecem *três* vezes). Jesus, entretanto, não foge pela encosta em direção a Betânia. Em vez disso, espera, decidido a realizar a missão especial que Deus lhe dera. Por fim, o comando de busca chega e Jesus é levado de volta à cidade para ser interrogado pelo sumo sacerdote.

ENFRENTAR O JULGAMENTO

A noite será longa e insone. No decorrer das próximas oito horas, Jesus será “julgado” por vários juízes: Anás e Caifás, o Sinédrio judaico, Herodes Antipas e Pôncio Pilatos (o governador romano). As autoridades religiosas, temerosas de que Jesus incite o povo contra elas, e talvez invejosas de sua autoridade evidente, o acusam de “blasfêmia”. Interrogam-no inicialmente sobre sua atitude no Templo. (O que ele quis dizer quando anunciou que “destruiria” o Templo e o “reconstruiria em três dias”?) Em seguida, indagam sobre sua identidade, obrigando-o a prestar juramento. Jesus responde referindo a si mesmo como “o Filho do homem assentado à direita do Poderoso” (Mc 14.62). É uma afirmação chocante, além de absurda. À vista deles, Jesus condenou a si mesmo com suas próprias palavras.

O problema é que só o governador romano pode expedir a sentença de morte, e ele talvez não se sinta muito incomodado com essa acusação de “blasfêmia”. Por isso, os “crimes” de Jesus são revestidos de uma aura mais política: ele se opunha ao pagamento de impostos a César (mentira) e se autoproclamava “rei dos judeus” (verdade, mas não no sentido que eles atribuíam à expressão). Depois de alguma hesitação e de declarar a princípio que Jesus era inocente das acusações que lhe faziam, Pilatos se deixa convencer — receoso, talvez, da reação do imperador quando soubesse que tolerara esse suposto “rei” — e então ordena que Jesus seja açoitado e depois crucificado.

COMPLETAR A MISSÃO

Jesus é conduzido ao Gólgota, o “lugar da caveira”, para ser crucificado entre dois bandidos. A crucificação era reservada para gente dessa espécie, para rebeldes políticos e escravos. Era considerada a forma mais terrível de morrer, bárbara ao extremo. Os antebraços da vítima eram pregados a uma viga de madeira e, em seguida, ela era erguida sobre outra coluna de madeira. Por fim (e às vezes isso demorava dias, não apenas horas), a vítima morria asfixiada, incapaz de se erguer o suficiente para respirar.

Jesus, na verdade, morreu mais rápido do que outras vítimas desse castigo. Para seus seguidores que assistiram ao que se passou (principalmente sua mãe), a crucificação foi uma tortura, uma tragédia sem tamanho. Contudo, apesar da sua importância emocional e espiritual, os autores dos Evangelhos narram de modo extremamente comedido a crucificação. Ao mencionar os que lançavam sortes

sobre suas roupas, dão uma indicação de que Jesus foi crucificado nu — o que era por demais vergonhoso na cultura judaica. Narram também algumas das palavras mais importantes que ele disse na agonia, principalmente: “Pai, perdoa-os, porque não sabem o que fazem”; “Meu Deus, por que me abandonaste?”; “Em tuas mãos entrego meu espírito”; e “Está consumado”. Algumas dessas frases são de perdão e confiança; outras falam do tormento que ele suportou, mas também do sentimento de ter finalmente realizado o que se propusera fazer.

Perto do pôr do sol, os soldados foram inspecionar as vítimas para ver se estavam mortas. José de Arimateia (membro do Sinédrio, mas admirador de Jesus) obteve permissão para levar o corpo de Jesus e o colocar num sepulcro

A crucificação na arte cristã

Cristo sofreu e morreu na cruz para salvar a humanidade. Os escritores e os artistas cristãos sempre tiveram consciência da necessidade de refletir sobre esse acontecimento capital e sobre as suas consequências transformadoras de vida. Igrejas, capelas particulares e casas eram frequentemente decoradas com imagens da crucificação como forma de incentivar a devoção pessoal. Ao contrário do que diziam os hereges docetistas (segundo os quais Jesus tinha mera “aparência” de humanidade, e não sofreu de fato), a ortodoxia cristã enfatizava tanto a realidade da agonia de Cristo na cruz quanto a salvação por ela conquistada. As representações visuais do sofrimento de Cristo na cruz, portanto, serviam para realçar o preço pago pela redenção da humanidade e para aprofundar a gratidão dos cristãos pelo que Cristo fez por eles. Quanto mais gratos os cristãos se sentem pelo sofrimento de Jesus, mais o adoram pelo que fez por todos.

As representações da Paixão de Cristo dão destaque a diferentes aspectos do fato. Algumas mostram Jesus pregado na cruz bem acima das multidões à sua volta. O objetivo desse tipo de enfoque é chamar nossa atenção para a forma em que Cristo foi “elevado” na cruz, de tal modo que sejamos também “elevados” aos céus por sua cruz e sua ressurreição. Outras representações salientam as multidões à sua volta, estampando por vezes a fúria e a raiva no rosto daqueles que zombavam dele. O significado aí é que aqueles que crucificaram Jesus eram, na verdade, pessoas comuns, assim como nós. A natureza humana, do ponto de vista da fé cristã, não adora Cristo espontaneamente; pelo contrário, ela o crucifica. Trata-se de um expressivo lembrete do poder do pecado de distorcer e

próximo, de sua propriedade, enquanto algumas mulheres que tinham vindo da Galileia junto com Jesus observavam.

Para a maior parte das pessoas, era o fim de mais um dia como os outros. Os inimigos de Jesus voltaram cada um para sua casa para celebrar a Páscoa ao lado da família. Outros, mais receptivos a Jesus, talvez estivessem consternados de assistir à morte tão cruel de alguém que admiravam: quando será que os romanos sairiam da Palestina? Quando Deus enviaria o verdadeiro Messias? Mas os sacerdotes do Templo ficaram em estado de choque: o véu que guarnecia o Santo dos Santos se rasgara de “cima a baixo”. Pelo menos um soldado romano reconheceu que houvera uma flagrante injustiça: “É verdade,

destruir. Ao mesmo tempo, é também um lembrete igualmente impactante da nossa necessidade de redenção — a redenção, é claro, que Cristo trouxe por meio da sua morte na cruz.

Outras imagens se detêm naqueles que permaneceram ao redor da cruz. Um exemplo excelente desse ponto de vista aparece no famoso *Retábulo de Issenheim*, de Matthias Grünewald, concluído em 1515. À esquerda da cruz, três pessoas lamentam o Cristo morto: Maria, mãe de Jesus; João, o discípulo amado; e Maria Madalena. O artista quer nos ajudar a compreender o impacto terrível que a morte de Cristo teve sobre seus discípulos. No caso de Maria, somos convidados a imaginar como ela deve ter se sentido quando seu filho, a quem carregara nos braços quando bebê, foi-lhe tirado e pregado de braços abertos na cruz.

À direita da cruz, vemos João Batista. Grünewald quer nos trazer à mente as palavras de João ao ver Jesus: “Este é o cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo”. A morte de Cristo é o meio pelo qual o pecado do mundo foi eliminado. Apontando para o Cristo crucificado, João proclama que esse Cristo é o cordeiro de Deus, cuja morte nos purifica de nossos pecados. Para que a alusão não nos passe despercebida, Grünewald põe um cordeiro na parte inferior da pintura, com uma cruz e um cálice, que indicam a importância da morte salvadora. João Batista simboliza também a continuidade entre o Antigo e o Novo Testamentos. Para Grünewald, Jesus deve ser visto como o cumprimento das grandes profecias de redenção do Antigo Testamento — aquele por cujas feridas a humanidade é curada e cujas chagas trazem salvação (Is 53).

este homem era o Filho de Deus!” (Mc 15.39). Suas palavras eram mais verdadeiras do que ele podia imaginar.

MORRER PELOS OUTROS

Desde então, os seguidores de Jesus sempre quiseram entender mais detalhadamente o que se passou naquele acontecimento aparentemente desastroso. Para os Evangelistas, preocupados em contar a história sem dar grandes explicações teológicas, os principais pontos que se ressaltam são os seguintes.

A morte de Jesus não foi acidental, mas parte consciente do seu propósito. Ele aludira a ela muitas vezes e a previra claramente. “Era necessário que o Filho do homem [...] fosse morto” (Mc 8.31). A narrativa dos Evangelhos mostra que Jesus, em vez de fugir, planejou tranquilamente sua própria morte.

Jesus era inocente — tanto das acusações políticas contra ele quanto de todo e qualquer pecado individual. Sua morte, portanto, foi injusta em todos os aspectos. É evidente que ela foi consequência não dos seus pecados, mas, de algum modo, dos pecados alheios. Assim, retomando o tema do Servo Sofredor inocente, Jesus disse que viera “dar a vida em resgate de muitos” (Mc 10.45). Seu sangue seria derramado “para perdão dos pecados” (Mt 26.28).

Essas duas perspectivas fundamentais, enraizadas no Jesus da história, serão os alicerces sobre os quais os autores do Novo Testamento construirão sua teologia da cruz (veja p. 224-225). Em si e por si, essa é uma história de grande impacto, mas que também exige mais explicações — sobretudo à luz do que se seguiu. A crucificação, embora fundamental, jamais poderá ser entendida se não se levar em conta o que aconteceu três dias depois. Jesus disse que reconstruiria o Templo “em três dias”. O que exatamente ele quis dizer?

A ressurreição e a realeza de Jesus

“Os mortos não ressuscitam.” O mundo antigo sabia dessa dura verdade tanto quanto nós — talvez mais. É claro que havia diversas visões acerca de uma possível “vida após a morte” em outro mundo, mas o universo pagão tinha certeza de uma coisa: “Morto o homem, e a terra embebida do seu sangue, não há ressurreição” (Ésquilo, *Eumênides* 647). O termo grego que significa “ressurreição” é *anastasis* (lit., “fazer levantar”). Todo o mundo sabia que esse “levantamento” físico de corpos mortos jamais havia ocorrido. Pelo menos, quase todo mundo.

Nos séculos anteriores a Jesus, uma ramificação forte dentro do judaísmo começara a desenvolver a crença na “ressurreição” — no entanto, tratava-se de algo que Deus haveria de fazer por *todo* o seu povo fiel, no alvorecer do *fim* dos tempos. Ninguém, nem mesmo os fariseus, que defendiam enfaticamente esse ponto de vista, esperava que isso pudesse ocorrer com *um homem* no meio da história humana.

Todavia, é exatamente isso o que se dizia desse homem, Jesus de Nazaré. Os seguidores de Jesus não hesitavam em arriscar-se — desafiando a todos, tanto pagãos quanto judeus — com a declaração contundente: no terceiro dia depois da crucificação, o Deus de Israel ressuscitou Jesus dos mortos. O vocábulo utilizado para designar isso não podia ser outro: *anastasis*. Eles não estavam falando de um acontecimento espiritual, invisível, que sobreveio à alma de Jesus; tampouco estavam se referindo ao ato de acordar depois de um período de sono. Referiam-se especificamente ao seu corpo. Ele estivera efetivamente morto, mas fora ressuscitado, ou levantado “dos mortos” (lit., “dentre os cadáveres”).

Tal declaração deparava com riso e escárnio, porque contrariava tudo quanto as pessoas sabiam que era verdade. O que teria levado os seguidores de Jesus a crer nesse absurdo?

Só uma coisa: o acontecimento em si. Eles se viram perante um fato. Não tinham diante de si uma teoria abstrata, tampouco uma possibilidade incerta, nem algo que desejassem que fosse verdade. Diante deles, estava o sepulcro vazio, um corpo ausente e um Jesus ressuscitado, que se reuniu a eles, conversou com eles e comeu com eles.

A história é bem conhecida. A maior parte dos discípulos havia fugido do Getsêmani para Betânia e não presenciou a morte de Jesus. Apenas Pedro, João (que seguiram Jesus até Jerusalém, onde foi julgado) e as mulheres que os acompanhavam testemunharam os trágicos acontecimentos da sexta-feira. Dentre eles, como era de esperar, foram as mulheres que decidiram (terminado o sábado) voltar na primeira hora da manhã de domingo para completar o serviço que havia sido feito com tanta pressa na tarde de sexta-feira — a unção do corpo de Jesus para o sepultamento adequado.

Elas foram então até o sepulcro de Jesus (num “jardim” fora das muralhas da cidade), mas não puderam fazer o que se haviam proposto. O túmulo fora violado. Voltaram rapidamente em busca de Pedro e João, contando-lhes uma

história assombrosa: primeiro, viram que a pedra da entrada do túmulo havia sido removida; em seguida, constataram que o corpo de Jesus fora roubado; por fim, uma estranha figura lhes dissera algo muito improvável: Jesus se encontraria novamente com eles na Galileia. “Ele não está aqui; ressuscitou!”, disse-lhes a aparição. Elas deixaram o local atônitas, descrentes e em pânico.

Pedro e João foram ao sepulcro e viram que os panos mortuários ainda estavam lá. Quem teria roubado um corpo nu? Na verdade, a mortalha que envolvia a cabeça, uma peça separada das demais, ainda estava lá — como que na posição original. Isso bastou para que João passasse a crer num ato de Deus — era como se o corpo de Jesus tivesse simplesmente deixado as vestes mortuárias para trás! Foi então que Maria Madalena, ao caminhar pelo jardim, viu o próprio Jesus. Ela achou que fosse o jardineiro, mas ele a chamou pelo nome num tom carinhoso que ela reconheceu instantaneamente: “Maria”, disse. “Mestre!”, ela responde.

O relato desse primeiro Domingo de Páscoa, encontrado nos quatro Evangelhos, narra essa admirável história com uma simplicidade crua, sem nenhuma pretensão artística. Não existe a preocupação de “depurá-la” nem de apresentar uma narrativa “oficial” única. Os textos demonstram ter sido escritos por pessoas que narravam acontecimentos atordoantes, que não faziam sentido na época e ocorreram rapidamente. Em seguida, os Evangelistas citam outras aparições do Jesus ressurreto a seus seguidores: algumas ocorreram no fim daquele mesmo dia (a Simão Pedro, a algumas das mulheres, à dupla que seguia em direção a Emaús e aos discípulos que se reuniram novamente num cenáculo); outras ocorreram nas poucas semanas que se seguiram (num morro da Galileia, às margens do lago e no monte das Oliveiras). Cada um dos relatos tem seu frescor próprio, e todos pulsam de vida. Uma coisa inédita havia acontecido. Um morto agora caminhava; um crucificado exibia suas feridas; o homem que reivindicara ser o Messias fora ressuscitado por Deus dentre os mortos!

Chegou um momento, porém, em que as aparições do Ressuscitado cessaram. Depois de um período de cerca de quarenta dias, durante os quais Jesus deu “muitas provas convincentes de que estava vivo”, o Jesus ressurreto encontrou-se com seus seguidores num lugar do monte das Oliveiras, não distante de Betânia. Ele os ensinou e os abençoou. Em seguida, uma nuvem o escondeu da vista deles, e ele se foi, voltando à presença de Deus (At 1.1-11). No devido

tempo, eles retornaram a Jerusalém e ao Templo — louvando a Deus pelo que tinham visto e esperando (segundo Jesus lhes instruirá) a próxima etapa dessa sequência extraordinária de acontecimentos.

Mateus decide concluir seu Evangelho com a aparição de Jesus aos discípulos em um “monte” da Galileia e com palavras que coroam tudo o que Jesus disse e fez: “Toda autoridade me foi concedida no céu e na terra. Portanto, ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo; ensinando-lhes a obedecer a todas as coisas que vos ordenei; e eu estou convosco todos os dias, até o final dos tempos” (Mt 28.18-20).

Para Mateus (na verdade, para todos os Evangelistas), a ressurreição mostra que Jesus é o verdadeiro Messias, o rei escolhido por Deus, o Filho divino com autoridade incomparável. Essa mensagem do rei de Israel, porém, não se restringe a Israel apenas. Jesus convoca seus seguidores a levá-la a “todas as nações”, a fim de submetê-las também ao governo e à autoridade desse rei. Apesar de não estar mais caminhando por esta terra, Jesus não é um governante ausente. Por meio do seu Espírito Santo, é capaz de viver em seu povo e no meio dele, por isso mesmo o povo pode dizer: “Verdadeiramente, Deus está conosco”.

Essa mensagem se espalhou pelo mundo desde aquele dia até hoje. O reino de Deus se expande quando as pessoas se submetem ao governo do rei Jesus, reconhecendo quem ele é e aprendendo a fazer o que ele ordena. Trata-se de uma mensagem que em certo sentido é bastante estreita, porque se concentra nesse incomparável Jesus. Contudo, é universal no alcance e no apelo. Todos podem fazer parte desse reino. “Cristão” é todo aquele que confessa que Jesus é o “Cristo” — isto é, o Messias, ou rei. A questão que se apresenta a todos nós pela ressurreição e ascensão de Jesus é tão somente esta: Faremos dele nosso rei?

“Um cristianismo sem o discipulado é sempre um cristianismo sem Cristo.”

DIETRICH BONHOEFFER

A encarnação e a revelação de Jesus

Como qualquer história de suspense ou romance policial, a história de Jesus só faz sentido à luz dos acontecimentos finais. Agora que testemunhamos a ressurreição e vimos para onde a história estava caminhando, temos mais condições de compreender sua essência. Podemos retroceder e descobrir as pistas que sempre estiveram lá.

Como vimos, esse é um dos principais fatores que explicam as diferenças entre os Evangelhos: os autores dos Sinóticos contam a história “do começo para o fim”, ao passo que João nos conta o que se passou assumindo desde o início a perspectiva do fim da história, tornando evidente para seus leitores as pistas que eles talvez não tivessem percebido de outro jeito. O restante do Novo Testamento é semelhante a João nesse aspecto; baseia todo o seu ensinamento na imagem completa de Jesus — à luz da sua ressurreição.

A IDENTIDADE DE JESUS:

OUTROS ENSINOS DO NOVO TESTAMENTO

Com base no que foi exposto na página 184 e 185, podemos ver algumas conclusões extraordinárias a que os autores do Novo Testamento chegaram em relação à pessoa de Jesus. A ressurreição não é apenas um acontecimento extraordinário e maravilhoso em si mesmo pelo que revela dos planos divinos para o mundo (p. ex., a transformação do nosso corpo físico, a renovação da criação, a promessa da vida eterna). Ela também proporciona o alicerce adequado para uma revelação completamente nova a respeito de quem Jesus era — e é! Jesus é o Messias, o Filho de Deus, Rei e Senhor. Ele é o “Alfa e o Ômega”, o “Cordeiro que foi morto desde a fundação do mundo” (Ap 13.8); é “o primogênito sobre toda a criação”, a “cabeça do corpo, que é a igreja” (Cl 1.15,18); é o “grande sumo sacerdote”, que, embora plenamente humano, desfruta uma condição junto a Deus muito superior à que os anjos desfrutam (Hb 4.14).

O Novo Testamento simplesmente não pode dizer quanto baste sobre Jesus. Ele exagera a linguagem a ponto de quase fraturá-la, adaptando os conceitos disponíveis para neles despejar um significado completamente novo. Por exemplo, o título “Filho de Deus” já era usado no pensamento bíblico, mas com referência ao reino dawídico ou talvez a Israel como nação. Agora estava sendo usado para se referir a Jesus com um sentido inédito. Ele era, de fato, o verdadeiro rei e a personificação de Israel, mas era também aquele que desfrutara com Deus uma relação especial e eterna.

Uma das coisas mais notáveis acerca desse ensino do Novo Testamento é sua precocidade. Os primeiros versículos de Gálatas (1.1-3) são provavelmente os primeiros textos do Novo Testamento a ser registrados. Contudo, sem sentir vergonha nem pedir desculpas, dizem as coisas mais ousadas

sobre Jesus. Assim, Paulo diz que é apóstolo enviado não por homens, mas “por Jesus Cristo e por Deus Pai”. Fica evidente que ele situa Jesus não entre os seres humanos, mas junto a Deus. “Graça e paz” a vós, ele prossegue, “da parte de Deus nosso Pai e do Senhor Jesus Cristo”. Uma vez mais, Jesus é situado ao lado de Deus; ele é o “Senhor” (nome antes associado exclusivamente ao Deus de Israel); e o próprio Deus agora é definido de uma nova maneira, como o “Pai” — precisamente porque Jesus é seu Filho de modo especial e único. Tudo isso foi escrito por volta do ano 49 (passados menos de vinte anos desde a crucificação) para pessoas que se haviam convertido pela pregação de Paulo alguns anos antes dessa carta. Vê-se aí, portanto, um sinal evidente de que, desde os primórdios, os apóstolos já proclamavam Jesus como o Filho de Deus. Jamais houve pregação alguma do evangelho, tampouco nenhuma versão autêntica do cristianismo, que não tomasse esse fato como ponto de partida essencial.

Esse ensinamento sobre Jesus é digno de nota também porque todos os autores do Novo Testamento, exceto Lucas, são judeus. Criados no monoteísmo, educados na convicção de que existe “um Senhor” apenas, mesmo assim eles proclamam que “Jesus é Senhor”. Esse foi o primeiro “credo” cristão, a declaração de fé mais antiga. É por esse motivo que os cristãos primitivos de língua aramaica oravam “Maranata”, que significa “Vem, Senhor!” (1Co 16.22). Isso explica também uma passagem extraordinária de 1Coríntios, em que Paulo escreve: “No entanto, para nós há um só Deus, o Pai, de quem todas as coisas procedem [...] e um só Senhor, Jesus Cristo, pelo qual todas as coisas existem...” (1Co 8.6). Em outras palavras, Jesus desempenha papel igual ao de Deus. Enquanto os judeus confessavam “um Senhor e Deus”, os crentes oriundos do judaísmo agora confessavam *Deus* como Pai e Jesus como *Senhor*. Jesus está, por assim dizer, no coração do Deus único de Israel.

Esses textos, portanto, desmentem completamente a ideia de que apenas os gentios proclamavam Jesus como figura divina. Esse argumento é apresentado com frequência em alguns círculos. Os primeiros seguidores de Jesus, conforme tal raciocínio, o apresentavam como um messias meramente humano. Só quando as boas-novas foram levadas aos não judeus é que Jesus passou a ser identificado com Deus. Isso, segundo essa visão, seria inimaginável para um bom judeu.

Jesus no pensamento dos primeiros cristãos

Podemos aprender muito sobre a importância de Jesus com a história dos primeiros séculos de existência da igreja cristã. Uma das observações históricas mais interessantes é que os primeiros cristãos não hesitavam em adorar Cristo como Deus. Essa prática foi notada por um agente do governo romano, o jovem Plínio, numa carta famosa escrita em 112 d.C. ao imperador Trajano. Plínio informa ao imperador que os cristãos cantavam hinos ao seu Senhor "como Deus" (*quasi deo*). Essa ideia era comum nas primeiras comunidades cristãs. Clemente, escritor do primeiro século, enfatiza que os cristãos "pensam em Jesus como nós pensamos em Deus" (Clemente 1.1,2). Outros autores sublinham que somente Deus pode revelar Deus. A crença cristã de que Jesus revela Deus de modo pleno e definitivo vincula-se essencialmente ao fato de que ele é Deus encarnado – em outras palavras, ao fato de Deus ter entrado na história humana como ser humano a fim de se tornar conhecido e acessível aos seres humanos.

A controvérsia ariana do início do quarto século foi especialmente importante para a elucidação da identidade de Cristo. Ário, embora desse precedênci a Cristo sobre as demais criaturas de Deus, insistia que ele não passava de uma criatura e que não era Deus. Embora Jesus devesse ser tratado como o primeiro entre os seres humanos, ainda assim ele era um mero homem e nada mais.

Respondendo a Ário, Atanásio disse que ele fazia com que a igreja toda fosse culpada de adorar uma criatura, e não a Deus. Somente Deus pode ser adorado, argumentava Atanásio; como os cristãos haviam adorado Cristo desde o início da era cristã, isso significava que Cristo tem de ser considerado divino. Quem era

Contudo, o rabino Paulo discordava muito claramente dessa tese. Dela discordava também o autor de Hebreus, sem dúvida o autor mais judeu do Novo Testamento. Nos primeiros versículos da sua carta, ele proclama que Jesus é o "Filho, a quem designou herdeiro de todas as coisas e por meio de quem também fez o universo. Ele é o resplendor da sua glória e a representação exata do seu Ser, sustentando todas as coisas pela palavra do seu poder" (Hb 1.2,3). E Jesus não é o "filho" de algum semideus pagão, mas o Filho do único e verdadeiro Deus de Israel. As pessoas podem tentar dourar a pílula dessa doutrina ou se desfazer dela dando outras explicações, mas o Novo Testamento a ensina sem nenhum constrangimento. Faz sentido, portanto, que João, no clímax do seu Evangelho, registre Tomé

Jesus, afinal, para ser adorado legitimamente dessa maneira? Atanásio afirmava que somente aquele que é Deus pode ser adorado, porque só Deus é digno de adoração. Vemos aqui uma argumentação que parte da função de Cristo (de alvo de adoração) e progride até a identidade dele (de Deus, o único a quem se deve adorar).

Atanásio reitera seu raciocínio salientando que os seres criados não podem ser salvos por outro ser criado. Só Deus pode salvar — e, como Cristo salva os que confiam nele (do que Ário, a propósito, não duvidava), deve ser tratado como Deus. Mais uma vez observamos um raciocínio que parte diretamente da função de Cristo (de Salvador) e chega a sua identidade (de Deus). Se Jesus Cristo realmente salva os crentes, isso significa que ele não é outro senão o Deus salvador, que entrou em nossa história para nos redimir.

Os cristãos primitivos, portanto, adoravam Cristo como salvador plenamente divino e viam nisso a interpretação óbvia do Novo Testamento. Esse entendimento essencial da identidade e da função de Jesus Cristo tornou-se uma característica do cristianismo desde então, apesar dos inúmeros questionamentos sobre essa interpretação, tanto dentro quanto fora da igreja cristã. Entende-se que o Concílio de Calcedônia (451) introduziu um princípio determinante da cristologia clássica, que foi aceito desde então como decisivo no âmbito da teologia cristã. Pode-se resumir tal princípio da seguinte forma: desde que se reconheça que Jesus Cristo é verdadeiramente divino e verdadeiramente humano, a forma precisa em que essa realidade é expressa ou analisada não é de fundamental importância.

dizendo a Jesus: “Meu Senhor e meu Deus!”. Tomé talvez não se dera conta de todas as implicações dessas poucas palavras, mas elas são uma reação perfeitamente compreensível da parte de alguém que se encontrou com Jesus ressuscitado. O Jesus ressurreto obriga todos a repensar o que pensam dele e do seu Deus.

A IDENTIDADE DE JESUS: REFLEXÃO SOBRE O CREDO

A crença tradicional cristã (veja p. 203–204), portanto, desenvolveu determinados conceitos para definir quem é Jesus de fato. Particularmente nos credos (produzidos pela igreja primitiva), os cristãos declararam sua fé na “encarnação”

de Jesus; que ele é “da mesma substância/essência do Pai”; e que Deus é uma “Trindade” (Pai, Filho e Espírito Santo).

Esses conceitos e expressões são prontamente desprezados por alguns, que os consideram “não bíblicos”, alegando que essas palavras não aparecem literalmente assim nos textos bíblicos. Talvez fossem mais um sinal de um desenvolvimento posterior da fé cristã que nos leva para ainda mais longe do Jesus original e simplesmente humano.

Todavia, conforme se deduz dos textos que citamos do Novo Testamento, a divindade de Jesus Cristo é ensinada com toda a clareza na Bíblia. Esses conceitos posteriores apenas procuram resumir ou elucidar um ensinamento que já está no Novo Testamento — embora formulado com outras palavras. A verdade de Deus como Trindade, por exemplo, aparece em numerosos textos (p. ex., Mt 28.18-20; 1Co 12.4-6; Rm 8.9-11; Ef 4.3-6; Jo 14—16). De modo análogo, a “encarnação” é apenas um *substantivo* cunhado para exprimir o que João havia ensinado (usando um *verbo*) quando disse que em Jesus o “Verbo se fez carne” (Jo 1.14).

A verdade, porém, é que os cristãos de épocas posteriores foram obrigados a explicar a identidade de Jesus a uma cultura pagã que estava preocupada, mais do que a cultura hebraica, com conceitos complexos como o “ser” de Deus — o que explica a canhestra expressão “da mesma substância/da mesma essência do Pai”. De modo geral, os autores bíblicos não usam esse tipo de linguagem (embora Jo 1.1-18 chegue perto). O pensamento hebreu não costumava refletir sobre o enigma do *ser* de Deus (isto se chama “ontologia”), e sim sobre os *atos* divinos. Desse modo, quando os autores do Novo Testamento queriam afirmar a divindade de Jesus, diziam em vez disso que Jesus participava das *atividades* normalmente reservadas só a Deus. Jesus é mencionado como aquele que “criou” o mundo (Jo 1.3; Cl 1.15,16; Hb 1.2,3) e que será nosso juiz (2Co 5.10; Jo 5.27). Na interpretação desses autores, os versículos do Antigo Testamento que falam das ações divinas encontraram seu cumprimento em Jesus. Assim, por exemplo, Isaías previra que todos um dia “dobrariam os joelhos” perante o Deus de Israel (Is 45.23), e um hino cristão primitivo dizia que “todo joelho se dobrará perante Jesus” (Fp 2.10,11).

No Novo Testamento, por conseguinte, *Jesus é Deus em ação*. Mesmo essa afirmação (que Jesus partilha das *ações* de Deus) já é surpreendente e extraordinária, visto que pouco difere de dizer que ele compartilha do ser

eterno de Deus — que *Jesus é Deus* (e ponto-final). Na verdade, o Novo Testamento também ensina isso (veja Jo 1.1; 20.28; possivelmente tb. Rm 9.5; At 20.28). Tudo o que os credos fizeram foi deixar tudo isso bem claro. Eles investigam o que há por trás das ações de Jesus para descobrir nelas a verdadeira identidade dele. Se Jesus é *Deus em ação*, ele também deve, em algum sentido, *ser Deus*.

Em resumo, a ressurreição deflagra todo o processo de reavaliar quem Jesus deve ter sido. A pregação cristã mais antiga dizia que Deus constituiria Jesus, agora ressurreto, “Senhor e Cristo” (At 2.36); e no culto dos primeiros cristãos havia uma inovação radical (e “blasfema”): a adoração de Jesus (veja Fp 3.3, NVI; cf. Ap 22.9). Portanto, não demorou muito para que os apóstolos proclamassem que esse Jesus viera da parte de Deus num sentido único e exclusivo.

O NASCIMENTO E A VIDA DE JESUS

É claro que essa convicção sobre a ressurreição e a identidade divina de Jesus pode lançar nova luz sobre outros aspectos de sua vida. A preocupação de Jesus com os pobres e marginalizados, por exemplo, é um sinal seguro do amor de *Deus*. O sofrimento de Jesus e sua identificação com os que passam por tribulações são sinais que revelam a solidariedade e a presença de *Deus* nas circunstâncias difíceis. Os ensinamentos de Jesus cheios de legítima autoridade são as próprias palavras de Deus. A missão de Jesus (de proclamar e inaugurar o reino de Deus) agora mostra a essência do propósito eterno de Deus. A entrada de Jesus na trama da história de Israel pode agora ser considerada o momento mais importante de todo o drama bíblico. Afinal, trata-se da vinda do Deus de Israel “para o que era seu”. Esse ator, que entra no palco na metade da peça, é nada mais, nada menos que seu autor.

A lista poderia continuar, mas é importante voltar agora ao começo da vida de Jesus. Tendo em vista a ressurreição, é possível compreender por que os autores do Novo Testamento insistem que Jesus não nasceu como os outros seres humanos: Jesus não foi um ser humano comum “promovido” à categoria de divindade em determinado momento de sua existência. Desde o início, ele sempre foi o homem-Deus — na verdade, já existia bem antes disso. Se isso é assim, como ele pôde entrar no mundo? Que meio seria apropriado para que Deus introduzisse seu “Primogênito no mundo” (Hb 1.6)? O Novo

A virgem Maria no pensamento cristão

Como mãe de Jesus Cristo, Maria teve desde muito cedo um papel importante na devoção cristã. O Evangelho de Lucas ressalta a importância da obediência de Maria a Deus em dar à luz o Messias. Sem diminuir de forma alguma a importância do Espírito Santo na concepção do Salvador do mundo, Lucas deixa claro o papel fundamental da confiança de Maria nas promessas de Deus e da obediência à vontade dele. Muitos estudiosos cristãos da Antiguidade realçaram essas virtudes e disseram que Maria deveria ser modelo para todos os cristãos em ambos os sentidos. Como Maria, os cristãos devem confiar em Deus e obedecer-lhe — mesmo quando o que foi prometido ou exigido pareça muito além do que os seres humanos possam esperar ou proporcionar.

No decorrer da história cristã, o papel de Maria passou por diferentes fases. Durante o quarto século, a divindade de Cristo tornou-se objeto de polêmicas teológicas. A controvérsia ariana obrigou a igreja a revisitar o testemunho bíblico acerca de Cristo. Por fim, a igreja reafirmou a divindade de Cristo e elaborou uma série de “fórmulas” teológicas para defendê-la. Uma delas dizia respeito a Maria, chamada então de *theotokos*, “portadora de Deus”. Afirmar que Jesus é Deus é dizer que Maria é “mãe de Deus”. Apesar de alguns teólogos da igreja não terem gostado desse costume, ele foi ganhando importância cada vez maior e ainda é importantíssimo nos dias de hoje.

Na Idade Média, Maria passou a assumir um novo papel na devoção cristã. Muitas vezes, o ensinamento oficial da igreja situava Jesus num plano remoto em relação

I“Sou judeu, mas me encanta a figura luminosa do Nazareno [...] Não há quem leia os Evangelhos sem sentir a presença real de Jesus. Sua personalidade pulsa em cada palavra. Não existe mito que traga em si uma vida dessa.”

ALBERT EINSTEIN

Testamento diz que Jesus nasceu de uma virgem, sem a participação de pai humano (Mt 1.18-25; Lc 1—2; veja tb. Gl 4.4).

O nascimento virginal sempre foi alvo de críticas — uma espécie de milagre de “conto de fadas”, útil talvez para as crianças na época do Natal. Contudo, observando a vida inteira de Jesus, ele ter nascido de uma virgem faz sentido.

Na verdade, é o que se espera. A história que termina de forma tão impressionante tem necessariamente um começo impressionante. Não é de estranhar que a virgem Maria não tenha chamado

às pessoas comuns, retratando-o primeiro como juiz e somente em segundo lugar como salvador. Em reação a essa imagem de Jesus, a piedade popular começou a ver em Maria uma figura mais acessível, de quem era possível se aproximar. Cada vez mais, Maria foi se tornando o centro das necessidades, aspirações e orações dos fiéis. Embora a igreja medieval valorizasse todos os santos, tanto como modelos de conduta quanto como intercessores, Maria passou a ser considerada superior a todos eles. O ensino oficial da igreja permitia apenas que a virgem fosse tão somente “venerada” (tratada com o maior respeito), mas não “adorada” (algo próprio apenas para Deus ou Cristo); no entanto, há muitos sinais de que a vida devocional de inúmeros cristãos comuns girava em torno de Maria como fonte de encorajamento e consolação.

Vale a pena ressaltar aqui um desdobramento teológico da Idade Média: a ideia da “imaculada conceição”. De acordo com essa tese, Maria nasceu sem pecado, por isso pôde dar à luz um Salvador sem pecado. Embora se haja originado no século 13, a ideia só se tornou doutrina oficial da Igreja Católica Romana em 1854, com a proclamação do dogma da imaculada conceição. Os protestantes e outros cristãos têm sérias preocupações quanto a essa noção, que não encontra respaldo em nenhuma parte da Bíblia nem nos ensinamentos da igreja primitiva. O Concílio Vaticano II (1962-1965) preferiu ressaltar a humanidade de Maria, chamando a atenção para o fato de que ela não quis tomar o lugar de Deus, mas, sim, obedecer-lhe.

a atenção para o que lhe sucedera na época; em vez disso, Maria “guardava” todas as coisas que lhe haviam acontecido e “meditando sobre elas no coração” (Lc 2.19). Com isso, porém, ela teve um acesso privilegiado à identidade de Jesus. Diferentemente de outras pessoas, ela podia observar o desenrolar da história com o conhecimento de quem participa intimamente dela — olhando para a frente, e não para trás. Mas havia um custo. Ela foi avisada de que uma “espada” lhe atravessaria a alma — porque veria seu filho Jesus pregado numa cruz (Jo 19.25). No fim, entretanto, houve contentamento: ela estava lá para compartilhar com os discípulos a alegria da ressurreição (At 1.14).

Desse momento em diante, sem dúvida, ela começou a contar seu segredo, pois verdadeiramente por intermédio dela o próprio Deus decidira entrar no mundo. Não se tratava de um mito inventado por uma adolescente

Como os muçulmanos veem Jesus

A importância cada vez maior do islamismo no mundo faz que a opinião dos muçulmanos acerca de Jesus seja cada vez mais significativa para a apologética cristã e a evangelização. O islã admite que Jesus foi um profeta e um mensageiro de Deus. O nome "Jesus" (*'Isa*, em árabe) aparece 25 vezes no Alcorão. Na maior parte dos casos ele vem associado ao título "Filho de Maria" (*ibn Mariam*), embora de vez em quando apareça ligado ao nome de Moisés. Embora o Novo Testamento deixe claro que o nome "Jesus" significa "Deus salva" (Mt 1.21), o Alcorão não oferece explicação alguma para o nome *'Isa*. O termo "messias" (*al masih*) também é usado no Alcorão. Novamente, o rico significado que o Antigo Testamento associa a esse título — "ungido de Deus" — não é notado nem compreendido. Não se sabe exatamente por que o Alcorão se refere a Jesus como o "filho de Maria". Esse título é usado raras vezes no Novo Testamento (Mc 6.3). Além disso, no mundo semítico é pouco comum (mas não impossível) uma figura importante ser designada pelo nome de sua mãe, e não o de seu pai. O Alcorão também se refere a Jesus com uma linguagem bastante elevada. Desse modo, Jesus é o "verbo de Deus" e o "espírito de Deus", o que lhe confere um lugar de honra no entendimento islâmico da progressão da revelação, cujo clímax definitivo se dá na revelação a Maomé, registrada no Alcorão.

A visão islâmica da importância da morte e da ressurreição de Jesus é complexa. Embora algumas passagens do Alcorão se refiram à morte de Cristo, indicando que

impressionável (apesar dos seus críticos, antigos e modernos), mas da sublime e irrepetível realidade da encarnação. Foi esse o meio que Deus escolheu para se tornar um de nós — para ser verdadeiramente Emanuel, Deus "conosco". De que outro modo isso poderia ter acontecido?

A MORTE E A RESSURREIÇÃO DE JESUS

A ressurreição também nos dá uma perspectiva totalmente nova da crucificação de Jesus. Podemos agora enxergá-la não como uma tragédia, mas como vitória. Se a cruz é lugar de vergonha, também é lugar de glória. Não foi um acidente; antes, revela as profundidades abissais do propósito de Deus. Sem a ressurreição, talvez jamais tivéssemos ouvido falar desse aspirante a messias vindo de Nazaré — quem fosse crucificado numa cruz romana não poderia ser senão um messias fracassado. Com a ressurreição, porém,

ela ocorreu em conformidade com a vontade de Deus, a maneira exata e o significado dessa morte não estão claros. Uma passagem ensina que Jesus não foi morto pelos judeus, tampouco crucificado por seus inimigos, "embora assim lhes parecesse" (*shubbihu la-hum*). Em vez disso, Jesus foi trasladado ao céu e, naquele momento, outra pessoa, de nome ignorado, tomou seu lugar na cruz. A oração concessiva "embora assim lhes parecesse" significa que "os judeus pensaram que Jesus tivesse morrido na cruz" ou "os judeus pensaram que a pessoa na cruz era Jesus". O ponto de vista tradicional sunita, portanto, admite alguma exaltação divina de Jesus, seja pela ressurreição, seja pela ascensão. Embora o Alcorão em si não faça referência à esperança de retorno de Jesus à terra antes do juízo final no fim da história, essas ideias são encontradas em pelo menos alguns escritos islâmicos mais conhecidos. É provável que essa ideia se tenha desenvolvido na era pós-corânica, possivelmente em consequência da crescente familiaridade com as perspectivas cristãs sobre o fim dos tempos.

Talvez o mais importante nisso tudo seja que a ideia da encarnação é totalmente inaceitável para o islã. A crença cristã de que Cristo é o Filho de Deus parece, aos olhos dos autores islâmicos, um retorno a uma forma de paganismo caracterizado pela ideia de que Deus teria filhos dotados de corpo físico. A ideia especificamente cristã do que significa a expressão "Filho de Deus" parece não ter sido plenamente compreendida na época da redação do Alcorão.

vemos a cruz como a maior realização "messiânica" de Jesus, mediante a qual ele penetra nas "dores messiânicas" para resgatar o povo de Deus no dia do julgamento.

As várias interpretações cristãs da cruz (no Novo Testamento e nos autores posteriores) são sintetizadas em outra parte deste livro (veja p. 224–225). Todas elas, entretanto, só fazem sentido à luz da ressurreição. Se a morte de Jesus é evidentemente algo que ele se propôs levar a cabo, apenas a ressurreição mostra que ele foi bem-sucedido — sua missão foi cumprida. Se a cruz é vista como sacrifício pelos pecados, a ressurreição mostra que esse sacrifício foi aceito. Se a cruz é considerada em termos mais jurídicos, é por meio da ressurreição que somos "justificados" (Rm 4.25). A cruz não faz sentido sem a ressurreição. Tendo esta em vista, enxergamos a cruz como o próprio cerne daquilo que Jesus veio fazer.

A ressurreição também dá novo sentido à cruz em outro aspecto muito importante. Conforme vimos, a ressurreição foi o estopim para a descoberta da identidade divina de Jesus. No momento em que nos convencemos de que Jesus na cruz é *Deus em ação*, a cruz inevitavelmente passa a afigurar-se ainda mais poderosa. Na cruz, muitos se veem confrontados com o mistério do próprio Deus, que na pessoa do seu Filho sofre e morre pelo mundo. As pessoas começam a perceber que se trata de um ato de autossacrifício divino. Que amor maravilhoso seu Deus lhes mostrou!

É isso que o Novo Testamento ensina com muita clareza. Na verdade, é somente porque Jesus de algum modo pode ser identificado com Deus que, em sua cruz, se pode contemplar o amor de Deus. Se Jesus tivesse sido crucificado

Como os budistas veem Jesus

O budismo consiste no conjunto de ensinamentos de Sidarta Gautama, que viveu no norte da Índia no sexto século a.C. Aos 29 anos, Gautama renunciou à riqueza e a todos os bens mundanos que possuía para empreender uma busca pela iluminação espiritual. Ele criou uma série de práticas que, segundo acreditava, facultariam a transformação espiritual e permitiriam a seus seguidores se colocarem além da possibilidade de serem afetados pelo sofrimento. O budismo pode ser entendido como uma perspectiva sobre a vida que cultiva o estado de iluminação, que resulta da obediência aos ensinamentos e às práticas do "Buda" (título que significa "iluminado" ou "desperto").

Os temas centrais do budismo podem ser resumidos nas "quatro nobres verdades" que constituem seu cerne. Em primeiro lugar, a verdadeira natureza da existência humana se resume na palavra *dukkha* — que comunica a ideia de sofrimento e insatisfação. Nossa vida é transitória e caracterizada pelo sofrimento. Em segundo lugar, a causa desse sofrimento são os nossos desejos e anseios (*tanha*). Isso nos leva ao terceiro ponto — a saber, que a cessação desse sofrimento só poderá ser alcançada quando sua causa tiver sido eliminada. A quarta verdade apresenta as oito vias pelas quais esses desejos serão purgados da alma, dando lugar à iluminação.

Qual é, então, o lugar de Jesus nesse esquema de coisas? O que os budistas pensam de Jesus? Existem algumas dificuldades óbvias aqui, sobretudo no que diz respeito ao fato histórico de que o Buda viveu e ensinou seis séculos antes de Cristo e, portanto, não faz referência nenhuma a ele. Todavia, autores budistas posteriores analisaram a questão com certa profundidade.

como simples ser humano, sua obra teria sido em vão (como um simples homem podia salvar outros homens?) ou seu Deus seria culpado da mais cruel barbaridade — por ter feito um “terceiro” inocente sofrer e morrer pelos pecados alheios. Contudo, se Jesus é Deus (e foi por isso que a igreja primitiva tanto tratou em seus credos da identidade de Jesus), a cruz passa a ser uma maravilha do amor divino.

Essa é exatamente a nota de admiração expressa pelos apóstolos quando falam da cruz. “Nisto está o amor: não fomos nós que amamos a Deus, mas foi ele quem nos amou e enviou seu Filho como propiciação pelos nossos pecados” (1Jo 4.10). “Mas Deus prova o seu amor para conosco ao ter Cristo morrido por nós quando ainda éramos pecadores” (Rm 5.8). “Deus estava em Cristo reconciliando consigo mesmo o mundo” (2Co 5.19).

O modo mais comum de compreender Jesus no budismo é considerá-lo uma figura bídica e se referir a ele como um “iluminado” ou mesmo um ser “próximo da condição bídica”. De fato, há certos elementos, embora limitados, dos ensinamentos de Jesus que se parecem bastante com o budismo. Por exemplo, a insistência de Jesus de que devemos morrer para nós mesmos para encontrar Deus tem paralelos importantes na ideia budista de que devemos nos esvaziar de nós mesmos, abrindo mão de nossa individualidade para encontrar a realidade máxima. A visão budista de uma “vida sem ego” tem paralelos no ensinamento de Jesus sobre o reino de Deus e também nos desdobramentos dessa ideia no Novo Testamento — por exemplo, a ideia de Paulo de “crucificar a si mesmo” e “morrer para o pecado”. Também o ministério de Jesus aos pobres e aos intocáveis encontra paralelo na compaixão do Buda pelos marginalizados e excluídos pelo sistema de castas da época. A inclusão dessas pessoas pelo Buda no sangha pode ser comparada à inclusão desses grupos por Jesus no reino de Deus.

Apesar dessas semelhanças importantes, muitos autores budistas admitem que Jesus não pode ser adequadamente definido pelas categorias convencionais da tradição deles. Entre os aspectos contidos nos relatos do Novo Testamento que são de mais difícil assimilação pelas categorias budistas, o mais notável é a ênfase que o Novo Testamento dá à morte salvadora de Jesus Cristo. O Novo Testamento mostra Jesus como aquele que traz a salvação não só por meio de seus ensinamentos e de seu exemplo pessoal, mas também pela sua morte na cruz. A ideia de Jesus como fundamento da salvação não tem nenhum equivalente no budismo.

Como os hinduístas veem Jesus

Hinduísmo é o nome genérico que os ocidentais dão às crenças religiosas tradicionais do subcontinente indiano, que se originaram mais de três mil anos atrás e se fundamentam nos Upanixades. Tão grande é a diversidade de crenças e práticas dentro desse universo religioso que é difícil estabelecer precisamente o que dá ao hinduísmo sua identidade característica. Entre suas crenças principais estão a forte percepção de que a realidade última (Brahma) é algo invisível, e não as coisas que se veem. Todos os seres humanos têm a capacidade de buscar e de encontrar Deus, embora esse processo possa ser longo e penoso, exigindo muitos nascimentos e reencarnações.

O hinduísmo tem conhecimento de Jesus Cristo já há um bom tempo. O cristianismo se fixou no subcontinente indiano numa época relativamente remota. Segundo a tradição, o apóstolo Tomé fundou a igreja Indiana de Mar Thoma no primeiro século. Mesmo admitindo aqui certo exagero piedoso, há excelentes motivos para acreditar que o cristianismo já era um elemento próprio do cenário religioso da Índia no quarto século. Deparamos com uma série de atitudes ricas e complexas em relação a Jesus no hinduísmo, que vão desde a rejeição pura e simples de Cristo, considerado uma influência ocidental indesejada (opinião que se tornou cada vez mais comum com a ascensão dos partidos nacionalistas hindus da Índia), até uma amável aceitação de Cristo como cumprimento das aspirações indianas. A seguir, vamos examinar algumas concepções típicas do hinduísmo acerca da pessoa de Cristo.

Rammohun Roy (1772-1833) nasceu em uma família brâmane em Bengala. Ele chegou à conclusão de que o hinduísmo estava corrompido e precisava ser reformado. Afastando-se cada vez mais da ortodoxia hinduista, aproximou-se do cristianismo.

A lógica desses versículos cairia por terra se Jesus não pudesse ser identificado com o próprio Deus. O acesso ao coração amoroso de Deus desaparece se Jesus não for divino. Logo, a *obra* da salvação depende da *pessoa* do Salvador. O entendimento de *quem* Jesus verdadeiramente é suscita a admiração pelo que ele fez.

A singularidade de Jesus

Os cristãos, portanto, são aqueles que estão convencidos de que vivem num mundo visitado por Deus e redimido por ele. A encarnação (Deus se tornando

Em seus *Preceitos de Jesus* (1820), afirmou que Jesus encarna um código moral que seria aceitável para os hindus de bem. Contudo, insistia que essa atitude positiva em relação a Jesus não acarretava a aceitação de um conceito trinitário de Deus. Além disso, o perdão dos pecados podia ser alcançado sem a expiação de Cristo.

Alguns aspectos do entendimento de Rammohun Roy acerca da relação entre o cristianismo e o hinduísmo foram criticados por outros hindus que se haviam convertido ao cristianismo. Por isso, o autor bengali Krishna Mohan Banerjee disse que havia afinidades muito próximas entre a ideia védica do sacrifício de Purusha e a doutrina cristã da expiação, contestando desse modo a ideia de Rammohun Roy de que havia diferenças radicais nesse ponto.

Keshub Chunder Sen (1838-1884) criou um método próprio para o entendimento da relação entre o cristianismo e o hinduísmo. Segundo Sen, Cristo realizou tudo o que havia de melhor na religião indiana. Ao contrário de Rammohun Roy, Keshub acolheu a doutrina da Trindade com entusiasmo. Alegou que, apesar de Brahma ser indivisível e indescritível, ele podia, não obstante, ser entendido no que diz respeito a suas relações internas com Sat ("ser"), Cit ("consciência") e Ananda ("felicidade"). Essas relações ternárias correspondem ao conceito cristão de Deus Pai como "Ser", Deus Filho como a Palavra ou Verbo e Deus Espírito Santo como "o Consolador" ou "Aquele que traz alegria e amor". Isso permitiu que Jesus fosse considerado de modo muito mais elevado do que Rammohun Roy admitira anteriormente. Uma ideia correlata foi elaborada mais recentemente por Raimundo Panikkar em seu *O Cristo desconhecido do hinduísmo*, em que ele defende a presença oculta de Cristo na prática hindu, sobretudo naquelas questões que dizem respeito à justiça e à compaixão.

humano) e a obra da redenção (Jesus morrendo na cruz pela humanidade) os enchem de júbilo e constituem o alicerce sobre o qual edificam a vida.

Se Deus visitou este mundo em Jesus, uma nova visão do mundo e da nossa própria existência é possível. Apesar das tragédias e do pecado, este mundo é amado por Deus. Deus trabalha pela restauração de sua criação: não se deve desprezar e tampouco violentar o mundo material. Cada vida humana tem dignidade e valor imensos. Os seres humanos efetivamente trazem consigo a "imagem de Deus". Não há nada de errado em ser humano e desfrutar a vida humana — porque o próprio Deus foi um de nós. Logo,

os problemas do mundo não se devem ao fato de sermos humanos, mas, sim, de sermos pecadores.

Além disso, se Deus visitou o mundo em Jesus, é possível ter uma visão totalmente nova de Deus e do próprio Jesus. Deus não está ausente, distante dos cuidados com sua criação; ele conhece o sofrimento na própria pele. Age efetivamente

neste mundo e procura realizar a ressurreição nas muitas “mortes” que enfrentamos. Ao mesmo tempo, Jesus é considerado um ser singular. Diferentemente de outros líderes religiosos, ele se apresenta como a encarnação da verdade em forma pessoal, que não apenas fala de Deus, mas também põe Deus em contato direto com o seu povo. Para alguns, isso suscita indagações sobre como devem responder a ele e sobre

“Sou historiador, não sou crente, mas devo confessar, como historiador que sou, que esse pregador pobre de Nazaré é definitivamente o próprio centro da história. Jesus Cristo é sem dúvida alguma a figura que mais sobressai em toda a história.”

H. G. WELLS

o que estão fazendo para que essa pessoa inigualável seja conhecida no mundo que lhe pertence.

Por fim, os cristãos acreditam que, se Deus estava salvando o mundo quando Jesus morreu na cruz, o mundo precisa conhecer essa mensagem quanto antes. Há perigos dos quais a humanidade precisa ser salva. Para os autores dos Evangelhos, o pecado humano e o juízo divino são realidades sombrias que não podem ser ignoradas. Contudo, esses mesmos Evangelistas proclaimam que, em Jesus, essa nuvem do juízo passará por cima dos que reconhecem a identidade de Jesus e o que ele fez por eles. Como diz João ao explicar a essência das boas-novas: “Porque Deus amou tanto o mundo, que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (Jo 3.16).

4 Salvação

GRAHAM TOMLIN

Um dos temas mais importantes — na verdade, diriam alguns, o tema principal — do cristianismo é o da salvação. É claro que o cristianismo não é o único que fala de salvação — a maior parte das religiões tem alguma ideia a esse respeito, embora suas concepções sobre o assunto variem tremenda-mente: desde a visão islâmica do paraíso, onde todos os desejos carnais e espirituais serão satisfeitos, à concepção hinduista de uma série de reencarnações ou à visão budista de “iluminação”. Não são apenas as religiões que aspiram à “salvação”. Programas seculares como o marxismo ou mesmo muitas correntes da psicologia oferecem uma forma de “salvação”, quer individual quer social. O termo “salvação” é empregado amplamente na sociedade contemporânea, referindo-se a praticamente tudo o que melhore a vida e o bem-estar das pessoas.

Por que o cristianismo, ou qualquer outra fé, dá tanta ênfase à salvação? No nível mais elementar, a salvação é necessária por causa da percepção generalizada de que as coisas não são como deveriam ser. Se acreditássemos que o mundo é bom como tem de ser, que não há nada de errado na vida, no planeta nem nas pessoas que vivem aqui, não haveria necessidade de salvação. O cristianismo, porém, assim como muitas outras religiões, não acredita nisso. Muita gente (não apenas os cristãos) compartilha da profunda percepção de que, embora às vezes a vida seja boa, ela poderia ser bem melhor. Por algum motivo, as coisas não são como deviam ser; ou, como disse Shakespeare na célebre frase de *Hamlet*, seu herói trágico: “Nosso tempo está desnorteado”. Há algo de errado com o mundo, algo que precisa ser consertado. A salvação é parte fundamental da teologia cristã porque, de um modo ou de outro, o mundo precisa ser salvo.

O que é pecado?

O pecado consiste na ruptura da correta relação entre o ponto máximo da criação de Deus — o ser humano — e o Criador. Embora a palavra “pecado” seja muitas vezes entendida como equivalente de “mal”, seu significado é bem diferente. Ela se refere à ruptura do relacionamento entre o ser humano e Deus, ruptura essa que afeta todos os aspectos das relações humanas. Como consequência do pecado, temos a tendência inata de querer seguir nosso próprio caminho, construir nosso mundo individual e inventar deuses criados por nós mesmos. O relato de Gênesis sobre a queda de Adão e Eva (Gn 3) pinta com cores vivas o questionamento humano da sabedoria divina. Não estamos dispostos a aceitar o lugar que Deus nos reservou na criação; em vez disso, queremos ser como deuses, decidindo por conta própria o que é certo e o que é errado, rebelando-nos contra quem quer que procure tolher nossas ações.

O efeito essencial do pecado é a separação entre o ser humano e Deus. Essa separação se dá em vários níveis. Ela nos afasta da presença divina; o pecado corrompe nossa relação com Deus, com os outros seres humanos e com o meio ambiente. Em primeiro lugar, o pecado rompe a relação vital entre a humanidade, ponto máximo da criação divina e portadora da imagem de Deus, e o Criador. Somos alienados da presença e do amor de Deus. Em vez de adorar a Deus como Criador, temos a tendência perturbadora de adorar a criação. No fundo, a idolatria é a inclinação humana pecaminosa de adorar e cultuar algo que nós mesmos

Se perguntarmos às pessoas qual é o significado da salvação no cristianismo, muitas responderão que se trata de “ir para o céu depois da morte”. Entretanto, o entendimento cristão da salvação é muito mais rico e mais completo do que isso. Para alguns teólogos, a Bíblia é a “história da salvação”. Logo, para preencher esse quadro do significado da salvação para a teologia, vale a pena recapitular a história narrada na própria Bíblia, principalmente para extraír dela a ideia de que a salvação na Bíblia diz respeito à restauração da criação — a aurora de uma nova era.

A aurora de uma nova era

A narração que a Bíblia faz da criação do Universo não é um relato exato da formação da matéria minuto a minuto, e sim uma narrativa poética das origens da ordem criada. Essa história tem por objetivo ajudar-nos a compreender

fizemos, e não aquele que nos fez. Em segundo lugar, o pecado destrói nossa relação com os outros seres humanos. O livro de Gênesis mostra que o pecado de Adão e Eva resultou no primeiro homicídio (Gn 4). Em vez de aceitar a condição de irmãos e irmãs e de nos comportarmos como tais, agimos como rivais. Em vez de servir alegremente aos outros, buscamos escravizá-los e explorá-los. Em terceiro lugar, arruinamos nossa relação com o meio ambiente. Em vez de "cuidar do Éden" (Gn 2), exploramos a terra para satisfazer nossas vontades. A crise ecológica atual reflete a determinação humana de explorar as dádivas de Deus em busca de fins pessoais, em vez de cuidar delas e mantê-las como administradores que um dia hão de transferi-las aos que virão depois de nós.

Os teólogos cristãos procuraram distinguir os diferentes aspectos do pecado. Agostinho de Hipona é um ótimo exemplo de autor que se empenhou em identificar as várias facetas dessa noção complexa. Para ele, dois dos muitos aspectos do pecado chamam a atenção. Em primeiro lugar, o pecado está associado à culpa — desordem moral em face de um Deus santo e justo. Essa culpa precisa ser perdoada e purificada para que nossa relação com Deus seja restaurada. Em segundo lugar, o pecado é uma doença que somos incapazes de curar. Os atos pecaminosos individuais são como sintomas desse mal. É a doença propriamente dita, e não apenas os sintomas, que precisa de cura. Cristo é o grande médico, e só ele pode curar a humanidade do pecado.

algumas informações elementares sobre o Universo: que ele não surgiu por acaso, mas como resultado da vontade de um Deus bom e criativo; e que a humanidade é chamada a desempenhar um papel especial na criação — cuidar dela em nome do próprio Deus.

Logo depois, segue a narrativa da Queda. Condensada na história da desobediência de Adão e Eva, ela comunica a ideia de que, embora a ordem criada fosse originalmente “muito boa”, essa bondade foi fraturada e desestruturada, sobretudo em consequência da recusa da humanidade a desempenhar o papel de “administradora dos bens de Deus”, em vez de governar, dominar e explorar a criação para seus propósitos pessoais e para sua própria glória.

“O começo da morte reconciliatória de Cristo é a percepção de que ela é necessária.”

LORD BYRON

Essa ruptura fundamental no âmago da harmonia da criação produziu dores e distúrbios incalculáveis — é como um vírus de computador, o qual, uma vez que tenha invadido a máquina, não deixa nada funcionar do jeito que devia. A humanidade alienou-se de Deus, os seres humanos se distanciaram uns dos outros e a relação do homem com o planeta ficou prejudicada, de tal modo que a criação já não coopera com a humanidade e só pode dar seu fruto à custa do “suor do rosto” do homem (Gn 3.19). Até a consciência que o homem tem de si mesmo foi afetada — a vergonha passou a fazer parte da vida humana quando Adão e Eva, seres que representavam a humanidade, tentaram usar sobre o corpo folhas de figueira para cobrir o constrangimento e a desgraça.

O restante do Antigo Testamento tem evidências dessa brecha profunda na criação em suas narrativas acerca de pecado, injustiça, guerras e da presença do mal. Mas também há nele a esperança de um futuro diferente — vislumbres de uma nova ordem ou de uma nova era vindoura, em que todas as coisas serão retificadas. As profecias do livro de Isaías se detêm particularmente nessa expectativa (Is 65.17,20, 21,23-25):

Pois crio novos céus e nova terra [...] Ali não haverá mais criança que viva poucos dias, nem velho que não complete os seus anos [...] Eles edificarão casas e as habitarão; plantarão vinhas e comerão do seu fruto [...] Não trabalharão em vão, nem terão filhos para calamidade; porque serão a descendência dos benditos do SENHOR, e os seus descendentes estarão com eles. E acontecerá que responderei antes de clamarem; e os ouvirei quando ainda estiverem falando. O lobo e o cordeiro pastarão juntos, o leão comerá feno como o boi; e a comida da serpente será o pó. Não farão mal nem dano algum em todo o meu santo monte, diz o SENHOR.

Essa descrição não tem muita relação com “morrer e ir para o céu”; em vez disso, ela nos faz descortinar a renovação e restauração de toda a ordem criada, delineando as relações íntimas e harmoniosas que haverá entre a humanidade, Deus e a própria terra, a criação viva, não humana, completamente restaurada e revigorada.

Com o advento de Jesus, chega-se a uma nova etapa da história. O principal tema em seus lábios era o “reino de Deus”. O contexto do ensinamento de Jesus sobre o “reino de Deus” é a história de Israel no Antigo Testamento:

desde que a nação fora assolada por assírios e babilônios, entre o nono e o sexto séculos a.C., o povo de Deus vivia no exílio. Desde essa época e sobretudo nos dias de Jesus, havia o forte desejo de que esse exílio chegasse ao fim — o povo de Deus seria levado de volta para sua terra, o verdadeiro Templo seria reconstruído, o Messias viria para libertá-los e Deus seria novamente rei do seu povo na chegada do reino de Deus.

Conforme explicam os Evangelhos, Jesus é o Messias (do grego *Christos*, ou seja, “Cristo”) que traz o reino de Deus. Essa “nova era” chegou finalmente, pelo menos em parte. Agora podemos começar a ver, e não apenas imaginar, o que é de fato a vida quando os caminhos de Deus prevalecem. Esse é o significado dos milagres de Jesus e de suas curas: são essas coisas que acontecerão na “nova era”, a era do reino de Deus, quando os caminhos de Deus tornarão a predominar na terra e quando ele se tornar rei de uma vez por todas.

No auge da história de Jesus ocorrem sua morte e ressurreição. A ressurreição particularmente é entendida no Novo Testamento como uma amostra dessa “nova era” vindoura. Jesus não “volta à vida simplesmente”, como se tivesse sido ressuscitado de uma experiência de quase morte. Ao contrário, ele passa pela morte e sai do outro lado. Isso nos dá um vislumbre da nova “Vida Ressuscitada” do outro lado da morte, como uma espécie de antegosto do fim da história, porém no meio dela. Alguns teólogos atuais, como o alemão Wolfhart Pannenberg (n. 1928) e o inglês N. T. Wright (n. 1948), ressaltam o significado central da ressurreição como uma incursão do futuro no presente, uma antecipação do porvir no mundo de hoje. O livro de Apocalipse, no final da Bíblia, completa o quadro. Nesse livro a história termina com uma visão da criação renovada (Ap 21,1,3-5):

Então vi um novo céu e uma nova terra. Pois o primeiro céu e a primeira terra já se foram, e o mar já não existe [...] E ouvi uma forte voz, que vinha do trono e dizia: O tabernáculo de Deus está entre os homens, pois habitará com eles. Eles serão o seu povo, e Deus mesmo estará com eles. Ele lhes enxugará dos olhos toda lágrima; e não haverá mais morte, nem pranto, nem lamento, nem dor, porque as primeiras coisas já passaram. O que estava assentado sobre o trono disse: Eu faço novas todas as coisas!

“O homem deve ser liberto do pecado em que consiste a sua própria natureza e que o leva a cometer o pecado que comete.”

GEORGE MACDONALD

O sofrimento de Cristo e o problema do sofrimento

O sofrimento é um problema real para muita gente. E o que podemos dizer a respeito dele? Entre as muitas respostas a esse enigma ao longo da história do pensamento humano, cinco se firmaram. De acordo com a primeira, o sofrimento é mera ilusão. Ele simplesmente não existe. É só imaginação. Se nos concentrarmos bastante, a ilusão desaparecerá, e a nossa perplexidade e nossa dor terão fim.

A segunda resposta é que o sofrimento é real. Todavia, é algo que as pessoas inteligentes devem ser capazes de superar, entendendo que ele tem pouca importância. Devemos cultivar uma atitude de desdém e indiferença em relação aos nossos sofrimentos e não permitir que eles interfiram no mais importante, que é a vida. A terceira resposta é que, embora o sofrimento seja real e não vá desaparecer, serve-nos de consolo o fato de que a vida não dura para sempre. No fim das contas, morreremos e, uma vez mortos, o sofrimento cessará; e finalmente teremos paz. O sofrimento é temporário, e não eterno. De acordo com a quarta resposta (num tom mais otimista), o progresso humano acabará por eliminar a dor e o sofrimento do mundo. Uma nova política social, a melhora da produtividade econômica e quem sabe o avanço nas pesquisas farmacêuticas finalmente derrotarão o sofrimento. Todavia, as promessas vão sendo feitas, e não há sinal de que a dores do mundo serão aliviadas. Parece que elas estão aí para ficar, apesar das pretensões dos que acreditam que podemos mudar as coisas.

"A glória do cristianismo é vencer pelo perdão."

WILLIAM BLAKE

Eis a visão do novo céu e da nova terra (2Pe 3.13) — não se trata de um estado desencarnado em algum lugar das nuvens, mas, sim, de uma nova ordem

aqui na terra, onde a enfermidade, o sofrimento, o pecado e a morte serão coisas do passado.

Essa narrativa bíblica nos dá muitas informações essenciais sobre o que a fé cristã entende por salvação. Além da expectativa de transformação de toda a ordem criada, ela incorpora também o resgate e a redenção dos indivíduos. É a visão de uma humanidade renovada, de uma sociedade renovada e até da terra renovada.

O entendimento cristão da salvação também suscita algumas perguntas já debatidas exaustivamente ao longo da história da teologia cristã. Se o advento

Os cristãos têm uma quinta resposta. Deus sofreu em Cristo. Ele sabe o que é ser humano — uma ideia admirável e consoladora. Não estamos afirmando que Deus se tornou meramente parecido conosco, como se tivesse assumido uma espécie de disfarce para poder se passar por um de nós. Estamos dizendo que o Deus que criou o mundo entrou de fato neste nosso mundo caído e sofredor, como um de nós e em nosso favor, para nos redimir. Deus não enviou um mensageiro ou um representante para nos ajudar. Ele se envolveu diretamente, redimindo sua criação, em vez de mandar alguém para fazer isso por ele. Deus não é um general que comanda suas tropas protegido num abrigo antibomba, longe da linha de frente. Ao contrário, ele lidera seus soldados no calor da batalha, e já fez antes tudo o que pede que seus comandados façam. Portanto, Deus sabe o que é sofrer.

A Carta aos Hebreus diz que “não temos um sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas” (Hb 4.15). Ele sofre conosco, e é esse o sentido etimológico tanto da palavra “simpatia” (do grego *sympatheia*, relacionada a “sentir junto”) quanto da palavra “compadecer” (do latim *compati* ou *compatiscere*, “sofrer com”). Deus, o Criador, entra em sua criação — não como um turista curioso, que vem aqui de passagem a caminho de um lugar mais interessante e importante, mas, sim, como salvador comprometido, que valoriza a nós e ao nosso mundo. Ele não precisava sofrer para saber como é o sofrimento, mas optou por isso para demonstrar publicamente que sabe por experiência o que era sofrer.

de Jesus foi o prenúncio de uma nova era vindoura, fica em aberto a questão de saber em que medida essa “nova era” já se iniciou e quanto dela ainda aguarda uma revelação futura. Às vezes, Jesus falava como se o reino de Deus tivesse sido instituído pelo seu ministério. Outras vezes, suas palavras deixavam entrever que ainda era futuro. Alguns cristãos enfatizam a primeira perspectiva e ficam à espera dos sinais da nova era — curas, libertação de maus espíritos e até a possibilidade de uma vida sem pecado aqui e agora. Outros enfatizam a segunda ideia, dizendo que não devemos esperar muitos sinais da era vindoura aqui e agora, e chamam a atenção para os renitentes efeitos do pecado na vida humana e na sociedade.

Outra questão diz respeito ao papel da igreja na chegada dessa “nova era”. A igreja deve trabalhar ativamente pelo reino, tornando-o realidade por meio da justiça social e da compaixão? Essa era a posição de muitos dos que atuavam

no movimento do “evangelho social” de fins do século 19 e princípios do século 20. Ou será que o reino é algo que somente Deus pode tornar realidade em seu próprio tempo e do qual a obra da igreja de ação social e transformação apenas dá testemunho, indicando-o, em vez de fazê-lo acontecer? Seja como for, o tema bíblico de Deus inaugurando em Cristo uma nova era para as pessoas e o planeta é de enorme importância para a interpretação cristã da salvação.

O significado da cruz: adunação

É fato incontestável da história que Jesus de Nazaré foi executado pelos romanos em Jerusalém, ou nas suas proximidades, no início dos anos 30 d.C. O fato é comprovado não apenas pelos Evangelhos cristãos, mas também por fontes externas aos círculos cristãos primitivos. Em alguns aspectos, essa foi apenas

Ligar-se à cruz

Como as pessoas podem beneficiar-se da cruz? O que é preciso fazer para ligar-se à cruz de Cristo e receber os benefícios que ela oferece? Essa pergunta é muito importante para a evangelização e a espiritualidade cristã. A resposta cristã fundamental baseia-se em duas ideias: arrependimento e fé. O “arrependimento” expressa a ideia de uma “reviravolta”. A palavra grega *metanoia*, empregada no Novo Testamento, significa “mudança de mente”. Refere-se a uma reorientação total, em que a pessoa dá as costas ao mundo e se volta para Deus.

Isso nos leva naturalmente ao conceito de “fé”. No pensamento cristão, “fé” significa mais do que “aceitar a veracidade de alguma coisa”. Tem o sentido fundamental de “confiança”. Crer em Deus é confiar em Deus e no que ele promete. Martinho Lutero sempre dizia que a essência da fé é confiar num Deus que fez promessas e assim receber o que ele prometeu. A fé, para Lutero, é uma mão que se estende para receber os benefícios concedidos por Deus.

A fé, portanto, pode ser entendida como se envolver nas promessas de Deus e receber o que elas têm a oferecer. Depois de reconhecer que as promessas são verdadeiras e que se pode confiar nelas, é preciso agir de acordo com o que elas pedem — em outras palavras, entrar nelas para colher seus benefícios. Alguém pode crer que Deus lhe prometeu o perdão dos pecados e que é possível confiar nessa promessa. Todavia, se o indivíduo não responder a essa promessa, não terá perdão. Os primeiros dois estágios da fé preparam o caminho do terceiro, sem o qual esses dois são incompletos.

uma de muitas mortes desse tipo. A crucificação era uma prática terrível, porém comum, mediante a qual se executava um ser humano. Era reservada especialmente para criminosos, escravos foragidos e adversários políticos do Império Romano — em outras palavras, aqueles cuja punição o regime queria que servisse de exemplo. Muitos foram crucificados da mesma maneira. No dia da execução de Jesus, dois outros homens foram crucificados ao lado dele.

Em outros aspectos, contudo, a morte de Jesus foi diferente. E o motivo por que ela foi considerada diferente é claro: a notícia da ressurreição de Jesus fez que seus seguidores, desiludidos e desapontados, vissem sua morte sob uma nova luz. Se Deus resgatou da morte esse homem, tal morte não fora um acidente infeliz, a derrota final de um messias fracassado; ela devia ter um significado maior. Se ele era de fato o Messias, o representante de Israel

Costuma-se usar uma analogia médica para enfatizar a importância fundamental da fé para nos ligarmos à cruz. Vamos tomar como exemplo um frasco de penicilina, o famoso antibiótico que Alexander Fleming (1881-1955) identificou. A penicilina foi responsável por salvar a vida de milhares de pessoas, que, sem ela, teriam morrido vítimas de diversas infecções. Suponha que alguém esteja com uma infecção muito grave. Sobre seu criado-mudo há um frasco de penicilina. Essa pessoa pode aceitar que o frasco de penicilina existe e confiar que ele pode curá-la da doença fatal que a acomete. Contudo, a infecção dela jamais será curada se ela não agir com base nessa confiança e tomar o remédio. A aceitação e a confiança preparam o caminho para o componente final da fé — envolver-se na promessa e receber aquilo que ela oferece. De igual modo, somente depois que damos o passo final é que podemos receber os benefícios de Cristo.

Esse terceiro elemento da fé é de vital importância para entender a cruz. Assim como a fé cria um elo entre o frasco de penicilina e a cura da infecção grave, ela também cria um elo entre a cruz e a ressurreição de Jesus Cristo e a situação em que nos encontramos. A fé nos une ao Cristo ressurreto e põe à nossa disposição tudo o que ele conquistou para nós com sua obediência e ressurreição — o perdão, a graça e a vida eterna, entre outras bênçãos. Esses “benefícios de Cristo” se tornam nossos pela fé. Eles não estão separados da pessoa de Cristo, como se pudessem ser recebidos isoladamente; antes, são concedidos junto com sua presença real e redentora conosco, mediante a fé.

A salvação e a derrota dos demônios

Faz parte da visão de mundo bíblica a existência de uma “esfera espiritual” dentro da ordem criada. Ao criar o mundo, Deus constituiu o domínio material e o espiritual. A Bíblia menciona com frequência “anjos” e “demônios” como seres espirituais pessoais e dá a entender que os últimos talvez sejam anjos caídos (2Pe 2.4; Jd 6). O Novo Testamento usa o termo grego *daimon* para se referir a esses seres espirituais malignos. Embora algumas traduções mais antigas da Bíblia — como a inglesa King James — às vezes traduzam *daimon* por “diabo”, essa interpretação é equivocada e não ajuda. O termo grego *daimon* era amplamente utilizado no mundo pagão para designar divindades secundárias e, sem dúvida, tem esse sentido em algumas passagens específicas do Novo Testamento (p. ex., At 17.18). Embora o termo grego se aplique a divindades menores, tanto boas como más, seu emprego ocorre quase sempre em sentido negativo no Novo Testamento. Encontramos nessas ocorrências uma ampla gama de atividades atribuídas aos demônios, que incluem afligir indivíduos com transtornos físicos e mentais diversos — como mudez, cegueira, surdez ou insanidade (Mt 9.32,33; 12.22; Mc 5.2-5; 9.25; Lc 13.16) —, além de fazer muitos se desviarem da fé (1Tm 4.1). A Bíblia menciona demônios que habitam os lugares ermos — como montes, túmulos e lugares áridos e sem água (Mc 5.2,5; Lc 11.24).

Faziam parte do ministério de Jesus tanto a cura quanto o exorcismo, que é expulsar demônios das pessoas (Lc 4.33-37). O Novo Testamento atribui dons sobrenaturais aos demônios, entre eles o dom de discernimento. Chama a atenção o reconhecimento da filiação divina de Jesus pelos demônios (Mt 8.29; Mc 5.7). Até

esperado havia muito tempo, e se a ressurreição, que todos os judeus esperavam que acontecesse no fim dos tempos, aconteceu naquele momento no

meio da história, sem dúvida sua morte tinha algum papel no drama da salvação. Qual era, pois, o significado dessa morte e a sua importância?

Num estágio bem inicial do pensamento cristão, já se começava a entender que a morte de Jesus estava ligada ao plano de Deus de resolver o problema do

pecado humano de uma vez por todas: ela era o meio de “adunação” [do latim *ad + unatio* = reconciliação] (v. “Glossário”), um meio pelo qual se fizera a

“Deus cria do nada.
Maravilhoso, você diz. Sim,
é claro, mas ele faz algo
ainda mais maravilhoso:
transforma os pecadores
em santos.”

SØREN KIERKEGAARD

as forças espirituais são obrigadas a reconhecer e dar testemunho da verdadeira identidade de Cristo e da autoridade que ele tem sobre o mundo espiritual. O ministério de cura de Jesus se estendia, desse modo, tanto à ordem material quanto à ordem espiritual. Como diz o apóstolo Paulo, Cristo triunfou publicamente sobre os “principados e poderes” da era presente, sujeitando-os à sua autoridade (Cl 2.15).

A vitória de Cristo sobre os demônios tem papel fundamental no pensamento cristão acerca da adunação [do latim *ad + unatio* = reconciliação] (veja “Glossário”), ou seja, na interpretação da morte de Cristo na cruz e de sua ressurreição. Para muitos autores dos primórdios do cristianismo, como Atanásio de Alexandria, Jesus foi erguido na cruz para que tivesse contato direto com o reino dos demônios e lutasse com eles. O mesmo Cristo que desarmara os demônios durante seu ministério moveu uma batalha decisiva contra eles na cruz e os derrotou. Os crentes não precisam mais temer as forças demoníacas, cujo poder foi destruído pela morte e ressurreição de Cristo.

Esse tema não perdeu sua enorme importância até hoje. Muitas religiões africanas tradicionais acreditam que o Universo foi criado e animado por muitos deuses e espíritos, que não raro exercem influência maligna sobre as pessoas. Essas religiões entendem que o espírito dos ancestrais assombra os vivos, oprimindo-os e mantendo-os cativos. A proclamação da vitória do Cristo ressurreto sobre todas as potestades e autoridades espirituais tem, portanto, um peso imenso no contexto africano tradicional. Cristo liberta os vivos do temor de seus ancestrais e destrói o poder dos maus espíritos.

reparação do pecado. Na década de 50 d.C, quando o apóstolo Paulo escreveu a Primeira Epístola aos Coríntios, já estava bem consolidada a tradição de que no cerne do evangelho cristão reside a convicção de que “Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras” (1Co 15.3). Essa declaração é significativa. Os primeiros cristãos examinavam as Escrituras hebraicas em busca de modelos que lhes permitissem compreender o significado da morte de Jesus, e havia muito o que descobrir naqueles textos.

O elaborado sistema de sacrifícios mediante o qual os pecados do povo de Israel eram eliminados é um frutuoso conjunto de ideias. Particularmente, o linguajar derivado do “Dia do Perdão” do Antigo Testamento, cujas instruções de realização foram dadas em Levítico 16, passou a ser um modelo para a compreensão do significado da morte de Cristo. Touros e bodes eram sacrificados

ou enviados para o deserto com os pecados do povo, que eram confessados sobre eles (e assim eles eram “carregados” pelo animal). Removiam-se dessa forma os pecados do povo. De igual modo, a morte de Jesus foi interpretada como o sacrifício que eliminou o pecado de uma vez por todas. A Epístola aos Hebreus trata com mais detalhes a ideia de que, embora o sacrifício de animais tivesse de ser oferecido reiteradas vezes pelos pecados do povo, Cristo agora morreria de uma vez por todas por todos, de tal forma que o sistema sacrificial já não é necessário na nova aliança. Desde o princípio, Jesus foi chamado de “Cordeiro de Deus” (veja, p. ex., Jo 1.29; Ap 5.13), ideia que retoma o conceito veterotestamentário do cordeiro sacrificado pelos pecados do povo.

Na mesma época, a cruz de Cristo passou também a ser entendida por meio de diversas outras imagens. Paulo, por exemplo, escreve sobre a participação dos cristãos na morte de Cristo

para que também possam participar da sua ressurreição. O “velho eu” do cristão, anterior à fé, propenso a pecar, sujeito à degradação e à morte, foi aniquilado pela cruz de Cristo, de tal forma que um “novo eu” surja com ele na ressurreição (veja Rm 6.5-10). A imagem do tribunal de justiça também era usada com frequência. Nesse

“O Sangue se ocupa daquilo que fizemos, ao passo que a Cruz se ocupa do que somos. O Sangue anula nossos pecados, ao passo que a Cruz atinge a raiz da nossa capacidade de pecar.”

WATCHMAN NEE

tribunal, a humanidade é a parte culpada, acusada de ter violado a lei de Deus. Jesus Cristo, porém, paga voluntariamente o preço da transgressão e toma sobre si a pena devida, a pena de morte que o pecado sempre mereceu, para que a humanidade seja liberta. No Evangelho de Marcos, o próprio Jesus usa a imagem da sua morte como resgate por muitos (Mc 10.45), um resgate pago pela libertação dos que estavam cativos.

A ideia de que a humanidade era escrava do pecado e da morte até que o Filho de Deus entregou a própria vida para lhe dar liberdade foi acolhida e desenvolvida pela teologia patrística que veio depois. A dificuldade surgiu quando os teólogos tentaram determinar exatamente a quem o resgate fora pago e quais as cláusulas do contrato. Se o resgate de algum modo fora pago a Satanás, isso acaso queria dizer que Satanás tinha algum direito sobre Deus? Não seria imoral, além de ser um sinal de fraqueza, ceder aos que injustamente fazem reféns?

Seja como for, isso apenas chama a atenção para o tema fundamental. No Novo Testamento e na reflexão teológica posterior que se fez sobre ele, deparamos com várias imagens usadas para transmitir o significado da morte de Cristo. O resultado final é evidente: a morte de Cristo resolve definitivamente o problema do pecado, elimina o obstáculo que separa a humanidade de Deus e efetua a reconciliação entre Deus e suas criaturas rebeldes — “fomos reconciliados com Deus pela morte de seu Filho”, conforme diz Paulo (Rm 5.10). Alguns até podem dizer que o elemento essencial de todas essas figuras é uma espécie de “substituição” — pela qual Cristo morre em favor dos pecadores e no lugar deles.

Entretanto, estamos tratando aqui do modo que a linguagem funciona e como as ideias são transmitidas, da relação entre fato e significado. Talvez seja melhor falar de “metáforas” da adunação, e não de “teorias”. O exato modo em que a cruz resolve o pecado humano não está ligado a nenhuma teoria absoluta, mas temos vários modelos, ou metáforas: o tribunal de justiça, o pagamento de um resgate para libertar cativos, o sistema sacrificial do Antigo Testamento, um relacionamento desfeito. “Mudando a metáfora, você mudará o mundo”, disse o romancista George Eliot (1819-1880) sublinhando o poder da metáfora. As imagens referidas antes, que refletem a ideia fundamental da cruz de Cristo reconciliando Deus e a humanidade, repercutiram de forma poderosa no decorrer dos séculos à medida que os cristãos procuravam compreender, celebrar e recordar a morte de Cristo por eles.

Essas metáforas, como praticamente qualquer metáfora, se esgarçam e rasgam se as forçamos demais no sentido errado, e podem até nos enganar. Alguns teólogos chamaram a atenção para o caráter problemático, para não dizer imoral, de qualquer teoria em que uma vítima inocente é morta em lugar da parte culpada. Nesse sentido, a ideia de que Jesus morre para satisfazer o julgamento de um Deus irado contra o pecado, ou de que sua morte é uma soma em dinheiro paga pelo Pai a uma espécie de sequestrador metafísico, pode nos apresentar Jesus como um tipo bondoso, disposto ao sacrifício, e Deus Pai como uma espécie de tirano maligno e vingativo. Até a ideia de salvação pela morte — isto é, Deus agindo com violência — passou a ser alvo de críticas.

Em tudo isso, é importante situar a cruz de Cristo em dois contextos fundamentais. Um diz respeito à doutrina da Trindade. Muitos teólogos, como o alemão Jürgen Moltmann (n. 1926), têm insistido na cruz como um fato na

vida da Trindade. Isso significa que devemos ver sempre o que se passa na cruz como algo que envolve as três pessoas da Trindade trabalhando em conjunto, e não separadamente ou em conflito entre si. Apesar do grito desesperado de Jesus — “Deus meu! Deus meu! Por que me desamparaste?” (Mc 15.34) —, o Novo Testamento não nos incentiva a pensar em Jesus e no Pai em oposição um ao outro, nem mesmo na cruz. “Deus estava em Cristo reconciliando consigo mesmo o mundo” (2Co 5.19) é a nota que caracteriza isso, e mesmo o grito de abandono de Jesus aponta para o fato de tratar-se de algo que ocorre entre o Pai e o Filho no âmbito da própria Divindade. Jesus não estava aplacando um Deus amargo e rancoroso (imagem que, aliás, é um dos efeitos perversos decorrentes do uso abusivo da metáfora). Ao contrário, o próprio Deus derrotou as forças do pecado e do inferno que prendem e tiranizam a humanidade, oferecendo a si mesmo por nós.

O outro contexto é o de um mundo pecaminoso, violento e sofredor. A doutrina cristã do pecado é brutalmente realista acerca do efeito do orgulho

humano, do ciúme e do egoísmo sobre a ordem criada e sobre as relações sociais. A ideia cristã de adunação diz que Deus entra neste mundo destroçado e sofrido e vive na pele suas angústias mais profundas a fim de o resgatar e redimir. É por isso que a violência e o sofrimento fazem parte da redenção divina do mundo. A cruz diz

exatamente isso: que Deus não está alheio à experiência do abandono e do desespero próprios do ser humano. Ele não apenas entra nesse sofrimento, mas também o transforma, oferecendo perdão, redenção e reconciliação.

A vitória sobre a morte e Satanás

De acordo com a teologia cristã clássica, a raça humana encontra-se no meio do campo de batalha entre o bem e o mal, Deus e Satanás. No entanto, uma das ideias mais importantes da interpretação cristã da relação entre o bem e o mal é que esse conflito se dá num contexto escatológico — em outras palavras, o mundo foi originariamente criado bom e um dia voltará a ser bom. O mal é essencialmente um ente estranho, uma intrusão alheia num mundo bom, e não uma parte inevitável da existência. A ideia de que tanto o bem quanto

“Os homens não divergem muito quanto ao que chamam de males, mas divergem enormemente quanto aos males que consideram aceitáveis.”

G. K. CHESTERTON

o mal são realidades eternas surgiu somente nas primeiras seitas heréticas, à margem do cristianismo — como, por exemplo, o movimento maniqueísta. Na teologia cristã tradicional, o bem e o mal não são dois princípios eternos em constante conflito um com o outro. Pelo contrário, Deus é o criador de tudo o que existe, ao passo que o mal é uma força derivada, às vezes personificada no conceito de um anjo caído, Satanás ou Lúcifer. As ideias básicas dessa personificação são importantes — esse mal é verdadeiro e hostil, mas só existe porque parte da criação divina decidiu se desviar do criador, e não porque o mal já estava presente desde o início com Deus.

Antes da expulsão definitiva do mal, porém, o cosmo será palco de um colossal conflito entre Deus e as potestades malignas. A morte e a ressurreição de Cristo muitas vezes foram consideradas como a batalha decisiva dessa longa guerra, a batalha em que o pecado, a morte e os poderes das trevas receberam o golpe fatal de que jamais conseguirão se recuperar. Esse conflito e a natureza precisa das forças nele envolvidas foram definidos de vários modos na história da teologia cristã.

Pela tradição, as interpretações que o cristianismo propõe para os efeitos da morte de Cristo agrupam-se em duas categorias principais: objetiva e subjetiva. O primeiro tipo de abordagem ressalta que a morte de Cristo na cruz mudou de maneira objetiva a relação entre a humanidade e Deus, produzindo algo direto e claro, externo à consciência humana. A segunda abordagem propõe que os efeitos da morte de Jesus não devem ser entendidos como algo que tenha provocado mudanças em Deus ou no Universo, mas, sim, mudanças de caráter subjetivo e interior na forma em que percebemos Deus e a nós mesmos. Considera-se que os maiores defensores de cada uma dessas teorias foram os teólogos medievais Anselmo (veja p. 237) e Abelardo, respectivamente. Vale notar que as interpretações da morte de Cristo que se detêm em sua vitória sobre os poderes que ameaçam a humanidade sempre se inseriram em uma ou outra dessas duas categorias.

No período patrístico, sobretudo nas formas orientais da teologia cristã, a ideia de um conflito cósmico entre Deus e Satanás (ou o Diabo) sempre teve papel preponderante. Na cruz e na ressurreição, Jesus teria obtido uma vitória definitiva sobre os poderes objetivos do pecado, da morte e de Satanás, que tinham a humanidade sob seu domínio. De acordo com algumas dessas teorias, o Diabo havia adquirido direitos sobre a humanidade por causa do

pecado de Adão, por isso estávamos sob seu domínio e governo. Ireneu de Lião ressaltou a ideia da morte de Cristo como o pagamento de um resgate (ideia tomada de Mc 10.45) que liberta o pecador da escravidão. O que se discutia, porém, era quem foi o recebedor desse pagamento. Havia várias respostas diferentes.

Gregório de Nazianzo (329-389), por exemplo, dizia que o pagamento foi feito a Deus Pai, ao passo que seu colega muito próximo, Gregório de Nissa (c. 331-395), dizia que o pagamento foi

feito ao Diabo. Gregório de Nissa, em especial, trabalhou a ideia de que o Diabo de algum modo fora iludido e perdera os direitos que tinha sobre a humanidade. A natureza humana de Cristo fez o Diabo acreditar que Cristo era sujeito à morte e ao inferno como outro ser humano qualquer. Sob essa veste de humanidade, porém, escondia-se sua divindade, isenta de pecado. Assim, quando Satanás o reivindicou para si pela morte, excedeu os

“Fora, mancha maldita!
Esse é o verdadeiro grito da natureza humana. A mancha não pode ser removida sem sangue nem sem aquilo que é infinitamente maior, mais profundo, mais intenso e mais tremendo do que o sangue, do qual o sangue é apenas símbolo — o sofrimento de Deus.”

G. CAMPBELL MORGAN

direitos que tinha sobre os homens — e assim os perdeu completamente, o que permitiu à humanidade libertar-se do seu controle. Gregório comparou a ideia da humanidade de Cristo a uma isca que escondia o anzol da sua divindade — o Diabo foi logrado, fisiou a isca e, qual imenso peixe maligno, foi capturado pelo pescador divino. Todavia, para muitos, a ideia de Gregório, de que Deus enganara o Diabo, é questionável do ponto de vista moral e parece dar a impressão de que Deus é afeito ao logro e à fraude.

Na Idade Média, a ideia geral da vitória de Cristo sobre as potestades do pecado, da morte e do inferno ganhou ampla popularidade e influência. A tese de que Cristo arrombou as portas do inferno depois da sua morte, para libertar os cativos ali presos (a famosa “descida aos infernos”), tornou-se tema de inúmeras xilogravuras e pinturas. (A ideia se baseia vagamente no texto um tanto enigmático de 1Pedro 3.18-22.)

No período do Iluminismo, no século 18, essa especulação se tornou alvo de suspeita por diversos motivos. O ceticismo em torno da ideia de um Diabo pessoal e a confiança cada vez maior na capacidade moral e racional da

humanidade culminaram na percepção reduzida da realidade do mal objetivo no mundo. Assim, o tema do conflito e da vitória tornou-se menos acentuado.

No século 20, e sobretudo nos anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, as ideias de um conflito apocalíptico e do mal nu e cru voltaram a ser levadas a sério. Em 1930 foi publicado um livro pequeno, porém muito influente, que retomava o conceito da vitória de Cristo e o colocava em destaque entre as interpretações cristãs da sua morte. Gustav Aulén (1879-1977) expunha em seu livro *Christus victor* (com certo exagero, deve-se admitir) que a visão clássica da expiação sustentada ao longo da história da teologia cristã era a ideia de que, na morte e ressurreição de Cristo, Deus conquistara a vitória sobre as potestades do mal, inaugurando uma série de novas possibilidades para a vida humana. Parece que Aulén propunha uma teoria que, na época, era atraente e evitava algumas dificuldades das demais teorias da adunação. Por um lado, as teorias latinas jurídicas e “objetivas” da expiação, com origem em Anselmo, suscitavam questões morais relativas ao sofrimento de uma vítima inocente. Por outro lado, as interpretações “subjetivas” da expiação, que pareciam dar a entender que a única mudança produzida pela cruz de Cristo fora nossa percepção dele, mostravam-se de algum modo deficientes e ineficazes em face do mal e do sofrimento reais. A teoria de Aulén oferecia um meio caminho entre essas duas posturas, visto que propunha uma expiação objetiva sem a estrutura jurídica questionável.

Para os autores patrísticos, as potestades do mal eram objetivas e de natureza pessoal. Aulén ainda pensava no mal como algo objetivo, mas impessoal. Outros teólogos do século 20 começaram a desenvolver concepções da vitória de Cristo em que ele derrota poderes do mal subjetivos e impessoais. Para Paul Tillich (1886-1965), por exemplo, a cruz representa a vitória divina do ser sobre o não ser. A cruz simplesmente demonstra e efetiva a vitória eterna da existência sobre a não existência. O Cristo ressurreto é o “Novo Ser”, que traz consigo a cura, a reconciliação e a fuga cósmicas da experiência humana comum de estranhamento e alienação. A adunação, portanto, é definida como “a descrição do efeito do Novo Ser em Jesus, na qualidade de Cristo, naqueles tomados por esse efeito em seu estado de estranhamento”. Isso era uma reformulação e o desenvolvimento do tema do *Christus victor* no jargão existencialista da década de 1960. As antigas ideias do mal pessoal foram “demitizadas” e convertidas nos conceitos de existência inautêntica e de alienação. Embora

Tillich dissesse que combinava interpretações objetivas e subjetivas da aduncação em sua teologia, seus críticos assinalaram que, para ele, a cruz manifesta apenas um princípio de vitória sobre o não ser. Não produz um novo estado de coisas, mas aponta para um estado já existente. Além disso, Tillich situaria o efeito da cruz sobretudo na consciência humana.

Teólogos posteriores postularam concepções diferentes do mal derrotado por Cristo na cruz. Para alguns, sobretudo os que trabalham com o modelo da teologia da libertação, a morte de Cristo representa sua vitória sobre o regime opressivo do Império Romano, símbolo das forças sociais e políticas repressivas

do mundo. Para outros, trata-se da vitória da fé sobre a incredulidade ou da coragem sobre a covardia. De alguns anos para cá, teólogos estudiosos do Novo Testamento, como N. T. Wright, têm interpretado o todo do ministério de Jesus nos termos de sua vitória. Retomam temas bíblicos como o do reino de Deus para tentar provar que, em Jesus, e de modo especial na

“Tudo o que debilita a razão, prejudica a sensibilidade da consciência, obscurece a percepção de Deus ou tira o prazer das coisas espirituais é pecado, por mais inocente que seja em si mesmo.”

SUSANNA WESLEY

cruz, Deus se torna rei novamente deste mundo, obtendo a vitória crucial sobre as potestades da morte, do inferno e do mal.

Apesar das diferentes maneiras em que tem sido compreendida, a noção da morte de Cristo como vitória de Deus traz consigo inúmeras perspectivas valiosas. A ideia sustenta com mais sucesso do que algumas outras abordagens a continuidade da morte e da ressurreição de Cristo. A ressurreição é entendida aqui como um ato de justiça, como a vitória de Jesus de Nazaré depois de se haver sujeitado na cruz às potestades da morte e do mal. Também indica claramente a ideia de que, na morte e ressurreição de Cristo, é Deus quem alcança a vitória em favor da humanidade (embora isso fique mais claro nas versões anteriores e mais objetivas da ideia).

A noção da morte de Cristo como vitória de Deus também traz consigo enorme poder de vida e de esperança para o ser humano, sobretudo quando entendida pela perspectiva escatológica com que esta seção começou. Embora o mal ainda exista de modo tão evidente neste mundo, essa vertente da teologia cristã sustenta que a batalha decisiva já foi ganha. A morte, o pecado e o mal estão vivos, mas não passam bem. Olhando em retrospectiva para a Segunda

Guerra Mundial, vemos que as forças britânicas e seus aliados venceram a batalha decisiva no Dia D, em 1944, quando desembarcaram nas praias da Normandia. Foi esse o momento crítico que mudou o rumo dos acontecimentos. Vencida essa batalha, o resto da guerra era, de certo modo, apenas pôr fim à resistência e apressar o triunfo final inevitável. Da mesma maneira, a cruz de Cristo pode ser entendida como a batalha determinante na grande guerra entre o bem e o mal, entre a vida e a morte. Na cruz, Cristo conquistou a vitória decisiva. Apesar de ainda vivermos a dolorosa realidade da morte e do mal aqui e agora, eles não passam de inimigos já derrotados e desbaratados, que simplesmente desaparecerão quando o reino de Deus chegar em toda a sua plenitude.

O perdão dos pecados

O Novo Testamento afirma que o perdão dos pecados vem por meio de Cristo e, especificamente, por sua morte na cruz (Mt 26.28; Ef 1.7; Hb 9.22). Essa ideia está intimamente associada ao sistema sacrificial israelita, em que se ofereciam sacrifícios pelo perdão de pecados. Não obstante, o tema sempre foi uma rica fonte de reflexão para os cristãos que buscavam determinar o motivo por que o perdão é necessário e de que modo ele se dá, sobretudo no que se refere aos gentios, que desconheciam os sacrifícios do Antigo Testamento.

Dizer que o perdão é necessário significa que existe algo essencial a ser perdoado. A ideia aponta diretamente para o conceito — talvez surpreendente quando se pensa a respeito — de que o perdão divino do pecado humano é essencial, de certo modo, para a redenção de toda a criação. Isso nos leva a perguntar: De quem é a culpa pelo pecado? Ou, em termos mais simples: Quem precisa de perdão?

Falando sem rodeios, podemos afirmar que existem apenas três culpados possíveis pela natureza fraturada do mundo tal como o conhecemos — Deus, o Diabo e a humanidade. Na teologia cristã dos primórdios, havia defensores para cada um deles. Quem sabe a responsabilidade seja de Deus por criar um mundo imperfeito? Os gnósticos do segundo século defendiam uma ideia parecida — de que a criação era a obra defeituosa de um ser divino inferior que emanara do Deus verdadeiro. Portanto, a criação, conforme a conhecemos, não é “boa” em nenhum sentido real, e a salvação consiste na fuga da criação para outra esfera espiritual mediante um conhecimento especial (*gnosis*, em grego). Tal solução foi muito criticada por teólogos do segundo século, como

Ireneu de Lião, que sustentava a bondade intrínseca da criação. Ele dizia que a ordem criada existia pela vontade do próprio Deus, e não de alguma divindade menos importante, e que a salvação não consiste em fugir da ordem criada, mas na restauração ou “recapitulação” desta.

Se não foi culpa de Deus, talvez então tenha sido culpa do Diabo? Acaso o pecado resulta de um poder maligno que invadiu o mundo de Deus e intro-

duziu o caos na ordem divina? Essa era a posição defendida pelos maniqueus, ou maniqueístas, um grupo cujo nome deriva de Mani, um profeta da Mesopotâmia que elaborou uma complexa mitologia mística no terceiro século depois de Cristo. O grupo dos maniqueístas esteve na moda durante algum tempo à margem do cristianismo primitivo e chegou mesmo a ter entre seus adeptos o jovem Agostinho (o futuro grande bispo de Hipona). Foi ele, na verdade, que acabou por solapar por completo essa ideia no âmbito da teologia cristã por causa das dúvidas cada vez mais numerosas que tinha. Agostinho chegou

“A união com Cristo é a verdade fundamental de toda a doutrina da salvação, não apenas no que diz respeito a sua aplicação, mas também no que se refere a seu cumprimento de uma vez por todas na obra completa de Cristo. De fato, o processo inteiro da salvação tem origem numa fase de união com Cristo; e a salvação tem em vista a realização de outras fases de união com ele.”

JOHN MURRAY

finalmente à conclusão de que o Deus maniqueu era tão fraco e tão impotente que não merecia ser adorado. Pareceu-lhe que esse conceito do mal como consequência do poder satânico implicava uma concepção dualista que postulava dois centros de poder no mundo: Deus e o Diabo, que de algum modo eram iguais e lutavam entre si como dois pugilistas que não podem escapar de um conflito em que um jamais vence completamente o outro. Além disso, o personagem mais viril e mais enérgico desse drama não era Deus — um ser patético e incapaz de fazer alguma coisa para deter a incursão do mal no mundo —, mas, sim, o próprio Diabo.

Foi Agostinho que ajudou a consolidar (pelo menos no cristianismo ocidental) a terceira explicação para a existência do pecado e do mal: a culpa não é de Deus, tampouco, em última análise, do Diabo, mas da humanidade. Embora para Agostinho a salvação seja um processo mais longo de cura do espírito humano, o primeiro passo dessa restauração é a necessidade de perdão,

que, segundo ele, fora conquistado na cruz de Cristo e é concedido mediante o sacramento do batismo. O perdão, portanto, não é a salvação em sua totalidade, mas é o começo dela. O pecado da humanidade está no âmago da desordem reinante na criação; portanto, o primeiro passo para sua cura deve ser o perdão desse pecado.

Algumas dessas ideias ganharam maior destaque no século 11, com Anselmo (1033-1109), um italiano que veio a ser um dos grandes arcebispos medievais da Cantuária. Num livro chamado *Cur Deus homo* [Por que Deus se tornou homem], Anselmo alega que o propósito da encarnação foi permitir que Deus, por meio de Cristo, pudesse nos oferecer o perdão, satisfazendo ao mesmo tempo, e sem a ofender, a sua rigorosa justiça. Para Anselmo, o pecado é uma ofensa a Deus e, portanto, requer algum tipo de pagamento em troca (talvez a ideia lhe tenha vindo das exigências impostas pelo senhor feudal aos camponeses que cometiam algum ato culpável na sociedade medieval, ou simplesmente das práticas penitenciais da igreja na época). A humanidade não pode pagar essa dívida, visto que o preço exigido é a perda da vida (“o salário do pecado é a morte”, Rm 6.23). Mas Cristo, como ser humano e divino, tem a capacidade divina e a obrigação humana de pagar a dívida e propiciar a satisfação requerida.

A doutrina de Anselmo pode ser criticada por situar a relação entre Deus e a humanidade em termos tão rigidamente jurídicos, e não pessoais. O problema que Anselmo se propõe resolver consiste em explicar como o pecado pode ser perdoado sem comprometer a justiça divina. Todavia, se pensarmos na nossa relação com Deus como algo essencialmente pessoal, com figuras de linguagem mais emprestadas da relação de matrimônio do que dos tribunais, podemos indagar por que Deus não perdoa simplesmente os pecados sem exigir nenhum tipo de “pagamento” ou “satisfação” — afinal, não é isso o que a maioria de nós faz o tempo todo? Se alguém pisa no meu pé ou bate o carro que eu lhe emprestei, não exijo nenhum tipo de pagamento. Cabe-me tão somente perdoar e esquecer. Além disso, quando nos lembramos do mandamento de Jesus de dar “a outra face”, chega a parecer que Deus não segue seus próprios mandamentos! Com o passar dos anos, houve ainda outras críticas à ideia cristã de culpa e perdão, sobretudo durante o Iluminismo, época em que a ideia de culpa individual foi questionada; ou mais recentemente com a ideia de Freud, que entende a culpa mais como uma neurose do que como

Quais são os “benefícios de Cristo”?

Conhecer Cristo é conhecer seus benefícios.” Essas palavras, escritas pelo reformador alemão Filipe Melâncton em 1521, acentuam a importância de conhecer e experimentar a diferença que Cristo faz na existência humana. Não basta apenas entender o que Cristo realiza: o cristão deve compartilhar desses “benefícios” e ser transformado por eles. Mas que benefícios são esses? Resumem-se em quê? O Novo Testamento apresenta diversas perspectivas, que foram investigadas e desenvolvidas pelos teólogos cristãos ao longo dos séculos. Vamos analisar algumas delas.

1. *Libertar-se do medo da morte.* Mediante a morte e a ressurreição de Cristo, os cristãos são libertos da opressão da morte. Um dos autores do Novo Testamento menciona que a morte de Cristo “[libertou] aqueles que durante toda a vida estiveram escravizados pelo medo da morte” (Hb 2.15, NVI). Esse tema é sempre ressaltado nos cultos fúnebres. Para o cristão, a morte marca o fim da existência terrena do crente, entendida como uma preparação para a vida eterna. Ela liberta o crente do sofrimento e das angústias da vida, levando-o em segurança à presença de Deus.
2. *Ser perdoado.* Os entendimentos cristãos acerca da cruz de Cristo chamam a atenção para a necessidade humana de perdão e restauração. A natureza humana é corrompida e foi desfigurada e distorcida pelo pecado. Como anular os efeitos do pecado? Como remover a culpa e desfazer o seu poder? Em muitos de seus hinos, Charles Wesley salientou que a morte de Cristo é o remédio divino para o pecado humano. Composto em 1739, o hino “Mil línguas eu quisera ter” expressa de maneira simples, porém contundente, a importância da cruz de Cristo:

Cancela o poder de todo pecado.
Por ele o prisioneiro é libertado.
Seu sangue purifica até o mais imundo.
Seu sangue para mim é muito proveitoso.

realidade objetiva. Além disso, numa época em que a teoria penal tende a ver a justiça como instrumento de correção e restauração, e não de punição, a ideia de Deus exigir primeiro a punição para só depois dar o perdão parece, para muitos, cruel e imoral.

Em contrapartida, na análise que Anselmo faz do pecado e do perdão está implícita a importância de distinguir entre as ofensas cometidas por

-
3. *Ser transformado pelo amor divino.* O Novo Testamento sempre chama a atenção para o fato de que a morte de Cristo demonstra o amor de Deus pelo mundo (Jo 3.16). Muitos autores cristãos — como, por exemplo, Pedro Abelardo, teólogo cristão do século 12 — destacaram o potencial transformador desse divino amor. Encontrar o amor de Deus é ser remodelado. O conhecimento do amor de Deus provoca uma reação de amor a Deus e ao mundo que ele criou.
 4. *Libertar-se da opressão.* A morte e a ressurreição de Cristo têm poder para libertar o cristão da opressão espiritual. Na igreja primitiva, acentuava-se de modo especial a libertação em relação às forças satânicas. Cristo é aquele que quebra o poder de Satanás e capacita o crente a viver na “liberdade da glória dos filhos de Deus” (Rm 8.21). Esse tema continua sendo muito importante na pregação e na espiritualidade cristã: Cristo nos liberta da influência maligna dos ancestrais e de outras forças espirituais.

Não obstante, entende-se que outras forças de opressão são igualmente desafiadas pela cruz e pela ressurreição de Cristo. Na América Latina, o movimento conhecido como “teologia da libertação”, que vicejou nas últimas décadas do século 20, enfatiza o poder do evangelho para promover a transformação social. A cruz traz transformação não apenas para o indivíduo, mas também para a sociedade em que ele vive.

um ser humano contra outro e as ofensas cometidas pelo ser humano contra Deus. O pecado do homem contra Deus não é pouca coisa, um erro menor que possa ser facilmente minimizado. Pelo contrário, ele provoca uma fratura na estrutura básica do Universo — representa a rebelião da criatura contra o Criador. O pecado é um problema estrutural, por isso exige uma solução que atinja as estruturas.

Além disso, o motivo por que eu devo perdoar simplesmente e não exigir reparação pelos pecados cometidos contra mim é precisamente o fato de que não tenho o direito de julgar meu próximo. Sou pecador tanto quanto aquele que pecou contra mim, portanto devo simplesmente perdoar, assim como esperaria que ele me perdoasse. Mas com Deus é diferente: ele tem o direito de julgar. Ele não é pecador como nós, mas está acima de nós e é nosso juiz. Além disso, pelo menos no entender de Anselmo, a justiça divina e a estrutura moral do Universo devem ser preservadas. Em resposta à crítica freudiana, alguns teólogos assinalaram que, embora existam culpas imaginárias e um remorso neurótico doentio, isso não elimina a possibilidade concomitante da culpa objetiva. Se roubo o carro do meu vizinho, posso me sentir culpado por isso, mas, além disso, sou objetivamente culpado não só de ter rompido minha relação com ele, mas também de ter violado a lei vigente no país, bem como o mandamento divino de amar meu próximo e não me aproveitar dele.

É importante manter unida a estrutura jurídica de Anselmo com o caráter mais pessoal da relação divino-humana que encontramos em Agostinho. A ênfase no linguajar exclusivamente jurídico ou penal não faz jus à intimidade que o cristianismo vê na relação entre a humanidade e Deus. Um relacionamento humano desfeito carece de perdão para ser curado — é um passo essencial para a plena reconciliação. Não é de admirar que o mesmo se aplique à nossa relação com Deus. Contudo, eliminar o modelo jurídico ou objetivo pode fazer Deus parecer apenas igual a nós, sem que tenhamos qualquer percepção de sua transcendência ou de sua fidelidade à sua própria lei ou à sua santidade.

Por fim, é importante compreender que o perdão da doutrina cristã não é um simples esquecimento. Deus não “esquece” o pecado humano no sentido de dizer que não se importa com ele — pelo contrário, ele *se importa muito*. O pecado é tão grave quanto uma doença para o corpo humano ou o crime para o tecido social. Portanto, Deus não põe panos quentes no pecado e nos danos que ele causa, mas diz: “Já está resolvido, já perdoei o pecado, e agora ele não vai mais se interpor entre nós”. Isso é vital não só para a teologia, mas também para o ministério pastoral. A arte cristã do perdão não é a capacidade de esquecer ou ignorar de algum modo o fato de que alguém nos ofendeu ou nos magoou. Trata-se, isto sim, da capacidade de ainda poder dizer, embora plenamente conscientes da dor, e por mais que ela nos aflijá: “Ela não vai nos separar”. Por esse motivo, a arte de perdoar é essencial para a saúde da vida

humana e da sociedade. Os relacionamentos rompidos não podem ser restaurados sem o perdão, e a transformação humana na relação com Deus também deve começar com o perdão dos pecados.

Restaurados para Deus

Conforme vimos, o cristianismo afirma que a humanidade foi despojada de sua relação original com Deus. Fomos criados por Deus para nos relacionar com ele; contudo, essa relação vivificante foi rompida e arruinada pelo pecado. O tema central da proclamação cristã é que a morte e a ressurreição de Cristo nos permitem restaurar nossa relação com Deus. No relato da Queda (Gn 3), o pecado rompe o relacionamento do ser humano com Deus e o expulsa da presença dele. Adão e Eva, que no início caminhavam com o Senhor quando soprava a brisa do dia, são expulsos do Éden. Como “Segundo Adão”, Cristo possibilita a reversão desse estado de coisas. O que a humanidade perdeu em Adão pode ser recuperado por meio da morte redentora de Cristo. A comunhão dos crentes com Deus é restaurada e um dia eles serão levados novamente à presença dele no céu.

Vale a pena refletir sobre a importância do tema da restauração do relacionamento com Deus analisando algumas figuras que o Novo Testamento usa para assinalar a diferença que Cristo faz para a situação humana. A primeira delas é a ideia de que somos resgatados por Cristo. Quando se aproximava o fim do seu ministério, Cristo disse a seus discípulos que viera “para dar a vida em resgate de muitos” (Mc 10.45). Essa é uma forma dramática de interpretar o significado da cruz. A ideia que se transmite imediatamente é de *libertação*. Fomos libertos da prisão ou da escravidão, e nossa comunhão com Deus foi restaurada. Pela morte de Cristo, os crentes foram libertos da escravidão do pecado e do temor da morte. Agora podem entrar na liberdade gloriosa de filhos de Deus. O evangelho diz que Deus está determinado, em primeiro lugar, a nos salvar e, em segundo lugar, está disposto a pagar o preço que a salvação acarreta. Paulo lembrou a seus leitores de Corinto que eles haviam sido comprados por um preço: a morte do Filho de Deus (1Co 6.20; 7.23). Deus nos considera tão preciosos que nos deu seu próprio Filho para que fôssemos libertos e nossa relação com ele fosse restaurada.

Uma segunda figura é a da reconciliação, que é fundamental para a reflexão paulina acerca do significado da cruz. “Mas todas essas coisas procedem

de Deus, que nos reconciliou consigo mesmo por meio de Cristo” (2Co 5.18). Ser reconciliado é ter a relação restaurada com alguém. A analogia entre a reconciliação de dois indivíduos, de um lado, e entre Deus e o pecador, de outro, é evidente. Deus é tratado como uma pessoa, alguém com quem podemos nos relacionar. Nossa relação com ele, antes próxima, no Éden, foi gravemente prejudicada, a ponto de existir apenas nominalmente.

Somos, e sempre seremos, filhos de Deus. Fomos criados por Deus. O pecado não destrói a relação entre o Criador e suas criaturas. Contudo, ele a devasta, roubando a todos a intimidade que antes fazia parte dessa relação. A

“Nada nos separou de Deus a não ser nossa própria vontade; ou melhor, nossa própria vontade é o nosso afastamento de Deus.”

WILLIAM LAW

narrativa bíblica sobre Adão e Eva no Éden deixa claro que a proximidade e a intimidade da relação original com Deus foram perdidas por causa do pecado. Não é por acaso que o Novo Testamento se refere à salvação como a “nova criação” (2Co 5.17) e diz que as pessoas precisam nascer de novo (Jo 3.1-16) para ver o reino de Deus.

A reconciliação implica concretizar o que antes era apenas um conceito. O filho pródigo não deixou de ser filho do seu pai quando partiu para a vida independente, certo de que poderia viver sem a presença e a supervisão contínuas do pai. Mas essa relação de filiação era apenas nominal. Uma das partes desse relacionamento se comporta como se a outra não existisse. A reconciliação ocorre quando ambas as partes encaram a relação com seriedade e reconhecem o amor mútuo de uma pela outra, bem como suas obrigações mútuas. O filho volta para o pai, e eles se abraçam — a relação se torna real.

Quando se analisa como o Novo Testamento interpreta o modo pelo qual a humanidade pode ser restaurada e levada à presença de Deus, é importante notar a ênfase dada à iniciativa divina. É Deus, e não o ser humano, quem restaura nossa condição. É Deus que reconcilia a humanidade consigo mesmo, e não o contrário. Deus se aproxima do homem e o convoca a responder à iniciativa dele. É Deus quem toma sobre si o sofrimento e a angústia de tratar da questão do pecado humano, tentando fazer que vejamos quanto o pecado lhe causa sofrimento e a barreira que levanta entre ele e nós. Como dizem as célebres palavras do profeta Isaías (Is 59.2), “as vossas maldades fazem separação entre vós e o vosso Deus”. Nosso amor por Deus é resultado do seu amor

por nós, e não o contrário: “Nisto está o amor: não fomos nós que amamos a Deus, mas foi ele quem nos amou e enviou seu Filho como propiciação pelos nossos pecados” (1Jo 4.10).

A imagem da reconciliação também é importante porque elucida o papel singular de Cristo na nossa salvação. “Deus estava em Cristo reconciliando consigo mesmo o mundo” (2Co 5.19). Como se entende que Cristo participa da reconciliação entre Deus e o pecador? Há duas maneiras de encarar essa indagação. Em primeiro lugar, a expressão “Deus estava em Cristo” pode ser entendida como uma referência à encarnação. Cristo, como Deus encarnado, conclama a humanidade à reconciliação. Ele toma a iniciativa de proclamar o amor irresistível de Deus por suas criaturas e o desejo divino de que todos sejam reconciliados com ele. Ao proclamar a necessidade e a possibilidade de reconciliação com Deus, Cristo se dirige à humanidade como Deus e em nome de Deus.

A locução “em Cristo” também pode ser entendida de uma segunda forma. É possível que ela reflita uma construção gramatical hebraica a que Paulo estaria acostumado e que seria mais bem traduzida por “por meio de Cristo”. Em outras palavras, “Deus por intermédio de Cristo estava reconciliando o mundo consigo mesmo”. Cristo, portanto, é entendido como o agente da reconciliação divina, aquele por meio de quem Deus nos reconcilia com ele. As seguintes observações da Carta aos Colossenses são esclarecedoras: “A vós também, que no passado éreis estrangeiros e inimigos no entendimento [...] ele vos reconciliou no corpo da sua carne, pela morte” (Cl 1.21,22). A noção de “estranhamento” (ou “alienação”, que é outra tradução possível) e a de “hostilidade” são usadas para se referir à alienação da humanidade em relação a Deus, alienação essa que, pela morte de Cristo, é transformada em reconciliação.

Outra consequência da reconciliação de Deus com a humanidade pecadora por meio da morte de Cristo é a paz. A reconciliação significa o fim da hostilidade e o começo da paz. Por intermédio de Cristo, a Deus aprovou que “reconciliasse consigo todas as coisas [...] estabelecendo a paz pelo seu sangue derramado na cruz” (Cl 1.20, NVI). Em outra parte Paulo diz que um dos resultados diretos da justificação é a paz com Deus (Rm 5.1). Cristo é o mediador entre Deus e nós, ele defende a causa divina diante de nós e a nossa causa diante de Deus. Pela reconciliação, a hostilidade entre Deus e a humanidade é abolida e dá lugar a uma nova relação de paz e harmonia. Cristo, e Cristo

somente, é o mediador entre Deus e a humanidade. Ele nos torna cientes dessa alienação e oferece a liberdade pela reconciliação.

A ideia de Jesus como único mediador entre Deus e o homem tem raízes profundas no Novo Testamento. “Porque há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem” (1Tm 2.5). Paulo diz que Deus nos “reconcilia” consigo por meio de Jesus Cristo (2Co 5.18,19). O que chama especialmente atenção nessa passagem é que, para se referir à restauração do relacionamento entre Deus e a humanidade, Paulo usa exatamente o mesmo termo grego que usara antes para se referir à restauração da relação entre um marido e sua mulher que de algum modo se haviam distanciado (1Co 7.10,11). Entende-se claramente que Cristo faz o papel de mediador, restaurando a relação entre Deus e a humanidade, devolvendo-lhe sua condição anterior.

Esse mediador deve representar Deus diante de nós e nós diante de Deus. Deve ter pontos de contato tanto com Deus quanto conosco e ainda assim ser diferente de um e de outro. Em suma, a ideia tradicional da encarnação, que expressa a crença de que Jesus é tanto divino quanto humano, mostra Jesus como o mediador perfeito entre Deus e nós. Cristo é semelhante a nós em todos os aspectos, exceto pelo fato de que não necessita ser redimido. Se Cristo fosse semelhante à humanidade em todos os aspectos, sem exceção, ele seria parte do problema, e não sua solução. A capacidade de Cristo de nos reconciliar com Deus revela sua identidade de Deus encarnado e dela depende — pois, como Deus encarnado ele é o representante sem pecado da humanidade pecadora. Em razão de sua identidade de Filho de Deus, Cristo tem a capacidade exclusiva de nos redimir. Desse modo, ele pode, por um lado, identificar-se conosco e, por outro, nos salvar. Tudo isso indica a relação íntima entre a pessoa e a obra de Cristo. A identidade de Cristo determina o que ele faz. Se Jesus não fosse verdadeiramente divino e verdadeiramente humano, a reconciliação seria impossível.

Justificação

Para Martinho Lutero, reformador alemão do século 16, a justificação é “o ponto pelo qual a igreja permanece ou cai”. Várias denominações protestantes do mundo atual se dizem tributárias da Reforma, e as fissuras que foram aparecendo na igreja medieval surgiram justamente em torno dessa doutrina. Por que ela é tão importante?

A doutrina da justificação, tal como é em geral compreendida na teologia cristã, diz respeito à forma pela qual a relação correta entre os seres humanos pecadores e Deus é restaurada. Essa questão, é claro, vai direto ao âmago da doutrina cristã da salvação; contudo, não a esgota completamente. A justificação se refere sobretudo à reconciliação do homem com Deus, e não à criação como um todo. Na Reforma, porém, a doutrina da justificação está no cerne das disputas doutrinárias que abalaram a igreja. Podemos até dizer que a igreja ocidental começou a se fragmentar por causa das diferentes visões referentes à justificação. O que explica tamanha importância?

Um ponto fundamental a ser considerado desde o início é que tanto o termo latino quanto o grego usados para designar a justificação pode ser traduzido de várias maneiras em português. As palavras “justiça”, “justificação”, “justo”, “reto” e “retidão” transmitem, todas elas, um conjunto semelhante de ideias. As origens da doutrina encontram-se na própria Bíblia. Nas Escrituras, justificação refere-se geralmente (segundo N. T. Wright, renomado estudioso do Novo Testamento) à “declaração de Deus, na qualidade de juiz do mundo todo, de que alguém está correto apesar do pecado universal”. Mais especificamente, a palavra grega que em geral traduzimos por “justificação” se refere menos à maneira em que alguém *entra* no relacionamento correto com Deus e mais à possibilidade de saber se essa pessoa *está* ou não nessa relação correta. Trata-se, antes de tudo, de saber quem faz parte do verdadeiro “povo de Deus”. Assim, por exemplo, a argumentação acerca da justificação na carta de Paulo aos Gálatas diz respeito a saber se os judeus podem ou não podem comer à mesma mesa dos gentios na igreja cristã — a preocupação é saber quem era de fato membro do novo povo de Deus. A visão de “justificação pelas obras” que Paulo critica não é tanto a ideia de que as pessoas podem ir para o céu se elas se esforçarem bastante para ser boas. Pelo contrário, o objeto de sua crítica é a ideia de que os judeus sejam “justificados”, ou identificados como povo de Deus, por suas “obras” religiosas (a circuncisão, as leis alimentares,

“Nosso método de proclamar a salvação é este: indicar a todos os corações o Cordeiro amoroso, que morreu por nós e, apesar de ser Filho de Deus, ofereceu a si mesmo pelos nossos pecados [...]; pela pregação do seu sangue e do seu amor até a morte, e morte de cruz.”

CONDE ZINZENDORF

Cristo como o representante da humanidade

O cristianismo sempre viu em Jesus de Nazaré a figura representativa de toda a raça humana. Ao morrer na cruz e ressuscitar, Jesus alcança algo que beneficia a humanidade de modo geral — basta que cada um responda com fé. Jesus torna possível uma nova situação para a raça humana. "Daquele que não tinha pecado Deus fez um sacrifício pelo pecado em nosso favor, para que nele fôssemos feitos justiça de Deus" (2Co 5.21). Paulo fala aqui de um tipo de transferência mediante a qual Jesus toma sobre si nossos pecados e nos dá em troca sua justiça. Martinho Lutero referia-se a esse fato como uma "troca maravilhosa".

Como entender isso? Como conceber Cristo como representante do ser humano, capaz de mudar completamente a situação humana com sua morte e ressurreição? Um tema fundamental aqui é o da encarnação. Como Jesus é Deus, ele pode libertar a humanidade do pecado; como também é humano, pode "ligar-se" com a humanidade toda como canal pelo qual a salvação divina se torna acessível às pessoas. A teologia cristã elaborou três concepções do papel de Cristo como mediador da salvação da humanidade. Cada uma delas esclarece o rico ensinamento neotestamentário acerca dessa questão. As três concepções respondem a uma pergunta simples, mas fundamental: Como pode a humanidade inteira se beneficiar do indivíduo Jesus de Nazaré?

1. *Cristo como nosso substituto.* Cristo é aquele que toma a cruz em lugar da humanidade pecadora. Nós devíamos ter sido crucificados por causa dos

a obediência à Torá etc.). Diz o apóstolo que, da mesma forma que Deus agiu para derrotar o pecado e a morte na pessoa de Cristo, assim também a justificação vem agora pela fé em Cristo, e não pela adoção das marcas que distinguem os judeus dos gentios.

Na igreja primitiva, a doutrina da justificação começou a ganhar contornos diferentes. Por influência dos conceitos gregos de virtude e caráter, ela passou a ser entendida não tanto como uma declaração divina de que alguém fora justificado, mas como uma descrição do processo por meio do qual uma pessoa se torna boa. Agostinho, particularmente, determinou o modo em que essa doutrina era entendida. Afirmava ele que os seres humanos decaídos não têm por si mesmos o poder de fazer nada em relação ao seu pecado. São absolutamente impotentes. O pecado afetou de tal modo a vontade humana que ninguém

nossos pecados. Cristo foi crucificado em nosso lugar. Deus permite que Cristo nos substitua, tornando sobre si nossas culpas, para que sua justiça — conquistada pela obediência na cruz — se torne nossa. O tema central aqui é o de alguém que toma nosso lugar para poder carregar o peso de nossos pecados e nos conceder sua justiça.

2. *Cristo como nosso representante.* Cristo é o representante da humanidade numa aliança com Deus e conquista benefícios para aqueles a quem representa. Pela fé, somos transportados para o seio da aliança entre Deus e a humanidade. Tudo o que Cristo conquistou para nós pela cruz está ao nosso alcance por causa dessa aliança. Assim como Deus celebrou uma aliança com seu povo Israel, de igual modo ele celebrou uma aliança com sua igreja. Cristo, por sua obediência na cruz, representa seu povo e alcança benefícios para ele como seu representante.
 3. *Participação em Cristo.* Pela fé, os crentes estão “em Cristo”, para usar uma expressão muito comum nos escritos paulinos. “Se alguém está em Cristo, é nova criação” (2Co 5.17). A fé permite que os crentes participem de Cristo — isto é, se identifiquem com sua pessoa e com tudo o que ele conquistou — e assim partilhem com ele de todos os benefícios obtidos na cruz. Participar de Cristo, portanto, leva ao perdão dos nossos pecados e a compartilhar de sua justiça.
-

consegue mais escolher o bem. Não desejamos mais Deus, o maior dos bens, e nossas vontades sempre se inclinam mais para o mal que para o bem. No entender de Agostinho, a justificação é obra da graça. Não nos tornamos bons por nosso próprio empenho, mas pela obra divina em nós. Primeiro, por meio de sua “graça operante”, Deus liberta nossa vontade para escolher o bem. Em seguida, por meio de sua “graça cooperante”, ele ajuda os cristãos a crescer no amor a Deus e ao bem até que alcancem a plenitude da perfeição e da justiça.

É claro que esse processo não pode se completar no prazo normal de uma vida humana. Foi por isso que a doutrina do purgatório começou a ser desenvolvida: era uma forma de imaginar a continuidade do mesmo processo depois da morte. O purgatório seria o estado em que entrava a maior parte dos cristãos depois que morriam. Ali eles tinham a certeza de que entrariam no

céu, mas só depois de suportar durante anos o castigo merecido pelos pecados cometidos nesta vida.

No período medieval, essa interpretação elementar de que a justificação é um processo, e não um pronunciamento, e se refere a ser “feito justo”, em vez de ser “declarado justo”, permaneceu inalterada. No decorrer da Idade Média, pelo menos no cristianismo popular, a ênfase de Agostinho sobre a prioridade da graça e a iniciativa de Deus na obra da justificação começou a desaparecer. Em vez disso, começou a tomar corpo a ideia de que a justificação depende da prática de um conjunto de obras religiosas, das boas intenções ou simplesmente do máximo esforço pessoal possível. O fato de praticamente não haver ensinamentos oficiais acerca da doutrina da justificação não ajudou. Nenhum concílio da igreja e nenhum papa emitiram declaração oficial alguma sobre o ponto de vista da igreja a respeito desse tema até meados do século 16, alguns anos depois da Reforma, quando a fragmentação do cristianismo europeu já estava em andamento.

Apesar de não haver consenso sobre o assunto, a maior parte dos teólogos medievais achava que a justificação resultava de um longo processo de interação entre a graça de Deus e a cooperação humana. Nenhum teólogo da Idade Média acreditava que alguém pudesse chegar ao céu por suas próprias obras — todos criam que a graça de Deus era imprescindível nesse processo. Nesse sentido, nenhum teólogo medieval acreditava na justificação pelas obras apenas. Todos achavam que o ser humano tinha de fazer sua parte, tal como Deus fizera a dele, no processo de justificação. Esse processo só estaria completo quando o pecado fosse totalmente expulso da vida humana, o que só aconteceria, em regra, depois de um longo processo de purificação no purgatório. Todavia, algumas escolas medievais, sobretudo aquela em que o jovem Martinho Lutero aprendera suas primeiras lições de teologia, ensinavam que “Deus não negará sua graça àqueles que derem o melhor de si”. Em outras palavras, a graça ainda é necessária para que a justificação seja completa, mas o eixo central em torno do qual gira a doutrina é a questão de as pessoas “darem o melhor de si”. Aos olhos de Lutero e de mais alguns, isso respaldaria algumas das práticas mais questionáveis do cristianismo do final da Idade Média, práticas essas que incentivavam as pessoas a pensar que a salvação delas dependia basicamente delas mesmas.

No fim, Lutero acabou elaborando uma nova doutrina da justificação (embora dissesse que estava redescobrindo uma doutrina antiga). Em certo

sentido, ele recuperou a insistência de Agostinho na prioridade da iniciativa divina. Não somos livres para fazer “o melhor que podemos”, mesmo que nosso melhor fosse bom o bastante. E, de qualquer modo, não é assim que Deus decide nos justificar. Pelo contrário, a humanidade é *totalmente* dependente da graça de Deus para sua justificação. De modo ainda mais radical, Lutero rompeu com a ideia de justificação como processo pelo qual o indivíduo se torna bom ou justo, um ponto de vista que permanecera intacto nos escritos de Agostinho e nos do período medieval. Lutero retomou uma perspectiva que talvez tenha mais em comum com o que a Bíblia diz a respeito da justificação, a saber, a ideia de que a justificação refere-se à declaração de Deus de que aquele que tão somente confia na sua palavra, ou na sua promessa, está justificado perante ele, não obstante a presença do pecado.

Em outros aspectos, a doutrina da justificação de Lutero é diferente da que o apóstolo Paulo prega. Quando Lutero se opõe à “justificação pelas obras”, ele tem em mente o conhecido pressuposto medieval de que o cristão deve se empenhar na realização de obras religiosas ou outras boas obras que o coloquem no caminho do céu. Não parece nem um pouco que Paulo tenha isso em mente. Como vimos, no entender do apóstolo a “justificação pelas obras” diz respeito às “obras da lei” — as marcas da identidade judaica que diferenciavam Israel, o povo escolhido, dos gentios. Na teologia que se seguiu, Paulo foi por vezes mal compreendido nesse ponto, porque foi interpretado segundo a visão de Lutero. Contudo, o retorno de Lutero à ideia da justificação como uma declaração divina, antecipando o futuro já no tempo presente, ainda está mais próxima da visão paulina que a ideia de justificação em voga desde os primeiros anos da teologia pós-bíblica.

As principais perguntas a que Lutero teve de responder são as seguintes: “Com que fundamento as pessoas são justificadas?” e “A quem a justificação é concedida?”. As respostas medievais usuais a essas indagações diziam que a justificação era concedida àqueles que haviam granjeado mérito suficiente com a realização de ações meritórias — normalmente entendidas como atos de bondade

“Não é o te apegares a Cristo que te salva; é o próprio Cristo. Não é a tua alegria em Cristo que te salva; é o próprio Cristo. Não é nem sequer a tua fé em Cristo, embora seja ela instrumento; são o sangue e o mérito de Cristo que te salvam.”

CHARLES HADDON SPURGEON

praticados sem coerção e com a ajuda da graça divina. A justificação era concedida ao indivíduo que se tornara bom, ou justo, através de um longo processo de transformação, do qual normalmente fazia parte um longo período no purgatório. Lutero rompe completamente com essas concepções. Ele insiste que os crentes são justificados não por seus próprios méritos, mas pelos méritos de Cristo. Não se deveria exigir dos cristãos que adquirissem e acumulassem méritos próprios para que Deus lhes conferisse a justificação como uma espécie de prêmio no final da corrida. Em vez disso, o cristão é justificado pela retidão de Cristo — uma justiça “alheia”, ou “externa”, como Lutero costumava dizer. Para exemplificar essa ideia, ele recorre a uma analogia de seu cotidiano: num dia de inverno envolve seu filho Hans com uma capa antes de sair de casa; Deus também, do mesmo modo, envolve-nos com uma capa, que é a sua justiça, para nos proteger das consequências do nosso pecado e do juízo final.

Além disso, a justiça de Cristo é recebida não por aqueles que estão plenamente contritos por causa dos seus pecados nem por quem tem boa intenção, nem ainda pelos que “dão o melhor de si”, mas, sim, por aqueles que tão somente confiam na promessa de Deus de que ele justifica o pecador por pura bondade e graça — e nada mais. Em outras palavras, a justificação para Lutero se dá “pela fé apenas”. A esperança e o amor, as duas outras grandes virtudes cristãs, decorrem da fé: no momento em que o crente entende que Deus é gracioso e bom, que o perdoa e justifica apesar do seu pecado, ele age de maneira espontânea e natural com amor e esperança em relação ao próximo, livre do fardo de ter de executar todas as atividades religiosas que a igreja medieval

exigia dele. No momento, portanto, em que o cristão entende que está justificado por causa de Cristo, pela fé, o processo de cura e de transformação (que os teólogos protestantes posteriores em geral chamam de “santificação”) pode seguir adiante.

Depois das declarações memoráveis de Lutero, que culminaram na divisão da igreja europeia, a Igreja Católica Romana,

por meio do Concílio de Trento (1545-1563), continuou insistindo que a justificação era um processo, e não um acontecimento; e que, apesar de ser recebida pela fé, devia também operar na esperança e no amor. Mais recentemente têm

“O cristianismo é uma religião de salvação. Foi feita para os desesperados. É para aqueles que têm sede de algo mais da vida, algo que não podem obter por si mesmos.”

WALTER HENRICHSEN

surgido muitos trabalhos sobre a doutrina da justificação, tanto nos círculos protestantes quanto nos católicos romanos. Esses estudos mostram que a interpretação protestante da justificação e a católica não se acham tão distantes quanto antes pareciam estar e que, embora persistam diferenças notáveis, ainda há muito em comum.

Embora tenha havido divergências no decorrer dos anos em torno de como a justificação ocorre e como ela é recebida, a maior parte dos teólogos cristãos afirma que ela depende da graça divina. Apesar da desobediência deliberada do ser humano, do nosso fracasso e do afastamento de Deus, ele generosamente nos toma pela mão, nos reconduz a sua presença e nos põe de novo no lugar correto, capazes de nos relacionar com ele, de receber seus dons e de amá-lo por tudo isso. A justificação é a experiência cristã de ser aceito por um Deus que perdoa o pecado e a rebeldia do indivíduo por causa do que Cristo fez por ele, e não pelo que o indivíduo pode fazer por Cristo ou por si mesmo. Nesse sentido, apesar das disputas travadas em torno da justificação ao longo dos anos, ela continua no centro da proclamação cristã do amor de Deus por um mundo pecador.

Cura

A cura foi um elemento central do ministério de Jesus. Aonde quer que ele fosse — na zona rural, em povoados ou nas cidades —, as pessoas eram levadas à sua presença para que ele as tocasse e curasse (Mc 6.56). Jesus curou os enfermos tanto para revelar sua identidade — isto é, daquele que tem autoridade divina para transformar a vida humana — quanto para demonstrar que o reino vindouro será um reino de restauração. No início do seu ministério, Jesus disse que viera para proclamar a “restauração da vista aos cegos” (Lc 4.18). O ministério de Jesus não deve ser visto como o de um curandeiro itinerante, e sim como o de alguém que inaugura o reino futuro de Deus e as mudanças que ele trará.

O tema da cura pode também ser encontrado nas reflexões do Novo Testamento sobre a diferença que Jesus Cristo faz para a situação humana. Talvez a melhor maneira de compreender isso seja refletir sobre a palavra “salvação”. Os conceitos mais importantes associados a “salvação” são libertação, preservação e salvamento ou resgate de uma situação de perigo. Fora do Novo Testamento, o verbo “salvar” é empregado para se referir ao salvamento da morte mediante a intervenção de alguém que presta socorro, ou à cura de uma doença mortal, ou ao resgate

de uma situação de perigo. A palavra “salvação” (“ser salvo”) é usada nesse sentido pelo historiador judeu Josefo para se referir à libertação dos israelitas do cativeiro no Egito na época do Êxodo. De igual modo, Cristo é aquele que salva a humanidade tanto do temor da morte quanto da punição e do poder do pecado. O nome “Jesus” significa “Deus salva”. É evidente que o Novo Testamento concebe que isso significa “salvar do pecado” (veja esp. Mt 1.21). A morte de Cristo é o meio pelo qual é paga a pena pelo pecado — uma penalidade que ninguém poderia pagar por conta própria. Contudo, a ideia de salvação não se resume a isso.

Vale a pena notar que a noção bíblica de salvação é extremamente rica e inclui também a ideia de “integridade” e “saúde”. A relação entre a ideia de salvação e a de integridade é muito estreita. Em muitas línguas modernas, “saúde” e “salvação” são designadas pela mesma palavra. Por isso, às vezes é difícil saber se determinada passagem deveria ser traduzida segundo a ideia de salvação, de integridade ou de saúde. Vê-se um exemplo disso no relato em que Jesus cura a mulher que tinha um fluxo de sangue havia doze anos (Mc 5.25-34). Jesus fala à mulher e ela é curada (Mc 5.34). Mas as palavras de Jesus devem ser traduzidas por “tua fé te tornou íntegra”, “tua fé te curou” ou “tua fé te salvou”? A palavra grega usada nesse caso comporta esses três significados. Outro exemplo é o relato evangélico da cura do cego Bartimeu (Mc 10.52), em que deparamos exatamente com a mesma situação.

Quando alguém que esteve doente é curado, ele é restaurado à sua condição anterior de saúde e integridade física e mental. Vemos isso na história da filha de Jairo (Mc 5.35-43). A morte, que para a Bíblia destrói a integridade da criação, é revertida. Ao ressuscitar a filha de Jairo, Jesus restaura parte da criação à sua condição original. As narrativas da Criação em Gênesis deixam claro que Deus criou a humanidade em estado íntegro e que essa integridade se perdeu com a Queda. Assim como a cura implica a restauração da saúde do indivíduo, também a salvação implica a restauração da integridade do que crê, o retorno ao estado em que Deus criou originariamente a humanidade. Paulo chama a atenção para a relação entre o primeiro e o Segundo Adão (Cristo): por meio de Adão, a humanidade perdeu sua integridade diante de Deus; por meio de Cristo, essa integridade pode ser recuperada e restaurada.

Cristo, portanto, pode ser entendido como aquele que desfez o que Adão fez. Ireneu de Lião, um dos autores cristãos mais profundos do segundo século,

destacava sempre alguns aspectos significativos da analogia entre Adão e Cristo. Em cada caso há um paralelo, ou simetria, entre a queda por meio de Adão e a redenção por meio de Cristo. Dois paralelos chamam especialmente a atenção. No primeiro, a desobediência de Adão ocorreu num jardim (o Éden); a obediência de Cristo ocorreu em outro (o Getsêmani). No segundo paralelo, com Adão, a árvore da vida se tornou a árvore da morte; com Cristo, a árvore da morte se tornou a árvore da vida. Caso a caso, Ireneu mostra que a obra de Cristo percorreu um itinerário análogo ao de Adão, desfazendo o mal causado originalmente. (Ireneu usa o termo “recapitulação” para se referir a esse novo percurso da mesma jornada.) Para que a humanidade recupere a saúde espiritual, a causa original do pecado e da morte deve ser enfrentada, a fim de que ambos sejam anulados pela obediência de Cristo.

“Somente o médico ferido pode curar.” A realidade dessa afirmação no que diz respeito à profissão de médico pode ser questionada. Todavia, ela chama a atenção para o fato de que é mais fácil identificar-se com alguém que compartilhe do nosso problema — alguém que tenha passado pelo que estamos passando agora e triunfou. É difícil nos identificarmos com quem não sofreu o que sofremos. Uma forma dessa identificação é a “empatia”: nós *empatizamos* (nos solidarizamos) com os problemas e temores do outro. Mesmo que não tenhamos passado pelo que ele passou — e talvez nem sequer possamos entender sua situação —, tentamos nos colocar em seu lugar para poder dizer-lhe que compreendemos exatamente o que ele está sentindo. Isso funciona muito bem, desde que a pessoa a quem estamos tentando ajudar não comece a fazer perguntas constrangedoras que revelem nossa falta de experiência direta daquilo por que ela está passando! A encarnação fala de um Deus que se solidariza com nossos sofrimentos e se compadece de nós — não por empatia, não como quem não experimentou esses sofrimentos na própria pele, mas no sentido rigoroso do termo, isto é, um Deus que “sofre junto” conosco. Quando nos voltamos para Deus, voltamo-nos para aquele que nos conhece e nos entende.

Esse aspecto da obra de Cristo continua sendo uma parte importante do ministério da igreja. A comunidade cristã muitas vezes se vê como um lugar

“Nossa salvação vem de algo pequeno, frágil e vulnerável, algo quase imperceptível. Deus, o Criador do Universo, vem até nós em pequenez, fragilidade e em segredo.”

HENRI NOUWEN

John Newton e o hino *Preciosa a graça de Jesus*

John Newton (1725-1807) foi o principal autor dos *Olney hymns*, uma extraordinária coleção de cânticos de louvor, muitos dos quais ainda amplamente cantados. Quando jovem, Newton passou algum tempo envolvido com o comércio de escravos. Apesar de haver evidências bastantes de que não gostava disso e nutria considerável empatia por aqueles que transportava para a América, isso não o impedia de se tornar capitão do seu próprio navio negreiro. Em 1748, aos 23 anos, ele se converteu, o que o levou a compreender plenamente a desumanidade de suas ações. Abandonou a vida de capitão de navio de escravos e se estabeleceu como "inspetor de marés" no porto de Liverpool. Foi ordenado sacerdote da Igreja Anglicana em 1764 e exerceu seu ministério na aldeia de Olney. Nesse mesmo ano, publicou sua *Narrativa autêntica*, em que detalhou suas aventuras no comando de um navio negreiro.

Em 1779, publicou uma coleção de hinos que o faria famoso. No prefácio à sua obra, Newton explicava seus objetivos ao escrever esses hinos: "Promover a fé e o consolo dos cristãos sinceros". O mais célebre desses hinos celebra o tema da graça divina.

Preciosa a graça de Jesus,
que um dia me salvou.

Perdido andei, sem ver a luz,
mas Cristo me encontrou.

A graça, então, meu coração
do medo me libertou.

Oh, quão preciosa salvação
a graça me outorgou!

Promessas deu-me o Salvador,
e nele eu posso crer.

É meu refúgio e protetor
em todo o meu viver.

Perigos mil atravessei
e a graça me valeu.

Eu são e salvo agora irei
ao santo lar do céu.

(*Hinário para o culto cristão* [Rio de Janeiro: JUERP, 1992], n. 314, tradução da primeira estrofe da Comissão do HCC; das estrofes 2 a 4, de João Wilson Faustini.)

de cura, em que os angustiados e os feridos encontram aceitação e restauração. Muitos autores cristãos viram esse ministério refletido na Parábola do Bom Samaritano (Lc 10.25-37). Embora o foco principal da parábola seja a generosidade do samaritano para com o judeu (as duas comunidades geralmente evitavam se relacionar na época de Jesus), o foco secundário é o gesto do samaritano de confiar o ferido aos cuidados do estalajadeiro, arcando com os custos

É impossível ler a letra desse hino sem associá-la à experiência de vida de Newton. Não há dúvida de que ele detestava tanto o comércio de escravos quanto os que o promoviam — incluindo ele mesmo. Como Deus podia amar uma pessoa assim tão degradada e vil? Por que Deus havia de querer alguma coisa com ele? Nesse hino, Newton tenta exprimir o grande paradoxo da graça — que ama o pecador mesmo antes deste se arrepender de seus pecados. O hino reflete a perplexidade de Newton diante do fato de poder conhecer e servir a Deus, bem como escrever-lhe cânticos de louvor.

Tema semelhante aparece no hino *Louvor pela fonte aberta*, baseado em Zacarias 13.1. Nesse hino, William Cowper, que foi membro na igreja de Newton em Olney e fortemente influenciado por ele, reflete novamente sobre a suficiência da morte de Cristo para perdoar e purificar até um pecador como ele.

Há uma fonte sem igual
na cruz do meu Senhor,
que lava, sim, de todo mal
o pobre pecador.

Agonizante, o vil ladrão,
contrito, achou na cruz
a mais perfeita redenção
na graça de Jesus.

(*Cancioneiro do Exército de Salvação* [Exército de Salvação: São Paulo, 1999], n. 61.)

necessários. Para Agostinho de Hipona, essa parábola serve de modelo para a igreja na qualidade de comunidade de cura. A igreja é um grande hospital, cheia de pessoas feridas que são amadas e recebem a devida atenção. Aos poucos, elas vão se recuperando.

Agostinho também amplia essa ideia para mostrar que a salvação é um processo, e não um acontecimento único e pontual. A salvação diz respeito a

um acontecimento passado, um processo presente e uma esperança no futuro. Segundo Agostinho, Cristo morreu para dar início ao processo de cura, de modo que os cristãos tenham a esperança de um dia ser totalmente curados do

J"A salvação é a obra de Deus para o homem, e não do homem para Deus."

LEWIS SPERRY CHAFER

pecado, da culpa e da condição de mortais. Contudo, essas realidades não deixam de se manifestar na experiência dos crentes. Eles têm de se ver como indivíduos que estão sob os cuidados de um bom médico. Estão em processo de cura; não se acham

ainda totalmente curados. Vivem na esperança da cura e da restauração plenas, na convicção de que Deus começou um processo e não deixará de levá-lo à conclusão. Conforme disse Paulo, o cristão está “certo disto: aquele que começou a boa obra em [nós] irá aperfeiçoá-la até o dia de Cristo Jesus” (Fp 1.6).

O conceito de graça

Graça parece uma ideia simples. Chama-nos a atenção para a bondade pura e simples de Deus e particularmente para a alegria e a liberdade com que ele acolhe o pecador, apesar do fracasso e do pecado deste. O conceito de graça é tão simples que até pode enganar. Os teólogos da igreja gastaram litros e mais litros de tinta investigando as ramificações da graça — como Deus pode ser gracioso sem comprometer a pureza do seu ser; como a graça opera nas pessoas e que papel estas desempenham na acolhida da graça divina.

Nos seus primeiros séculos de existência, a teologia cristã preocupou-se principalmente com as doutrinas sobre Jesus Cristo, a natureza de Deus e a Trindade. A teologia da graça não recebeu muita atenção até o final do quinto século, por ocasião de um debate inflamado do qual participou um dos pensadores mais influentes e mais importantes da igreja: Agostinho, bispo de Hipona, no norte da África. Em sua doutrina do “pecado original”, Agostinho ensinava que a falência do mundo era consequência da rebeldia humana contra o Criador. Desobedecendo à ordem divina, Adão abriu espaço para a entrada do pecado e do mal no mundo e na alma humana, como se fossem uma infecção. O resultado foi que o pecado distorceu o desejo humano, deformando-o de tal modo que ansiamos pelas coisas erradas — como disse o próprio Agostinho, “buscamos a felicidade não em ti, mas nas coisas que criaste”. A deformação do desejo, por sua vez, afeta o pensamento humano —

é tamanha a intensidade com que desejamos ídolos como riqueza, sexo e poder que acabamos não raciocinando como deveríamos e nos tornamos incapazes de ver o mundo em sua verdadeira perspectiva e importância. Esse fato, por sua vez, produz um comportamento nocivo: desejando o que não é bom para nós, fazemos qualquer coisa para alcançar nossos objetivos.

Disso tudo resulta que não podemos nos ajudar a nós mesmos. O desejo humano é atraído por coisas que ele acredita o satisfarão, mas, na verdade, jamais poderão satisfazê-lo, porque a alma humana foi feita para se satisfazer em Deus apenas. Assim como um dependente de heroína que é incapaz de se libertar do vício, desde que o pecado entrou no mundo pelo primeiro ato de desobediência da humanidade, nós também não conseguimos nos libertar por conta própria do hábito de pecar; vamos sempre à criação, e não ao Criador, em busca de satisfação. Precisamos, portanto, da graça de Deus.

A concepção agostiniana de graça ganhou contornos bem definidos no debate que travou com Pelágio, teólogo britânico que morava em Roma. Preocupado com a fruixidão da vida cristã que encontrou em Roma, Pelágio queria acentuar a responsabilidade dos cristãos de levar a fé a sério e trabalhar arduamente em prol dessa fé, em vez de esperar que Deus fizesse tudo. Pelágio e alguns amigos mais radicais começaram a ensinar que, quando nasce, o ser humano tem uma vontade perfeitamente equilibrada entre o bem e o mal, por isso seria capaz de escolher livremente um ou outro. Deus nos ajudava a escolher o bem por meio da sua graça, que, para Pelágio, consistia na capacidade de escolher o exemplo de Cristo e a instrução da lei divina. Ele se desentendeu com Agostinho exatamente por isso — porque achava que a ênfase de Agostinho na incapacidade do ser humano de ajudar a si mesmo estimulava, na verdade, a passividade e a negligência entre os cristãos.

Agostinho também acredita que a solução para a condição humana é a graça divina. Contudo, como via o problema de maneira diferente, é natural que sua solução seja outra. Isso tudo levou a uma compreensão muito diferente da graça. Agostinho admitia que Deus nos dera sua lei e o exemplo de Cristo; contudo, esses eram os dons naturais de Deus, e não a sua graça. Eles de nada aproveitam se a vontade do indivíduo, no fim das contas, for escrava do poder do pecado e simplesmente incapaz de seguir o exemplo de Cristo e de obedecer à lei. Graça é outra coisa. Para Agostinho, a graça é um poder interior que Deus deu acima e além dos dons que já havia concedido segundo a natureza.

Esse poder liberta aos poucos nossa vontade escravizada para que ela passe a escolher o bem. Ele nos liberta internamente para que possamos obedecer a Deus, produzir boas obras ou, usando outra figura, para curar-nos, devagar e sempre, da contaminação do pecado que afeta todos os aspectos da experiência e da vontade humanas. A graça nos liberta pouco a pouco dos desejos errados e restaura dentro de nós o desejo e o anseio de Deus.

Para Agostinho, há três tipos principais de graça. O primeiro, a “graça preveniente”, ou “salvadora”, age antes mesmo que o indivíduo a perceba; predestina alguns para a salvação e lhes prepara a alma para a conversão. A “graça operante” é a graça divina que age diretamente sobre nós, remitindo, ou perdoando, nossos pecados sem nenhuma ajuda nossa. Na “graça cooperativa”, Deus coopera conosco para que nossos desejos se fixem paulatinamente nele, e não em outras coisas.

O ensino agostiniano sobre a graça teve muita influência ao longo de toda a Idade Média. A teologia medieval cultivou um vocabulário complexo e intrincado para falar da graça, na tentativa de definir seus diferentes aspectos, conforme Agostinho fizera quando elaborou as três distinções mencionadas.

Tomás de Aquino (1225-1274), em especial, propôs a distinção entre a “graça atual” (atuação de Deus, “de fora”, por assim dizer, sobre a natureza humana) e a “graça habitual”, com a qual Deus instila no crente o “hábito de graça criado”, que “cura e justifica a alma”. A graça habitual seria uma presença sobrenatural plantada por Deus na alma humana, e era entendida como o fundamento em que Deus nos justifica. Para Tomás de Aquino, a graça também aperfeiçoa a natureza humana: somos virtuosos por conta própria até certo ponto apenas, mas para vir a ser verdadeiramente semelhantes a Deus necessitamos de sua ajuda específica — da ajuda da graça.

A concepção agostiniana da graça como uma espécie de força interna, e as teorias posteriores, como a do “hábito de graça criado”, de Tomás de Aquino, produziram em alguns círculos a ideia de que a graça é uma espécie de substância divina injetada na humanidade como um antídoto contra uma doença. Parece que isso se confirma em certas expressões empregadas na Vulgata, a versão latina da Bíblia usada oficialmente durante um bom tempo pela igreja (veja p. 21). Essa tradução se referia à virgem Maria, mãe de Jesus, por exemplo, como *plena gratia*, “cheia de graça”, comparando-a a um vaso que estivesse cheio dessa substância chamada graça. Isso foi reforçado na teologia

medieval por ideias como a da *gratia infusa*, ou “graça infusa”, que se referia à ajuda que Deus concede aos pecadores que se esforçam para fazer o bem.

A Reforma mudou significativamente a compreensão da graça. Lutero não gostava da interpretação mecânica da noção de graça, segundo a qual Deus é obrigado a concedê-la aos que dão o melhor de si para agradá-lo. Era isso exatamente o que alguns teólogos da época ensinavam — que Deus havia celebrado uma aliança, ou pacto, mediante a qual garantiria o dom da graça àqueles que dessem o melhor de si, e essa graça os capacitaria a realizar atos verdadeiramente dignos da salvação.

Embora tivesse sido a princípio um defensor entusiasmado dessas ideias, Lutero passou aos poucos a achar problemático esse conceito. Ao que parece, segundo essa ideia, recaía apenas sobre o pecador o ônus de amar a Deus, odiar o pecado e dar o melhor de si. E se ele não desse “o melhor de si”? E se os motivos que o levassem a praticar boas ações fossem impuros — produtos do seu desejo de ser salvo, e não fruto de um amor puro por Deus? Foi reagindo a esse dilema estritamente pessoal que Lutero elaborou sua teologia da justificação pela fé somente. Nesse processo, ele também elaborou uma nova forma de entender a graça, que foi acolhida pela maior parte dos teólogos da Reforma. A graça passou a ser concebida não tanto como uma substância divina ou um poder interno, mas como o favor divino para com a humanidade.

A questão fundamental é como Deus olha para a humanidade, em geral, mergulhada no pecado e como olha para o indivíduo em particular. Será que ele nos vê como pecadores merecedores do seu castigo ou nos vê com benevolência, considerando-nos dignos do dom de Cristo e da salvação? A graça de Deus era entendida assim como a imerecida boa vontade de Deus em relação à humanidade, referindo-se, portanto, à convicção de que o favor divino se estendera aos pecadores. A salvação já não era mais concebida como um processo mediante o qual a graça divina infundida na vida do cristão o libertava gradativamente para praticar boas ações, o que produziria em sua vida uma transformação progressiva. Em vez disso, a graça passou a ser entendida cada vez mais como a atitude de Deus por trás de sua declaração de que o pecador que tem fé em Cristo está justificado perante Deus. Em seguida, vem um processo de mudança e transformação gradual na semelhança com Cristo. Todavia, esse processo de “santificação”, como ficou conhecido na teologia reformada posterior, é muito diferente da “justificação” original, da qual brotava.

No protestantismo reformado (originado principalmente com João Calvino, em Genebra), a graça foi ficando cada vez mais indissociavelmente ligada não tanto à justificação, mas, sim, à predestinação. Em outras palavras, a graça

divina passou a ser entendida sobretudo como expressão da eleição incondicional de Deus de alguns indivíduos para a salvação no início dos tempos. Essa ideia, naturalmente, exclui toda possibilidade de mérito humano ou de qualquer merecimento da graça e acentua o poder e a

iniciativa de Deus como fonte única de salvação, com o risco de fazer Deus parecer arbitrário e despótico.

Não é apenas na teologia cristã que a graça é fundamental. Embora a vida cristã deva ser vivida no contexto da graça, do amor, do favor e da bondade incondicionais de Deus para com sua criação, isso não deve ser visto com sentimentalismo. No século 20, Dietrich Bonhoeffer (1906-1945) chamou a atenção para o perigo do que ele denominava “graça barata” — uma forma de vida cristã que desfrutava das benesses da civilização sem a “graça preciosa”, que pressupõe o discipulado verdadeiro. Esse é um ponto que vale a pena ressaltar no final de qualquer discussão sobre as teologias da graça — em última análise, a graça não é assunto de nenhum jogo teológico; pelo contrário, ela proclama o chamado de Deus, consolador e desafiador a um só tempo, para que vivamos de um modo novo, em harmonia com o amor precioso de Deus por sua criação.

A predestinação e a liberdade humana

Um dos debates mais importantes dentro do cristianismo trata de como a soberania divina e a liberdade humana interagem. Isso se discute especificamente no que diz respeito à predestinação. Por ser um tema bastante polêmico, requer uma análise atenta. A seguir vamos examinar alguns temas bíblicos relativos ao assunto, bem como suas implicações para o pensamento cristão.

Já nos referimos à importância da vontade divina para refletir acerca da “mente de Deus” (veja p. 79-80). Um dos temas centrais da Bíblia é que a eleição, ou escolha, de certos povos ou indivíduos por Deus não depende do mérito desses indivíduos, mas unicamente do amor e da vontade de Deus. Isso fica particularmente claro na decisão de Deus de escolher Israel como seu

povo. O Antigo Testamento afirma reiteradamente que Israel foi escolhido não porque tivesse algo a oferecer, mas unicamente por causa da graça e da escolha soberanas de Deus (Dt 7.7; Is 41.8,9; Ez 20.5). Isso, é claro, não anula o dever de Israel de mostrar-se à altura das responsabilidades que cabem ao povo de Deus. Vários profetas do Antigo Testamento acentuaram a *condicionalidade* da eleição de Israel. Se Israel não se comportasse de maneira adequada à sua identidade e vocação de povo escolhido de Deus, seu status de povo eleito seria revogado.

O Novo Testamento emprega com frequência termos relativos à “predestinação”. Assim, Paulo enfatiza que os crentes foram escolhidos por Deus desde a fundação do mundo (Ef 1.5,11). O novo nascimento do cristão não é um acidente, tampouco um aperfeiçoamento indesejável. Segundo Paulo, é bem claro que Deus escolheu indivíduos. A longa dissertação do apóstolo acerca da relação de Deus com Israel (Rm 9—11) ressalta que Deus é livre para fazer com sua criação o que bem deseja. Embora Paulo se refira especificamente à rejeição de Israel, muitos intérpretes veem nessa discussão um significado mais amplo, que inclui a predestinação de indivíduos.

Para investigar um pouco mais essa questão, vamos voltar às ideias de Agostinho sobre a graça. Como vimos anteriormente, um dos temas centrais do pensamento agostiniano é a faléncia da natureza humana. A figura da Queda provém de Gênesis 3 e expressa a ideia de que a natureza humana decaiu do seu estado de pureza original. Logo, o estado atual da natureza humana e da criação não é o que Deus pretendia que fosse. A ordem criada não corresponde diretamente à “bondade” da sua integridade original. Ela decaiu. Foi corrompida e arruinada — mas não a ponto de não poder mais ser salva, conforme afirmam a doutrina da salvação e a da justificação.

De acordo com Agostinho, segue-se que hoje todos os seres humanos são contaminados pelo pecado desde que nascem. Agostinho retrata o pecado como algo inerente à natureza humana. Trata-se de um aspecto próprio do nosso ser, ou seja, não é opcional. Por sermos todos pecadores, todos necessitamos de redenção. Porque todos nós carecemos da glória Deus, todos precisamos ser redimidos. Para Agostinho, deixada à mercê de recursos e artifícios próprios, a humanidade jamais poderia relacionar-se com Deus. Nada que um homem ou mulher fizessem seria suficiente para quebrar as cadeias do pecado.

A graça é o dom de Deus imerecido mediante o qual ele rompe voluntariamente os grilhões do pecado que prendem o ser humano. A redenção só

é possível como dom divino. Não é algo que possamos conquistar por conta própria, mas, sim, que precisa ser feito por nós. Por isso, Agostinho sublinha que os recursos da salvação estão fora da humanidade: encontram-se em Deus. É Deus, e não o ser humano, que inicia o processo de salvação. Isso, porém, suscita uma indagação importante. Se somos totalmente dependentes da graça para a nossa salvação, e a graça não é concedida a todos, será que Deus não teria determinado de antemão quem será salvo? Assim chegamos aos célebres debates sobre a predestinação. A seguir, vamos observar alguns aspectos dessa polêmica.

São duas as principais correntes que se firmaram na tradição cristã. Podemos exemplificá-las considerando algumas controvérsias surgidas dentro do protestantismo em fins do século 16 e princípios do século 17. Embora tenham ocorrido debates paralelos em outros setores da Igreja cristã, a polêmica entre calvinistas e arminianos nos ajudará a entender o assunto.

A posição calvinista foi apresentada pelo célebre reformador protestante de Genebra, João Calvino, principalmente em suas *Institutas* (1559). O pensamento de Calvino reflete uma preocupação com a pecaminosidade do ser humano e a onipotência de Deus, preocupação que encontra sua expressão

mais completa em sua doutrina da predestinação. Como somos criaturas pecadoras, não temos papel nenhum em nossa eleição ou chamado. Sendo Deus o Criador soberano, só ele tem o direito de fazer com sua criação o que bem lhe aprouver. Será que o oleiro não tem a liberdade de fazer o que lhe apraz com os vasos que fez do barro?

Há uma diferença importante entre Calvino e Agostinho nesse ponto. Agostinho usa o termo “predestinação” para se

“A salvação, do lado humano, é uma escolha; do lado divino, é um apoderamento, uma apreensão, uma conquista do Deus Altíssimo. Nossa ‘aceitação’ e nossa ‘disposição’ são reações, e não ações. O direito de determinação permanece sempre com Deus.”

A. W. TOZER

referir à ação divina que concede a graça a alguns. Predestinação consiste na decisão e na ação especiais de Deus mediante as quais ele concede sua graça aos que serão salvos. Mas, alguém indagaria, e as demais pessoas? Ele as ignora, de acordo com Agostinho. Não decide efetivamente que elas serão condenadas; simplesmente se omite de salvá-las. A predestinação, para Agostinho, diz

respeito apenas à decisão divina de redimir alguns, e não ao ato de abandono dos demais seres humanos decaídos.

Para Calvino, porém, o rigor lógico exige que Deus decida ativamente redimir ou condenar. Não se pode imaginar que Deus faça algo “por tabela”: ele é ativo e soberano em suas ações. Portanto, a predestinação tem dois aspectos: uma decisão de salvar e outra de condenar. Nessa perspectiva, Deus quer efetivamente a salvação daqueles que serão salvos e a condenação dos que não serão. A predestinação, portanto, é “o decreto eterno de Deus por meio do qual ele determinou o que fará de cada indivíduo. Porque ele não cria a todos em condições iguais, mas ordena

alguns para a vida eterna e outros para a eterna condenação”.

Os estudiosos acharam por bem distinguir as ideias de “predestinação simples” e “predestinação dupla”. A primeira refere-se à decisão salvadora da parte de Deus. A humanidade perece por causa do pecado; Deus decide então salvar alguns. Essa é a ideia básica de Agostinho. A posição de Calvino é a da “predestinação dupla”, que implica duas decisões — uma decisão de salvar e outra de condenar. Desde o início do mundo, diz Calvino, Deus determinou quem será salvo e quem não será.

A alternativa protestante ao calvinismo nesse ponto é conhecida como arminianismo, termo derivado de Armínio, ou Jacobus Arminius (1560-1609). Segundo Armínio, a predestinação não diz respeito à decisão de Deus de determinar que indivíduos específicos seriam salvos, e sim que grupos de pessoas seriam redimidos. Deus determinou desde toda a eternidade que aqueles que tivessem fé seriam salvos. Contudo, caberia ao indivíduo ter fé. Enquanto para Calvino a fé é dom da graça, concedido exclusivamente por Deus, para Armínio trata-se de uma decisão humana. Cristo morreu por todos, fazendo da salvação uma possibilidade universal. Cabe aos seres humanos responder a essa possibilidade com a fé.

O debate prossegue até os dias de hoje. O arminianismo é amplamente cultivado no metodismo, ao passo que as perspectivas mais calvinistas caracterizam os grupos reformados. Um exemplo particularmente interessante dessa tensão pode ser visto no grande avivamento evangélico ocorrido na Inglaterra

“Acima de tudo, Deus não quer punir o pecado; quer destruí-lo. A única vingança que vale a pena infligir ao pecado é fazer do próprio pecador o seu alagoz.”

GEORGE MACDONALD

no século 18. John e Charles Wesley eram ambos arminianos, ao passo que George Whitefield, o colaborador deles, era calvinista. É curioso observar que os três participaram juntos de um vasto programa de reforma e renovação apesar de suas diferenças nessa questão.

Nesta seção do livro, vimos como os cristãos entendem a salvação e como ela se relaciona com a morte e a ressurreição de Jesus Cristo. A salvação é uma ideia rica e complexa, que envolve o perdão de todo o passado do crente, sua transformação presente e a esperança de entrar no céu com Deus. Tudo isso são “benefícios de Cristo” (conforme escreveu Filipe Melâncton em 1521), conquistados para a humanidade na cruz e garantidos pela fé.

5 A igreja

CHRISTOPHER WRIGHT

Se pensarmos na igreja como a comunidade daqueles que confessam Jesus de Nazaré como Senhor e Salvador e que procuram viver como seus seguidores, concluiremos que a origem histórica dessa comunidade, definida em relação a Jesus Cristo, deve remontar ao Novo Testamento. É por esse motivo que o dia de Pentecostes, em Atos 2, quando o Espírito Santo foi derramado sobre a pequena comunidade dos primeiros seguidores de Jesus, é considerado o nascimento da igreja. Contudo, os cristãos acreditam que a igreja é antes de tudo uma comunidade criada por Deus, um povo constituído por Deus para realizar os propósitos dele no mundo. As raízes desse chamado e dessa constituição remontam a um tempo muito anterior ao Pentecostes.

A fim de compreender o que aconteceu no Pentecostes e depois, ou mesmo o que se passou antes desse dia nos relatos dos Evangelhos, temos de observar essa história do Novo Testamento à luz do povo de Israel do Antigo Testamento. Na verdade, não podemos compreender Jesus, muito menos sua igreja, sem entender a relação de ambos com esse povo, cujas origens remontam a Abraão, no livro de Gênesis. Descobriremos, então, que não podemos compreender Abraão se não o situarmos no contexto de tudo o que aconteceu antes dele. No fim das contas, é melhor começar do início — não com o nascimento da igreja, mas com o nascimento do mundo. Temos de examinar brevemente Gênesis 1—11.

A origem da igreja

A Bíblia começa com a história da Criação. Os cristãos acreditam que o Universo que habitamos foi criado pelo Deus único, vivo e pessoal, que o fez “bom”. Ele nos criou à sua imagem para que governássemos a terra em seu

nome com um conjunto sólido de responsabilidades espirituais e morais: amar e obedecer a Deus, amar e servir uns aos outros, desfrutar a criação e cuidar dela. Contudo, com a entrada do pecado e do mal na vida humana, todos esses aspectos da existência foram corrompidos e distorcidos. Preferimos nos rebelar contra nosso criador e substituir sua autoridade por nossa autonomia moral. Convivemos com pecados pessoais e sociais de todos os tipos — o medo, a ira, a violência, a injustiça, a opressão e a corrupção. Exploramos, poluímos e destruímos a terra, apesar de Deus nos ter ordenado que cuidássemos dela.

O auge dessa triste lista de pecados humanos vem com a história da Torre de Babel, em Gênesis 11. Para evitar que a humanidade unida agisse com total arrogância, Deus dividiu as línguas e provocou com isso uma confusão na comunicação entre os seres humanos. No desfecho dessa parte da história bíblica, deparamos com a humanidade fragmentada, dividida e espalhada sobre a face de uma terra sob a maldição divina. Existe alguma esperança para o mundo — especificamente para as nações da humanidade?

A resposta de Deus à pergunta suscitada por Gênesis 1—11 é a narrativa que se estende pelo restante da Bíblia, de Gênesis 12 a Apocalipse 22. É a narrativa da obra redentora de Deus dentro da história. Ela gira em torno da cruz e da ressurreição de Jesus Cristo. E seu clímax ocorrerá com o retorno de Cristo e o estabelecimento do seu reino sobre a nova criação. Vale a pena notar que a narrativa bíblica começa e termina com as nações da humanidade. Em Gênesis 11, elas se unem na arrogância e são dispersas pelo juízo divino. Em Apocalipse 7.9, elas serão reunidas numa “grande multidão, que ninguém [pode] contar, de todas as nações, tribos, povos e línguas”. Esse quadro final das nações em Apocalipse, porém, é na verdade um retrato da igreja — a comunidade multacional da humanidade redimida por Deus. Sua natureza plurinacional remonta à promessa da aliança que Deus fez com Abraão, isto é, de que por meio dele seriam benditas todas as nações da terra (Gn 12.3).

Isso significa que em certo sentido a igreja, como comunidade do povo de Deus ao longo da história, preenche a lacuna entre Babel e a nova criação. Essa comunidade começa com um homem e sua esposa (Abraão e Sara), torna-se uma família, depois uma nação e, por fim, uma enorme multidão de todos os povos e línguas. Essa é a igreja em toda a sua perspectiva bíblica.

O que podemos aprender sobre essa comunidade pelo relato dos seus primórdios no chamado de Abraão? Três elementos se destacam na promessa

e nas narrativas de Gênesis, três elementos que devem ser os sinais característicos da igreja como povo de Deus em qualquer era: bênção, fé e obediência.

UMA COMUNIDADE DE BÊNÇÃO

Bênção é uma palavra que talvez pensássemos não ouvir novamente quando chegamos a Gênesis 11. Todavia, foi ela a primeira palavra pronunciada por Deus, que abençoou sucessivamente seus atos de criação em Gênesis 1. Depois do Dilúvio, Deus abençoou Noé e celebrou uma aliança com toda a vida sobre a terra. Mas parece que o pecado e o insucesso reiterados reforçaram apenas o discurso e a realidade da maldição divina. Onde encontrar a bênção? A resposta de Deus foi chamar Abraão e prometer abençoar a ele e a seus descendentes. Portanto, essa nova comunidade procedente de Abraão receberá a bênção divina. Abraão é um novo começo, tanto para a humanidade quanto para a criação. A bênção, porém, não é recebida passivamente. A ordem é que Abraão seja ele próprio “uma bênção” (Gn 12.2). O desfecho da promessa da aliança que Deus faz com ele é que todas as nações da terra serão abençoadas por meio dele. Todo o resto da Bíblia se ocupa em mostrar como isso se dá, mas a Escritura caracteriza essa comunidade como aquela que experimenta a bênção divina e que serve de meio de comunicação da bênção a outros. Receber e compartilhar a bênção faz parte da essência da igreja.

UMA COMUNIDADE DE FÉ

“[Abraão] creu em Deus, e isso lhe foi atribuído como justiça”, diz Paulo (Gl 3.6), ecoando Gênesis 15.6. A Epístola aos Hebreus, no Novo Testamento, também ressalta enfaticamente Abraão como homem de fé (Hb 11.8-19), depois de ter afirmado anteriormente no capítulo que “sem fé é impossível agradar a Deus” (Hb 11.6). Portanto, a comunidade que procede de Abraão deve ser assinalada como um povo que confia na promessa de Deus, e não em sua própria capacidade de garantir sua segurança futura (como os homens haviam tentado fazer em Babel). Por isso mesmo, há um nome que distingue especialmente os cristãos: eles são chamados simplesmente de “crentes”.

UMA COMUNIDADE DE OBEDIÊNCIA

Por causa de sua fé, Abraão obedeceu a Deus. Ele determinou-se e saiu de sua terra, conforme Deus lhe ordenara. Quando enfrentou a prova suprema de

sacrificar o filho que encarnava tudo o que Deus lhe havia prometido, mesmo assim ele não pensou em desobedecer; contudo, Deus interferiu e o deteve. No auge dessa narrativa, Deus reitera sua promessa de abençoar todas as nações da terra por causa da obediência de Abraão (Gn 22.15-18). Assim, Hebreus 11 e Tiago 2.20-24 colocam a obediência de Abraão ao lado de sua fé como prova de sua relação autêntica com Deus.

A igreja, portanto, ao situar suas origens no chamado de Abraão e na promessa que Deus lhe fez, encontra aí alguns dos sinais mais importantes de sua identidade (logo falaremos mais a esse respeito). Ela é uma comunidade que não só desfruta a rica *bênção* divina, mas também é chamada a ser veículo de bênção para os outros. É a comunidade que vive pela *fé* na promessa de Deus e prova essa fé mediante a *obediência* prática, e às vezes sacrificial.

A igreja no Antigo Testamento

Se a igreja como povo bíblico de Deus começou com Abraão, segue-se que é preciso dar alguma atenção à sua história na época do Antigo Testamento. Não é necessário examinar toda a história de Israel antes de Cristo, mas vale a pena notar que alguns conceitos que Israel tinha de si mesmo em sua relação com Deus e o mundo aparecem refletidos de forma acentuada no que a igreja cristã pensa sobre sua própria existência e missão. A seguinte lista explicativa de alguns dos principais conceitos que governavam a noção de identidade de Israel no Antigo Testamento mostra que a igreja do Novo Testamento herdou o mesmo entendimento de si mesma.

ELEIÇÃO

A fé de Israel fundamenta-se no fato de que Deus o escolheu como seu povo. Israel era constituído pelos descendentes de Abraão, a quem Deus escolhera e chamara. Não se trata de uma nação que decidira por si mesma adorar esse Deus particular. Pelo contrário, esse Deus a escolheu como seu povo especial. Não existiria esse povo se não fosse o chamado e a escolha de Deus. A esse respeito, duas coisas devem ser ditas já de início.

Em primeiro lugar, os israelitas não tinham o direito de supor que o fato de terem sido eleitos por Deus tivesse alguma relação com sua grandeza numérica ou sua superioridade moral. Longe disso, Israel era uma nação pequena e não era mais justa do que as demais. As raízes da eleição

jazem exclusivamente no amor e na graça de Deus, e por motivos que só ele conhece (Dt 7.7-10).

Em segundo lugar, Israel fora escolhido não para seu próprio benefício principalmente, mas por causa das demais nações. Como já vimos, o chamado de Abraão é a resposta de Deus ao estado alarmante em que se encontravam as nações, em rebeldia e divisão. Abençoar Abraão e seus descendentes foi a forma pela qual Deus decidiu abençoar todas as nações. A eleição, portanto, não é um privilégio em essência (embora não deixe de ser), e sim uma responsabilidade. Os eleitos são escolhidos para uma tarefa, para ser o instrumento mediante o qual Deus levará a cabo sua missão de bênção universal.

Pedro, em sua carta aos cristãos que estavam dispersos nos primórdios da igreja, diz: “sois geração eleita” (1Pe 2.9). A igreja é continuidade fundamental, ou orgânica, de Israel na qualidade de povo eleito de Deus. Os mesmos pontos fundamentais que se aplicam ao Israel do Antigo Testamento aplicam-se também à igreja do Novo Testamento. Essa eleição é obra exclusiva da graça divina. Não se baseia em nenhuma qualidade nossa que nos faça “dignos de ser eleitos”. A eleição, além disso, tem propósito essencialmente missionário. Não somos escolhidos para desfrutar sozinhos a salvação, mas a fim de ser meio da salvação divina para alcançar os outros — conforme ressaltou Pedro nos versículos seguintes. A igreja existe no mundo como a comunidade que Deus escolheu e chamou para cumprir a missão divina de tirar as nações da situação relatada em Gênesis 4—11 e levá-las até a que se apresenta em Apocalipse 7.

REDENÇÃO

Israel sabia que era um povo a quem Deus redimira. Contemplava o passado, a grande libertação histórica de seus ancestrais da escravidão no Egito, e via nisso a prova do amor, da justiça, do poder e da grandeza incomparáveis do seu Deus. Os termos do Êxodo (redenção, libertação, atos poderosos de justiça) preenchiam o culto de Israel, motivavam suas leis e sua ética e inspiravam a esperança da libertação futura a ser efetuada por Deus tanto em nível nacional quanto individual. A memória do Êxodo era preservada pela celebração anual da Páscoa. Israel era um povo que conhecia sua história e, por meio dessa história, conhecia Deus.

O Novo Testamento vê claramente a cruz de Cristo pelo prisma do Êxodo (Lc 9.30,31). Na cruz, Deus levou a cabo a redenção do mundo, derrotou as

forças do mal e libertou seu povo. A igreja cristã, portanto, olha para o Calvário da mesma maneira que Israel olhava para o Êxodo: Cristo, o cordeiro

pascal, foi sacrificado pelos crentes (1Co 5.7). Os cristãos também são um povo de memória e esperança, e ambas têm destaque especial na comemoração mais importante da igreja, a eucaristia ou ceia do Senhor. Assim, a igreja tem continuidade essencial, orgânica, com o Israel do Antigo Testamento: é o povo a quem Deus redimiu.

"Não pode ter Deus por
Pai quem não tem a igreja
por mãe."

CIPRIANO DE CARTAGO

ALIANÇA

Outro conceito predominante na teologia de Israel era sua relação de aliança com Deus, relação essa que também remonta a Abraão. A aliança consiste numa promessa ou compromisso da parte de Deus e exige uma resposta correspondente da parte daquele com quem a aliança é celebrada. Deus prometeu a Abraão que o abençoaria, fazer dele uma grande nação e abençoar todas as nações por meio da sua descendência. A resposta de Abraão foi a fé e a obediência. Deus estendeu essa aliança a toda a nação de Israel no monte Sinai, depois do Êxodo. Nesse mesmo contexto, Deus dá a conhecer seu nome pessoal, Yahweh (veja p. 74–75). Na mente de Israel, esse nome ficou para sempre associado ao Êxodo (quando Yahweh provou seu poder redentor) e ao Sinai (quando Yahweh revelou seu caráter, sua aliança e sua lei a Israel). Portanto, Israel tinha consciência de que era a comunidade exclusiva de Deus Yahweh. Ele estava comprometido com eles por sua graça salvadora, sua proteção e sua bênção históricas e por seu propósito de longo prazo para o mundo. O povo, por sua vez, devia comprometer-se com ele em lealdade exclusiva e obediência ética.

Observamos mais uma vez a continuidade orgânica entre os dois Testamentos. Isso porque a igreja também é a comunidade da aliança, o povo da nova aliança prenunciada no Antigo Testamento e inaugurada por Cristo mediante sua morte e ressurreição. Portanto, a igreja é uma comunidade em relação de compromisso com Deus. Ele se compromete com as pessoas que estão unidas a Cristo pela fé em seu sangue, e elas se comprometem com ele mediante a adoração exclusiva e a obediência ética.

ADORAÇÃO

Jesus, já se disse, veio a um povo que sabia orar. O povo de Israel adorava o Deus único, o Deus vivo, e essa rica herança de adoração se encontra naturalmente no livro de Salmos. O vocabulário de culto, louvor, ação de graças, de apelo, do lamento e protesto era bem desenvolvido na vida de adoração de Israel. Tanto que o livro de Deuteronômio podia indagar qual outra nação tinha seus deuses tão perto dela quanto o Senhor era próximo de Israel quando este o invocava em oração (Dt 4.7).

É claro, portanto, que a igreja cristã, surgida no seio do Israel do Antigo Testamento, nasceu como comunidade de adoração. Essa é, aliás, uma das atividades mais comuns da igreja no livro de Atos — reunida para adorar, para orar e para ensinar a Escritura, assim como faziam os judeus. É pressuposto de todas as cartas paulinas que as igrejas às quais ele escrevia eram primordialmente comunidades que sabiam adorar a Deus, mesmo que o próprio entusiasmo com que se dedicavam à adoração pudesse representar um problema. Conforme veremos, adorar a Deus faz parte da essência da igreja, e assim será eternamente.

LUTA

Israel tinha ideais elevados decorrentes de sua relação de aliança com Deus, mas nada havia de idealista em sua existência histórica. É imprescindível lembrar que todas as verdades mencionadas anteriormente eram vividas na luta que Israel travava por ser uma sociedade muito humana em meio a um mundo de nações tão caídas e pecaminosas quanto ela própria. Assim, o Antigo Testamento registra de forma sincera e dolorosa os terríveis fracassos de Israel, juntamente com todas as afirmações notáveis de sua fé e suas aspirações. Os israelitas pecavam e sofriam; fracassavam internamente e eram atacados externamente. A história desse povo é uma extensa lista de conflitos entre os que lhe levavam a palavra de Deus e os que estavam determinados a resistir à vontade e aos caminhos do seu Deus.

Em tudo isso, vemos a igreja como num espelho. Os parágrafos a seguir cobrem vários aspectos dos ensinamentos bíblicos sobre o que a igreja é e deve ser. Todavia, não podemos perder de vista que, apesar de em última análise ser criação própria de Deus, de receber dele sua identidade e sua missão e de realizar seus propósitos, a igreja também é uma comunidade de

pecadores — pecadores perdoados, sim, mas nem por isso menos pecadores e menos decaídos.

Em tudo isso, e muito mais, portanto, a igreja se acha em continuidade essencial, orgânica, com o Israel do Antigo Testamento. É claro que existem diferenças, e o Novo Testamento deixa claro que Deus lida com seu povo de diferentes maneiras nas diferentes épocas, mesmo que suas promessas se estendam e se prolonguem pelos séculos até o apogeu de sua realização em Cristo. Contudo, a unidade do povo de Deus na Bíblia é uma verdade teológica muito mais importante do que os diferentes períodos da existência histórica desse povo. Em toda a Bíblia, o povo de Deus é aquele que foi escolhido e chamado por Deus para realizar o seu propósito de abençoar as nações. Fazem parte desse povo os que receberam o poder e a graça redentora de Deus na história consumados em Cristo na cruz. Pertencem a esse povo todos aqueles que estão em relação de aliança com Deus, desfrutando a segurança de sua promessa e agindo perante Deus com lealdade exclusiva e obediência ética. São aqueles separados por ele e para ele para existir e viver como uma comunidade diferente e santa dentro do mundo que a cerca. São aqueles que vivem para adorar o Deus vivo eternamente, mas ainda assim vivenciam todas as ambiguidades da existência histórica neste planeta pecaminoso e ainda longe da perfeição. Em tudo isso a igreja é a continuidade do Israel do Antigo Testamento porque, como disse Paulo, todos os crentes são partícipes da mesma promessa, da mesma herança e das mesmas boas-novas (Ef 3.6). Em Cristo Jesus, eles pertencem à mesma oliveira (Rm 11.17-24; veja p. 285).

A igreja no Novo Testamento

Quais são as novas maneiras com que o Novo Testamento se refere à igreja? Obviamente a pessoa de Jesus Cristo é a presença principal e determinante, à qual remetem todas as definições dos seus seguidores. Vale a pena notar que o Novo Testamento retrata Jesus como o cumprimento da promessa de Deus no Antigo Testamento e, portanto, define os seguidores de Jesus como aqueles que vivem à luz desse cumprimento. É com base nesse entendimento fundamental (de que Jesus e a igreja cumprem as Escrituras do Antigo Testamento) que decorrem os vários outros termos com que o Novo Testamento se refere àqueles que constituíram a primeira igreja cristã.

COMPLETOU-SE O TEMPO

Na pregação mais antiga de Jesus que temos registrada (Mc 1.15), observamos a nota de cumprimento das promessas que domina os Evangelhos. Em todo o período do Antigo Testamento, e mesmo depois, crescia entre o povo de Israel a expectativa de que Deus produziria um novo estado de coisas na história humana. Pelas promessas que Deus fizera em suas alianças com seu povo (sobretudo a aliança abraâmica e a davídica, bem como a nova aliança profetizada para o futuro) e pelas palavras dos profetas e dos salmistas, o povo esperava um futuro em que algumas coisas aconteceriam. Entre essas expectativas fundamentadas nas Escrituras estão:

1. O Deus de Israel, reconhecido como rei em Israel, estabeleceria seu reino no mundo num sentido muito mais amplo.
2. Israel, alienado de Deus e oprimido por seus inimigos, seria restaurado mediante arrependimento e perdão. Seria liberto, ao passo que seus inimigos seriam derrubados.
3. Essas coisas aconteceriam por intermédio de alguém que viria e que era designado de várias maneiras: Servo de Deus, ungido de Deus, o rei vindouro, entre outras. Contudo, a missão desse rei futuro não seria apenas levar Israel de volta ao seu Deus, mas teria alcance maior. Com a restauração de Israel, as nações seriam reunidas, cumprindo-se assim a promessa de Deus a Abraão de que todas as nações seriam abençoadas por meio dos seus descendentes.
4. Além disso, toda a criação seria enfim redimida numa nova era de justiça e paz sob o reinado de Deus e mediante o derramamento do seu Espírito. De acordo com os autores do Novo Testamento, essa realidade se inaugurou por ocasião da vida, morte e ressurreição de Jesus. Como Messias (ungido de Deus), Jesus representava Israel em sua pessoa — assumindo seu destino e cumprindo a missão que cabia ao povo inteiro cumprir. Portanto, em sua vida e seu ensino, ele inaugurou o reino de Deus, demonstrando o poder deste por meio de palavras e ações. Com sua morte, ele tomou sobre si o juízo divino contra o pecado, não apenas em favor do seu próprio povo, Israel, mas também em favor do mundo todo. Em sua ressurreição, Deus cumpriu a promessa de

redimir Israel. Conforme diz Paulo, “nós vos anunciamos as boas-novas da promessa feita aos pais, a qual Deus cumpriu para nós, filhos deles, ressuscitando Jesus” (At 13.32,33). Antes de subir aos céus, Jesus encarregou seus seguidores de dar prosseguimento à missão abraâmica de Israel, agora centrada no nome do próprio Cristo, levando a bênção de arrependimento e perdão a todas as nações (Lc 24.46,47). Para revesti-los de poder nessa missão, o Cristo ressurreto enviou o Espírito Santo, cujo derramamento havia sido profetizado como sinal da nova era divina de salvação e bênção (Is 32.15-20; Jl 2.28-32).

Não admira, portanto, que o dia de Pentecostes seja considerado o nascimento da igreja nesse novo sentido, pois o derramamento do Espírito de Deus naquele dia foi o sinal de que uma nova era de cumprimento das promessas havia começado. A crucificação, a ressurreição e a ascensão de Jesus de Nazaré cumpriram o que Deus havia prometido. Todo aquele que acolhesse esses fatos com atitude de arrependimento e fé fazia parte do Israel restaurado em Cristo — quer judeus, como seus primeiros seguidores, quer gentios das nações, que agora também eram chamados a fazer parte dessa nova comunidade. É por isso que a pregação primitiva registrada no livro de Atos acentua tanto a ideia de cumprimento das promessas. Deus agira decisivamente inaugurando seu reino por meio de Jesus, a quem ele fizera Senhor e Cristo. Há, naturalmente, uma surpresa pelo fato de que a antiga era continua e vivemos ainda neste mundo e em sua história. Observa-se no Novo Testamento uma “sobreposição” entre esta era (nossa velha mundo e sua história) e a era vindoura (a nova ordem do governo divino de paz, justiça e salvação). O reino de Deus é caracterizado pelo “já” e pelo “ainda não”. Contudo, o fator principal é que o momento decisivo já aconteceu em Cristo. Como a semente plantada na terra ou o fermento acrescentado à massa, o reino de Deus já está presente e atuante no mundo. Já estamos no “fim dos tempos”. A igreja, portanto, é a comunidade que deve viver no presente à luz tanto do passado (do que Deus já realizou em Cristo) quanto do futuro (do que os cristãos aguardam com o retorno de Cristo).

Na condição de comunidade constituída pelos que responderam positivamente à ação de Deus em Jesus Cristo, a igreja dos primeiros registros do Novo Testamento é designada por diversos termos simples. Esses termos foram usados antes mesmo que a palavra “cristão” fosse inventada e continuam sempre verdadeiros. Em certo sentido, eles são as designações mais elementares da igreja, uma vez que definem as pessoas que a ela pertencem. Não são metáforas,

conceitos teológicos ou títulos institucionais; dizem-nos tão somente o que significa ser cristão (embora não tenha sido esse o primeiro termo a ser utilizado). No início, os cristãos eram apenas *discípulos* — seguidores de Jesus. Depois, foram também chamados de *testemunhas* de Jesus e *crentes* em Jesus. Por fim, dada a grande ênfase no Cristo, atraíram para si o apelido de “o povo do Cristo” — *christianoi*. Paradoxalmente, foi esse apelido dado por gente de fora da comunidade que entrou para a história.

DISCÍPULOS

O núcleo da igreja cristã do Novo Testamento era o grupo de discípulos de Jesus, que aparece nos Evangelhos praticamente em todo lugar onde Jesus está.

“Discípulo” significa aprendiz — seguidor de um mestre ou senhor. Os rabinos judeus tinham seus discípulos, e Jesus não era exceção. Entretanto, havia diferenças consideráveis entre eles. Os rabinos ensinavam as Escrituras, e toda a autoridade deles estava nelas. Jesus também ensinava as Escrituras, mas falava com autoridade própria e exigia lealdade para consigo. Os discípulos dos rabinos aspiravam a também ser rabinos um dia, “formando-se”, por assim dizer, na escola dos mestres. Para o cristão, não há dia de “formatura” na escola de Jesus; em vez disso, há um chamado para uma vida inteira de discipulado.

Os Evangelhos mostram que os discípulos de Jesus se caracterizavam por três aspectos principais, que continuam sendo marcas de pertencimento à igreja:

1. Discípulos são aqueles que Jesus chamou para si a fim de permanecerem com ele. Não se trata de seguir o ensinamento de um líder morto ou ausente. Ser discípulo é manter uma relação constante com Jesus; ou melhor, é usufruir a verdade da última promessa que ele fez aos seus seguidores: “E eu estou convosco todos os dias” (Mt 28.20).

2. Discípulos são aqueles que obedecem a Jesus. É uma questão de lealdade pessoal: o cristão encara com muita seriedade tudo o que Jesus diz e

“A igreja existe única e exclusivamente para atrair pessoas a Cristo, para torná-las pequenos Cristos. Se estiverem fazendo outra coisa, todas as catedrais, todo o clero, todas as missões, todos os sermões e até a própria Bíblia não passam de perda de tempo. Não foi por outro motivo que Deus se tornou homem.”

C. S. LEWIS

submete-se à sua autoridade. Os judeus diziam que era preciso submeter-se ao jugo da lei. Jesus conclamou seus discípulos a outra submissão: “Tomai sobre vós o meu jugo e aprendei de mim” (Mt 11.29). Isso significa submissão da mente, do coração e da vontade a Jesus Cristo.

3. Os discípulos são encarregados e enviados por Jesus e em seu nome (i. e., com a autoridade dele), para fazer discípulos de todas as nações. Em outras palavras, o discipulado é uma missão que se reproduz por si mesma.

Nos Evangelhos, Jesus tinha um grupo especial de doze discípulos íntimos, onze dos quais se tornaram conhecidos como *apóstolos*. Estes (e alguns outros mencionados no Novo Testamento) tinham autoridade para dar testemunho de Cristo (porque o tinham conhecido e presenciado sua ressurreição) e para estabelecer e dirigir as primeiras igrejas (veja p. 302). Mas os Evangelhos também fazem referência a um grupo mais amplo de discípulos, seguidores comuns de Jesus. Embora a palavra “discípulo” não seja muito utilizada no Novo Testamento fora dos Evangelhos, é evidente que a igreja deve ser sempre uma comunidade de discípulos, de seguidores de Jesus, que vivem em sua presença, submetem-se ao seu ensino e levam adiante sua missão.

TESTEMUNHAS

“Sereis minhas testemunhas”, disse Jesus a seus discípulos depois da ressurreição e antes da sua ascensão (Lc 24.48; At 1.8). É quase certo que Jesus estava ecoando as mesmas palavras que Deus dissera a Israel em Isaías (43.10-12). Israel era o povo que deveria dar testemunho entre as nações vizinhas da realidade do seu Deus, Yahweh. As outras nações que chamassem suas testemunhas em defesa de seus deuses, se é que isso era possível; Yahweh, quanto a si, confiara-se a seu povo. Os israelitas deviam declarar o que sabiam da sua história sobre o Deus que os chamara e redimira. As nações saberiam quem é Deus realmente pelo testemunho daqueles a quem ele confiara a tarefa de testemunhar de sua experiência histórica de Deus.

Do mesmo modo, Jesus confia a verdade a seu respeito àqueles que a presenciaram. É claro que, no início, as palavras dele se dirigiram aos apóstolos, que haviam testemunhado diretamente sua vida, seu ensino, sua morte e sua ressurreição. Pedro diz isso claramente quando é questionado acerca das curas que realiza e de sua pregação (At 3.15). Mas todos os cristãos são igualmente

chamados a dar testemunho do que experimentaram do amor redentor de Deus em Cristo. A igreja é a guardiã do testemunho apostólico. Às vezes, o custo desse testemunho é muito alto, como descobriram os primeiros cristãos e muitos outros ao longo dos séculos. A palavra “mártir” significava originalmente “testemunha” apenas. Uma vez que esse testemunho culminava com frequência em morte nas mãos daqueles que rejeitavam a palavra da testemunha, o termo adquiriu um novo significado: aquele que prefere entregar a vida a comprometer seu testemunho.

CREENTES

Outra designação comum atribuída aos primeiros cristãos (antes de receberem esse nome) no livro de Atos dos Apóstolos é “crentes”. Esse termo, é claro, também remonta aos Evangelhos, porque Jesus falava com frequência da necessidade de ter fé juntamente com o arrependimento. A fé é a chave da entrada no reino de Deus e do recebimento de suas bênçãos, entre as quais o perdão, a cura e a vida eterna. E a fé, a exemplo do discipulado e do testemunho, também é totalmente voltada para a pessoa de Jesus. Não se trata apenas de crer em certas proposições, embora não esteja excluída a fé nas declarações de Cristo. Antes, trata-se de um ato de confiança pessoal em Deus, centrado em Jesus como aquele que cumpriu as promessas de Deus, morreu e ressuscitou para a salvação da humanidade.

Essas primeiras designações, que acabaram por ser incorporadas no nome genérico de “cristãos” (embora não tenham sido substituídas por ele), expõem algumas características próprias do que deve ser a igreja. Em primeiro lugar, a igreja é uma comunidade de discípulos de Jesus, que buscam viver na presença dele, obedecer ao que ele ensina e cumprir a missão que ele lhes deu. A igreja é necessariamente uma comunidade de testemunhas chamadas frequentemente a pagar o preço de seu testemunho, uma vez que o reino de Deus e a mensagem da cruz lançam um desafio indesejável a este mundo hostil. Por fim, é uma comunidade de crentes que seguem o espírito de Abraão, pois, antes de tudo, são justificados pela fé e vivem pela fé.

Metáforas para a igreja

A igreja é muito mais que um simples amontoado de pessoas que pensam da mesma maneira, um agregado de indivíduos que se dizem discípulos de Jesus,

testemunhas dele e crentes em Cristo. A igreja *em seu conjunto* é uma entidade significativa. É uma realidade histórica no mundo, com raízes espirituais que remontam diretamente a Abraão. A Bíblia recorre a inúmeras metáforas, ou figuras, para comunicar diferentes aspectos dessa realidade. A maior parte delas se acha no Antigo Testamento e são formas de designar Israel; o Novo Testamento as aplica àqueles que creem em Cristo. Uma metáfora, porém — o conceito da igreja como corpo, ou o corpo de Cristo —, parece ser exclusiva do Novo Testamento. Entre as várias metáforas bíblicas mais importantes usadas para se referir à igreja estão:

UM LAR OU FAMÍLIA

O Israel do Antigo Testamento era uma sociedade estruturada no parentesco, dividida em tribos, clãs e famílias. A unidade básica desse arranjo era a “casa do pai” ou *beth-ab*. Era a família estendida, isto é, parentes de três ou até quatro gerações, o que abrangia os filhos casados e seus filhos, os servos, os trabalhadores da lavoura e até os residentes estrangeiros que ali praticavam sua atividade profissional. Esse organismo robusto não funcionava apenas como a unidade básica da vida social, educacional, econômica, judicial, religiosa e até militar de Israel; ele também dava ao indivíduo israelita um respaldo imprescindível. A casa era o lugar em que o indivíduo encontrava sua *identidade* pessoal e sua *inclusão* (os antropônimos sempre continham o nome da casa do pai, assim como o do clã e o da tribo). Era o lugar de *segurança*, uma vez que a família tinha sua porção de terra herdada. Também era o lugar de *ensino* e *cultivo* espiritual da lei de Deus. Já nos tempos do Antigo Testamento toda a nação de Israel podia ser definida metaoricamente como uma família: “Casa de Israel” (*beth-yisrael*) era uma expressão comum para designar a nação inteira. Às vezes, deparamos também com “Casa de Yahweh”, termo em que o povo inteiro é retratado como a família de Deus.

Com essa metáfora de Israel já bem estabelecida no Antigo Testamento, não é de admirar que os primeiros cristãos tenham adotado uma figura de linguagem semelhante para se referir à comunidade da igreja. Paulo a chama de “casa de Deus” (1Tm 3.15). Essa expressão também é empregada pelo autor de Hebreus (3.6). Usar essa metáfora era ainda mais fácil tendo em vista que os primeiros cristãos se reuniam nas casas e a sensação de pertencer a uma família estendida talvez fosse bem forte. A palavra grega *oikos* designa a família no

mesmo sentido amplo que o vocáculo *bayith* do Antigo Testamento. Assim como no Antigo Testamento, a igreja como lar ou família é o lugar da *identidade* (em Cristo), da *inclusão* (na comunhão), da *segurança* (de uma herança eterna), do *cultivo* e do *ensino* (das Escrituras e dos ensinamentos dos apóstolos). Para os que haviam sido separados do contato natural com a família por causa da lealdade a Cristo, a igreja como uma nova família em todos esses aspectos mencionados era muitíssimo importante, e ainda é.

É claro que pensar na igreja como família tem outras implicações. Com Deus como Pai, os crentes são todos irmãos (a forma plural grega *adelphoi* inclui os dois gêneros). Irmãos é o substantivo com que os autores do Novo Testamento se referem com frequência aos crentes, o que mostra também como eles devem se comportar uns em relação aos outros. Além disso, os cristãos são chamados filhos de Deus, sendo Jesus o “primogênito entre muitos irmãos” (Rm 8.29). Todos pertencem à mesma família. Portanto, Jesus “não se envergonha de chamá-los de irmãos” (Hb 2.11).

UM POVO

O Israel do Antigo Testamento era uma nação (*goy*) entre outras nações. Todavia, os israelitas também chamavam a si mesmos de povo (*‘am*), termo que está mais para a ideia de comunidade do que para a de etnia. De fato, embora o cerne de Israel fosse, sem dúvida, uma comunidade étnica descendente das doze tribos — dos filhos de Jacó (Israel) —, a realidade é que se tratava de uma sociedade bem mista. Muitos outros grupos saíram do Egito com os hebreus no Éxodo (Êx 12.38). Muitos cananeus sobreviveram e se misturaram aos israelitas depois que estes se estabeleceram na Terra Prometida (Js 9). Os estrangeiros deviam ser acolhidos e ter acesso aos direitos fundamentais previstos na legislação social de Israel (Lv 19.33,34). O que mantinha Israel unido não eram tanto os laços étnicos, e sim a *lealdade à aliança* celebrada com o único Deus — Yahweh. Assim, Israel era acima de tudo “o povo de Yahweh”. Além disso, esse título podia ser estendido a outras nações. O Antigo Testamento vislumbrava o momento em que pessoas de outras nações seriam incluídas no povo de Yahweh (Is 19.24,25; Sl 87; Zc 2.11), e é isso precisamente o que o Novo Testamento diz que aconteceu pela obra missionária da igreja.

Portanto, a igreja é um povo, ou melhor, ela é o povo do Deus bíblico pela fé em Cristo. Mas também é essencialmente um povo composto de pessoas

de muitas nações, pois a membresia é aberta a todos — judeus e gentios, homens e mulheres, escravos e livres (Gl 3.28). Nesse sentido, a linguagem aplicada primeiro a Israel foi estendida ao povo de todas as nações. “Mas vós

sois geração eleita”, diz Pedro, “povo de propriedade exclusiva de Deus [...] Antigamente, não éreis povo; agora, sois povo de Deus” (1Pe 2.9,10). Como comunidade mundial de pessoas, a igreja cumpre a promessa de Deus a Abraão e antecipa a reunião final do povo de Deus da nova criação (Ap 7.9; 21.3).

“A igreja deve ser a mãe de todos os cansados e oprimidos, de todos os que se desviaram e perderam o rumo — até mesmo os que abandonaram a mãe [...] e caíram vítimas de ideias estranhas. Portanto, sua tarefa não consiste em se preocupar com os grandes [...] mas, isto sim, visitar os que estão na prisão e pregar o evangelho aos que não podem ajudar a igreja, porque não têm privilégio algum que possam estender a ela.”

HELMUTH THIELICKE

“Mas o SENHOR vos tirou com mão forte e vos resgatou da casa da escravidão, da mão do faraó, rei do Egito, porque vos amou e quis manter o juramento que havia feito a vossos pais” (Dt 7.8). O primeiro e maior mandamento da lei, segundo Jesus, é: “Amarás o SENHOR, teu Deus, de todo o teu coração, com toda a tua alma e com todas as tuas forças” (Dt 6.5). Depois disso, basta um pequeno passo para enxergar a relação entre Yahweh e seu povo segundo a ótica da aliança matrimonial. O profeta Oseias parece ter sido o primeiro a fazer essa comparação. Mas ele usa a metáfora num sentido negativo, acusando Israel de ser uma noiva infiel (Os 2; Jr 2.1,2; Ez 16). Não obstante, é evidente que o que Deus quer é um povo unido a ele em mútua devoção de amor, como idealmente deve ocorrer entre marido e mulher.

No Novo Testamento, a igreja é retratada como a noiva de Cristo. De um lado, a metáfora chama atenção para o amor de Cristo pela igreja, sobre tudo o seu cuidado generoso e sacrificial por sua noiva. De outro, ela fala da beleza e dos adornos da noiva, que um dia será perfeita e sem mácula para seu divino marido (Ef 5.25-27; Ap 21.2). De ambos os lados, a figura é de

UMA NOIVA

Já mencionamos a relação de aliança entre Deus e Israel no Antigo Testamento. O vocabulário relativo ao *amor* é parte significativa dessa relação — de ambos os lados. O amor de Deus por seu povo era a fonte de tudo o que Deus fizera por ele.

amor, compromisso e beleza. E, visto que o dia do casamento também é uma ocasião de muita alegria, essa metáfora também tem um aspecto de celebração. O destino da igreja é o grande banquete das núpcias do Cordeiro (Ap 19.9).

UM SACERDÓCIO

“Mas vós sereis para mim reino de sacerdotes”, disse Deus no monte Sinai (Êx 19.6). A metáfora se baseia no papel que os sacerdotes desempenhavam em Israel. Eles faziam a mediação entre Deus e o restante do povo. Eram mediadores em ambas as direções. De um lado, ensinavam a lei de Deus ao povo; do outro, levavam os sacrifícios das pessoas a Deus. Por intermédio deles Deus vinha ao povo e, também por intermédio deles, as pessoas se aproximavam de Deus. Também era função dos sacerdotes abençoar o povo em nome de Yahweh (Nm 6.22-27). Por analogia, Deus diz que o povo de Israel deve assumir função semelhante, fazendo a mediação entre ele e as demais nações da terra. Por meio de Israel, Deus se tornará conhecido das nações (Is 42.1-7; 49.1-6); mediante Israel, Deus aproximarará as nações de si (Is 2.1-5; 60.1-3; Jr 3.17); e, é claro, Israel será uma bênção para a terra — outra função sacerdotal.

Pedro, em sua carta às assembleias de cristãos dispersos pela Ásia Menor (atual Turquia), diz: “Vós sois [...] sacerdócio real” (1Pe 2.9). A identidade sacerdotal do Israel do Antigo Testamento foi herdada por aqueles que estão em Cristo. Como sacerdócio divino, portanto, a igreja é constituída por aqueles que devem declarar os louvores de Deus e o que ele tem feito. Como sacerdócio santo, os cristãos devem viver de modo tal que as nações se sintam atraídas para o culto a Deus. O sacerdócio é um conceito missionário, porque põe a igreja entre Deus e o mundo com a tarefa de unir os dois em Cristo — tornando Deus conhecido das nações e chamando-as ao arrependimento e à fé em Deus e ao sacrifício da cruz. Parece que Paulo pensava nessa mão dupla de movimento quando se referiu a sua obra missionária como “dever sacerdotal”, em Romanos 15.16 (NVI).

UM TEMPLO

É claro que os sacerdotes propriamente ditos do Israel veterotestamentário serviam no Templo de Jerusalém. O Templo construído por Salomão era o sucessor do Tabernáculo, a grande tenda cercada por um pátio de que Israel se serviu durante os anos que passou no deserto. O Tabernáculo é descrito em

Êxodo 36—40, ao passo que o Templo é descrito em 1Reis 6—7. O Templo se tornou um dos pilares principais da fé e da identidade de Israel. Tinha um significado primário e outro secundário.

Primeiro, o Templo (assim como o Tabernáculo antes dele) era a morada de Deus. Sem dúvida, Israel sabia que o criador do Universo não habitava de fato naquela construção feita por mãos humanas. Nem o céu pode conter Deus (1Rs 8.27); tampouco ele tem necessidade de uma casa terrena (2Sm 7.1-7). Não obstante, o Templo era o lugar que Deus havia escolhido para morada do seu nome (1Rs 8.29) e onde sua glória era sentida de maneira tangível. Nesse sentido (como presença simbólica de Deus no meio do seu povo), o Templo era o ponto focal de um elemento significativo da promessa que Deus fizera a seu povo na celebração da aliança — de que ele viveria no meio deles, dispensando-lhes na intimidade sua bênção protetora.

... confirmarei a minha aliança convosco [...] Estabelecerei o meu tabernáculo no meio de vós, e não sereis uma abominação para mim. Andarei no meio de vós e serei o vosso Deus, e vós sereis o meu povo (Lv 26.9,11,12).

Segundo, o Templo era o local a que os israelitas iam se encontrar com Deus. O Tabernáculo original também fora chamado de “Tenda do Encontro”. Eles sabiam que o Deus vivo estava presente em toda parte e que podiam recorrer a ele em qualquer lugar e a qualquer momento. Não obstante, o Templo dava uma “direção” às suas orações (1Rs 8), e a peregrinação ao Templo se tornou uma atividade importante e alegre (embora não haja indícios de que se tenha convertido em ritual religioso obrigatório). Os salmos 120 a 134 são cânticos que falam dessa peregrinação e expressam a alegria (também em meio a lutas) de conhecer Deus, encontrar-se com ele, confiar nele e adorá-lo em Sião — lugar onde se achava o Templo, no qual o povo de Deus celebrava a presença dele. Entretanto, os que se reuniam para adorar a Deus tinham de fazer isso com dignidade. Por isso, outros salmos apresentam critérios morais para a adoração aceitável — resumida em “mãos limpas e coração puro” (Sl 15; 24); além disso, os profetas ressaltavam a mensagem de que os meros rituais religiosos no Templo não comoveriam Deus se não houvesse ao mesmo tempo um compromisso com a justiça pessoal e social, a compaixão e a integridade (Is 1.10-17; Jr 7.1-15).

Na época dos primeiros escritos do Novo Testamento, o Templo de Jerusalém ainda estava de pé. Ele foi destruído no ano 70 d.C. pelos romanos, mas, durante a vida de Cristo e dos apóstolos, estava intacto. Contudo, conforme dissemos antes, Jesus e seus seguidores acreditavam que nele, Jesus, na qualidade de Messias ungido do Senhor, Deus realizará o seu propósito para Israel. Isso teve consequências muito sérias para o Templo material. O próprio Jesus assumiu o papel e o significado do Templo: na pessoa dele (não mais em um lugar), Deus estava presente entre o povo (Emanuel); na pessoa dele, o povo devia aproximar-se da presença de Deus em adoração (Jo 4.2-26). Desse modo, o autor de Hebreus assinala que, vindo a Cristo, o cristão já vem ao monte Sião (i. e., ao Templo) e encontra em Cristo um altar, o sacrifício perfeito e o Grande Sumo Sacerdote de Deus (Hb 12.22).

Todavia, Paulo vai além e considera a própria igreja como o templo de Deus. Não, porém, no sentido de um edifício físico (os cristãos só começaram a construir “igrejas” nesse sentido bastante tempo depois do período do Novo Testamento. A palavra “templo” usada para designar o edifício onde os cristãos se reúnem não aparece em parte alguma do Novo Testamento). Antes, a igreja é a comunidade em que Deus habita pelo seu Espírito e cujo ajuntamento tem por finalidade o encontro com Deus — a dupla função do Templo do Antigo Testamento.

Na verdade, Paulo usa a imagem do Templo em três níveis distintos: aplica-a ao indivíduo cristão, à igreja local e à igreja universal. Em todos esses casos, porém, a ideia básica é de lugar onde Deus habita.

1. Em 1Coríntios 6.19, Paulo adverte os cristãos de que não devem usar o corpo da forma que bem quiserem, sobretudo no que diz respeito à imoralidade sexual. Isso porque, uma vez que o Espírito Santo vive no cristão, “seu corpo é templo do Espírito Santo”. Essa é a única aplicação individual do conceito.

2. Em 1Coríntios 3.1-17, Paulo se expressa de modo bastante semelhante, mas amplia a figura e inclui nela a coletividade dos cristãos de Corinto: eles

“O nascimento e a rápida ascensão da igreja cristã, portanto, continuam sendo um enigma sem solução para o historiador que se recusa a levar a sério a única explicação dada pela própria igreja.”

C. F. D. MOULE

formariam o templo de Deus. Em grego, esses versículos empregam a segunda pessoa do plural: “O templo de Deus é sagrado e vós sois esse templo”. De igual modo, em 2Coríntios 6.16, Paulo adverte os coríntios de que não devem participar de coisas associadas aos templos pagãos, porque não pode haver comunhão entre esses templos idolátricos e o verdadeiro templo [santuário] de Deus — que é a igreja: “Pois somos santuário do Deus vivo”. Para reforçar esse ponto, Paulo cita o Antigo Testamento em Levítico 26.12, trecho em que Deus promete habitar com seu povo na comunhão da aliança — contanto que eles se mantenham puros em sua presença.

3. Em Efésios 2.21,22, Paulo se dirige a crentes gentios explicando-lhes que eles se haviam unido aos crentes judeus numa comunidade única mediante a morte de Cristo. Usa a figura do templo para mostrar que a “parede de separação” havia sido derrubada (Ef 2.14 — uma provável referência às divisórias que mantinham os gentios fora dos pátios santos do complexo do Templo). Mas em seguida ele usa novamente essa figura para mostrar que todos os cristãos, judeus e gentios, estão sendo edificados juntos em um templo que será habitado por Deus por meio do seu Espírito. É possível que a referência diga respeito à igreja toda, e não apenas às congregações dos efésios. Na verdade, alguns estudiosos acreditam que “o edifício inteiro” (Ef 2.21) deveria ser traduzido por “todas as igrejas” — que se unem como um “templo santo do Senhor”.

Vale a pena notar que o Novo Testamento só se refere à igreja como um único templo, embora houvesse muitos crentes e muitas assembleias locais. Novamente, isso talvez se deva ao contexto histórico muito forte da ideia. Os gregos e os romanos tinham vários templos dedicados a inúmeros deuses. Israel, ao contrário, tinha apenas um templo dedicado ao único Deus. De igual modo, a figura do templo aplicada à igreja implica a existência de uma única igreja — o povo do único Deus vivo, que tem uma única morada por meio do seu Espírito. A grande diferença no Novo Testamento é que, enquanto o Templo do Antigo Testamento era para os israelitas, Deus prometera que ele seria “casa de oração para todos os povos” (Is 56.7). De fato, quando da sua primeira dedicação, Salomão orara para que fosse um lugar de bênção para os estrangeiros (1Rs 8.41-43). Por meio de Cristo e do evangelho, isso se tornou

realidade. O templo de Deus é agora verdadeiramente a comunidade universal de crentes de todas as nações.

UMA VIDEIRA E UMA OLIVEIRA

Duas figuras do povo de Deus foram tomadas da agricultura. Tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, o povo de Deus é comparado a uma videira e a uma oliveira. Jesus usa a primeira metáfora e Paulo, a segunda.

Em João 15, Jesus diz que ele é a videira verdadeira. Não há dúvida de que se refere ao fato de que, no Antigo Testamento, Israel era comparado a uma videira que o Senhor Deus plantara em suas terras (Sl 80). Infelizmente, como destacaram vários profetas, as expectativas de Deus em relação à sua videira foram amargamente frustradas. Isaías mostra Deus à espera de uma colheita de uvas sadias entre seu povo como recompensa do investimento amoroso que fizera nele. Contudo, em vez de justiça, ele depara com derramamento de sangue; em vez de retidão, depara com o clamor dos oprimidos (Is 5.1-7). Ezequiel diz sarcasticamente que a madeira da videira para nada serve quando viva e menos ainda valerá quando for queimada na fogueira — o destino que aguarda Israel sob o juízo divino (Ez 15).

Jesus se preocupa igualmente com a frutificação de seus seguidores. Assim, ele não apenas os descreve como ramos da videira, que é ele mesmo, mas também os previne das consequências da falta de frutos (aludindo à necessidade de uma resposta prática no discipulado obediente), que levará à poda e à possível destruição. Permanecer em Cristo é o único caminho que o povo de Deus pode tomar para dar frutos.

Em Romanos 11.13-36, Paulo compara Israel a uma oliveira. No Antigo Testamento, essa figura é usada, bem como a de outras árvores, como simples metáfora de beleza (veja, p. ex., Jr 11.16; Os 14.6). Paulo, porém, constrói toda uma teologia em torno da prática hortícola de se retirarem alguns galhos de uma árvore e enxertá-los em outra — prática que tem por objetivo rejuvenescer a árvore original e aumentar a produção dos frutos. Paulo vê aí uma analogia com a forma em que os gentios estão sendo enxertados no povo da aliança original, Israel, enquanto alguns membros desse povo original estavam sendo cortados, porque não haviam respondido positivamente ao que Deus fizera em Jesus Cristo. Paulo se dirige sobretudo aos crentes gentios, advertindo-os de não se gabarem de sua nova condição. A fé em Cristo é a única qualificação

necessária para alguém ser enxertado na oliveira do povo de Deus — seja judeu, seja gentio —, que ainda é a mesma oliveira original.

É importante notar que a resposta de Deus à incapacidade de muitos judeus de crer em Jesus não foi cortar a oliveira e substituí-la por uma árvore totalmente nova. Alguns ramos seriam removidos e outros, admiravelmente enxertados sem prejuízos à raiz nem ao tronco. Paulo confirma, portanto, a continuidade entre o Israel do Antigo Testamento e a igreja, bem como a unidade dos judeus e dos gentios crentes em um novo povo de Deus. Existe apenas uma oliveira — apenas um povo da aliança celebrada com Deus em ambos os Testamentos e ao longo de toda a história. Além disso (numa expectativa miraculosa e sem paralelo na história da agricultura), persiste a oportunidade de que os ramos cortados sejam novamente enxertados, desde que se voltem para Deus com arrependimento e fé por meio de Cristo.

UM REBANHO

Outra figura da igreja que se encontra em ambos os Testamentos também é emprestada do mundo agropecuário: o rebanho de ovelhas. Talvez seja uma imagem um tanto passiva e pouco lisonjeira, mas ela é usada de dois modos significativos, dependendo de quem seja retratado como pastor.

1. DEUS COMO PASTOR

“Somos seu povo e rebanho que ele pastoreia”, cantaram os israelitas (Sl 100.3). O objetivo principal dessa metáfora é destacar o cuidado providencial e terno de Deus por seu povo, assim como o pastor cuida de seu rebanho. As pessoas individualmente podiam se consolar com isso (Sl 23), mas a nação inteira também podia se considerar conduzida por seu Pastor divino (Is 40.11).

2. OS LÍDERES COMO PASTORES

Em todas as nações vizinhas de Israel no mundo antigo, era comum o rei ser considerado pastor do seu povo. O que se esperava dele era cuidado, sustento, orientação e proteção — pelo menos teoricamente. Na verdade, em Israel, a queixa era que não raro seus “pastores” exploravam as ovelhas em vez de cuidar delas. Assim, Ezequiel condena de forma contundente tais pastores (i.e., os reis de Israel) e adverte que o próprio Deus tomará novamente para si a tarefa de pastorear seu rebanho (Ez 34).

Era esse o pano de fundo quando Jesus se apresentou como o bom pastor, ou como modelo de pastor, em João 10. Isso é mais do que uma promessa de cuidado compassivo em sintonia com o salmo 23. É uma afirmação ousada de Jesus, que reivindica para si a condição de verdadeiro rei de Israel e, mais ainda, de ser o rei divino prometido em Ezequiel. Não é de surpreender que isso tenha resultado em reação violenta (Jo 10). Nisso, porém, Jesus retrata seus seguidores (i.e., a igreja embrionária) como ovelhas suas a quem ele conhece e que o conhecem — e indica a inclusão futura de outros, mas no mesmo rebanho e sob os cuidados do mesmo pastor (Jo 10.16, ecoando Ex 37.22-24).

Por extensão natural, os que são chamados para a liderança na igreja são também retratados como pastores, ou, como diz Pedro, subpastores do Supremo Pastor, que é Jesus. Diferentemente dos reis de Israel de Ezequiel 34, os líderes cristãos devem trabalhar com amor, sem ganância, com coração de servo e ser bons exemplos para o restante do rebanho (1Pe 5.1-4). Paulo acrescenta ainda o dever de defender o rebanho contra os lobos devoradores — metáfora paulina para os falsos mestres que querem devorar as ovelhas. Ele lembra os líderes de que a igreja não lhes pertence em tempo algum, mas tão somente a Cristo, que morreu por ela.

Tende cuidado de vós mesmos e de todo o rebanho sobre o qual o Espírito Santo vos constituiu bispos, para pastoreardes a igreja de Deus, que ele comprou com o próprio sangue. (At 20.28)

UM CORPO HUMANO

Por fim, chegamos a uma importante figura da igreja, que é exclusiva do Novo Testamento e, na verdade, exclusiva de Paulo — a igreja como um corpo, ou especificamente o corpo de Cristo.

Antes de resumir as principais formas em que Paulo usa a metáfora, é importante deixar claro o que ele não quis dizer. Paulo usa palavras referentes ao corpo ora como símile (a igreja é *como* um corpo — sobretudo em 1Coríntios e Romanos), ora como metáfora (a igreja é o corpo e Cristo, sua cabeça — sobretudo em Colossenses e Efésios). O apóstolo não usa o termo de forma literal. Portanto, é um equívoco imaginar que a igreja seja uma extensão da encarnação, no sentido de que ela teria substituído o corpo físico de Jesus de Nazaré. Essa possibilidade fica excluída pela forma com que Paulo distingue

Ética cristã

O cristianismo tem uma ética própria? Se tem, de que modo ela é formada e cultivada pelas convicções cristãs? Muitos autores, simpáticos ao racionalismo iluminista, disseram que existe uma moral universal que o cristianismo reflete. Por essa ótica, não é necessário saber coisa alguma sobre teologia cristã para emitir juízos éticos. Os cristãos, os budistas, os hindus, os muçulmanos, os humanistas e os ateus estariam todos comprometidos com um mesmo conjunto de princípios morais (com certas variações locais que, no fim das contas, não importam muito).

Esse enfoque está hoje desacreditado. Em primeiro lugar, a ideia de uma "moral universal" já é considerada ilusória. A moral depende de uma visão da "vida boa" — e a ideia de "bom" depende de certas crenças profundas sobre o significado da vida. A fé cristã oferece sua visão própria do lugar e do propósito da humanidade, o que se expressa em suas crenças.

Um bom exemplo de como a fé molda a ética cristã diz respeito à identidade de Jesus Cristo. Paulo pede a seus leitores que sejam "imitadores de Deus" (Ef 5.1). Contudo, para serem "imitadores de Deus", os crentes precisam saber como é Deus. A doutrina da encarnação diz que as palavras e os atos de Jesus Cristo nos mostram como é Deus. Os cristãos são conclamados a "amar uns aos outros" (1Jo 4.7-11). Mas o que significa a palavra "amar"? A doutrina da encarnação nos permite entender de forma concreta o que queremos dizer com "amor de Deus". Ao longo de seu ministério, Jesus Cristo acolheu as pessoas e mostrou-se disposto a conviver tanto com os indivíduos considerados socialmente aceitáveis quanto com os marginalizados. As boas-novas do reino são para todos, sem distinção. O mesmo padrão de aceitação divina deve ser também o nosso. Reconhecer que Jesus Cristo

entre Cristo como cabeça e a igreja como seu corpo, bem como pelo fato de que, embora Jesus não tenha pecado, a igreja ainda é constituída em grande parte por pessoas imperfeitas e pecadoras deste mundo. Além disso, é errado imaginar que a igreja seja idêntica ao corpo ressurreto de Cristo. Paulo tem uma teologia característica sobre a ressurreição de Jesus e afirma, sem sombra de dúvida, que os cristãos são ressuscitados nele e com ele. Mas o apóstolo diferencia Cristo dos crentes, uma vez que estes ainda aguardam o corpo glorioso (Rm 8.23; 2Co 5.1-5). Esse corpo glorioso enfim os tornará *semelhantes* ao corpo ressuscitado de Cristo (Fp 3.21), mas não *idênticos* a ele — nem agora nem depois.

é Deus encarnado é reconhecer que ele estabelece padrões de comportamento que devem ser característicos de todos os cristãos. No entanto, ninguém é salvo por imitar Cristo; é porque são salvos que os crentes se sentem compelidos a se conformar à semelhança de seu Mestre, à medida que buscam ser imitadores de Deus por meio dele.

Assim sendo, quais são os pontos fundamentais da ética cristã?

1. *A sacralidade da vida.* Os cristãos acreditam que a vida é um dom de Deus e que tirá-la — quer no suicídio, quer no homicídio — é inaceitável. O fundamento desse importante conceito é a doutrina da Criação.
2. *O cuidado com os pobres e necessitados.* Há muito que os cristãos compreenderam que o evangelho os chama à ação social. Tanto por meio do exemplo quanto de seu ensino, Jesus foi ao encontro dos pobres e ministrou a eles, bem como aos marginalizados e excluídos da sociedade; e conclamou sua igreja a fazer o mesmo. O cristão é chamado a enxergar o próximo como ele próprio é em Cristo, e não como o mundo avalia essa pessoa.
3. *O perigo das riquezas e dos bens.* Embora o cristianismo não exija que seus seguidores vivam na pobreza, ele reconhece que as riquezas e os bens podem ser obstáculos à boa relação com Deus. É extremamente fácil permitir que os bens materiais se tornem a base de nossa segurança. Em vez disso, os cristãos devem considerar os bens materiais como objetos que lhes foram confiados para ser empregados na causa de Deus.

Quatro pontos importantes se depreendem do uso paulino dessa metáfora da igreja:

1. UNIDADE E DIVERSIDADE DOS MEMBROS

O primeiro uso que Paulo faz das imagens associadas ao corpo é apenas uma comparação muito eficaz. Em 1Coríntios 12.12-31, ele compara os crentes da igreja a diferentes membros do corpo humano. O corpo tem muitas partes, mas todas elas se relacionam entre si de forma coesa no mesmo corpo; todas cooperam umas com as outras, sentem a mesma alegria ou a mesma dor, e todas contribuem para o funcionamento saudável do corpo como organismo

único. O que Paulo quer dizer antes de tudo nesse contexto é que Deus organizou tudo para o bem do todo (i. e., o corpo humano por inteiro e a igreja como um todo). Logo, nenhuma parte deve achar que é tão importante que não tenha necessidade de outra; e nenhuma parte deve considerar a si mesma menos importante do que qualquer outra.

O que Paulo quer dizer em relação à igreja é que todos os dons espirituais que Deus distribuiu entre seus diferentes membros são, na verdade, concedidos para o benefício do todo. Portanto, em Romanos 12.3-8, usando a mesma comparação, ele insiste que os que têm diferentes dons os utilizem sem reservas e com humildade. Há diversidade dentro da igreja, mas ela se manifesta dentro da unidade fundamental à qual todos pertencemos pelo batismo em Cristo, compartilhando do mesmo Espírito. A igreja, portanto, assim como o corpo humano, é uma unidade orgânica com diversidade funcional.

2. CRISTO COMO A CABEÇA

Quando se considera a unidade e a diversidade da igreja, a ênfase principal é a relação “horizontal” entre os diferentes membros do mesmo corpo. Contudo, em Colossenses e Efésios, Paulo emprega a metáfora em sentido mais “vertical”, referindo-se a Cristo como a cabeça: a igreja se relaciona com Cristo como o restante do corpo se relaciona com a cabeça. Parece haver três elementos nessa figura.

Primeiro, em ambas as cartas Paulo situa a referência a Cristo como cabeça do seu corpo, a igreja, no mesmo contexto da soberania de Cristo sobre toda a criação (Cl 1.15-18; Ef 1.19-22). Isso significa que Cristo exerce senhorio e controle sobre a igreja, tal como a cabeça é a “torre de controle” do corpo. Em contrapartida, como o mesmo Paulo diz em outra passagem, essa liderança é exercida de forma compassiva, no amor e no serviço, com o sacrifício pessoal e a doação de si mesmo (Ef 5.23-30).

Segundo, em Efésios 1.23 Paulo afirma que Cristo “preenche” a igreja (assim como preenche a criação toda). No âmbito da metáfora do corpo, isso talvez signifique a consciência humana: o corpo todo é abarcado pela percepção consciente da cabeça, como se a mente preenchesse o corpo com sua presença e direção. Do mesmo modo, Cristo está presente e atuante em toda parte de sua igreja.

Terceiro, assim como o corpo cresce como organismo vivo sob a direção da cabeça, também a igreja, segundo Paulo, cresce “a partir de” e “em” Cristo

(Cl 2.19; Ef 4.12-14). Nesse sentido, a metáfora do corpo serve ao zelo de Paulo, que queria apaixonadamente ver suas igrejas amadurecerem em Cristo. Assim como o corpo não pode crescer se estiver separado da cabeça, também a igreja não pode crescer se não permanecer unida de forma vital a Cristo.

3. RECONCILIAÇÃO ENTRE JUDEUS E GENTIOS

Vimos que o corpo fornece a Paulo uma metáfora da unidade na diversidade. A divisão mais fundamental no mundo do apóstolo era a que havia entre judeus e gentios. Faz parte da essência do entendimento de Paulo acerca do evangelho e da igreja o fato de que Deus derrubou essa barreira com a morte de Jesus, o Messias. Assim, em Efésios 2.14-18, Paulo descreve como Cristo os unira: primeiro, removera a causa do conflito; depois, juntara os dois grupos em uma nova humanidade única; por fim, apresentara ambos juntos a Deus. Nessa terceira etapa, ele usa novamente a metáfora do corpo quando diz que a intenção de Cristo era “pela cruz reconciliar ambos com Deus em um só corpo, tendo por ela destruído a inimizade” (Ef 2.16). “Um só corpo” aqui significa evidentemente a igreja, formada por judeus e gentios, crentes e reconciliados em Cristo. Essa convicção era tão decisiva para Paulo que ele provavelmente cunhou uma nova palavra grega para designá-la em Efésios 3.6, passagem em que ele diz que os gentios são “membros do mesmo corpo” (do grego *syssoma*, “co-corpo”) com Israel e coerdeiros e coparticipantes da promessa em Jesus Cristo. A igreja *nesse* sentido é uma realidade nova e sem precedentes na história — nada menos do que uma nova humanidade.

4. A CONDUTA CORRETA

Vimos anteriormente que o mínimo que um membro do corpo pode fazer é cooperar com o todo. Entre os membros do mesmo corpo, não há lugar para complexo de superioridade (rejeitar os outros por considerá-los menos importantes) nem de inferioridade (rejeitar-se por se considerar menos importante que os outros). Essa é a mensagem de 1Coríntios 12.14-26. Todavia, Paulo leva a metáfora adiante, aplicando-a à esfera do comportamento positivo do cristão na igreja. Efésios 4 é um capítulo mais detalhado sobre como o cristão deve comportar-se tendo em vista tudo o que Deus fez e tudo o que ele é em Cristo. Duas vezes Paulo aplica a metáfora do corpo para reforçar sua exortação. Nos versículos 15 e 16 desse capítulo, os cristãos devem falar a verdade em amor uns com os outros,

Cristianismo e justiça social

Desde o início, os cristãos sempre se preocuparam muito com a questão da justiça social. Ao longo de seu ministério, Jesus foi ao encontro dos marginalizados, dos oprimidos e dos necessitados, com uma preocupação especial pelos pobres. No sermão que pregou na sinagoga de Nazaré, e que inaugurou seu ministério, Jesus disse que fora enviado para “anunciar boas-novas aos pobres” (Lc 4.18). O livro de Atos registra que os primeiros cristãos compartilhavam seus bens a fim de promover a comunhão e a missão e também para aliviar a pobreza e as necessidades dentro da igreja. A Epístola de Tiago traz palavras de sabedoria e conselhos práticos para o cristão, e até exortações para não concederem privilégios aos ricos e poderosos e para cuidarem dos pobres e oprimidos.

As mesmas preocupações podem ser observadas ao longo de toda a história cristã. A fundação dos mosteiros foi extremamente importante para a visão cristã da justiça social. Contudo, o final do século 18 e o princípio do século 19 se destacam como períodos em que a preocupação com a justiça social adquiriu particular importância. William Wilberforce (1759-1833) foi líder do movimento antiescravagista. Seu discurso no parlamento inglês em defesa da abolição do comércio de escravos, em 1789, com base em fundamentos humanitários cristãos culminou com o fim do tráfico de escravos em 1807, apesar das táticas protelatórias de seus adversários.

Uma nova série de males sociais, entretanto, foi provocada pela revolução industrial na Inglaterra. A necessidade de operar as máquinas e de produzir bens pelo menor custo possível levou ao surgimento de fábricas cujo ambiente de trabalho era sujo e degradante. O reformador social cristão lorde Shaftesbury (1801-1885) empenhou-se para criar melhores condições de trabalho para as crianças e procurou eliminar as condições inumanas de trabalho nas fábricas.

O Exército de Salvação, criado no East End londrino, em 1865, representava ao mesmo tempo um ministério ativo de evangelização dirigido às classes operárias e

porque estão crescendo em amor como corpo integral em Cristo. No versículo 25, bem como no restante das instruções que se seguem, o apóstolo insiste em que os cristãos falem somente a verdade, uma vez que “somos membros uns dos outros”. A unidade da igreja, portanto, não é apenas um sonho ecumênico ou institucional; ela é um pilar fundamental da ética cristã.

Com isso concluímos nosso estudo sobre as principais metáforas bíblicas aplicadas à igreja como povo de Deus. Nenhuma delas deve ser considerada mais importante do que as outras e nenhuma deve ser negligenciada. Além

um programa social para garantir que as necessidades dessas classes fossem atendidas. Seu fundador, William Booth, liderava as campanhas de ajuda aos pobres urbanos e foi um instrumento importante para a concretização de reformas sociais extremamente necessárias. Um padrão semelhante de envolvimento social ocorreu nos movimentos de avivamento dos Estados Unidos de fins do século 19. Esses movimentos em geral combinavam o chamado ao arrependimento e à renovação pessoal com o compromisso de combater os males sociais.

Talvez o movimento cristão mais importante a promover a justiça social nesse período tenha sido o movimento do evangelho social, nos Estados Unidos. Um de seus líderes mais destacados foi o pastor batista Walter Rauschenbusch (1861-1918). Convencido da necessidade de se envolver no trabalho comunitário, em 1886 Rauschenbusch foi pastorear a Segunda Igreja Batista Alemã de Nova York, localizada num bairro pobre e perigoso conhecido como "Hell's Kitchen" ["Cozinha do inferno"]. Ali ele trabalhou para desenvolver a ação social da igreja, ao mesmo tempo que procurava "infundir o espírito religioso" nos movimentos de reforma secular também ativos nessa época.

A justiça social continua ocupando uma posição importante nos programas cristãos do mundo em desenvolvimento, onde a injustiça social ainda é um problema considerável. Algumas dessas injustiças vêm da época da colonização; outras decorrem do impacto dos acordos de comércio, que muitas vezes causam problemas econômicos nos países em desenvolvimento — por exemplo, o incentivo ao êxodo rural tem provocado o surgimento de bolsões de pobreza nas áreas urbanas. De alguns anos para cá, o pentecostalismo teve um papel especialmente importante no ministério dentro dessas áreas pobres.

disso, não devemos imaginar que essas figuras sejam apenas retratos de uma igreja idealizada ou mística. Foi assim que o Antigo Testamento tratou o Israel histórico e é assim que o Novo Testamento se refere às assembleias reais de crentes em Cristo da igreja primitiva. Tanto Israel quanto a igreja eram repletos de pessoas comuns, com inúmeras falhas e erros. Contudo, graças a essas metáforas e imagens, Deus fazia que essas pessoas se lembressem de sua real identidade e enfatizava diferentes aspectos da relação delas com Cristo e de umas com as outras.

Marcas de identidade da igreja

Nos primeiros séculos, enquanto a igreja ia se definindo em relação ao mundo à sua volta, os crentes formularam as verdades fundamentais de sua fé na forma de declarações breves conhecidas como “credos”. No Credo Niceno (veja p. 30–31), os cristãos resumiram e confirmaram sua convicção acerca da igreja assim: “Creio na igreja una, santa, católica e apostólica”. Cada uma dessas palavras é uma marca essencial de identidade que os cristãos atribuíam à igreja. Os credos refletem verdades contidas nas metáforas bíblicas examinadas anteriormente e as condensam na breve lista que se segue.

UMA SÓ (UNA)

Talvez esta não seja a primeira coisa que alguém de fora observe em relação à igreja cristã. Parece que há diferentes “marcas” de cristianismo. Existem grandes tradições distintas, como a católica romana, a ortodoxa e a protestante. Dentro delas há inúmeras outras subdivisões e denominações (na verdade,

são milhares). Mesmo entre as mesmas denominações há ramos nacionais distintos, diferentes expressões culturais, diferentes preferências na adoração, na liturgia etc. Apesar de todas as tentativas no intuito de promover maior unidade entre algumas dessas grandes tradições, novas denominações e agrupamentos surgem quase todos os dias à medida que a

“Aquele que começa amando o cristianismo mais do que a verdade amará por consequência sua seita ou igreja mais do que o cristianismo, e terminará por amar mais a si mesmo do que aos demais.”

SAMUEL TAYLOR COLERIDGE

igreja continua expandindo-se pelo mundo. Igreja *una*? A convicção de que, a despeito de toda a diversidade, e até da pecaminosa falta de unidade, a igreja é essencialmente uma e se apoia em alguns fundamentos.

1. A IGREJA É UMA SÓ (UNA) EM RELAÇÃO A CRISTO

O que unifica a igreja não é nenhum dos aspectos externos da sua vida, como seus líderes (nem mesmo a existência de um único líder, como no caso do papa da igreja romana), sua estrutura ou suas grandes declarações. A igreja é constituída essencialmente por aqueles que pertencem a Cristo. Isso é um fato objetivo e não depende de o reconhecermos nem de como nos sentimos uns em relação aos outros. As pessoas que têm o mesmo pai e a mesma mãe

biológicos são irmãos e ponto final — quer gostem quer não; quer gostem um do outro quer não; mesmo que não se conheçam uns aos outros; e não importa como se tratem uns aos outros. De igual modo, todos os que são filhos de Deus pelo novo nascimento no Espírito pertencem a Cristo, que é irmão de todos, e são irmãos e irmãs no seio da mesma família.

2. A IGREJA É UNA EM RELAÇÃO AO ÚNICO DEUS VIVO

O Deus único está criando uma nova e unida humanidade, e é isso o que a igreja será afinal, apesar de toda a sua diversidade étnica (cf. Ap 7). Portanto, o monoteísmo também é o fundamento da unidade do povo de Deus: a unidade dentro da Trindade é o modelo de unidade da igreja. Jesus ora para que a igreja seja uma como ele e o Pai são um (Jo 17.11,21-23). Esse desejo dele não será frustrado. Nessas palavras, Jesus afirma não somente uma verdade sobre Deus, mas também uma verdade análoga sobre a igreja.

3. A IGREJA É UNA NA HISTÓRIA

Como vimos, o povo de Deus tem uma unidade orgânica que vem desde o chamado de Abraão. Suas divisões históricas, embora tristes e pecaminosas, não podem anular o propósito de Deus para o seu povo. Um dos primeiros exemplos disso aparece em Ezequiel 37.15-28.

4. A IGREJA É UNA NAS FIGURAS QUE A BÍBLIA USA PARA DEFINI-LA

Isso fica claro no breve estudo que fizemos anteriormente. Mesmo quando as figuras comportam a existência de pluralidade nelas próprias (p. ex., uma família de muitos membros, uma videira de muitos ramos, um rebanho de muitas ovelhas, um corpo e suas várias partes etc.), elas são exclusivamente singulares na forma em que são usadas na Bíblia para descrever a igreja. Existe apenas uma família e um só povo de Deus; apenas uma noiva de Cristo; apenas uma videira; apenas um sacerdócio e um templo; um único rebanho; e um único corpo — o corpo de Cristo.

SANTA

“Sereis santos, porque eu, o SENHOR vosso Deus, sou santo”, disse Deus a Israel (Lv 19.2). Em essência, isso significa que Israel devia ser uma comunidade diferente das demais nações. Santidade não significava apenas que o povo

devia ser especialmente religioso. Significava ser diferente e refletir o Deus tão diferente que é Yahweh. Na verdade, a santidade de Israel tinha dois aspectos, ambos importantes para a igreja.

Por um lado, a santidade era um *dado* — um fato da sua existência. Em outras palavras, Deus havia separado Israel para si, por sua própria iniciativa e escolha. “Eu sou o SENHOR que vos santifico” — isto é, que torna vocês santos, separados das nações (Lv 20.26; 22.31-33).

Por outro lado, a santidade era uma *incumbência*. Isto é, Israel devia viver em sua vida cotidiana as consequências práticas de sua condição de povo santo de Deus. “Sejam aquilo que vocês são” — essa era a mensagem. No Israel do Antigo Testamento, essa incumbência prática de santidade tinha dois aspectos. Havia o aspecto simbólico, em que o povo dava expressão à sua peculiaridade em relação às demais nações por meio de um sistema complexo de normas referentes à pureza e à impureza de animais, alimentos e outras coisas do dia a dia. Havia também o aspecto ético, porque ser santo significava viver uma vida de integridade, justiça e compaixão em todas as áreas — familiar, social, econômica e nacional (veja esp. Lv 19).

A igreja também é chamada para ser santa. Nesse sentido, tudo o que se aplica a Israel também se aplica aos cristãos, como, por exemplo, em 1Pedro 2.9,10. Esses mesmos dois aspectos, portanto, se aplicam à igreja. A santidade da igreja é tanto uma condição dada quanto um desafio moral e prático.

Por um lado, os cristãos são aqueles a quem Deus já santificou — isto é, já separou para si como povo distinto em Cristo. Por isso, todos os cristãos

são chamados de “santos” no Novo Testamento. Esse termo neotestamentário não remete a uma categoria especial de cristãos super-religiosos. A palavra grega traduzida por “santo” (*hagioi*) se aplica a todos aqueles a quem Deus chamou para serem seus. Não significa que eles tenham alcançado um estado sobre-humano de perfeição moral.

Por outro lado, o cristão é chamado a viver uma vida santa. Isso inclui tanto uma atitude negativa de abster-se do pecado e da impureza do mundo quanto uma atitude positiva de viver uma vida marcada por amor, honestidade, verdade,

“Não é possível ter Cristo sem a igreja. Nós tentamos. Gostaríamos muito de ter Cristo sem as contradições e distrações das outras pessoas que acreditam ou dizem acreditar nele.”

EUGENE PETERSON

compaixão, bondade e os demais frutos do Espírito Santo santificador. De novo deparamos com um elevado grau de continuidade entre o aspecto moral do que a igreja deve ser e a qualidade de vida que Deus exigia de Israel (e deparamos também com a correspondente decepção de Deus por não encontrar nem em Israel nem na igreja o que procura).

CATÓLICA

Essa palavra foi empregada nos credos muito antes de ser utilizada especificamente para designar o ramo da igreja conhecido como católico romano. Infelizmente, as pessoas usam o termo “católico” quando querem dizer católico *romano*, mas a palavra era, e ainda deveria ser, aplicada originariamente à totalidade da igreja no mundo inteiro. O termo grego *katholikos* significa “universal” ou (mais literalmente) “como um todo”. Podemos conceber essa universalidade pelo menos de quatro maneiras.

1. A IGREJA É UNIVERSAL NO QUE DIZ RESPEITO A SEUS MEMBROS

É próprio da essência do evangelho pregado por Paulo que não haja barreiras para ser membro da igreja. A igreja não se destina apenas às pessoas de uma nação ou etnia. Assim como não há diferença entre nacionalidades distintas no tocante ao pecado (porque o pecado é comum a todos os seres humanos), também não há diferença no que diz respeito à salvação. O único meio de tratar o pecado é a cruz de Cristo, que é acessível a todos os seres humanos. As únicas condições, portanto, são o arrependimento do pecado e a fé em Cristo. Nesse sentido, a condição de membro da igreja é verdadeiramente universal — aberta a todos. Qualquer um pode se arrepender, crer em Cristo e pertencer à igreja. Nenhuma outra condição é necessária.

2. A IGREJA É UNIVERSAL EM SUA EXTENSÃO

Embora o entendimento que o Novo Testamento tinha da extensão do mundo civilizado fosse mais limitada do que nosso entendimento atual do globo, a igreja já tinha “alcance mundial” de acordo com a escala da época. Não havia diferença entre os crentes de Jerusalém, de Antioquia ou de Roma: todos pertenciam à mesma igreja de Cristo. Mesmo com o desenrolar da história e a difusão da igreja, essa verdade se manteve, ainda que as dolorosas divisões históricas e geográficas impeçam que a maior parte das pessoas perceba essa

universalidade. Um cristão da Indonésia (de qualquer denominação) é tão membro da igreja “católica” de Cristo quanto um cristão do Peru.

É muito importante lembrar essa verdade acerca da igreja (que ela é “católica”— i. e., de alcance universal), pois as pessoas costumam conceber o cristianismo como a “religião do Ocidente” — quer pensem numa religião europeia, quer numa religião americana, quer em ambas. Certamente, na história da igreja, houve algumas partes do mundo em que ela predominou. Nos primeiros séculos, para os indianos, o cristianismo era conhecido como a “religião da Síria”, porque a fé lhes viera dessa região. Também nessa época, o cristianismo europeu era fortemente influenciado pelo norte da África, sobretudo o da Tunísia e do Egito. Todavia, a fé cristã não pertence a nenhuma raça ou região específica; pelo contrário, pertence a todos. Hoje a igreja é de fato universal — não apenas por ser assim entendida teologicamente, mas também como realidade geográfica. Os cristãos do mundo, em sua grande maioria (pelo menos 70%), não são europeus nem americanos. São dos continentes do sul e do leste — da África, da América Latina e da Ásia.

3. A IGREJA É UNIVERSAL NO TEMPO

Observamos desde o início que a igreja, como povo de Deus, está em continuidade orgânica com o Israel do Antigo Testamento. Os planos de Deus incluem todos aqueles que ao longo dos séculos atenderam ao seu chamado com fé (Hb 11.39,40). Portanto, os crentes de todas as eras fazem parte da igreja “católica”. Até no Antigo Testamento havia a intuição de que o poder redentor de Deus não alcançava uma geração apenas. A aliança de Deus com seu povo passa de “geração em geração”. Foi assim que o salmista associou os mortos aos ainda não nascidos em sua grande perspectiva de fé e louvor (Sl 22.29,30). Com a mesma fé, Paulo tranquilizou os crentes da jovem igreja de Tessalônica dizendo-lhes que os membros de sua família que tinham sido cristãos, mas haviam morrido recentemente, nem por isso deixavam de pertencer a Cristo e não ficariam de fora de tudo o que Cristo planejara para a igreja (1Ts 4.13-18). Cristo prometeu claramente que a morte e o Hades (i. e., a sepultura) não prevaleceriam contra a igreja que ele estava edificando.

Outra declaração dos credos exprime esse aspecto de catolicidade da igreja: “Creio na *comunhão dos santos*”. Todos os santos de Deus (no sentido que já definimos) de todas as gerações estão unidos em comunhão com ele e

uns com os outros. A morte não pode nos separar de Deus, tampouco uns dos outros em Cristo (Rm 8.38,39).

A diferença entre os que pertencem à igreja e estão vivos hoje por toda a terra e aqueles que pertencem à igreja mas já morreram às vezes é expressa por meio das locuções “igreja militante” (para designar os vivos) e “igreja triunfante” (para designar os que morreram em Cristo). A primeira locução nos lembra de que aqui na terra a igreja trava uma batalha constante contra o pecado e o mal (o que não significa que os crentes devam se envolver literalmente no combate e na guerra para divulgar sua fé). A segunda nos lembra de que Jesus ganhou a batalha e saiu vitorioso contra o mal, e os que morreram compartilham dessa vitória enquanto aguardam o estabelecimento final do seu reino sobre toda a criação. A igreja “católica” comprehende todos os crentes em Cristo — os vivos e os mortos, o povo universal de Deus ao longo da história.

4. A IGREJA É UNIVERSAL AOS OLHOS DE DEUS

“O Senhor conhece os seus”, disse Paulo (2Tm 2.19), mas nós nem sempre os conhecemos. Em última análise, só Deus conhece a extensão total da igreja, bem como o número e a identidade pessoal daqueles que realmente pertencem a ela. Por esse motivo, costuma-se fazer distinção entre a igreja visível e a invisível. Estes termos devem ser empregados com cuidado, evitando pô-los um em oposição ao outro. A expressão “igreja visível” reconhece que, do ponto de vista humano, a igreja inclui miríades de instituições, organizações, indivíduos, grupos, estruturas e processos, e se acha entrelaçada com os aspectos jurídicos, sociais, culturais, políticos e econômicos da sociedade em geral, em contextos culturais extremamente distintos. Nem todos os envolvidos nessa vasta realidade humana chamada “igreja” foram, são e serão discípulos verdadeiros do Senhor Jesus Cristo. A igreja é um grande conjunto heterogêneo. Jesus disse que nem todos os que o chamam de Senhor entrarão no reino de Deus e que muitos dos que usam seu nome não pertencem a ele de modo algum (Mt 7.21-23). A expressão “igreja invisível” reconhece duas coisas. De um lado, lembra os cristãos de que, no fim das contas, não são aqueles que são “vistos” na igreja que necessariamente pertencem a ela, e sim os que são vistos e conhecidos por Deus. Por outro lado, reconhece que há pessoas pelo mundo afora que confiam em Jesus secretamente, pois não há nenhuma possibilidade de pertencerem a uma igreja institucional. Tais pessoas talvez

não sejam vistas pelos outros crentes, mas certamente são conhecidas de Deus e pertencem à sua igreja.

Portanto, ambas as expressões designam aspectos da verdade. Ambas designam a realidade. Ninguém deve imaginar que “invisível” significa apenas “imaginário”. Tampouco se deve menosprezar ou descartar a “igreja visível” como se somente a “invisível” fosse a verdadeira.

Depois de analisar esses aspectos da “catolicidade” da igreja, devemos lembrar que o Novo Testamento dá ênfase sobretudo às igrejas locais — isto é, às assembleias de crentes das diversas localidades, assembleias que na época do Novo Testamento se reuniam sobretudo nas casas. A palavra mais comum para designar a igreja no Novo Testamento é *ekklesia*, um termo secular e comum na época que significava uma assembleia de pessoas — particularmente o corpo político das cidades democráticas gregas, do qual faziam parte todos os

Agostinho e a controvérsia donatista

No tempo em que Diocleciano era o imperador de Roma (284-305), a igreja sofreu muitas perseguições, algumas mais intensas, outras menos. Um decreto de 303 mandava que os livros cristãos fossem queimados e as igrejas, destruídas. Um dos líderes cristãos que colaboraram com as autoridades e entregou seus livros para ser queimados foi Félix de Aptunga, que posteriormente consagrou Cecílio bispo da grande cidade de Cartago, no norte da África, em 311.

Muitos cristãos locais ficaram indignados com o fato de que tal pessoa pudesse participar dessa consagração e disseram que, por causa disso, não iam aceitar a autoridade de Cecílio. Segundo se alegava na época, a autoridade do novo bispo estava comprometida porque o bispo que o consagrara havia cedido à pressão dos perseguidores. Como consequência, a hierarquia da igreja corria o risco de se ver maculada. A igreja devia ser pura e não admitir a presença de gente desse tipo. Quando Agostinho (que viria a ser um personagem central dessa controvérsia) deixou Roma e regressou ao norte da África, em 388, uma facção separatista — os donatistas, que seguiam a doutrina de Donato — havia se tornado o principal grupo cristão da região e tinha o apoio particularmente forte da população africana local.

Agostinho respondeu apresentando uma teoria da igreja que, segundo ele, estava mais firmemente fundamentada no Novo Testamento do que o ensino donatista.

cidadãos e do qual todos deviam participar, podendo tomar a palavra e votar nas questões apresentadas.

Uma *ekklesia* era apenas uma assembleia de pessoas reunidas formalmente para um propósito comum específico. Portanto, quando aplicado por Paulo e outros aos grupos de cristãos, o termo não é (como “corpo” ou “templo”, p. ex.) uma metáfora da igreja, e sim uma simples referência às assembleias em que os cristãos se reuniam (veja 1Ts 1.1; Rm 16.5). Às vezes, havia várias assembleias locais na mesma cidade ou região. Nesse caso, o termo ia para o plural (1Ts 2.14; Gl 1.2). Em outras ocasiões, Paulo falava em termos gerais de “todas as igrejas” (assembleias) “dos gentios” (Rm 16.4) ou “de Cristo” (Rm 16.16), ou ainda “de Deus” (2Ts 1.4).

Embora a palavra *ekklesia* seja a raiz da qual se originou o termo português “igreja” (além de outros, como “eclesiástico” e “eclesiologia”), para Paulo ela

Agostinho enfatizava particularmente a pecaminosidade dos cristãos. A igreja não surgira para ser um “corpo puro”, uma sociedade de santos, e sim um “corpo misto” de santos e pecadores. Ele foi buscar essa imagem na parábola bíblica do joio e do trigo (Mt 13.24-31). A parábola conta a história de um agricultor que semeou suas sementes e descobriu que na lavoura resultante havia também joio, além do trigo. O que ele devia fazer? Se tentasse separar o trigo do joio enquanto ambos ainda estavam em crescimento, o resultado poderia ser desastroso, com provável prejuízo para o trigo, que seria destruído juntamente com o joio. Na colheita, porém, todas as plantas — trigo e joio — são cortadas e separadas sem risco de prejuízo algum para o trigo. A separação entre o bem e o mal, portanto, ocorrerá no final dos tempos, e não na história. Para Agostinho, essa parábola se refere à igreja no mundo. É de esperar que nela haja santos e pecadores. Tentar separá-los neste mundo é prematuro e impróprio. Essa separação ocorrerá no tempo oportuno de Deus, no fim da história. Nenhum ser humano pode arvorar-se em juiz em lugar de Deus e fazer tal separação.

Em que sentido, então, a igreja é santa? Para Agostinho, a santidade em questão não é a de seus membros, mas a de Cristo. Os membros da igreja se acham contaminados pelo pecado original. A igreja só será aperfeiçoada e sua santidade só será consumada no juízo final.

conservava seu significado original de “assembleia” — reunião local de cristãos para o culto e o ensino. Eram os grupos que Paulo fundara em suas viagens missionárias e aos quais ele escreveu a maior parte das suas cartas. Baseados nesse fato, alguns têm alegado que a igreja local é a única manifestação real da igreja e que o Novo Testamento não pensa na “igreja” no sentido coletivo ou universal que mencionamos há pouco, menos ainda no sentido de denominações ou igrejas

“Assim como entrar na garagem não transforma ninguém num automóvel, ir à igreja também não transforma ninguém em cristão.”

BILLY SUNDAY

nacionais que surgiram posteriormente na história.

Contudo, é um equívoco basear toda a doutrina sobre igreja apenas no sentido que uma única palavra, *ekklesia*, tem no Novo Testamento, uma vez que todas as outras metáforas, conforme vimos, referem-se à igreja como um todo coletivo. Além disso, a palavra às vezes é usada no singular, quando significa a igreja coletivamente, quer no sentido de todas as assembleias locais de uma região (At 9.31), quer no sentido universal (1Co 12.28; Ef 5.25; Cl 1.18).

APOSTÓLICA

Das quatro palavras usadas no credo, esta é a que liga mais estreitamente a igreja ao Novo Testamento, porque é nele, naturalmente, que encontramos os apóstolos. Falar da identidade apostólica da igreja chama nossa atenção para pelo menos três fatos.

1. A IGREJA FOI FUNDADA PELOS APÓSTOLOS

Paulo diz que a igreja está construída sobre o fundamento dos apóstolos e dos profetas (Ef 2.20). É quase certo que aí “profetas” se refere aos profetas de Israel do Antigo Testamento, e Paulo está afirmando a continuidade do povo de Deus na Bíblia. No Novo Testamento, a palavra “apóstolo” é usada algumas vezes de forma pouco rigorosa, para se referir a pessoas vinculadas ao plantio de igrejas e ao trabalho missionário itinerante. De modo mais rigoroso, porém, o termo se aplica àqueles chamados por Jesus para ser suas testemunhas autorizadas. Inicialmente, o termo se aplicava aos doze discípulos mais íntimos, que estiveram com ele em seu ministério e ouviram seu ensino. Depois que Judas se excluiu ele próprio ao trair Jesus, seu lugar foi

ocupado por Matias, que testemunhara, assim como os outros onze, a ressurreição de Jesus (At 1.21-26). Saulo de Tarso teve um encontro pessoal singular com o Jesus ressurreto e recebeu dele encargos especiais que culminaram em seu ministério apostólico. Seus conflitos com diversos falsos apóstolos levaram-no a defender e a definir seu próprio apostolado (mais claramente em 2Coríntios), do que se conclui que o testemunho da ressurreição de Jesus e a autoridade para ensinar (acompanhados de sinais de autenticidade) são as marcas essenciais dos apóstolos do Novo Testamento.

Os apóstolos do Novo Testamento eram especiais tanto no que diz respeito à experiência quanto à função. Eles foram testemunhas confiáveis da vida, morte e ressurreição de Jesus de Nazaré, porque presenciaram cada uma diretamente. Uma vez que Jesus é o auge e a conclusão da revelação e da redenção divina, esse testemunho é a um só tempo essencial e definitivo. Os apóstolos não tiveram sucessores no papel específico que desempenharam, visto que ninguém mais poderá testemunhar de novo a vida terrena de Cristo como eles testemunharam. Os escritos dos pais da igreja primitiva mostram que havia nítida distinção entre os apóstolos do Novo Testamento, que conheceram Jesus (incluindo Paulo), e todos aqueles que os seguiram como líderes nas igrejas. Isso explica o encerramento do cânon da Escritura. As Escrituras dão testemunho de Cristo — tanto as do Antigo Testamento, que lhe prepararam o caminho, quanto os documentos do Novo Testamento, que registram sua vida, morte e ressurreição e interpretam o significado desses acontecimentos. Uma vez concluído esse testemunho daqueles a quem Jesus confiou essa tarefa, não há mais revelação bíblica, assim como não há mais apóstolos nomeados por Jesus. O Espírito Santo continua, sem dúvida, iluminando as Escrituras e ensinando com clareza sempre maior e em novos contextos a verdade nelas contida. Em Cristo, porém, Deus disse tudo o que tinha a dizer para que a humanidade conhecesse a verdade e fosse salva.

Logo, apesar de algumas denominações e redes cristãs se referirem a seus líderes como “apóstolos”, essas pessoas jamais poderão ter nem reivindicar o status ou a autoridade na igreja equivalentes aos dos apóstolos do Novo Testamento, sobre cujo testemunho e ensinamento a própria igreja foi erguida.

“Evangelização é um mendigo contando a outro onde encontrar pão.”

D. T. NILES

2. A IGREJA DEVE MANTER-SE FIEL AO ENSINAMENTO DOS APÓSTOLOS

Jesus prometeu antecipadamente a seus apóstolos que o Espírito Santo os conduziria a toda a verdade e os ensinaria muito mais do que ele pôde ensinar em sua vida terrena (Jo 16.12-15). Em outras palavras, esses homens receberam diretamente de Jesus a autoridade para ensinar a igreja e exerceram esse ministério conscientemente com a ajuda do Espírito Santo (1Co 2.12,13). Paulo não hesitou em exercer essa autoridade. Ele distingua claramente entre os dizeres de Jesus que se relacionavam com quaisquer assuntos e os conselhos e instruções que dava por si mesmo. Tanto num caso como no outro, porém, aqueles a quem escrevia deviam aceitar a autoridade da sua palavra. Mais tarde, quando Paulo percebeu que sua vida e seu ministério estavam chegando ao fim, ele fez questão de insistir em que o ensinamento confiado por ele a seus colaboradores mais jovens, entre eles Timóteo e Tito, fosse cuidadosamente repassado a outros numa cadeia contínua de ensino (2Tm 2.2).

Para o próprio Paulo (como para Jesus), as Escrituras do Antigo Testamento eram a palavra autorizada de Deus, e o apóstolo lembrava Timóteo desse fato na mesma carta em que insistia para que o ensinamento que lhe comunicara fosse passado adiante (2Tm 3.15,16). Já no período do Novo Testamento, os ensinamentos e os escritos dos apóstolos estavam sendo postos no mesmo nível de autoridade das “demais Escrituras” (2Pe 3.16).

Portanto, dizer que a igreja é “apostólica” significa que ela está sujeita à autoridade doutrinária dos apóstolos do Novo Testamento, isto é, à própria Bíblia. Isso porque os apóstolos endossaram a autoridade do Antigo Testamento, redigiram os documentos que hoje fazem parte do Novo Testamento ou estavam intimamente associados aos que os redigiram. Submetendo-se à autoridade da Bíblia, a igreja se submete à autoridade de Cristo.

3. A IGREJA DEVE SEGUIR A MISSÃO DOS APÓSTOLOS

Outro sentido do termo “apóstolo” vem do significado elementar da palavra, que procede do verbo grego *apostello*, ou seja, enviar com um propósito, com uma mensagem a entregar, com uma missão. Nos Evangelhos, a palavra foi empregada em primeiro lugar quando Jesus chamou os doze e os designou especificamente como apóstolos “para que estivessem com ele, e os enviasse a pregar, e para que tivessem autoridade para expulsar demônios” (Mc 3.14,15).

Depois, no final dos Evangelhos e no começo de Atos, Jesus convocou esses apóstolos para que levassem a cabo a missão de fazer discípulos das nações (Mt 28.16-19), de ser testemunhas dele e pregar o arrependimento e o perdão em nome de Cristo a todas as nações (Lc 24.45-48).

Assim, em algumas tradições o termo “apostolado” é usado para se referir ao trabalho missionário da igreja. O Novo Testamento deixa bem claro que é intenção divina que a mensagem de Cristo em toda a sua plenitude chegue aos confins da terra. Foi por isso que Cristo escolheu e enviou seus apóstolos, e não resta dúvida de que essa missão cabe igualmente às gerações seguintes.

Portanto, embora a igreja não tenha mais apóstolos com status e autoridade equivalentes aos dos apóstolos do Novo Testamento no que se refere aos fundamentos doutrinários, ela certamente herdou a tarefa missionária dos apóstolos legítimos, uma vez que essa tarefa sempre teve como objetivo reproduzir a si própria. Quando Jesus disse “ensinando-os a obedecer a todas as coisas que vos ordenei”, isso incluía essa última ordem.

A igreja, portanto, é apostólica porque foi fundada pelos primeiros e únicos apóstolos escolhidos por Jesus, mas só será verdadeiramente apostólica se permanecer fiel ao ensinamento apostólico e seguir comprometida com a missão apostólica.

De que modo, então, se a igreja visível é inevitavelmente heterogênea, podemos discernir a presença da verdadeira igreja de Deus? Os membros de qualquer igreja da terra continuam sendo pecadores, conforme mostram as epístolas paulinas a “todos os santos” das igrejas do Novo Testamento. Que sinais devemos procurar? Várias respostas a essa indagação foram propostas ao longo dos anos, mas algumas se destacam. A verdadeira igreja é aquela em que:

1. Existe a fé trinitária em Deus Pai, Filho e Espírito Santo, com o reconhecimento e a adoração explícita de Jesus de Nazaré como Senhor e Cristo.

2. A Bíblia é pregada como palavra de Deus (em ambos os Testamentos), de tal modo que o evangelho da graça seja entendido e o discipulado cristão, cultivado.

“Quando pregamos sobre o inferno, temos de fazer isso pelo menos com lágrimas nos olhos.”

D. L. MOODY

A igreja deve batizar crianças?

No Evangelho de Mateus, Jesus ordena que seus discípulos saiam, façam discípulos e os batizem (Mt 28.17-20). Mas e as crianças? O Novo Testamento não diz absolutamente nada sobre o batismo de crianças. Tampouco proíbe explicitamente a prática, e há inúmeras passagens que parecem tolerá-la — como, por exemplo, as passagens em que são batizadas famílias inteiras, as quais provavelmente tinham crianças (At 16.15,33; 1Co 1.16). Paulo trata o batismo como o equivalente espiritual da circuncisão (Cl 2.11,12), paralelo que naturalmente permite sua aplicação também às crianças.

A maior parte das igrejas cristãs tradicionais considera válida a prática do batismo infantil, cujas raízes estariam no período apostólico. Martinho Lutero e João Calvino, apesar de criticarem severamente inúmeros pontos de doutrina e prática da Igreja Católica Romana, sustentavam que o batismo infantil é uma prática autenticamente bíblica. As razões apresentadas para o batismo de crianças são inúmeras. Agostinho de Hipona dizia que, uma vez que Cristo é o Salvador de todos, todos precisam de salvação. Como o batismo reconhece tanto a necessidade da salvação humana quanto a disposição graciosa de Deus de concedê-la, todos devem ser batizados. Afinal, disse ele, as crianças precisam de salvação tanto quanto os adultos.

Outra linha de defesa do batismo infantil recorre ao Antigo Testamento, segundo o qual as crianças do sexo masculino nascidas em Israel deviam ter um sinal externo

3. Os dois sacramentos evangélicos, o batismo e a ceia do Senhor (veja p. 306–315), são ministrados regularmente.

4. A missão de Deus é levada adiante em todos os seus aspectos: evangelização, cuidado prático em amor e ação na sociedade, busca da justiça do reino de Deus, formação de discípulos entre as nações.

Atos que expressam a identidade da igreja

Todas as comunidades humanas têm símbolos e ritos com que expressam a noção de sua identidade e unidade. Esses símbolos ou ritos podem ser simples e informais (p. ex., a cor, a camisa e o hino de um time de futebol e seus torcedores) ou bastante complexos e formais (como as cerimônias nacionais ou militares). Contudo, o elemento essencial é o mesmo: fazendo essas coisas

de sua filiação ao povo de Deus. O sinal externo nesse caso era a circuncisão — isto é, a remoção do prepúcio. O batismo infantil devia ser considerado análogo à circuncisão — um sinal de filiação a uma comunidade regida por uma aliança. Autores como Ulrico Zuínglio (1484-1531) diziam que o caráter inclusivo e generoso do cristianismo se confirmava publicamente pelo batismo de crianças de ambos os性os; o judaísmo, por sua vez, reconhecia o seu sinal distintivo apenas nos bebês do sexo masculino. O caráter mais bondoso do evangelho se confirmava publicamente também pela ausência de dor e de derramamento de sangue no sacramento. Cristo sofrera — não só na morte de cruz, mas também na circuncisão — para que seu povo não sofresse do mesmo modo.

Nem todos, porém, estão convencidos de que o batismo de crianças é legítimo. Muitos autores batistas rejeitam a prática tradicional do batismo de crianças. O batismo só deve ser administrado quando o indivíduo dá sinais de arrependimento e fé e manifesta a graça. Para os batistas, a prática do batismo infantil não tem fundamento bíblico. Pode ter sido norma no período pós-apostólico, mas não na época do Novo Testamento. afirmam ainda que a prática do batismo infantil pode levar à ideia equivocada de que a pessoa se torna cristã meramente em virtude do batismo, o que enfraquece a ligação entre o batismo e o discipulado cristão.

(sempre visíveis ou tangíveis), estamos querendo dizer que pertencemos a um grupo específico, afirmamos nossa unidade e sustentamos nossa existência através do tempo, de uma geração a outra, seguindo continuamente esses símbolos ou tradições que honramos.

Ao longo dos séculos, os cristãos se espalharam por todo o mundo e criaram muitas expressões culturais locais de identidade. Contudo, há dois atos específicos que remetem diretamente ao Novo Testamento e são aceitos universalmente pelos cristãos como atos essenciais que dão expressão visível e tangível da identidade e unidade da igreja: o sacramento do batismo e o da ceia do Senhor.

A palavra “sacramento” não aparece explicitamente na Bíblia, mas há muito é usada para designar uma característica da fé bíblica em ambos os Testamentos. Como Deus é o criador de tudo quanto há, tanto no reino espiritual

quanto no físico, a Bíblia não vê nenhuma separação ou dualidade radical entre esses reinos. A criação material é a boa obra de Deus, declara sua presença e sua glória e pode ser o meio pelo qual ele age, abençoando ou julgando.

"Evangelização é o transbordamento espontâneo de um coração alegre e livre em Jesus Cristo."

ROBERT MUNGER

Fazemos parte da criação material, e Deus se relaciona integralmente conosco no mundo físico. A encarnação de Deus na humanidade de Jesus e a ressurreição física de Cristo, portanto, são declarações fundamentais da bondade da criação

física. "Sacramento", portanto, de acordo com determinada definição, é um "sinal externo e visível de uma graça interna e espiritual".

Em ambos os Testamentos, portanto, Deus emprega objetos ou ações físicas para expressar as grandes verdades sobre o que fizera por seu povo ou como este deve viver a fé, respondendo com grata memória, obediência prática, fé e perseverante esperança. No Antigo Testamento, os israelitas circuncidavam os bebês do sexo masculino — um ritual físico que expressava a filiação deles à comunidade da aliança e seu compromisso com a obediência. Celebravam a Páscoa mediante símbolos físicos — uma refeição e vários gestos rituais — para lembrar todo ano a grande libertação de seus ancestrais do Egito no episódio do Êxodo. No Novo Testamento, os dois sacramentos que dão visibilidade e expressão tangível à fé cristã (o batismo e a ceia do Senhor) utilizam

os "elementos" mais básicos e comuns da vida cotidiana — a água, o pão e o vinho — e os consagram como sinais (ou indicadores) das grandes verdades do evangelho.

Eles são mais do que "símbolos" apenas.

Transmitem uma mensagem, dando expressão visível à narrativa subjacente que está no âmago da fé cristã.

BATISMO

O elemento essencial do batismo é a água. As ablucções rituais estão presentes em muitas tradições religiosas. Na época de Jesus, os judeus já usavam uma forma de batismo com água como parte dos rituais de conversão dos gentios à fé judaica. João batizava as pessoas com água (por isso o nome com que se tornou conhecido na tradição cristã: João, o Batista) como sinal de

"Quem não estiver ardendo
não conseguirá fazer
ninguém incendiar-se."

PEDRO DE RHEIMS

arrependimento e preparação para a vinda do Messias do Senhor. Jesus, ao ser batizado por João, não confessou nenhum pecado pessoal, mas apenas se identificou com os israelitas que se preparavam para a vinda do Senhor.

Na última missão que deu aos apóstolos antes da ascensão, Jesus lhes ordenou que fizessem “discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo” (Mt 28.19). Em outras palavras, pelo batismo a pessoa é levada à comunhão íntima com o Deus que se revelou plenamente nas três pessoas da Trindade. O batizado agora pertence plenamente àquele em cujo nome foi batizado. Portanto, não importando que outras formas a mais, liturgias e rituais estejam presentes na ocasião do batismo, seus dois elementos essenciais são a água e a fórmula trinitária. A água é essencial para que se configure o sacramento do batismo; e o nome de cada uma das três pessoas da Trindade é imprescindível para que se caracterize o batismo cristão. No Novo Testamento, o batismo às vezes acontece “em nome de Jesus Cristo” (veja At 2.38; Gl 3.27). Todavia, mesmo essa fórmula implica a Trindade, uma vez que Jesus era Filho do Pai e enviara o Espírito.

A forma do batismo e o volume de água usado têm sido objeto de inúmeras controvérsias e práticas divergentes. A imersão completa parece em harmonia com o que diz o Novo Testamento sobre o sepultamento e a resurreição. Contudo, a efusão (derramamento de água sobre a pessoa) remete igualmente ao derramamento do Espírito Santo. A aspersão lembra os rituais sacrificiais com sangue do Antigo Testamento, que mais tarde se cumpriram no sangue de Cristo. Contanto que se use água, qualquer método é válido. No vasto tecido multicultural da igreja, o batismo é ministrado das mais diversas maneiras — em belas pias e batistérios no interior dos edifícios das igrejas ou em cerimônias simples em rios, lagos, piscinas e até no mar.

O batismo cristão tem algumas camadas de significado.

A PURIFICAÇÃO DO PECADO

O significado mais óbvio de um rito qualquer com água é a ideia de lavagem. O pecado suja as pessoas e as torna impuras à vista de Deus, por isso elas precisam de purificação. O batismo é um banho simbólico (At 22.16). Todavia, os cristãos não acreditam que a água por si mesma lave o pecado. O batismo é um sinal. Ele dirige nossa atenção para o que Deus faz por sua graça ao lavar os pecados do pecador. “Não por méritos de atos de justiça que houvessemos

praticado, mas segundo a sua misericórdia, ele nos salvou mediante o lavar da regeneração e da renovação realizadas pelo Espírito Santo” (Tt 3.5). A purificação do pecado era simbolizada de modo claro no que parece ter sido a prática primeira da igreja: a pessoa a ser batizada tirava as roupas velhas e sujas antes de entrar na água do batismo; depois de batizada, vestia roupas novas e limpas. Esse simbolismo remete sem dúvida a várias partes do Novo Testamento em que “tirar” e “pôr” são metáforas da vida antiga e da nova do cristão (Cl 3.9-12; Ef 4.22-24).

A UNIÃO COM CRISTO EM SUA MORTE E RESSURREIÇÃO

Se a água não pode lavar o pecado, o que pode lavá-lo? Para o cristão, esse poder existe apenas na cruz, onde Jesus morreu em nosso lugar, tomando sobre si nossos pecados. Ao identificar o crente com Jesus, o batismo o une à morte que ele padeceu em nosso favor. Passar pela água do batismo é vivenciar a simbologia da morte, do sepultamento e da ressurreição em união com Cristo. “Ou ignorais que todos nós, que fomos batizados em Cristo Jesus, fomos batizados na sua morte? Portanto, fomos sepultados com ele na morte pelo batismo, para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim andemos nós também em novidade de vida” (Rm 6.3,4; cf. Cl 2.12). Observamos mais uma vez que o sacramento aponta sobretudo para o que a graça de Deus fez por nós (a morte de Jesus pelo nosso pecado), mas também aponta para a resposta correta de nossa parte, que não se resume apenas à fé (que une os crentes a Cristo e os leva a tomar para si o que Cristo fez por eles), mas também a uma vida nova e transformada (veja a seguir).

O DOM DO ESPÍRITO SANTO

Assim como o Espírito Santo desceu sobre Jesus no batismo para ungí-lo em seu ministério messiânico, também o batismo em nome de Jesus está associado ao dom do Espírito concedido aos crentes em outras partes do Novo Testamento. João o antecipou (Mt 3.11). Pedro o prometeu no Dia de Pentecostes, juntamente com o perdão dos pecados, àqueles que se arrependessem e fossem batizados (At 2.38). Os episódios anômalos ocorridos em Samaria e em Éfeso (At 8.14-17; 19.1-7) só provam que o batismo em Cristo incorporava também o batismo no Espírito (At 10.44-48). De fato, Paulo disse que por trás do

rito do batismo com água estava o Espírito que batiza os crentes no corpo de Cristo (1Co 12.13; cf. Tt 3.5,6).

FILIAÇÃO À IGREJA COMO MEMBRO

Como vimos, o corpo de Cristo é uma metáfora da igreja. Portanto, o batismo no corpo fala de vir a ser membro da igreja. O batismo é por excelência o rito de iniciação por meio do qual a pessoa é aceita na igreja de Cristo. O batismo é o começo de um novo pertencer. Vimos que o Novo Testamento declara com veemência que a igreja está em continuidade orgânica com o povo de Deus do Antigo Testamento — o Israel descendente de Abraão. Paulo, escrevendo aos gentios convertidos, fruto de sua missão, assegurou-lhes que o batismo deles no nome do Messias (Cristo) Jesus também os tornava parte daquele antigo povo de Deus, descendência espiritual de Abraão (Gl 3.26-29). O batismo se torna o equivalente espiritual da circuncisão (rito judaico de iniciação do Antigo Testamento) para os cristãos e, de igual modo, garante o acesso aos privilégios e às responsabilidades espirituais dos que pertencem ao povo da aliança de Deus (Cl 2.11,12).

O COMPROMISSO COM A MISSÃO

Se o batismo significa integração ao povo de Abraão por meio de Cristo, lembramos que Deus chamou e formou esse povo com a missão de que todas as nações fossem abençoadas por meio dele (Gn 12.1-3). Além disso, quando Cristo deu aos apóstolos a ordem de ir e fazer discípulos de todas as nações, ele disse que deviam “batizá-los” (Mt 28.19). Portanto, o batismo faz parte do método da missão pelo qual a igreja cresce e se difunde em todas as nações. Ao mesmo tempo, porém, para o indivíduo, o batismo na igreja significa a união com uma comunidade missionária, cujo compromisso é abençoar todas as nações.

O COMPROMISSO COM O DISCIPULADO ÉTICO

Na mesma ocasião, Jesus acrescentou: “ensinando-lhes a obedecer a todas as coisas que vos ordenei”. Portanto, ao batismo segue-se a instrução. O objetivo da instrução é produzir discípulos obedientes a Cristo. Com o desenvolvimento da igreja, muitas vezes o ensino dos novos convertidos passou a anteceder o batismo, assegurando assim que sejam batizados somente aqueles

Cristo está presente na ceia do Senhor?

Na Última Ceia, Jesus ordenou aos discípulos que se lembressem dele por meio do pão e do vinho. Sem dúvida, isso vem se repetindo desde os tempos mais antigos. O próprio Novo Testamento diz que os primeiros cristãos obedeciam à ordem de Cristo de se lembrar dele com esses elementos (1Co 11.20-27). Esse ato de celebração e de lembrança recebe diferentes nomes nas igrejas cristãs: missa, santa comunhão, ceia do Senhor e eucaristia (da palavra grega que significa “ação de graças”).

Os cristãos travam um importante debate para saber se é possível afirmar que Cristo está presente na ceia do Senhor e, em caso afirmativo, de que modo se dá a sua presença. Essa presença está relacionada com as palavras ditas por Cristo na Última Ceia. Tomando o pão, ele disse a seus discípulos: “Isto é o meu corpo” (Mt 26.26). O que significa isso? Para a maioria dos cristãos do mundo inteiro, essas palavras só podem significar que o corpo de Cristo de algum modo está presente no pão da ceia do Senhor. A doutrina da “transubstancialização”, formalizada em 1215, diz que a aparência externa do pão não muda, ao passo que sua natureza interior é transformada. Em outras palavras, o pão continua com o aspecto, o sabor, o cheiro e a consistência de pão. No nível mais profundo, entretanto, ele muda de natureza. Do mesmo modo, o vinho se transformaria no sangue de Cristo. A formulação dessa posição recorre às ideias aristotélicas de “substância” (a identidade essencial das coisas) e “acidente” (a mera aparência externa). A substância do pão e do vinho passa por uma transformação, mas sua aparência não se altera.

que compreendem plenamente o compromisso com o discipulado cristão e possam provar isso. O perigo desse raciocínio é que o batismo ganha ares de prêmio ou recompensa. Parece que a prática do Novo Testamento era oposta. Os convertidos eram batizados logo que possível, assim que professavam o arrependimento e a fé em Cristo (p. ex., At 2.41; 8.12,36-38; 9.18; 10.47,48; 16.14,15,31-33). Daí por diante, Paulo partia do princípio de que deviam viver como crentes batizados, e foi sobre esse fundamento que ele formulou boa parte do seu pormenorizado ensino ético. O batismo é o início não apenas de um novo pertencer, mas também de um novo modo de conduta.

Paulo escreveu sua explicação mais detalhada do batismo precisamente com o objetivo de estimular os crentes a viver as consequências de uma vida que morreu para o pecado e vive para Deus e sua justiça (Rm 6). A graça de Deus, recebida por ocasião do batismo, não deve ser desculpa para continuar pecando.

Embora essa posição esteja particularmente associada à Igreja Católica Romana, há pontos de vista semelhantes na Igreja Ortodoxa. Martinho Lutero elaborou um conceito um pouco diferente conhecido como "consubstanciação". Segundo Lutero, o pão continua sendo pão, mas é também o corpo de Cristo. Para explicar essa ideia, Lutero tomou como exemplo uma barra de ferro que, lançada numa fornalha ardente, fica incandescente. Embora continue sendo ferro, ela agora também é fogo. Do mesmo modo, o pão da ceia do Senhor não deixa de ser pão, mas também contém ou transmite o corpo de Cristo.

Nem todos os cristãos aceitam essa posição. Alguns seguidores de João Calvino dizem que o pão é um "sinal eficaz". Em outras palavras, embora o pão não seja o corpo de Cristo, ele o representa de tal maneira que aquilo que ele sinaliza é comunicado com eficiência. Outros, em conformidade com o pensamento do reformador suíço Ulrico Zuínglio, dizem que o pão apenas simboliza o corpo de Cristo. O pão e o vinho da ceia do Senhor ali estão para ajudar os crentes a se lembrarem dos acontecimentos do Calvário e para incentivá-los a se comprometerem novamente com a igreja, com Deus e uns com os outros. A posição de Zuínglio é chamada às vezes de "memorialismo". Não há nenhuma mudança objetiva no pão, tampouco no vinho. A mudança seria subjetiva e ocorreria na mente do observador, que agora "enxerga" o pão como sinal do corpo de Cristo e lembrança do sacrifício dele na cruz.

Pelo contrário, a graça produz uma vida de grata santidade dedicada a Deus. O ensinamento ético de Colossenses e de Efésios, ainda mais detalhado, baseia-se no fundamento do batismo. (Observe que Cl 2.12 encabeça a seção que vai até 4.6; e que Ef 4.5 constitui o prefácio ao restante do ensinamento prático da carta.)

A CEIA DO SENHOR

Comer e beber fazem parte das ações mais elementares dos seres humanos. Fazer refeições juntos é uma das ações sociais mais fundamentais de que participamos. Muitas religiões e culturas usam o alimento, a bebida e as refeições comunitárias de maneira ritual e simbólica. No Antigo Testamento, alguns sacrifícios eram acompanhados de refeições compartilhadas entre os adoradores (veja 1Sm 1). As grandes festas anuais incorporavam momentos de alegria em que as pessoas comiam e bebiam juntas (Dt 16; cf. Ne 8.10-12).

A refeição mais importante do Israel do Antigo Testamento ocorria na festa anual da Páscoa, que celebrava o livramento divino da escravidão no Egito (Êx 12). Foi na comemoração da Páscoa, pouco antes de sua crucificação, que Jesus e seus discípulos celebraram juntos o que viria a ser conhecido como a “última ceia” que fizeram juntos. Durante a refeição, ou logo depois, Jesus usou o pão e o vinho para ilustrar sua morte iminente, explicando o significado desta e procurando garantir que ela fosse lembrada (Mt 26.17-30; Mc 14.12-26; Lc 22.7-20). Fazendo isso no ambiente da Páscoa, Jesus associava sua morte à história central do Israel do Antigo Testamento — o Éxodo. Isso é mais uma prova da ligação orgânica entre o Israel do Antigo Testamento e a igreja cristã (veja 1Co 5.7).

A exemplo do batismo, a ceia do Senhor veio a ser celebrada em toda a igreja cristã de diferentes maneiras e recebeu nomes variados, entre eles o de santa comunhão, eucaristia e missa. Com o passar dos séculos, algumas comunidades cristãs criaram rituais litúrgicos elaborados, às vezes acompanhados por belas músicas e vistosos espetáculos. Outras preferiram celebrá-la como um ato simples de adoração, com o mínimo de formalidade. Contudo, quer na forma simples quer na forma mais elaborada, a ceia do Senhor contém sempre dois elementos — o pão e o vinho. E tem três aspectos: um olhar para o passado, um para o futuro e outro para o entorno.

DOIS ELEMENTOS: PÃO E VINHO

As ações e palavras de Jesus na Última Ceia, em que se baseiam o sacramento da ceia do Senhor, referem-se a dois elementos básicos das refeições judaicas da época: o partir do pão com ação de graças a Deus e o despejar o vinho nos copos e compartilhá-lo. O relato de Paulo em 1Coríntios 11.23-26 reflete uma tradição cristã antiga, provavelmente anterior até aos Evangelhos. Há pequenas variações nas palavras nos diferentes relatos, refletindo talvez o fato de que Jesus não estava simplesmente recitando uma liturgia e provavelmente tenha feito pausas para explicar o que dizia. Juntando os diferentes relatos, eis o que encontramos:

Ao partir o pão, disse Jesus: “Isto é o meu corpo, que é dado por vós”.

Essas palavras associam o pão partido à morte de Jesus de tal modo que mostram que ela foi voluntária (ele deu a vida assim) e vicária (foi “por vós”).

Ao tomar o cálice de vinho, Jesus disse: “Este cálice é a nova aliança do meu sangue, que é derramado por vós e por muitos para a remissão de pecados”.

Essas palavras associam seu sangue derramado ao sangue sacrificial da antiga aliança, mostrando que a morte de Jesus foi um sacrifício mediante o qual os pecados seriam perdoados. Esse é um aspecto essencial da nova aliança profetizada em Jeremias 31.31-34.

Não há dúvida de que Jesus falava de maneira simbólica, e não literal, e foi assim que seus discípulos o compreenderam. O corpo físico, propriamente dito, de Jesus estava ali naquela sala, servindo-os. O simbolismo era claro: o corpo e o sangue de Jesus seriam dados na morte sacrificial. O foco era a cruz, e não os elementos do sacramento.

Diante do pão e do vinho, Jesus acrescentou: “Fazei isto [i. e., partilhai o pão e bebei o vinho] em memória de mim”. No contexto da refeição pascal que Jesus e seus discípulos compartilharam, isso era mais que um simples “lembrete”. Quando os judeus comemoraram a Páscoa todos os anos, eles o fazem revivendo “como se estivessem na primeira Páscoa do Êxodo”. Isto é, eles encenam novamente o ato divino redentor original de tal modo que cada nova geração de israelitas dela se beneficia como se tivesse participado diretamente do Êxodo. Do mesmo modo, quando os cristãos comem o pão e bebem do cálice, eles fazem isso para lembrar a cruz de Cristo “como se estivessem presentes à crucificação”. Em outras palavras, eles se apropriam das bênçãos a que Cristo se referiu quando disse “dado por vós [...] derramado por vós”. É uma proclamação visível da essência do evangelho — Cristo morreu por todos.

Para concluir, Jesus acrescentou (de acordo com Paulo) que, ao fazer aquilo, os crentes “anunciavam a morte do Senhor *até que ele venha*”; e (de acordo com os Evangelhos) que ele próprio, Jesus, um dia vai celebrar novamente essa ocasião festiva com seus discípulos no *reino de Deus* (Mt 26.29; Lc 22.16,18). Portanto, a ceia do Senhor não é apenas um memorial do passado, mas também uma antecipação do banquete celestial — uma das figuras com que se representa a vida com Deus na nova criação (Is 25.6-9; Mt 8.11).

TRÊS ASPECTOS: VOLTADA PARA O PASSADO, VOLTADA PARA O FUTURO E VOLTADA PARA O ENTORNO

Com base nessas palavras e ações, e ainda no ensinamento de Paulo, pode-se dizer que os cristãos olham em três direções quando celebram a ceia do Senhor.

O que é ministério cristão?

A ideia básica por trás de todo ministério cristão é serviço. Os dois termos gregos usados para se referir aos líderes cristãos no Novo Testamento são *doulos* e *diakonos* — palavras cuja melhor tradução é “escravo” (ou, talvez, “servo”) e “serviçal”. Nenhuma das duas dá a entender que o líder cristão tem status superior ao dos demais crentes. O Novo Testamento deixa claro que o ministério é um serviço comandado por Cristo. O crente cristão deve recebê-lo como uma incumbência.

O Novo Testamento jamais emprega as palavras “sacerdócio” e “sacerdote” para se referir a qualquer tipo de ministério ou pessoa que tem um cargo na igreja. É importante ressaltar que Jesus não busca no ministério sacerdotal do Antigo Testamento as figuras que usa para falar do serviço, e sim no mundo secular à sua volta. O Novo Testamento usa o conceito de “sacerdócio” em dois contextos apenas:

1. Para se referir ao ministério único e definitivo de Jesus Cristo.
2. Para se referir ao sacerdócio real e profético de todos os crentes como povo de Deus. Portanto, Cristo e o povo de Deus é que podem ser definidos como “sacerdotais”: nenhum indivíduo ou grupo restrito pode ser designado especificamente dessa forma.

O tema do serviço é, portanto, de importância fundamental para o entendimento cristão de liderança. Esse tipo de etos se manifesta nitidamente tanto nas palavras quanto nos atos de Jesus, sobretudo no final do seu ministério, quando ele começa a se preparar para a etapa final de sua vida em Jerusalém (Mt 20.25-28):

Em primeiro lugar, eles olham para *trás*, no passado, para a morte de Jesus. Fazem isso, sem dúvida, para se lembrar dela. Mais do que isso, porém, agem assim para renovar sua participação nas bênçãos que essa morte alcançou, especialmente o perdão dos pecados. A exemplo do batismo, o sacramento da ceia do Senhor refere-se em primeiro lugar ao que Deus fez pelos cristãos no sacrifício voluntário de seu Filho em nosso favor. Ao comer sua carne e beber seu sangue no sacramento, o cristão não apenas se alimenta dele espiritualmente e se une a ele mediante seu poder vivificante (veja Jo 6.53-58), mas também recebe a graça e o perdão que sua morte possibilitou. A expressão “beber o sangue de” é um hebraísmo que podia significar beneficiar-se da morte de alguém (veja 1Cr 11.17-19). Logo, ao beber metaforicamente o sangue de Cristo, o cristão

Então Jesus chamou-os para junto de si e lhes disse: Sabeis que os governantes dos gentios os dominam, e os seus poderosos exercem autoridade sobre eles. Não será assim entre vós; pelo contrário, quem quiser tornar-se poderoso entre vós, seja esse o que vos sirva; e quem entre vós quiser ser o primeiro, será vosso servo, a exemplo do Filho do homem, que não veio para ser servido, mas para servir e para dar a vida em resgate de muitos.

Diakonos é aquele que serve à mesa durante a refeição. Muitas tradições eclesiásticas cristãs creem que seus ministros devem usar estola nas ministrações, como lembrete das toalhas que eram carregadas pelos que serviam à mesa na Roma antiga. Contudo, é importante lembrar que o Novo Testamento também parece supor uma distinção entre um ministério geral de serviço, em que todo cristão procura servir da melhor maneira possível aos outros, e uma forma mais específica ou pública de ministério.

A doutrina de Lutero do "sacerdócio universal dos crentes" é extremamente importante aqui. Segundo ele, todo cristão é sacerdote em consequência do batismo. Não há nenhuma diferença fundamental de status entre os ministros do evangelho, não importa o título pelo qual sejam chamados, e os crentes comuns. Portanto, todos os crentes integram o "sacerdócio real" (1Pe 2.9) do povo de Deus. Não há nenhuma "elite sacerdotal" situada acima dos crentes comuns, e sim um ministério e serviço coletivo, no qual todos os membros do corpo de Cristo devem servir uns aos outros.

declara que se beneficia da sua morte em seu favor — porque essa é a única fonte onde ele pode buscar o perdão e a vida eterna. O cristão também olha para o passado no sentido de que a morte de Cristo na cruz foi um fato histórico definitivo que jamais se repetirá, e não precisa se repetir. Por isso, apesar de ser uma reencenação simbólica da morte de Jesus, no pão partido e no vinho derramado, a ceia do Senhor não é uma repetição e tampouco continuação do seu sacrifício, nem de nenhum sacrifício novo. Toda a atenção está voltada para o que Jesus fez pelos cristãos, e não para o que eles fazem para si mesmos.

Em segundo lugar, os cristãos olham *para o futuro*, para o retorno de Cristo e para o banquete celestial. Embora haja um aspecto solene no compartilhar da ceia do Senhor como lembrança que é do Calvário, ela também é ocasião

de muita alegria e esperança. Isso se vê bem no trio de frases de algumas liturgias da santa comunhão: “Cristo morreu. Cristo ressuscitou. Cristo voltará”. Portanto, essa refeição simples é uma antecipação simbólica da alegria que acompanhará o retorno de Jesus e a consolidação do seu reino (veja Ap 19.9).

Em terceiro lugar, os cristãos olham à sua volta, porque a ceia do Senhor é uma ação compartilhada em que eles declararam não apenas a comunhão com o Senhor (verticalmente), mas também uns com os outros (horizontalmente). Portanto, a celebração desse sacramento é um ponto focal básico de amor e unidade. Vimos que o principal ensinamento de Paulo sobre o batismo foi para mostrar aos cristãos a resposta ética que ele exigia. Do mesmo modo, seu relato da ceia do Senhor em 1Coríntios 11 é dado no contexto da admoestação àquela igreja acerca do mal que as facções representam em seu interior — sobretudo aquelas causadas por divisões sociais. Parece que uma elite mais abonada dentro da igreja estava ministrando a ceia do Senhor como um grande acontecimento social, uma ocasião para ostentar suas ricas comidas e bebidas, enquanto os crentes mais pobres eram humilhados. Paulo condena esse comportamento e diz que ele é incompatível com a mesa do Senhor. No capítulo anterior, ele advertira os coríntios de que não deviam participar de práticas idolátricas, uma vez que também elas eram incompatíveis com a participação no corpo e no

sangue de Cristo. Para ilustrar o que dizia, o apóstolo citou os pecados e a rebeldia de Israel no Antigo Testamento. É evidente que o sacramento deve ser levado a sério, tanto no que afirma quanto no que exclui.

"A igreja tem de ser profética para não ser patética."

CECIL MURRAY

Por isso, Paulo alerta de que os crentes façam da ocasião um momento de cuidadoso autoexame moral (1Co 11.27-32).

OS SACRAMENTOS E O VIVER CRISTÃO

Vimos que tanto o batismo quanto a ceia do Senhor estão vinculados no Novo Testamento a um modo de viver que dê testemunho de um comportamento ético digno daquilo que os sacramentos proclamam. De fato, uma vez que ambos os sacramentos apontam para o evangelho integral da graça de Deus e para os meios de salvação, eles dão forma também à ética cristã. Alguns elementos fundamentais do ensino ético do Novo Testamento podem ser associados à mensagem dos sacramentos.

A GRAÇA PRECEDE A ÉTICA

Os sacramentos indicam o que Deus fez pelos cristãos, e não o que podemos fazer por Deus. Por esse motivo, a humildade é a característica essencial do comportamento cristão. A ética bíblica não é um meio de impressionar Deus ou de ganhar seu favor e sua salvação. Pelo contrário, trata-se de uma resposta prática de obediência humilde e agradecida à graça salvadora de Deus.

A GRAÇA É RECEBIDA PELA FÉ

Os dois sacramentos conclamam o cristão a depositar a fé em Deus e no que ele fez por nós por meio de Cristo. A prática da vida cristã, portanto, também é viver pela fé. A conduta cristã não é regida basicamente por instintos, pela prudência nem por nada que possa parecer dar certo, mas, sim, pela obediência confiante a Deus e à sua palavra.

O CRISTÃO RESPONDE A DEUS PELA IMITAÇÃO

O cristão é exortado a amar assim como ele é amado; a perdoar o próximo como foi perdoado; a se entregar pelo próximo como Cristo se entregou; a recusar a violência e a vingança como Cristo recusou. O que os cristãos celebram nos sacramentos deve ser tudo aquilo que determina o seu dia a dia.

A vida cristã é radicalmente oposta à velha vida do mundo. O batismo indica uma ruptura radical — é morrer para o velho e se revestir do novo. A vida prática deve mostrar essa diferença. Esse é o significado pleno do arrependimento — dar as costas ao pecado e ao mal, renunciando-os totalmente, e voltar-se para Cristo e tudo aquilo que ele quer de seus seguidores. A mensagem pronunciada em algumas liturgias batismais expressa isso: “Renuncio ao mal; arrependo-me do meu pecado; volto-me para Cristo”.

A VIDA CRISTÃ É UMA VIDA DE DISCIPULADO

O batismo nos leva a ter compromisso de aprender os ensinamentos de Jesus e a eles obedecer. Portanto, o ensinamento prático dos Evangelhos é parte essencial da ética cristã. No âmago desse ensinamento encontram-se os mandamentos que Jesus declarou serem os dois maiores — ambos tirados do Antigo Testamento: amar o Senhor nosso Deus e amar o próximo como a nós mesmos.

A ÉTICA CRISTÃ É COMUNITÁRIA, E NÃO APENAS UM CÓDIGO MORAL INDIVIDUAL

É claro que as escolhas individuais são importantes, mas a ceia do Senhor indica a centralidade da fraternidade e da comunhão. Aqueles que partilham da mesma mesa com o Senhor devem também partilhar o amor, a compaixão, a unidade, o apoio mútuo, a verdade e a tolerância uns em relação aos outros.

A ÉTICA CRISTÃ TAMBÉM LEVA EM CONTA O FUTURO

Os cristãos, como “filhos da luz”, devem comportar-se hoje de acordo com o que virá.

A ÉTICA CRISTÃ É MOLDADA PELA MISSÃO

A igreja que deve ser uma bênção para as nações também deve viver de forma diferente do modo de vida das nações. O chamado à santidade é um chamado

Mulheres no ministério

Há bons motivos para crer que as mulheres estavam profundamente envolvidas em vários tipos de ministério na igreja durante os dois primeiros séculos. O próprio Novo Testamento dá grande visibilidade ao ministério pastoral e evangelístico das mulheres. Contudo, com a conversão do imperador romano Constantino, parece que as coisas começaram a mudar. Os modelos romanos clássicos, que se opunham à presença de mulheres na vida pública, qualquer que fosse a posição que elas ocupassem em ambiente privado, passaram a influenciar a igreja, cuja preocupação naquele momento era ganhar aceitabilidade cultural cada vez maior numa conjuntura histórica crítica. A igreja parece ter cedido às pressões culturais contrárias a que as mulheres tivessem posições de responsabilidade e de autoridade pública. Parece que o etos pós-constantiniano foi aceito como normal depois disso e continua tendo forte impacto na atualidade.

Na Idade Média, as mulheres tinham um papel claro e importante na vida e no pensamento cristãos. O surgimento do movimento monástico diante do mundanismo da igreja não fez surgirem somente mosteiros, mas também, inevitavelmente, conventos, ou seja, casas religiosas criadas para uso exclusivo das mulheres. Nesses conventos, as mulheres tinham posições de autoridade e de cuidado pastoral. Nos conventos da Europa, as mulheres descobriam e afirmavam suas características próprias sem se sentir oprimidas nem ofuscadas pelos homens. Na Espanha do século 16, por exemplo, Teresa de Ávila foi personagem fundamental num grande programa de reforma e de renovação espiritual dentro da igreja.

à diferença. Faz parte da missão fazer discípulos de todas as nações, batizando-os e ensinando-os. Nesse sentido, o discipulado obediente e bem ensinado é ao mesmo tempo o instrumento e o produto da missão.

O serviço na igreja

“Estou entre vós como quem serve”, disse Jesus (Lc 22.27). A disposição de Jesus para o serviço é o modelo de vida da igreja cristã. Jesus fez essa declaração na ocasião de uma disputa pela liderança: os discípulos discutiam qual deles era o maior. Jesus virou de cabeça para baixo o pensamento deles e disse que, na igreja, líder é quem serve.

Um termo bastante comum para designar a atividade cristã é “ministério”. Ele vem da palavra latina que significa “servo” ou “criado”. No Novo Testamento, os termos equivalentes são *diakonos* e *diakonia*, que significam

O convento proporcionava sobretudo um ambiente em que as mulheres podiam assumir posições de responsabilidade e de liderança espiritual. Mulheres ministravam a outras mulheres, pastoral e espiritualmente. No ambiente conventual, elas descobriam e punham em prática seus dons de ministério e de liderança — dons que tinham de fato, mas que não podiam ser exercidos nem na igreja nem na sociedade medieval, por causa das condições sociais fortemente patriarcas da época.

Com o advento da Reforma, as funções pastorais e de liderança das mulheres, antes exercidas dentro dos conventos, foram transferidas para o contexto doméstico. As mulheres assumiram, então, responsabilidades importantes tanto pela organização quanto pelo cuidado pastoral da família e dos parentes. A casa era uma instituição social extremamente importante naquele tempo. Governá-la era uma atividade administrativa, pastoral e de liderança.

Hoje a igreja continua refletindo sobre o papel da mulher no ministério, procurando equilibrar a declaração neotestamentária de que em Cristo não há homem nem mulher (Gl 3.28) com as tradições e expectativas locais. As igrejas cristãs chegaram a conclusões diferentes no tocante à ordenação de mulheres ao ministério. Um número cada vez maior de igrejas vem concluindo que não há razão bíblica ou teológica que impeça a ordenação de mulheres, e muitas as ordenaram. Contudo, várias outras dizem que a tradição da igreja nesse aspecto não deve mudar, e por isso restringem as atribuições ministeriais femininas.

O cristão deve ir à guerra?

Praticamente não há dúvida de que a igreja cristã primitiva era pacifista e encarava esse pacifismo como uma interpretação natural do ensinamento de Jesus. Ele não ensinara que é errado retaliar? Se alguém nos ferir na face direita, não devemos lhe oferecer também a esquerda (Mt 5.39)? O teólogo romano Tertuliano, escrevendo no segundo século, disse que se alistar num exército qualquer era incompatível com a fé cristã. Atitudes semelhantes surgiram posteriormente na história cristã. Os reformadores radicais do século 16 — mais conhecidos como “anabatistas” — diziam que Cristo proibia seus seguidores de empunhar armas, participar de exércitos, ir à guerra ou usar qualquer tipo de força ou violência na sociedade. O ethos da resistência pacífica, que se tornou especialmente importante no século 20, remonta ao Novo Testamento.

Contudo, é preciso observar o contexto do Novo Testamento quanto a esse aspecto. Os cristãos se achavam à margem da sociedade. Não tinham poder algum. Durante os três primeiros séculos, foi essa a sua situação. Eles eram encarados com desprezo ou perplexidade pelas autoridades romanas e às vezes eram perseguidos. Todavia, a situação mudou radicalmente no governo de Constantino, o primeiro imperador cristão de Roma. O cristianismo chegou ao poder e viu-se obrigado a lidar com questões que haviam sido completamente ignoradas pelas gerações de cristãos anteriores. Cada vez mais, os cristãos foram cultivando atitudes positivas e trabalhando sua relação com o Estado romano, passando a envolver-se em execuções e guerras sancionadas pelo império. Agora que o Estado era cristão, será que os cristãos deviam lutar em nome dele?

“servo e serviço”. São palavras de aplicação ampla, e não restritas ao que hoje chamaríamos de “ministério ordenado” ou “ministério pastoral”. O tema do serviço na igreja pode ser analisado por duas perspectivas. De um lado, todos os crentes têm parte nos dons do Espírito Santo que os preparam para uma série de ministérios. De outro, a alguns membros da igreja são confiadas tarefas e responsabilidades específicas, designadas por títulos próprios.

DONS E MINISTÉRIOS

Acabamos de ver que uma das metáforas da igreja preferidas de Paulo é o corpo e que a conclusão mais importante que ele tira dessa metáfora é que cada parte do corpo tem uma função específica e indispensável. De igual modo, os

Essa abordagem acabou indiretamente dando origem às Cruzadas medievais, em que a violência contra judeus e muçulmanos foi autorizada com base na ética da "guerra justa". De acordo com essa ética, era legítimo participar de uma guerra se estivesse em jogo uma causa justa — como, por exemplo, a consolidação da paz ou a proteção dos lugares santos ou de pessoas religiosas. Desde então, a tradição da "guerra justa" jamais perdeu importância no pensamento ético cristão, e continua influente nos Estados Unidos. De modo geral, quanto maior o envolvimento da igreja com o Estado, tanto mais provável será que o cristão defenda as guerras e participe delas. O conceito de guerra justa também se secularizou — como, por exemplo, na Primeira Guerra Mundial, tantas vezes definida como uma ação para "tornar o mundo seguro para a democracia" ou "a guerra que porá fim a todas as guerras". O debate em torno do significado das expressões "último recurso", "guerra justa" e "intenção justa" persiste ainda hoje dentro das igrejas.

O pacifismo, contudo, também teve um papel significativo no pensamento cristão, sobretudo como reação ao que se consideram excessos da guerra. Muitos cristãos acreditam que o uso da violência é um pecado contra Deus, uma vez que ela viola e arruina o ponto mais alto da criação: a humanidade. O Concílio Vaticano II (1962-1965) concluiu que o pacifismo é uma opção legítima para o cristão diante da guerra. Muitas denominações cristãs acompanharam a posição do concílio. A campanha de não violência de Martin Luther King em defesa dos direitos civis é considerada um dos exemplos mais bem-sucedidos desse tipo de estratégia.

membros da igreja são chamados a servir ao conjunto de diferentes maneiras, de acordo com sua vocação e com os dons do Espírito Santo. No prefácio à elaboração mais ampla desse tema, o apóstolo diz que "há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo. [...] E há diversidade de realizações, mas é o mesmo Deus" (1Co 12.4,6). Em algumas passagens, Paulo faz uma lista dos tipos de dons que o Espírito concede aos cristãos (Rm 12.6-8; 1Co 12.7-11; Ef 4.7-13). Em tudo isso, ele ressalta que o propósito desses dons é o bem comum de toda a igreja, de tal modo que seus membros, exercitando seus dons, sirvam uns aos outros e ao Senhor. Os dons são concedidos "tendo em vista o aperfeiçoamento dos santos para a obra do ministério e para a edificação do corpo de Cristo" (Ef 4.12). Pedro faz a mesma observação: "Servi uns aos

outros conforme o dom que cada um recebeu, como bons administradores da multiforme graça de Deus” (1Pe 4.10).

Três pontos básicos sobre os dons espirituais merecem destaque especial. Eles são dons da graça de Deus por meio do seu Espírito; é Deus quem toma a iniciativa de distribuí-los. São concedidos a todos os crentes, e não a

uma elite privilegiada. E são dados para o benefício de todos, capacitando os membros da igreja a servir uns aos outros de diferentes maneiras.

“O fundamento da igreja é inabalável e se mantém firme contra as investidas do mar bravio. Embora os elementos do mundo se choquem contra ela e a golpeiem, é a igreja que proporciona o mais seguro porto de salvação para todos os sofredores.”

AMBRÓSIO DE MILÃO

OS OFÍCIOS ECLESIÁSTICOS

Já vimos as várias maneiras em que a Bíblia fala da igreja como realidade espiritual em relação a Deus. Contudo, a igreja também é uma instituição humana e, a exemplo de toda grande instituição humana, necessariamente precisa de ordem, organização, estrutura e liderança. Mesmo nos primeiros anos do Novo Testamento, isso logo ficou evidente. Com o passar dos séculos, diferentes modelos de organização da igreja cristã surgiram pelo mundo afora. Inúmeros termos diferentes e confusos são usados para designar aqueles que exercem cargos dentro da igreja em vários níveis (presbítero, diácono, padre, bispo, ministro, pastor, vigário, cônego, cardeal, entre outros). E as diversas denominações têm diferentes convicções a respeito da forma que acham que a igreja deve ser administrada e estruturada. Com efeito, algumas denominações históricas se constituíram precisamente por causa de disputas sobre as formas de liderança e de autoridade na igreja. Nossa propósito aqui não é fazer um levantamento de toda a variedade de modelos históricos de liderança na igreja, mas, sim, resumir o que a fé cristã diz de essencial a esse respeito. Para isso, assim como para conhecer as principais convicções da fé cristã, é preciso voltar à Bíblia.

FUNÇÕES RECONHECIDAS

O Israel do Antigo Testamento acabou tendo um rei que governava a nação toda, mas no plano local o poder era distribuído entre os anciões da comunidade. Eles eram os cabeças das famílias e tinham papel importante nas questões

judiciais (solução de conflitos), no ensino da lei de Deus a seus familiares e na tomada de decisões críticas para a comunidade. O sistema israelita, constituído de vários anciãos em cada comunidade local (geralmente uma aldeia ou cidade), serviu de modelo para os primeiros cristãos. Com a multiplicação das assembleias de crentes, resolveu-se encarregar as pessoas de diferentes tarefas. Essas pessoas recebiam o reconhecimento do povo pelo ofício ou cargo de responsabilidade que lhes era confiado. Parece que havia duas formas principais em que as responsabilidades eram oficialmente reconhecidas nas igrejas do Novo Testamento.

Em primeiro lugar, havia os *anciãos*. Desde suas primeiras viagens missionárias, Paulo nomeava anciãos para as igrejas que plantava (At 14.23). Parece que havia sempre mais de um — isto é, um grupo de anciãos em cada igreja. Fazia parte da nomeação deles a imposição de mãos e o reconhecimento pela congregação local. A palavra *presbyteroi* sugere que eles eram pessoas mais velhas. Instruções posteriores dadas a essas pessoas exigiam que elas fossem maduras e respeitáveis. Outro termo que designava o mesmo grupo é *episkopoi*, que significa “supervisores”. É daí que vêm as palavras “bispo” e “episcopal”. Apesar de algumas tradições eclesiásticas importantes terem visto nos bispos e nos presbíteros dois níveis distintos de liderança, não é difícil ver que os termos eram usados de forma intercambiável no Novo Testamento (veja At 20.17,28; Tt 1.5-7). O primeiro designa a característica da pessoa (mais velha), enquanto o outro designa a natureza da sua função (supervisionar o grupo de pessoas da igreja).

Em segundo lugar, havia os *diáconos* (*diakonoi*). A palavra significa simplesmente “servos” e, como vimos antes, aplica-se de modo geral a todas as formas do serviço cristão. Todavia, já em Atos 6 algumas pessoas foram escolhidas para desempenhar funções práticas específicas dentro das igrejas em franca expansão — nesse caso específico, essas pessoas organizavam a distribuição diária de alimentos aos necessitados. Vale a pena notar que, embora os apóstolos tenham separado esse grupo para eles mesmos poderem dedicar-se plenamente ao “ministério” da Palavra (sua vocação principal), eles também definem essa responsabilidade prática como “ministério” e exigem dos nomeados para esse fim que sejam cheios do Espírito Santo. Os membros da igreja os escolhiam e os apóstolos impunham as mãos sobre eles — numa combinação entre as escolhas “de baixo” e “do alto”.

Como surgiram os mosteiros?

Os mosteiros tiveram desde muito cedo um papel importante nas missões cristãs. Acredita-se que o movimento monástico se originou nas remotas regiões montanhosas do Egito e em partes da Síria oriental. No decorrer do terceiro século, contingentes cada vez maiores de cristãos começaram a migrar para essas regiões, fugindo dos grandes centros populacionais e de suas inúmeras distrações. Antão do Egito, por exemplo, deixou sua casa após a morte de seus pais, em 273, em busca de uma vida de disciplina e solidão no deserto. Somente pelo distanciamento da corrupção das cidades é que os devotos conseguiam cultivar sua vida espiritual.

O tema do afastamento do mundo pecaminoso e cheio de distrações adquiriu importância fundamental nessas comunidades monásticas. Apesar de algumas figuras solitárias insistirem na necessidade do isolamento individual, o conceito de uma vida comunitária isolada do mundo acabou prevalecendo. Um dos primeiros e mais importantes mosteiros foi o que Pacônio fundou entre os anos 320 e 325. Ali criou-se um ethos que se tornaria prática normal no monasticismo posterior. Os membros da comunidade concordavam em se submeter a uma vida comum regida por uma Regra e sob a direção de um superior. A estrutura física do mosteiro era significativa: o complexo era rodeado por uma muralha, o que sublinha a ideia de separação e isolamento do mundo. Os membros dessas comunidades monásticas levavam uma vida coletiva caracterizada por um vestuário comum, refeições iguais, mobiliário igual em todas as celas (como eram chamados os quartos dos monges) e trabalho manual para o bem da comunidade.

RESPONSABILIDADES

As responsabilidades dos anciãos nas igrejas do Novo Testamento eram duas: liderar e ensinar (1Tm 5.17). A liderança, porém, devia ser exercida conforme o

exemplo de Cristo, com cuidado pastoral e a ternura do pastor por suas ovelhas, sem egoísmo, com responsabilidade e comportamento exemplar (1Pe 5.1-5; Hb 13.17). O ensino é o principal dever prático dos anciãos. Os que fossem ordenados para a função de ancião deviam ser “aptos para

ensinar” (1Tm 3.2). Por isso deviam ser pessoas maduras, com um bom entendimento da “sã doutrina” (Tt 1.9). Em Efésios 4.11, embora não se empregue

“Onde a Palavra de Deus é pregada e ouvida com pureza, aí existe uma igreja de Deus, mesmo que saturada de erros.”

JOÃO CALVINO

O ideal monástico exercia forte atração sobre muita gente. Já no quarto século havia mosteiros em muitos lugares do Oriente cristão, sobretudo nas regiões da Síria e da Ásia Menor (atual Turquia). Não demorou muito para que o movimento chegasse à igreja ocidental. No quinto século, havia comunidades monásticas na Itália (principalmente ao longo da costa ocidental), na Espanha e na Gália. Agostinho de Hipona, uma das principais figuras da igreja ocidental na época, fundou dois mosteiros no norte da África entre os anos 400 e 425. Para ele, a vida em comum era essencial para a concretização do ideal do amor cristão. Ele complementava a ênfase na vida comum com o apreço que tinha pela importância da atividade intelectual e pelo cultivo do estudo espiritual.

No sexto século, o número de mosteiros no Ocidente aumentou consideravelmente. Foi nesse período que surgiu uma das regras monásticas mais completas — a “Regra de São Bento”. Bento de Núrsia (m. c. de 550) fundou seu mosteiro no monte Cassino por volta de 525. A comunidade beneditina obedecia a uma Regra em que prevalecia a ideia de seguir incondicionalmente a Cristo com o apoio da oração comunitária e individual e da leitura das Escrituras. Os grandes mosteiros europeus surgidos posteriormente preservaram muitas características do movimento monástico primitivo. Eram centros de missões, de aprendizado e de devoção, participaram do grande avivamento da igreja e da sociedade na Europa ocidental durante a Idade Média, e ainda desempenham esses papéis no mundo de hoje.

a palavra “ancião”, seria o mais natural que fossem os anciãos a exercer o duplo papel de “pastores e mestres” a que Paulo se refere.

Os diáconos, ao que parece, tinham responsabilidade por tudo o mais que precisasse ser feito de prático na igreja — talvez particularmente tudo o que se relacionasse às finanças e à administração, uma vez que eles deviam ser pessoas de confiança, não gananciosas. Se tomarmos Atos 6 como precedente, segue-se que os diáconos estavam envolvidos provavelmente com as obras de misericórdia da igreja, no cuidado com os pobres e necessitados (veja, p. ex., 1Tm 5.3-10).

QUALIFICAÇÕES (REQUISITOS)

Duas vezes Paulo ensina que tipo de pessoa deve exercer as funções de ancião e de diácono (1Tm 3.1-13; Tt 1.5-9; cf. At 20.28-35; 1Pe 5.1-5). De longe, o

Billy Graham e a missão cristã

Uma das características mais notáveis da missão da igreja no século 20 foi o surgimento dos ministérios individuais de evangelização. Embora muitos desses evangelistas mereçam atenção, o mais célebre de todos é, de longe, Billy Graham. Nascido na Carolina do Norte em 1918, Graham converteu-se em 1934 com a pregação do avivalista Mordecai Fowler Ham. Billy Graham cursou o Wheaton College, perto de Chicago, de 1940 a 1943, e foi pastor batista durante alguns anos em Western Springs, também nos arredores dessa metrópole. A certa altura, começou a fazer cruzadas evangelísticas pelos Estados Unidos, que não chamaram muito a atenção até a cruzada de Los Angeles, em 1949, quando diversos jornais americanos passaram a tratá-lo como celebridade.

Embora estivesse ligado inicialmente à ala fundamentalista do protestantismo americano, ele foi se distanciando dela paulatinamente em virtude da rigidez com que seu pujante ministério evangelístico era encarado. Para Graham, o fundamentalismo acabou se tornando uma barreira à pregação do evangelho. Enquanto as gerações mais antigas consideravam de suprema importância defender o evangelho contra a cultura secular, para Graham a proclamação do evangelho a essa mesma cultura era fundamental. Ele fez grandes cruzadas evangelísticas na maior parte das grandes cidades americanas durante as décadas de 1950 e 1960, além de estender seu ministério à Inglaterra, à Austrália e à América do Sul.

Billy Graham criou um estilo próprio de cruzada evangelística pelo qual será sempre lembrado. Em geral havia uma parte musical a cargo de um coral voluntário, seguida do testemunho de alguma pessoa bem conhecida da comunidade onde a

tipo que o apóstolo mais enaltece em sua lista de exigências é o que apresenta os requisitos morais e espirituais do caráter cristão, e não habilidades acadêmicas ou técnicas. Os que são escolhidos para liderar o povo de Cristo devem se parecer com ele na vida pessoal, social e familiar.

DOIS NÍVEIS OU TRÊS?

Algumas tradições cristãs acreditam que devem adotar apenas a dupla liderança que acabamos de mencionar: anciões (ou supervisores) e diáconos. Outras (como, p. ex., os anglicanos e os católicos romanos) criaram um modelo tríplice: bispo, presbítero/padre e diácono. Como vimos, o Novo Testamento não faz distinção entre *episkopoi* (bispos) e *presbyteroi* (anciões/presbíteros), mas

cruzada estava sendo realizada. Levantava-se uma oferta para ajudar financeiramente a Associação Evangelística Billy Graham. Havia também um solo musical, cantado geralmente por George Beverly Shea, que trabalhou durante muitos anos com Graham. Então vinha o ponto alto da noite: o sermão, seguido de um apelo em que todos eram convidados a ir à frente do auditório para renovar suas promessas ou começar sua vida de fé.

Quando as cruzadas se tornaram mais sofisticadas, passou-se a dar mais atenção ao acompanhamento daqueles que iam à frente, de modo que fossem colocados em contato com as igrejas locais e recebessem literatura que os ajudasse. A organização de Graham se deu conta também da importância dos meios de comunicação e utilizou com eficiência jornais, rádio e televisão para divulgar a mensagem de Graham e dar apoio a seus seguidores. Billy Graham representa um estilo de missão que soube captar a imaginação do público e usar a tecnologia de maneira eficiente, oferecendo ao mesmo tempo um estilo de pregação muito pessoal firmemente alicerçado no Novo Testamento.

O ministério evangelístico mundial de Billy Graham possibilitou que ele falasse a mais pessoas que qualquer evangelista antes dele. Acredita-se que a transmissão do programa da Missão Mundial Global pela televisão em abril de 1996 tenha sido vista por 2,5 bilhões de pessoas. A atração mundial da mensagem de Billy Graham pode ser entendida como uma confirmação da importância universal do evangelho cristão, bem como um sinal da convergência das culturas de todo o mundo no fim do século 20, convergência essa muitas vezes chamada de "globalização".

vê nesses termos apenas duas formas diferentes de definir o mesmo grupo da liderança da igreja. Em contrapartida, há um precedente no Novo Testamento para uma função mais ampla e regional de liderança. Timóteo e Tito, que foram companheiros de Paulo no ministério de plantio de igrejas, receberam do apóstolo a responsabilidade de nomear anciões nas igrejas — no caso de Timóteo, na grande metrópole de Éfeso, onde havia várias assembleias, inúmeros crentes e grupos de anciões; no caso de Tito, na ilha de Creta. Portanto, embora esses homens jamais sejam chamados de "bispos" no sentido técnico da palavra, eles exerciam de fato uma supervisão regional em meio a um grupo geográfico de igrejas. Foi dessa forma que a função de bispo depois se desenvolveu. Está claro, pelo que Paulo escreve a Timóteo e a Tito, que a principal responsabilidade

daqueles que detêm um nível mais amplo de supervisão consiste, de um lado, em conservar a sã doutrina bíblica dos apóstolos, proclamá-la na evangelização e defendê-la contra ataques e falsas doutrinas e, de outro lado, em garantir (pelo ensino e pelo exemplo pessoal) que aqueles que se dizem membros das igrejas sob seus cuidados vivam de fato as exigências desse compromisso numa vida transformada, que dê testemunho perante o mundo.

CLÉRIGOS OU LEIGOS?

Tal distinção é estranha à igreja do Novo Testamento. O termo “clérigo” vem de uma palavra cujo significado remete a uma classe de oficiais de elite, ao passo que “leigo” vem de uma palavra que significa simplesmente “o povo”. É uma distinção lamentável, que decorre mais de padrões mundanos de autoridade e liderança do que de qualquer coisa que Cristo tenha ensinado. Na verdade, ele ensinou o oposto (Lc 22.25-27). Todos os crentes (incluindo anciãos e pastores, entre outros) são *laós*, povo de Deus. Todos os cristãos (não apenas os anciãos e os pastores) têm um ministério em que exercitam os dons do Espírito para o bem dos outros. Alguns cristãos são chamados e ordenados para funções

específicas na igreja — principalmente para a tarefa de ensinar as Escrituras e a sã doutrina. Contudo, nenhum deles é superior nem “está mais perto” de Deus do que os demais. O corpo de Cristo deve todo ele crescer conjuntamente rumo à maturidade.

“Quanto mais aferrados à igreja, mais longe ficamos de Deus.”

LAUNCELOT ANDREWES

A tarefa daqueles a quem é confiada a liderança consiste em facilitar esse crescimento comum em todos os seus aspectos.

Um dos equívocos mais lamentáveis de muitos cristãos, decorrente da arraigada distinção social e cultural entre o clero e os leigos, é pensar que o povo cristão se dirige à igreja no domingo com o propósito de dar apoio ao ministério do pastor. Na verdade, é exatamente o oposto que é mais próximo do Novo Testamento. São os pastores que vão à igreja aos domingos para dar apoio ao ministério dos crentes com seu ensino, sua liderança e seu exemplo.

Servir ao mundo: a missão da igreja

Vimos que a igreja como povo de Deus tem sua origem bíblica na vocação de Abraão, pela qual Deus quis abençoar todas as nações (Gn 12.1-3). Portanto,

a própria existência da igreja é decorrência do propósito universal de Deus. Ao procurar identificar a missão da igreja, é importante não começar por ela, e sim por Deus. Se começarmos com a igreja, facilmente nos deixaremos absorver por seus aspectos institucionais e internos. Desse modo, a missão, ou as missões, passaria a figurar na lista das muitas tarefas que o cristão deve realizar, não raro bem no fim dessa lista. Além disso, fica mais difícil defini-la, porque “missão” não é uma palavra bíblica. Ela vem do latim e significa o “ato de enviar”; portanto, está ligada ao fato de que Jesus enviou seus discípulos, conforme ele disse, ao mundo, assim como o Pai o enviara ao mundo. Isso, porém, costuma ligar a palavra missão na mente das pessoas à imagem do “missionário” — aquele que é enviado para outras localidades geográficas, a outras nações e culturas, a fim de pregar o evangelho. O Novo Testamento mostra, sem sombra de dúvida, que havia pessoas que faziam isso na igreja primitiva. Contudo, não se esperava que todos os cristãos fossem “missionários” nesse sentido específico. A missão não é algo que tenha a ver apenas com os missionários, embora os missionários sempre tenham sido, e ainda sejam, parte fundamental da missão da igreja.

Se, todavia, tomarmos Deus como ponto de partida do nosso raciocínio, veremos que a palavra “missão” tem um sentido anterior — isto é, um sentido de propósito ou objetivo a ser alcançado. A Bíblia toda mostra que Deus tem uma missão nesse sentido. O objetivo último de Deus é a redenção de toda a criação dos efeitos devastadores do pecado e do mal. A missão divina é restaurar a criação e todas as nações da humanidade, devolvendo-as ao estado de bênção que aparece de forma tão dominante na narrativa da Criação. Para essa missão, Deus separou esse povo: a semente — os descendentes — de Abraão. Missão, portanto, não é apenas “uma das tarefas que a igreja realiza”; é a própria razão por que a igreja existe. Não se trata pura e simplesmente de Deus ter uma missão para a igreja no mundo. Antes, Deus fez uma igreja para levar a cabo a missão dele no mundo. Nossa missão é uma decorrência da missão divina. A missão cristã, portanto, é a participação convicta e obediente da igreja na missão de Deus de abençoar as nações e de redimir a criação.

Quando percebemos esse amplo significado de missão, nosso pensamento se abre para tudo o que o amor e a graça de Deus buscam para a vida humana, tanto em nosso mundo atual quanto, em última análise, no âmbito da nova criação. A Bíblia toda molda a missão da igreja, porque revela a missão de

Deus em sua totalidade. Conforme vimos, a igreja como comunidade do povo de Deus está em linha de continuidade com o Israel do Antigo Testamento, povo criado por meio de Abraão e separado para ser luz das nações; moldado e instruído pela Lei e pelos profetas para ser uma comunidade santa, compassiva e justa. Vemos pelo Novo Testamento que a igreja, redimida pela cruz e pela ressurreição de Jesus Cristo, existe para adorar e glorificar a Deus por toda a eternidade e para participar da missão de Deus na história. O modelo de missão foi dado aos cristãos pela encarnação de Cristo e pela entrega voluntária de sua vida; a mensagem essencial da missão é a cruz de Cristo e tudo o que ela realizou pela humanidade e pela criação. Além disso, Cristo encarregou a igreja de dar testemunho dele como Senhor e Salvador, de combater o mal em seu

nome, de ser agente de bênção e cura e de levar as boas-novas da salvação às nações e a toda a criação — para isso recebeu o poder do Espírito Santo.

Essa missão integral envolve todos os aspectos da vida dos cristãos. A igreja deve viver como uma comunidade de pecadores reconciliados no amor e na humildade sacrificial cristã. Com base nesse modo de vida, ela deve proclamar a mensagem sobre a qual está edificada, tornando conhecido de todas as nações o

evangelho da graça de Deus por meio do perdão em Cristo, chamando as pessoas ao arrependimento, à fé e ao discipulado. Além desse testemunho evangélico verbal, contudo, o cristão também é chamado, assim como os primeiros discípulos, a demonstrar os valores e o poder do reino de Deus, enfrentando a realidade do sofrimento e provando o triunfo de Cristo sobre o mal. Ao fazer isso, jamais devemos nos esquecer de que Jesus confirmou o ensino do Antigo Testamento referente ao amor social prático e à justiça, porque faz parte também da nossa missão amar nosso próximo como a nós mesmos por meio do serviço misericordioso aos necessitados, da busca da justiça social e da paz e do cuidado com a criação divina.

Quando compreendermos a missão cristã pelo ponto de vista da missão do próprio Deus, que brota do seu amor pelo mundo inteiro, de seu ódio por todas

"A igreja não tem outra coisa a fazer senão salvar almas; portanto, gaste tudo o que tem e se deixe desgastar nesse serviço. Sua obrigação não é falar tantas e tantas vezes, mas, sim, salvar quantas almas você puder, conduzir ao arrependimento tantos pecadores quanto puder."

JOHN WESLEY

as formas de mal, opressão e pecado e de sua compaixão por todos os aspectos da ruína, do sofrimento e da necessidade dos seres humanos, vamos deixar de separar aquilo que Deus uniu. Não há necessidade de separar o espiritual do material, o evangelístico do social, porque é evidente que a missão divina abrange todas essas facetas. É claro que um cristão sozinho não pode dar conta de todos os tipos de missão. Foi exatamente por isso que Deus separou um povo inteiro. A missão de Deus requer o envolvimento de todo o povo de Deus, de todos os dons de Deus e de todas as vocações distribuídas entre os membros do povo para todos os tipos de serviço, na igreja e no mundo.

"Assim como o fogo só existe na chama, também a igreja só existe na missão."

EMIL BRUNNER

6 A esperança cristã

ALISTER MCGRATH

O Novo Testamento é permeado pelo tema da esperança — não uma esperança vaga, uma aspiração tênue a que as coisas venham a melhorar, mas a expectativa firme, certa e confiante de estar com o Cristo ressurreto no céu. A ressurreição de Cristo torna possível um novo começo, subvertendo o ciclo de pecado e morte que seduziu e enredou a humanidade desde a Queda. Recebemos de Deus “uma viva esperança, segundo a sua grande misericórdia, pela ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos” (1Pe 1.3). A ressurreição de Jesus Cristo dos mortos não se limita a provar que Jesus é o Filho de Deus; ela cria, além disso, uma esperança nova, que muda a vida daqueles que depositam a confiança nele.

O nascimento de uma nova esperança

Algo de novo aconteceu com a vida, a morte e a ressurreição de Jesus. Essa convicção permeia todo o Novo Testamento. Nasceu uma nova era e com ela uma nova esperança. Esse tema aparece tanto na pregação de Jesus, nos Evangelhos, quanto na proclamação de Cristo no restante do Novo Testamento.

O tema dominante na pregação de Jesus é a vinda do “reino de Deus”. Essa locução (reino de Deus) é rara nos escritos judaicos da época, e muitos a consideram um dos aspectos mais característicos da pregação de Jesus. A locução, ou as ideias intimamente associadas a ela, ocorre cerca de setenta vezes nos Evangelhos. O uso da palavra “reino” nesse contexto pode induzir a erro. Embora o termo em inglês (*kingdom*) seja usado com frequência desde o século

16 para traduzir o grego *basileia*, outro termo, “realeza” (*kingship*), é na verdade o mais adequado. A palavra “reino” passa a ideia de uma região geográfica definida onde há um governo, ao passo que a palavra grega original se refere basicamente ao ato de governar. A expressão “governo real divino” tem sido usada com frequência para deixar claro esse ponto.

Embora muitos autores liberais do século 19 tenham interpretado o reino de Deus como o aperfeiçoamento dos valores morais da sociedade, é evidente que a palavra, como Jesus a emprega, tem relação tanto com o presente quanto com o futuro. O reino é algo que “está próximo” (Mc 1.15), mas cuja completude ainda pertence ao futuro. A Oração do Senhor (Pai-Nosso), que ainda tem importância fundamental na oração cristã individual e coletiva, refere-se à vinda futura do reino (Mt 6.10). Falando a esse respeito, Jesus menciona a ressurreição dos mortos (Mc 12.26), além da recompensa dos justos e a punição dos ímpios.

Na Última Ceia, Jesus falou aos discípulos sobre uma ocasião futura em que beberiam vinho no reino de Deus (Mc 14.25). Os estudiosos do Novo Testamento concordam em geral que há uma tensão entre o “agora” e o “ainda não” no que diz respeito ao reino de Deus, semelhante àquela vislumbrada na Parábola do Grão de Mostarda (Mc 4.30-32). Iniciou-se algo que atingirá o clímax só no futuro. O reino de Deus, portanto, não é algo que foi adiado para depois. É algo que já se vive em parte agora, preparando o caminho para sua realização completa no futuro.

Na pregação de Jesus, há um elo claro entre a vinda do reino de Deus e a ressurreição dos mortos. Na controvérsia com os saduceus (Mt 22.23-33; Mc 12.18-27; Lc 20.27-38), Jesus faz clara distinção entre “os filhos deste mundo” e “os que são julgados dignos de alcançar o mundo vindouro e a ressurreição dentre os mortos” (Lc 20.34,35). O ensino de Jesus sobre as recompensas e os juízos futuros está também associado ao tema da ressurreição. Alguns serão ressuscitados dos mortos e recompensados, ao passo que outros serão julgados.

Esses temas são desenvolvidos mais plenamente nas cartas de Paulo. Podemos identificar quatro princípios gerais com base no entendimento paulino da nova situação ensejada pelo advento de Cristo.

1. A presença de uma “nova era”. Em diversos momentos, Paulo sublinha que a vinda de Cristo inaugura uma nova era, ou “época” (em grego, *aionos*,

“éon”). A era antiga passou e uma nova surgiu. Paulo caracteriza a “era antiga” como “maligna” (Gl 1.4, NVI; Ef 5.16) e se refere àqueles que a habitam como uma “geração corrupta e perversa” (Fp 2.15). É evidente que a intenção de Paulo é que suas palavras sejam entendidas como referência aos que vivem de acordo com os padrões desta era efêmera, em vez de adotar as crenças e os valores da nova era inaugurada por Cristo. O que importa é saber se as pessoas se alinham com a presente era ou com a nova era recém-inaugurada.

Embora essa nova era — que Paulo chama de “nova criação” (2Co 5.17) — ainda esteja para se consumar, sua presença já pode ser experimentada. Por esse motivo, Paulo pode se referir ao “fim dos tempos” em Cristo (1Co 10.11). Em 1Coríntios, Paulo se opõe à tese de que todos os aspectos da era vindoura já se realizaram no presente. Parece que os adversários do apóstolo em Corinto ensinavam que a era final já era realidade presente e que todos os benefícios da eternidade deviam ser desfrutados aqui e agora. Para Paulo, contudo, há um elemento de postergação: a transformação final do mundo ainda não ocorreu, mas pode ser aguardada com confiança. O crente cristão, portanto, se vê flanguado nessa tensão entre o “agora” e o “ainda não”.

2. Para Paulo, a ressurreição de Jesus é a confirmação de que essa nova era realmente começou. Embora esse aspecto não esgote o significado da ressurreição de Cristo (que tem implicações importantes para nosso entendimento de quem ele é), Paulo o vê claramente como um acontecimento que capacita o crente a viver no conhecimento de que a morte — uma característica dominante da era presente — foi vencida. Todavia, a nova era não apenas começou; ela é algo de que os crentes podem participar. O uso que Paulo faz da metáfora das “primícias” (1Co 15.20,23) tem como objetivo ressaltar que Cristo é ao

mesmo tempo garantia da ressurreição do crente e modelo de como será essa ressurreição. Cristo ressuscitou dos mortos como “primícias” da ressurreição, inaugurando a grande colheita que se seguirá. Cristo é o primeiro representante de toda

“Temos de aceitar as decepções finitas, mas jamais perder a esperança infinita.”

MARTIN LUTHER KING

a colheita da ressurreição que ocorrerá com o seu retorno. O que aconteceu a Cristo acontecerá um dia aos crentes, que participam tanto da sua glória quanto da sua ressurreição.

3. Paulo anseia pela vinda de Jesus Cristo no dia do juízo no fim dos tempos, confirmando a nova vida dos crentes e seu triunfo sobre o pecado e a morte. O apóstolo recorre a vários recursos expressivos para se referir a esse acontecimento, incluindo o do “dia do Senhor”. A certa altura (1Co 16.22), Paulo usa uma palavra aramaica, *maranata* (lit., “Vem, Senhor nosso!”) para exprimir a esperança cristã. O termo grego *parousia* (i. e., “aparecimento”) é usado com frequência para designar a vinda futura de Cristo (veja 1Co 15.23; 2Ts 2.1,8,9). Para Paulo, há uma ligação íntima entre a vinda definitiva de Cristo e o cumprimento do juízo final.

4. Um tema muito importante no pensamento paulino é a vinda do Espírito Santo. O apóstolo, tomando por base um aspecto muito antigo da expectativa judaica, vê o dom do Espírito como a confirmação de que em Cristo raiou uma nova era. Um dos aspectos mais significativos do pensamento de Paulo nesse ponto é sua interpretação do dom do Espírito aos crentes como um *arrabon* (2Co 1.22; 5.5). Esse termo incomum tem o sentido elementar de “garantia” ou “penhor”. Isso quer dizer que o crente pode ficar tranquilo em relação à sua salvação definitiva, uma vez que hoje ele tem o Espírito. Embora a salvação seja algo que vá se consumar no futuro, o crente pode no presente ter segurança desse fato graças à habitação interior do Espírito.

Pelo que acabou de ser dito, está claro que a interação entre o “agora” e o “ainda não” é da maior importância para o entendimento cristão da esperança. De que modo, pois, essa relação entre o “agora” e o “ainda não” ocorre na prática? Para podermos desenvolver um pouco mais esse tema, examinaremos brevemente alguns dos ensinamentos centrais de Paulo acerca do impacto da morte e da ressurreição de Cristo para os crentes — a justificação e a salvação. A justificação se refere ao passado e ao futuro (Rm 2.13; 8.33; Gl 5.4,5). No Novo Testamento, o termo se refere tanto ao começo da vida cristã quanto à sua consumação. Algo já aconteceu; contudo, algo mais ainda *acontecerá*. A ideia de justificação é complexa e abrangente, e antecipa o veredito do juízo final (Rm 8.30-34), uma vez que declara com antecedência a libertação definitiva. A existência presente do cristão justificado é, portanto, antecipação da era futura e participação prévia na sua libertação da ira vindoura, ao mesmo tempo que, no presente, é uma garantia do veredito final de absolvição (Rm 5.9,10).

A crise de esperança da cultura ocidental moderna

Uma das características mais marcantes da literatura, do cinema e das artes do século 20 é o profundo e recorrente pessimismo acerca da condição humana. É como se a humanidade estivesse espiritualmente deslocada, separada do seu verdadeiro destino. Estamos condenados tão somente a existir em vez de viver a vida em sua plenitude. Para muitos, a pintura *O grito* (1893), do artista norueguês Edvard Munch, reflete essa profunda inquietude. A mesma perspectiva sombria e pessimista sobre a vida aparece em várias obras suas desse período, como, por exemplo, *A criança doente* (1886), *Vampiro* (1893-1894) e *Cinzas* (1894). *O grito* é interpretado como a expressão lacinante do desespero absoluto diante da falta de significado da vida e da situação de desesperança da situação humana. Só nos resta protestar; não podemos mudar coisa alguma.

Em parte, esse sentimento profundo de desespero é reflexo do aumento da mecanização, em geral considerado fator de desumanização. Embora o tema seja encontrado em muitos escritores do período vitoriano, talvez o melhor exemplo dessa percepção seja o filme *Tempos modernos*, de Charlie Chaplin (1936). O filme mostra de maneira brilhante a alienação humana em face de um universo mecanizado. Chama a atenção o uso do som no filme. Os rangidos, gemidos e o ruído de algo que é triturado nas máquinas da fábrica se sobrepõem aos sons humanos. Além disso, não se ouve nenhuma voz humana natural em todo o filme. As vozes que ouvimos são emitidas por aparelhos mecânicos, como os videofones usados pelo presidente da fábrica, o fonógrafo do vendedor e o rádio do guarda da prisão. A moral é simples: a tecnologia gera desumanização. Numa das cenas, Carlitos

Do mesmo modo, a ideia correlata de santificação pode referir-se tanto a um acontecimento passado (1Co 6.11) quanto a um futuro (1Ts 5.23).

"Será que este mundo lhe foi tão bom que você vai ficar triste de deixá-lo? Mais à frente há coisas melhores do que qualquer uma que deixamos para trás."

C. S. LEWIS

A ideia de salvação é excepcionalmente complexa e comprehende não apenas um acontecimento futuro, mas também algo que ocorreu no passado (Rm 8.24; 1Co 15.2) ou que está ocorrendo agora (1Co 1.18). A ideia cristã de salvação, portanto, pressupõe que algo já aconteceu,

que algo *está acontecendo agora* e que algo mais *ainda acontecerá* aos crentes. Essa ideia complexa foi bem expressa na célebre história de um capitão do

fica entalado na engrenagem de uma máquina, e as consequências são cômicas. A mensagem, entretanto, é que a humanidade é vítima das máquinas que ela mesma criou, e isso está longe de ser engraçado.

A literatura do século 20 reflete igualmente o tom negativista de frustração, isolamento e pessimismo em relação ao futuro. Algumas das expressões mais contundentes de ansiedade vêm à tona em períodos de crise econômica e política, como se viu nos anos 1920 (época da Grande Depressão) e em fins dos anos 1930 (ascensão do totalitarismo político). Um exemplo excelente de romance que reflete a falta de esperança é *O processo* (1925), de Franz Kafka, membro da comunidade de judeus que falavam alemão e viviam em Praga no início do século 20. Em *O processo*, o protagonista Joseph K. acorda no dia do seu trigésimo aniversário e depara com dois estranhos em seu quarto que o informam de sua prisão. Ele não sabe por que nem quando será julgado; desconhece as provas contra ele e não tem a menor ideia de qual tribunal julgará seu caso. Mergulha, assim, num mundo de pesadelos bem reais, onde se vê confrontado e devastado pela verdade da sua vida, o que conseguira evitar até então. Num esforço inútil para manter a sanidade, entrega-se a contatos sexuais furtivos e apressados antes de sucumbir à insegurança e ao fatalismo. O romance retrata em cores vivas as profundas incertezas da natureza humana — sua insegurança constante e o apelo à opinião externa em busca de confirmações. A esperança, ao que parece, é inútil. Estamos condenados a viver num mundo que não compreendemos nem podemos subjugar.

Exército de Salvação a quem perguntaram se estava salvo. Depois de refletir um pouco, ele respondeu: “*Fui* salvo da pena do pecado. *Estou* sendo salvo do poder do pecado. E *serei* salvo da presença do pecado”. É um belo resumo dos elementos principais da esperança cristã e nos permite entender como é possível compreender e preservar a esperança no presente.

A esperança cristã, portanto, equilibra-se entre o passado e o futuro. A jornada de fé é sustentada pela memória, de um lado, e pela expectativa, de outro. Pode-se ver isso claramente na peregrinação de Israel pelo deserto do Sinai depois do êxodo do Egito. De um lado, o povo olhava para trás e, contemplando a libertação do Egito, lembrava-se da fidelidade do Deus que havia separado Israel. Por outro lado, olhava para a frente, esperançoso, ávido

por entrar finalmente na terra que mana leite e mel. Na travessia penosa do deserto, essas eram as âncoras que firmavam a fé em momentos de dúvida.

Nós cristãos olhamos para trás, para a libertação definitiva do pecado que Cristo realizou por sua cruz e por sua ressurreição, mas também olhamos para a frente, à espera de nos juntarmos finalmente com o Cristo ressurreto no céu, quando então o sofrimento, a dor, o pecado e a morte terão passado. A antiga ordem será enfim abolida. Enquanto isso não acontece, resta-nos seguir em frente com nossa vida na terra — mas podemos fazer isso com esperança, confiando no que Deus já fez e no que ainda fará.

O cristão, portanto, vive “entre dois tempos”, experimentando a interação entre o passado e o futuro. É como o trapezista, que abre mão da segurança de uma barra e voa pelo ar, pronto para segurar a próxima barra. As barras do trapézio oferecem segurança; no entanto, por um momento, o artista não tem contato com elas. Ele se encontra suspenso, sem nenhuma segurança, apoiado apenas na fé. A vida cristã na terra se parece com esses momentos de vazio — momentos de incertezas e riscos, que só se resolverão quando segurarmos com força e de modo irreversível aquilo que está adiante de nós. A esperança cristã repousa na segurança em Deus, que é totalmente confiável, e na sua fidelidade absoluta às promessas que fez aos seus.

É evidente, portanto, que a ideia do alvorecer de uma nova era é parte indissociável da esperança do evangelho. Todavia, é preciso analisar com um pouco mais de detalhes como isso se relaciona com a ressurreição de Cristo.

A ressurreição de Cristo

Não é exagero dizer que a ressurreição de Cristo permeia todos os livros do Novo Testamento, quer verbal quer conceitualmente. Trata-se de um acontecimento central que deu forma à fé cristã e determinou o conteúdo da proclamação cristã das boas-novas. A ressurreição de Cristo é prevista em seu ministério. A ressurreição da filha de Jairo (Mc 5.21-24,35-43), do filho da viúva de Naim (Lc 7.11-17) e de Lázaro (Jo 11.1-44) são antecipações do ato pelo qual o próprio Deus ressuscitou a Cristo.

Para deixar claro que a ressurreição de Cristo é diferente do fenômeno dessas curas, elas são definidas como “ressuscitações”, e não “ressurreições”. Todos os que foram ressuscitados morreram de novo; no caso de Cristo, ele ressuscitou para a vida, para nunca mais morrer. Os Evangelistas veem nesses

milagres a confirmação da autoridade de Cristo sobre a morte e a antecipação da própria ressurreição de Cristo. Que a morte não tem mais autoridade sobre Cristo é fato que se revela não só na ressurreição de Jesus, mas também nesses três milagres.

A ideia de uma ressurreição na história humana, num momento específico e num lugar determinado, é de fato muito estranha. Longe de se encaixar na expectativa comum dos judeus da ressurreição dos mortos, o que aconteceu a Jesus, na verdade, contradiz tal ideia. O caráter completamente inaudito da pregação cristã na época foi obscurecido por dois mil anos de familiaridade com a ideia cristã de ressurreição. Na época, porém, essa proclamação era heterodoxa e radical.

Parece que a maior parte dos judeus da época acreditava na ressurreição dos mortos. Mas a crença comum daquele tempo era que os mortos ressuscitariam somente no último dia.

Ninguém acreditava numa ressurreição anterior ao fim da história. Os fariseus eram o modelo típico dessa crença na época: eles acreditavam na ressurreição futura e diziam que os homens e as mulheres seriam recompensados ou castigados depois da morte conforme as ações que tivessem praticado. Os saduceus, por outro lado, afirmavam convictamente que não haveria ressurreição de espécie alguma: nenhuma existência futura aguardava os homens e as mulheres depois da morte. (Nesse ponto, Paulo sabia explorar as diferenças entre fariseus e saduceus: cf. At 26.6-8.)

Portanto, a afirmação cristã de que Cristo ressuscitou *na* história — e não *no fim* da história — não se encaixa em nenhum modelo judaico. A ressurreição de Jesus não é pregada como um acontecimento futuro, e sim como algo que já havia ocorrido no mundo daquelas pessoas, diante de testemunhas. Os judeus em geral acreditavam que a ressurreição só podia acontecer no fim do mundo, mas alguns reconheceram que um caso desse tipo ocorreria na história humana, antes do fim dos tempos, e que esse acontecimento fora visto e testemunhado por muitos. Havia algo diferente e fora do comum na declaração cristã de que Cristo ressuscitara dos mortos, o que a tornava difícil de aceitar.

"Para Deus, nenhum lugar é longe. Por isso, não preciso ter medo de que no fim do mundo ele não vá saber onde estou para vir me ressuscitar."

MÔNICA, MÃE DE AGOSTINHO
DE HIPONA

Em outras palavras, por que os primeiros cristãos acreditaram em algo tão estranho aos padrões da época? É claro que algo os obrigou a chegar a essa conclusão — algo inesperado e arrasador, que punha em xeque as ideias então dominantes. A resposta evidente é que eles se viram de frente com a ressurreição de Cristo, o que os levou a repensar todo o seu mundo conceitual. Para Paulo, a ressurreição foi um acontecimento público, capaz de enfrentar qualquer questionamento e poderia ser confirmado pelos cerca de quinhentos que a testemunharam (1Co 15.3-8).

E qual foi o resultado dessa reflexão sobre a ressurreição? Um deles foi o entendimento da posição única que Jesus ocupava. Paulo abre sua carta aos cristãos de Roma com uma declaração de vital importância a respeito de Jesus Cristo. Jesus “nasceu da descendência de Davi e com poder foi declarado Filho de Deus [...] pela ressurreição dentre os mortos” (Rm 1.3,4). Essa breve declaração destaca dois motivos por que Jesus deve ser reconhecido como Filho de Deus. Em primeiro lugar, no plano físico, ele era descendente de Davi, o grande rei de Israel, a quem Deus prometera coroar como sucessor um de seus descendentes. Mateus afirma algo semelhante no início do seu Evangelho (Mt 1.1). Em segundo lugar, a ressurreição de Jesus provou sua identidade de Filho de Deus. Vemos aqui o apelo à ressurreição como argumento decisivo no que diz respeito à verdadeira identidade de Jesus.

Contudo, a ressurreição tem outro significado — os que creem em Jesus compartilharão do seu destino. Como diz Paulo, uma vez que os crentes foram adotados como filhos de Deus, eles compartilham dos mesmos direitos à herança que o filho natural. Os cristãos, portanto, são “herdeiros de Deus” e

“coerdeiros com Cristo” (Rm 8.17), visto que partilham dos mesmos direitos à herança que ele. Isso significa que, assim como Cristo sofreu e foi glorificado, também os crentes devem ter a esperança de que o mesmo lhes acontecerá. Tudo o que Cristo herdou de Deus também será deles

“Estou pronto para me encontrar com meu Criador. Se ele está preparado para o enorme desprazer de me encontrar é outra história.”

WINSTON CHURCHILL

um dia. Para Paulo, essa perspectiva é muito importante para entender por que os crentes sofrem. Cristo sofreu antes de ser glorificado; os crentes devem esperar passar pelas mesmas coisas. Assim como o sofrimento por causa do evangelho é real, também é real a esperança de glória futura, uma vez que os

crentes partilharão de tudo o que Cristo conquistou com sua obediência. A condição deles foi transformada.

Paulo trabalha a centralidade da ressurreição de Cristo para a fé cristã de diversas formas. Em primeiro lugar, se Cristo não ressuscitou dos mortos, a fé é vã (1Co 15.13,14). Se não houve ressurreição, a crucificação de Cristo não conquistou nada para a humanidade, porque continuamos em nossos pecados. Se o cristianismo diz respeito apenas a esta vida, pouco importa o que fazemos, como vivemos ou em que acreditamos. Se a esperança que Cristo oferece resume-se apenas a esta vida, disso decorre que os cristãos são os mais dignos de dó de todos os homens (1Co 15.19). Se não há futuro nenhum para o cristão depois da morte, é melhor então que ele aproveite a vida e se divirta enquanto pode (1Co 15.32). Paulo não se contenta com meias-palavras: a fé cristã tem um objetivo transcendente e poder transformador — e ambos se acham fundamentados na ressurreição de Cristo e dela dependem.

Essa aurora de esperança fica evidente entre os próprios discípulos quando da ressurreição de Cristo. É impossível ler as narrativas evangélicas da transformação da perspectiva dos discípulos e não se dar conta de que algo surpreendente aconteceu. É evidente, com base nos relatos dos Evangelhos sobre a traição de Jesus, que os discípulos ficaram arrasados com sua prisão e execução. O fato de Pedro ter se sentido impelido a negar Jesus a essa altura é particularmente significativo (Mc 14.66-72). Os Evangelhos Sinóticos não registram a presença de nenhum dos principais discípulos no Calvário.

Marcos registra a presença de três mulheres em especial na ocasião (Mc 15.40,41), mas sua atenção parece voltada sobretudo para a reação do centurião romano à morte de Jesus (Mc 15.39). Também não registra a presença dos discípulos no sepultamento de Cristo (Mc 15.42-47) e parece fazer questão de destacar que as únicas pessoas presentes à morte e ao sepultamento de Jesus (Maria Madalena e Maria, mãe de Tiago) foram também as primeiras a constatar que o sepulcro estava vazio (Mc 15.40,47; 16.1-8). O Evangelho de João assinala que os discípulos se reuniram secretamente dentro de casa depois da crucificação “por medo dos judeus” (Jo 20.19).

É óbvio, com base nos relatos evangélicos da crucificação de Jesus, que os primeiros discípulos pensavam que aquilo era o fim de tudo. O homem

“Morte — o último sono?
Não — o despertar definitivo.”

SIR WALTER SCOTT

Jesus realmente ressuscitou dos mortos?

Uma ressurreição física seria de fato um acontecimento extraordinário na história da humanidade. É isso, porém, o que os autores do Novo Testamento afirmam (sobretudo quando usam a palavra *anastasis*) que ocorreu com Jesus — uma ocorrência física no mundo real, e não um tipo qualquer de fantasia ou desejo que se gostaria de ver transformado em realidade.

Com efeito, a ressurreição de Jesus pode ser considerada um dos fatos mais bem registrados da história antiga. Relacionamos a seguir três fatos que não fariam sentido se Jesus não tivesse ressuscitado:

1. *As declarações dos primeiros cristãos acerca de Jesus.* Os autores do Novo Testamento falam de Jesus não como morto, mas como vivo: "Cristo já não morre mais" (Rm 6.9); "[Ele] vive sempre" (Hb 7.25). Além disso, eles atribuem a Jesus uma série de títulos — tais como "Senhor", "Filho de Deus" e "Sumo Sacerdote eterno" — que seriam totalmente impróprios se aplicados a um "criminoso" recém-crucificado. Mesmo a ideia de que Jesus é o "Messias" ("Cristo") seria absurda, uma vez que Jesus evidentemente não correspondia a alguns aspectos das expectativas messiânicas da época (p. ex., não derrotou os romanos). Os apóstolos não poderiam jamais ter feito tal afirmação se um acontecimento irrefutável não os tivesse obrigado a ver que Jesus era o verdadeiro Messias.

2. *O comportamento dos primeiros cristãos.* Os seguidores de Jesus foram subitamente transformados — de covardes e incrédulos (como Pedro e Tomé) em missionários destemidos. Muitos foram martirizados por causa da fé.

3. *As aparições de Jesus ressuscitado.* A Bíblia diz que Jesus conviveu com seus discípulos durante quarenta dias depois da sua morte: "Apresentou-se vivo também a eles, com muitas provas incontestáveis" (At 1.3). Essas aparições foram de natureza

por quem haviam deixado tudo e a quem haviam seguido fora executado. Observamos um sentimento profundo de tristeza quando lemos esses relatos nos Evangelhos. Os discípulos fugiram, desmoralizados e abatidos. Passam a impressão de desesperança e infelicidade, como ovelhas sem pastor. Mas de repente tudo muda. Esse grupo de covardes tristes e desanimados se converte num grupo jubiloso de possíveis mártires, para quem a morte não representa mais terror algum. Tal como Paulo em Atenas, eles proclamaram

variada — bem diferentes de alucinações —, às vezes a indivíduos, mas também a grupos (numa ocasião, a mais de quinhentas pessoas: 1Co 15.6).

Cabe ao historiador lidar com essas informações e propor uma explicação satisfatória. A solução do Novo Testamento, mesmo que surpreendente no aspecto teológico, é historicamente a mais simples.

O mesmo acontece quando o historiador analisa mais detidamente as histórias sobre o primeiro dia da Páscoa: ou a tumba estava vazia ou não estava. Se não estava (i. e., se o corpo de Jesus ainda estava lá), disso decorre que os discípulos ou estavam enganados (foram à tumba errada?) ou incorreram em fraude explícita (ao dizer que Jesus ressuscitara fisicamente quando ele não havia ressuscitado). Seja como for, a afirmação deles poderia ter sido refutada instantaneamente por qualquer um em Jerusalém.

Por outro lado, se o sepulcro estava realmente vazio (conforme admitiram os primeiros críticos da ressurreição, cf. Mt 28.13), resta-nos, portanto, supor que ou alguém roubou o corpo (mas quem, e por quê? E por que o corpo não foi apresentado posteriormente?) ou Jesus saiu do túmulo por conta própria. Se assim for, só há outras duas opções possíveis: ou Jesus não morreu de fato, tendo apenas desmaiado (mas na sexta-feira tanto seus amigos quanto seus inimigos sabiam que ele havia morrido de fato; e, seja como for, será que ficar deitado na pedra fria durante dois dias o reanimaria?), ou ele foi verdadeiramente ressuscitado da morte por um ato do Deus Vivo.

As linhas da investigação histórica convergem para uma verdade que não quer calar: Jesus venceu a morte. A experiência diária dos cristãos desde então vem apenas confirmar isso — quando as pessoas se encontram com Jesus hoje como alguém a quem é possível conhecer — “Eu sou O que vive” —, ele diz: “Fui morto, mas agora estou aqui!” (Ap 1.18).

Jesus e a ressurreição como a essência do evangelho de Cristo. Nascera uma nova esperança.

Sabemos que dois sacramentos, ou ritos, se tornaram práticas regulares na igreja num intervalo de tempo incrivelmente curto, já sendo mencionados no Novo Testamento. São eles o batismo e um outro hoje conhecido por diferentes nomes: “ceia do Senhor”, “partir do pão”, “comunhão” ou “eucaristia”. Ambos refletem a fé pujante na ressurreição. Paulo diz que o batismo traz à

memória a morte e a ressurreição de Jesus (Rm 6.4,5). É interessante notar que a igreja primitiva batizava seus convertidos no dia da Páscoa, para infundir no sacramento o significado pleno da ressurreição.

Do mesmo modo, a firme convicção da ressurreição sempre fez que a ceia do Senhor fosse considerada uma celebração da presença viva de Cristo em sua igreja, e não como a veneração de um mestre morto. O batismo e a ceia do Senhor são ambos celebrações que remetem sobretudo à vitória de Cristo na Páscoa: não são memórias solenes do desastre que foi a Sexta-Feira Santa. A convicção de que Jesus, que foi crucificado, está hoje vivo e presente em sua igreja sempre foi determinante para a adoração cristã ao longo dos séculos, desde os primeiros tempos.

O Novo Testamento diz que a morte e a ressurreição de Cristo representam um ato decisivo de libertação divina por meio do qual a humanidade foi liberta da tirania do pecado e da morte. Paulo usa as metáforas do campo de batalha, do anfiteatro e do estádio de atletismo para ilustrar o pleno significado do tema da vitória. “Mas graças a Deus, que nos dá a vitória por meio de nosso Senhor Jesus Cristo” (1Co 15.57). Para os autores do Novo Testamento, as forças do mal são tão reais quanto as do bem. Apesar de pouco explicarem as origens do mal, eles jamais o negam. Segundo Paulo, Deus, “tendo despojado os principados e poderes, os expôs em público e na mesma cruz triunfou sobre eles” (Cl 2.15). Uma nova era surgiu — uma era de esperança. Sócrates pode ter mostrado à humanidade como morrer com dignidade; Jesus Cristo mostra a seus seguidores como morrer na esperança.

A esperança de ressurreição dos crentes

A ressurreição é importante, sem dúvida, porque proclama a divindade de Cristo. Mas também é importante para o futuro dos crentes. Um tema fundamental do evangelho cristão é que os crentes em Cristo compartilharão da sua ressurreição. Ao mesmo tempo que a ressurreição de Cristo revela sua identidade divina, ela também revela o destino futuro dos crentes com Cristo. A ressurreição transformou a vida de pessoas. João 20.11-18 relata que a ressurreição foi entendida como boas-novas por Maria Madalena. Maria, que antes desse episódio é-nos apresentada como uma pessoa abatida e confusa, certa de ter perdido para sempre seu Senhor: “Levaram o meu Senhor, e não sei onde o puseram” (Jo 20.13). Em seguida vem o momento que muitos consideram

o de maior ternura do Novo Testamento, quando Maria se dá conta da identidade daquele que a ela se dirige. O instante em que se dá o reconhecimento e o despertar simultâneo da esperança e da alegria constitui, neste caso, um testemunho contundente de quanto o evangelho da ressurreição se relaciona com a vida de cada pessoa.

No caso de Pedro, temos um traidor, um apóstolo derrotado que negou Cristo, mesmo estando antes convencido de que daria a vida pelo privilégio de confessar o nome do Mestre. Pedro foi chamado para ser apóstolo às margens do lago de Gennesaré (Lc 5.1-11). A cena do seu fracasso se dá em torno da “fogueira” no pátio do sumo sacerdote (Jo 18.18). Com muita habilidade, o Evangelista João nos chama a atenção para o fato de que o encontro final entre Pedro, os discípulos e o Senhor ressuscitado combina ambos os elementos (Jo 21.1-19), num momento em que o Cristo ressurreto dá uma nova missão a Pedro e aos outros discípulos. Os símbolos do chamado e da derrota estão presentes para os lembrarem do passado; o Cristo ressuscitado também está ali como símbolo da esperança, do perdão e do novo começo sintetizados na nova comissão dos discípulos. Pedro nunca mais deixará de confessar Cristo. Num aparte, o Evangelista nos lembra do preço que Pedro enfim pagou por essa confissão (Jo 21.19).

O tema da ressurreição dos crentes tem grande destaque nas cartas paulinas. O apóstolo diz que a ressurreição é um *mysterion* (1Co 15.51). Essa palavra grega, normalmente traduzida por “misterio”, requer explicação. Não se trata de um “enigma”, como a palavra talvez dê a entender. Pelo contrário, trata-se de algo que é tão profundo e tão complexo que não podemos jamais acalentar a esperança de defini-lo integralmente. O relato que Paulo faz da ressurreição do último dia é rico em analogias e metáforas que demonstram a dificuldade de comunicar a ideia. A ressurreição contempla a futura transformação total do

“No céu, depois de séculos e mais séculos de glória a cada dia maior, ainda teremos de dizer, a cada nova onda do mar infinito banhado em luz que nos leva adiante: ‘Ainda não se manifestou o que havemos de ser’.”

ALEXANDER MACLAREN

“Cristo fez do amor a escada que permite a todos os cristãos chegarem ao céu. Portanto, apeguem-se ao amor com toda a sinceridade.”

FULGÊNCIO DE RUSPE

crente e muda nosso modo de pensar e agir no presente. Ela não deve ser entendida como a simples sobrevivência da alma ou do espírito desencarnado, e sim como a ressurreição do corpo, o que garante a continuidade entre nossa existência presente e nossa esperança futura.

As explicações de Paulo sobre o significado da ressurreição dos crentes combinam vários temas. Em todos os casos sobressai o mesmo padrão fundamental: visto que os crentes estão “em Cristo” pela fé, eles hão de compartilhar dos atributos da ressurreição de Cristo.

1. A ressurreição transforma completamente os crentes para fazê-los semelhantes ao Cristo ressurreto. Esse tema é particularmente importante na

A postura cristã em relação ao trabalho

Em que medida o chamado celestial afeta as atitudes cristãs no cotidiano? Uma forma excelente de lidar com essa questão é estudar as atitudes do cristão em relação ao trabalho. As atitudes dos primeiros cristãos eram muito negativas em geral. Na sociedade romana antiga, os patrícios consideravam o trabalho inferior ao seu status, e parece que atitudes semelhantes se disseminaram no cristianismo primitivo, em que se observa o surgimento de uma postura negativa e desdenhosa em relação ao trabalho manual. Parece que, pelo menos em parte, a antiga tradição monástica herdou essa atitude, o que muitas vezes levou a considerar o trabalho uma atividade humilhante e degradante, mais adequada aos indivíduos de situação social — e espiritual — inferior. Esse modo de pensar provavelmente atingiu seu ponto alto de influência na Idade Média. Muitas ordens religiosas exigiam que os monges trabalhassem não apenas para se dedicarem a uma atividade produtiva, mas também como forma de preservar a humildade pessoal. O trabalho era entendido como um meio de incentivar a humildade. Era humilhante e degradante, o tipo de coisa que nenhuma pessoa de respeito pensaria em fazer. Por meio do trabalho, o monge se entregava a uma atividade dolorosa e aviltante como forma de purificar a alma.

A Reforma do século 16 abriu espaço para reavaliar esse pensamento. Para Martinho Lutero, o cristão é chamado para ser sacerdote no mundo, purificando e santificando sua vida cotidiana de dentro para fora. Lutero chegou até a exaltar o valor religioso do trabalho doméstico, dizendo que, apesar de “não trazerem em si nenhuma evidência de santidade, as tarefas domésticas deviam ser mais valorizadas do que todas as obras dos monges e das freiras”.

Carta aos Filipenses, em que Paulo afirma que o corpo do crente será “conforme (*symmorphizo*) o seu corpo glorioso [do Cristo ressuscitado]” (Fp 3.10, 20,21, ARC). Em sua vinda gloriosa, Cristo transformará completamente nosso corpo vil. Num momento, ou num “piscar de olhos”, os crentes serão transformados (1Co 15.51,52).

2. A ressurreição promove a glorificação dos crentes. Ser cristão é partilhar da grande esperança de alcançar a glória de Cristo (1Ts 2.12-14). O “corpo mortal” e a “carne mortal” dos crentes serão transformados e glorificados (Rm 8.11-17; 2Co 4.10-18, ARC).

Por trás dessa nova atitude em relação ao trabalho está a ideia de “vocação”, ou “chamado”. Na Idade Média, a pessoa era “chamada” a sair do mundo e entrar para um mosteiro. Segundo Lutero, Deus chama seu povo não apenas à fé, mas também para expressar essa fé em áreas bastante definidas da vida no mundo cotidiano. O indivíduo é chamado em primeiro lugar para ser cristão e, em segundo, para viver a fé numa esfera específica de atividade no mundo. Para a espiritualidade monástica, a vocação era um chamamento para fora do mundo, para a solidão e o isolamento do mosteiro. Para Lutero e Calvinho, a vocação é um chamado para o dia a dia do mundo. O trabalho, portanto, devia ser considerado aquela atividade em que o cristão podia aprofundar sua fé, elevando-a a novos patamares de compromisso com Deus. O chamado cristão é um chamado para o compromisso e para a ação no mundo. A atividade no mundo, motivada, informada e sancionada pela fé cristã, é o meio supremo pelo qual o crente pode demonstrar seu compromisso com Deus e sua gratidão a ele. Fazer qualquer coisa por Deus, e fazê-la bem, é a característica fundamental da fé cristã autêntica. Embora essa atitude se haja mostrado vulnerável à secularização do mundo moderno — em que o trabalho passa a ser visto como um fim em si mesmo —, suas raízes originais ainda existem no termo “vocação”, que continua expressando a ideia de “ser chamado” de uma maneira específica.

Desse ponto de vista, fica claro que a esperança do céu não é desestímulo à ação na terra. No mínimo, o chamado celestial do crente lhe dá uma nova motivação para o trabalho no mundo: servir a Deus e aos outros.

3. A ressurreição confere imortalidade e incorruptibilidade. Paulo diz que a ressurreição tira completamente o cristão da presente era de sofrimento, decadência e morte (1Co 15.42-44). O que nasceu corruptível se tornará incorruptível. A natureza mortal dos crentes será modificada radicalmente (1Co 15.53,54).

A ressurreição, portanto, é uma boa-nova para o crente hoje. Ela lhe dá esperança e garante que participará da ressurreição de Jesus e ficará para

sempre com ele. Nada, nem mesmo a morte, pode romper os laços que o unem a Cristo. Tornar-se cristão é começar um relacionamento com Jesus Cristo como Senhor e Salvador vivo, uma relação que não termina com a morte; pelo contrário, a morte é sua consumação. O cristão quando morre não precisa se despedir de Jesus; pode estar certo de que será ressus-

"A doutrina do reino do céu, que foi o principal ensinamento de Jesus, é certamente uma das doutrinas mais revolucionárias que já comoveram e modificaram o pensamento humano."

H. G. WELLS

citado com ele para sempre. A ressurreição lembra também os crentes de que não há portas fechadas para a presença restauradora de Jesus. Ele venceu o sofrimento e a morte.

A ressurreição e a esperança humana

O tema da esperança é de fundamental importância para a história da humanidade. O desespero produz desastres de toda espécie nos indivíduos e nas sociedades. Uma fé que não ofereça nenhuma esperança ao mundo não serve para nada; uma fé que ofereça ao mundo uma falsa esperança é uma fraude. Uma das maiores maravilhas do evangelho é que ele dá ao mundo uma esperança real, alicerçada nos firmes fundamentos da história e garantida pela presença e pelo poder do Senhor Jesus ressuscitado. Jesus decidiu espontaneamente sofrer e morrer para que aqueles que põem sua confiança nele possam sofrer e morrer na esperança.

No Evangelho de João, a cruz também é interpretada como símbolo de vitória — vitória sobre as trevas, a morte e o mundo (Jo 12.31-33 é especialmente importante neste contexto). Portanto, as palavras finais de Jesus na cruz — “Está consumado” (Jo 19.30) — não devem ser entendidas como um

grito de derrota, cujo sentido seria “tudo acabou”. Pelo contrário, elas devem ser entendidas como um grito de triunfo e exultação: “Tudo está cumprido!”. O que precisava ser feito, está feito — e muito bem feito.

Essas ideias foram mais desenvolvidas e explicadas por autores e teólogos cristãos posteriores. Uma forma muito influente de analisar a ênfase que o Novo Testamento dá à vitória sobre o pecado pode ser encontrada num famoso hino de Páscoa do século 11, de autoria de Fulberto, bispo de Chartres:

Pois o Leão de Judá quebrou suas cadeias,
esmagando a cabeça da serpente;
e brada em alta voz nos domínios da morte
para despertar os mortos aprisionados.

As imagens poderosas desse hino retomam a figura de Jesus como o Leão vencedor da tribo de Judá (Ap 5.5), que cumpre a grande promessa de redenção feita a Adão de que a descendência da mulher pisaria a cabeça da serpente (Gn 3.15). A tirania da morte sobre a humanidade pecadora é destruída pela morte e ressurreição de Cristo. É interessante notar que Cristo usa a morte para derrotar a própria morte, observação a que os pregadores volta e meia recorriam nesse período. Os ouvintes eram levados a se lembrar da história de Davi e Golias: assim como Davi matou Golias com a espada do próprio gigante, também Cristo derrotou a morte com suas próprias armas.

A ideia de Cristo “despertando os mortos aprisionados” reflete a crença de que a morte e a ressurreição de Cristo foram importantes não apenas para quem estivesse vivo naquela época e em eras posteriores, mas também para aqueles que os antecederam. A ideia essencial é que a vitória de Cristo sobre a morte tem também conotação retrospectiva. Portanto, é boa-nova para os que já morreram. Estes eram considerados prisioneiros, mantidos cativos pela morte; quando a morte é derrotada por Cristo, eles são libertos de sua escravidão.

Talvez o exemplo dessa imagem poderosa com que os leitores modernos estão mais familiarizados se encontre em *O Leão, a Feiticeira e o guarda-roupa*, de C. S. Lewis. O livro conta a história de Nárnia, uma terra descoberta acidentalmente por quatro crianças que reviravam um guarda-roupa antigo. No livro encontramos a Feiticeira Branca, que mantém a terra de Nárnia presa a um

inverno rigoroso. À medida que lemos, descobrimos que ela governa Nárnia não por direito, mas por usurpação. O verdadeiro governante do país está ausente; na ausência dele, a feiticeira sujeita a terra à opressão. No meio dessa terra congelada e oprimida fica o castelo da rainha, onde muitos dos habitantes de Nárnia foram aprisionados e transformados em estátuas de pedra. C. S. Lewis narra em tons vibrantes como Aslam — representando o Leão de Judá, que rompeu as cadeias que o prendiam — invade o castelo, sopra sobre as estátuas e as devolve à vida antes de entrar com o exército de libertação pelos portões arrasados da antiga fortaleza, libertando-a. O inferno foi ferido, saqueado, e seus habitantes foram libertos das sombras funestas que os prendiam.

Será que isso aconteceu mesmo? Se o poder do pecado, da morte e do mal foram rompidos, como entender que eles ainda continuem atormentando a humanidade? A história da humanidade e a vida dos cristãos dão testemunho de uma luta constante contra o pecado e o mal; até os crentes sofrem com essa luta. Existe o perigo permanente de que a proclamação ingênua da “vitória da fé” pareça uma mensagem vazia, talvez até como uma tentativa de ocultar a contradição entre a fé e a experiência. Que vitória é essa em que nossos inimigos continuam fortes como antes? Como lidar com esse problema?

A história da Segunda Guerra Mundial nos propõe um modo muito interessante de resolver essa dificuldade. Um grupo de autores notáveis (entre eles C. S. Lewis, na Inglaterra, e Anders Nygren, na Suécia) destacaram analogias importantes entre o tema neotestamentário da proclamação da vitória sobre o pecado pela morte de Cristo e a libertação dos países ocupados pelo regime nazista. Para compreender bem toda a extensão dessas analogias, devemos imaginar o que se passava num país europeu ocupado durante a Segunda Guerra Mundial, sufocado pela presença sinistra e avassaladora de uma potência de ocupação. A vida tinha de ser vivida à sombra dessa presença. Parte da infelicidade decorrente dessa situação é a mais absoluta falta de esperança. Não se pode fazer nada. Ninguém pode derrotar a potência invasora.

Chegam então notícias eletrizantes. Houve uma batalha numa localidade distante. De algum modo, essa disputa virou a maré dominante até então. Começa uma nova fase em que a potência invasora se desorganiza. Sua retaguarda foi arrasada. Não demora muito, os nazistas serão expulsos de todos os cantos da Europa. Todavia, eles ainda estão presentes no território ocupado.

Em certo sentido, a situação não mudou. Em outro sentido, porém, a mudança foi total. O perfume da vitória e da libertação está no ar. A cruz e a ressurreição de Jesus são como a vitória distante que esmagou os principais exércitos das potências do mal e inaugurou uma nova fase do embate longo e doloroso. A batalha continuará por mais algum tempo (o fim da Segunda Guerra Mundial na Europa veio cerca de um ano depois do estabelecimento das cabeças de ponte na Normandia em junho de 1944). Mas uma mudança objetiva já ocorrerá no cenário bélico — e produziu uma mudança subjetiva no coração e na mente do povo cativo. Em certo sentido, a vitória ainda não chegara; em outro, sim. Do mesmo modo, a ressurreição declara antecipadamente a vitória total de Deus sobre todas as forças opressivas — como a morte, o mal e o pecado. Assim, é possível começar a viver *agora* à luz dessa liberdade e dessa vitória, sabendo que o poder maligno foi rompido e que a noite da sua opressão chegará ao fim.

"Não chores, não morrerei;
e confio que, ao deixar a
terra dos que morrem, verei
as bênçãos do Senhor na
terra dos vivos."

EDUARDO, o CONFESSOR

As últimas coisas

A parte da teologia que trata do tema da esperança cristã é denominada “escatologia”, termo oriundo da locução grega *ta eschata*, “as últimas coisas”. Entende-se tradicionalmente por “últimas coisas” o céu, o inferno e o purgatório. Convém, portanto, investigar cada uma dessas antes de passarmos a analisar a ideia de céu mais pormenorizadamente.

A palavra “céu” tradicionalmente se refere à esperança de habitarmos para sempre na presença de Deus. O céu é um lugar, apesar de estar longe de nossa capacidade de entender isso no que diz respeito a espaço e tempo. O sentido predominante da palavra é relacional — ou seja, ela é usada para designar a presença de Deus, sem que seja necessário fixar especificamente a possível localização dessa presença. A visão cristã do céu é formada por duas imagens ou temas principais — a Nova Jerusalém e a restauração da criação. A transformação radical de todas as coisas introduzirá uma nova ordem, revertendo os efeitos devastadores do pecado sobre a humanidade e sobre o mundo criado. A imagem da ressurreição comunica ao mesmo tempo duas ideias, a de mudança radical e a de continuidade — isto é, evidencia que a nova ordem das coisas,

embora totalmente distinta da que conhecemos e sentimos atualmente, terá alguma continuidade com a ordem presente. A era presente será *transformada* e *renovada*, assim como uma semente é transformada totalmente quando se torna uma planta viva.

A palavra “inferno” geralmente se refere à separação permanente de Deus. O Novo Testamento distingue entre o “Hades” (a morada dos mortos) e o “inferno” (lugar de punição). Todavia, essa distinção, não raro, fica obscurecida — muitas vezes em razão de traduções imprecisas. Existe hoje um debate entre os cristãos que consideram o inferno um lugar de exclusão permanente da presença de Deus, onde os condenados padecem conscientemente um castigo eterno, e os que equiparam o inferno à pura e simples aniquilação. A primeira visão corresponde ao ponto de vista tradicional, presente em muitas obras de arte da Idade Média. Essa visão foi defendida com muita clareza por Jonathan Edwards (1703-1758) em seu célebre sermão “Pecadores nas mãos de um Deus irado”, pregado em 8 de julho de 1741:

Seria terrível ter de suportar a ferocidade e a ira do Deus todo-poderoso por um momento que fosse; mas vós a suportareis por toda a eternidade. Essa infelicidade intensa e horrível jamais terá fim [...] Sabereis que estareis obrigados, ao longo de milhões e milhões de eras, de eras infinitas, a suportardes e a sofrerdes essa vingança onipotente e implacável.

Contudo, o debate em torno dessa questão suscitou alguns temas importantes. Alguns dizem, por exemplo, que a existência do inferno como lugar de castigo eterno parece contrariar a tese cristã da vitória final de Deus sobre o mal. Outros acham difícil conciliar a ideia de um Deus amoroso com a ideia de vingança contínua ou de castigo retaliativo dos pecadores. A principal dificuldade é que o sofrimento dos condenados

“De boas intenções, o inferno está cheio.”

SAMUEL JOHNSON

parece não ter sentido algum. Embora seja possível responder a essas duas objeções, o fato é que houve uma queda perceptível de interesse pela ideia do inferno nos círculos cristãos, tanto os populares quanto os acadêmicos, quer no meio protestante, quer no católico romano.

A ideia do “purgatório” continua sendo um tópico importante do debate entre os autores protestantes e católicos romanos. A ideia de purgatório talvez

seja mais bem entendida como se ele fosse um estágio intermediário em que aqueles que morreram em estado de graça recebem a oportunidade de se purificar da culpa de seus pecados antes de entrar definitivamente no céu. A ideia não encontra nenhum lastro explícito na Escritura, embora em 2Macabeus 12.39-45 (livro considerado apócrifo pelos protestantes e, portanto, destituído de autoridade) se leia que Judas Macabeu mandou oferecer um “sacrifício expiatório pelos que haviam morrido, a fim de que fossem absolvidos do seu pecado” (12.45, BJ). A ideia foi elaborada no período patrístico por autores como Clemente de Alexandria (c. 150-215) e Orígenes (185-254), os quais ensinavam que aqueles que haviam morrido sem tempo de praticar obras de penitência seriam “purificados pelo fogo” na vida futura.

A ideia do purgatório foi rejeitada pelos reformadores protestantes do século 16 por dois motivos. Primeiro, faltam-lhe fundamentos escriturísticos explícitos. Segundo, não é coerente com a doutrina da justificação pela fé, segundo a qual basta a fé para o indivíduo “acertar sua situação diante de Deus”, criando assim uma relação que elimina a necessidade do purgatório. O indivíduo acerta sua situação diante de Deus pela fé, graças a Jesus. Para que serviria então o purgatório? De acordo com os protestantes que criticam essa doutrina, o purgatório é a um só tempo desnecessário e antibíblico.

“Orgulho, o principal lorde e presidente do inferno.”

DANIEL DEFOE

“O inferno está cheio de boas intenções e desejos.”

GEORGE HERBERT

Qual é a aparência do corpo ressurreto?

Como o crente deve entender a esperança dessa ressurreição futura? Qual será a relação do seu corpo físico com o corpo celestial? O Novo Testamento é bem comedido neste ponto. A metáfora de uma semente, usada por Paulo em 1Coríntios 15, levou alguns autores a acreditar que talvez haja uma espécie de ligação orgânica entre o corpo terreno e o celestial. Gregório de Nissa é um bom exemplo de autor que pensava dessa forma:

A ressurreição nada mais é do que a reconstituição da nossa natureza em seu estado puro. Lemos nas Escrituras que, no primeiro ato da criação, a terra produziu

O cristão diante dos bens materiais

Qual é o significado dos bens materiais à luz da esperança cristã? O Novo Testamento contesta a hipótese de que esses bens garantam alguma forma de privilégio espiritual, seja na igreja, seja no reino de Deus. Pelo contrário, eles podem tornar-se obstáculo para os valores do reino. A pregação de Jesus deixa claro que são os pobres que desfrutam consideração especial à vista de Deus. É melhor, disse Jesus, acumular tesouros no céu do que na terra (Mt 6.19-21). A Carta de Tiago critica incisivamente as igrejas que tratam os ricos de modo privilegiado (Tg 2.1-7). Deus não escolheu os que são pobres aos olhos do mundo para que fossem ricos na fé?

Portanto, que atitude deve ter o cristão diante dos bens materiais? Agostinho de Hipona disse que o problema não eram os bens em si. O problema surge quando eles tomam o lugar de Deus. Os bens e as riquezas produzem ansiedade e podem se tornar uma fonte de falsa segurança, não confiável. Martinho Lutero disse certa vez que qualquer que fosse nossa fonte de segurança, ou o desejo verdadeiro do nosso coração, esse seria o nosso Deus. Em outras palavras, pode acontecer que o amor às riquezas tome o lugar de Deus. De fato, Lutero está dizendo que o amor às riquezas pode rapidamente degenerar em idolatria. As riquezas se tornam, assim, objeto de adoração.

No Novo Testamento, o desejo excessivo de possuir bens — que podemos chamar simplesmente de “cobiça” — é considerado um dos pecados mais graves. Os primeiros cristãos deviam não apenas evitar a cobiça, mas também prevenir-se contra ela (Lc 12.15), fugir dela (1Tm 6.11) e sufocá-la (Cl 3.5). A cobiça é definida em

inicialmente as plantas verdes; depois vieram as sementes dessas plantas; e dessas sementes, espalhadas sobre a terra, brotaram as mesmas formas das plantas originais. O apóstolo inspirado diz que é isso precisamente o que acontece na ressurreição. Assim, aprendemos com ele que não apenas a natureza humana é transformada num estado muito mais nobre, mas também que devemos esperar pelo retorno da natureza humana ao seu estado primordial.

Alguns dos primeiros autores cristãos achavam por bem imaginar as ruas da Nova Jerusalém habitadas por almas desencarnadas. De acordo com esse modelo, o ser humano consiste em duas entidades — um corpo físico e uma alma espiritual. A morte leva à libertação da alma do corpo físico. Esse ponto de vista era comum na cultura helenística do período do Novo Testamento.

termos inequivocamente negativos. O amor ao dinheiro é considerado “a raiz de todos os males” (1Tm 6.10), além de ser identificado com um dos doze males que brotam do coração e nos corrompem (Mc 7.20-22).

Sendo assim, como o cristão deve lidar com os bens? Em muitas ordens monásticas, os bens são considerados obstáculo ao crescimento espiritual. Eles mantêm as pessoas presas à realidade econômica do mundo presente em vez de incentivá-las a pensar no céu. Por esse motivo, a maior parte das ordens religiosas exige que seus membros façam voto de pobreza. Assim, eles se libertam das preocupações e ansiedades próprias da riqueza e da posição social e podem então concentrar o pensamento em Deus. Uma atitude parecida surgiu na Reforma do século 16, em que a prática cristã primitiva de ter todos os bens em comum — registrada no livro de Atos dos Apóstolos (2.44,45) — era considerada a conduta modelar para muitas comunidades cristãs.

Jonathan Edwards, pregador e teólogo americano, propõe uma reflexão interessante sobre como os cristãos devem se relacionar com os bens. Em seu sermão “O peregrino cristão”, ele admite que os cristãos tenham bens e desfrutem deles — contanto que esses bens não se tornem obstáculo entre o crente e Deus. “Não devemos descansar nessas coisas como se elas fossem nosso quinhão”, diz ele. “Pelo contrário, devemos possuí-las, usá-las e desfrutá-las sem outra intenção que não seja prontamente abandoná-las sempre que chamados a fazer isso, e trocá-las de bom grado e com alegria pelo céu”.

Mas foi fortemente combatido pela maior parte dos primeiros teólogos cristãos. A principal voz da minoria nessa questão foi Orígenes, um teólogo extremamente criativo com forte inclinação platônica, de acordo com quem o corpo da ressurreição seria exclusivamente espiritual. Essa tese foi contestada pela maior parte dos autores cristãos, que insistiram que a locução “ressurreição do corpo” deve ser entendida como a ressurreição permanente tanto do corpo quanto da alma do crente.

Que aparência teriam, então, os indivíduos ressuscitados? Muitos autores do início do cristianismo diziam que os “cidadãos do céu” andam nus, recriando a situação paradisíaca. Dessa vez, porém, a nudez não causaria vergonha e tampouco desejo sexual, mas seria aceita como o estado natural e inocente da humanidade. Outros afirmavam que os habitantes da Nova Jerusalém

andariam trajados de roupas finíssimas, refletindo sua condição de cidadãos da cidade escolhida por Deus.

Era evidente para muitos autores que o estágio final dos crentes falecidos não afetaria nem um pouco sua aparência celeste. A questão ganhou importância teológica durante uma perseguição aos cristãos de Lião, na França, entre os anos 175 e 177. Cientes de que os cristãos acreditavam na ressurreição do corpo, seus oponentes pagãos queimavam-lhes o corpo recém-martirizado e jogavam suas cinzas no rio Ródano. Pensavam que isso evitaria a ressurreição desses mártires, uma vez que não havia mais corpo a ressuscitar. Os teólogos cristãos, por sua vez, reagiram dizendo que Deus é capaz de restaurar tudo o que o corpo havia perdido nesse processo de destruição.

Metódio de Olimpos (m. 311) propôs uma analogia para esse processo de reconstituição que se revelaria extremamente influente na discussão do assunto. A ressurreição, dizia ele, pode ser concebida como uma espécie de “rearranjo” dos elementos constituintes da humanidade. Seria como uma estátua que foi derretida e, depois, reconstituída com o mesmo material — mas de tal modo que quaisquer defeitos ou danos são eliminados.

É como se um artífice exímio tivesse feito uma imagem nobre, moldando-a em ouro ou outro material, com belas proporções em todos os seus aspectos. Em seguida, o artífice nota subitamente que a imagem fora desfigurada por algum invejoso que, incapaz de suportar sua beleza, decidiu arruiná-la pelo vão prazer de satisfazer sua inveja. Assim, o artífice decide moldar novamente essa nobre imagem [...] O derretimento da escultura corresponde à morte e à dissolução do corpo humano; a recriação do material, à ressurreição depois da morte.

Raciocínio semelhante aparece nos *Quatro livros das sentenças*, obra-prima de Pedro Lombardo (c. 1095-1160), grande teólogo do século 12. Esse livro, que foi a principal referência de praticamente todos os teólogos medievais, postulava que o corpo ressurreto é basicamente um ser humano reconstituído, do qual todos os defeitos foram purgados:

Nada da substância de carne com que a humanidade foi criada se perderá; pelo contrário, a substância natural do corpo será reintegrada pela reunião de todas as partículas antes dispersas. Os santos, portanto, terão o corpo ressuscitado sem defeito algum, brilhante como o sol, sem mais nenhuma deformidade.

Uma última questão que gerou não poucos debates entre os teólogos cristãos diz respeito à *idade* dos ressuscitados. Se uma pessoa morre com 60 anos, será que ela aparecerá como velha nas ruas da Nova Jerusalém? E se a pessoa morrer aos 10 anos, ressurgirá em seu corpo de criança? Essas perguntas deram margem a muitos debates, principalmente na Idade Média. No final do século 13, chegou-se a um consenso. Como todos alcançam o máximo da perfeição por volta dos 30 anos de idade, as pessoas serão ressuscitadas com a aparência dessa idade. A discussão de Pedro Lombardo sobre o problema é típica de sua época: “Uma criança que morra imediatamente depois de nascer será ressuscitada com a aparência que teria se tivesse chegado aos 30 anos”. A Nova Jerusalém, portanto, será povoada por homens e mulheres com a aparência de aproximadamente 30 anos (a idade que Cristo tinha quando foi crucificado) — mas purificados de toda mácula.

Outra questão referente à forma do corpo ressuscitado ganhou importância especial no decorrer do século 20, quando a prática da cremação se tornou cada vez mais comum nos países cristãos, em parte por causa do custo crescente dos sepultamentos. A cremação seria incompatível com a crença na ressurreição? Nossa ressurreição para a vida eterna dependeria de sermos enterrados com o corpo intacto? A questão já fora debatida antes, e os teólogos da época chegaram à conclusão de que isso não impede que Deus ressuscite o corpo daqueles que tivessem sido mutilados ou cremados. Talvez a resposta mais influente e mais recente a essa pergunta tenha sido a do célebre evangelista americano Billy Graham numa coluna publicada em vários jornais dos Estados Unidos:

“Vejo a vida como um dom de Deus. Agora que ele a quer de volta, não tenho direito de me queixar.”

JOYCE CAREY

Em 2Coríntios 5, Paulo estabelece a oposição entre viver em uma tenda, uma habitação temporária, que pode ser desmontada e transportada, e uma habitação permanente, que durará para sempre. Nosso corpo é nossa tenda temporária. Nosso corpo ressuscitado será nosso lar permanente. Eles são semelhantes na aparência, mas distintos em substância. A cremação, portanto, não é impedimento nenhum para a ressurreição.

O evangelista não dá margem a dúvida: a esperança cristã da ressurreição está fundamentada na fidedignidade das promessas de Deus, e não nas circunstâncias específicas dos arranjos do funeral do indivíduo.

A Nova Jerusalém

A figura da Nova Jerusalém talvez seja a mais usada para se imaginar o céu, e não apenas por causa do papel importante que a ideia tem nos capítulos finais de Apocalipse, o último livro da Bíblia. Trata-se de uma imagem muito forte e muito rica, que merece atenção especial. Um bom ponto de partida é analisar o tema tomando por base a importância da cidade como tal no Antigo Testamento. Muitas seções do Antigo Testamento vibram com louvores à cidade de Jerusalém, considerada tanto a imagem tangível da presença e da providência de Deus no interior de suas muralhas fortificadas quanto o sinal do cumprimento das expectativas messiânicas.

A imagem da cidade tem vários aspectos que passaram a ser associados à esperança cristã. A cidade oferecia, sobretudo, segurança; seus portões e muros protegiam a população dos inimigos, quer fossem animais selvagens predadores quer exércitos hostis. Uma das orações mais notáveis do Israel antigo pedia a Deus que não houvesse brechas nos muros da cidade de Jerusalém (Sl 147.13,14). A segurança de quem morava numa cidade dependia da integridade dos seus muros, torres e portões. Morar numa cidade era habitar em segurança, como membro de sua comunidade.

No Antigo Testamento, naturalmente, uma cidade destacava-se entre as demais por sua importância — Jerusalém. Para muitos autores proféticos, Jerusalém era simplesmente “*a cidade*”. Sua ascensão à preeminência estava diretamente associada à decisão de Davi de estabelecer seu trono nessa antiga capital dos jebuseus, fazendo dela o lugar de repouso da arca da aliança. Tais atitudes profundamente simbólicas fizeram que Jerusalém passasse a ser considerada a habitação escolhida por Deus, “porque a glória do SENHOR enchera o templo do SENHOR”(1Rs 8.11). O peregrino que empreendesse a longa jornada até Jerusalém podia viajar na certeza de que Deus habitava verdadeiramente no interior dos muros fortes da cidade (Sl 9.11; 74.2; 135.21).

O sítio de Jerusalém pelos babilônios, que culminou com a captura da cidade e a destruição do Templo em 586 a.C., foi uma catástrofe devastadora, tanto para a cidade quanto para as esperanças e crenças da sua população.

Jerusalém teria perdido seu status especial diante de Deus? Seria Deus ainda uma presença viva entre seu povo ou em seu Templo? O profeta Ezequiel teve uma visão em que a “glória do Senhor” afastava-se do Templo de Jerusalém. Ela voltaria um dia? Foi nesse cenário de desespero que a visão profética da Nova Jerusalém começou a tomar forma. Surgiria uma nova cidade de Deus, em que seu trono seria estabelecido e onde a “glória do Senhor” faria morada novamente. A glória desse templo renovado seria maior do que a do templo anterior, destruído pelos assírios (Ag 2.9).

No início, entendeu-se que essa visão profética da Nova Jerusalém aplicava-se a uma cidade terrena futura — uma cidade reconstruída de alvenaria que surgiria das ruínas da cidade antiga, com o retorno do seu povo antes exilado na Babilônia. Os livros de Neemias e Esdras, no Antigo Testamento, registram as tentativas de devolver Jerusalém à sua antiga glória e de realizar as esperanças de uma presença renovada da glória do Senhor. Contudo, com o passar do tempo, as esperanças dos judeus começaram a se cristalizar em torno da ideia de uma Jerusalém celestial — uma cidade futura, além deste mundo, repleta da “glória do Senhor”, onde Deus está assentado num trono. Essa cidade banhada em luz eterna atrai pessoas de longe para a segurança e a tranquilidade que oferece.

As esperanças futuras de Israel, que antes se restrinham à cidade terrena de Jerusalém e ao seu Templo, passaram então por uma mudança de foco decisiva. A história calamitosa de Jerusalém fez que muitos almejassem uma cidade celestial que, de certo modo, era representada ou prefigurada por sua congênere terrena. Essa tendência, que já estava presente nos séculos que antecederam Cristo, foi amplamente estimulada em razão da revolta dos judeus em 66 d.C. contra as forças romanas de ocupação na Palestina. O imperador romano Tito, ao sufocar impiedosamente a insurreição em 70 d.C., destruiu o Templo de Jerusalém, pouparando apenas alguns poucos segmentos do edifício original (como o “muro das lamentações”, na parte oeste do prédio, ainda hoje local de oração dos judeus). Com a destruição do objeto terreno de esperança dos judeus, talvez fosse inevitável que se buscasse uma alternativa celestial. A Nova Jerusalém passou a indicar uma esperança futura

“O céu não deve ser visto apenas como uma recompensa, mas, sim, como o efeito natural de uma vida religiosa.”

JOSEPH ADDISON

além da história, e não mais a esperança de reconstrução da cidade de Davi, que antes fora dos jebuseus.

O livro de Apocalipse trabalha essa ideia e vê a realização da esperança e das expectativas dos cristãos na Nova Jerusalém, a cidade de Deus em que o Cristo ressurreto reina triunfante. O Apocalipse explora essa forte imagem do céu como a Nova Jerusalém, liberta do pecado, da dor, da morte e de todo sofrimento. Quando Deus tornar novas todas as coisas, todas essas mazelas passarão.

Então vi um novo céu e uma nova terra. Pois o primeiro céu e a primeira terra já se foram, e o mar já não existe. Vi a cidade santa, a nova Jerusalém, que descia do céu, da parte de Deus, enfeitada como uma noiva preparada para seu noivo. E ouvi uma forte voz, que vinha do trono e dizia: O tabernáculo de Deus está entre os homens, pois habitará com eles. Eles serão o seu povo, e Deus mesmo estará com eles. Ele lhes enxugará dos olhos toda lágrima; e não haverá mais morte, nem pranto, nem lamento, nem dor, porque as primeiras coisas já passaram. O que estava assentado sobre o trono disse: Eu faço novas todas as coisas! E acrescentou: Escreve, pois estas palavras são fiéis e verdadeiras. (Ap 21.1-5)

A ideia da segurança futura na Nova Jerusalém conforta e anima aqueles que estão sofrendo na terra, à medida que lhes traz à mente a grande esperança posta diante deles, que nada lhes pode tirar.

O livro de Apocalipse contrapõe a consolação do céu com o sofrimento, a tragédia e a dor da vida na terra. Muitos estudiosos dizem que o livro de Apocalipse foi escrito principalmente para os cristãos hostilizados e perseguidos

pelo Império Romano nos últimos anos do reinado do imperador Domiciano. O tema da Nova Jerusalém é integrado a motivos extraídos do relato da Criação — como a presença da “árvore da vida” (Ap 22.2) —, dando a entender que o céu pode ser considerado a restauração da felicidade que havia no Éden, em que Deus habitava em harmonia com a humanidade. O sofrimento, a angústia e o mal de um mundo decaído finalmente ficaram

“A esperança é a última coisa que morre no homem e, embora possa ser extremamente enganadora, ainda assim nos serve muito bem num aspecto: na viagem pela vida, ela nos conduz de modo mais fácil e mais agradável rumo ao fim da jornada.”

FRANÇOIS DE LA ROCHEFOUCAULD

para trás, e a criação foi restaurada à sua situação original. Os cristãos da Ásia Menor nessa época eram poucos e provinham das classes sociais mais baixas. Não há dúvida de que encontravam muito consolo na ideia de entrar em uma cidade celestial que excedesse em muito os confortos e a segurança terrena que conheciam. A cidade santa era calçada de ouro e revestida de joias e pedras preciosas, o que deixava extasiados seus habitantes e acentuava o desejo dos que ainda moravam na terra de entrar por seus portões.

A Nova Jerusalém — a exemplo de sua congênere terrena — é retratada como uma cidade murada. Sua segurança está além de qualquer dúvida. Ela se acha situada no alto de uma colina que exército inimigo algum jamais conseguirá escalar. Suas muralhas são tão espessas que não podem ser quebradas nem rachadas por nenhuma arma de cerco conhecida, e tão elevadas que homem nenhum as pode escalar. Seus doze portões são guardados por anjos. Assim como o retorno ao Éden foi impedido por um anjo que o guardava, também a Nova Jerusalém é defendida por forças sobrenaturais contra uma possível invasão.

É importante notar que os doze portões da Nova Jerusalém — apesar de guardados por anjos — encontram-se permanentemente abertos. Enquanto a cidade fortificada clássica dos tempos antigos tinha como objetivo excluir os estrangeiros, a arquitetura da Nova Jerusalém parece destinada a acolhê-los dentro das suas fronteiras. A cidade tem contornos perfeitamente cúbicos (Ap 21.16), talvez por tratar-se de um aperfeiçoamento do templo de forma quadrada que o profeta Ezequiel tinha em mente para a Jerusalém reconstruída depois do retorno do Exílio (Ez 43.16; 48.20).

Quando se presta especial atenção a essas imagens, conclui-se que a Nova Jerusalém deve ser considerada a consumação de Israel por meio da restauração das doze tribos (Ap 21.12-14). Contudo, o mais significativo é que não há templo na Nova Jerusalém (Ap 21.22). As hierarquias cultuais da antiga

“Se queres reinar com Cristo, sofre com Cristo e por Cristo.”

TOMÁS DE KEMPIS

“Quando chegar ao céu, verei três coisas impressionantes. A primeira será ver ali muitos que não esperava ver; a segunda, dar pela falta de muitos que esperava ali encontrar; e a terceira, e mais maravilhosa de todas, será encontrar a mim mesmo ali.”

JOHN NEWTON

tradição sacerdotal são eliminadas. Todos agora são sacerdotes; portanto, não há necessidade de templo, pois Deus habita na cidade toda. Ele agora é tudo em todos e, numa notável transformação das imagens, a cidade torna-se o templo. Enquanto os profetas do Antigo Testamento ansiavam pela reconstrução do templo, o Apocalipse diz que ele se tornou desnecessário. Aquilo que ele prenunciava se realizou. Com o advento da realidade da presença de Deus, seu símbolo deixara de ser necessário. A morada de Deus agora é com seu povo; já não pode mais ser contida por uma estrutura física. A Nova Jerusalém se caracteriza, portanto, pela presença de Deus, que a tudo permeia, e pela resposta triunfante e jubilosa daqueles que por muito tempo esperaram por essa experiência.

Essa metáfora do céu repercutiu de forma vigorosa num dos temas principais da teologia paulina — de que os cristãos devem ser considerados “cidadãos

A arquitetura das igrejas e a visão de Deus

De que modo a arquitetura cristã reflete a esperança do céu? Para responder a essa pergunta, pode-se analisar, por exemplo, a arquitetura das igrejas. O Novo Testamento usa a palavra “igreja” (*ekklesia*, em grego) para se referir a uma reunião de pessoas, e não ao prédio onde elas se reúnem. Na verdade, a ameaça de perseguição era tamanha que a igreja primitiva costumava reunir-se em segredo, “tornando emprestado” prédios que eram normalmente usados para outros fins, com o propósito de desviar a atenção de suas atividades. Entretanto, depois que se permitiu ao cristianismo estabelecer-se como religião legalmente reconhecida, o projeto das igrejas passou cada vez mais a ser concebido como forma de comunicar alguns dos temas centrais da fé cristã. As portas desses edifícios eram geralmente decoradas com lemas cujo propósito era enfatizar a importância da instituição da igreja como meio de salvação. O elo entre a igreja e a salvação era muitas vezes reforçado visualmente pela disposição física da pia batismal perto da porta de entrada, para deixar claro que o ingresso na igreja — a comunidade de salvação — está vinculado ao sacramento do batismo.

A arquitetura de estilo gótico surgiu no século 12, um período de relativa estabilidade política na Europa ocidental que estimulou o renascimento da arquitetura e da arte. Uma das características mais notáveis desse estilo arquitetônico é o uso deliberado da altura e da luminosidade para produzir e sustentar a percepção da presença de Deus na terra. O uso de arcobotantes possibilitava que o peso do edifício caísse sobre suportes externos, permitindo assim que as paredes externas

do céu” (Fp 3.19-21). Paulo faz distinção entre os que “se preocupam só com as coisas terrenas” e aqueles cuja cidadania está “no céu”. Afinal, Paulo era cidadão romano e sabia dos privilégios que sua condição proporcionava — principalmente nas ocasiões em que se achava em conflito com as autoridades romanas. Para Paulo, o cristão tem uma coisa ainda maior que a cidadania romana: a “cidadania do céu”, que deve ser entendida como um bem que ele já possui, e não como algo ainda por vir. Embora os crentes não tenham entrado ainda na posse plena do que essa cidadania proporciona, eles já detêm esse privilégio. O cristão não tem cidadania permanente neste mundo, uma vez que sua cidadania é celestial (Fp 3.20). Como diz o autor da Carta aos Hebreus, “aqui não temos cidade permanente, mas buscamos a que virá” (Hb 13.14).

tivessem imensos vitrais, que por sua vez saturavam o interior do edifício com o brilho do sol. Os vitrais, além de apresentar cenas do evangelho para os adoradores, criavam no interior da igreja um brilho transcendental. As colunas internas altas e delgadas proporcionavam uma prelibação da vida no céu, transportando o adorador a outro mundo para saborear suas delícias antes de retornar à rotina enfadonha da vida cotidiana.

A planta baixa de muitas igrejas tem a forma de cruz, com o altar localizado na extremidade leste do edifício. O objetivo desse arranjo era lembrar a congregação do lugar central da cruz como fundamento da fé e da igreja de Cristo, e remeter-lhe o pensamento para o esperado retorno de Cristo. Na tradição católica romana, o altar é o foco principal da adoração cristã, lembrando os adoradores do sacrifício de Cristo na cruz, celebrado na missa.

Na época da Reforma, a ênfase passou decisivamente do altar para o púlpito, uma vez que a pregação acabou ganhando peso cada vez maior no âmbito da adoração cristã. Pode-se observar a mudança de foco na Catedral de São Pedro, em Genebra, que sofreu grandes modificações sob a direção do reformador protestante João Calvino. O altar na extremidade leste da catedral foi removido. Um púlpito imponente foi erguido ao seu lado, simbolizando a insistência protestante de que a igreja estava sob a autoridade da pregação da palavra de Deus. Do mesmo modo, o projeto arquitetônico das igrejas batistas atuais situa o púlpito no centro e na frente do interior do edifício para sublinhar a centralidade da leitura pública da Bíblia e do sermão.

Onde ficava o jardim do Éden?

Onde ficava o famoso jardim do Éden? Embora muitos textos não especializados afirmem que "Éden" era o nome do jardim, é claro que Éden na Bíblia era a região geográfica em que o jardim estava localizado, e não seu nome. Outras passagens das Escrituras se referem ao jardim de outras maneiras — como "jardim de Deus" (Ez 28.13) ou "jardim do SENHOR" (Is 51.3). A palavra grega *paradeisos* (oriunda do persa, que significa "jardim fechado" ou "parque cercado de muros") é empregada para referir-se a esse jardim.

Mas onde ficava esse jardim? Talvez a melhor pista esteja nos nomes dos quatro rios que o rodeavam, chamados no livro de Gênesis de Tigre, Eufrates, Pisom e Giom. Os dois primeiros são facilmente identificados com os grandes rios da antiga Mesopotâmia. A identidade dos outros dois continua incerta. Josefo, historiador judeu do primeiro século, acreditava que esses rios eram, na verdade, o Nilo e o Eufrates. Com base nessas identificações, costuma-se situar o Éden em tantas e tão diversas regiões quanto as da lendária cidade perdida de Atlântida. Alguns pais da igreja primitiva e alguns autores do final do período clássico diziam que o jardim talvez se localizasse na Mongólia, na Índia ou mesmo na Etiópia. Outros defendiam que ficava no leste da Turquia: os quatro rios do Paraíso poderiam ser identificados com o rio Murat, o Tigre, o Eufrates e o ramo norte do Eufrates, que se bifurca nessa região.

O tema da Nova Jerusalém foi trabalhado por muitos autores cristãos. Talvez o mais célebre deles seja John Bunyan (1626-1688), autor do famoso livro *O Peregrino*, cuja primeira parte foi publicada em 1678 e a segunda, em 1684. A narrativa principal do livro se ocupa do herói da história, Cristão, inicialmente oprimido por um fardo de pecado que leva às costas. Ele foge da Cidade da Destrução em busca da vida eterna. Por fim, depois de cruzar o Rio da Morte, em que não há ponte, o herói de Bunyan é recebido na Jerusalém Celestial.

A história conta que Cristão e seus amigos viajam pelo "deserto deste mundo" em busca da cidade celestial. A esperança de encontrar essa cidade e nela entrar domina a narrativa. Bunyan recorre com frequência à tradição da Nova Jerusalém apresentada no livro de Apocalipse. Pode-se observar isso na descrição irresistível da Jerusalém Celestial proporcionada pelos "Seres Resplandecentes" — entidades angélicas que confortam Cristão e seus companheiros de viagem em relação ao objetivo final de sua busca.

Uma teoria recente sustenta que o Éden situava-se na verdade no golfo Pérsico. De acordo com essa teoria, o local mais provável para o Éden seria a antiga região da Suméria, cerca de 200 quilômetros ao norte da cabeceira do golfo. De acordo com essa perspectiva, o Éden — assim como a famosa cidade de Atlântida — perdeu-se sob as águas do mar. As águas do golfo Pérsico subiram desde os tempos bíblicos, fazendo submergir esse paraíso terrestre. Se assim for, o rio bíblico chamado Pisom poderia ser identificado com o uádi Riniah e o uádi Batin — nomes sauditas atuais de um leito de rio seco —, ao passo que o Giom seria o rio Karun, que nasce no Irã e corre para sudoeste, onde deságua no golfo Pérsico.

Contudo, o debate em torno da precisa localização geográfica do Éden talvez peque por não discutir o que está de fato em disputa. Para a tradição cristã, a geografia do Paraíso nunca teve importância fundamental; pelo contrário, o que importa de fato é a identidade e a natureza da humanidade e, sobretudo, seu destino final. Falar do Paraíso não é esperar o retorno a um local físico determinado, e sim ansiar pela restauração de um estado espiritual específico. A esperança do cristão de entrar no Paraíso nada tem que ver com o retorno à Suméria — ou aonde quer que o Éden estivesse localizado outrora. A esperança do cristão é desfrutar a mesma comunhão íntima com Deus que houve uma vez no famoso jardim, comunhão da qual um dia os crentes compartilharão no céu.

Quão agradáveis lhes era a conversação que tinham com os Resplandecentes! Ali, diziam eles, há uma glória e uma formosura inefáveis; ali está o monte Sião e a Jerusalém Celestial, a companhia de muitos milhares de anjos e os espíritos dos justos já perfeitos [Hb 12.22-24]. Já estais perto do Paraíso de Deus, onde vereis a árvore da vida e comereis do fruto imarcescível. Recebereis, quando entrardes, vestes brancas, e o vosso trato e comunhão com o Rei durará pelos dias de toda a eternidade [Ap 2.7; 3.4; 22.5]. Não tornareis a ver ali o que víeis e sentíeis na região inferior da Terra, isto é, dor, enfermidade, aflição e morte, porque tudo isso já é passado.

O relato de Bunyan acerca da Nova Jerusalém reúne uma porção de metáforas bíblicas que entrecem as descrições da entrada de Israel na Terra Prometida com as imagens da Nova Jerusalém. Um rio separa a humanidade da cidade celestial, assim como o rio Jordão se colocava entre o povo de Israel e a Terra Prometida. Só é possível ter acesso à cidade atravessando o rio. No fim da história,

O que é espiritualidade?

Nos últimos anos, cresceu o interesse pelo campo da espiritualidade cristã. Embora as gerações mais antigas de autores protestantes — os puritanos, por exemplo — tivessem o costume de usar termos como “piedade” ou “santidade” para se referir ao que hoje se chama em geral de “espiritualidade”, hoje está claro que o termo “espiritualidade” ganhou ampla aceitação nas últimas décadas como expressão preferida para designar aspectos das práticas devocionais de uma religião, sobretudo no que diz respeito à esfera das experiências interiores dos fiéis. Com frequência, espiritualidade se opõe à abordagem puramente acadêmica, objetiva ou distanciada da fé. Todos os ramos do cristianismo — o protestantismo, o catolicismo romano, as ortodoxias e o evangelicalismo — presenciaram um surto de interesse por esse campo. Autores evangélicos como Eugene Peterson, Dallas Willard e J. I. Packer destacaram a importância dos aspectos relacionais da fé e viram a espiritualidade como forma de aprofundamento tanto da relação do indivíduo com Deus quanto do entendimento de sua própria fé.

O que, afinal, é espiritualidade? Como se deve entender essa palavra? O termo remete ao hebraico *ruach*, uma palavra rica geralmente traduzida por “espírito”, mas que inclui uma série de significados além desse, incorporando noções como de “fôlego” e “vento”. Falar sobre o “espírito” é discutir o que dá vida e animação a alguém. Portanto, espiritualidade diz respeito à vida de fé — ao que impulsiona essa vida e a motiva e ao que as pessoas consideram útil para a sustentar e desenvolver. É o que dá ânimo à vida dos crentes e os estimula a aprofundar e aperfeiçoar o que no presente apenas começou.

Bunyan conta que o Sr. Obstinado se preparou para atravessar o rio desta vida para a próxima confiante de que as trombetas soariam para ele do outro lado:

Este rio tem sido motivo de terror para muitos; sim, só de pensar nele fico apavorado. Agora creio que me sinto calmo, meu pé está posto sobre aquilo em que os pés dos sacerdotes que carregavam a arca estavam postos, quando Israel cruzou este Jordão [Js 3.17]. As águas de fato são amargas ao paladar e frias ao estômago. Todavia, só de pensar no que vou fazer e naquele que me espera do outro lado para me guiar, sinto como que uma brasa no coração. Vejo-me agora no final da minha jornada, meus dias de labuta chegaram ao fim. Verei a fronte que coroaram de espinhos e a face de quem se deixou cuspir por mim.

De que modo a espiritualidade se relaciona com as crenças? De que modo a teologia cristã estimula e configura a espiritualidade cristã? Thomas Merton (1915-1968), o monge trapista que influenciou profundamente a espiritualidade moderna, disse que de fato é possível distinguir entre a espiritualidade e a teologia, mas que ambas são indissociáveis, como os dois lados de uma mesma moeda. "Não devemos separar o estudo intelectual da verdade divinamente revelada da experiência contemplativa dessa verdade, como se um nada tivesse que ver com a outra", disse Merton. Pelo contrário, devemos considerá-los como um todo único. "Se os dois não estiverem unidos, não há fervor, não há vida e não há valor espiritual na teologia; não há substância, não há significado e não há orientação segura na vida contemplativa."

J. I. Packer tem um ponto de vista semelhante. Seu livro *O conhecimento de Deus* é considerado um dos clássicos evangélicos do século 20. Ao definir espiritualidade como "a vida de Deus na alma do homem" ou "o estudo da santidade em sua raiz e em seu fruto", Packer destaca que as duas disciplinas se complementam. Para ele, "o estudo da teologia deve ser um aspecto e um meio da nossa relação com Deus" e a "espiritualidade deve ser estudada no âmbito de uma estrutura teológica avaliativa". A má teologia produz má espiritualidade. "Se negligenciarmos o Filho, se não meditarmos mais sobre ele, sobre a aduncação [do latim *ad + unatio* = reconciliação] do seu sangue e sua intercessão celestial, cairemos de novo no legalismo, que é a religião natural do homem decaído, a religião mecânica das obras." Portanto, as crenças são importantes aqui, assim como em toda a vida cristã.

O peregrino é uma obra extremamente importante, pois a narrativa da jornada da "Cidade da Destruição" para a "Cidade Celestial" esboça uma estrutura que permite entender as incertezas, angústias e dores da vida cristã. As metáforas poderosas de Bunyan, associadas a uma narrativa magistral, asseguraram que o imaginário da Nova Jerusalém tivesse um impacto profundo e permanente sobre a espiritualidade cristã corrente.

A restauração da criação

Uma segunda metáfora bíblica que teve importante papel para estimular a reflexão cristã sobre a esperança futura é a da

"É por causa da fé que trocamos o presente pelo futuro."

FIDÉLIS DE SIGMARINGEN

restauração da criação. Deus fará novas todas as coisas — um tema que, como já pudemos observar, aparece na ideia bíblica da Nova Jerusalém. A esperança cristã é que Deus renovará todas as coisas. Aquilo que Deus criou será recriado um dia.

O tema fica especialmente claro na mensagem dos profetas do Antigo Testamento. Oseias, que escreveu no oitavo século a.C., aguarda uma transformação futura da condição humana em que a inimizade entre os homens chegará ao fim e a integridade da ordem criada original será restaurada.

Naquele dia farei uma aliança em favor dela com os animais selvagens, com as aves do céu e com os animais que se arrastam pela terra; e tirarei da terra o arco, a espada e a guerra, e os farei viver em segurança. (Os 2.18)

O céu na arte cristã

A ideia cristã de céu tem forte apelo à imaginação. "Se a razão é o órgão natural da verdade, a imaginação é o órgão do significado" (C. S. Lewis). O céu talvez seja o exemplo supremo de um conceito cristão mediado diretamente por imagens. "Imaginar o céu" não significa, ou não implica, que ele seja uma ideia fictícia. Trata-se apenas de reconhecer o importante papel da capacidade humana de elaborar quadros mentais da realidade e neles penetrar. Somos capazes de habitar as imagens mentais que criamos e com isso antecipar o deleite de entrar finalmente na realidade maior a que elas correspondem. Marco Polo (1254-1324), voltando à Itália depois de visitar a corte de Kublai Khan, conseguiu comunicar algumas maravilhas que vira na China pedindo que seus ouvintes imaginassesem um mundo em que jamais haviam estado, mas que ele recriaria, pelo menos em parte, por meio de suas narrativas e descrições. O desconhecido seria vislumbrado pela comparação com o conhecido — por meio de analogias.

Os autores bíblicos descreveram o céu servindo-se de certos tipos de realidades terrenas — realidades que têm qualidades distintas, capazes de revelar a natureza singular do céu. Duas dessas imagens são de importância crucial: a cidade e o jardim. Ambas serviram de estímulo para os artistas que procuraram representar as alegrias futuras do céu mediante um imaginário com que seu público já estava familiarizado.

Especialmente na Idade Média, o céu era representado por uma cidade fortificada dentro de cujos muros as pessoas podiam morar com segurança. A imagem mais comum era a da cidade rodeada por um fosso profundo, que a isolava de forças hostis. O surgimento das grandes cidades-estados no Renascimento — entre elas, Florença — deu novo elã a essa representação. As cidades renascentistas

Um tema correlato aparece nos escritos de Joel, em que uma série de imagens paradisíacas se mesclam com temas tirados da entrada de Israel na Terra Prometida.

Naquele dia, os montes destilarão vinho novo, e as montanhas darão leite, e todos os ribeiros de Judá estarão cheios de águas; e sairá uma fonte do templo do SENHOR, e regará o vale de Sítim. (Jl 3.18)

O futuro Israel, portanto, é retratado como se fosse um novo Éden: seus montes destilarão vinho, suas montanhas verterão leite e os leitos secos dos rios se encherão de água pura — assim como o Éden era cercado e abastecido de água por seus quatro grandes rios. Tema semelhante ocorre em Miqueias

representavam, como a antiga Jerusalém, lugares civilizados, estáveis e seguros. Esse processo aparece com muita clareza nos escritos visionários da beata Gerardesca de Pisa (1212-1269), que descreve o céu como uma cidade circundada por sete castelos e outras fortalezas de menor porte com uma vasta área de bosques naturais despovoados em seu entorno. Gerardesca reconhece prontamente a existência de uma hierarquia nesse paraíso celestial. Apesar de afirmar claramente que todos os santos habitam a Nova Jerusalém, em sua visão os santos de primeira grandeza, como a virgem Maria, residem na parte central da cidade, enquanto os santos menores ocupam as fortalezas mais remotas.

O imaginário relativo à Nova Jerusalém, entretanto, coexiste lado a lado com o do jardim do Éden restaurado. Muitos pintores do Renascimento preferiam retratar o céu como um grande parque cercado de muralhas, com flora e fauna luxuriantes. Lorenzo de Médici, por exemplo, escreveu: "O paraíso não é outra coisa senão um jardim extremamente agradável, onde abundam as coisas mais encantadoras e prazerosas — árvores, maçãs, flores, água fresca e o canto dos pássaros". Outros artistas do período criaram paraísos semelhantes às suas paisagens locais. Isso é flagrante num célebre afresco de Benozzo Gozzoli (c. 1420-1497), em que o paraíso lembra a paisagem toscana. A publicação do *Paraíso perdido*, de John Milton, fez ressurgir o interesse pelo céu. As pessoas de classe social mais elevada dos séculos 17 e 18 se inspiraram nas imagens opulentas do livro de Milton para recriá-las em suas propriedades. O interesse alcançou o mundo das artes, de modo que alguns artistas da época combinaram ambas as imagens, representando o céu como uma cidadela no meio de um grande parque.

4.4, que descortina um estado futuro em que a videira e a figueira servem de símbolos da tranquilidade e da fertilidade.

Um modo parecido de pensar acerca desse aspecto da esperança cristã é a noção de “paraíso”. É o Antigo Testamento que apresenta pela primeira vez essa ideia. O termo deriva de outras línguas do antigo Oriente Médio, especificamente da antiga palavra persa *paradeida*, que designava provavelmente um “jardim fechado” ou talvez um “parque real”. O termo grego *paradeisos* — emprestado do original persa — é usado com frequência nos escritos de historiadores como Xenofonte (444-359 a.C.) para designar os grandes jardins murados dos reis persas, como Ciro. A locução original “jardim do Éden” (Gn 2) é traduzida por “paraíso” nas versões gregas do Antigo Testamento. O termo também é empregado em diversas outras passagens do original hebraico do Antigo Testamento.

O paraíso, assim como o jardim do Éden, era considerado um lugar fecundo e harmônico, onde a humanidade habitava em paz com a natureza e “andava com Deus”. Esse estado idílico se perdera na aurora da história da humanidade. As esperanças e expectativas de Israel em relação ao futuro estavam associadas em parte ao sentimento nostálgico de restauração

dessa relação paradisíaca com o meio ambiente e com Deus. Esse sentimento foi estimulado pela clássica tradução do Antigo Testamento para o grego — a Septuaginta —, que utiliza a expressão

“O paraíso é nossa pátria, e não passamos de exilados e estrangeiros neste mundo.”

RICHARD GREENHAM

“paraíso de delícias” (Gn 2.15), traduzindo o termo hebraico que designa “jardim” por “paraíso” e interpretando o nome “Éden” pela associação com *adanim* (“prazeres” ou “delícias”).

O antegozo do céu na vida cristã

“Espiritualidade” é uma palavra usada com frequência no cristianismo contemporâneo para se referir às formas de aprofundamento da fé ou de interiorização de suas ideias principais. Um dos temas centrais da espiritualidade cristã é o modo pelo qual a esperança do céu afeta a vida e o pensamento dos crentes hoje. Eles vivem na esperança do que virá, e suas ações aqui e agora são orientadas pela visão dessa esperança. É aí que está a importância da adoração cultural na espiritualidade cristã. De certo ponto de vista, adorar a Deus consiste em

entrar na vida do céu e compartilhar a adoração dos habitantes dos domínios celestiais. Essa ideia parece fundamentar a experiência de Isaías no Templo, em que ele tem um vislumbre de Deus em sua glória:

No ano em que morreu o rei Uzias, eu vi o Senhor assentado sobre um alto e sublime trono, e as abas de seu manto enchião o templo. Acima dele havia serafins; cada um tinha seis asas; com duas cobriam o rosto, com duas cobriam os pés e com duas voavam. E clamavam uns aos outros: Santo, santo, santo é o SENHOR dos Exércitos; toda a terra está cheia da sua glória.

E as bases das portas tremeram à voz do que clamava, e a casa se encheu de fumaça. Então eu disse: Ai de mim! Estou perdido; porque sou homem de lábios impuros e habito no meio de um povo de lábios impuros; e os meus olhos viram o rei, o SENHOR dos Exércitos! (Is 6.1-5).

O papel da adoração como pilar de sustentação da esperança do céu é trabalhado com especial clareza nos escritos dos teólogos da tradição cristã oriental, como João Crisóstomo (c. 347-407) e Gregório Palamas (1296-1359). Dizem esses autores que participar do culto de adoração é estar num lugar santo (*Êx 3.5*) — um lugar em que a humanidade, a rigor, não tem o direito de estar. A ideia de liminaridade — isto é, de estar no limiar do sagrado, perscrutando os reinos celestiais proibidos — é representada visualmente pela estrutura das igrejas ortodoxas, sobretudo pela forma em que o santuário e o altar são separados da congregação em razão de um sentimento profundo de reverência em relação ao mistério de Deus.

De acordo com esses autores, sempre que a liturgia divina é celebrada na terra, os limites entre o céu e a terra desaparecem, e os adoradores terrenos se unem à liturgia celestial eterna cantada pelos anjos. No decorrer desses momentos de adoração terrena, os adoradores têm a oportunidade de ser transportados misticamente para o limiar do céu. Estando presentes num lugar santo e prestes a participar das coisas sagradas; por um lado, eles tomam consciência de sua finitude e, por outro, têm um vislumbre revigorante da glória de Deus — exatamente o tipo de reflexão que se observa na visão de Isaías.

Todavia, a importância de sustentar a esperança no céu é comum a todas as tradições cristãs e não se limita à ortodoxia grega ou russa. O tema da

“saudade do céu” aparece nos escritos de C. S. Lewis. O primeiro livro mais conhecido do autor, *O retorno do peregrino*, baseia-se livremente em *O peregrino*, de John Bunyan. Não foi um sucesso estrondoso. Não obstante, contém intuições brilhantes sobre o anseio humano pelo céu. Lewis discorre primeiramente sobre a saudade como um sentimento humano comum e interpreta-a, em seguida, como uma saudade específica do céu. Nada criado, ou finito, pode satisfazer essa nostalgia. Ela vem de Deus, e seu propósito é conduzir o homem a ele.

A experiência é de uma saudade imensa [...] Essa fome é melhor do que qualquer completude; essa pobreza é melhor do que todas as riquezas. Assim, o que ocorre é que, se o desejo estiver ausente por muito tempo, ele passa a ser desejado, e esse novo desejo se torna uma nova manifestação do desejo original [...] A alma humana foi criada para desfrutar um objeto que nunca lhe é completamente dado — ou melhor, nem sequer se pode imaginá-lo como dado — em nosso modo atual de experiência subjetiva e espaço-temporal.

Em toda a sua carreira de escritor, Lewis sempre teve profunda consciência do poder da imaginação humana e de como esse poder colabora para compreendermos a realidade. Talvez um dos aspectos mais originais de sua obra seja o apelo persistente à imaginação religiosa. Ele sabia perfeitamente que certas emoções humanas profundas apontam para um aspecto de nossa existência que vai além do tempo e do espaço. Segundo Lewis, há um sentimento profundo e intenso de nostalgia no ser humano que nenhum objeto ou experiência terrena pode satisfazer. Lewis chama esse sentimento de “alegria” e diz que Deus é sua origem e seu destino. A fonte dessa alegria é o céu. O autor trabalha essas ideias com muita clareza em *Surpreendido pela alegria*, que é em parte uma meditação sobre o tema da “alegria” — conforme Lewis entendia o termo — na vida imaginativa da humanidade.

Nesse importante livro, Lewis explica aos leitores que ele deparou com a ideia de que a natureza e as experiências humanas apontam para o transcendente. “Agora, pela primeira vez, sobreveio-me a ideia de que é possível que haja verdadeiras maravilhas à nossa volta, que o mundo visível talvez seja apenas uma cortina que oculta reinos imensos, que não são mapeados por minha modesta teologia.” Quando criança, ao brincar no amplo sótão de sua

casa, Lewis teve a ideia de um reino cuja existência, apesar de estar além da experiência sensível, era indicada por essa experiência.

Lewis se recusa a especular sobre o caráter e a aparência precisa do céu. Embora seu *O grande divórcio* apresente algumas reflexões sobre a natureza do céu, os relatos mais sugestivos que ele faz do tema aparecem em sua trilogia de ficção científica — *Além do planeta silencioso*, *Perelandra* e *Uma força medonha* — publicada durante os anos de 1938 a 1945 e, principalmente, em *As crônicas de Nárnia* (1950-1956). Nessas obras, o céu é explorado por meio de duas metáforas principais. Em *Perelandra*, Lewis pede a seus leitores que imaginem um mundo onde não tivesse havido a Queda. Nesse mundo não há separação fundamental entre “céu” e “terra”. O Paraíso não foi perdido e, portanto, não pode ser novamente conquistado. Assim, o céu pode ser apresentado como um mundo inocente e casto.

Talvez a segunda metáfora seja ainda mais importante. Lewis trabalha com a célebre analogia da caverna extraída do diálogo *A república*, de Platão. Em *A cadeira de prata*, quarto volume do ciclo de Nárnia, o autor desenvolve a ideia de um reino subterrâneo cujos habitantes jamais viram a luz do dia, jamais respiraram o ar fresco e nunca viram o brilho das cores do mundo natural. Lewis narra a volta de duas crianças, Jill e Eustáquio, das sombras do Reino Profundo para o mundo natural como meio didático de refletir sobre a passagem da terra para o céu. No momento em que as crianças “inspiram em grandes haustos o

ar livre da meia-noite”, percebem que sua situação muda. Para Lewis, isso parece ser o máximo que se pode dizer, de maneira responsável, sobre o céu — é um mundo transformado, mais real do que o nosso. Em seu sermão “O peso da glória”, o autor explica o que quis dizer:

“A alegria é um assunto que o céu trata com muita seriedade.”

C. S. LEWIS

Hoje, estamos do lado de fora do mundo, do lado errado da porta [...] Não podemos nos misturar aos esplendores que vemos. Contudo, as páginas do Novo Testamento transbordam de rumores de que nem sempre será assim. Um dia, se Deus quiser, entraremos lá.

A jornada de fé em direção ao céu

Uma das metáforas mais poderosas da vida cristã a compara a uma viagem. O Novo Testamento nos diz que os primeiros cristãos referiam a si mesmos no início como seguidores do “Caminho” (veja, p. ex., At 9.2; 24.14). Talvez a jornada mais importante mencionada pelo Antigo Testamento seja a peregrinação do povo de Israel durante quarenta anos antes de entrar em Canaã. Assim como Deus libertou Israel da escravidão no Egito e o levou à Terra Prometida, também a vida cristã pode ser entendida como um lento processo de libertação do cativeiro do pecado antes da entrada vitoriosa na cidade celestial.

Em diversos momentos, o apóstolo Paulo introduz em seus escritos uma modificação na metáfora da jornada. Para Paulo, a vida cristã é uma corrida — uma jornada longa e árdua feita sob pressão, cujo vencedor recebe uma coroa (veja Gl 2.2; 2Tm 4.7). A metáfora também aparece na Carta aos Hebreus, que insta os leitores a perseverar na corrida da vida conservando os olhos voltados firmemente para Jesus (Hb 12.1,2). Essa imagem realça a importância da disciplina na vida cristã.

O tema da “jornada para o céu” tem uma longa história na tradição cristã. Já vimos que, em *O peregrino*, John Bunyan relata a viagem de Cristão da “Cidade da Destruição” à “Cidade Celestial”. A imagem de uma “jornada à Nova Jerusalém” serve para lembrar os crentes de que o objetivo da vida cristã é chegar com segurança à pátria celeste. Qualquer coisa que nos desvie dessa tarefa deve ser considerada perigosa. Por esse motivo, muitos autores espirituais ressaltam a importância de cultivar um sentimento de indiferença em relação ao mundo. Em seu sermão “O peregrino cristão”, Jonathan Edwards realça a importância desse ponto:

Não devemos confiar no mundo e em seus prazeres; antes, desejemos o céu [...] Acima de tudo, almejemos a felicidade celestial, estar com Deus e habitar com Jesus Cristo. Embora rodeados pelas satisfações externas [...] devemos possuí-las, desfrutar delas e usá-las sem outra intenção que não seja a de prontamente abandoná-las sempre que chamados a isso, trocando-as de boa vontade, e com alegria, pelo céu.

Edwards não está de modo algum depreciando o mundo como criação boa de Deus. O que o preocupa é que o cristão possa vir a valorizar a

criação muito mais do que ao Criador e, em consequência, contentar-se com algo bom, mas não tão bom quanto Deus. Voltar o pensamento para o céu é um antídoto ao mundanismo excessivo, assim como os cuidados com o mundo são um antídoto ao transcendental, que impede o cristão de servir a Cristo e proclamá-lo neste mundo.

As narrativas cristãs acerca dessa jornada rumo à Nova Jerusalém foram influenciadas de modo especial por duas grandes jornadas do Antigo Testamento: o êxodo do Egito para a Terra Prometida e o retorno dos habitantes de Jerusalém de seu longo exílio na Babilônia. As duas imagens partilham certos aspectos que as tornam modelos ideais da jornada rumo ao céu. Em primeiro lugar, elas representam a saída de um lugar de cativeiro, ou de prisão — o Egito, no caso do Êxodo, e a Babilônia, no caso do Exílio. Em segundo lugar, elas dizem respeito a uma jornada que conduz a um objetivo — a entrada na Terra Prometida e o regresso ao lar: Jerusalém. Em terceiro lugar, elas enfatizam que a jornada é árdua e difícil, repleta de perigos e empecilhos. Todavia, o destino é tão atraente e digno que levamos com paciência esse fardo, desejosos de chegar ao fim do caminho. A seguir, vamos analisar cada um desses aspectos mais detidamente.

ENTRANDO NA TERRA PROMETIDA

Inúmeros autores cristãos veem a libertação de Israel do cativeiro egípcio e sua entrada na Terra Prometida como um excelente quadro que permite compreender a peregrinação de fé da terra ao céu. A história do Êxodo (o termo grego *exodos* significa literalmente “saída”) é bem conhecida. Um novo governante sobe ao trono no Egito e vê nos descendentes de Abraão uma potencial ameaça. A identidade desse faraó é desconhecida, embora haja bons motivos para suspeitar de que tenha sido Ramsés II (que governou de 1279 a 1212 a.C.). Ele sujeitou os hebreus a uma série de medidas opressivas, destinadas a restringir o número e a influência deles. Por fim, Moisés conduziu Israel à liberdade. Depois de quarenta anos vagando pelo deserto do Sinai, Israel entrou na terra prometida de Canaã.

Conforme observaram autores como Jonathan Edwards, esse padrão se repete na vida cristã. O cristão foi libertado da escravidão do pecado por meio de Cristo e agora peregrina pelo deserto deste mundo a caminho da terra prometida do céu. Ele é um peregrino neste mundo, e não um habitante permanente.

Charles Wesley e a esperança do céu

Charles Wesley (1707-1788) converteu-se em Londres, em maio de 1738, alguns dias antes da célebre experiência de John Wesley em Aldersgate (veja p. 23-24). Charles escreveu que então se encontrava “em paz com Deus” e se regozijava “na esperança de amar a Cristo”. Em seguida, se tornou pároco da igreja de St. Mary, em Islington. Mas logo deixou o cargo para inaugurar com o irmão, John, a arte da pregação ao ar livre. Durante mais de vinte anos, Charles Wesley foi um dos principais personagens do grande avivamento evangélico do século 18, usando pela primeira vez a música dos hinos para comunicar de maneira eficaz as doutrinas cristãs.

Vários desses hinos foram escritos enquanto ele estava no lombo de um cavalo, viajando de uma congregação a outra. Wesley pode ser considerado o pioneiro do gênero literário que caracterizou os hinos ingleses mais queridos. A maior parte dos nove mil hinos que ele escreveu caiu no esquecimento; outros se tornaram clássicos e são cantados até hoje. Um que é muito querido até hoje é “Amor divino”. Escrito em 1747, logo se tornou clássico.

1. Ó amor, que aos mais excedes,
luz do céu, divino Amor,
vem e habita em nossas almas,
dá-lhes todo o teu calor.
Infinito Amor tão cheio
de celestes compaixões,
tuas bênçãos suspirando,
vê os nossos corações.
2. Vem, Amor bendito e santo,
nossas vidas completar
nos suaves sentimentos
que só tu lhes sabes dar.
Abre em nós as puras fontes
do louvor e adoração
e os tesouros infinitos
da perfeita comunhão.

Seu destino é o céu, a Nova Jerusalém. Ele passa por este mundo, mas é cidadão do céu. Ali está seu verdadeiro destino, e é para lá que ele se dirige.

VOLTANDO À PÁTRIA DEPOIS DO EXÍLIO

Para o cristão, a esperança do céu é voltar para o lugar a que ele pertence, onde uma alegre saudação de boas-vindas o aguarda. A imagem do retorno do Exílio há tempos é utilizada como forma de dar concretude à esperança e a expectativa de retorno à pátria. Os habitantes de Jerusalém foram levados cativos para a Babilônia em 586 a.C. Judá fora invadido pelas forças babilônicas, e seus exércitos haviam sido derrotados. Esse acontecimento foi interpretado pelos autores

3. Tua graça aperfeiçoa
sobre nós, bendito Amor,
toda a igreja conservando
renovada em seu fervor.
E de glória em glória guia
nossa andar até surgir
a alvorada resplendente
do celestial porvir!

(*Salmos e hinos com músicas sacras* [Rio de Janeiro: Igreja Evangélica Fluminense, 1990], n. 143, tradução de Manoel da Silveira Porto Filho.)

A última estrofe do hino de Wesley é uma poderosa declaração da esperança cristã e se baseia em parte na visão do céu exposta no Apocalipse de João. Na versão King James da Bíblia (1611), que Wesley utilizava, essa passagem diz: "Os vinte e quatro anciãos prostravam-se diante do que estava assentado sobre o trono, e adoravam o que vive para todo o sempre e lançavam as suas coroas diante do trono, dizendo: 'Digno és, Senhor, de receber glória, e honra, e poder; porque tu criaste todas as coisas, e por tua vontade são e foram criadas'" (Ap 4.10,11, ARC). As figuras dessa passagem foram incorporadas de forma vívida ao hino e servem de âncora para a exposição que Wesley faz da esperança final do cristão de estar com Deus para sempre no céu.

da época como o cumprimento do juízo prometido por Deus contra um povo e um rei infiéis. Todos os móveis e demais objetos usados no Templo foram saqueados e levados para a Babilônia como espólio. Era o início do Exílio.

Os textos do Antigo Testamento redigidos nessa época mostram que o cativeiro foi interpretado, em primeiro lugar, como um juízo contra Judá por ter cedido às crenças e práticas religiosas pagãs. Em segundo lugar, foi entendido como um período de arrependimento e de renovação para toda a nação, que culminou com a restauração de um povo de Deus ressurgido. Todavia, juntamente com a reflexão sobre o significado do Exílio, há uma expressão sincera do sentimento inexpressível de perda e perplexidade por

parte da comunidade exilada quando se lembra de sua pátria. O texto de Salmos 137.1-4 talvez seja uma das expressões mais fortes do sofrimento do Exílio e do anseio por restauração.

Às margens dos rios da Babilônia nos assentamos e choramos, recordando-nos de Sião. Nos salgueiros que lá havia, penduramos nossas harpas, pois aqueles que nos levaram cativos nos pediam canções; e os que nos oprimiam pediam que os alegrássemos: Cantai-nos um dos cânticos de Sião. Mas como entoaremos o cântico do SENHOR em terra estrangeira?

Esse salmo pungente de lamentação pela pátria revela uma imagem que serve de princípio organizador para as complexidades da vida cristã. O cristão deve conscientizar-se de que está distante de sua pátria e nutrir a esperança de voltar do exílio, muitas vezes em circunstâncias difíceis e desanimadoras.

Uma ideia bastante semelhante é elaborada pelo Novo Testamento, sobre tudo na epístola de Paulo à igreja de Filipos, antiga Crenides, fundada por um exilado ateniense, Calístrato. Depois que Antônio e Otávio lá derrotaram Bruto

e Cássio, em 42 a.C., a cidade foi refundada, tornando-se colônia romana. Na esteira da derrota das forças de Antônio em Ácio, onze anos depois, Otávio reergueu a colônia. A cidade ganhou então uma atmosfera marcadamente italiana em razão da presença permanente de colonos italianos e de grandes contingentes de tropas romanas que por ali passavam regularmente, por causa de sua localização estratégica na Macedônia. A língua, as imagens e as perspectivas de uma colônia romana faziam parte, portanto, do mundo que ocupava diariamente a mente dos

"O homem de fé enfrenta a morte como Colombo enfrentou sua primeira viagem partindo da costa da Espanha. Ele não sabe o que existe além do mar. Todas as suas expectativas talvez estejam equivocadas, mas a perspectiva que ele tem do significado claro dos fatos presentes pode convencê-lo, para além de toda dúvida, de que há uma praia no outro lado."

HARRY EMERSON FOSDICK

destinatários da carta de Paulo na cidade. Filipos tinha consciência de seus laços com Roma, e as provas disso eram o idioma local (parece que o latim era falado por mais gente que o grego) e as leis da cidade. As instituições romanas serviam de modelo em muitas esferas da vida comunitária de Filipos.

Paulo recorre à metáfora da “pátria (*politeuma*) celeste” (cf. Fp 3.20) para com isso trazer à tona alguns aspectos fundamentais da existência cristã. Referindo-se à comunidade cristã dessa forma, ele naturalmente anima seus leitores a pensar de acordo com certas diretrizes. Esse modo de pensar certamente incluía as seguintes ideias: a igreja cristã é um posto avançado do céu em terra estrangeira. Ela fala a língua daquela pátria e é governada por suas leis — ainda que o mundo à sua volta fale uma língua diferente e obedeça a um conjunto diferente de normas. Suas instituições se baseiam nas instituições da pátria. Um dia, seus cidadãos voltarão a essa pátria e usufruirão em plenitude dos privilégios e direitos que sua cidadania lhes confere. Essa metáfora, portanto, empresta dignidade e nova profundidade ao significado da vida cristã, sobretudo no que diz respeito à tensão entre o “agora” e o “ainda não”. Revela ainda o sentimento agriado de estar fora de determinada cultura — de estar no mundo e não pertencer a ele. O cristão sabe que está exilado neste mundo, que é cidadão do céu, não de nenhuma cidade terrena.

“Todo vislumbre de Deus
é dom que ele nos
concede para nos fazer
desejar ainda mais o
abençoado conhecimento
dele, sempre desejoso e
jamais satisfeito — isso é
a bem-aventurança
da eternidade.”

E. B. PUSEY

A segunda vinda de Cristo

A ideia da “segunda vinda de Cristo” é fundamental para o tema da esperança cristã. O mesmo Cristo que veio à terra revestido de humildade voltará para julgá-la. O humilde galileu voltará como juiz do mundo. Nos Evangelhos, Jesus disse que o “Filho do homem” voltaria “nas nuvens”. Essa parece ser uma referência ao próprio Jesus, que retoma aí um tema da profecia de Daniel (Dn 7.13). O mesmo “Filho do homem” que não tinha onde repousar a cabeça voltará em glória para julgar o mundo. Vale a pena notar que o Novo Testamento na verdade nunca usa a locução “segunda vinda” para se referir a esse acontecimento. Em vez disso, refere-se simplesmente à futura “presença” ou “chegada” de Cristo (uma ideia expressa pelo termo grego *parousia*). As origens da expressão “segunda vinda” talvez estejam em Hebreus 9.28, que fala da esperança de Cristo aparecer pela “segunda vez”.

A esperança do retorno de Cristo transparece em todo o Novo Testamento. Ninguém sabe quando isso ocorrerá; o “dia do Senhor” virá inesperadamente, como um ladrão no meio da noite (1Ts 5.2; 2Pe 3.10). Contudo, ele será precedido de sinais, entre eles a proclamação do evangelho no mundo todo (Mt 24.14) e o princípio da tribulação (2Tm 3.1-5). Embora alguns autores cristãos tenham se dedicado com afinco à tarefa de descobrir em que momento se dará a segunda vinda, o Novo Testamento não incentiva esse tipo de especulação. Pelo contrário, ele insiste com os crentes para que vivam a vida na expectativa desse acontecimento. Eles devem estar atentos e alertas (Mc 13.33), de modo que não sejam pegos dormindo quando Cristo voltar (Mc 13.35-37). Os crentes devem pôr sua esperança na graça que lhes caberá quando Cristo finalmente aparecer pela segunda vez (1Pe 1.13-16).

Um dos aspectos mais interessantes das reflexões do cristianismo inicial sobre a outra vida é seu interesse pela ideia do milênio — período de mil anos que, de acordo com o livro de Apocalipse, decorrerá entre a vinda de Cristo e o juízo final.

Então, vi alguns tronos, e foi dado o poder de julgar aos que neles se assentaram; e vi as almas dos que foram degolados por causa do testemunho de Jesus e da palavra de Deus, os que não adoraram a besta nem a sua imagem e não receberam o sinal na testa nem nas mãos. Eles reviveram e reinaram com Cristo durante mil anos. (Ap 20.4)

Durante esse período de mil anos, Cristo reinará sobre uma terra restaurada até que os redimidos sejam finalmente transferidos para seu lugar permanente de descanso no céu. Tertuliano, escritor do terceiro século, fala sobre esse acontecimento:

Cremos também que nos foi prometido um reino na terra, mas antes do céu: em outro estado, não no atual, isto é, depois da ressurreição. Esse reino durará mil anos, numa cidade criada por Deus, a Jerusalém que desceu do céu e a que o apóstolo também chama de “nossa mãe do alto” [Gl 4.26].

Os primeiros autores cristãos entregavam-se irresistivelmente à especulação em torno do que aconteceria nesses mil anos. Nessa era, a terra seria

devolvida à sua anterior condição paradisíaca, e a humanidade desfrutaria os privilégios de Adão e Eva. Houve também muito debate em alguns círculos cristãos sobre qual seria a melhor forma de compreender essa ideia. Não faz muitos anos, três posições gerais se consolidaram: o *amilenarismo* (o retorno de Cristo conduz imediatamente ao juízo e à vida eterna dos crentes); o *pré-milenarismo* (o retorno de Cristo inaugura um período de mil anos, em que os santos reinarão sobre a terra e ao qual se seguirá a ressurreição de todos); e o *pós-milenarismo* (o retorno de Cristo ocorre depois de um período de crescimento e de expansão da fé cristã).

Um último tema da esperança cristã que mencionamos aqui é chamado às vezes de “visão beatífica” — a promessa de ver Deus face a face. No Antigo Testamento, o favor divino é indicado pela face de Deus se voltando para a pessoa, assim como a rejeição divina é indicada pela face de Deus se desviando da pessoa e voltando-se para outro lado. Nas orações de petição feitas durante o culto nessa época, os adoradores pediam a Deus que não desvisasse deles o rosto, procurando assim garantir a aceitação dos sacrifícios e das orações oferecidas (Sl 27.9; 132.10). Se a face de Deus estivesse “escondida” ou “desviada” para o outro lado, o crente não tinha esperança de alcançar a aceitação divina (Dt 31.17; Ez 7.22).

Todavia, a metáfora da “face de Deus” não se limita às ideias de prazer e de favor divinos: ela evoca a possibilidade do encontro com o Deus vivo. “Ver a face de Deus” é ter uma relação privilegiada e íntima com ele — ver Deus “como ele é” (1Jo 3.2), em vez de conhecê-lo indiretamente por meio de imagens e sombras. Agora vemos Deus “como por um espelho, de modo obscuro”; porém, haveremos de vê-lo finalmente face a face (1Co 13.12). O livro de Apocalipse afirma que esse será o privilégio daqueles que estarão no céu, onde os santos verão finalmente “a face de Deus” (Ap 22.4). O salmista exprimiu seu anseio por Deus com as seguintes palavras (Sl 27.4):

Pedi uma coisa ao SENHOR, e a buscarei: que eu possa morar na casa do SENHOR todos os dias da minha vida, para contemplar o esplendor do SENHOR e meditar no seu templo.

Essa, em síntese, é a esperança cristã. Os crentes são chamados a pôr o coração firmemente nessa esperança maravilhosa e não permitir que nada os distraia (Cl 3.1-4). A visão cristã da esperança do céu diz que aquilo que o

salmista esperou durante toda a vida será um dia privilégio de todo o povo de Deus: olhar para a face do seu Senhor e Salvador ao entrar em sua casa, e ali habitar em paz para sempre.

Talvez o melhor seja deixar que um dos maiores pregadores da igreja, e autor de vários hinos, dê a palavra final neste assunto. Horatius Bonar (1808-1889) é mais conhecido talvez pelos seus hinos “Enche minha vida, ó Senhor meu Deus” e “Ouvi a voz de Jesus dizer”. Bonar passou por grandes sofrimentos em sua vida pessoal: cinco filhos seus morreram em rápida sucessão, deixando-o e à sua esposa em profunda perplexidade. Todavia, a esperança da glória não o deixou sucumbir. A fé iluminou o lado mais escuro da sua vida, o que lhe possibilitou olhar para além de sua tragédia pessoal em direção à glória que o aguardava.

Vemos aqui quanto a esperança cristã consola os que andam pelo vale da sombra da morte. Para Bonar, é fundamental que nossa experiência do sofrimento seja iluminada pela esperança cristã. Conforme disse ele num de seus sermões:

“Se com ele sofremos, com ele reinaremos” (2Tm 2.12, BJ). Disso temos certeza. A união no sofrimento aqui é a garantia da união na glória no porvir. As duas são inseparáveis. Sua vergonha na terra é nossa também; sua glória será nossa no céu. Portanto, “alegrai-vos por serdes participantes dos sofrimentos de Cristo, para que também vos alegreis e exulteis na revelação da sua glória” (1Pe 4.13).

A esperança do céu possibilita que os crentes perseverem na caminhada pelo vale do sofrimento, enfrentando a vida árdua do exílio, mas sabendo que os dias deste estão contados. Assim como Bonar, eles sabem que um dia voltarão para sua pátria.

Não passamos de peregrinos que vagueiam pela noite solitária, e com muita dificuldade enxergamos no cimo da montanha distante o reflexo do sol que nunca se levanta aqui, mas que jamais se porá nos “novos céus” do amanhã. Isso basta. É consolo e alegria para nossa vereda sombria e acidentada.

Antologia concisa do pensamento cristão

Esta antologia reúne excertos de obras fundamentais da teologia cristã. Os textos não devem ser lidos como resumos da ortodoxia, antes seu objetivo é permitir ao leitor (1) reconhecer como importantes dogmas se apresentaram ao longo da história antes de serem consolidados como ortodoxia cristã e (2) avaliar as tentativas mais recentes de formulações dogmáticas.

Justino Mârtir (m. c. 165)

Confessamos que somos ateus no que se refere a deuses dessa espécie [da religião greco-romana], mas não no que se refere ao supremo Deus verdadeiro, Pai da justiça e da temperança e das outras virtudes, livre de toda impureza. Mas, conhecendo-o pela razão e pela verdade, nós o cultuamos e adoramos, a ele e seu Filho, que dele procede e nos ensinou essas coisas, e à multidão de anjos bons que o seguem e foram criados à semelhança dele, e ao Espírito profético.

Apologia

Aprendemos que Cristo é o primogênito de Deus e declaramos acima que ele é a Palavra [ou razão] da qual toda a humanidade compartilha. Os que viveram sensatamente [com a Palavra] são cristãos, mesmo tendo sido chamados de ateus. Por exemplo: entre os gregos, Sócrates, Heráclito e homens semelhantes a eles; entre os bárbaros [não gregos], Abraão [...] e muitos outros cujas ações e nomes declinamos agora de mencionar para não dar lugar ao tédio.

Apologia

Em nome de Deus, Pai e Senhor do Universo, e do nosso Salvador Jesus Cristo, e do Espírito Santo, eles são lavados pela água [...] e pronuncia-se na água

sobre ele o nome de Deus, Pai e Senhor do universo [...] e em nome de Jesus Cristo, que foi crucificado sob Pôncio Pilatos, e em nome do Espírito Santo, que por meio dos profetas previu todas as coisas a respeito de Jesus Cristo, é lavado aquele que recebe a iluminação.

Apologia

Ireneu (m. c. 180)

Deus Pai incriado, que nada pode conter, invisível, Deus único, criador do Universo: este é o primeiro artigo da nossa fé [...] e o *Verbo de Deus*, o Filho de Deus, nosso Senhor Jesus Cristo [...], que, na plenitude dos tempos, para reunir todas as coisas em si mesmo, tornou-se um ser humano entre seres humanos, passível de ser visto e tocado, para destruir a morte, trazer a vida e restaurar a comunhão entre Deus e a humanidade. E o *Espírito Santo* [...], que, na plenitude dos tempos, foi derramado de uma nova maneira sobre a natureza humana a fim de renovar a humanidade em todo o mundo à vista de Deus.

Demonstração da pregação apostólica

Todos os que quiserem ver a verdade podem contemplar claramente, em todas as igrejas, a tradição dos apóstolos manifesta no mundo inteiro. Podemos listar os que foram nomeados bispos pelos apóstolos nas igrejas e seus sucessores até os nossos dias. Eles não ensinaram nem conheciam coisa alguma como as que entusiasmam os hereges. Suponhamos que os apóstolos tivessem tido conhecimento de mistérios ocultos e que fosse hábito deles partilhá-los em particular e em segredo com os “perfeitos”. Sem dúvida, eles os teriam comunicado especialmente àqueles a quem também confiavam as próprias igrejas, pois queriam que seus sucessores fossem perfeitos e em tudo imaculados.

Contra as heresias

A igreja, embora espalhada pelo mundo todo até os confins da terra, recebeu dos apóstolos e de seus discípulos esta fé: num Deus único, Pai todo-poderoso, criador do céu e da terra, do mar e de tudo o que neles há; e em Cristo Jesus, o Filho de Deus, que se fez carne para nossa salvação; e no Espírito Santo, que por meio dos profetas proclamou os expedientes salvíficos de Deus em seu trato com o homem, e a vinda, o nascimento virginal, a paixão, a ressurreição dos mortos e a ascensão corpórea do nosso amado Senhor Jesus Cristo, bem

como a sua segunda vinda do céu na glória do Pai, quando recapitulará todas as coisas e ressuscitará toda carne humana, de modo que [...] seu justo juízo recaia sobre todos os homens.

Contra as heresias

Os tesouros celestiais são de fato grandes: o coração não pode medir a Deus, e a mente não é capaz de comprehendê-lo; é ele quem sustenta a terra na palma da mão. Quem poderá medir sua mão direita? Quem conhece seu dedo? Quem comprehende sua mão — essa mão que mede a imensidão; essa mão que, por sua própria medida, estende a medida dos céus, e que guarda em sua palma a terra e seus abismos; que contém em si a largura, o comprimento, o que há de mais profundo e o que se eleva acima da criação; o que se vê, o que se ouve e se comprehende e o que é invisível? Por esse motivo, Deus está “acima de todo principado, poder, domínio, e de todo nome que pode ser pronunciado”, acima de todas as coisas criadas e constituídas. É ele que preenche os céus, sonda os abismos e que está também presente em cada um de nós.

Contra as heresias

Tertuliano (c. 160-220)

É evidente que toda doutrina conforme às igrejas apostólicas — modelos e fontes originais da fé — deve ser considerada verdadeira, portadora fiel do que as igrejas receberam dos apóstolos, que os apóstolos receberam de Cristo e Cristo recebeu de Deus. Deve ser considerada falsa toda doutrina que contradiz a verdade das igrejas, dos apóstolos, de Cristo e de Deus.

Prescrição contra os hereges

A Palavra, portanto, é encarnada; e este deve ser o foco da nossa indagação: como a Palavra se tornou carne — se ela foi, por assim dizer, transfigurada em carne, ou se de fato revestiu-se de carne. Sem dúvida, devia ser imutável e incapaz de limitar-se a uma forma, uma vez que é eterna. A transfiguração, porém, é a destruição daquilo que existia previamente. Porque o que é transfigurado em alguma outra coisa deixa de ser o que era antes e começa a ser o que antes não era. Deus, entretanto, não cessa de ser o que era, tampouco pode ele ser outra coisa que não é. A Palavra é Deus.

Contra Práxeas

Observamos claramente [em Jesus Cristo] um duplo estado, que não se confunde, mas se une em uma única Pessoa — Jesus: Deus e Homem. Com relação a Cristo, de fato, apresento o que tenho a dizer. [Observo aqui] que as propriedades de cada natureza são de tal modo preservadas que o Espírito, por um lado, fez em Jesus tudo o que lhe era conforme, como os milagres, os atos de poder e os prodígios; a carne, por outro lado, manifestava os afetos que lhe são próprios.

Contra Práxeas

Todos eles são Um, pela unidade da substância; mesmo assim sustentamos o mistério da distribuição que expande a Unidade em Trindade, colocando em sua ordem as três Pessoas — o Pai, o Filho e o Espírito Santo. São três, não em estado, mas em grau; não em substância, mas na forma; não em poder, mas na aparência; mas têm ainda assim uma única substância, um único estado e um único poder, uma vez que se trata do Deus único, do qual se depreendem esses graus e formas e aparências sob o nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

Contra Práxeas

O Filho de Deus foi crucificado. Não me envergonho, porque é vergonhoso. O Filho de Deus morreu. É crível porque é absurdo. Ele foi sepultado e ressuscitou. É certo porque é impossível.

A carne de Cristo

Orígenes (c. 185-253)

O ensinamento da igreja foi transmitido em sucessão ordenada desde os apóstolos e permanece nas igrejas até os dias de hoje. Somente se deve aceitar como verdade aquilo que de modo algum contradiz a tradição da igreja e dos apóstolos. Os santos apóstolos, ao pregar a fé de Cristo, tomaram alguns pontos que acreditavam ser necessários para todos e os comunicaram da forma mais clara possível [...] As doutrinas comunicadas com clareza nos ensinamentos dos apóstolos são as seguintes: em primeiro lugar, há um só Deus [...] segundo, Jesus Cristo [...] nasceu do Pai antes de todas as criaturas [...] terceiro, o Espírito Santo é associado em honra e dignidade ao Pai e ao Filho [...] Ditas essas coisas, o ensinamento apostólico afirma que a alma [...] depois de partir deste mundo será julgada de acordo com seus méritos [...] Com relação ao Diabo e seus anjos e às potestades espirituais adversárias, o ensinamento da igreja estipula que esses seres existem de fato [...] Também faz parte do ensino

da igreja que o mundo foi criado e passou a existir em certa época e que será destruído por causa de sua impiedade [...] Por fim, as Escrituras foram escritas pelo Espírito de Deus e têm não apenas um significado óbvio, mas também outro que escapa à atenção da maior parte das pessoas.

Sobre os primeiros princípios

O Deus e Pai, que mantém o Universo coeso, é superior a todo ser existente [...] o Filho, sendo menor do que o Pai, é superior apenas às criaturas racionais (pois ele é segundo em relação ao Pai); o Espírito Santo é menor ainda e habita o interior dos santos apenas.

Sobre os primeiros princípios

Não se deve imaginar que Deus consista numa espécie de corpo; tampouco que subsista num corpo. Ele é uma existência intelectual simples, sem nenhum acréscimo sequer. Por isso não se deve crer que ele seja passível de aumento ou diminuição, e sim que é uma Unidade, ou, se é que posso dizer, uma Unicidade completa, a mente e a fonte que dá origem a toda existência intelectual.

Sobre os primeiros princípios

Atanásio (c. 295-373)

Assim foi que duas maravilhas vieram a acontecer de uma só vez: a morte de todos se realizou no corpo do Senhor e, ao mesmo tempo, a morte e a corrupção foram totalmente eliminadas em razão do Verbo a ele unido. Porque era preciso que houvesse morte e que ela fosse suportada em favor de todos, para que a dívida de todos fosse paga. Portanto, como disse antes, o Verbo — uma vez que era impossível que ele morresse, porque é imortal — tomou para si um corpo mortal a fim de poder oferecê-lo como seu em lugar de todos, e a fim de sofrer, por meio de sua união com ele, em lugar de todos, “arruinando aquele que detinha o poder da morte, isto é, o Diabo, a fim de libertar aqueles que, pelo medo da morte, a vida toda viveram em cativeiro”.

A encarnação do Verbo

Somos a causa de ele ter se tornado carne. Para nos salvar, ele nos amou tanto que surgiu e nasceu num corpo humano [...] Ninguém senão o próprio Salvador, que no princípio criou todas as coisas do nada, poderia transformar o corrupto em incorrupto; ninguém senão a Imagem do Pai poderia recriar os

homens à imagem de Deus; ninguém senão nosso Senhor Jesus Cristo, que é a própria Vida, poderia tornar imortal o mortal; ninguém senão o Verbo, que ordena todas as coisas e é, somente ele, o verdadeiro Filho unigênito do Pai, poderia ensinar os homens acerca do Pai e destruir a idolatria. Uma vez que a dívida contraída por todos os homens tinha de ser paga (porque todos tinham de morrer), ele veio até nós. Depois de manifestar sua divindade por meio de suas palavras, ofereceu seu sacrifício em favor de todos e entregou à morte seu templo (corpo) em lugar de todos os homens. Fez isso para libertar os homens da culpa do primeiro pecado e para mostrar-se mais poderoso que a morte, evidenciando a incorruptibilidade do seu corpo como as primícias da ressurreição de todos [...] Dois milagres ocorreram de uma só vez: a morte de todos os homens se realizou no corpo do Senhor e a morte e a corrupção foram destruídas por causa do Verbo a ele unido. Com a morte, a imortalidade chegou para todos; quando o Verbo se fez homem, a providência universal, o criador e líder do Universo, o Verbo de Deus, se deu a conhecer. Ele se tornou homem para que nos tornássemos divinos; revelou-se num corpo para que pudéssemos ver o Pai invisível; suportou os insultos humanos para que herdássemos a imortalidade.

A encarnação do Verbo

Se ele [o Verbo] fosse mera criatura, não teria sido adorado e tampouco mencionado [como a Bíblia o menciona]. Contudo, ele é de fato a descendência real da substância do Deus adorado, seu Filho por natureza, e não uma criatura. Portanto, é adorado e acreditado como Deus [...] Os raios do sol provêm de fato do sol, contudo, a substância do sol não é por isso dividida nem diminuída. A substância do sol é indivisa, e seus raios são perfeitos e indivisíveis. Os raios não reduzem a substância da luz, mas são sua descendência verdadeira. De igual modo, entendemos que o Filho é gerado não de fora do Pai, mas do próprio Pai. O Pai permanece íntegro, enquanto a “representação exata do seu Ser” [Hb 1.3] é eterna e preserva a semelhança do Pai e sua imagem imutável.

Discursos contra os arianos

Credo Atanasiano

Quem quiser ser salvo deve antes de tudo professar a fé católica. Aquele que não guardar essa fé íntegra e intacta perecerá sem dúvida por toda a eternidade.

Esta é a fé católica: que adoramos o Deus único na Trindade e a Trindade na Unidade, sem confundir as pessoas nem dividir a substância. Porque uma é a pessoa do Pai, outra a do Filho e outra ainda a do Espírito Santo. Mas a divindade do Pai, do Filho e do Espírito Santo é uma só. A glória deles é igual, e a majestade dos três é coeterna.

Como é o Pai, assim é o Filho e também é o Espírito Santo. O Pai é inciado, o Filho é inciado e o Espírito Santo é inciado. O Pai é infinito, o Filho é infinito e o Espírito Santo é infinito. O Pai é eterno, o Filho é eterno e o Espírito Santo é eterno. Contudo, não há três eternos, mas apenas um eterno — assim como não há três inciados, tampouco três infinitos, mas apenas um inciado e um infinito. Do mesmo modo que o Pai é todo-poderoso, o Filho é todo-poderoso e o Espírito Santo é todo-poderoso — mas não há três todo-poderosos, e sim apenas um todo-poderoso.

Assim, o Pai é Deus, o Filho é Deus e o Espírito Santo é Deus — mas não há três Deuses, e sim apenas um Deus. Do mesmo modo, o Pai é Senhor, o Filho é Senhor e o Espírito Santo é Senhor — contudo, não há três Senhores, mas apenas um Senhor. Porque, assim como a verdade cristã nos manda reconhecer que cada pessoa é Deus e Senhor, também a religião católica nos proíbe de falar em três Deuses ou três Senhores.

O Pai não foi feito, nem criado, nem gerado de absolutamente nada. O Filho vem unicamente do Pai — não foi feito nem criado, mas gerado. O Espírito Santo procede do Pai e do Filho — não foi feito, nem criado, nem gerado, mas procede. Portanto, há um só Pai, e não três Pais; um só Filho, e não três Filhos; um só Espírito Santo, e não três Espíritos Santos. Nessa Trindade, nenhum é anterior nem posterior ao outro; ninguém é maior nem menor, mas as três pessoas são coeternas e coiguais entre si. Assim, em todas as coisas, como se disse, tanto a Trindade na Unidade quanto a Unidade na Trindade devem ser adoradas. Quem, pois, quiser salvar-se deve assim pensar a respeito da Trindade.

Porém, para alcançar a salvação eterna, também é preciso crer fielmente na encarnação de nosso Senhor Jesus Cristo, pois a fé correta consiste em crer e confessar que nosso Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus, é igualmente Deus e homem. Ele é Deus, gerado da substância de seu Pai antes dos tempos; é homem, nascido da substância de sua mãe no tempo. É Deus perfeito e homem perfeito, composto de alma racional e carne humana. Como Deus, é igual ao Pai; como homem, é menor que o Pai.

Embora seja Deus e homem, ele não é dois, mas um único Cristo. É um não porque sua divindade se converteu em carne, mas porque assumiu sua humanidade em Deus. É um de fato não pela confusão das substâncias, mas pela unidade da pessoa. Porque assim como a alma racional e a carne formam um só homem, também Deus e o homem formam um só Cristo.

Ele padeceu pela nossa salvação, desceu aos infernos, ressuscitou dos mortos, subiu aos céus e se assentou à direita do Pai. De lá virá para julgar os vivos e os mortos. Quando vier, todos os homens ressuscitarão no corpo e prestarão contas do que fizeram. Os que tiverem praticado o bem irão para a vida eterna; os que tiverem praticado o mal, para o fogo eterno.

Essa é a fé católica. Quem não a professar com fidelidade e firmeza, não poderá salvar-se.

Credo do Primeiro Concílio de Niceia (325)

Cremos em um só Deus, Pai todo-poderoso,
criador de todas as coisas, visíveis e invisíveis.
E em um só Senhor Jesus Cristo,
o Filho de Deus,
unigênito do Pai,
da substância do Pai;
Deus de Deus, Luz de Luz,
Deus verdadeiro de Deus verdadeiro,
gerado, não criado,
consustancial com o Pai;
por quem foram criadas todas as coisas no céu e na terra.
O qual, por nós homens e para nossa salvação, desceu do céu,
se encarnou e se fez homem.
Padeceu e ao terceiro dia ressuscitou,
subiu ao céu
e virá novamente para julgar os vivos e os mortos.
E (cremos) no Espírito Santo.

Basílio de Cesareia (c. 329-379)

A substância se relaciona com a hipóstase assim como o universal se relaciona com o particular. Cada um de nós participa da existência por meio

da substância comum a todos, contudo é um indivíduo particular por causa de suas características próprias. Assim também é com Deus: a substância refere-se àquilo que é comum, como a bondade, a divindade e outros atributos, ao passo que a hipóstase se manifesta nas características especiais da paternidade, da filiação e do poder santificador.

Carta 214

Gregório de Nissa (c. 335-395)

Uma vez que, no caso dos homens, podemos distinguir a ação de cada um quando muitos buscam realizar a mesma tarefa, dizemos corretamente que nos referimos a muitos homens. Cada um deles é separado dos demais por seu ambiente específico e por sua forma particular de trabalhar. Não é o que acontece com Deus. Não aprendemos que o Pai faz algo por conta própria sem a cooperação do Filho. Tampouco o Filho age isoladamente sem o Espírito Santo. Porém, todo ato que parte de Deus em direção à criação [...] tem origem no Pai, procede pelo Filho e é completado pelo Espírito Santo [...] A Trindade santa efetua cada ato não por ações isoladas de acordo com o número de pessoas, mas por um único movimento e uma única disposição do beneplácito que procede do Pai, por meio do Filho para o Espírito. Portanto, não podemos chamar de três deuses aqueles que, em conjunto, de modo inseparável e mútuo, exercitam o poder e a atividade divina de supervisão de toda a criação.

Sobre não haver três deuses

Gregório de Nazianzo (m. 390)

Quando falo de Deus, deves ser iluminado ao mesmo tempo por um raio de luz e também por três. Há três individualidades ou hipóstases ou, se quiseres, pessoas. (Por que discutir acerca de nomes quando as palavras querem dizer a mesma coisa?) Há uma substância — isto é, uma Divindade. Porque Deus é dividido sem divisão, se assim posso dizer, e é unido na divisão. A Divindade é um em três e três em um. Ela tem seu ser nos três ou, para ser mais exato, a Divindade são os três [...] Não devemos, de modo herético, fundir Deus numa só pessoa [como no monarquianismo] e tampouco dividi-lo desigualmente [como no arianismo].

Discursos

Qualquer indivíduo que tenha confiado em Cristo como se este fosse um homem sem a mente humana é estulto e indigno da salvação. Porque o que [Cristo] não assumiu, ele não curou. O que ele uniu à sua divindade é que foi salvo. Se apenas metade de Adão tivesse caído, bastaria Cristo assumir apenas metade do homem e salvar meio homem. Contudo, se foi a natureza humana em sua totalidade que caiu, ela teve de ser unida à natureza integral [de Cristo] e assim ser salva em sua integralidade.

Carta 101

Agostinho de Hipona (354-430)

Para o cristão, basta crer que a causa de todas as coisas criadas, no céu e na terra, visíveis ou invisíveis, outra não é senão a bondade do Criador, que é o único e verdadeiro Deus; que não há nenhum outro ser exceto Deus ou o que dele provém [...] Como reconhecem até os infiéis, o Deus onipotente, Poder primordial do mundo, sendo ele mesmo supremamente bom, não poderia permitir mal algum em suas obras, pois, sendo ele todo-poderoso e bondoso, é capaz de até do mal extrair o bem.

Enquirídio

Portanto, Cristo Jesus, o Filho de Deus, é tanto Deus quanto homem. É Deus antes de todas as eras, e homem em nosso tempo. É Deus porque é o Verbo de Deus, pois *o Verbo era Deus*. Todavia, é homem porque em sua pessoa juntaram-se ao Verbo uma alma racional e um corpo. Assim, à medida que é Deus, ele e o Pai são um; à medida que é homem, o Pai é maior do que ele. Como era o Filho único de Deus, não pela graça, mas pela natureza, para que fosse cheio de graça tornou-se igualmente o Filho do homem; mas não fez de si dois filhos de Deus, e sim apenas um Filho de Deus: Deus sem começo, homem com um começo definido — nosso Senhor Jesus Cristo.

Enquirídio

Portanto, o verdadeiro Mediador, que “tomou a forma de servo” e desse modo se tornou “Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem” (1Tm 2,5), recebe o sacrifício na “forma de Deus” (Fp 2,7,8), em união com o Pai, com quem é um só Deus. Todavia, na “forma de servo”, decidiu que, em vez de receber o sacrifício, seria ele mesmo o sacrifício, a fim de impedir que alguém pudesse

imaginar que tal sacrifício devesse ser oferecido a qualquer criatura. Portanto, ele é a um só tempo o sacerdote, que apresenta ele próprio a oferta, e a oblação.

A cidade de Deus

Essa graça, cuja força se aperfeiçoa na fraqueza, leva todos os que são predestinados e chamados por Deus à perfeição e à glória supremas. Essa graça não só nos mostra o que devemos fazer, mas também nos compele a fazê-lo. Não só nos leva a crer no que devemos amar, mas também nos compele a amá-lo.

Sobre a graça de Cristo

Cirilo de Alexandria (m. c. 444)

Não dizemos que a natureza do Verbo mudou e se tornou carne, tampouco que ela se converteu num homem completo, feito de corpo e alma. Eis o que dizemos: que o Verbo, de um modo que vai além das palavras ou do entendimento, uniu hipostaticamente a si próprio uma carne animada por uma alma racional e se fez homem [...] Portanto, aquele que existia antes de todas as eras e nasceu do Pai, dele se diz que nasceu segundo a carne, de uma mulher. Não é verdade que sua natureza divina tenha sido derivada da santa virgem [...] mas porque, por nossa causa e por nossa salvação, ele se uniu hipostaticamente a um corpo humano e nasceu de uma mulher, afirma-se que ele nasceu segundo a carne [...] Não devemos dividir o único Senhor Jesus Cristo em dois filhos [Filho de Deus e Filho do homem]. Tampouco é suficiente para a sã doutrina simplesmente sustentar a união de [duas] pessoas, como fazem alguns [Nestório]. A Escritura não diz que o Verbo se uniu à pessoa de um homem, e sim que ele se fez carne. Isso não significa outra coisa senão que ele partilhou da nossa carne e do nosso sangue, fazendo-se semelhante a nós. Fez do nosso corpo o seu corpo sem jamais deixar de ser Deus.

Carta 4

Se alguém não confessar que a carne do Senhor dá vida e que ela é a própria carne do Verbo de Deus Pai — mas alegar que ela pertence a outra pessoa unida a ele somente em dignidade e em quem a divindade habita — se alguém não confessar que sua carne dá vida, porque é a carne do Verbo que dá vida a todos, que seja anátema.

Anátema

Se alguém que usa a expressão “em duas naturezas” [...] empregar o número [dois] para dividir as naturezas ou fazer delas pessoas propriamente ditas, que seja anátema.

Anátema

Se alguém usar a expressão “de duas naturezas” [...] ou a expressão “a natureza encarnada de Deus o Verbo” e não as compreender conforme ensinaram os santos pais [...] mas tentar introduzir uma natureza ou substância da Divindade na humanidade de Cristo, que seja anátema. Porque, ao ensinar que o Verbo unigênito estava unido hipostaticamente [à humanidade], não queremos dizer com isso que houve mútua confusão de naturezas.

Anátema

Se alguém não confessar que nosso Senhor Jesus Cristo, que foi crucificado na carne, é verdadeiro Deus e Senhor da Glória e uma [pessoa] da Santíssima Trindade, que seja anátema.

Anátema

Máximo, o Confessor (580-662)

Cristo era Deus por natureza e fez uso de uma vontade que era naturalmente divina e paterna, porque sua vontade era uma com a do Pai. Era também homem por natureza e fez uso de uma vontade humana natural, que de forma alguma se opunha à vontade do Pai.

Obras teológicas e polêmicas: breve excursão

Não conhecemos Deus em sua essência, conhecemo-lo pela magnificência da criação e pela ação da providência que nos apresenta, como num espelho, o reflexo da sua bondade, da sua sabedoria e dos seus poderes infinitos.

Centúrias sobre a caridade

Deus, e assim também tudo o que é divino, é compreensível de certo ponto de vista e incompreensível de outros. É compreensível na contemplação dos seus atributos e incompreensível na contemplação da sua essência.

Centúrias sobre a caridade

Simeão, o Novo Teólogo (949-1022)

Tua natureza, porém, é tua essência, e tua essência é tua natureza. Unindo-me, portanto, ao teu corpo participo da tua natureza e assumo como verdadeiramente meu o que é teu, unindo-me à tua divindade. Glória à tua bondade e ao plano mediante o qual te tornaste homem — tu, que por natureza és Deus — sem mudança nem confusão, permanecendo sempre o mesmo, e pelo qual fizeste de mim um deus — eu, mortal por natureza, deus por tua graça, pelo poder do teu Espírito, que congrega como deus uma união de oponentes.

Hinos ao amor divino

Sempre que alguém vê Deus revelado, vê a luz. Maravilha-se com o que vê — mas ao mesmo tempo não sabe de imediato quem lhe apareceu. Não ousa sequer indagar. Como poderia? Não é sequer capaz de erguer os olhos e contemplar aquela majestade. Em vez disso, subjugado pelo medo e pelo tremor, olha para os próprios pés.

Sobre a vida mística

Gregório Palamas (c. 1296-1359)

Uma vez que é possível participar de Deus e que a essência superessencial de Deus encontra-se absolutamente acima de toda e qualquer participação, existe algo entre a essência (da qual não se pode participar) e aqueles que participam, para que eles possam participar de Deus [...] Ele se torna presente para todas as coisas por suas manifestações e por suas energias criativas e providenciais. Em uma palavra, devemos buscar um Deus do qual possamos participar de uma forma ou de outra, de modo que, por tal participação, cada um de nós — do modo adequado a cada um e pela analogia da participação — possa receber o ser, a vida e a deificação.

Tríades

Ele é o ser e o não ser [...] Está em toda parte e em parte alguma; tem muitos nomes e não pode ser nomeado; está em perpétuo movimento e é imóvel; é absolutamente tudo e não é nada daquilo que é.

Apologia

O rei de tudo está em toda parte, e seu reino está em todo lugar. Isso quer dizer que a vinda do reino não pode significar que ele será transferido de um lugar para outro, e sim que é revelado pelo poder do Espírito divino. Por isso, Cristo disse que o reino “virá com poder”. E esse poder não virá sobre todos, mas sobre aqueles que “permaneceram com o Senhor”, isto é, os que estão firmemente alicerçados na fé, como Pedro, Tiago e João, que foram os primeiros a ser levados pelo Verbo a esta alta montanha, a fim de simbolizar os que são capazes de se elevar acima de sua natureza humana. Por esse motivo, a Escritura nos mostra Deus descendo de sua morada suprema e erguendo-nos de nossa condição humilde para o alto de uma montanha, a fim de que aquele que é infinito seja certamente, mas dentro de certos limites, envolvido pela natureza criada.

Homilia 34

Anselmo da Cantuária (c. 1033-1109)

Com efeito, pode-se pensar na existência de um ser que não admite ser pensado como não existente. Ora, aquilo que não pode ser pensado como não existente, sem dúvida, é maior do que aquilo que pode ser pensado como não existente. Por isso, o ser do qual não é possível pensar nada maior, se se admitisse ser pensado como não existente, ele mesmo, que é o ser do qual não se pode pensar nada maior, não seria o ser do qual não é possível pensar nada maior, o que é ilógico. Existe, portanto, verdadeiramente o ser do qual não é possível pensar nada maior; e existe de tal forma, que nem sequer é admitido pensá-lo como não existente. E esse ser, ó Senhor, nosso Deus, és tu. Assim, tu existes, ó Senhor, meu Deus, e de tal forma existes que nem é possível pensar-te não existente. E com razão. Se a mente humana conseguisse conceber algo maior do que tu, a criatura elevar-se-ia acima do Criador e formularia um juízo acerca do Criador. Coisa extremamente absurda. E, enquanto tudo, excluindo a ti, pode ser pensado como não existente, tu és o único, ao contrário, que existes realmente, entre todas as coisas, e em sumo grau. [Porque tudo o mais que existe, não existe verdadeiramente como tu e, portanto, tem menos ser.]*

Proslógio

* Trecho extraído de *Os Pensadores* (São Paulo: Abril Cultural, 1973), vol. VII, cap. III, p. 108-9.

Pedro Abelardo (1079-1141)

De fato, quão cruel e perverso parece ser que alguém exija o sangue de uma pessoa inocente como preço de alguma coisa, ou que de algum modo lhe agrade que um inocente seja sacrificado — muito menos que Deus considere a morte de seu Filho tão agradável que, por meio dela, ele se reconcilie com o mundo inteiro! Essas e outras indagações parecem nos colocar um problema considerável no tocante a nossa redenção ou à justificação pela morte de nosso Senhor Jesus Cristo.

Exposição sobre Romanos (3.19-26)

Ora, nos parece que fomos justificados pelo sangue de Cristo e reconciliados com Deus da seguinte forma: por meio desse ato de graça ímpar que nos foi manifestado — em que seu Filho tomou sobre si nossa natureza e nela perseverou, ensinando-nos por palavras e ações até a morte —, ele nos uniu a si mesmo pelo amor. Como consequência, nosso coração deve inflamar-se com tal dom da divina graça, e o verdadeiro amor não deve agora se recusar a sofrer qualquer coisa por ele.

Exposição sobre Romanos (3.19-26)

O amor aumenta com a fé que temos em Cristo, pois, pela fé de que Deus em Cristo uniu a si nossa natureza humana, e de que, sofrendo na mesma natureza, ele nos mostrou aquele amor supremo de que Cristo fala [...] “Ninguém tem maior amor do que [esse]” (Jo 15.13) [...] somos, por sua graça, unidos a ele e ao nosso próximo por um elo inquebrantável de amor [...] Assim, pois, nossa redenção pelo sofrimento de Cristo é aquele amor mais profundo em nós que não só nos liberta da escravidão do pecado, mas também nos assegura a verdadeira liberdade de filhos de Deus, para que possamos fazer todas as coisas por amor, e não por temor — por amor àquele que nos demonstrou tamanha graça que em parte alguma se achará maior.

Exposição sobre Romanos

Tomás de Aquino (1225-1274)

Diz-se comumente que Deus é todo-poderoso. Contudo, parece difícil compreender a razão disso em face da dúvida sobre o que significa dizer que “Deus pode fazer ‘tudo’ [...] Caso se diga que Deus é onipotente porque pode fazer

tudo o que seu poder lhe permite, a compreensão da onipotência será circular, pois nada mais diz senão que Deus é onipotente porque pode fazer tudo o que pode fazer [...] Pecar é ficar aquém de uma ação perfeita. Portanto, ser capaz de pecar é ser capaz de ser deficiente em relação a uma ação, o que não se concilia com a onipotência. Porque Deus é onipotente que ele não pode pecar.

Compêndio de teologia

Existe satisfação de fato quando se oferece à pessoa ofendida algo que lhe proporcione um prazer maior que seu ódio à ofensa. Ora, Cristo, com seu sofrimento, resultado do amor e da obediência, ofereceu a Deus algo maior do que tudo quanto se poderia obter em compensação pela ofensa da humanidade — em primeiro lugar, em razão da grandiosidade do seu amor, motivo pelo qual sofreu; em segundo lugar, em razão do valor da vida que ofereceu como satisfação, vida que era a de Deus e de um ser humano; em terceiro lugar, em razão da abrangência de sua paixão e da grandeza do sofrimento que tomou sobre si.

Suma teológica

Os nomes atribuídos a Deus e às coisas não são totalmente unívocos nem equívocos [...] São atribuídos a Deus por analogia [...] Assim, quando comparamos as outras coisas com Deus, porque ele é a primeira causa delas, os mesmos nomes que significam as perfeições das coisas atribuímos a Deus. Fica, pois, esclarecido, com relação à imposição dos nomes, que embora esses nomes se refiram primeiramente às criaturas, pois, ao impor os nomes, a inteligência sobe das criaturas para Deus, com relação à coisa significada pelo nome, eles referem-se primeiramente a Deus, de quem as perfeições descem para as outras coisas.*

Compêndio de teologia

Há quem diga que, depois da consagração, a substância do pão e do vinho permanece no sacramento. Tal posição, porém, não se sustenta. Em primeiro lugar, porque destruiria a realidade do sacramento, que exige a presença do corpo real de Cristo nele. É verdade que o corpo ali não está antes da consagração. Toda-via, uma coisa não pode estar onde antes não estava, a não ser que ali chegue

*Trecho extraído de *Compêndio de teologia* (Rio de Janeiro: Presença, 1977), cap. XXVII, p. 21.

por movimento local ou que algo ali já existente se converta nela [...] É claro que o corpo de Cristo não começa a existir nesse sacramento introduzindo-se nele por movimento local. Em primeiro lugar, porque deixaria de existir no céu, uma vez que tudo o que sofre movimento local só começa a existir em outro lugar ao deixar o lugar onde estava [...] Em vista dessas coisas, segue-se que não há outro modo pelo qual o corpo de Cristo possa começar a existir nesse sacramento se não for pela substância do pão transformar-se em corpo. Ora, depois da transformação, o que se transforma em outra coisa não está mais onde estava. A realidade do corpo de Cristo nesse sacramento exige, portanto, que, depois da consagração, a substância do pão não esteja mais onde estava.

Suma teológica

É evidente para nossos sentidos que, depois da consagração, todos os acidentes do pão e do vinho se mantêm. A divina providência, em sua sabedoria, assim dispôs. Em primeiro lugar, os homens não têm o costume de comer carne humana e beber sangue humano; a própria ideia de uma coisa desse tipo os repugna. Assim, a carne e o sangue de Cristo nos são dados sob a aparência de coisas que os homens usam normalmente — isto é, pão e vinho. Em segundo lugar, para que esse sacramento não fosse objeto de desdém para os descrentes se nos vissem comer nosso Senhor em sua aparência humana. Em terceiro lugar, ao nos alimentarmos do corpo e do sangue do nosso Senhor em sua presença invisível, aumentamos o mérito da nossa fé [crendo contra as evidências dos nossos sentidos].

Suma teológica

Nesse seu modo de estar nos sacramentos, Cristo não sofre movimento local algum, exceto num sentido muito especial. Cristo não está nesse sacramento como se estivesse em um lugar, como já dissemos; e o que não está em um lugar não pode sofrer movimento local; diz-se apenas que sofreu movimento quando aquilo em que está sofre movimento.

Suma teológica

Boaventura (1221-1274)

Todo aquele que quiser subir até Deus deve primeiramente evitar o pecado, que deforma nossa natureza. Em seguida, deve exercitar seus poderes naturais

referidos anteriormente: orar, para receber a graça restauradora; viver uma vida digna, para receber a justiça purificadora; meditar, para receber o conhecimento que ilumina; e contemplar, para receber a sabedoria perfeita. Assim como ninguém chega à sabedoria a não ser pela graça, pela justiça e pelo conhecimento, também ninguém chega à contemplação senão pela meditação profunda, por uma vida santa e pela oração fervorosa.

Itinerário da alma a Deus

Nada pode ser entendido a não ser que Deus, por sua eterna verdade, ilumine sem intermediários aquele que entende [...] Deus deve ser chamado de nosso mestre, porque nosso intelecto se aproxima dele como da luz de nossa mente e do princípio pelo qual conhecemos toda verdade.

Questões disputadas sobre o conhecimento de Cristo

Na Antiga Lei, havia ungüentos, mas eles eram figurativos e não curavam. A doença era letal, mas as unções, superficiais [...] Os ungüentos que curam devem de fato proporcionar tanto a unção espiritual quanto poder vivificante. Só Cristo, nosso Senhor, proporcionou isso, uma vez que [...] por sua morte, os sacramentos têm o poder de dar vida.

Sententiae in IV libris distinctae, vol. 2

João Escoto Erígena (c. 810-877)

Mas o que é, Senhor, essa tua vinda senão uma escalada pelos infinitos degraus da tua contemplação? Porque sempre vens ao encontro do intelecto daqueles que te buscam e te encontram. Eles sempre te buscam e sempre te encontram e também, ao mesmo tempo, nunca te encontram. Tu és encontrado, com efeito, em tuas manifestações, nas quais de muitas maneiras [...] encontrares a mente daqueles que te compreendem da forma que tu permutes que sejas compreendido — não naquilo que és, mas no que não és, e no fato de seres. Contudo, não és encontrado em tua superessência, por meio da qual ultrapas-sas e excedes todo intelecto.

Sobre a divisão da natureza

João Wycliffe (c. 1330-1384)

Com relação ao trabalho de um profeta, fica claro pelo exemplo de João Batista e do Cristo que ele deve falar a verdade para a edificação do povo até o dia de sua morte.

Sermões I

A falta de fé é causa de toda ansiedade desnecessária.

Sermões I

É hábito de Deus tornar suas Palavras prenhes da fecundidade de muitos significados.

Sermões IV

A paz perene neste mundo não se compara à menor paz de Deus. A primeira é incerta e está sujeita à volubilidade dos desejos do pecador.

Sermões IV

A Escritura é um refúgio seguro para quem a lê com respeito, porque há nela profundidades impenetráveis.

Sobre a verdade da Escritura Sagrada I

Se alguém vive na graça, tudo o que faz é dirigido pelo Espírito Santo.

Sobre a verdade da Escritura Sagrada I

Martinho Lutero (1483-1546)

Mesmo que um anjo descesse do céu e aparecesse na minha frente, nem por isso eu seria mais crente. Tenho o vínculo e o selo do meu Salvador, Jesus Cristo. Tenho sua Palavra, seu Espírito e seu sacramento. É deles que dependo, não preciso de nenhuma revelação nova.

Conversas à mesa

A fé não significa apenas que a alma se deu conta de que há plenitude de graça, liberdade e santidade no mundo divino. Ela também une a alma a Cristo, tal como a noiva se une a seu noivo. Desse casamento, conforme diz São Paulo (Ef 5.31,32), segue-se que Cristo e a alma se tornam um único corpo, de tal modo que passam a ter todas as coisas em comum, sejam elas boas ou ruins.

Isso significa que o que Cristo possui pertence à alma que crê; e o que a alma possui pertence a Cristo. Ora, Cristo possui tudo o que é bom e santo; essas coisas agora pertencem à alma. Ela possui inúmeras perversões e pecados; estes agora pertencem a Cristo.

A liberdade do cristão

Eu odiava a expressão “justiça de Deus”. Havia-me ensinado que essa era a justiça pela qual o Deus justo castiga os pecadores ímpios. Embora levasse uma vida irrepreensível quando monge, eu sentia que era um pecador cuja consciência não se aquietava diante de Deus. Também não podia acreditar que o havia agradado com minhas obras. Longe de amar aquele Deus justo que punia os pecadores, na verdade eu o odiava [...] Estava desesperado para entender o que Paulo dissera nesta passagem [Rm 1.17]. Por fim, ao meditar dia e noite sobre a relação das palavras “a justiça de Deus se revela no evangelho, de fé em fé, como está escrito: o justo viverá pela fé”, aos poucos fui entendendo que a “justiça de Deus” é aquela por meio da qual o justo vive pelo dom de Deus (a fé). E a expressão “a justiça de Deus se revela” refere-se a uma justiça passiva mediante a qual o Deus misericordioso nos justifica pela fé, como está escrito, “o justo viverá pela fé”. Isso imediatamente me fez sentir como se tivesse nascido de novo, como se as portas do paraíso se escancarassem para que eu pudesse entrar. A partir daquele momento, vi toda a Escritura por uma nova luz [...] E agora, eu que antes odiava a expressão “justiça de Deus” passei a amá-la e a exaltá-la cada vez mais, e ela é para mim a mais doce de todas, de tal modo que essa passagem de Paulo se tornou o portão de acesso ao paraíso para todos os homens.

Prefácio às obras em latim

Receber esse sacramento sob a forma do pão e do vinho, portanto, nada mais é do que receber um sinal seguro dessa comunhão e união com Cristo e com todos os santos. É como se os cidadãos recebessem um sinal, um documento ou algum outro símbolo que lhes assegure que são de fato cidadãos e membros daquela comunidade específica [...] Nesse sacramento, portanto, recebemos um firme sinal de Deus de que estamos unidos a Cristo e aos santos, de que temos tudo em comum com eles e de que o sofrimento e a vida de Cristo são nosso próprio sofrimento e vida.

O venerabilíssimo sacramento do santo e verdadeiro corpo de Cristo

Onde está a Palavra do Deus que faz promessas deve necessariamente estar a fé da pessoa que aceita tais promessas. É evidente que o começo da nossa salvação é uma fé que se apega à Palavra de um Deus que faz promessas — um Deus que, sem nenhum esforço de nossa parte, por sua misericórdia livre e imerecida, vai adiante de nós e nos oferece uma palavra de promessa.

O cativeiro babilônico da igreja

Ulrico Zuínglio (1484-1531)

Creio que na santa eucaristia (isto é, na ceia de ação de graças), o verdadeiro corpo de Cristo está presente mediante a contemplação da fé. Em outras palavras, aqueles que agradecem ao Senhor pela bondade concedida a nós por meio do seu Filho reconhecem que ele se encarnou verdadeiramente e sofreu de fato, lavando verdadeiramente nossos pecados em seu sangue. Portanto, tudo o que Cristo fez se torna presente para eles pela contemplação da fé. Contudo, que o corpo de Cristo, que é seu corpo natural em essência e realidade, esteja presente na Ceia, ou seja, comido e mastigado por nós, como dizem os papistas e alguns que anseiam pelos potes de carne do Egito [os luteranos], nós não somente negamos, mas também asseveramos firmemente que se trata de erro contrário à palavra de Deus [...] O corpo natural de Cristo não é comido por nossa boca, como ele mesmo demonstrou quando disse aos judeus que discutiam sobre comer sua carne corpórea: “a carne não serve para nada” [Jo 6.63] [...] As palavras “Isto é o meu corpo” não devem ser entendidas literalmente, e sim figuradamente, assim como “Esta é a Páscoa” [Êx 12.11].

Confissão de fé

A fé existe em nosso coração por meio do Espírito de Deus, e somos sensíveis a ela. Na verdade, que há uma mudança interna de coração não é assunto obscuro, mas não a percebemos pelos sentidos [...] Embora a fé seja esperança e confiança em coisas distantes dos sentidos, não obstante isso ela não depende de uma decisão ou escolha nossa. As coisas em que depositamos esperança fazem por si mesmas que ponhamos toda a nossa esperança nelas; pois, se fôssemos feitos crentes por nossa própria escolha ou determinação, todos os homens se tornariam crentes por força própria, inclusive os ímpios [...] Em suma, a fé não obriga o juízo a confessar que percebe o que não percebe, mas nos aproxima do invisível e fixa ali nossa esperança.

Sobre a verdadeira e a falsa religião

João Calvino (1509-1564)

Portanto, podemos obter uma definição perfeita de fé se dissermos que ela é o firme e seguro conhecimento da divina benevolência para conosco fundado sobre a veracidade da promessa graciosa feita em Cristo não só revelado à nossa mente, mas também selado em nosso coração mediante o Espírito Santo.

Institutas

Que existe na mente humana, e isso por disposição natural, certo senso da divindade, consideramos além de qualquer dúvida. Ora, para que ninguém se refugiasse no pretexto da ignorância, Deus mesmo infundiu em todos certa noção de sua divina realidade, da qual, renovando constantemente a lembrança, de quando em quando instila novas gotas, de sorte que, como todos reconhecem que Deus existe e é seu Criador, são por seu próprio testemunho condenados, já que não só não lhe rendem o culto devido, mas ainda não consagram a vida a sua vontade [...] Inumeráveis são, tanto no céu quanto na terra, as evidências que lhe atestam a mirífica sabedoria.

Institutas

Mas, já que o pacto de vida não é pregado entre todos os homens igualmente, e entre aqueles a quem é pregado não acha a mesma receptividade, quer qualitativa, quer continuativamente, nessa diversidade se manifesta a admirável profundezza do juízo divino. Porque não há dúvida de que essa variedade serve também ao arbítrio da eterna eleição de Deus.

Institutas

Porque onde quer que vemos a Palavra de Deus ser sinceramente pregada e ouvida, onde vemos os sacramentos serem administrados segundo a instituição de Cristo, aí não se há de contestar de modo algum que está presente uma igreja de Deus, visto que sua promessa não pode enganar: “Onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles” [Mt 18.20, ARC] [...] Se o ministério tem a Palavra e a honra, se tem a administração dos sacramentos, merece sem dúvida alguma ser considerado uma igreja.

Institutas

Confissão de fé de Westminster (excertos)

A igreja católica, ou universal, que é invisível, consta do número total dos eleitos que já foram, dos que agora são e dos que ainda serão reunidos em um só corpo sob Cristo, a cabeça [...] A igreja visível, que também é católica, ou universal, segundo o Evangelho (não se restringe a nenhuma nação, como antes era sujeita à Lei) consta de todos aqueles que pelo mundo inteiro professam a verdadeira religião, juntamente com seus filhos [...] A essa igreja católica visível, Cristo deu o ministério, os oráculos e as ordenanças de Deus para reunião e aperfeiçoamento dos santos nesta vida até o fim do mundo; e pela sua própria presença e seu Espírito, os torna eficazes para esse fim, segundo a sua promessa [...] As igrejas particulares, que são membros dela [da igreja universal], são mais ou menos puras de acordo com o ensino e a adoção da doutrina do evangelho; e de como elas administram as ordenanças e celebram o culto público, com ou mais ou menos pureza. As igrejas mais puras debaixo do céu estão sujeitas à mistura e ao erro; algumas se degeneraram tanto a ponto de evidentemente não serem mais igrejas de Cristo. Não obstante, haverá sempre sobre a terra uma igreja para adorar a Deus segundo a própria vontade dele.

Confissão de fé de Westminster

John Wesley (1703-1791)

Vejamos em primeiro lugar o que é religião. Para mim, religião não é a enunciação pura e simples de incontáveis orações, de manhã e à noite, em público ou em particular; não é algo que se aponha de vez em quando a uma vida mundana ou negligente. Trata-se, antes, de um hábito frequente da alma, renovação da mente consoante a imagem de Deus, recuperação da semelhança divina, conformidade cada vez maior do coração e da vida com o padrão do nosso santíssimo Redentor.

Letter to Richard Morgan [Carta a Richard Morgan]

Creio que o Espírito infinito e eterno de Deus, igual ao Pai e ao Filho, não só é perfeitamente santo em si mesmo, mas também é a causa imediata de toda santidade em nós. Ele ilumina nossa compreensão, retifica nossos desejos e afetos, renova nossa natureza, une nossa pessoa à de Cristo, garante-nos a adoção de filhos, guia-nos em nossas ações; purifica-nos e santifica a alma e o corpo para a satisfação plena e eterna em Deus.

Works [Obras]

A fé cristã, portanto, não consiste apenas em assentimento a todo o evangelho de Cristo. Consiste também na plena confiança em seu sangue; na confiança nos méritos de sua vida, morte e ressurreição; é ainda descanso nele como nossa expiação e vida, que nos foi dada e vive em nós. Em consequência disso, unimo-nos a ele, a ele nos apegamos como nossa “sabedoria, justiça, santificação e redenção”, ou, em uma palavra, nossa salvação.

Sermon I [Sermão I]

Jonathan Edwards (1703-1758)

A plenitude do bem interno de Deus, ou sua glória, está nestas três coisas: seu conhecimento infinito, sua virtude, ou santidade, infinita, e sua alegria, ou felicidade, infinita.

De fato, há em Deus muitos atributos, consoante nossa maneira de os conceber e de falar deles. Mas todos podem ser reduzidos a esses mencionados ou a graus, circunstâncias e relações deles [...] Portanto, a glória externa de Deus consiste na comunicação de tais atributos.

Works of Jonathan Edwards [Obras de Jonathan Edwards]

Devemos *crer* no Senhor Jesus Cristo e recebê-lo como Salvador do modo que o evangelho o apresenta. Contudo, como não podemos fazer isso por conta própria, Cristo o adquiriu, também, para todos os eleitos. Garantiu que a todos eles seja dada a fé mediante a qual se unam a ele [de modo ativo] e tenham direito aos benefícios que ele adquiriu.

“Wisdom displayed in salvation” [“A sabedoria manifesta na salvação”],

Works of Jonathan Edwards [Obras de Jonathan Edwards]

A fé nos foi dada sobretudo para que creímos e vivamos de acordo com ela, atendendo diariamente aos pedidos de Cristo. Pode-se crer imediatamente (com a ajuda de Deus), mas ter convicção daquilo em que se crê talvez seja trabalho para grande parte da vida.

Citado em *The religion of Abraham Lincoln* [A religião de Abraham Lincoln]

O prazer em Deus é a única felicidade capaz de satisfazer a alma. Ir para o céu, desfrutar Deus em plenitude, é infinitamente melhor do que o maior conforto que se possa ter aqui. Pais e mães, maridos e mulheres, filhos ou a companhia

de amigos deste mundo não passam de sombras, porque Deus é a única subs-tância. Não são mais do que lampejos dispersos, mas Deus é o sol. São ribeiros, ao passo que Deus é o oceano (2.244).

Citado em *Jonathan Edwards: a new biography*

[*Jonathan Edwards: uma nova biografia*]

Schleiermacher (1768-1834)

Qualquer possibilidade de que Deus seja de algum modo *dado* está fora de cogitação, porque tudo o que se dá externamente deve ser dado como objeto exposto à nossa influência contrária, por mais débil que esta seja. A trans-ferência da ideia de Deus para qualquer objeto perceptível, a menos que se tenha consciência o tempo todo de que se trata de um simbolismo puramente arbitrário, é sempre uma corrupção.

A fé cristã

Um elemento essencial da nossa exposição nesta Parte é a doutrina da união da Divina Essência com a natureza humana, tanto na personalidade de Cristo quanto no Espírito comum da igreja. Nisso se confirma ou se refuta toda a visão de cristianismo formulada nos ensinamentos da nossa igreja. A menos que se presuma o ser de Deus em Cristo, é impossível que a ideia de redenção se concentre em sua Pessoa. De igual modo, se também não houver tal união no Espírito comum da igreja, é impossível que ela seja a Portadora e a Perpetuadora da redenção por meio de Cristo. São esses precisamente os elementos essenciais da doutrina da Trindade, que, naturalmente, só veio a se firmar por ser uma defesa da tese de que em Cristo estava presente nada menos que a Divina Essência, que habita também a igreja cristã como seu Espírito comum, e de que não tomemos tais expressões em sentido limitado ou meramente artificial e neguemos quaisquer essências especiais superiores e divindades subordinadas (por assim dizer) presentes em Cristo e no Espírito Santo. A origem da doutrina da Trindade não é outra senão essa; e, a princípio, não tinha outro propósito senão equiparar da maneira mais clara possível a Divina Essência em união com a natureza humana, de um lado, com a Divina Essência em si mesma, de outro [...] Em virtude dessa ligação, consideramos, com razão, que a doutrina da Trindade, à medida que se trata de um depósito desses elementos, é a pedra angular da doutrina cristã

(*als den Schlussstein der christlichen Lehre*) e, portanto, a equiparação mútua entre as essências divinas presentes em cada uma dessas duas uniões, bem como delas com a Divina Essência em si mesma, é o que há de essencial na doutrina da Trindade.

A fé cristã

John Henry Newman (1801-1890)

A religião natural baseia-se na percepção do pecado; ela reconhece a doença, mas é incapaz de descobrir o remédio, embora o procure. O remédio, tanto para a culpa quanto para a impotência moral, encontra-se na doutrina central da Revelação: a mediação de Cristo.

The grammar of assent [A gramática do assentimento]

Suponhamos, então, que seja vontade do Criador interferir nos assuntos humanos, providenciando para que se preserve no mundo o conhecimento dele, tão preciso e distinto que sirva de prova contra a energia que anima o ceticismo humano. Nesse caso — e longe de mim dizer com isso que não havia outra possibilidade — nada há que surpreenda a mente se ele achar conveniente introduzir um poder no mundo investido da prerrogativa da infalibilidade no tocante aos assuntos religiosos. Tal providência seria um meio direto, imediato, ativo e rápido de enfrentar as dificuldades [...] Sou assim levado a falar sobre a infalibilidade da igreja como providência adaptada pela misericórdia do Criador para preservar a religião no mundo e conter a liberdade dos pensamentos, o que é obviamente um de nossos maiores dons naturais, salvando-a de seus excessos suicidas.

Apologia

Karl Barth (1886-1968)

Credo ecclesiam [“Creio na igreja”] significa que acredito que aqui neste lugar, nesta assembleia, o Espírito Santo cumpre sua obra. Isso, porém, não tem como objetivo a deificação da criatura; a igreja não é o objeto da fé; não cremos na igreja. Mas cremos, sim, que nessa congregação a obra do Espírito Santo se torna um fato.

Esboço de dogmática

Quando a Sagrada Escritura fala de Deus, ela não nos permite deixar que nossa atenção ou nossos pensamentos vagueiem a esmo [...] Quando a Escritura Sagrada fala de Deus, ela concentra nossa atenção e nossos pensamentos num ponto único e naquilo que se deve saber sobre ele [...] Se fizermos outras perguntas acerca do ponto em que, de acordo com a Escritura, nossa atenção e nossos pensamentos podem e devem concentrar-se, veremos que a Bíblia nos conduz, do princípio ao fim, ao nome de Jesus Cristo.

Dogmática eclesiástica

O que aconteceu foi que o Filho de Deus cumpriu o justo juízo [que pesava] sobre nós, seres humanos, tomando ele próprio o nosso lugar como ser humano e, em nosso lugar, sofrendo o juízo a que estávamos sujeitos [...] Por que Deus se tornou um ser humano? Para que, como ser humano, fizesse, realizasse, cumprisse e completasse tudo isso por nós, transgressores, a fim de que assim ele próprio efetuasse nossa reconciliação com ele e nossa conversão a ele.

Dogmática eclesiástica

Deus não é uma categoria abstrata pela qual até o entendimento cristão da palavra deva ser medido. Aquele que é chamado de Deus [na Bíblia] é o Deus único, singular, o único que existe.

Entendimento cristão da revelação

É impossível ouvir ao mesmo tempo as duas declarações de que Jesus de Nazaré é o Filho de Deus e que o Filho de Deus é Jesus de Nazaré. Ouve-se uma ou não se ouve nada. Quando se ouve uma, a outra pode ser ouvida apenas indiretamente, pela fé.

Dogmática eclesiástica

O próprio cerne da morte reconciliatória de Cristo é a vitória sobre o pecado: o pecado por sua natureza de rebeldia do homem contra Deus e de fundamento do destino desesperador do homem na morte.

Dogmática eclesiástica

Dietrich Bonhoeffer (1906-1945)

Se a graça é a solução de Deus, a firmeza de caráter da vida cristã, então não podemos deixar nem um instante sequer de seguir Cristo. Se, porém, a graça já é um dado para minha vida cristã, significa que comecei a viver a vida cristã com todos os meus pecados justificados de antemão. Posso sair pecando à vontade e confiar no perdão dessa graça, afinal todo mundo é justificado a princípio pela graça. Então posso me agarrar à minha existência mundana aburguesada e continuar como eu era antes, mas com o acréscimo da garantia de que a graça de Deus vai me cobrir.

Discipulado

Ao contemplar o milagre da encarnação, os pais da igreja sustentavam apaixonadamente que, embora seja verdadeiro dizer que Deus assumira a natureza humana, é errado dizer que ele escolhera um indivíduo perfeito e se unira a ele. Deus se fez homem. Isso significa que ele tomou integralmente sobre si nossa natureza humana com todas as suas enfermidades, seus pecados e sua corrupção, toda a humanidade apóstata.

Discipulado

Acerca desse homem, afirmamos: “Este é Deus para nós”. Isso não significa que nós já sabíamos — num estágio anterior, digamos, e sem fazer referência alguma a Jesus Cristo — o que e quem é Deus e depois aplicamos esse conceito a Cristo. Temos uma declaração direta de identidade; tudo o que podemos afirmar sobre isso é propiciado quando voltamos para ele o nosso olhar, ou melhor, é-nos imposto por esse homem.

Cristologia

Deus permite que o tirem do mundo e o ponham na cruz. Ele é fraco e impotente no mundo, e é exatamente desse modo, desse único modo, que ele se faz presente junto de nós e nos ajuda [...] A Bíblia nos guia à impotência e ao sofrimento divinos. Só o Deus sofredor pode nos ajudar.

Cartas e papéis da prisão

Eis a diferença decisiva entre o cristianismo e as demais religiões. A religiosidade do homem faz que ele em sua angústia se volte para o poder de Deus

no mundo. Deus é o *deus ex machina*. A Bíblia leva o homem à impotência e ao sofrimento de Deus. Só o Deus sofredor pode nos ajudar.

Cartas e papéis da prisão

Reinhold Niebuhr (1892-1971)

Sem a revelação pública e histórica, a experiência particular de Deus careceria de uma boa definição e estaria sujeita a caprichos. Sem a revelação particular de Deus, a experiência pública e histórica não teria credibilidade.

Natureza e destino do homem

Embora eu acredite que o entendimento cristão do homem possa ajudar a solucionar algumas das principais questões [a injustiça econômica, a política fascista e a impotência do liberalismo diante de ambos] e possa conservar as melhores realizações do liberalismo mais do que o próprio liberalismo tradicional as pode conservar, nem por isso desejo atrelar a fé cristã a este ou àquele dever político. O cristianismo enfrenta questões fundamentais da vida que transcendem todas as vicissitudes e realizações políticas. Contudo, a resposta que a fé cristã dá às maiores perplexidades do homem e a esperança que ela torna possível no abismo do desespero humano também lançam luz sobre as questões históricas imediatas que ele tem diante de si. O cristianismo não é uma fuga em direção à eternidade num abandono das tarefas e decisões da história. Pelo contrário, ele é o poder e a sabedoria de Deus que tornam possíveis as decisões na história e que indicam objetivos imediatos na história que normalmente são obscurecidos por ilusões otimistas ou pelo desespero que se seguiu à dissipaçāo dessas ilusões.

“Dez anos que abalaram meu mundo”, *The Christian century*

Nada que valha a pena fazer pode ser realizado nesta existência; portanto, temos de ser salvos pela esperança. Nada que seja verdadeiro, belo ou bom tem um sentido cabal em nenhum contexto imediato da nossa história; portanto, temos de ser salvos pela fé. Nada que façamos, por mais virtuoso que seja, pode ser alcançado por um homem só; portanto, temos de ser salvos pelo amor. Nenhum ato virtuoso é tão virtuoso do ponto de vista de nossos amigos ou inimigos quanto é do nosso ponto de vista; portanto, temos de ser salvos pela forma definitiva do amor, que é o perdão.

A ironia da história americana

Paul Tillich (1886-1965)

Um sistema teológico deve atender a duas necessidades básicas: a afirmação da verdade da mensagem cristã e a interpretação dessa verdade para cada nova geração. A teologia oscila entre dois polos, a verdade eterna de seus fundamentos e a situação temporal em que a verdade eterna deve ser recebida.

Teologia sistemática

O nome dessa profundidade infinita e inexaurível, fundamento de todo ser, é Deus. Essa profundidade é o que a palavra “Deus” significa. E, se essa palavra não tem muito sentido para você, traduza-a, fale das profundidades da sua vida, da fonte do seu ser, das suas principais preocupações, daquilo que você leva a sério sem nenhuma reserva. Talvez, para fazer isso, você tenha de esquecer o que a tradição lhe ensinou sobre Deus. Talvez tenha até de esquecer esse nome. Se você sabe que Deus significa a profundidade, já sabe muito sobre ele. Já não pode considerar-se ateu ou descrente.

Sermão sobre a profundidade da existência

O ser de Deus é o ser em si mesmo. O ser de Deus não pode ser compreendido como a existência de um ser ao lado de outros nem acima de outros. Se Deus é um ser entre outros, ele está sujeito às categorias da finitude, sobretudo de espaço e de substância. Mesmo que seja chamado de “ser supremo” no sentido de ser “mais perfeito” e “mais poderoso”, tal situação não muda. Quando aplicados a Deus, os superlativos se tornam diminutivos.

*Teologia sistemática I***Jürgen Moltmann (1926-)**

Portanto, podemos dizer que a igreja histórica *será* aquela igreja una, santa e católica pelo testemunho apostólico de Cristo e à medida que cumpre esse testemunho, ao passo que a igreja glorificada no reino de Deus é a igreja una, santa e católica pelo cumprimento do seu apostolado. Ao longo da história, o ser da igreja consistiu no cumprimento do apostolado. Na eternidade, seu ser está na consumação do apostolado, isto é, no ver face a face.

A igreja no poder do Espírito

Assim como o reino vindouro é universal, também o evangelho dá expressão universal à libertação dos homens. Ele quer libertar a alma e o corpo, o indivíduo e as condições sociais, os sistemas humanos e os sistemas da natureza, da limitação de reservas, da hipocrisia e de todas as pressões ímpias e desumanas.

A igreja no poder do Espírito

A autoentrega de Cristo a uma morte trágica e sem o amparo de Deus revela o segredo da cruz e com ele o segredo do próprio Deus. Esse é o segredo público da Trindade.

A igreja no poder do Espírito

Aquele que acredita no Deus que criou o ser do nada também acredita no Deus que dá vida aos mortos. Isso significa que tem esperança de uma nova criação do céu e da terra. Sua fé o torna preparado para suportar a aniquilação, mesmo quando não houver sobrado coisa alguma que esperar do ponto de vista humano. Sua esperança em Deus o compromete com a fidelidade à terra.

Deus na criação

O escatológico não é um dos elementos do cristianismo, e sim o veículo da fé cristã como tal, a chave que organiza tudo, é o brilho que tudo permeia na aurora esperada de um novo dia. A fé cristã vive da ressurreição do Cristo crucificado e busca as promessas do futuro universal de Cristo. A escatologia é o sofrimento apaixonado e a espera apaixonada alimentada pelo Messias. Portanto, a escatologia não pode ser apenas uma parte da doutrina cristã. Antes, a perspectiva escatológica é típica de toda proclamação cristã, de toda existência cristã e de toda a igreja.

*Teologia da esperança: estudos sobre os fundamentos
e as consequências de uma escatologia cristã*

Wolfhart Pannenberg (1948-)

O aspecto do cuidado paterno em particular aparece naquilo que o Antigo Testamento tem a dizer sobre o cuidado paternal de Deus por Israel. A definição sexual do papel do pai não é considerada [...] Introduzir a diferenciação sexual no entendimento de Deus resultaria em politeísmo; portanto, tal ideia foi excluída no caso do Deus de Israel [...] O fato de que o cuidado divino por

Israel também possa ser expresso pelo amor materno mostra com suficiente clareza que faz pouco sentido estabelecer distinção sexual no entendimento de Deus como Pai.

Teologia sistemática

A história é o horizonte mais abrangente da teologia cristã. Todas as indagações e respostas teológicas só têm sentido no contexto da história de Deus com a humanidade e, por meio da humanidade com toda a criação, uma história voltada para um futuro que está oculto ao mundo, mas que já foi revelado em Jesus Cristo.

Questões básicas de teologia

Somente no fim de todos os acontecimentos Deus será revelado em sua divindade, isto é, como aquele que faz todas as coisas e que tem poder sobre tudo. Somente porque na ressurreição de Jesus o fim de todas as coisas já ocorreu — embora ainda não tenha ocorrido para nós — é que se pode dizer de Jesus que o fim já está presente nele e que também o próprio Deus, sua glória, já se manifestou em Jesus de um modo que não pode ser superado. Somente porque o fim do mundo já está presente na ressurreição de Jesus é que o próprio Deus se revela nele.

Jesus — Deus e homem

Glossário

adoção. Os cristãos são “adotados” como filhos e filhas na família de DEUS.

adoração. Manifestação de louvor e ação de graças a Deus como parte central do nosso culto a ele. A adoração pode ser individual, mas seu foco é coletivo quando a comunidade cristã se reúne. A música, a ORAÇÃO, a pregação, a leitura da BÍBLIA e a participação da SANTA COMUNHÃO são aspectos fundamentais do culto cristão. (Veja tb. LITURGIA.)

adunação (do latim *ad + unatio* = “reconciliação”). A restauração da relação dos homens com DEUS. No Antigo TESTAMENTO, isso se dava por meio de sacrifícios de animais. Mas a morte de JESUS fez a adunação completa e definitiva para todos os que nele creem. Geralmente essa ideia tem sido expressa em nossos compêndios de teologia pelo termo “exiação”, com o qual não deve ser confundida. Veja EXIAÇÃO.

advento (ou vinda). Refere-se à primeira vinda de JESUS em sua ENCARNAÇÃO, bem como à sua SEGUNDA VINDA, no fim dos tempos.

agnóstico. Aquele que acredita que as questões espirituais não podem ser resolvidas por causa das limitações do conhecimento humano.

alegoria. Texto falado ou escrito em que o sentido literal fica em segundo plano em relação ao significado simbólico. Algumas interpretações da BÍBLIA, principalmente na igreja primitiva, enxergavam nela mais alegorias do que realmente existem.

aliança. Acordo solene celebrado por DEUS com seu povo, com o propósito de garantir um relacionamento duradouro entre ambos. A “antiga aliança” (ou antigo TESTAMENTO) baseava-se na DISPENSAÇÃO da LEI divina, mas acabou malogrando por causa da incapacidade do povo de observá-la. A “nova aliança” profetizada, que se cumpriu com a morte de JESUS, supera essa dificuldade assegurando PERDÃO e NOVO NASCIMENTO.

alienação (distanciamento ou separação). Termo usado por Karl Marx para definir o modo em que o trabalho repetitivo distancia as pessoas da sua criatividade. Os cristãos também o usam para se referir às vezes à separação entre a humanidade e a vida de Deus.

alma. Na BÍBLIA, a palavra é usada em referência ao ser inteiro do indivíduo, o corpo e a mente. Não se trata de uma entidade à parte que se separa do restante por ocasião da morte. A imortalidade cristã diz respeito à pessoa toda.

amém. Palavra que os cristãos usam normalmente ao final de uma ORAÇÃO. Significa “assim seja”.

amor. A virtude cristã mais importante e mais característica, tão típica que o Novo TESTAMENTO se apropriou de um termo em novo sentido para designá-la: “ágape”. O amor cristão é mais que uma emoção: é um cuidado ativo pelos outros, quer estes façam alguma coisa para suscitá-lo quer não. É uma qualidade essencial de DEUS e aparece em toda a sua magnitude em JESUS.

analogia. Método de descrição que compara coisas semelhantes. Em assuntos religiosos, com frequência nos exprimimos com o “recurso estilístico da analogia”. Isso ocorre quando dizemos, por exemplo, “Deus é Pai”, isto é, a relação de DEUS com a humanidade é semelhante à relação de um pai humano com seu filho.

anglicano. Membro da igreja da Inglaterra ou de outra igreja filiada à “comunhão anglicana”, comunhão internacional de igrejas que mantêm uma relação especial com a igreja da Inglaterra.

anglo-católico. Membro da comunhão anglicana [veja ANGLICANO] cujas crenças e práticas se aproximam, em alguns aspectos, das crenças e práticas dos CATÓLICOS ROMANOS. Os anglo-católicos modernos são sucessores dos TRACTARIANOS.

anjo (mensageiro). Ser espiritual que serve a DEUS. De acordo com a BÍBLIA, a atividade principal dos anjos é a adoração, mas eles também executam tarefas que os põem em contato com a vida humana.

Apócrifos. Veja TEXTOS DEUTEROCANÔNICOS.

apologética (do latim *apologia*, discurso de defesa em juízo). O estudo de como justificar o cristianismo em face das ideias ou culturas que se opõem a ele. Os apologetas do segundo século defendiam a fé diante do judaísmo e do politeísmo.

apóstolo (do grego: “enviado”). Um dos doze homens escolhidos por JESUS para “estar com ele e ser enviado a pregar”. Depois da ASCENSÃO de Jesus, como testemunhas oculares que foram da RESSURREIÇÃO, os apóstolos (com exceção de Judas Iscariotes) difundiram o EVANGELHO e fundaram a igreja.

(Paulo se tornou apóstolo depois de um encontro com o CRISTO ressurreto.)

arianismo. A crença de que o FILHO DE DEUS não é eterno nem divino.

Com isso, destrói-se a crença na TRINDADE. Ário foi condenado pelo Concílio de Niceia (325), mas o arianismo persistiu ainda por algum tempo depois disso.

arminiano. Aquele que acredita que as pessoas são livres para escolher ter ou não ter FÉ em JESUS CRISTO e que é possível ao cristão desviar-se dessa fé. Essas crenças, formalizadas pelo holandês Jacobus Arminius no século 16, opõem-se a alguns princípios defendidos pelos CALVINISTAS.

arrependimento (do grego *metanoia*, “mudança de mente”). Ocorre quando damos as costas para todos os caminhos, exceto o de Jesus. O arrependimento pode vir acompanhado de sentimentos de remorso, mas o fundamental é a mudança de mente e de vida. Sem arrependimento não há CONVERSÃO verdadeira. No Novo TESTAMENTO, o arrependimento é sempre ligado à FÉ.

ascensão. A volta de JESUS à GLÓRIA do Pai e sua exaltação como Rei. Ocorreu na presença de seus DISCÍPULOS quarenta dias depois da RESSURREIÇÃO e dez dias antes do derramamento do ESPÍRITO no Pentecostes.

ascese (pelo baixo latim: “treinamento”). Práticas de abstinência e autodisciplina a que os cristãos recorrem esporadicamente para evitar que sejam dominados pelo mundo. Essas práticas são frequentes no monasticismo.

assunção (tb. ASSUNÇÃO CORPÓREA). A crença, sem respaldo do Novo TESTAMENTO, porém aceita pelos CATÓLICOS ROMANOS, de que MARIA, mãe de Jesus, foi levada com corpo e ALMA para o céu no final de sua vida.

assunção corpórea. Veja ASSUNÇÃO.

ateu. Pessoa que crê que não existe nenhum deus. Não é crença muito comum, uma vez que muita gente sem fé em DEUS é de fato AGNÓSTICA.

autoridade. Aquilo que, por direito, exige nossa total aceitação e obediência. Para o cristão, a autoridade pertence a DEUS por meio de JESUS CRISTO. Uma das grandes questões da REFORMA era saber se a autoridade de Deus nos alcança por intermédio da IGREJA (como creem os católicos)

ou por meio da **BÍBLIA** (como ensinam os reformadores). Mais recentemente, a razão e a intuição espiritual também foram alçadas à condição de autoridade.

avivamento. Ocorre quando um grande número de pessoas de uma comunidade se volta para DEUS em decorrência de uma intervenção incomum de poder do **ESPÍRITO SANTO**. Houve muitos avivamentos nos últimos séculos; vários deles aconteceram em diferentes partes do mundo na presente geração.

batismo. Lavagem ou imersão de uma pessoa na água em nome da **TRINDADE**, como sinal do cumprimento de todas as promessas de DEUS àqueles que estão em **CRISTO**: o **PERDÃO**, o **NOVO NASCIMENTO** e a participação na **IGREJA**. No **Novo Testamento**, o batismo está intimamente associado à **FÉ** e ao **ARREPENDIMENTO**. (Veja tb. **SACRAMENTO**.)

batismo no Espírito Santo. Enquanto João Batista batizava com água, para indicação de arrependimento e perdão, JESUS batizava na “água e no **Espírito**”, apontando para o dom maior do **NOVO NASCIMENTO**. Discute-se hoje se o termo se refere simplesmente ao **BATISMO** cristão como tal ou se diz respeito também ao estágio de despertar para o **ESPÍRITO SANTO** que se segue à **CONVERSÃO**, como ensinam alguns pentecostais e **CARISMÁTICOS**.

batista. Membro de uma comunhão mundial de igrejas que ensinam que apenas pessoas com idade suficiente para dar um passo pessoal de **ARREPENDIMENTO** e **FÉ** devem ser batizadas. A organização dessas igrejas segue em regra uma estrutura congregacional.

bênção. Outorga de benefícios espirituais, sobretudo pelo **EVANGELHO**; refere-se às vezes à forma de palavras utilizadas. Alguns cristãos também usam o termo em vez de **CONSAGRAÇÃO**.

Bíblia (tb. “Escrituras” e “**ESCRITURA**”). Um conjunto de livros escritos no decorrer de vários séculos que a **IGREJA** reconhece como tendo **AUTORIDADE** de **DEUS**. Admite-se, sobretudo entre os **PROTESTANTES**, que a **Bíblia** tem tudo o que é necessário saber para obter a **SALVAÇÃO** e que as ideias que nela não se encontram não devem constituir artigos de **FÉ**.

bispo (do grego: “supervisor”). No **Novo Testamento**, o mesmo que presbítero; no entanto, no segundo século, os bispos passaram a ser os responsáveis únicos pelas **CONGREGAÇÕES** ou pelos cristãos de uma cidade ou

região. Para os católicos, os bispos têm um papel fundamental na obra de assegurar a continuidade da **IGREJA** e da **FÉ**.

calvinista. Indivíduo que extraí suas convicções especialmente das *Institutas da religião cristã*, de João Calvino. O termo passou a ser usado sobretudo para designar os que ressaltam a soberania de DEUS e sustentam que a **PREDESTINAÇÃO** é mais importante para a **SALVAÇÃO** do indivíduo do que o **LIVRE-ARBÍTRIO** humano. Calvinista, portanto, se opõe a **ARMINIANO**.

cânon, o. A lista dos livros considerados legitimamente pertencentes à **BÍBLIA** porque têm **AUTORIDADE** divina. A lista foi concluída pela **IGREJA** no quarto século. Antes disso, não havia plena certeza se alguns livros incluídos na lista final deviam ser excluídos ou se alguns outros deviam ser incluídos.

carismático. Aquele que acentua de modo especial a importância do **ESPÍRITO SANTO** na vida, na adoração e no **TESTEMUNHO** cristãos. Os **DONS DO ESPÍRITO** (*charismata*) recebem igualmente lugar de destaque. Os carismáticos têm muito em comum com os pentecostais, mas também têm diferenças. Alguns são separatistas, mas não é raro permanecerem firmes nas principais **DENOMINAÇÕES** tradicionais.

catecismo. Conjunto de doutrinas básicas usado para a instrução de novos crentes na **FÉ** cristã, em geral como preparação para o **BATISMO** ou a **CONFIRMAÇÃO**.

católico romano. Membro da igreja de Roma, que confessa lealdade ao papa. A Igreja Católica Romana é a maior **DENOMINAÇÃO** cristã. Durante muitos séculos, principalmente depois da **REFORMA**, ela foi muito conservadora, mas desde o Concílio Vaticano II (veja **CONCÍLIO**) tornou-se mais aberta à **RENOVAÇÃO**.

causa. Pessoa, força ou fato que desencadeia outros acontecimentos. Os cristãos referem-se a DEUS como a Causa Primeira, mediante a qual tudo o mais passou a existir. Os cristãos também reconhecem a existência de causas secundárias, cujos efeitos, embora não estejam fora da **PROVIDÊNCIA** de Deus, não são causados diretamente por ele.

causa primeira. Veja **CAUSA**.

causa secundária. Veja **CAUSA**.

ceia do Senhor. Veja **SANTA COMUNHÃO**.

céu. A presença de DEUS, em que os crentes encontrarão a consumação do AMOR, da alegria e da paz que começaram a experimentar na terra. Além de representar a presença de Deus e sua bondade, o céu também representa a ausência de PECADO e de toda a desarmonia que resultou da QUEDA.

chamado (relacionado à ELEIÇÃO). Convite ou convocação que Deus faz a pessoas, inicialmente para segui-lo, mas também para que cumpram missões específicas no mundo ou na IGREJA. O chamado de Deus é expressão de sua GRAÇA. Nem todos os que recebem o chamado divino o atendem.

circuncisão. Remoção do prepúcio como sinal de pertencimento a Israel, o povo da aliança. Os israelitas do sexo masculino eram circuncidados no oitavo dia depois do nascimento e os não israelitas, por ocasião de sua CONVERSÃO ao judaísmo. Na época do Novo TESTAMENTO, discutiu-se se os GENTIOS convertidos ao cristianismo deviam ser circuncidados.

cisma. Separação entre dois grupos de cristãos. Os mais importantes foram o chamado Grande Cisma (entre a IGREJA DO OCIDENTE e a IGREJA ORTODOXA, em 1054) e a REFORMA. Mas houve muitos outros, antes e depois.

comunhão. É agir em comum e ter a posse de bens em comum com a comunidade cristã. A tônica da ideia é a participação conjunta, e não a simples membresia de uma comunidade ou o momento em que o grupo se reúne. O uso da palavra no Novo TESTAMENTO deixa claro que não devemos viver a vida cristã isolados, mas buscar coragem e apoio junto a outros cristãos.

comunhão dos santos. A união de todos os cristãos, que persiste além da morte.

concílio. Reunião de BISPOS ou representantes de toda a IGREJA para deliberar sobre assuntos de fé e prática. Os concílios mais importantes foram: os Concílios Ecumênicos (ou Gerais), realizados entre o quarto e o oitavo séculos, cujas decisões desde então exercem grande AUTORIDADE na igreja do mundo inteiro. Esses concílios são muito respeitados principalmente pelas IGREJAS ORTODOXAS; e o Primeiro e o Segundo Concílio Vaticano (1870 e 1962-1965), que reuniram todos os cardeais e bispos da Igreja Católica Romana.

confirmação. Culto (os católicos dizem SACRAMENTO) em que as pessoas já batizadas são recebidas como membros plenos da IGREJA. Em algumas igrejas, somente os confirmados podem participar da SANTA COMUNHÃO. A confirmação é própria das igrejas que têm BISPOS. Os confirmados

repetem seus votos batismais e recebem a **IMPOSIÇÃO DE MÃOS** do bispo. Na fé católica romana, a crisma (nome católico da confirmação) é sinal de recebimento do **ESPÍRITO SANTO**. Para as outras, isso acontece no **BATISMO**, e a crisma é associada ao fortalecimento no Espírito Santo.

confissão. Reconhecimento do **PECADO**, individual ou coletivo. Basicamente, reconhecemos e confessamos o pecado, e pedimos perdão a **DEUS**. O **NOVO TESTAMENTO**, porém, também incentiva os cristãos a confessarem uns aos outros seus pecados em algumas circunstâncias. Os católicos acreditam que os pecados devem ser confessados a um **PADRE**, que tem autoridade para absolver o penitente ou para lhe impor uma **PENITÊNCIA**. A palavra também é empregada para se referir a uma declaração de **FÉ**.

congregação. Comunidade local de cristãos que se reúnem regularmente para adorar a Deus e cooperar no serviço e no **TESTEMUNHO** cristão.

consagração. A separação de pessoas ou coisas para serem usadas por **DEUS**. Geralmente, a palavra “consagrado” se refere ao crente que se dedica a uma vida de **SANTIDADE**, mas em algumas denominações é usada também em referência ao vinho e ao pão separados para a eucaristia ou à água usada no **BATISMO**.

Contrarreforma (ou “Reforma Católica”). Movimento de reforma e expansão da Igreja Católica Romana nos séculos 16 e 17, ocorrido em parte como reação à **REFORMA**. Entre seus pontos altos estão o Concílio de Trento (1545-1563) e a constituição da ordem jesuíta.

conversão. Passar a seguir o cristianismo vindo de outra **FÉ** ou visão de mundo, ou de nenhuma crença. A conversão exige **ARREPENDIMENTO** e fé, em todos os outros aspectos; contudo, a conversão de cada indivíduo é única para ele. Não há nenhuma prescrição fixa de acontecimentos necessários para a conversão. (Veja tb. **NOVO NASCIMENTO**.)

Cordeiro de Deus. Título dado a **JESUS** por João Batista e pelo autor do **APOCALIPSE**. Essa expressão põe em evidência o seu **SACRIFÍCIO** por nossos pecados e a vitória conquistada por sua morte.

corpo de Cristo. A metáfora mais comum da **IGREJA** nos escritos do **APÓSTOLO Paulo**. Essa metáfora transmite a ideia de que cada membro da igreja tem um papel a desempenhar e que os cristãos dependem uns dos outros. Para alguns, ela comunica também a ideia de que pela igreja **CRISTO** está presente no mundo.

credo. Cada uma das declarações formais de fé elaboradas nos primeiros séculos do cristianismo. Os credos mais importantes (especialmente o Credo Niceno e o Credo Apostólico) são aceitos por todos os cristãos e usados regularmente na liturgia do batismo e em outras liturgias.

Criação. Ato em que DEUS fez existir o Universo e tudo o que nele há. A humanidade é o coroamento da Criação. A fé no Deus criador produz a convicção de que o Universo e a vida nele existente são, em última análise, intencionais. O modo com que Deus criou o mundo tem sido alvo de muita discussão desde que Darwin propôs a teoria da evolução.

Cristo. A palavra grega para designar MESSIAS, de modo que “Jesus Cristo” significa “Jesus, o Messias”.

Cristo, em. Locução usada com frequência pelo APÓSTOLO Paulo. Os que estão “em Cristo” identificam-se com Jesus em sua morte e RESSURREIÇÃO, mediante a qual recebem o PERDÃO e o NOVO NASCIMENTO. O BATISMO é o sinal de que o cristão veio a CRISTO e está nele.

crítica bíblica. O estudo acadêmico da BíBLIA, sobretudo de seu contexto histórico, suas línguas e seus estilos literários.

cruz. Estrutura de madeira em que JESUS foi pregado (crucificado) para morrer. O termo é usado às vezes como metonímia para se referir à morte de Jesus. A cruz se tornou o principal emblema do cristianismo.

deísta. Pessoa que crê em Deus, mas não crê que ele se revele diretamente à humanidade. O deísta acredita numa religião deste mundo capaz de fornecer a base para uma vida correta. Essa filosofia do século 17 foi a base do ILUMINISMO do século 18.

demônio. Espírito maligno que age a serviço do DIABO contra DEUS e a bondade. JESUS identificava os casos em que os demônios invadiam a personalidade das pessoas e muitas vezes os expulsava. A crença nos demônios é comum em culturas primitivas, mas só recentemente ganhou novo destaque no mundo moderno dos países desenvolvidos.

denominação. Grupo organizado de CONGREGAÇÕES com crenças semelhantes e ORGANIZAÇÃO ECLESIÁSTICA e/ou LITURGIA semelhantes. Esses grupos são geralmente internacionais, e é por meio deles que os cristãos se relacionam com outras denominações, com as estruturas civis e com os Estados.

Deus. Os cristãos não acreditam num deus vagamente definido. Creem especificamente no DEUS que JESUS chamou de Pai. A BÍBLIA ensina que Deus é SANTO, perfeito e transcendente (veja TRANSCENDÊNCIA), mas também que, por sua GRAÇA e bondade, está perto de nós em nosso dia a dia e se relaciona conosco de modo pessoal (veja IMANÊNCIA). Ele é o criador do Universo. Enviou Jesus, o FILHO DE DEUS, para cumprir seu plano eterno de SALVAÇÃO da humanidade.

Diabo (SATANÁS). Poder personificado do MAL, líder das forças espirituais contrárias a DEUS. Sua AUTORIDADE está rigorosamente subordinada à de Deus, uma vez que a fé cristã não aceita o DUALISMO. Acredita-se que o Diabo seja um ANJO caído, o qual, portanto, não foi criado mau por Deus. A morte e a RESSURREIÇÃO de JESUS são a garantia da derrota final de Satanás.

diácono (do grego; significa “servo”). No Novo TESTAMENTO, inicialmente a pessoa indicada para ajudar em questões práticas, mas logo a função expandiu seu alcance, incorporando um ministério mais amplo. Desde então, “diácono” passou a designar um ofício específico na IGREJA, embora tal ofício seja interpretado de diferentes maneiras nas diversas TRADIÇÕES.

direito canônico. Leis criadas por algumas igrejas, como a Igreja Católica Romana ou a Igreja Anglicana, e que tratam de muitos assuntos de FÉ, disciplina e moral.

discípulo. Aquele que segue a JESUS para aprender com ele e crescer na maturidade espiritual. O plano de DEUS não consiste apenas em que as pessoas sejam adeptas do cristianismo, mas que cresçam até atingir o pleno discipulado.

dispensação. Período específico da história da SALVAÇÃO. Alguns cristãos fazem referência à “dispensação da Lei” (de Moisés até CRISTO) e à “dispensação da graça” (da primeira vinda de Cristo até a segunda). Os dispensacionalistas (comuns na denominação Igreja dos Irmãos [do inglês *Christian Brethren*]) acreditam que em cada período Deus age em relação às pessoas de um modo característico dessa dispensação.

Divindade. O ser de DEUS. O cristão acredita que JESUS CRISTO partilha da divindade de Deus.

docetista (de um verbo grego que significa “parecer”). Aquele que crê que a vida e a morte do FILHO DE DEUS na carne foram mera aparência. Essa

HERESIA primitiva poderia ter minado fatalmente o cristianismo como FÉ na ENCARNAÇÃO.

dogma. Termo cujo significado se aproxima do de DOUTRINA, mas carrega nuances de um sistema de crenças fixo e inflexível. A dogmática é o estudo da doutrina cristã, geralmente centrado em suas implicações filosóficas.

dons do Espírito. Capacidades concedidas aos crentes pelo ESPÍRITO SANTO, a serem usadas para o bem de todo o corpo cristão. Os dons provêm diretamente de DEUS, e não são simples habilidades naturais. Além disso, o ESPÍRITO concede uma variedade de dons, de modo que cada fiel tem uma função distinta a desempenhar.

doutrina. Uma crença formulada com atenção e cuidado. O termo “doutrina cristã” pode designar todo o conjunto de crenças cristãs.

dualismo. A crença de que no Universo agem duas forças iguais e opostas, a saber, o bem e o MAL. É muito fácil cair nessa HERESIA antiga quando se fala do DIABO e da presença do mal. O dualismo era ensinado numa forma extrema pelos maniqueus, cujas doutrinas se difundiram amplamente a partir do terceiro século.

eclesiástico. Que diz respeito à IGREJA (a palavra grega para igreja é *ecclesia*, “assembleia”).

ecumênico. Que diz respeito à unidade de todos os cristãos. O movimento ecumônico tem como objetivo unir os cristãos em uma mesma comunhão como testemunhas, perante um mundo dividido, da RECONCILIAÇÃO promovida por DEUS.

eleição. Veja CHAMADO.

encarnação. A ação de DEUS tornar-se uma pessoa totalmente humana em JESUS de Nazaré, sujeito ao espaço, ao tempo e a todos os outros atributos humanos. O que fez da humanidade de Jesus incomparável foi ele não ter pecado. Em sua plena humanidade, é possível observar tudo do caráter de Deus que pode ser comunicado em termos humanos.

episcopado. Forma de governo da igreja que considera os BISPOS parte essencial do sistema.

epístola. O mesmo que “carta”. A palavra é empregada principalmente para referir-se às cartas escritas pelos APÓSTOLOS e incluídas no Novo TESTAMENTO.

escatologia. O estudo das “últimas coisas”, do que acontecerá no fim dos tempos e, de modo especial, da SEGUNDA VINDA de CRISTO.

escolástica. O enfoque teológico adotado na Idade Média por aqueles que atuavam fora dos conventos e mosteiros — em geral, nas universidades. A abordagem escolástica era distanciada e objetiva e recorria à lógica, ao debate e à especulação.

escriba. Mestre judeu da LEI. Os escribas opunham-se aos ensinamentos de JESUS.

Escritura. Veja BÍBLIA.

esperança. Virtude cristã cuja importância só se iguala à da FÉ e à do AMOR. É a convicção de que nossa vida e nossa relação com Jesus não terminam com a morte física e que, portanto, a dimensão espiritual da vida do crente não pode ser destruída por nenhuma força temporal. Por conseguinte, a esperança pode sustentar o cristão mesmo nas maiores adversidades.

Espírito Santo. A presença pessoal de DEUS, ativa na IGREJA e no mundo. Ele é a terceira pessoa da TRINDADE e não deve ser entendido como uma mera força ou influência, e sim como uma pessoa no sentido pleno da palavra. No Antigo TESTAMENTO, o Espírito era dado a indivíduos específicos para o cumprimento de tarefas especiais. No Pentecostes, porém, JESUS CRISTO deu o Espírito a todo crente. Desde então, Jesus tem estado presente com seu povo por meio do Espírito Santo.

espírito. Aquele aspecto da pessoa capaz de reconhecer a dimensão que leva a DEUS e que está aberto à relação com Deus. Trata-se, por conseguinte, da parte mais importante do nosso ser. O APÓSTOLO Paulo sempre o opõe à carne. (Veja tb. ESPÍRITO SANTO.)

essênio. Membro de uma comunidade judaica radical situada em Qumran, junto ao mar Morto. Suas crenças específicas foram mantidas em segredo, mas algumas são agora conhecidas graças aos Manuscritos do Mar Morto. Os essênios constituíam um dos três principais segmentos do judaísmo no tempo de Jesus, juntamente com os FARISEUS e os SADUCEUS.

ética. O estudo da moral e das escolhas morais. A ética cristã procura relacionar o ensino da BÍBLIA, e a longa tradição de interpretação dos ensinamentos morais da Bíblia, ao pensamento e às tomadas de decisão do mundo de hoje.

eucaristia. Veja SANTA COMUNHÃO.

evangelho. As boas-novas do que DEUS fez por intermédio de JESUS, principalmente no que se refere à sua morte e RESSURREIÇÃO. Jesus pôs à nossa disposição o PERDÃO e o NOVO NASCIMENTO no ESPÍRITO SANTO. É ouvindo o evangelho que as pessoas podem receber Jesus e encontrar vida nova.

Evangelhos. Os quatro relatos da vida, morte e RESSURREIÇÃO de JESUS encontrados no Novo TESTAMENTO. Cada um dos Evangelhos é mais que uma simples biografia: a narrativa interpreta o sentido da vinda de Jesus de um modo que exige de nós uma resposta de FÉ.

evangélico. Aquele cuja FÉ cristã atribui grande importância aos ensinamentos da BíBLIA como base da fé e da CONVERSÃO pessoal indispensáveis ao verdadeiro cristianismo. O evangelicalismo segue na esteira da REFORMA, mas remete mais diretamente aos AVIVAMENTOS dos séculos 18 e 19. Muitos evangélicos são filiados a CONGREGAÇÕES independentes, mas muitos se integram também nas DENOMINAÇÕES tradicionais.

evangelização. Comunicação do EVANGELHO da SALVAÇÃO em JESUS, com o objetivo de que os ouvintes se arrependam, creiam e encontrem vida nova nele. Os meios usados para difundir o evangelho são muitos e variados; todos devem ter relação com a cultura específica do povo a quem ele é anunciado. A evangelização não esgota o propósito da MISSÃO cristã, mas para muitos nenhuma missão estará completa sem ela.

Êxodo. A ocasião em que os israelitas, sob a liderança de Moisés, saíram do Egito, onde eram escravos, e foram estabelecer-se num país só deles. O antigo TESTAMENTO e o judaísmo veem nesse episódio uma grande libertação de DEUS. Foi quando Israel se tornou uma nação. Os ensinamentos do Novo Testamento sobre a SALVAÇÃO recorrem às vezes às figuras do Êxodo.

exiação. A apresentação de uma oferta ou a execução de um ato que faz reparação pelo PECADO. Alguns acreditam que essa seja a palavra correta para designar os efeitos da morte de JESUS; outros, porém, acreditam tratar-se de um termo objetivo demais e preferem a palavra PROPICIAÇÃO, termo de caráter mais pessoal.

falar em línguas (tb. glossolalia). Uso de línguas desconhecidas ao falante, geralmente em louvor a DEUS, embora às vezes traga uma mensagem para

os outros. Quando esse DOM DO ESPÍRITO é empregado publicamente, é preciso haver sempre alguém que interprete seu significado. Quando usado em particular, seu grande valor, ao que parece, é que ele pode dar expressão a emoções que vão além das palavras.

fariseu. Membro de uma seita do judaísmo que observava rigorosamente a LEI. Diferentemente dos SADUCEUS, os fariseus ensinavam a importância de toda a Lei, e não apenas a da adoração no TEMPLO.

fé. A crença e a confiança em uma pessoa ou ideia, de tal modo que, se o objeto da fé se revelar indigno de confiança, a relação ficará abalada. A fé cristã em JESUS CRISTO é, portanto, mais do que um assentimento intelectual a determinadas crenças: é um compromisso pessoal com Jesus. No Novo TESTAMENTO, a fé aparece normalmente associada ao ARREPENDIMENTO.

Filho de Deus, o. Título dado a JESUS CRISTO, que o designa como preexistente e mostra que ele compartilha do ser de DEUS. É na condição de Filho de Deus que se diz que Cristo é a segunda pessoa da TRINDADE.

Filho do homem. O título que JESUS mais usou para referir a si mesmo. Parece que remete a uma profecia em Daniel sobre uma figura divina que viria do céu, figura essa que era muito esperada no tempo de Jesus. O termo chama a atenção tanto para a divindade de Jesus quanto para sua humanidade.

fruto do Espírito. Qualidade da vida do cristão que resulta da SANTIFICAÇÃO por obra do ESPÍRITO SANTO. Os principais frutos do Espírito são o AMOR, a alegria e a paz.

gentio. Termo usado pelos judeus para designar os não judeus.

glória. Atributo do DEUS eterno em sua majestade, que ele promete compartilhar com os crentes no futuro. No caráter de JESUS, a glória de Deus se manifestou de um jeito que todos os seres humanos podem compreender.

graça. A graça é sempre dada, jamais merecida. A palavra expressa uma relação, e não uma “energia”. A graça se classifica, geralmente, em graça especial — o PERDÃO e outras BÊNÇÃOS obtidos pela morte de Jesus — e graça comum — os bens da vida e da sociedade que advêm do DEUS criador e sustentador do Universo.

graça comum. Veja GRAÇA.

graça especial. Veja GRAÇA.

guerra justa. Ideia de que a guerra às vezes pode ser moralmente justificada, mas só como último recurso e sob condições rigorosamente definidas. Essa ideia foi proposta na Idade Média, mas tem havido tentativas de aplicá-la também ao período moderno, embora alguns sustentem que ela não se aplica à guerra nuclear.

helenismo. A fase de predomínio da cultura grega que teve início com Alexandre, o Grande, e prosseguiu durante séculos lado a lado com a cultura romana. Foi, portanto, um dado muito influente do contexto cultural do Novo TESTAMENTO.

heresia. O termo se referia originalmente a um partido ou escola de pensamento, mas os cristãos passaram a utilizá-lo para designar um ensinamento que se afastou da ortodoxia cristã e a contradiz. Atualmente, a palavra designa apenas um ensinamento que subverte uma doutrina cristã fundamental, como a TRINDADE, a divindade de CRISTO ou a ADUNAÇÃO, e que configura assim uma ideia não cristã.

hermenêutica. O estudo da interpretação da BÍBLIA de modo que seja fiel a seu sentido original e também seja pertinente aos problemas de hoje.

humanista. Um indivíduo que espera muito da capacidade da natureza humana, do senso estético, do sentido moral e da educação do ser humano. Atualmente, a maior parte dos humanistas crê no humanismo, e não em Deus, mas há uma longa tradição de humanismo cristão que data do início do RENASCIMENTO.

ícone. Imagem, geralmente de JESUS ou da VIRGEM MARIA, usada no culto das IGREJAS ORIENTAIS. Os ícones não são vistos como mera decoração, mas, sim, como janelas para o mundo espiritual.

ídolo. Objeto físico ou natural que as pessoas tomam por DEUS e adoram. Muitas culturas tribais têm ídolos, mas há diversos aspectos da vida moderna que se tornaram objeto de adoração. É o caso do dinheiro, do status social, das propriedades e do conhecimento.

igreja. Comunidade mundial formada por todos aqueles que seguem JESUS CRISTO. É constituída da “igreja militante” — todos os cristãos vivos hoje — e da “igreja triunfante” — todos os cristãos já mortos. Ser membro da igreja é parte essencial do significado de ser cristão. Alguns fazem

distinção entre a “igreja visível” — a organização estruturada — e a “igreja invisível” — formada por aqueles dentro da igreja visível que foram verdadeiramente regenerados. O termo é também empregado às vezes para se referir a uma CONGREGAÇÃO ou DENOMINAÇÃO, ou ainda ao edifício onde os cristãos se reúnem.

igreja ocidental. A IGREJA da metade ocidental do Mediterrâneo, com sede em Roma, cuja língua era o latim. Desenvolveu sua forma própria de organização sob o papado, e suas sucessoras são as igrejas de TRADIÇÃO CATÓLICA ROMANA, bem como as igrejas da REFORMA — estas, naturalmente, deixaram de participar da hierarquia originada em Roma.

igreja oriental. O conjunto das igrejas situadas ao extremo leste do Mediterrâneo, tendo sua primeira sede em Constantinopla (Bizâncio). Essas igrejas se separaram da IGREJA OCIDENTAL sediada em Roma, sendo na maioria de fala grega. A igreja oriental compreende a IGREJA ORTODOXA, que se separou no CISMA de 1054, e também os cristãos nestorianos (que só aceitam os dois primeiros concílios ecumênicos) e os não calcedonianos (que só aceitam os três primeiros concílios ecumênicos). Algumas igrejas de rito oriental tornaram posteriormente a unir-se à Igreja Católica Romana.

Igreja Ortodoxa. Uma das três maiores tradições cristãs, que se distinguiu da IGREJA OCIDENTAL a partir do Grande CISMA. A Igreja Ortodoxa compreende várias igrejas autocéfalas relativamente independentes entre si; seus principais ramos são a Igreja Ortodoxa Grega e a Igreja Ortodoxa Russa. Suas características mais marcantes são o apreço pela TRADIÇÃO, uma bela LITURGIA e uma forte continuidade com a DOUTRINA dos concílios ECUMÊNICOS.

igreja primitiva. A IGREJA dos três primeiros séculos, ou seja, da época anterior ao reconhecimento do cristianismo pelo imperador Constantino.

Iluminismo. Movimento do século 18 segundo o qual a humanidade deve ser guiada pela razão, e não por qualquer AUTORIDADE, DOGMA ou REVELAÇÃO externa. Essa corrente filosófica teve muita influência na formação do pensamento moderno.

imanência. Qualidade de DEUS que o faz se envolver na vida da humanidade e do mundo em vez de permanecer longe dele. A principal evidência da imanência de Deus é a ENCARNAÇÃO do FILHO DE DEUS. O cristão procura equilibrar a fé na imanência divina com a fé em sua TRANSCENDÊNCIA.

imposição de mãos. A identificação de uma pessoa perante DEUS como o alvo de uma ORAÇÃO especial mediante o ato de colocar as mãos sobre ela. Assim se procedia na BÍBLIA para efetuar a cura e a ORDENAÇÃO e para o recebimento do ESPÍRITO SANTO. A imposição de mãos também é praticada atualmente por um BISPO na CONFIRMAÇÃO.

indulgência. Na fé católica romana, remissão da dívida devida a DEUS por causa do PECADO, depois de perdoada a culpa. Acredita-se que isso seja possível por causa do “tesouro de méritos” que JESUS, a VIRGEM MARIA e os SANTOS teriam acumulado. Foi a venda de indulgências por dinheiro que levou Martinho Lutero a divulgar as 95 teses que iniciaram a REFORMA.

inerrante. Aquilo que não contém nenhum erro, de fato ou de interpretação, qualidade que alguns cristãos atribuem à BÍBLIA. A palavra é usada em defesa da AUTORIDADE bíblica diante daqueles que dão pouca importância à sua INSPIRAÇÃO.

infalível. Termo cujo sentido é próximo de INERRANTE quando usado em referência à BÍBLIA. Os CATÓLICOS ROMANOS empregam a palavra para se referir ao papa sempre que ele se pronuncia sobre assuntos de DOUTRINA.

inferno. Termo usado para traduzir dois conceitos do Novo TESTAMENTO: o Hades, a morada dos que já morreram, ideia próxima do Sheol do Antigo Testamento; e a Geena, um lugar de tormento. O conceito de inferno neste último sentido nos põe diante do fato de que a rejeição de JESUS CRISTO traz sobre nós o juízo eterno. Não há consenso sobre a duração do inferno. Há quem acredite que seja eterno, e há quem diga que se trata de uma experiência de aniquilação instantânea.

inspiração. Meio pelo qual a BÍBLIA, um conjunto de livros escritos por autores humanos, também é a palavra de DEUS. Acredita-se que o ESPÍRITO SANTO tenha inspirado os autores dos livros da Bíblia de tal modo que estes comuniquem o sentido pretendido por Deus. A inspiração, porém, não diminui a individualidade dos autores.

intercessão. ORAÇÃO em que os crentes fazem petições específicas a DEUS em favor de si mesmos e de outras pessoas ou grupos. A palavra aplica-se também no Novo TESTAMENTO à atividade de JESUS depois de sua ASCENSÃO, isto é, ele intercede a Deus em favor da humanidade e como REPRESENTANTE desta.

interpretação. Empenho de entender a BÍBLIA de modo fiel a seu sentido original e aplicá-la às questões atuais. (Veja tb. HERMENÉUTICA.)

Jesus (do hebraico; significa “o que salva; Salvador”). O homem nascido em Belém e criado em Nazaré que se tornou um mestre itinerante que também realizava curas; foi crucificado e ressuscitou. Seus seguidores passaram a acreditar que ele é o MESSIAS (CRISTO) e o FILHO DE DEUS.

juízo. Ato em que Deus chama as pessoas a prestarem contas do que fizeram da sua vida. Os crentes e os descrentes serão julgados, mas não haverá condenação alguma para os que estão “EM CRISTO”. JESUS disse que Deus lhe deu AUTORIDADE para julgar. Isso é garantia para nós de que o julgamento será justo e criterioso. O juízo ocorrerá na SEGUNDA VINDA de Jesus. (Veja tb. INFERNO.)

justificação. Ato em que Deus declara uma pessoa justa diante dele por condição por ele estabelecida, e não pela qualidade da vida que ela leva, embora esta decorra naturalmente da justificação divina. A metáfora vem dos tribunais de justiça e tem o sentido de “absolvição”. Há duas teorias sobre os meios da justificação: a justificação pela FÉ, segundo a qual tudo o que precisamos para ser justificados diante de Deus foi realizado na morte de JESUS, cabendo aos crentes tão somente receber pela fé o que foi feito (essa é uma doutrina fundamental da REFORMA); e a justificação pelas obras, segundo a qual somos reconciliados com Deus por meio de nossos atos de justiça. Atualmente, esta segunda hipótese é considerada antibíblica por muitos, ainda que muita gente procure fazer uma fusão entre as duas ideias.

kenosis (do grego; significa “ele se esvaziou”). Teoria sobre a ENCARNAÇÃO segundo a qual, ao tornar-se JESUS de Nazaré, o FILHO DE DEUS pôs de lado todos os seus atributos especificamente divinos e revelou Deus tão somente por meio de sua humanidade.

laicato. Todo o povo (*laos*, em grego) de Deus, quer membros do clero quer não. O termo é aplicado com frequência ao povo de Deus menos o clero; disso resultou uma contraposição entre os cristãos ordenados ativos e um grande número de fiéis passivos, o que prejudica a MISSÃO da IGREJA.

legalismo. Uma perspectiva da religião que considera seu objetivo principal a observância de normas e regulamentos. Embora seja importante guardar a lei de Deus, a visão legalista embota e solapa a FÉ no EVANGELHO.

Lei, a. Conjunto de mandamentos dados por Deus, centrado nos Dez Mandamentos, mas que inclui também, segundo em geral se crê, os primeiros cinco livros da BÍBLIA. A Lei são as instruções paternais de Deus a seu povo. Esses mandamentos estabelecem o tipo de comportamento que as pessoas devem ter para amar a Deus e ao próximo da melhor maneira possível. Jamais obteremos a SALVAÇÃO guardando a Lei, porque nenhum de nós é capaz de cumpri-la completamente. Nesse sentido, a tentativa de garantir a própria JUSTIFICAÇÃO por meios legais está fadada ao fracasso e nos afasta do EVANGELHO de JESUS.

liturgia. Forma instituída para o culto, geralmente formalizada num livro. A liturgia algumas vezes é seguida textualmente; outras vezes, fornece uma estrutura em que existe alguma liberdade de expressão. É característica do culto CATÓLICO ROMANO, do ANGLICANO e da IGREJA ORTODOXA, mas não das IGREJAS NÃO CONFORMISTAS (ou “livres”), embora a distinção não seja absoluta.

livre-arbítrio. Faculdade humana que permite ao indivíduo fazer escolhas não totalmente ditadas por fatores externos. Não há consenso entre os cristãos sobre como conciliar nossa livre decisão de seguir ou não CRISTO com o entendimento que temos da PREDESTINAÇÃO.

mal. Dano que sobrevém aos seres humanos e os faz dar as costas a Deus e à bondade. Geralmente se distinguem duas categorias de mal: o mal moral, que vem em decorrência dos atos de outras pessoas ou dos nossos próprios, como na guerra, na opressão e nos acidentes que poderiam ser evitados; e o mal natural, que vem em decorrência de acontecimentos de ordem natural, como doenças ou desastres naturais. As origens do mal são um MISTÉRIO, embora haja indícios de que ele esteja relacionado com a QUEDA da humanidade.

marcionita. Seguidor dos ensinamentos de Marcião, no segundo século, em particular da ideia de que o DEUS do Antigo TESTAMENTO não é o Pai de JESUS CRISTO.

Maria. Veja VIRGEM MARIA.

mártir. Aquele que morre por sua FÉ, recusando-se a renegá-la apesar da perseguição. Os cristãos muitas vezes são martirizados quando o Estado se arroga poderes semelhantes aos divinos. A palavra significava originariamente “testemunha”.

mediador. Título atribuído a JESUS CRISTO para designar sua função de elo entre DEUS e a humanidade. Ele é o único capaz de atuar como mediador entre Deus e os homens, porque é divino e humano.

medieval. Relativo à Idade Média. No pensamento cristão, esse período foi caracterizado por um apelo à teologia natural e pela tentativa de harmonizar o ensino da BÍBLIA com a filosofia de Aristóteles.

Messias (do hebraico; significa “o ungido”). Aquele cuja vinda foi profetizada no Antigo TESTAMENTO e que libertaria seu povo e inaugurararia uma nova era. Os cristãos acreditam que esse Messias é JESUS, apesar de raramente ele ter reivindicado o título para si abertamente, uma vez que os judeus do seu tempo esperavam um tipo diferente de cumprimento da promessa. (Veja tb. CRISTO.)

metafísica. Estudo do que é fundamental ao ser. De modo geral, caracteriza o estudo daquilo que não é passível de prova científica.

milagre. Obra que ultrapassa o poder normal dos seres humanos e causa espanto e admiração. Por meio de milagres DEUS nos fala do seu envolvimento pessoal com o ser humano e do seu cuidado conosco.

milênio. Período de mil anos profetizado no livro de APOCALIPSE, quando os justos governarão a terra. Há três interpretações básicas em relação a esse período: os amilenaristas dizem que o período de mil anos é simbólico e que a SEGUNDA VINDA de JESUS inaugurará não um reino terreno, e sim a vida eterna; os pós-milenaristas acreditam que Jesus voltará depois do milênio, que será um período de prosperidade espiritual; os pré-milenaristas dizem que a volta de Jesus ocorrerá antes do milênio e que ele reinará com seu povo na terra.

ministério (ou serviço). O conjunto de serviços que todos os membros da igreja oferecem uns aos outros e à sociedade em geral. Consiste em diversos ministérios específicos, de acordo com a diversidade dos DONS DO ESPÍRITO. O ministério que exige ORDENAÇÃO é um elemento importante do conjunto do ministério da igreja, mas o ministério em geral cabe a todos os fiéis. O modelo de todo serviço cristão é o ministério de JESUS.

missa. Veja SANTA COMUNHÃO.

missão (do latim *missio*, que significa “enviar”). Tudo aquilo que JESUS mandou que a igreja fizesse no mundo: levar o amor de DEUS às pessoas em todas as suas necessidades. Jesus disse: “Como o Pai me enviou, assim também eu vos envio”. Isso significa que a igreja deve realizar tudo o que Jesus fez pelas pessoas. A EVANGELIZAÇÃO é parte fundamental disso, assim como o serviço e o cuidado dos necessitados, juntamente com o que se chama hoje em dia de “humanização”, isto é, ajudar as pessoas a vencer as circunstâncias políticas, e outras, que aviltam sua dignidade humana.

mistério. Algo que podemos conhecer, mas que jamais seremos capazes de compreender plenamente, sobretudo o mistério de DEUS. Toda religião contém mistério, o que pode representar um problema para as mentes mais metódicas. Contudo, o fato de não podermos entender tudo não deve nos impedir de compreender o máximo do que é possível compreender.

mito. Narrativa em que se procura sintetizar uma ideia religiosa. Alguns mitos são meios muito eficientes para transmitir verdades espirituais. Não há consenso acerca da existência ou não de mitos na BÍBLIA. Por exemplo, a narrativa do jardim do Éden seria um relato factual ou mítico?

monoteísta. Aquele que crê na existência de um único DEUS. Trata-se de uma crença básica do cristianismo, do judaísmo e do islamismo. A fé cristã na TRINDADE de modo algum enfraquece o monoteísmo cristão.

mordomia (administração). O dever de cada ser humano de zelar pela criação de DEUS e de bem administrar suas próprias capacidades e bens. Não somos donos dessas coisas; elas continuam pertencendo a Deus, mas cabe-nos usar e geri-las da melhor forma que nos permitirem nossas competências de mordomos, ou administradores.

não conformista. Aquele que não aceita a IGREJA oficial de seu país e prefere integrar-se a uma DENOMINAÇÃO ou CONGREGAÇÃO sem vínculos com o Estado.

nascimento virginal. A crença de que a VIRGEM MARIA concebeu e deu à luz JESUS sendo ainda virgem, pela intervenção miraculosa do ESPÍRITO SANTO.

nova criação. O reino tornou-se totalmente acessível pela morte de JESUS, sua RESSURREIÇÃO e o derramamento do ESPÍRITO SANTO. Ele contém possibilidades que, sem a obra de Jesus e a atuação do Espírito, estariam

fechadas para nós por causa da QUEDA, principalmente a nossa relação com DEUS e toda a vida espiritual. A nova comunidade da IGREJA e a ESPERANÇA restaurada da vida eterna são essenciais à nova CRIAÇÃO.

novo nascimento (também chamado de regeneração). JESUS disse: “Em verdade te digo que ninguém pode ver o reino de Deus se não nascer de novo”. Enquanto a conversão diz respeito à resposta do indivíduo a DEUS, o novo nascimento se refere à obra de Deus no indivíduo mediante o ESPÍRITO SANTO, para lhe propiciar um novo começo e uma nova característica de vida. O cristão não é simplesmente perdoado e chamado a recomeçar por suas próprias forças; ele recebe vida nova em sua relação com Deus.

obra de Cristo. Tudo o que CRISTO realizou pela humanidade, sobretudo com sua morte e RESSURREIÇÃO.

onipotência. A capacidade de DEUS de fazer qualquer coisa que não contrarie seu caráter e suas leis.

onipresença. A propriedade de estar presente em toda parte. Designa o fato de que DEUS não se restringe a nenhum lugar específico e pode ser conhecido simultaneamente pelas pessoas do mundo inteiro.

onisciência. A plenitude do conhecimento. DEUS é onisciente, isto é, ele sabe tudo e seu conhecimento não tem limites.

ontológico. Referente à natureza essencial das coisas. Portanto, o “argumento ontológico” da existência de DEUS sustenta que, pela própria natureza dos seres, deve existir um ser que seja maior do que qualquer outra coisa. Caso contrário, os homens não poderiam sequer conceber a existência de um ser supremo.

oração. Prática consciente do crente mediante a qual ele se relaciona com DEUS. Pode tomar a forma de adoração, meditação e INTERCESSÃO. É comum expressar-se com palavras audíveis, mas há quem ore mentalmente apenas. Toda oração é uma relação de mão dupla. É a atividade central da vida cristã.

ordenação. Comissionamento de pessoas num MINISTÉRIO específico no âmbito geral do ministério da igreja. Em geral, a ordenação está relacionada com o ensino, o cuidado pastoral, o ministério dos SACRAMENTOS e a liderança. A ordenação se dá pela IMPOSIÇÃO DE MÃOS dos líderes de uma DENOMINAÇÃO, acompanhada de uma ORAÇÃO pela capacitação

que vem do **ESPÍRITO SANTO**. Muitos, sobretudo os **CATÓLICOS ROMANOS**, acreditam que as ordens são permanentes: uma vez ordenado, ordenado para sempre.

organização eclesiástica. Diz respeito a assuntos relacionados ao governo, à estruturação, ao ministério e à disciplina das **CONGREGAÇÕES** e **DENOMINAÇÕES**.

pacifista. Aquele que acredita que a guerra jamais se justifica e, por isso, se recusa a empunhar armas. A maior parte dos cristãos da **IGREJA PRIMITIVA** era pacifista, assim como alguns anabatistas que foram perseguidos pelo Estado exatamente por isso. Uma **TRADIÇÃO** pacifista persiste ao longo da história do cristianismo, e é provável que seja mais forte hoje do que no passado.

pagão. Pessoa considerada ignorante no que se refere à verdadeira religião. Aplica-se com frequência o termo aos seguidores das religiões primitivas, mas hoje às vezes se usa também para designar quem não tem **FÉ**.

país. Veja **PAIS DA IGREJA** e **PAIS APOSTÓLICOS**.

país apostólicos. Autores e líderes cristãos que sucederam imediatamente os **APÓSTOLOS**.

país da igreja. Escritores e pensadores dos primeiros séculos do cristianismo que tiveram papel importante na definição das doutrinas cristãs.

Paixão. A Paixão de JESUS são os vários sofrimentos dele logo antes de sua morte. Fazem parte desses sofrimentos a tentação no Getsêmani, a humilhação pelos soldados romanos e seu sofrimento na **CRUZ**.

palavra de Deus (com “p” minúsculo). A **REVELAÇÃO** de **DEUS** registrada na **BÍBLIA**. Para alguns cristãos, a Bíblia é a própria palavra de Deus; para outros, ela contém essa palavra. (Veja tb. **INSPIRAÇÃO** e **REVELAÇÃO**.)

panenteísta. Aquele que diz que tudo existe em **DEUS**. Essa perspectiva difere do panteísmo. Trata-se de um conceito estimado na teologia do século 20, com ênfase na imanência de Deus e, sobretudo, na **TEOLOGIA DO PROCESSO**.

panteísta. Aquele para quem tudo é divino. Por isso, muitos panteístas adoram a natureza. O panteísmo em geral é moralmente neutro, uma vez que todas as formas de comportamento seriam aspectos do ser divino. A ideia é próxima do monismo.

parábola. Narrativa que transmite uma verdade espiritual. É típica do método de ensino de JESUS. Ele usou com frequência o recurso das parábolas para

comunicar a imprevisibilidade do REINO DE DEUS e a necessidade presente de responder ao que ele dizia.

Paráclito (do grego: “o que é chamado para ajudar”). Termo usado no EVANGELHO de João para se referir ao ESPÍRITO SANTO. Foi traduzido de várias formas, mas no contexto do ensino de João parece significar “aquele que é para nós o que Jesus era para os discípulos”.

Paraíso. Palavra não muito frequente na BÍBLIA; tem o sentido de “estado abençoado no porvir”.

Páscoa. A ação de Deus que preparou o ÊXODO de Israel do Egito, quando Deus “passou sobre” as famílias israelitas ao mesmo tempo que castigava os egípcios. O termo também se refere à grande festa judaica que lembra esse incidente e, de modo especial, à ceia da Páscoa nos lares judeus. Acredita-se que, na Última Ceia, Jesus usou o simbolismo da Páscoa ao instituir a SANTA COMUNHÃO.

paternidade de Deus. A qualidade de DEUS que se relaciona com a humanidade como um pai, cuidando dela e orientando-a. Era a forma característica com que JESUS se dirigia a Deus. Os cristãos chamam a primeira pessoa da TRINDADE de “Deus Pai”.

pecado. A palavra tem vários significados, entre eles “transgressão da LEI de DEUS” e “ficar aquém do propósito divino para a vida humana”. O pecado diz respeito tanto a ações erradas específicas quanto a um estado permanente, um defeito fatal em tudo o que os seres humanos fazem, mesmo em suas melhores intenções. É por causa da nossa pecaminosidade, pela qual merecemos o juízo divino, que temos necessidade da SALVAÇÃO que JESUS proporciona. (Veja QUEDA, PECADO ORIGINAL.)

pecado original. A predisposição para o PECADO que caracteriza toda a humanidade e que se acredita tenha decorrido da QUEDA. Essa crença não elimina a responsabilidade individual, mas, sim, chama a atenção para os fatores ambientais e hereditários que nos empurram para a desobediência. Corresponde aos fatos observáveis da natureza humana. (Veja tb. QUEDA.)

pedobatismo. Termo que designa o batismo de crianças pequenas, usado principalmente por aqueles que não creem na legitimidade do BATISMO de crianças.

penitência. Nas TRADIÇÕES católica romana e ortodoxas, dá-se o nome de penitência à confissão do PECADO e ao cumprimento de um dever imposto

ao fiel para pagar os pecados cometidos. A penitência é um SACRAMENTO, e a absolvição da culpa pode depender do seu cumprimento.

perdão. Uma das grandes BÊNÇÃOS providas pela morte de JESUS é a possibilidade de que as pessoas arrependidas saibam que foram perdoadas por Deus e estão livres da culpa, que, se não fosse eliminada, as manteria afastadas dele. Assim como o perdão é um tema fundamental da relação entre Deus e a humanidade, ele também deve caracterizar a relação entre as pessoas: temos de perdoar uns aos outros como fomos perdoados por Deus.

pessoa. Termo técnico usado para definir a crença na TRINDADE. É empregado para designar o Pai, o Filho e o ESPÍRITO SANTO separadamente.

pietista. Membro de um movimento dos séculos 17 e 18 que procurava reintroduzir a devoção e a vida de SANTIDADE num protestantismo que se tornara rígido e teórico. Sem jamais constituir uma DENOMINAÇÃO estruturada, os pietistas contribuíram muito para o desenvolvimento do movimento PROTESTANTE.

plenitude do Espírito. Estado em que a personalidade e a vontade se abrem de tal modo ao ESPÍRITO SANTO que não opomos obstáculo algum para que ele enriqueça nossa vida e nos use no serviço a Deus. O APÓSTOLO Paulo nos ensina que essa plenitude não é dada de uma única vez, mas é contínua e gradativa.

pluralismo. Existência de muitas religiões lado a lado numa mesma comunidade — um fato frequente no mundo moderno. A palavra é usada às vezes para se referir à ideia de que todas as religiões são igualmente válidas.

politeísta. Aquele que acredita em mais de um deus. O politeísmo era a forma religiosa comum das culturas grega, romana e do oriente próximo, predominantes no tempo em que surgiu o cristianismo.

predestinação. A determinação prévia do destino de cada pessoa, decretada por Deus. Os cristãos sempre acharam difícil conciliar a predestinação com o LIVRE-ARBÍTRIO e com nossa responsabilidade de escolher o ARREPENDIMENTO e a FÉ.

presença real. É a presença de JESUS no pão e no vinho que o cristão toma na SANTA COMUNHÃO. Há diferentes pontos de vista em relação à presença de Jesus, isto é, discute-se se ele está presente fisicamente de forma miraculosa (TRANSUBSTANCIAÇÃO) ou se de forma espiritual.

profeta. Aquele que profetiza, ou seja, declara a PALAVRA DE DEUS segundo o que ela tem a dizer de acordo com a situação específica de uma nação, comunidade ou pessoa. A profecia apresenta também elementos de previsão, embora estes não constituam sua essência. Os profetas eram muito importantes na religião do Antigo TESTAMENTO, pois traziam a REVELAÇÃO de DEUS. Eles reaparecem no Novo Testamento, mas têm uma posição diferente no contexto da revelação consumada.

propiciação. Apresentação de uma oferta que reconstitui a relação de uma pessoa com outra a quem ela ofendeu. Alguns creem que essa seja a palavra certa para designar o efeito da morte de JESUS, que reconciliou a humanidade com DEUS; mas outros preferem o termo EXPIAÇÃO, por considerá-lo mais objetivo.

prosélito. Indivíduo não judeu que se converte à FÉ judaica e tem permissão para adorar na sinagoga. Os prosélitos muitas vezes se impressionavam com a pregação inicial do EVANGELHO cristão, que começou nas sinagogas.

protestante. Membro de uma das três maiores tradições cristãs, ao lado dos CATÓLICOS ROMANOS e dos fiéis da IGREJA ORTODOXA. É um título genérico dado aos sucessores dos que se separaram da igreja de Roma na REFORMA. Eles se distinguem pela ênfase que dão à AUTORIDADE da BÍBLIA, a qual situam acima da autoridade da igreja, e pela rejeição de qualquer casta sacerdotal. Esta última característica fez algumas vezes que o protestantismo fosse extremamente individualista. O protestantismo também mostra que tem a tendência de se subdividir em muitas DENOMINAÇÕES diferentes.

Providência. O cuidado de DEUS com tudo o que existe. Seus atos de SALVAÇÃO, como a morte de JESUS, são parte dessa providência, assim como o cuidado que ele tem conosco pela GRAÇA COMUM. Deus é capaz de cuidar de tudo graças a sua soberania universal.

purgatório. Na fé católica, lugar para onde o espírito vai depois da morte para ser “purificado” e preparado para entrar no CÉU.

Queda. A opção da humanidade pela independência em relação a Deus e à sua vontade; uma escolha em que todos fomos envolvidos e que resultou no abandono, por parte da humanidade, do caminho estabelecido por Deus e na distorção de sua imagem nos homens e mulheres, o que afetou até

mesmo o restante da criação. Não há consenso acerca da Queda — se foi um fato histórico real ou se expressa uma verdade sobre o caráter da humanidade e sua relação com Deus.

rabi (ou rabino). Mestre judeu que, no tempo de JESUS, reunia à sua volta um grupo de DISCÍPULOS. Jesus muitas vezes era chamado de “Rabi”, embora seus métodos fossem muito diferentes.

racionalista. Aquele que acredita que tudo pode ser julgado pela razão somente, sem ajuda, e que a razão é superior à REVELAÇÃO (na hipótese de que haja revelação). O racionalismo foi uma escola importante de filosofia nos séculos 17 e 18, e sua influência persiste até hoje.

reconciliação. Restabelecimento da união entre duas partes em conflito. É uma das imagens centrais daquilo que foi alcançado pela morte de JESUS, que promoveu a harmonia entre DEUS e a humanidade, retirando a barreira imposta pelo PECADO. Uma vez reconciliados com Deus, os cristãos estão preparados para levar a reconciliação às divisões que há no mundo.

redenção. A compra de alguém que estava vivendo em escravidão a fim de garantir sua liberdade. É um conceito usado com frequência na BÍBLIA, no Antigo TESTAMENTO, para designar o que DEUS fez por Israel no ÉXODO; e no Novo Testamento como metáfora que revela o significado da morte de JESUS.

reencarnação. Crença de que vivemos uma série de vidas sucessivas, às vezes em diferentes níveis de ser. Essa crença não é cristã, mas é importante no hinduísmo.

Reforma. Grande movimento do século 16 de reforma da igreja de Roma e que resultou, contra a vontade de muitos dos seus líderes, na divisão da Igreja Católica. As principais convicções dos reformadores eram a JUSTIFICAÇÃO pela FÉ e o sacerdócio universal dos crentes (veja SACERDOTE). A cisão causada pela Reforma foi profunda e duradoura, apesar de atualmente haver indícios de uma reaproximação entre os dois lados.

reino de Deus (ou reino do céu). O governo e a AUTORIDADE de DEUS, bem como todas as pessoas e comunidades que aceitam esse governo. Os judeus esperavam que o reino de Davi fosse restabelecido, mas JESUS trouxe um reino dotado de um tipo diferente de poder, que não foi aceito por muita gente. Para entrar no reino de Deus é preciso adotar o modo de viver de

Jesus, no poder do **ESPÍRITO SANTO**; o reino se preocupa sobretudo com os pobres e os oprimidos. Embora oculto por enquanto, o reino de Deus derrubará enfim todas as potências terrenas na **SEGUNDA VINDA** de Jesus.

Renascimento. Conjunto de movimentos dos séculos 14, 15 e 16 que assinalou o fim do período medieval. Foi marcado por um grande interesse pelas obras do período clássico e pelas formas clássicas de arte. Outra característica importante foi seu profundo humanismo. A influência do renascimento sobre a **REFORMA** é bastante discutida.

renovação. O retorno à **FÉ** e a uma vida cristã mais profunda por parte de uma pessoa ou de uma comunidade. A renovação é geralmente precedida de **ORAÇÃO** e da percepção de que há algo errado, o que resulta em maior **SANTIFICAÇÃO**. O termo é quase sinônimo de **AVIVAMENTO**.

representante. Termo usado para designar a posição que **JESUS** ocupou em relação a nós quando morreu na cruz. Por ser totalmente humano, mas sem **PECADO**, ele se tornou nosso representante: morreu por nós, representando a humanidade toda, culpada de pecado.

resgate. Pagamento oferecido para garantir a libertação de alguém. O termo, portanto, é usado às vezes para designar o que foi alcançado com a morte de **JESUS**. Seu significado é bem próximo do de **REDENÇÃO**.

ressurreição. Ação com que **DEUS** tirou **JESUS** da sepultura, trazendo-o de volta à vida. Como **SENHOR** ressurreto, Jesus vive para sempre e pode ser conhecido ainda hoje. Sua ressurreição também confirmou que ele é o unigênito **FILHO DE DEUS**. Com a vitória sobre a morte, Jesus nos dá a garantia de que a morte não é o fim da vida.

ressurreição do corpo. Convicção de que, na **SEGUNDA VINDA** de **JESUS**, os cristãos ressuscitarão da morte para a vida com **DEUS**, num corpo imperecível.

revelação. Ação em que **DEUS** dá a conhecer à humanidade seu caráter, sua vontade e seus caminhos. Essa revelação ocorreu na história com atos de manifestação específicos e, de modo supremo, na vida, morte e **RESURREIÇÃO** de **JESUS**. O registro e a interpretação desses atos históricos se encontram na **BÍBLIA**, que os cristãos creem inspirada por Deus para garantir que sua revelação nos seja acessível. (Veja tb. **PALAVRA DE DEUS**.)

ritual. Ação simbólica, em geral no ambiente de culto, que remete a uma verdade espiritual.

sábado (ou sabá). Dia da semana em que as pessoas devem descansar do seu trabalho e refletir sobre DEUS, assim como Deus descansou no “sétimo dia da Criação”. Essa prática assegura uma alternância entre a atividade e a recreação na vida. Os judeus guardam o sábado, ou sabá (assim como os adventistas do sétimo dia). Os cristãos guardam o domingo com propósito semelhante, mas de forma menos rigorosa.

sacerdote. Pessoa que representa DEUS perante as pessoas e as pessoas, perante Deus. O termo também é usado para designar a pessoa que oferece SACRIFÍCIOS. Os sacerdotes do Antigo TESTAMENTO eram elementos fundamentais da fé israelita; mas depois que a morte de JESUS abriu caminho para que todos os crentes se aproximassem de Deus, muitos dizem que não precisamos mais de uma casta sacerdotal especial. Por essa ótica, todo crente é um sacerdote. Para os CATÓLICOS ROMANOS, contudo, os sacerdotes especialmente ordenados ainda têm seu lugar como aqueles que oferecem a GRAÇA de Deus às pessoas no sacrifício da MISSA.

sacramento. Para Agostinho, trata-se do “sinal exterior e visível de uma graça interior e espiritual”. É um sinal, ou dramatização, cujo efeito é mais eficaz do que as palavras. Os DOIS SACRAMENTOS do EVANGELHO ordenados por JESUS são o BATISMO e a SANTA COMUNHÃO. Os católicos romanos também entendem outros ritos como sacramentos, como a CONFIRMAÇÃO, o matrimônio, a ORDENAÇÃO, a PENITÊNCIA e a unção dos enfermos.

sacrifício. No Antigo TESTAMENTO, o sacrifício de animais era o meio pelo qual o PECADO era expiado e a relação com DEUS, preservada. O sacrifício de JESUS na morte foi o meio pleno e definitivo da ADUNAÇÃO. Desde então, não há mais necessidade de outros sacrifícios, embora os CATÓLICOS ROMANOS considerem a MISSA a representação do sacrifício de Jesus.

saduceu. Membro de uma seita judaica, poderosa na época de JESUS, que tinha muita influência na adoração regular no TEMPLO.

salvação. O ato pelo qual alguém é resgatado de uma situação de perigo. Na BÍBLIA, significa tirar alguém do cativeiro (do PECADO) e levar a pessoa à plenitude e à liberdade de DEUS. A salvação tem uma referência passada: o crente é salvo pela morte de JESUS de uma vez por todas; tem uma aplicação presente: podemos usufruir a liberdade de Deus hoje pelo poder do ESPÍRITO SANTO; e traz uma esperança futura: os crentes serão salvos de todos os efeitos da QUEDA na SEGUNDA VINDA de Jesus.

salvador. Aquele que traz a SALVAÇÃO. O nome JESUS significa “Salvador”.

santa comunhão. Culto em que os membros da CONGREGAÇÃO consomem um pedaço de pão e um pouco de vinho como símbolo de que devem sua vida espiritual à morte de JESUS. A santa comunhão foi instituída por Jesus por ocasião da Última Ceia, quando ele tomou o pão e o vinho e disse: “Isto é o meu corpo”, “Isto é o meu sangue”. Essa cerimônia também é conhecida como eucaristia (i. e., “ação de graças”), MISSA (termo CATÓLICO ROMANO) e ceia do Senhor. (Veja tb. PRESENÇA REAL, SACRAMENTO.)

santidade. A princípio, santidade é um atributo de DEUS que denota a separação dele de qualquer coisa que não seja absolutamente pura. A BÍBLIA aplica também o conceito a objetos, autoridades espirituais etc. separados para serem utilizados no serviço de Deus. Contudo, os crentes comuns também são chamados de SANTOS e são instados a viver uma vida que reflita o caráter de Deus conforme ele se manifestou em JESUS. (Veja tb. SANTIFICAÇÃO.)

santificação. Conformação progressiva da vida e do caráter do crente à vida e ao caráter de JESUS pela obra interior do ESPÍRITO SANTO. Enquanto a JUSTIFICAÇÃO é o que dá início à vida cristã da pessoa, a santificação tem como objetivo marcar sua continuação. A santificação só estará completa no final.

santo. Segundo o Novo TESTAMENTO, santo é qualquer pessoa que esteja “em Cristo”, de modo que a palavra é usada de forma intercambiável com “cristão”. Os CATÓLICOS ROMANOS, porém, reservam o termo para certas pessoas de santidade especial que são “canonizadas” — isto é, têm a santidade reconhecida pelo papa e podem ser chamadas de santas pelos fiéis. Na Igreja Católica Romana, os santos podem ser invocados para interceder a Deus a favor das pessoas. A palavra “santo”, como adjetivo, pode ser empregada em referência a DEUS e a tudo o que seja reservado a uso sagrado (veja SANTIDADE).

Satanás. Veja DIABO.

segunda vinda. Crença de que JESUS virá outra vez, publicamente, como Senhor de todos, para pôr fim à presente era e introduzir a era eterna. Será o Dia do Juízo, mas também o dia em que a SALVAÇÃO se realizará completamente. Jesus falou várias vezes a esse respeito, mas deixou claro que ninguém sabe de antemão quando isso acontecerá.

Segundo Adão. Título aplicado às vezes a JESUS, indicando que ele está no início de uma nova CRIAÇÃO assim como Adão estava no início da criação antiga e caída.

Senhor, o. Título dado a DEUS no Antigo TESTAMENTO, geralmente grafado “o SENHOR”, porque o nome de Deus, YAHWEH, era SANTO demais para ser pronunciado. O termo é empregado no Novo TESTAMENTO em referência a JESUS CRISTO e se tornou fundamental na adoração cristã.

Septuaginta. Antiga tradução grega do Antigo TESTAMENTO hebraico, também chamada Versão dos Setenta.

Servo do Senhor. Personagem que aparece em quatro poemas da profecia de Isaías. No Novo TESTAMENTO, esse conceito de um indivíduo que sofreria por muitos é aplicado a JESUS.

sincrétismo. Combinação de diferentes FÉS de modo tal que se obscurecem as diferenças entre elas. Isso é fatal para o cristianismo, que afirma a centralidade de JESUS CRISTO.

sustentador. DEUS na qualidade daquele que sustenta a CRIAÇÃO, preservando sua existência e mantendo as condições necessárias para que a vida prossiga. Essa é uma crença importante, que contradiz a visão de que Deus deu início ao Universo e depois o deixou por conta de seus próprios mecanismos.

teísmo. Crença em DEUS. O cristianismo começa com o teísmo e cresce a partir daí, proporcionando ao teísmo um conteúdo específico por meio da REVELAÇÃO de Deus e especialmente por meio do caráter e do ensinamento de JESUS.

Templo. Edifício em Jerusalém separado para sediar a adoração e os SACRÍFICIOS de Israel. Construído primeiramente por Salomão, mas destruído quando Jerusalém foi tomada pelos babilônios, foi substituído depois que os judeus voltaram do Exílio. No tempo de JESUS, o Templo de Herodes já havia sido concluído, mas pouco depois foi arrasado novamente, dessa vez pelos romanos. Desde então, não foi erguido nenhum outro templo.

tentação. Impulso em direção ao PECADO. A tentação acomete toda a humanaidade — até Jesus a sofreu — de diferentes formas. Ser tentado não é pecado em si, mas apenas humano. O pecado ocorre quando acolhemos a tentação e cedemos a ela.

teodiceia. Justificação do modo de agir de Deus, principalmente em face do sofrimento e de outras situações que tornam difícil acreditar que DEUS seja ao mesmo onipotente e amoroso.

teologia. O estudo de DEUS. A teologia cristã não se baseia em meras especulações a respeito de Deus; sua tarefa consiste em compreender e interpretar a REVELAÇÃO que ele fez de si mesmo na BÍBLIA.

teologia da libertação. Movimento surgido na América Latina nos últimos cinquenta anos. Seu objetivo é aplicar as crenças cristãs em ações concretas (práxis), sobretudo em face de situações de opressão e de injustiça social e política.

teologia do processo. Forma moderna de teologia segundo a qual DEUS está implicado em todo o processo de evolução, conservando juntos o bem e o MAL a caminho de uma solução para o sofrimento no mundo.

teologia liberal. Tipo de teologia que defende a liberdade de questionar supostas autoridades e de evitar restrições intelectuais. A teologia liberal tem, portanto, uma postura crítica em relação ao cristianismo ortodoxo. Desenvolveu-se a partir do século 18, embora tenha sido mais forte em alguns períodos do que em outros.

teologia natural. Conhecimento de Deus que se alcança exclusivamente pela razão, sem recorrer à REVELAÇÃO. Acredita-se que seja complementar à religião revelada. Esse método é característico da teologia medieval, sobretudo em Tomás de Aquino. Sua influência persiste ainda hoje nos círculos CATÓLICOS ROMANOS.

Testamento (“aliança”). Os dois Testamentos juntos formam a BÍBLIA. O Antigo Testamento começa com a Criação e abrange o período da primeira ALIANÇA, que, celebrada inicialmente com Abraão e renovada com Moisés, passou por vários momentos difíceis ao longo da história de Israel. O Novo Testamento é a nova aliança inaugurada por JESUS. Trata da sua vida, morte e RESSURREIÇÃO, além de abranger também a vida e o crescimento da IGREJA no tempo dos APÓSTOLOS.

testemunho. Ato de declarar tudo o que o crente sabe sobre JESUS CRISTO e o EVANGELHO. Embora somente alguns cristãos se dediquem ao ministério da EVANGELIZAÇÃO, todos são chamados a dar testemunho quando surge a oportunidade.

textos deutero-canônicos. Livros cujos requisitos para a inclusão no CÂNON são objeto de disputa. Os CATÓLICOS ROMANOS incluem esses escritos na BÍBLIA, mas os PROTESTANTES entendem que eles não têm a mesma AUTORIDADE dos demais, e, por isso, os deixam de fora ou os agrupam separadamente. (São também chamados de Apócrifos.)

Todo-Poderoso. Veja ONIPOTÊNCIA.

tractariano. Membro de um grupo da igreja da Inglaterra, no século 19, cujo objetivo era fazer que a igreja abandonasse o que havia incorporado depois da REFORMA e voltasse à sua herança católica. (Veja ANGLO-CATÓLICO.)

tradição. Os elementos de FÉ passados de geração em geração. A tradição dá continuidade ao cristianismo, mas sua AUTORIDADE é sempre secundária em relação à da BÍBLIA.

transcendência. Termo que designa a qualidade daquilo que vai além do humano e das limitações e preocupações terrenas. DEUS é transcendente e sempre excede nosso entendimento. Contudo, ele também é imanente (veja IMANÊNCIA), de modo que sua “alteridade” não o torna inacessível.

Transfiguração. Ocasião em que Jesus apareceu a Pedro, Tiago e João na plenitude da sua GLÓRIA.

transubstanciação. Na fé católica, crença de que, na MISSA, o pão e o vinho se transformam milagrosamente no corpo e no sangue reais de CRISTO.

Trindade. O ser tríplice de DEUS nas pessoas do Pai, do Filho e do ESPÍRITO SANTO. Dentro da unidade de Deus, as três pessoas são distintas e operam de maneiras igualmente distintas. Essa doutrina fundamental do cristianismo é exigida pelos dados encontrados no Novo TESTAMENTO, que nos diz que JESUS foi a encarnação do Deus eterno (veja FILHO DE DEUS) e que o Espírito Santo é divino e pessoal.

unitarista. Aquele que acredita que somente o Pai é DEUS e que JESUS e o ESPÍRITO SANTO não são divinos. Essa crença não é cristã.

universalista. Aquele que acredita que toda a humanidade alcançará por fim a SALVAÇÃO, mesmo que muitos não tenham FÉ em JESUS. Essa perspectiva se baseia no ensino do Novo TESTAMENTO de que todas as coisas serão recapituladas em Jesus CRISTO, mas muitos creem que isso não inclui aqueles que o rejeitaram.

Verbo de Deus (ou a Palavra de Deus). Título dado a JESUS e que aponta para ele como a REVELAÇÃO de DEUS, a comunicação de Deus à humanidade. A ideia tem amplos antecedentes tanto no pensamento judaico quanto no grego. Sua forma grega é *Logos*.

virgem Maria. A mãe de JESUS. Uma mulher digna de grande honra. Na fé católica, ela foi elevada a uma posição de destaque e é invocada para que interceda a DEUS em favor dos fiéis. (Veja tb. ASSUNÇÃO.)

vocação. Veja CHAMADO.

Yahweh. (Traduzido por Jeová em algumas Bíblias.) Nome hebraico de DEUS, o qual, na época do Antigo TESTAMENTO, era considerado demasiado SANTO para ser proferido. (Veja SENHOR.)

zelote. Membro de uma seita judaica da época de JESUS que tentava derrubar as forças de ocupação romanas pela força.

Índice remissivo

A

Aba, Pai 107, 111, 113, 114
Abraão 26, 32, 33, 72, 77, 82, 109, 124, 153, 159, 185, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 273, 277, 278, 280, 295, 311, 330, 331, 332, 377, 385, 447
acomodação e analogia 92, 93, 242, 250, 253, 281, 285, 358, 375, 397, 400, 418
Adão e Eva 84, 88, 219, 220, 241, 242, 383
adoção 114, 115, 246, 407, 417
adoração 19, 51, 108, 157, 207, 270, 271, 282, 283, 294, 298, 305, 314, 346, 372, 373, 417, 418, 421, 428, 429, 430, 437, 444, 446
aduncação 115, 116, 224, 226, 229, 230, 233, 417, 430, 444
Agostinho de Hipona 18, 35, 43, 124, 126, 236, 240, 246, 247, 248, 249, 255, 256, 257, 258, 261, 262, 263, 394, 444
aliança 28, 32, 51, 54, 82, 109, 111, 153, 155, 157, 259, 266, 267, 271, 272, 273, 279, 280, 282, 284, 285, 286, 298, 308, 311, 315, 360, 370, 417, 422, 447
nova 134, 228, 270

alienação

da humanidade em relação a Deus 97, 243, 244. *Veja também*
aduncação
alma 32, 36, 97, 199, 209, 256, 257, 258, 280, 348, 356, 374, 388, 391, 392, 394, 395, 402, 403, 407, 408, 415, 418, 419
amor
de Deus 35, 102, 111, 179, 180, 207, 212, 251, 280, 436
humano 36, 57, 99, 102, 242
o maior mandamento 172
anabatistas 438
anjos 83, 88, 102, 124, 202, 363, 367, 373, 385, 388, 418
Anselmo da Cantuária 78, 231, 233, 237, 238, 240, 398
anuladores potenciais 47
Apócrifos 54, 55
apóstolos 30, 31, 49, 50, 119, 175, 203, 207, 213, 276, 279, 283, 302, 303, 304, 305, 309, 311, 325, 330, 386, 387, 388, 419, 424, 426, 438, 447
argumento cosmológico 78
argumento ontológico 78, 437
argumento teleológico 78
arianismo 114, 130

- A**
- Ário 19
 - arminianismo 263
 - arrependimento 55, 64, 81, 159, 273, 274, 277, 281, 286, 297, 305, 309, 312, 319, 332, 379, 419, 420, 423, 429, 440
 - arte 125, 443
 - na adoração 354
 - artes
 - ícones 125, 430
 - ascensão 274, 276, 309
 - ascese 61
 - assunção física de Maria
 - (dogma católico) 122
 - Atanásio 18, 19, 389, 390
 - ateísmo 73
 - atributos de Deus 88
 - atributos de Deus no
 - hinduísmo 60
 - na crença cristã 83
 - no islamismo 60, 77
 - no judaísmo 60, 74, 75, 112, 152, 155, 157
 - autoridade
 - da Bíblia 54, 122, 306
 - na igreja 22, 56, 305, 327
 - avivamento 23, 24, 263, 420, 443
- B**
- Barth, Karl 131, 410
 - batismo 30, 109, 121, 130, 159, 175, 183, 187, 237, 290, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 314, 316, 318, 319, 345, 346, 420, 421, 423, 424, 439, 444
 - batismo de crianças 439
 - no Espírito. *Veja também* Espírito Santo
 - bênção 26, 32, 36, 61, 109, 153, 160, 165, 267, 268, 269, 270, 274, 281, 282, 284, 320, 331, 332, 420
 - bênçãos 36, 60, 164, 277, 315, 316, 429, 440
 - bens 219, 247, 422, 429, 436
 - Bíblia
 - atestada pelo Espírito Santo 53, 122
 - autores 52
 - autoridade 54, 122, 306
 - cânon 31, 56, 304
 - crítica bíblica 52
 - gêneros literários 135
 - interpretação 23, 90, 123, 260
 - bispo 120, 236, 256, 287, 324, 325, 328, 329, 351, 386, 420, 421, 422, 423, 426, 432. *Veja também* sacerdócio
 - Bonhoeffer, Dietrich 260, 412
 - Buda, Gautama 61, 148
 - budismo 25, 60, 61, 67
- C**
- calvinismo 263
 - Calvino, João 22, 35, 55, 260, 262, 263, 406, 421
 - cânon das Escrituras 53, 54, 55, 303, 421, 448
 - caráter de Deus 153, 179, 426, 445
 - carne. *Veja também* corpo
 - casamento 46, 88, 160, 172, 281, 403
 - catecismos 23
 - catolicismo romano 120, 121
 - céu 30, 31, 50, 60, 66, 81, 82, 95, 117, 122, 140, 142, 179, 180, 201,

- 218, 220, 221, 222, 241, 245, 248, 249, 264, 282, 334, 340, 353, 355, 357, 360, 362, 364, 370, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 381, 382, 383, 384, 386, 392, 394, 401, 403, 406, 407, 408, 415, 419, 422, 429, 441, 442
 chamado 153, 176, 180, 269, 320
 cheio do Espírito. *Veja também* Espírito Santo
 ciência 92
 circuncisão 108, 109, 154, 177, 178, 245, 311, 422
 Clemente de Alexandria 355
 comprometimento 146, 174, 177, 270
 comunhão dos santos 31, 298, 422
 comunhão, santa 314, 318, 421, 427, 436, 445
 comunidades 254, 271, 306, 314, 442
 Concílio de Calcedônia 18, 19
 Concílio de Trento 250, 423
 Concílio Vaticano II 421
 condição humana 257, 370
 confissão de pecados 319. *Veja também* perdão, arrependimento
 consagração 400, 401, 420, 423
 Constantino 19, 431
 contexto cultural 430
 Contrarreforma, a 22, 423
 conversão 19, 23, 62, 80, 83, 122, 258, 308, 411, 419, 420, 422, 423, 428, 437. *Veja também* regeneração
 Cordeiro de Deus 185, 228, 423
 corpo de Cristo 119, 278, 287, 295, 311, 323, 330, 401, 404, 405, 423. *Veja também* igreja
 corpo (físico, humano) 76, 283, 289, 357
 ressurreição 360
 credos 19, 30, 31, 50, 203, 205, 207, 213, 294, 297, 298, 302, 424
 dos apóstolos 31
 Niceno 30
 crença, levantamento histórico da 25
 Criador, criação 20, 30, 49, 55, 64, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 92, 95, 96, 97, 131, 135, 152, 188, 202, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 231, 235, 236, 237, 239, 242, 245, 252, 256, 257, 260, 261, 262, 266, 267, 271, 273, 280, 290, 299, 308, 315, 331, 332, 336, 353, 355, 362, 363, 369, 370, 376, 377, 387, 393, 394, 396, 398, 406, 410, 415, 416, 436, 437, 442, 446
 crianças 91, 93, 106, 208, 220, 351, 359, 374, 375, 439
 criatividade humana. *Veja também* arte
 Crisóstomo, João 373
 cristãos e judeus 82, 109, 152, 284
 Cristo 19, 23, 24, 29, 30, 31, 33, 34, 36, 49, 55, 56, 57, 62, 63, 65, 71, 76, 77, 81, 82, 96, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 118, 122, 123, 125, 127, 130, 131, 132, 133, 135, 144, 158, 178, 186, 201, 203, 206, 207, 213, 221, 224, 227, 228, 229, 231, 232,

- 233, 234, 235, 236, 237, 241, 242, 243, 244, 246, 249, 250, 251, 252, 253, 256, 257, 259, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 272, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 283, 284, 285, 286, 287, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 301, 303, 304, 305, 308, 309, 310, 311, 315, 316, 317, 318, 319, 326, 328, 330, 332, 334, 335, 336, 337, 340, 341, 342, 343, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 359, 361, 362, 376, 377, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 391, 392, 394, 395, 396, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 414, 415, 416, 419, 420, 423, 424, 425, 427, 429, 430, 432, 433, 434, 435, 437, 445, 446, 447, 448.
- cruz, crucificação 116, 139, 140, 171, 174, 190, 195, 198, 199, 203, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 224, 225, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 237, 241, 243, 264, 266, 269, 272, 274, 277, 281, 291, 297, 310, 314, 315, 317, 332, 340, 343, 346, 350, 353, 412, 415, 424, 438, 443
- cura 172, 233, 236, 250, 251, 252, 253, 254, 256, 258, 277, 332, 432
- D**
- Darwin, Charles 424
- demônios 31, 304, 424
- desabilitados 88
- destino da humanidade 378
- determinismo 79
- Deus 111, 112, 131
- atributos 106
- e o mal 83, 84
- no judaísmo 159
- pai de Jesus 116
- santo 181
- Trindade 131
- Diabo. *Veja também* Satanás
- diaconato 324, 327, 328, 425
- Dia do Perdão 156, 227
- dimensão espiritual da vida 427
- discipulado 140, 260, 275, 276, 277, 285, 305, 311, 312, 319, 321, 332, 425
- dispensação 109, 129, 417, 425
- divindade de Cristo 31
- divórcio 172, 180, 375
- dons do Espírito 322, 323, 330, 421, 426, 435
- falar em línguas 119, 428
- doutrina
- católica romana (dogma) 122
- oposição de Lutero à doutrina católica romana 22, 251
- protestante 117
- dualismo 425, 426
- E**
- ecologia. *Veja também* Criador, criação
- Edwards, Jonathan 24, 354, 376, 377, 408, 409

- eleição 153, 156, 260, 262, 268, 269, 406, 422, 426
- Eliot, George 229
- encarnação 107, 115, 181, 187, 188, 201, 205, 206, 210, 214, 216, 237, 243, 244, 253, 287, 308, 332, 389, 390, 391, 412, 417, 426, 431, 433, 448
- epístolas 18, 134, 305
- escolasticismo 21, 427
- esperança 29, 35, 36, 47, 48, 62, 63, 135, 156, 158, 160, 161, 220, 234, 250, 256, 264, 266, 269, 270, 308, 334, 337, 339, 340, 342, 343, 345, 346, 347, 349, 350, 352, 353, 355, 360, 361, 362, 366, 369, 372, 373, 378, 380, 381, 382, 383, 384, 405, 413, 415, 427, 437, 444.
- esperança futura 348, 361, 369, 444
- Espírito de Deus (Antigo Testamento) 117
- Espírito Santo 31, 48, 51, 53, 56, 97, 107, 111, 112, 114, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 130, 131, 142, 160, 183, 185, 201, 206, 265, 274, 283, 287, 303, 304, 305, 309, 310, 325, 332, 337, 385, 386, 388, 389, 391, 392, 393, 403, 406, 409, 410, 420, 421, 423, 426, 427, 428, 429, 432, 436, 437, 438, 439, 440, 443, 444, 445, 448. *Veja também Pentecostes*
- batismo 310
- espiritualidade 72, 108, 369, 372
- estruturas de relacionamento
- humanidade com a humanidade 95
- eternidade 45, 80, 96, 114, 263, 332, 336, 354, 367, 390, 413, 414
- ética 178, 179, 180, 269, 270, 272, 292, 318, 319, 320, 427
- eucaristia 270, 314, 345, 405, 423, 427, 445
- evangelho, o (as boas-novas) 18, 23, 51, 55, 63, 64, 67, 81, 96, 115, 123, 135, 184, 203, 224, 227, 241, 284, 291, 297, 305, 308, 315, 318, 331, 332, 340, 342, 345, 346, 347, 350, 382, 404, 407, 408, 415, 419, 420, 428, 434, 441, 444, 447
- social 224
- Evangelhos Sinóticos 164, 181, 343
- evangelização 20, 306, 330, 428, 436, 447
- evolução 25, 424, 447
- exclusivismo 66
- Exército de Salvação 339
- Êxodo, o 144, 153, 252, 269, 270, 279, 282, 308, 314, 315, 339, 377, 428, 439, 442
- expiação 108, 233, 408, 417, 428, 441
- F**
- família 26, 52, 58, 87, 143, 177, 197, 266, 278, 279, 295, 298, 417
- farisaísmo 158, 159, 168, 173, 199, 341, 427, 429

- fé**
- cristã 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 34, 40, 47, 48, 49, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 80, 82, 132, 133, 134, 179, 206, 222, 298, 308, 324, 340, 343, 383, 408, 409, 410, 413, 415, 421, 425, 428, 429, 436
 - divina 341
- Filho de Deus 34, 56, 115, 128, 135, 140, 142, 144, 181, 185, 186, 187, 198, 202, 203, 228, 241, 244, 334, 342, 386, 388, 391, 392, 394, 395, 411, 419, 425, 429, 431, 433, 443, 448
- Filho do homem 142, 143, 169, 174, 191, 195, 198, 381, 394, 395
- filhos 36, 39, 83, 93, 97, 107, 113, 115, 122, 159, 165, 180, 220, 241, 242, 274, 278, 279, 295, 320, 335, 342, 384, 394, 395, 399, 407, 408, 417
- filosofia 21, 82, 104, 105, 106, 424, 435, 442
- frutos do Espírito 34, 119, 297, 429
- G**
- garantia 39, 47, 337
 - gentios 18, 56, 141, 145, 153, 159, 160, 203, 235, 245, 249, 274, 280, 284, 285, 286, 291, 301, 308, 311, 422
 - glória de Deus 32, 189, 373, 429
 - gnosticismo 19, 30, 235
 - graça 32, 34, 50, 60, 61, 62, 88, 96, 111, 119, 180, 247, 248, 249, 250, 251, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 269, 270, 272, 305, 308, 309, 310, 312, 316, 318, 319, 324, 331, 332, 355, 382, 394, 395, 397, 399, 402, 403, 412, 422, 425, 429, 441, 444
- graça especial. *Veja também* graça
- Grande Avivamento, o 24, 263
- Gregório de Nazianzo 232, 393
- Gregório de Nissa 232, 355, 393
- guerra 220, 231, 235, 299, 370, 430, 434, 438
- H**
- helenismo 356
 - heresia 30, 386, 387, 426, 430
 - hermenêutica 108, 430, 433
 - hinduísmo 25, 60, 68, 442
 - humanidade de Jesus. *Veja também* Jesus Cristo, humanidade
- I**
- idolatria moderna 256
 - igreja 24
 - e o Estado 21
 - governo da 330
 - história da 24
 - imagens bíblicas da 277, 287
 - Igreja Católica
 - Igreja Católica Romana. *Veja também* catolicismo romano
 - igreja universal 31, 302
 - igreja de Roma. *Veja também* catolicismo romano
 - igreja local 58, 283, 302

Igreja Metodista 263
 igreja oriental 117, 122, 129, 373
 Igreja Ortodoxa 129, 373
 igreja primitiva 18, 30, 54, 107, 112,
 125, 129, 131, 135, 136, 205,
 213, 246, 293, 303, 331, 346,
 417, 431, 438
 igreja protestante 23, 121, 263
 Iluminismo 24, 232, 237, 424, 431
 imanência 113, 425, 431, 438, 448
 imposição de mãos 325, 423,
 432, 437
 individualismo 441
 indulgência 22, 432
 infalibilidade do papa 120
 inferno 230, 232, 234, 352, 353, 354,
 432, 433
 inspiração 52, 53, 54
 Ireneu de Lião 232, 236, 252
 Israel, nação de Deus 27, 29, 47, 51,
 56, 60, 76, 77, 81, 82, 108, 109,
 110, 113, 127, 140, 141, 145,
 150, 152, 153, 154, 155, 156,
 157, 158, 159, 160, 161, 162,
 164, 165, 166, 167, 169, 170,
 171, 173, 174, 175, 176, 178,
 179, 180, 181, 185, 186, 199,
 201, 202, 203, 204, 206, 207,
 220, 225, 227, 249, 260, 261,
 265, 268, 269, 270, 271, 272,
 273, 274, 276, 278, 279, 280,
 281, 282, 283, 284, 285, 286,
 287, 291, 293, 295, 296, 297,
 298, 302, 311, 314, 318, 324,
 332, 339, 342, 360, 361, 363,

367, 368, 371, 372, 376, 377,
 415, 416, 422, 428, 439, 442,
 446, 447

J

Jacó Armínio 263
 Jesus Cristo
 afirmações de Jesus a respeito
 de si 171
 batismo 131
 humanidade 113, 115
 mediador 230
 milagres 189
 morte. *Veja também* cruz,
 crucificação
 realeza 198
 rejeitado 140
 ressurreição 211
 vida e esinamentos 180
 judaísmo
 origens 110
 visão a respeito de Deus 153
 visão a respeito de Jesus 153
 julgamento 80, 140, 153, 159, 160,
 165, 171, 180, 192, 193, 194,
 195, 211, 216, 229, 250, 266,
 273, 285, 337, 379, 382, 383,
 386, 398, 405, 406, 411, 418,
 432, 433, 439
 justificação 22, 33, 243, 244, 245, 246,
 248, 249, 250, 251, 259, 260,
 261, 337, 355, 399, 433, 434,
 442, 445

K

King, Martin Luther, Jr. 29

L

laicidade 21, 330
 legalismo 61, 434
 lei, a 36, 228, 278, 281, 325, 434, 439
 Lewis, C. S. 24, 351, 352, 374, 375
 Lincoln, Abraham 408
 linguagem 75, 76, 90, 92, 105, 106,
 135, 183, 202, 206, 229, 237,
 278, 280
 literatura moderna 134
 liturgia 51, 193, 294, 309, 314, 318,
 319, 373, 417, 424, 431, 434
 livre-arbítrio 79, 421, 434, 440
 Lombardo, Pedro 358, 359
 Lutero, Martinho 22, 31, 32, 35, 244,
 248, 249, 250, 259, 403, 432
 luto. *Veja também* morte
 e sepultamento

M

mal 26, 48, 62, 81, 83, 84, 92, 99, 128,
 132, 149, 153, 156, 158, 165,
 171, 177, 220, 230, 231, 233,
 234, 236, 247, 249, 253, 256,
 257, 266, 270, 299, 318, 319,
 331, 332, 333, 346, 352, 353,
 354, 362, 392, 394, 425, 426,
 434, 447
 Mandamentos, Dez 82, 89, 154, 434
 martírio 277, 435
 marxismo 79, 122, 217
 e cristianismo 79
 Máximo, o Confessor 396
 Melâncton, Filipe 264
 Messias 56, 139, 140, 158, 170, 171,
 174, 175, 178, 185, 186, 190,

192, 197, 200, 201, 202, 221,
 225, 273, 283, 291, 309, 311,
 415, 424, 433, 435
 confissão de Pedro 170
 Metódio de Olimpos 358
 milagres 50, 56, 95, 119, 144, 168,
 173, 186, 187, 188, 190, 208,
 221, 341, 388, 390, 412, 435
 milênio, o 435. *Veja também*
 esperança futura
 ministério da igreja 87, 253, 435,
 437. *Veja também* sacerdócio
 missa. *Veja também* comunhão, santa
 missão 331, 422
 missionários 61, 62, 269, 281, 302,
 305, 331
 mito 209, 236, 436
 modernidade 25, 69, 70
 Moltmann, Jürgen 229, 414
 monasticismo 419
 monoteísmo 74, 78, 82, 127, 156, 203,
 295, 436
 moralidade 62, 79
 Morgan, G. Campbell 407
 morte e sepultamento 18, 48, 64, 80,
 85, 88, 109, 134, 135, 139, 160,
 168, 170, 171, 174, 187, 188,
 192, 193, 194, 195, 197, 198,
 199, 210, 211, 218, 221, 222,
 225, 226, 227, 228, 229, 230,
 231, 232, 233, 234, 235, 237,
 241, 243, 246, 247, 251, 252,
 253, 264, 270, 273, 276, 277,
 284, 291, 298, 299, 303, 309,
 310, 314, 315, 316, 317, 334,
 336, 337, 340, 341, 343, 344,
 346, 350, 351, 352, 353, 356,

- 358, 362, 367, 384, 386, 389, 390, 399, 402, 403, 408, 411, 415, 417, 418, 422, 423, 424, 425, 427, 428, 429, 433, 436, 437, 438, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 447. *Veja também* pós-vida, purgatório
- movimento do evangelho social 224
- mulheres 47, 76, 77, 88, 106, 141, 197, 199, 200, 280, 341, 343, 359, 408, 441
- mundo criado 86, 97, 353
teorias 81
- N**
- nascimento virginal 208, 386, 436
- Natal 208
- natureza humana 80, 115, 232, 258, 261, 356, 386, 394, 398, 399, 409, 412, 430, 439
- natureza, mundo natural. *Veja também* criação
- Niebuhr, Reinhold 413
- Nova Jerusalém 353, 356, 357, 359, 360, 361, 362, 363, 366, 367, 369, 370, 376, 377, 378
- novo nascimento 261, 295, 417, 420, 423, 424, 428, 437
- novos céus e nova terra 220. *Veja também* criação, destino, céu
- O**
- onipresença. *Veja também* atributos de Deus
- onisciência. *Veja também* atributos de Deus
- o povo do Cristo 275
- oração 28, 80, 96, 142, 169, 180, 189, 191, 271, 284, 335, 361, 402, 417, 418, 432, 437, 443. *Veja também* intercessão, Pai-nosso
- ordenação 432, 435, 437, 444
- Orígenes 355, 357, 388
- P**
- paganismo 152
- Pai-nosso 335
- pais da igreja. *Veja também* patrística
- Paixão 139, 438
- Palamas, Gregório 373, 397
- Palavra de Deus 51, 53, 406, 449
- Pannenberg, Wolfhart 221, 415
- panteísmo 152, 188, 438
- papa 120, 248, 294, 421, 432, 445
- parábola. *Veja também* Jesus Cristo, parábolas
- paraíso 217, 372, 404
- particularismo 64, 66
- Páscoa 156, 192, 197, 200, 269, 308, 314, 315, 346, 351, 405, 439
- paternidade de Deus 30, 31, 110, 111, 112, 115, 203, 229, 232, 305, 386, 395, 439
- patrística 228
- Paulo 18, 29, 32, 33, 34, 36, 41, 53, 56, 96, 107, 109, 110, 112, 114, 116, 118, 119, 122, 123, 135, 141, 203, 204, 227, 228, 229, 241, 243, 244, 245, 249, 252, 256, 261, 267, 272, 274, 278, 281, 283, 284, 285, 286, 287, 289, 290, 291, 297, 298, 299, 301,

- 302, 303, 304, 310, 311, 312, 314, 315, 318, 322, 325, 327, 329, 335, 336, 337, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 355, 359, 365, 376, 380, 381, 398, 403, 404, 419, 423, 424, 427, 440
- e a ceia do Senhor 315
- espinho na carne 96
- paz 48, 59, 119, 135, 157, 161, 190, 191, 203, 243, 273, 274, 332, 372, 384, 403, 422, 429
- pecado 35, 55, 60, 80, 102, 115, 122, 153, 171, 198, 215, 216, 220, 222, 223, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 256, 257, 259, 261, 263, 266, 267, 273, 288, 296, 297, 299, 309, 310, 312, 319, 331, 333, 334, 337, 339, 340, 346, 351, 352, 353, 355, 362, 366, 376, 377, 390, 399, 401, 410, 411, 422, 423, 426, 428, 432, 439, 442, 443, 444, 446
- efeitos na humanidade 218
- pecado original 122, 256, 439
- Pelágio 35, 257
- penitência 355, 423, 439, 444
- pentecostalismo 69, 420, 421
- Pentecostes 118, 129, 265, 274, 310, 419, 427
- perdão 32, 33, 142, 159, 170, 171, 180, 196, 198, 230, 235, 236, 237, 238, 240, 264, 273, 274,
- 277, 305, 310, 316, 332, 347, 412, 413, 417, 420, 423, 424, 428, 429, 440. *Veja também* indulgência
- perfeição 102, 119, 124, 125, 247, 272, 296, 359, 395
- perseguição 18, 358, 435
- personalidade de Deus. *Veja também* atributos de Deus
- pietismo 23
- pluralismo 65, 66, 440. *Veja também* Jesus Cristo, salvação
- pobreza 374
- poder 33, 35, 43, 83, 88, 89, 97, 101, 107, 114, 115, 117, 118, 138, 168, 183, 188, 204, 229, 234, 236, 240, 246, 252, 253, 257, 259, 260, 261, 269, 270, 272, 273, 298, 310, 316, 324, 332, 339, 342, 343, 350, 352, 353, 374, 382, 387, 388, 389, 393, 397, 398, 400, 402, 410, 412, 413, 414, 415, 416, 420, 435, 442, 444
- politeísmo 73, 74, 75, 152, 415, 418, 440
- pós-milenarismo 383
- pós-modernismo 24
- pós-vida 31, 34, 60, 103, 144, 182, 202, 216, 263, 277, 317, 359, 366, 382, 383, 392, 435, 437
- predestinação 79, 80, 260, 261, 262, 263, 421, 434, 440
- pré-milenarismo 383
- profecia 50, 55, 58, 109, 135, 140, 156, 157, 158, 159, 167, 169, 177,

- 185, 188, 190, 220, 381, 429,
441, 446
- prosélito 159, 441
- provas para a existência de Deus 47, 79
- providência de Deus 152, 188, 360
- purgatório 247, 248, 250, 353, 354,
355, 441
- Q**
- queda da humanidade 97, 99, 219,
241, 252, 253, 261, 334, 375,
422, 434, 437, 439, 441,
442, 444
- R**
- racionalismo 24, 29, 442
- realeza de Jesus 198
- reconciliação 226, 229, 230, 233, 240,
241, 242, 243, 244, 245, 411,
417, 426, 442
- entre povos humanos 291
- redenção 112, 115, 116, 157, 215, 222,
230, 235, 253, 261, 269, 303,
331, 351, 399, 408, 409, 442, 443
- reencarnação 60, 217
- reino de Deus 132, 141, 158, 162,
163, 164, 165, 167, 168, 173,
179, 180, 182, 187, 190, 201,
207, 220, 221, 223, 234, 235,
242, 273, 274, 277, 299, 306,
315, 332, 334, 335, 414, 437,
439, 442
- relativismo 25
- religião 18, 20, 25, 26, 45, 47, 60, 61,
62, 65, 66, 67, 71, 73, 74, 75, 76,
77, 103, 108, 132, 165, 217, 298,
313, 385, 391, 405, 407, 408,
410, 412, 424, 434, 436, 438,
440, 441, 447
- religiosidade popular 61
- renovação. *Veja também* avivamento
- responsabilidade humana 153,
257, 326
- ressurreição 18, 31, 48, 119, 134, 139,
144, 181, 187, 198, 199, 201,
202, 207, 209, 210, 211, 212,
216, 221, 225, 228, 231, 233,
234, 241, 264, 266, 270, 273,
274, 276, 288, 303, 308, 309,
310, 332, 334, 335, 336, 337,
340, 341, 342, 343, 345, 346,
347, 348, 349, 350, 351, 353,
355, 357, 358, 359, 360, 382,
383, 386, 390, 408, 415, 416,
419, 424, 425, 428, 436, 437,
443, 447
- revelação 20, 26, 49, 54, 55, 56, 57, 62,
77, 82, 96, 102, 106, 110, 112,
122, 124, 126, 127, 128, 129,
131, 132, 179, 187, 189, 201,
202, 223, 303, 384, 403, 411,
413, 431, 438, 441, 442, 443,
446, 447, 449
- revolução 22
- Richard, Cliff 407
- riqueza 257
- ritual, rituais 61, 76, 108, 159, 172,
282, 308, 309, 313, 314, 443
- S**
- sábado 154, 169, 172, 176, 194,
199, 444

- sacerdócio 281, 295, 442
 sacramento 51, 63, 120, 121, 122, 237,
 306, 307, 308, 309, 310, 314,
 315, 316, 318, 319, 345, 400,
 401, 402, 403, 404, 406, 420,
 422, 437, 440, 444, 445
 sacrifício, sacrifícios 65, 108, 156, 193,
 211, 227, 228, 229, 235, 281,
 283, 290, 313, 315, 316, 317,
 355, 383, 390, 394, 395, 417,
 423, 444, 446
 saduceus 158, 335, 341, 427, 429
 salvação 19, 34, 35, 51, 62, 63, 65, 66,
 114, 129, 142, 157, 160, 214,
 217, 218, 222, 224, 226, 229,
 235, 236, 241, 242, 243, 245,
 248, 251, 252, 255, 258, 259,
 260, 261, 262, 263, 264, 269,
 274, 277, 297, 318, 319, 332,
 337, 338, 386, 391, 392, 394,
 395, 405, 408, 420, 421, 425,
 428, 434, 439, 441, 444, 445, 448
 Salvador 30, 50, 56, 63, 66, 89, 131,
 142, 185, 186, 214, 265, 332,
 350, 384, 385, 389, 403, 408,
 433, 445
 santidade 34, 98, 100, 102, 125, 173,
 179, 180, 240, 296, 313, 320,
 403, 407, 408, 423, 440, 445
 santificação 33, 250, 259, 338, 408,
 429, 443, 445
 Satanás 83, 84, 88, 183, 228, 230, 231,
 232, 425, 445
 segunda vinda de Cristo 28, 29, 381,
 382, 386, 417, 427, 433, 435,
 443, 444, 445
 Segundo Adão 241, 252, 446
 Segundo Concílio Vaticano 422
 seitas 231
 Septuaginta 372, 446
 sexo e sexualidade 76, 123, 180, 283,
 357, 415, 416
 significado da vida 381
 soberania de Deus 168, 260
 sociedade 165, 217, 222, 223, 237,
 241, 271, 278, 279, 299, 306,
 335, 429, 435
 sofrimento 60, 89, 139, 140, 207, 216,
 222, 230, 233, 242, 332, 333,
 340, 342, 350, 354, 362, 380,
 384, 399, 400, 404, 412, 413,
 415, 438, 447
 Stackhouse, John 26
 suposição
 premissa, crença. *Veja também*
 cosmovisão
- T**
- teísmo 79, 446
 templo 76, 108, 109, 110, 125, 155,
 156, 157, 158, 169, 175, 177,
 190, 191, 192, 193, 195, 197,
 198, 201, 221, 281, 282, 283,
 284, 295, 301, 360, 361, 363,
 371, 373, 379, 383, 390, 429,
 444, 446
 tentação 438, 446
 teologia da libertação 234
 teologia medieval 21, 258, 259, 447
 Terra Prometida, a 47, 279, 367, 371,
 376, 377
 Tertuliano 382, 387
 testemunha 28, 189, 277, 435

testemunhas de Jeová 75
Tillich, Paul 233, 234, 414
Tomás de Aquino 21, 22, 35, 258,
399, 447
transcendência 240, 425, 431, 448
Transfiguração 187, 189, 448
transubstanciação 440, 448
Trindade 131
importância 131
na Bíblia 131

U

Última Ceia 174, 192, 193, 314, 335,
439, 445
unidade. *Veja também* unidade da
igreja
unidade da igreja 292, 295, 307
unidade de Deus 448

V

vida eterna. *Veja também* pós-vida
violência e não violência 62, 229, 230,
266, 319

virgem Maria 31, 208, 258, 430, 432,
434, 436, 449
visão de mundo 68, 70, 72,
152, 423
vocação 160, 172, 261, 323, 325,
330, 449
vontade de Deus 49, 80, 88, 172,
259, 260

W

Wesley, Charles e John 23, 264, 407
Wright, N. T. 221, 234, 245, 265

Y

Yahweh 74, 75, 76, 89, 103, 153, 270,
276, 278, 279, 280, 281, 296,
446, 449
Yom Kippur. *Veja também* Dia
do Perdão

Z

zelote 449
Zuínglio, Ulrico 405